

Teresa Bettencourt da Camara

Espaço público de Lisboa

Plano, projeto e obra da primeira geração de arquitetos paisagistas (1950-1970)



Espaço público de Lisboa

Plano, projeto e obra
da primeira geração
de arquitetos paisagistas
(1950-1970)

Teresa Bettencourt da Camara

Espaço público de Lisboa

Plano, projeto e obra
da primeira geração
de arquitetos paisagistas
(1950-1970)

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

*Espaço público de Lisboa.
Plano, projeto e obra da primeira geração
de arquitetos paisagistas (1950-1970)*

AUTORIA

Teresa Bettencourt da Camara

REVISÃO

Sónia Oliveira

DESIGN GRÁFICO

TVM Designers
www.tvmdesigners.pt

FOTOGRAFIAS DOS SEPARADORES

(PÁGINAS 16, 22, 80, 156, 190 E 270)

Manuel Silveira Ramos /
Fundação Calouste Gulbenkian

CEDÊNCIA DE IMAGENS

Arquivo Municipal de Lisboa
Centro de Informação Geospacial do Exército
Fundação Calouste Gulbenkian
Instituto Superior de Agronomia
Sistema de Informação para o Património
Arquitetónico / Forte de Sacavém

IMAGEM DA CAPA

Desenho de Gonçalo Ribeiro Telles, 1955.
*In Remodelação da Av. da Liberdade. Projecto de
arborização e ajardinamento. Perspectiva parcial.*

IMPRESSÃO

ACD Print

ISBN 978-989-53143-6-2

DEPÓSITO LEGAL 488172/21

© Câmara Municipal de Lisboa, 2021



Capa impressa em Cromo 1 face 350 g FSC, com plastificação mate no exterior. Sobrecapa impressa em Couché Mate 170 g FSC, com plastificação mate no exterior. Miolo com 336 páginas, impresso com verniz geral em Couché Mate 135 g FSC.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	9
PREFÁCIO	13
<hr/>	
INTRODUÇÃO	17
<hr/>	
AS PERSONAGENS, O TEMPO E O LUGAR	23
O fundador da Arquitetura Paisagista em Portugal e seus discípulos	23
Francisco Caldeira Cabral	23
A formação académica	23
O ensino da arquitetura paisagista	26
A atividade profissional	28
Os discípulos	30
Manuel de Azevedo Coutinho	33
Gonçalo Ribeiro Telles	34
Edgar Sampaio Fontes	35
António Viana Barreto	35
António Campello	36
Manuel de Sousa da Câmara	36
Álvaro Ponce Dentinho	37
O espaço público de Lisboa	38
A expansão e o planeamento da cidade de Lisboa e a reestruturação institucional	38
Os espaços verdes no planeamento urbano	45
A rede de parques e jardins nas décadas de 1930 e 1940	45
A inovação no planeamento da infraestrutura verde	52
As políticas de habitação e o seu impacto na rede de parques e jardins	58
Os novos bairros habitacionais	58
Breve síntese dos impactos na conceção e projeto dos logradouros dos bairros de Lisboa	73

O CONTRIBUTO DOS ARQUITETOS PAISAGISTAS: PARQUES E JARDINS	81
Mata de Alvalade	86
Jardim da Torre de Belém	93
Avenida da Liberdade	113
Parque do Vale do Silêncio	131
Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian	137

O CONTRIBUTO DOS ARQUITETOS PAISAGISTAS: ARRUAMENTOS	157
Avenida da Igreja	171
Avenida D. Rodrigo da Cunha	174
Avenida dos Estados Unidos da América	177
Avenida Infante Santo	180
Avenida Calouste Gulbenkian	184

O CONTRIBUTO DOS ARQUITETOS PAISAGISTAS: BAIRROS	191
Bairro da Encarnação	197
Bairro de Alvalade	206
Encosta do Restelo	231
Bairro dos Olivais	252

CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
Anexos	274
Abreviaturas	321
Bibliografia	322
Agradecimentos	333

NOTA PRÉVIA

JOSÉ SÁ FERNANDES

Vereador do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia da Câmara Municipal de Lisboa

Este é um trabalho invulgar.

Em primeiro lugar, pelo tema. Custa acreditar que Lisboa ainda não tivesse dedicado uma monografia à primeira geração de arquitectos paisagistas portugueses e ao seu legado.

Em segundo lugar, e tal como fazia parte da índole daqueles pioneiros, este compêndio revela muito esforço e cuidado. É evidente a perseverante pesquisa das fontes exactas, a intenção de informar, de precisar e de enquadrar no tempo e no espaço cada uma das intervenções, esboços e desenhos.

Em terceiro lugar, pela inteligência, clareza e elegância com que tudo é exposto e apresentado e, sem deixar de dar destaque às referidas personagens e à sua actividade, conta a expansão e evolução da urbe nestas décadas, 1950 a 1970 do século XX, e a influência que elas tiveram nesse percurso, que continua, com altos e baixos, mas que efectivamente perdura.

Por outro lado, este é um livro de referência, não só porque relata uma história urbana, mas também a de muitos jardins que nasceram naquele período. Agora temos compilada quase toda uma época, um raciocínio, um modo de ver, com um índice que

facilita a procura do projecto e do seu autor. Depois, dá a conhecer o papel de cada um na arborização de arruamentos, nos novos jardins de bairro, na realização de grandes parques e, com conceitos diferentes aos que então vigoravam, na «entrada» definitiva dos espaços verdes no planeamento urbano.

É natural que se comece este trabalho com a lembrança de Duarte Pacheco e do impulso que deu relativamente a Monsanto e ao Parque Eduardo VII, e à responsabilidade técnica do arquitecto Keil do Amaral em ambos, prenúncio de que o verde iria fazer parte do novo pensamento que estava em desenvolvimento.

É curioso vermos como Monsanto se transformou numa verdadeira mata e como, ultimamente, com o que se tem levado a cabo, respeitando o passado, se está a valorizá-lo, quer com a recuperação de vários edifícios, quer com a construção de caminhos pedestres e para bicicletas, quer com uma gestão florestal adequada, a qual mereceu a respectiva certificação internacional de boas práticas, única concedida a uma mata urbana na Europa, quer, principalmente, pelos corredores verdes que passaram a integrar Monsanto em

Lisboa. Falta diminuir o tráfego automóvel e uma ampla ponte pedonal/ciclável por cima da A5 – o elo entre os dois Monsanto – mas isso já são obrigações para o futuro.

É interessante verificar, também, que com Duarte Pacheco implementaram-se com mais força bairros de casas económicas, alguns dos quais já vinham da Primeira República, tal como com o actual programa de renda acessível, quase parecendo que perante a carência de habitação as soluções não mudaram. No entanto, é naquela altura, a partir das lições de Francisco Caldeira Cabral, depois aplicadas pelos seus alunos, que nesses primeiros planos – Alvalade, encostas da Ajuda e Restelo, bem como nos bairros de Caselas, Alvito, Encarnação, Boavista, Furnas, Madreus, Serafina e depois Olivais e Chelas – se exigiu que as urbanizações tivessem árvores, lugares de recreio e ligações verdes.

De realçar o facto de em 2012, com a aprovação do novo PDM de Lisboa, a infraestrutura verde ter passado a ser um elemento estruturante e obrigatório, o que veio na sequência do que antes se defendia. Natural, neste âmbito, pois, Gonçalo Ribeiro Telles, com o signatário e outros, acompanhou bem de perto o debate e a introdução desta premissa. Melhor foi, entretanto, vermos a concretização física, ou em vias disso, de muitos dos corredores verdes imaginados e assinalados em plantas, como o de Monsanto, o Periférico, o dos Olivais, os Orientais, o do Rio Seco e o Ribeirinho.

O contributo dos paisagistas na concepção de parques e jardins passou a ser decisivo. É dado destaque aos casos da Mata de Alvalade, Jardins da Torre de Belém, Capela de São Jerónimo, Parques do Vale do Silêncio e Gulbenkian e Avenida da Liberdade.

No fundo, a «obra verde» começou a assentar sempre na análise das «aptidões topográficas, edáficas e geológicas do local, com vista a maximizar o partido que se pode tirar do lugar em si».

Vejam-se alguns dos exemplos atrás identificados, onde se dá resposta e se faz o contraponto aos críticos: «a mata é um valor que não deve ser substituído por outro», como é dito por Gonçalo Ribeiro Telles e Sousa da Câmara a respeito da Mata de Alvalade, quando havia quem aí defendesse edificabilidade; «a melhor solução era fazer um projecto que deixasse brilhar a Torre de Belém», argumentava Viana Barreto, em oposição aqueles que desejavam polvilhar com estátuas de heróis e descobridores a estrada até esse monumento; «deve-se procurar o desenho de uma estrutura com a anulação permanente da simetria» com o objectivo de sermos surpreendidos com «um rasgo, uma frecha aberta sobre a Torre de Belém» afirmava Gonçalo Ribeiro Telles, ultrapassando o hábito de que os jardins tinham de ser todos iguais, sem adaptabilidade ao relevo e ao que o rodeia, como foi feito no jardim da Capela de São Jerónimo; «uma orla de vegetação arbórea em cortina de forma a conservar o carácter de intimidade a ser defendido, a diminuição da velocidade do vento e do nível de ruído automóvel» foi exigida, desde logo, para o parque da Gulbenkian.

Não deixa de ser revelador que nos nossos dias, em qualquer dessas situações, haja um retomar das mesmas regras para as mesmas zonas: estendeu-se, com idêntica filosofia, a Mata de Alvalade para a vizinha Quinta do Narigão (abandonada durante anos); juntou-se o Vale do Silêncio a um novo parque do outro lado da Avenida de Berlim, com ligação por um lado à Alameda da Encarnação e, por outro, à Quinta Conde d'Arcos, como se a sua execução tivesse sido da lavra de Edgar Sampaio Fontes e de Sousa da Câmara; para a antiga Praça de Espanha, Parque Gonçalo Ribeiro Telles, ao lado da Gulbenkian, seguiram-se, precisamente, os princípios dos Mestres e até para a Avenida da Liberdade já existe um desenho mais respeitador do vale, com mais passeio junto às fachadas dos prédios, com

enorme ganho verde retirado ao alcatrão que, em breve, irá para concurso.

Engraçado é percebermos o registo de violências críticas, como se assistiu com o jardim da Torre de Belém, ou de promessas que demoraram anos a ver a luz do dia, como com o Parque do Vale do Silêncio, do qual já se falava em 1955, mas que só abriu em 1969, cinco anos depois de toda a zona estar habitada, com acérrimos protestos dos moradores pelo atraso.

Hoje, felizmente, existe mais participação cidadã, normalmente promovida pela Câmara, apetecendo, quando ainda há quem diga ou insinue o inverso, citar o provérbio «o que não viste com os olhos, não o testemunhes com a boca».

Estudos de arborização para os arruamentos, como o das avenidas Guerra Junqueiro, Infante Santo, Vasco da Gama, colocavam o alinhamento das árvores em placas ajardinadas, criando um efeito que ainda é visível e que traz muito menos problemas aos pavimentos e ao passeio dos transeuntes. Foi esta, afinal, a lógica e a base para a nova plantação de árvores na Avenida da República.

Outros perfis jogaram com os ajardinados entre prédios, como aconteceu nas avenidas dos Estados Unidos da América, Brasil e Dom Rodrigo da Cunha e, também, no Bairro das Estacas. Aqui o espaço verde passou a ser público, evitando-se a apropriação indevida da terra que tinha ocorrido com o logradouro privado planeado para algumas células de Alvalade. A evolução, como diz a autora, partiu dos próprios arquitectos, com a constatação de que permitia um melhor uso do território por parte das populações. A Junta de Freguesia de Alvalade, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, recuperou recentemente alguns destes logradouros públicos – Bairro das Estacas e na Avenida dos Estados Unidos da América – recriando ambientes de sombra e luz, buscando o aspecto funcional dos trajectos

e das melhores vias de atravessamento. Espera-se que para as praças Goa, Damão e Diu, na Freguesia de Belém, se siga o exemplo. Quanto ao município, a iniciativa «Uma praça em cada bairro» vai também beber ao espírito daqueles tempos, nomeadamente ao prosseguir a conquista de mais espaço público para as pessoas.

É nos bairros, como nos Olivais, que os primeiros arquitectos paisagistas insistem em criar mais «verde», mais sombra, mais sítios para as crianças brincarem e, paradigmático, foi o que se fez no Bairro da Encarnação, onde os principais jardins e praças foram há poucos anos reabilitados.

Nesta matéria existe o regozijo de vermos que a colocação de parques hortícolas junto de urbanizações, ideia de sempre de Ribeiro Telles, tem sido, já nesta década, um excelente meio de utilização da cidade por parte dos cidadãos.

O plano em execução, embora lentamente, de «Uma árvore em cada esquina», parece ser decalcado do que se pretendia naqueles anos mais remotos. Ansiamos que, a seguir, arborizações como as que foram feitas na Praça Duque de Saldanha e na Rua Tenente Valadim (ambas da autoria de Edgar Sampaio Fontes) possam ser imitadas.

A verdade é que as boas práticas devem ser replicadas, independentemente desta ou daquela moda. As reabilitações dos denominados *squares* da primeira grande época verde (1845-1900), ou as recuperações dos jardins desta segunda etapa paisagística (1950-1970), devem seguir os moldes com que foram pensados, com as devidas adaptações, sendo que é significativo que em qualquer desses períodos áureos o mais importante era que houvesse um maior e melhor usufruto colectivo da rua.

Deseja-se, quanto ao presente, em que finalmente se construíssem corredores verdes, que, no futuro, esta verdadeira infraestrutura verde não seja retalhada, desmanchada e adulterada, sendo

certo que, também agora, o que esteve por detrás das empreitadas destes novos 240 hectares foi mesmo procurar dar mais área útil e de convívio aos lisboetas.

Este livro, pelos profundos conhecimentos que a autora revela ter da cidade, da sua história e do pensamento da primeira geração de arquitectos paisagistas, é um indiscutível marco e, sem dúvida, o seu conteúdo servirá de guia para muita discussão e argumentação, atrevendo-me eu dizer que a autora suplantou as próprias orientadoras da sua tese, reconhecidas professoras desta disciplina, que bem orgulhosas devem estar da sua discípula e deste magnífico resultado, que prefaciam.

Depois da homenagem, no âmbito da Lisboa Capital Verde Europeia 2020, aos primeiros jardi-

neiros de Lisboa, com a publicação de *O Triunfo dos Jardins, o Pelouro dos Passeios e Arvoredos de Lisboa (1840 a 1900)*; a Gonçalo Ribeiro Telles, com uma exposição sobre a sua vida, respectivo catálogo e atribuição do seu nome ao novo parque sito na Praça de Espanha; a Ilídio de Araújo com a reedição da sua obra-prima, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*; a Viana Barreto, Azevedo Coutinho, Sousa da Câmara, Edgar Sampaio Fontes e Álvaro Ponce Dentinho, cujos nomes estarão presentes na toponímia citadina em locais onde intervieram no passado, este escrito acrescenta mais um grande agradecimento a todos eles e ao seu Mestre, Francisco Caldeira Cabral.

Muito obrigado, Arquitecta Paisagista Teresa Bettencourt da Camara.

PREFÁCIO

TERESA ANDRESEN

TERESA PORTELA MARQUES

Este livro faz parte do legado da Lisboa Capital Verde Europeia 2020. Naturalmente, trata da cidade de Lisboa e dos seus jardins. Tem como particularidade o período temporal 1950-1970 e a contribuição da Arquitetura Paisagista para a Lisboa moderna. A Arquitetura Paisagista em Portugal está ligada à figura de Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) que tendo ido estudar para a Alemanha, nos finais da década de 1930, aí se formou e, após o seu regresso a Portugal em 1939, instituiu o ensino da Arquitetura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. Deste seu gesto fundacional emergiu uma primeira geração de profissionais que, na sua maioria, exerceram atividade pública e privada na cidade de Lisboa. Entre eles destacam-se Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles, Edgar Sampaio Fontes – os pioneiros na Câmara Municipal de Lisboa – António Viana Barreto, António Campello, Álvaro Dentinho, Ilídio de Araújo e Manuel Sousa da Câmara que realizaram vasta e diversificada obra a partir do início da década de 1950. Caldeira Cabral, em cerca de 15 anos de atividade, fundou o ensino da Arquitetura Paisagista (1942), iniciou a sua prática profissional e, habilmente, organizou a profissão, em tempos politicamente difíceis para o associativismo, criando um Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista (1953) no Instituto

Superior de Agronomia, com assento na Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas. Os seus discípulos tiveram um papel estratégico neste processo.

A exposição *Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)*, apresentada na Fundação Calouste Gulbenkian em 2003, mostrou extensivamente o trabalho desta geração, incluindo uma grande diversidade de projetos realizados para a cidade de Lisboa. O catálogo que documenta esta exposição é praticamente omisso relativamente ao desempenho na cidade de Lisboa. Foi uma decisão difícil, condicionada pelo elevado número de projetos a expor, o que levou a que se privilegiasse a publicação de trabalhos executados para outros lugares e que teriam menor possibilidade de ter visibilidade, alguns dos quais ameaçados ou carecendo de reconhecimento. Pensou-se que a cidade de Lisboa, num futuro próximo, teria mais oportunidades de ser objeto de investigação aprofundada e de publicação. Chegou a hora!

Teresa Bettencourt da Camara, arquiteta paisagista e autora do livro que agora se publica, cumpriu esse desígnio através de uma tese de doutoramento que apresentou na Universidade do Porto em 2015. Trata-se de uma obra mais extensa do que a

que aqui se apresenta e, desde já, a felicitamos pela adaptação que realizou. Recomendamos a leitura deste livro aos especialistas na matéria e a todos aqueles que se interessam, de modo profissional ou amador, pela temática do espaço público de Lisboa e, em geral, pela história da cidade e da Arquitetura Paisagista portuguesa. A autora tem dedicado parte expressiva da sua vida profissional aos arquivos dos trabalhos destes arquitetos paisagistas, onde se guardam documentos incontornáveis para se compreender a fundação da profissão em Portugal. Teresa Camara tem um percurso profissional em que se destaca o seu interesse pela investigação, o que tem sido um contributo maior para a história da Arquitetura Paisagista portuguesa, que assume um lugar pioneiro a nível europeu.

A Arquitetura Paisagista tem raízes milenares. Os mais recentes antecessores da geração objeto deste livro foram os jardineiros paisagistas de Oitocentos e do primeiro quartel do século XX, portugueses e estrangeiros que praticaram em Portugal e cuja obra, no que diz respeito aos parques e jardins públicos e privados, é ainda uma referência, nomeadamente na estrutura de muitas das nossas cidades, embora, muitas vezes, intervenções sucedâneas os tenham adulterado significativamente, subjugadas ao imperativo de supostos «novos usos e novos modos de recreio» e à incompetência de gestão, sendo por vezes deixados ao abandono. Outros foram mesmo destruídos e deram lugar a outras funções e formas urbanas. Ao trabalho dos jardineiros paisagistas «preparados segundo os velhos cânones dos ofícios» e que «tinham atravessado um período brilhante na última metade do século XIX», nas palavras de Caldeira Cabral, sucede-se a Arquitetura Paisagista que vem responder a novos e complexos desafios, causados pelo crescimento urbano, e a novos modelos conceptuais e formais modernos, impostos pela sociedade industrial e por um novo estilo de vida.

O livro encontra-se profusamente ilustrado, o que muito enriquece a sua leitura e a compreensão do alcance do trabalho da Arquitetura Paisagista nas décadas de 1950 e 1960 na cidade de Lisboa. Trata-se de um momento de grande inovação e experimentação no desenho da cidade, nomeadamente dos novos bairros construídos sobre quintas que envolviam a Lisboa de matriz oitocentista. Na sua tese de doutoramento, Teresa Camara circunstancia, devidamente, a importância não só de Caldeira Cabral na formação da primeira geração de arquitetos paisagistas, mas também das viagens por estes realizadas, muitas vezes acompanhados pelo seu mestre, o que lhes permitiu contactar, desde o Norte ao Sul da Europa, com o que de mais inovador e inspirador se realizava num cenário ainda de pós-guerra, e aplicar conceitos e formas modernas no planeamento e projeto dos espaços exteriores de Lisboa.

A primeira parte do livro, intitulada «As personagens, o tempo e o lugar» apresenta Caldeira Cabral e os seus discípulos, referindo a sua formação e atividade profissional. A segunda parte trata o espaço público de Lisboa atendendo, primeiro, ao planeamento urbano e ao papel dos espaços verdes no planeamento urbano, caracterizando as décadas de 1930 e 1940 e as inovações no ordenamento da infraestrutura verde para, depois, se focalizar nas políticas de habitação dessa época, com destaque para «os bairros». As três partes seguintes do livro são de natureza mais crítica e centradas no contributo dos arquitetos paisagistas no projeto dos: 1) parques e jardins, 2) arruamentos e 3) bairros. Efetivamente, os arquitetos paisagistas no município de Lisboa foram inicialmente chamados para fazer plantações e renovação de esquemas de plantações em jardins públicos, mas rapidamente a sua preparação académica, do projeto do espaço público ao ordenamento do território, foi convocada, o que permitiu que tenham deixado um

legado notável, quer pela sua extensão quer pela sua qualidade.

Os jardins são ecossistemas em que os elementos vivos que os constituem e estruturam evoluem, morrem, são substituídos e estão totalmente dependentes de um sistema de manutenção. Trata-se de uma circunstância que os torna frágeis, sujeitos ao abandono e à degradação, que também oscila com as crises sociais e económicas. Este livro contribui para o conhecimento e o reconhecimento destes lugares como jardins de referência e para a sua proteção. Fazem hoje parte do património modernista da cidade de Lisboa e carecem de um

olhar integrado, tendo em vista a sua salvaguarda e recuperação segundo as melhores práticas de restauro, ao encontro dos muitos documentos internacionais que orientam a conservação dos bens patrimoniais, particularmente da Carta de Florença cujo 40.º aniversário se completa este ano.

Resta-nos agradecer à autora a sua dedicação à memória da cidade de Lisboa e à Arquitetura Paisagista portuguesa e desejar, aos leitores, uma boa leitura que contribua para uma fruição esclarecida destes lugares.

Porto, 13 de julho de 2021



Introdução

O presente estudo trata o contributo dos arquitetos paisagistas para o espaço público de Lisboa no período compreendido entre 1950 e 1970. Este tema foi já tratado no âmbito da exposição *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas, 1940-1970*, a segunda de um ciclo de três exposições realizadas pela Fundação Calouste Gulbenkian, entre 2001 e 2003. Comissariada por Teresa Andresen, a exposição abrangeu um universo temporal e temático extremamente lato, compreendendo três décadas da prática da Arquitetura Paisagista, uma nova profissão então emergente em Portugal, abordando um vasto leque de temáticas, desde a licenciatura em Berlim do fundador da profissão em Portugal, Francisco Caldeira Cabral, e o seu contributo, assim como o contributo da primeira geração de discípulos, por si formados no Instituto Superior de Agronomia, até ao 12.º Congresso da Federação Internacional de Arquitetura Paisagista, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1970.

O impacto que esta nova profissão veio a ter na paisagem é aqui demonstrado através da análise de projetos como o Estádio Nacional, as quintas e os jardins privados, as paisagens urbanas, quer no Funchal

quer especificamente em Lisboa, quer ainda no resto do país, o urbanismo, as estradas, o turismo, a indústria e finalmente também o ordenamento do território.

Num âmbito tão abrangente de temáticas, justificado pela envergadura da investigação, na sua multiplicidade de temáticas, impossível de refletir na sua plenitude quer na exposição quer no respetivo catálogo, por falta de espaço, não nos permitiu tratar com o detalhe desejável o contributo da primeira geração dos arquitetos paisagistas para o espaço público de Lisboa. A investigação veio, contudo, a ter continuidade no âmbito da minha tese de doutoramento, iniciada cinco anos mais tarde, e cujo estudo, realizado ao longo cerca de seis anos deu corpo a este livro.

Uma vez identificados os protagonistas, no projeto anterior, urgia responder a várias questões. Qual a extensão das intervenções da primeira geração de arquitetos paisagistas na cidade de Lisboa? Qual o nível de colaboração com outras profissões, em equipas multidisciplinares, na CML ou em complemento desta? Em que medida eram atuais no seu tempo, refletindo as novas necessidades associadas a um novo modo de vida decorrente dos tempos modernos? Em que medida refletiam influências do que se

praticava no estrangeiro e como as adaptavam à realidade portuguesa?

Foram revisitados arquivos da CML e de outras instituições, bem como arquivos pessoais dos arquitetos paisagistas envolvidos, com vista a adicionar à informação já recolhida novos dados que nos possibilitassem contextualizar a informação pré-existente, possibilitando obter respostas mais alargadas a tais questões.

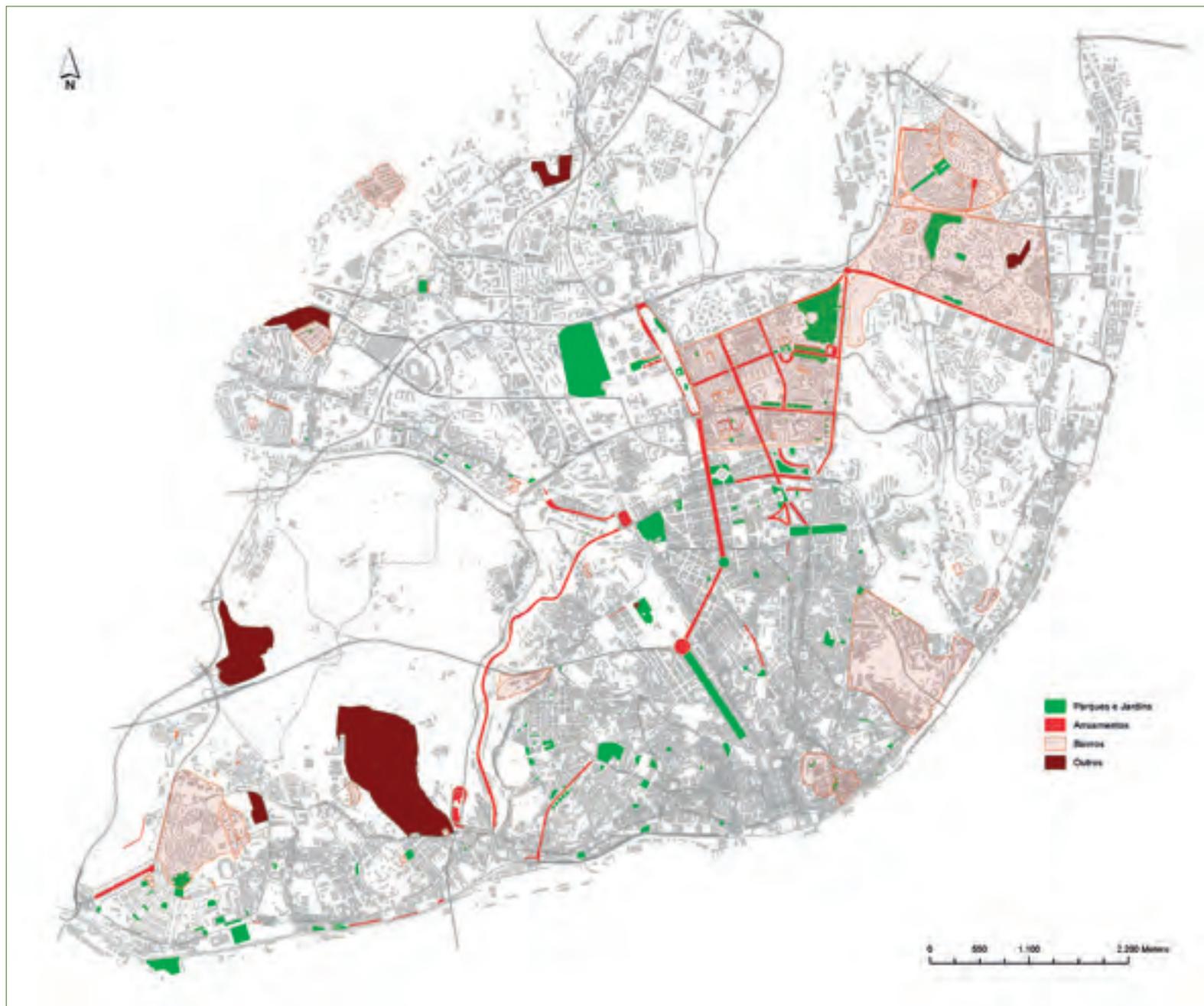
Desta investigação surgiu um novo manancial de informação que foi vertida numa base de dados, devidamente georreferenciada. A metodologia seguida para a apresentação do inventário levou à catalogação por «Lugar» e posteriormente a cada lugar foram associados os respetivos projetos. Os projetos podem estar documentados por peças desenhadas e/ou peças escritas, embora essa distinção não seja feita nos anexos, já que apenas elencam as peças desenhadas. A investigação de suporte, embora extensa e morosa, não foi exaustiva. Assim, um lugar pode ter vários projetos associados, sendo que muitas vezes correspondem a momentos diferentes e projetistas diferentes. A cada projeto encontra-se associada a data do seu início.

Nestes anexos, os projetos foram agrupados num quadro geral (Anexo 1), classificados em três tipologias: «Parques e jardins», «Arruamentos» e «Bairros». A cada tipologia corresponde um Anexo (Anexos 2, 3 e 4, respetivamente). Foi criada uma outra categoria, «Outros projetos», na qual se integraram os projetos que, pela sua especificidade, não se enquadravam em qualquer das tipologias referidas, sendo referentes a lugares, como cemitérios, viveiros, um parque de campismo, uma tapada, uma estufa, um plano de urbanização, mas também desenho de mobiliário urbano ou exposições de floricultura. A distribuição dos projetos por tipologias não é absolutamente rigorosa: a tipologia «Bairros», por exemplo, integra diversos jardins e arruamentos, mas que fazem sentido especialmente como conjunto no espaço onde se inserem (Fig. 1).

Com base nas tipologias identificadas neste estudo, selecionou-se um conjunto de projetos – casos de estudo – obedecendo a critérios de representatividade em função dos seguintes aspetos: dimensão; remanescente do projeto na atualidade; relevância na paisagem de Lisboa; qualidade do espaço gerado ou a sua integração nos novos planos cidade. Por outro lado, para esta seleção concorreu ainda a disponibilidade de informação sobre o lugar quanto a fontes de informação quer monográficas quer iconográficas.

Um desses casos de estudo, na categoria de «Parques e jardins», foi o jardim da Fundação Calouste Gulbenkian que, embora de carácter privado, ficou assumido na escritura da aquisição dos seus terrenos que não se destinaria a uso exclusivo da Fundação, mas a uso público, nas condições estabelecidas pela Câmara Municipal de Lisboa, como qualquer jardim municipal.

Obtivemos assim a estrutura da tese vertida neste livro. Num primeiro capítulo de enquadramento geral, foram identificados como fatores determinantes envolvidos nesta investigação, os personagens principais implicados, as influências externas a que estes estavam sujeitos e ainda as condicionantes no espaço onde exerciam a sua profissão – a cidade de Lisboa. As três principais tipologias deram origem aos capítulos seguintes, aglutinando tematicamente os referidos casos de estudo que foram então alvo de uma investigação aprofundada. Por fim, foram tecidas considerações finais relativas ao desempenho dos protagonistas desta investigação e as marcas por eles deixadas, que ainda hoje perduram, no espaço público de Lisboa. Pioneiros, trabalhadores e corajosos, estes novos arquitetos desenvolveram uma intensa atividade projetual, de execução de obra e de manutenção de espaços verdes. Conjuntamente com Caldeira Cabral, são responsáveis pela fundação de uma nova área disciplinar e de uma nova profissão que se afirmou como tal e se entrosou com outras profissões.



1. Distribuição dos projetos de Arquitetura Paisagista na cidade de Lisboa, 2014.
TBC

O período em estudo corresponde ao pós-guerra, em que a Modernidade e o seu Estilo Internacional na arquitetura atravessam o seu apogeu, marcados por movimentos como o Expressionismo, o Cubismo ou o Abstracionismo nas artes visuais. Acontece que neste período, quer o Estado quer a CML assumiram o papel de grandes promotores da habitação, o que vai originar uma intensa atividade nos domínios do urbanismo e da construção que mobilizaram a intervenção técnica de arquitetos, engenheiros e artistas.

Numa fase inicial, os arquitetos paisagistas foram chamados quase exclusivamente para intervir na arborização de «placas ajardinadas» e arruamentos, porém, à medida que se constituíram as equipas interdisciplinares de urbanismo, passaram a ser parte integrante delas e as suas competências a ser reclamadas, em particular para a conceção dos logradouros, a forma comum de então se referirem ao espaço público nos bairros. Valorizam-se as suas tomadas de posição sobre o desenho e os novos modos de vida na cidade, a importância do lugar – as visibilidades, a orientação, o conforto climático – e a conceção do espaço verde público no respeitante à espacialidade e à distribuição de funções de ar livre, assim como sobre as plantas e os critérios fitossociológicos, reforçando a ideia do verde contínuo urbano e a sua importância na imagem da cidade e na qualidade de vida.

Felizmente, a qualidade do desempenho destes arquitetos paisagistas, no espaço público de Lisboa é hoje sobejamente reconhecida. Fruto disso, na CML, foi aprovada por unanimidade, em Reunião de Câmara Pública n.º 172, de 26 de maio de 2021, a proposta n.º 326/2021, referente à aprovação do topónimo «Parque Gonçalo Ribeiro Telles» para o Parque Urbano da Praça de Espanha, concebido segundo os funda-

mentos orientadores da sua carreira profissional e que estabelece a ligação entre o Jardim da Amnistia Internacional, de sua autoria, e o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, cuja autoria partilha com António Viana Barreto.

Também os restantes arquitetos paisagistas da primeira geração, com obra no espaço público de Lisboa, foram homenageados por esta Câmara, em Reunião Extraordinária de Câmara Pública n.º 184 de 23 de julho de 2021, com a proposta n.º 605/2021, subscrita pelos vereadores José Sá Fernandes e Catarina Vaz Pinto, com vista a «Deliberar retificar topónimos atribuídos, em conformidade com Parecer da Comissão Municipal de Toponímia, nos termos da proposta», também esta aprovada por unanimidade. Esta proposta tem em anexo o pedido de execução de placas toponímicas a colocar nos espaços, cuja denominação passará a homenagear os autores dos respetivos projetos de arquitetura paisagista. Assim, a praça junto à Rua General Silva Freire (Freguesia dos Olivais), passará designar-se Praça Álvaro Ponce Dentinho; o Jardim do Largo Frei Heitor Pinto (Freguesia de Alvalade), Jardim Manuel Azevedo Coutinho; o Parque Urbano junto à Avenida de Berlim (Freguesia dos Olivais), Parque Edgar Sampaio Fontes; um percurso pedonal do Parque do Vale do Silêncio (Freguesia dos Olivais) chamar-se-á Percurso Manuel de Sousa da Câmara; e finalmente o Jardim da Torre de Belém (Freguesia de Belém), será agora designado como Jardim António Viana Barreto.

Rendemos finalmente uma homenagem inequívoca a Francisco Caldeira Cabral, mestre culto, viajado, bem relacionado internacionalmente e poliglota, por, ao fundar a profissão de arquiteto paisagista, ter contribuído de forma indelével para a promoção e defesa da paisagem em Portugal.



As personagens, o tempo e o lugar

Foram vários os arquitetos paisagistas que intervieram na cidade de Lisboa nas décadas de 1950 e 1960. A década de 1940, porém, é dominada pela figura de Caldeira Cabral, criador do Curso Livre de Arquitetura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia (ISA), em Lisboa, frequentado por aqueles que virão a ser os introdutores de uma área disciplinar nova no planeamento e no desenho do espaço público. Neste capítulo será apresentada uma nota biográfica dos arquitetos paisagistas interventores no desenho e planeamento da cidade nas décadas referidas, dando destaque ao percurso do fundador, enfatizando uma vertente que se considera determinante para o trabalho que viriam a desenvolver, em linha com as melhores práticas da modernidade internacional. Referimo-nos às suas viagens ao estrangeiro, as quais habitualmente culminavam com a participação nos congressos da International Federation of Landscape Architects (IFLA).

Neste capítulo exploram-se ainda as circunstâncias do lugar – a cidade de Lisboa nas décadas de 1940 a 1970 – no que diz respeito ao espaço verde público, ao planeamento urbano e à habitação.

O FUNDADOR DA ARQUITETURA PAISAGISTA EM PORTUGAL E OS SEUS DISCÍPULOS

FRANCISCO CALDEIRA CABRAL¹

O percurso biográfico de Francisco Caldeira Cabral, enquanto fundador da Arquitetura Paisagista, constitui um marco incontornável para o estudo da história desta disciplina em Portugal. Segue-se uma análise de três facetas distintas: a formação académica e a escolha pela Arquitetura Paisagista, o ensino da Arquitetura Paisagista e a atividade profissional.

A FORMAÇÃO ACADÉMICA

Francisco Caldeira Cabral nasceu a 26 de outubro de 1908, em Lisboa. Seus pais, António Caldeira Cabral, médico-cirurgião, e Alice Monteiro Caldeira Cabral, proporcionaram-lhe uma infância rica do ponto de vista cultural, tendo crescido em contacto com a música, que aprendeu desde cedo, e frequentado o Colégio da Companhia de Jesus em La Guardia, na Galiza². Foi um professor jesuíta belgo-suíço, famoso botânico de seu nome



2. Francisco Caldeira Cabral, s.d.
AISA



3. Francisco Caldeira Cabral e sua mulher, Sr.ª D.ª Alfreda, s.d.
AISA

Louisier, que despertou nele o interesse e o gosto pelas plantas³.

Terminando em agosto de 1925 o curso dos liceus, partiu, em outubro desse mesmo ano, para a Alemanha onde se matriculou no curso de eletrotécnica na Technische Hochschule Berlin-Charlottenburg que frequentou durante cinco anos, após os quais teve de regressar a Portugal por motivos de saúde⁴.

Chegado a Portugal, matriculou-se no ISA no curso de Engenheiro Agrônomo, o qual viria a concluir em 1936. Em março de 1935, estando então a frequentar o quarto ano, Caldeira Cabral recebeu um convite da CML, na pessoa do vereador Luís Pastor de Macedo (1901-1971), para ocupar o lugar de chefe da Repartição dos Jardins e Cemitérios. Decorria então a reorganização interna dos serviços municipais⁵.

Embora Caldeira Cabral não tivesse chegado a ingressar na CML, este convite despertou-lhe o interesse que o levou a decidir estudar arquitetura paisagista na Alemanha. Com uma boa relação com André Navarro (1904-1989), seu professor da disciplina de Arboricultura, Horticultura e Jardinagem, na sua ausência ficou incumbido, em julho de 1935, da direção do Jardim Botânico da Ajuda, experiência que lhe valeu a realização do seu relatório de tirocínio⁶. Este jardim foi importante, tanto para a sua formação, como mais tarde para o ensino da arquitetura paisagista.

Mário de Azevedo Gomes (1885-1965), professor de Caldeira Cabral na disciplina de Silvicultura, emitiu em junho de 1936 um documento onde justifica detalhadamente o papel do arquiteto paisagista nas zonas urbanas e a necessidade de instruir, nessa matéria, diplomados de agronomia ou silvicultura, confirmando por último que o plano de estudos apresentado por este aluno, referente ao curso de arquitetura paisagista de Berlim, satisfazia os requisitos da especialização complementar referida⁷. O Instituto para a Alta Cultura concedeu uma bolsa a Caldeira Cabral que partiu para Berlim, aos 27 anos, acompanhado de sua mulher, aí permanecendo até ao início da Segunda Guerra Mundial⁸ (Figs. 2 e 3). Em Berlim, Caldeira Cabral, já com sólidos conhecimentos na área da engenharia agrônoma, e conhecendo bem esta cidade, estava especialmente apto para o desafio que o aguardava enquanto aluno do Institut für Gartengestaltung⁹.

O ensino da arquitetura paisagista havia sido iniciado em 1929, em Berlim, por Erwin Barth (1880-1933), nomeado nesta data professor da primeira disciplina de arquitetura paisagista, embora anteriormente desse já aulas de projeto de jardins a alunos de arquitetura¹⁰. Após a sua morte, foi Heinrich Wiepking-Jürgensmann (1891-1973) quem lhe sucedeu, mantendo-se o responsável pelo ensino da arquitetura paisagista em Berlim até 1945, Wiepking viria a ser, não só o grande mestre de Caldeira Cabral, como também amigo. Ambos visitaram-se, mais tarde, na Alemanha e em Lisboa, mantendo o contacto até 1973, data da sua morte¹¹. Wiepking lecionou até 1957, ano em que se reformou, numa escola por si fundada, a Escola Superior de Cultura e Jardinagem Paisagista de Hanôver¹². Ao longo da sua vida profissional colaborou com vários arquitetos, na qualidade projetista, entre os quais Werner March (1894-1976), autor do projeto do Estádio Olímpico de Berlim, onde decorreram os Jogos Olímpicos de 1936 e em que Wiepking foi o autor dos arranjos exteriores da aldeia olímpica; com Alwin Seifert (1890-1972) foi responsável pela abordagem da paisagem global pelos arquitetos paisagistas¹³. A influência de Wiepking foi determinante no trabalho de Caldeira Cabral e, conseqüentemente, no trabalho dos seus discípulos em Portugal¹⁴.

Este foi um período de forte conotação ideológica com o nazismo, claramente emergente na Alemanha da década de 1930, como se pode ler na monografia sobre Caldeira Cabral, publicada por Teresa Andresen em 2001. Tanto Wiepking como Seifert foram homens do regime, tal como o foram os homens envolvidos na obra do Estádio de Berlim e que apoiaram Caldeira Cabral na obra do Estádio Nacional.

O facto de Caldeira Cabral usufruir de uma bolsa de estudo obrigava-o à redação e envio de relatórios semestrais que auxiliam na compreensão das atividades desenvolvidas durante este período,

tal como a correspondência trocada com os seus professores em Portugal¹⁵. Um exemplo desta correspondência é uma carta dirigida a André Navarro, na primavera do seu primeiro ano letivo, em que Caldeira Cabral explica em que consiste o ensino da Arquitetura Paisagista em Berlim: «A primeira coisa a estudar é a paisagem debaixo de todos os seus aspetos. Estudam-se os seus elementos característicos: elementos botânicos – flora espontânea e cultivada – elementos agronómicos e silvícolas, elementos arquitectónicos – formas de construção rural e urbana, etc. [...] –, elementos etnográficos e históricos, procurando a sua razão de ser e a sua função, não só estética como prática – desse estudo tiram-se conclusões para a resolução de problemas como os da habitação nos centros urbanos e suburbanos, estabelecimento de colónias de povoamento agrícola em regiões de fraca população – como é por exemplo para a Alemanha a Prússia Oriental – procurando que apesar de todas as inovações e modernizações a introduzir se mantenha a continuidade histórica e lógica entre a obra de hoje e a que nos legou o património nacional [...] foca-se por exemplo a importância das matas em regiões de cultura cerealífera, cuja destruição foi aconselhada ao começar-se a cultura mecânica e que hoje se verifica terem um papel de alta importância na defesa contra os ventos, fixação do solo, etc. Depois destes problemas de carácter eminentemente nacional, vêm as questões de parques e jardins, públicos e particulares, campos de desporto, etc. Como se vê o programa é vasto. Para o realizar começa-se por adquirir o conhecimento prático dos problemas de jardinagem, horticultura, arboricultura e viveiros [...]. A par desse ensino começa agora propriamente a aprendizagem artística. Desenho, Aguarela, Perspectiva, Projectos de Jardins e Parques, urbanização com projectos de aglomerados populacionais, etc., História de Arte da Jardinagem e da Arquitectura. Além das aulas teóricas ou das

práticas, estas últimas mais importantes, fazem-se excursões, ou na cidade ou fora estando mesmo projectada uma a Itália. E aqui está uma ideia do que é o curso.»¹⁶

A forma como todas estas matérias inovadoras foram lecionadas viria, mais tarde, a influenciar de forma decisiva a delineação do curso em Portugal, assim como o modo como se realizavam as aulas práticas e os frequentes passeios ao exterior com os alunos, quer a Sintra, ao fim de semana, quer ao estrangeiro. Segundo Teresa Andresen, esta correspondência era muitas vezes complementada com o envio de sementes e informações relativas a novas práticas e novos conceitos, bibliografia, etc., e relatava novas temáticas então abordadas, como a conservação da natureza ou o tratamento de árvores em espaço urbano¹⁷.

No verão de 1939 rebentou a Segunda Guerra Mundial. A bolsa do Instituto para a Alta Cultura foi suspensa a partir do mês de outubro e, em finais de 1939, Caldeira Cabral regressou a Lisboa com o projeto final de curso por concluir¹⁸. Este só veio a ser terminado em 1940 e o reconhecimento obtido no ano seguinte¹⁹.

O ENSINO DA ARQUITETURA PAISAGISTA

Contratado pelo ISA, em 1940, como professor auxiliar para reger o curso de Desenho Organográfico, Caldeira Cabral começou a preparar um curso livre e gratuito de Arquitetura Paisagista. Este curso teve início em outubro de 1940, com dez alunos inscritos. Facultativo, o curso funcionava às segundas e às sextas-feiras, das 18 às 20 horas para não se sobrepor ao normal horário das aulas dos cursos de Agronomia e Silvicultura, e tinha uma duração prevista de quatro anos. Caldeira Cabral, numa carta ao ministro da Educação Nacional, esclareceu: «Apesar do incómodo da hora e do aumento de trabalho que acarretava pude verificar que a frequência era sempre assídua e que no fim do ano

lectivo quasi todos os alunos me pediram trabalhos para realizar nas férias. Fiquei assim convencido que havia interesse pela frequência do curso [...]»²⁰ Estes argumentos, acrescidos do facto de querer retribuir ao Estado a oportunidade que teve de estudar no estrangeiro como bolseiro, serviram de argumento para propor ao ministro a criação de um curso de Arquitetura Paisagista no ISA, como curso independente e paralelo aos de Agronomia e Silvicultura²¹.

Teresa Andresen refere que, em janeiro de 1941, Caldeira Cabral apresentou ao Conselho Escolar o «Esboço de Programa» do Curso Livre de Arquitetura Paisagista que, com apenas algumas alterações, era semelhante ao curso por si realizado na Alemanha: «O Curso Livre de Arquitectura Paisagista terá a duração de 4 anos. No fim do curso os alunos apresentarão o seu Relatório Final sobre um assunto relacionado com a Arquitectura Paisagista. Durante o Curso Livre haverá dois exames no fim do 2.º e 4.º anos do referido curso livre, e o aluno apresentará os trabalhos práticos até aí efectuados.»²²

O primeiro ano do curso correspondia ao segundo dos cursos de Agronomia e Silvicultura. As disciplinas estavam distribuídas da seguinte forma: 1.º ano – Construção de Jardins, Desenho à Vista e Aguarela, Geometria Descritiva e Perspetiva; 2.º ano – Plantas de Jardim, Elementos de Construção Civil e Arquitectura; 3.º ano – Arquitectura Paisagista I, História da Arte I; 4.º ano – Arquitectura Paisagista II, História da Arte II, Urbanismo e Colonização, sendo que Caldeira Cabral indicou ainda as disciplinas dos outros cursos do ISA que mais interessavam ao Curso Livre: Botânica, Matemáticas Gerais, Física Agrícola, Química Agrícola, Microbiologia, Topografia, Agricultura Geral, Arboricultura e Horticultura, Viticultura, Silvicultura, Construções Rurais e Hidráulica Agrícola²³.

Caldeira Cabral rematava este documento afirmando: «O que ficou exposto representa o nosso

desideratum a atingir, que seguramente ficará muito aquém nos primeiros anos de funcionamento do Curso. Estamos porém convencidos de que é possível desde já atingir o mínimo necessário para lançar as bases de um Curso e de uma Profissão, cuja necessidade já hoje se faz sentir entre nós, e que a pouco e pouco se irá desenvolvendo de forma que daqui a dez ou quinze anos possamos ter percorrido um caminho semelhante ao que na Inglaterra ou na Alemanha percorreram aqueles que se lançaram em idêntica empresa, em condições parecidas, tendo servido A Bem da Nação.»²⁴

Mais tarde, em 1945, no balanço que Caldeira Cabral fez de quatro anos de funcionamento do Curso Livre, verificou que a maioria dos alunos acabava por abandonar o curso, sobretudo depois de iniciarem os exames de frequência. Eram assim poucos os alunos que persistiam, ultrapassando a sobrecarga de trabalho que o curso acarretava. Caldeira Cabral propôs então: «[...] simplificar por enquanto o curso, em relação ao programa primitivamente apresentado como esboço, e para o qual no entanto se há-de tender de futuro.»²⁵

A 13 de dezembro de 1948, Azevedo Coutinho foi o primeiro dos alunos a concluir o Curso Livre e a ingressar como assistente de Caldeira Cabral no ISA. Manteve-se na docência entre 1950 e 1953. Seguiram-se nesta tarefa outros arquitetos paisagistas, como Fernando Vaz Pinto, entre 1953 e 1957, Ribeiro Telles e Edgar Fontes, em 1957. Ribeiro Telles saiu em 1963 e foi substituído por Álvaro Dentinho que iniciou a sua docência em 1964, mantendo-se até 1967. Em 1969, José Ritto Rainha iniciou um período de docência que manteve até 1975²⁶.

Em 1953, Caldeira Cabral criou o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista no ISA, argumentando: «É indubitável que não pode fazer-se ensino eficaz sem que a par da atividade pedagógica, se exerça investigação e estudo que constituem, afinal, a fonte vivificadora do próprio ensino.»²⁷

A criação do centro foi autorizada por despacho ministerial de 23 de outubro de 1953²⁸.

Em 1968, num Memorial do Centro de Estudos, foram recapituladas as atividades, desde a sua criação²⁹. Enumeram-se nove ações, desde uma coleção de cerca de 3000 diapositivos, sobre assuntos como paisagem, plantas ornamentais, urbanismo, etc. [...], passando pelos relatórios finais e de tirocínio realizados no centro; a organização de uma exposição em 1953; a organização da participação portuguesa na primeira *Exposição Internacional de Arquitetura Paisagista*, organizada em Zurique, em 1957, pela International Federation of Landscape Architects (IFLA) e a sua apresentação ao público, no ano seguinte, em Lisboa; a organização de colóquios sobre os assuntos mais interessantes da profissão; colaborações com a Junta de Povoamento de Moçambique, com a Liga de Proteção da Natureza e com a Secção de Proteção da Natureza da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Caldeira Cabral adquire uma grande projeção internacional, fruto da sua participação na IFLA, tendo sido convidado para lecionar no estrangeiro em diversas universidades, como nas universidades norte-americanas da Califórnia e da Geórgia, em 1962, e na Universidade Estadual da Pensilvânia, em 1972. Entre 1969 e 1973, regeu no ISA, durante dez semanas, um curso para alunos da Universidade Estadual da Pensilvânia. Foi também convidado, em 1951, para reger um curso na Faculdade de Arquitetura Paisagista, em Hanôver. Em 1968, esteve cerca de uma semana na Universidade de Newcastle upon Tyne³⁰. Dirigiu ainda cursos em outras universidades estrangeiras, como as universidades de Atenas, Michigan, Madrid, Saragoça e Tóquio³¹. Em meados dos anos de 1960, Caldeira Cabral encontrava-se também envolvido no Conselho Nacional de Educação³².

Com a revolução de abril de 1974, Caldeira Cabral terminou a sua carreira docente no ISA,

tendo-se reformado. Em 1976, foi criada uma Licenciatura em Arquitetura Paisagista no ISA, cancelada cerca seis meses mais tarde, prosseguindo o ensino como Curso Livre. Nesse mesmo ano foi criada uma outra Licenciatura em Arquitetura Paisagista na Universidade de Évora, por Ribeiro Telles, na qual Francisco Caldeira Cabral lecionou entre 1979 e 1982. Esta universidade atribuiu-lhe, em 1980, à semelhança da Universidade Técnica de Hanôver, em 1971, o grau de Doutor Honoris Causa³³.

A ATIVIDADE PROFISSIONAL

A atividade profissional de Caldeira Cabral como arquiteto paisagista iniciou-se em 1938, ainda estudante, com o projeto do Estádio Nacional, realizado em colaboração com o arquiteto alemão Konrad Wiesner, assistente no instituto que frequentava em Berlim³⁴.

Após a participação no projeto do estádio, Caldeira Cabral projetou intensamente durante as décadas de 1940, 1950 e parte da década de 1960. A partir de meados desta década, o seu envolvimento na IFLA e no Conselho Nacional de Educação era já tão intenso que o ritmo da atividade projetual abrandou. Caldeira Cabral trabalhou isolado até à data da licenciatura dos primeiros arquitetos paisagistas portugueses, isto é, inícios da década de 1950. A partir de então começou a verificar-se a cooperação com os seus discípulos, através do Centro de Estudos, tendo sido, no entanto, lamentavelmente disperso o arquivo respeitante aos trabalhos desenvolvidos neste âmbito. Entre os seus projetos mais emblemáticos deste período contam-se os seguintes: Parque de São Francisco e Praça do Município no Funchal (1941), Quinta da Agrela, em Santo Tirso (1941-1952), Auditório na Tapada da Ajuda, Lisboa (1943), o *Plano de Ordenamento da Herdade da Motrena*, em Setúbal (1946-1960), Herdade Cayola Basto, em Reguengos de Monsaraz (1950-59), Parque das Termas, nas Caldas da

Rainha (1951-1954), Jardim Constantino Palha, em Vila Franca de Xira (1954), jardins do Hotel Palace do Estoril, com Edgar Fontes (1955), Avenida da Liberdade, em Lisboa, com Ribeiro Telles (1956-1960) e muitos jardins e quintas de recreio particulares³⁵.

Depois da aposentação, Caldeira Cabral iniciou um novo período de trabalho com os seus discípulos Albano Castelo Branco e Joaquim Elias Gonçalves, e sobretudo com João Caldeira Cabral, seu filho, engenheiro agrónomo, num *atelier* por eles fundado, localizado na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Em 1951 Caldeira Cabral foi convidado pela IFLA para representar Portugal como membro individual da federação, atividade que o levaria a viajar e a internacionalizar a Arquitetura Paisagista realizada em Portugal³⁶. Em 1956, o Centro de Estudos participou na *Exposição Internacional de Arquitetura Paisagista*, em Zurique, enviando vários trabalhos dos jovens arquitetos paisagistas portugueses (Figs. 4 e 5). Esta exposição viria a Portugal no ano seguinte, com a colaboração do Secretariado Nacional de Informação, do Ministério da Obras Públicas e da CML³⁷.

Em 1957 o Grande Conselho da IFLA admitiu, por aclamação, o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista como representante dos arquitetos paisagistas portugueses, passando assim Portugal a ter dois votos no Conselho. Em 1958, Caldeira Cabral foi eleito vice-presidente da Federação e, quatro anos mais tarde, eleito por unanimidade presidente da mesma, sendo, no Congresso Internacional realizado em Tóquio em 1964, reconduzido na presidência por mais dois anos.

Em 1970, Lisboa recebeu o 12.º Congresso da IFLA, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian (Fig. 6). A organização ficou a cargo do secretariado da IFLA, sediada em Lisboa desde 1965, em colaboração com o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista (CEAP), onde este secretariado se

4. Francisco Caldeira Cabral discursando no 5.º Congresso da IFLA, em Zurique, 1956.
HAVB

5. 5.º Congresso da IFLA, em Zurique.
Na assistência, na segunda fila à esquerda, António Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles; Geoffrey Jellicoe e Sylvia Crowe à sua frente, 1956.
HAVB



6. Folheto informativo do 12.º Congresso organizado pela IFLA, que ocorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
DGPC/SIPA. AVB. 173_Folheto 01

encontrava instalado³⁸. A organização contava com uma comissão central, constituída por Francisco Caldeira Cabral, Edgar Sampaio Fontes, António Viana Barreto e José Marques Moreira. Realizou-se também uma exposição comissariada por Gonçalo Ribeiro Telles e José Manuel Vasconcelos. Acompanhavam o congresso várias visitas de estudo. Além de três visitas a diferentes zonas de Lisboa, visitaram-se as Serras da Arrábida e Sintra, o Estoril, partindo-se também para uma visita de quatro dias à Ilha da Madeira. A organização destas visitas teve como responsáveis Dinis Raposo, Ilídio de Araújo, Manuel Cerveira e João Reis Gomes. Leonel Fadigas foi o responsável pela imprensa. Entre os oradores estiveram presentes personalidades como o presidente da Comissão Internacional dos Parques Nacionais da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), J. P. Harroy, e o diretor-geral da mesma, Gerardo Budowski (1925-2014)³⁹. Garrett Eckbo (1910-2000), professor da Universidade de Berkeley, na Califórnia, apresentou, conjuntamente com Caldeira Cabral, uma comunicação sobre o tema «A síntese do Arquitecto Paisagista»⁴⁰.

OS DISCÍPULOS

O Curso Livre de Arquitetura Paisagista formou vários discípulos de Caldeira Cabral. Apesar do número algo reduzido de alunos, foi clara a preocupação que o arquiteto sempre demonstrou com a sua colocação profissional, como se pode verificar lendo os seus relatórios⁴¹. A revista *AGROS*, da Associação de Estudantes do ISA, dedicou o número de março-abril de 1957 à Arquitetura Paisagista. No artigo de abertura, da autoria de Caldeira Cabral, *A Missão do Arquitecto Paisagista*, este transcreve uma conferência realizada no ISA, no ano anterior, onde afirma: «[...] A minha primeira preocupação no regresso [de Berlim] foi ensinar a outros o que

tinha aprendido e ao mesmo tempo exercer aqui a profissão para poder aprofundar os meus conhecimentos e sobre tudo saber aplicá-los ao caso português. [...] Graças a Deus passados 16 anos – voltei em fins de 1939 – já não estou só. Dez colegas exercem a profissão e trabalham no Continente e também no Ultramar. Todos estão ocupados para além das suas forças e todos têm conseguido, depois de vencidas as resistências iniciais motivadas quase sempre pela novidade das soluções, encontrar o melhor apoio e a melhor colaboração de todos os outros com que tem de trabalhar. [...] Além do ensino estamos hoje a trabalhar no Ministério das Obras Públicas na Direcção Geral de Urbanização. No Ministério da Economia na Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e na Junta de Colonização Interna. No Ministério do Interior, na Câmara Municipal de Lisboa, quer na Repartição de Jardinagem e Arborização quer no Gabinete de Estudos de Urbanização. No Ministério do Ultramar na Província de Moçambique, no Grémio dos Produtores de Milho da Beira. Acresce a esta atividade toda a de profissão liberal no projeto e estudo de parques e jardins particulares e públicos, trabalhos de construção rural e, propriamente na paisagem, em explorações agrícolas e florestais.»⁴²

Ilídio de Araújo deixou o seguinte testemunho: «Surgiram, contudo no início da década de 1950, nas pessoas do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e do Director Geral dos Serviços de Urbanização (do Ministério das Obras Públicas), duas excepções que permitiram a germinação das primeiras “sementes” produzidas por Caldeira Cabral no magro viveiro da Tapada da Ajuda. Mais tarde, em 1957, a exibição (em Lisboa e depois no Porto) da *Exposição Internacional de Projetos de Arquitectura Paisagista* promovida pela IFLA constituiu, para um restrito sector da população do País, uma primeira revelação do papel que estava a ser atribuído aos Arquitectos Paisagistas nos países em

que o ensino superior da Arquitectura Paisagista já estava implantado e onde esses profissionais já estavam a ser responsabilizados em projectos de grande impacto económico e ambiental. Mas, fora do viveiro da Tapada da Ajuda, em Portugal a paisagem continuava a ser algo que apenas despertava a atenção de alguns aludados pintores e fotógrafos.»⁴³ O presidente da CML à época, cujo mandato se estendeu de 1944 a 1959, era o oficial Álvaro Salvação Barreto, pai de Viana Barreto, e o diretor-geral era o engenheiro Manuel Sá e Melo.

Entre os discípulos arquitetos paisagistas de Caldeira Cabral, são considerados instrumentais no exercício da profissão a favor da cidade de Lisboa, Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Sousa da Câmara, Álvaro Dentinho e Marques Moreira, todos integrados nos quadros da CML, e ainda Viana Barreto.

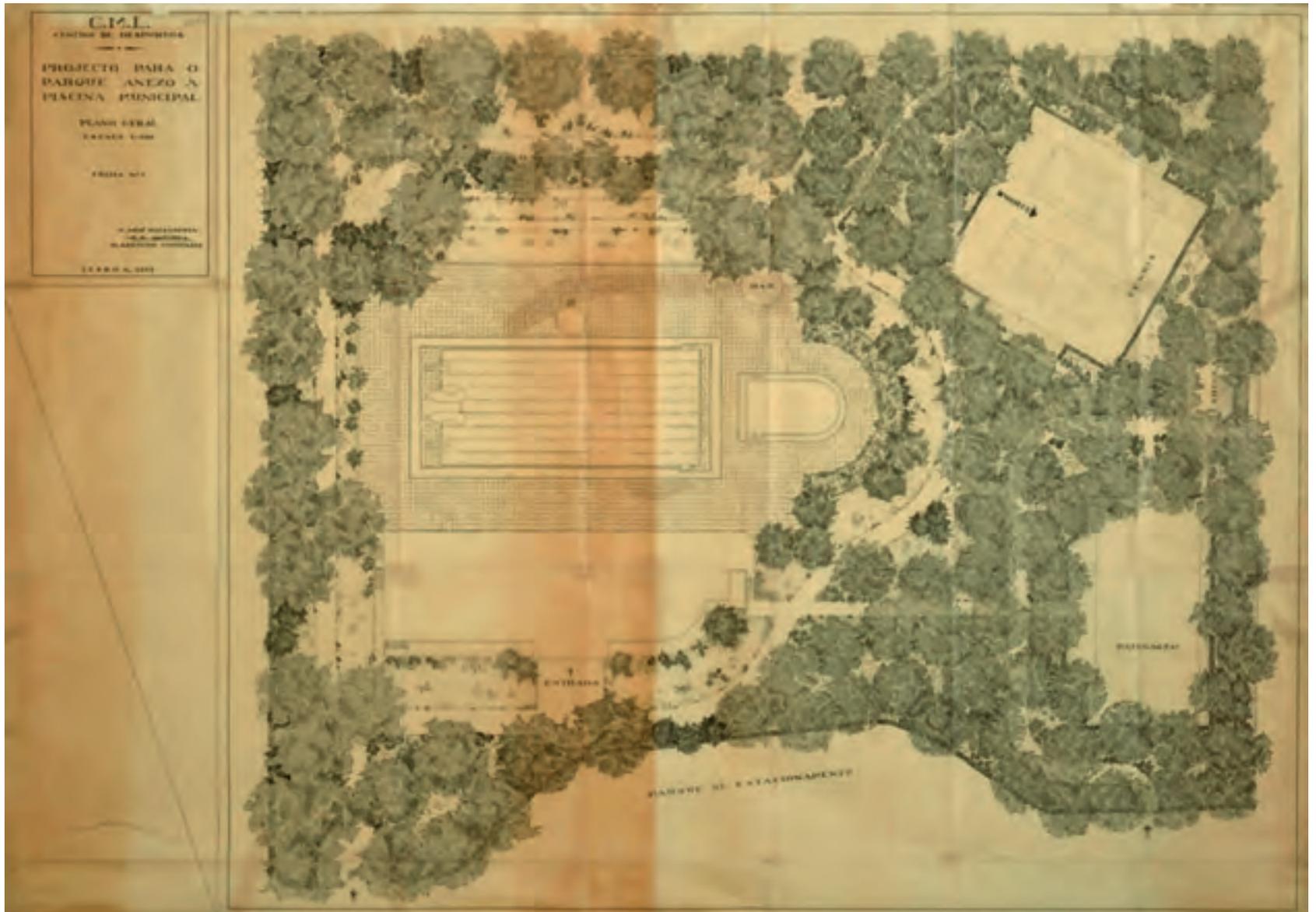
Quando, em 1949, Azevedo Coutinho colaborou com a CML, através da Direção dos Serviços Técnicos Especiais (DSTE), o projeto dos jardins municipais estaria entregue ao arquiteto Luís Mateus Júnior (1913-1994) que tinha ingressado na Direção de Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) da CML, em 1944, e colaborado com o arquiteto Francisco Keil do Amaral (1910-1975) o qual, entretanto, deixou a CML em 1947^{44, 45}. Na CML, depois de Azevedo Coutinho, seguiu-se a colaboração de Ribeiro Telles, em 1950, e de Edgar Fontes em 1953. Esta equipa manteve-se inalterada até finais da década de 1950, com a entrada de Sousa Câmara, em 1957, e de Álvaro Dentinho, em 1959. Ribeiro Telles deixou a CML em 1960. Mais tarde, após finais da década de 1960, juntaram-se outros colegas, como Marques Moreira e Fernando Pessoa.

Os jovens arquitetos paisagistas começaram por integrar a DSTE mas, a partir de 1954, Azevedo Coutinho e Ribeiro Telles passaram a colaborar no Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), com a equipa coordenada por Guimarães Lobato e,

concretamente, na elaboração do *Plano de Urbanização da Encosta do Restelo (II Parte)*. Este é um facto de relevo, pois até aí tinham exercido atividade prioritariamente no âmbito das plantações – sobretudo praças, largos e arruamentos – apesar de o primeiro projeto de Azevedo Coutinho ter uma instrução completa, sendo composto de diversas peças desenhadas e, portanto, não restrito às plantações. Referimo-nos ao *Projecto para uma Piscina no Campo Grande* que acabou por não ser executado (Fig. 7). Os arquitetos paisagistas iniciaram então a sua colaboração no planeamento, nomeadamente nos planos de urbanização dos novos bairros e, mais tarde, também na revisão do «Plano De Gröer», conduzida por Guimarães Lobato. Nas revisões que se sucederam, em 1959 por Ribeiro Telles, Caldeira Cabral e Álvaro Dentinho, estes desenvolveram a proposta de estrutura verde de Lisboa e, em 1964, António Campello, que trabalhava na Junta de Colonização Interna e como vogal do *Plano Director da Região de Lisboa (1964)*, teve um contributo importante e inovador à escala supramunicipal⁴⁶.

Na CML, na área do projeto, para além dos jardins, parques, praças, largos e arruamentos, surgiram outros desafios complexos como os acessos à nova ponte sobre o Tejo, cujo projeto foi liderado por Sousa da Câmara no respeitante à modelação e revestimento de taludes. A conservação dos espaços verdes passou também a ser outra área de atuação importante, nomeadamente para Azevedo Coutinho, ao nível dos viveiros, e para Edgar Fontes e Sousa da Câmara no respeitante à rega automática e à mecanização e racionalização das operações de manutenção dos espaços verdes da cidade.

Fora da CML, não podemos deixar de destacar o trabalho de António Campello e de Viana Barreto, pelas suas intervenções de carácter pontual mas com um enorme impacto. Viana Barreto ingressou nos quadros da Direção-Geral de Serviços de



7. *Projecto para o parque anexo à Piscina Municipal. Plano geral. (Campo Grande). Primeiro projeto de um arquiteto paisagista para a CML. Azevedo Coutinho, 1949. AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.090*



8. Almoço de celebração do 60.º aniversário dos viveiros Jardim-Primavera. Da direita para a esquerda: Álvaro Ponce Dentinho, Viana Barreto, não identificado, Gonçalo Ribeiro Telles, Manuel Azevedo Coutinho e Edgar Sampaio Fontes, 1965. Fotografia Alves Pinto. In ANDRESEN, Teresa – *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. HESF

Urbanização (DGSU) em 1953. O seu primeiro trabalho terá sido a envolvente da Torre de Belém, projeto que, mais à frente, descreveremos em detalhe. Os trabalhos relacionados com a Torre de Belém não são – crê-se – o seu único trabalho para a cidade, no entanto considera-se que foi uma intervenção de importância significativa. Também Ilídio de Araújo ingressou na DGSU em 1957 e colaborou em alguns trabalhos para a cidade, antes da sua transferência para o Porto, nomeadamente na Comissão Administrativa dos Novos Edifícios da Universidade de Lisboa, juntamente com Viana Barreto e Álvaro Dentinho

De seguida apresenta-se uma breve biografia de cada um dos arquitetos paisagistas: Azevedo

Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Viana Barreto, António Campello, Sousa da Câmara e Álvaro Dentinho⁴⁷ (Fig. 8).

MANUEL DE AZEVEDO COUTINHO

Nasceu a 29 de abril de 1921, em Portalegre. Formou-se em Engenharia Agronómica e concluiu o Curso Livre em 13 de dezembro de 1948, com a tese *O Jardim Botânico da Ajuda. História da sua evolução. Estado presente do jardim. Projeto de remodelação*. Lecionou no ISA entre 25 de fevereiro de 1950 e 14 de abril de 1953.

Azevedo Coutinho iniciou a sua colaboração na CML em 1949, com o projeto *Parque Anexo à Piscina Municipal*, antes ainda de pertencer aos quadros

desta instituição, conforme já tivemos oportunidade de referir⁴⁸, onde exerceu funções na 3.ª Repartição de Arborização e Jardinagem da DSTE que chefiou entre 1970 e 1972.

Realizou os seguintes projetos: em 1950, *Jardim junto ao centro escolar da Célula n.º 1 em Alvalade*, *Jardim junto ao centro escolar da Célula n.º 2 em Alvalade*, *Arborização do centro escolar da Célula n.º 3 em Alvalade*, *Placa lateral ao Norte do Campo Grande*, *Avenida Guerra Junqueiro*, *Avenida da Igreja*, *Praça Pasteur*; em 1951, *Jardim do Largo Frei Heitor Pinto*, *Jardim da Praça de Londres*, *Jardim da Célula n.º 2 em Alvalade*, *Arborização da Avenida João XXI* e *Placas centrais da Avenida do Aeroporto*; em 1952 realizou algumas intervenções no Jardim da Estrela, com vista à celebração do seu centenário, em 1953 realizou o Jardim Gomes de Amorim e em 1954 projetou o Jardim do Campo Grande⁴⁹. De 1954 em diante, Azevedo Coutinho deixou de projetar para se dedicar à remodelação dos vários viveiros municipais, tendo trabalhado na CML até finais da década de 1980.

GONÇALO RIBEIRO TELLES

Nasceu a 25 de maio de 1922, em Lisboa. Formou-se em Engenharia Agrónomica e concluiu o Curso Livre em 4 de julho de 1950, com a tese *Um caso concreto de Ordenamento Paisagístico. Estudo de três herdades no concelho de Coruche*. Foi nomeado professor assistente no ISA a 9 de novembro de 1957, atividade que manteve até abril de 1963. Na Universidade de Évora fundou, em 1976, a Licenciatura em Arquitetura Paisagista. Em 1992 foi jubilado nessa mesma universidade e, em 1994, foi agraciado por aquela instituição com o título de Doutor *Honoris Causa*.

Iniciou a sua carreira na CML em 1950, projetando jardins e arruamentos sobretudo para os novos bairros de Lisboa: Encarnação, Alvalade e Encosta do Restelo. Desenvolveu funções até

1960, realizando mais de 60 projetos para o espaço público desta cidade e projetando espaços tão diversos como jardins, praças, arruamentos, escolas e cemitérios. Planeou ainda, como técnico nesta instituição, as «Estruturas Verdes» da Lapa (1958), de Alfama e Castelo (1959) e do *Plano Director de Lisboa* (1959). Como funcionário do Estado, exerceu ainda atividades no Fundo de Fomento da Habitação, entre 1971 e 1974, onde dirigiu o setor de Planeamento Biofísico e Espaços Verdes.

Como profissional liberal, a sua carreira registou um forte incremento após a sua saída da CML, realizando cerca de três centenas e meia de projetos, em áreas como: jardins de uso privado; parques de uso público como o Parque da Moita (1971) e o Parque do Vale das Abadias, na Figueira da Foz (1971); jardins de instituições, entre os quais se incluem os jardins do Museu de Marinha (1961), da Fundação Calouste Gulbenkian⁵⁰ (em coautoria com Viana Barreto) (1959-finais da década 1960), do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1966), da Estação Agronómica Nacional (1966) e o do Instituto Ricardo Jorge (1973); jardins históricos, como os jardins do Paço Episcopal de Portalegre (1965) e da Quinta dos Marqueses de Pombal (finais de 1960); enquadramento paisagístico de unidades fabris, como a Petroquímica (1960) e a Siderurgia Nacional (1961); recuperação de pedreiras, como a Tijocal (1962).

No Ordenamento do Território colaborou, entre outros, no *Plano Director da Urbanização de Lisboa* (1959), no *Plano Director de Coimbra* (1972), no *Plano de Pormenor da Zona do Castelo* (1972) e no *Plano Director Municipal de Lisboa* (componentes ambientais) (1994).

Ribeiro Telles é também responsável por mais de uma centena de publicações sobre uma enorme diversidade de temas: ordenamento do território, ambiente, urbanismo, análise visual, paisagem, projeto, agricultura, gestão de recursos, educação e

política. Fundador e dirigente do Partido Popular Monárquico, ocupou altos cargos públicos, como o cargo de subsecretário e secretário de Estado do Ambiente, do 1.º ao 4.º e 6.º Governos Provisórios, de ministro de Estado e da Qualidade de Vida do 8.º Governo Constitucional, de deputado do PPM, de vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Foi também fundador e dirigente do Partido da Terra. Da sua passagem pelos governos destaca-se legislação proposta e aprovada no âmbito da defesa da paisagem e do ambiente, encontrando-se, entre outros decretos de lei: os *Planos Regionais de Ordenamento do Território* (Dec. Lei 388/83), a *Reserva Ecológica Nacional* (Dec. Lei 321/83) e a *Reserva Agrícola Nacional* (Dec. Lei 451/83).

Em abril de 2013, a IFLA atribuiu a Ribeiro Telles o prémio Sir Geoffrey Jellicoe⁵¹.

EDGAR SAMPAIO FONTES

Nasceu a 25 de junho de 1922, em Lisboa. Formou-se em Engenharia Agronómica e concluiu o Curso Livre em 14 de junho de 1951, com a tese *A vinha na paisagem do Minho*. Foi nomeado professor assistente no ISA em 1964, atividade que manteve até 1974, voltando a lecionar, como professor convidado, a partir de 1978.

Iniciou a sua colaboração na CML em 1953, desenvolvendo projetos nos bairros de Alvalade e Encarnação, na Parada dos Prazeres e na Avenida Fontes Pereira de Melo. Posteriormente, realizou outros projetos no Bairro do Grilo, no Alto do Parque Eduardo VII e na Estufa Fria. Projetou, ainda, os jardins de um elevado número de escolas. Na CML ocupou os cargos de chefe da 6.ª Repartição – Planeamento e Instalação de Espaços Verdes (1970–1976), chefe da Divisão de Arborização e Jardinagem (1972 a 1982) e diretor dos Serviços de Espaços Verdes (1982 a 1989). Foi secretário-geral da IFLA entre 1973 e 1978. Escreveu diversas publicações e artigos para revistas da especialidade.

ANTÓNIO VIANA BARRETO

Nasceu a 15 de fevereiro de 1924, em Lisboa. Formou-se em Engenharia Silvícola e concluiu o Curso Livre em 30 de abril de 1952, com a tese *O Parque de Monsanto e a cidade de Lisboa*. Em 1953 entrou para a DGSU, onde projetou e realizou variadas obras, de entre as quais se destacam os jardins envolventes de monumentos nacionais, como a Torre de Belém em Lisboa, o Mosteiro da Batalha ou o Paço Ducal e Castelo, em Guimarães. Iniciou a sua atividade como técnico da Junta Nacional da Cortiça e em 1953 integrou a Direção Geral dos Serviços de Urbanização, tendo este sido o início de uma carreira profissional longa no planeamento urbano e no ordenamento do território, tendo exercido as funções de chefe da Divisão de Estudos e Ordenamento na Direção-Geral do Planeamento Urbanístico (1973–1978), chefe do Serviço de Ordenamento da Paisagem da Divisão de Estudos e Planeamento (1978), diretor dos Serviços de Estudos e Ordenamento Físico da Direção Geral do Planeamento Urbanístico (1979–1981) e diretor-geral do Ordenamento, no Ministério da Qualidade de Vida (1981–1987). No âmbito destes cargos, para além de estudos diversos, concebeu instrumentos jurídicos essenciais nesta área. Coordenou o relatório de 1962, *Defesa da Paisagem*, em coautoria com os arquitetos Manuel Laginha e J. A. Reis Pires, um documento precursor de figuras de ordenamento do território como a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional e ainda o quadro das áreas protegidas, ao identificar os valores da paisagem, conceber uma entidade de tutela (Gabinete de Estudos e Controle da Paisagem) e enunciar de forma genérica a respetiva transformação na forma de diploma legal^{52, 53}.

Como profissional liberal realizou, no seu *atelier*, parcerias com outros colegas de profissão e arquitetos, salientando-se, entre vários projetos, os terraços do Hotel Ritz, que projetou com Álvaro Dentinho

e Porfirio Pardal Monteiro, equipa que viria a juntar-se de novo para o projeto da Biblioteca Nacional e dos edifícios da Universidade de Lisboa, instituição para a qual desenvolveu ainda os arranjos exteriores envolventes do Estádio Universitário de Lisboa, com os colegas Álvaro Dentinho e Ilídio de Araújo. Realizou vários parques em todo o país, nomeadamente em Rio Maior, Viseu (Parque Aquilino Ribeiro), Sines, Setúbal (Parque do Bonfim e Avenida Luísa Todi, com o colega Albano Castelo Branco). Em Lisboa projetou, juntamente com Ribeiro Telles, os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian. Efetuou ainda, entre muitas outras obras, os *campi* universitários da Universidade do Algarve, em Faro (Gambelas e Pena).

Viana Barreto destacou-se também na área do urbanismo e do ordenamento do território, com diversos trabalhos nos quais se incluem o *Estudo de Ordenamento do Algarve* (1967), em colaboração com os colegas Álvaro Dentinho e Albano Castelo Branco, o Bairro da Sacor, com Álvaro Dentinho e o arquiteto Jorge Segurado, o *Plano de Expansão de Carnaxide*, com Álvaro Dentinho, ou o *Plano de Aptidão de Queijas*, com Álvaro Dentinho e Ruy D'Athouguia.

Realizou atividade docente, sobretudo no âmbito do ordenamento do território: em 1979 e 1980 no Instituto Superior Técnico, de 1981 a 1984 na Universidade de Évora e de 1984 a 1988 no ISA.

ANTÓNIO CAMPELLO

Nasceu a 18 de julho de 1924, em Lisboa. Formou-se em Engenharia Agronómica e concluiu o Curso Livre em 5 de dezembro de 1952 com a tese *A compartimentação na defesa dos ventos. Estudo de uma região localizada nos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra. Anteprojecto*. Em 1955 ingressou na Junta de Colonização Interna, onde permaneceu durante 17 anos e ao serviço da qual realizou projetos de ordenamento da paisagem, até 1962, nas

herdades da Colónia Agrícola da Gafanha, Pegões, Revilheira, Barraseiros e Lameirões. Em 1962, na qualidade de vogal da 5.ª Secção da Comissão do Plano Director da Região de Lisboa, como representante da Junta de Colonização Interna, Secretaria de Estado da Agricultura, elaborou a componente do plano intitulada *Carta das grandes zonas de condicionamento urbanístico (esc. 1/50 000)*, aplicando o método de sobreposições advogado por Ian McHarg (*Design with Nature*, 1969). Em 1969 partiu para Angola onde desempenhou funções como administrador da Companhia do Luso.

MANUEL DE SOUSA DA CÂMARA

Nasceu a 17 de outubro de 1929, em Lisboa. Licenciou-se em Engenharia Agronómica e concluiu o Curso Livre em 5 de julho de 1957, com a tese *A Tapada Real de Vila Viçosa – Anteprojecto do seu ordenamento paisagístico*. Entre 1954 e 1961 trabalhou na Direção-Geral dos Serviços Agrícolas – Repartição de Construções Agrícolas, Defesa e Conservação do Solo e, a partir desta data, na 3.ª Repartição de Arborização e Jardinagem da CML, realizando projetos nas avenidas dos Estados Unidos da América e do Brasil, nos novos bairros de Lisboa, como o Bairro da Quinta do Charquinho e o Bairro Padre Cruz, na Quinta do Casalinho, em parques como a Mata de Alvalade e o Vale do Silêncio, em jardins como a Praça das Flores e a remodelação do Jardim Guerra Junqueiro e em escolas como os grupos escolares das Furnas e do Bairro Madre Deus. A sua intervenção nos acessos da nova ponte sobre o Tejo valeu-lhe um louvor da parte da CML. Entre 1966 e 1971 colaborou com o Gabinete Técnico da Habitação desenvolvendo trabalho no bairro dos Olivais e em Chelas.

Depois de 1971, exerceu a arquitetura paisagista em regime de profissão liberal tendo, mais tarde, constituído um *atelier*. Teve uma atividade diversificada, desde os projetos de arranjos exteriores



9. Da direita para a esquerda: Viana Barreto, Francisco Caldeira Cabral, Julius Gy Fábos (professor da Universidade de Massachusetts, EUA), Carlos Baeta Neves (professor e, na época, o coordenador da Licenciatura de Arquitetura no ISA), Manuel Sousa da Câmara, Gonçalo Ribeiro Telles, Joaquim Elias Gonçalves e Ilídio Alves de Araújo, 1984.

Fotografia Cristina Castel-Branco. In ANDRESEN, Teresa – *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*.

de hospitais (Santarém, Abrantes, Viseu) e hotéis (Seteais, Tivoli), do edifício da PT Picoas (incluindo os terraços), da central térmica da EDP, em Setúbal, a estudos de avaliação de impacto ambiental, sendo um inovador em métodos de engenharia biológica, no projeto assistido por computador e em sistemas de informação geográfica aplicados à arquitetura paisagista. Simultaneamente lecionou no ISA na licenciatura de arquitetura paisagista entre 1976 e 1988.

ÁLVARO PONCE DENTINHO

Nasceu a 15 de setembro de 1924. Licenciou-se em Silvicultura e concluiu o Curso Livre em 10 de julho de 1959, com a tese *Modulação na composição das estradas*. Iniciou a sua colaboração na CML

em 1957, ingressando no GEU onde colaborou no *Plano Director da Urbanização de Lisboa* e no *Estudo de Urbanização da Encosta do Restelo*. A partir de 1961 passou a integrar o Gabinete Técnico da Habitação, focando o seu trabalho nas zonas de Olivais, e Chelas. Em 1965, integrou a equipa do Plano de Ordenamento do Algarve, com os arquitetos paisagistas Viana Barreto e Albano Castelo Branco, responsáveis por desenvolver um trabalho pioneiro em Portugal no exercício do ordenamento do território. Em 1969, integrou a equipa coordenada pelo engenheiro e urbanista Mário de Azevedo, para a elaboração do *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, atual Maputo. Autor de diversos projetos e estudos, foi também assistente no Curso Livre de Arquitetura Paisagista.

Francisco Caldeira Cabral foi o grande fundador da Arquitetura Paisagista em Portugal e, no seu tempo, alcançou notoriedade internacional. Uma vez formado em arquitetura paisagista em Berlim, regressou a Portugal motivado para formar profissionais nessa área. Conseguiu fazê-lo mediante a criação de um Curso Livre. Simultaneamente exerceu a sua atividade profissional, realizando diversos projetos de arquitetura paisagista e de ordenamento paisagístico. O projeto do Estádio Nacional, dos finais da década de 1930, é emblemático no conjunto deste trabalho, nomeadamente por pôr em prática os fundamentos da profissão.

Azevedo Coutinho foi o primeiro engenheiro agrónomo formado, tendo também completado o Curso Livre. Foi um pioneiro na CML onde ingressou de imediato. Seguiram-se outros profissionais, nomeadamente Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Sousa da Câmara e Marques Moreira. Neste capítulo destacamos o percurso destes profissionais, assim como de António Campello, colocado na Junta de Colonização Interna, e Viana Barreto, quadro da DGSU. Todos eles têm importância no projeto do espaço público de Lisboa – quer ao nível do planeamento da infraestrutura verde da cidade quer do projeto de arquitetura paisagista para as praças, largos, jardins, parques e arruamentos da cidade.

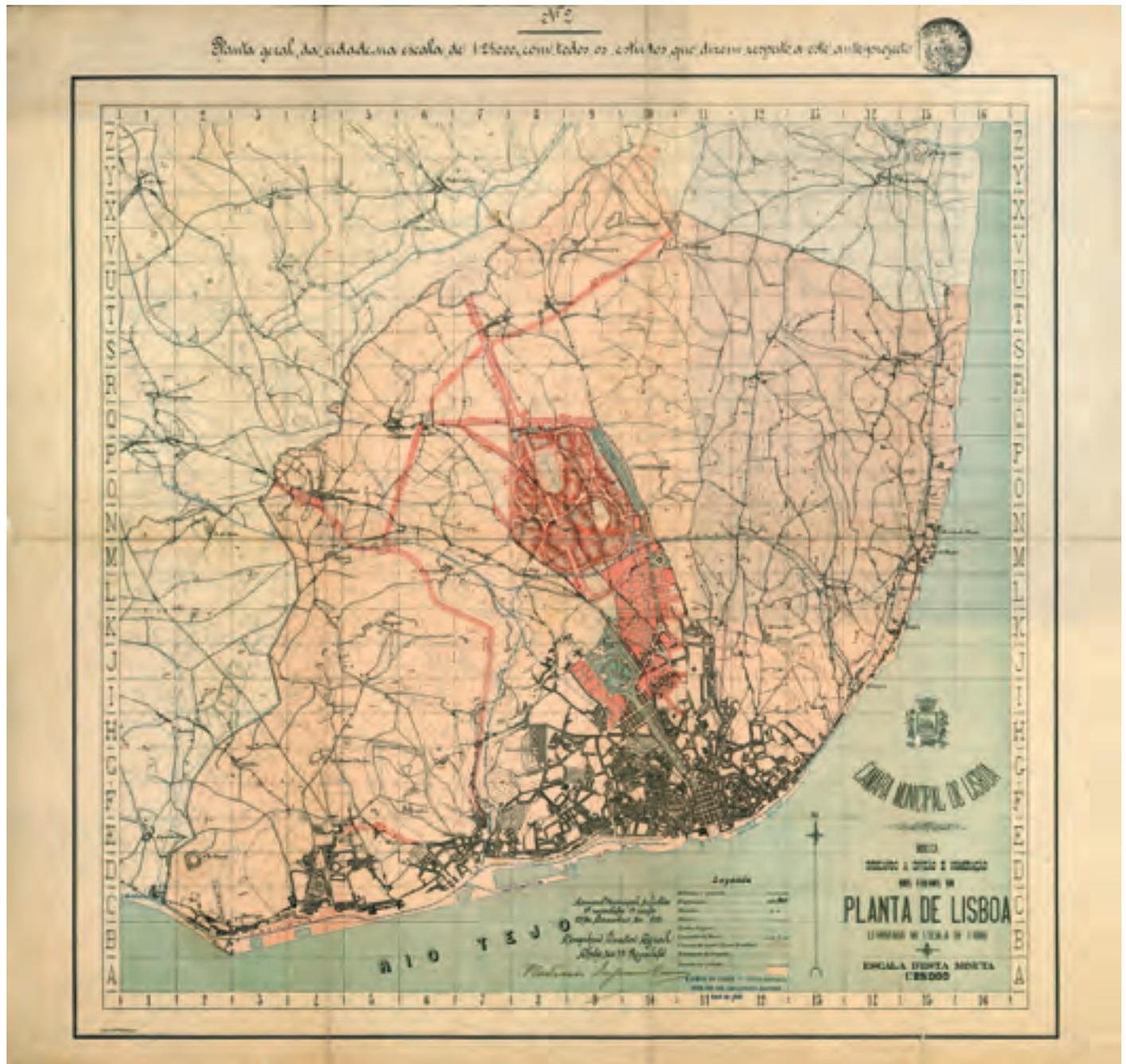
Podemos dizer que Lisboa ainda hoje espelha estes momentos fundacionais da profissão de arquiteto paisagista – na cidade e na vida dos lisboetas. A seguir procuraremos contextualizar a sua atividade no espaço de Lisboa nas décadas de 1950 e 1960 (Fig. 9).

O ESPAÇO PÚBLICO DE LISBOA

Para a contextualização e interpretação do trabalho desenvolvido pelos arquitetos paisagistas em Lisboa, durante as décadas de 1950 e 1960, é importante referir alguns aspetos determinantes sobre as dinâmicas em curso na cidade e que antecederam e acompanharam o seu desempenho profissional. Destacam-se, sobretudo, os aspetos relacionados com o planeamento urbano, os espaços verdes públicos e a habitação em Lisboa que aqui se organizaram em três áreas temáticas: o planeamento da cidade, os espaços verdes – os existentes e a sua planificação – e a habitação, com particular ênfase nos novos bairros de Lisboa e a respetiva evolução das tipologias de espaços verdes.

A EXPANSÃO E O PLANEAMENTO DA CIDADE DE LISBOA E A REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

Para se compreender a Lisboa moderna, não podemos deixar de começar por referir a figura de Frederico Ressano Garcia (1847-1911), o engenheiro que chefiou a Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa a partir de 1874. Formado pela École Imperiale des Ponts et Chaussées, em 1869, a ele se deve o primeiro plano de expansão de Lisboa, tendo a sua liderança técnica ficado associada, entre outras marcas, à Avenida da Liberdade e aos bairros de Campo de Ourique e da Estefânia, assim como às chamadas «Avenidas Novas». Na sequência da decisão do Município de Lisboa de elaborar um plano de melhoramentos Ressano Garcia apresentou, em 1903, o *Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa*, relativamente ao qual a componente da expansão nos merece especial destaque, entre outros aspetos relevantes para a evolução do tratamento paisagístico no espaço urbano⁵⁴ (Figs. 10, 11 e 12).



10. «N.º 2. Planta geral da cidade na escala 1:25 000, com todos os estudos que dizem respeito a este ante-projecto». In *Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa*, de Ressano Garcia, 1903.
AML.PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/393



11. «Planta parcial da cidade, entre a Praça do Commercio e o Campo Grande, com todos os melhoramentos approvados e em via de execução a norte do parque Eduardo VII para justificação dos estudos que se lhe seguem». In *Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa*, de Ressano Garcia, assinada por este e datada de dezembro de 1903.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/002/02024



Lisboa só foi objeto de um novo exercício de planeamento urbanístico em 1938, sob a presidência de Duarte Pacheco (1900-1943), um dos homens mais marcantes da política portuguesa, cuja ação teve um expressivo impacto na cidade. Aos 27 anos de idade Duarte Pacheco foi nomeado, pelo Governo, diretor do Instituto Superior Técnico e, aos 29 anos, iniciou a sua carreira política. Entre 1932 e 1936 exerceu o cargo de ministro das Obras Públicas. No dia 1 de janeiro de 1938 foi nomeado presidente da CML e, meses depois, tomou posse, em acumulação, como ministro das Obras Públicas e Comunicações⁵⁵. Eduardo Rodrigues Carvalho assumiu então as funções de presidente-substituto da CML.

Até à morte de Duarte Pacheco, em 1943, a CML sofreu uma profunda remodelação, fruto da sua experiência de governação e da sua capacidade de liderança. Logo em 1938, os serviços foram reestruturados, sendo criada a Direção de Serviços de Urbanização e Obras, com a missão principal de elaborar o *Plano de Urbanização e Expansão da Cidade*. Este foi coordenado pelo arquiteto-urbanista Étienne de Gröer (1882-1952), professor do Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, a convite de Duarte Pacheco. A DSUO foi organizada em seis repartições: 1.ª – Urbanização e Expropriações; 2.ª – Arquitetura; 3.ª – Arruamentos; 4.ª – Edificações Urbanas, 5.ª – Obras Municipais e 6.ª – Arborização e Jardinagem⁵⁶.

A par da reestruturação dos serviços, há também a referir a política de expropriações levada a cabo em Lisboa e a mobilização, por Duarte Pacheco, de um corpo técnico novo para a CML em que destacamos a entrada, entre outros, dos arquitetos João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) e Keil do Amaral. Faria da Costa, vencedor do concurso lançado por Duarte Pacheco, em 1933, para a obtenção de uma bolsa de estudo no Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, formou-se, em 1937, em Urbanismo neste instituto, apresentando como trabalho final o *Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão*

da Cidade da Figueira da Foz e sua Região, orientado por George Florentin Sébille⁵⁷. Entre 1934 e 1938, trabalhou em Paris ao lado de urbanistas como Alfred Agache (1875-1959) e Étienne de Gröer. Em 1938, apresentou a Duarte Pacheco o nome de Étienne de Gröer que, em nome da CML, o convidou a desenvolver o *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa* (1938-1948)⁵⁸. Neste mesmo ano, Faria da Costa foi integrado nos quadros da CML, na DSUO⁵⁹.

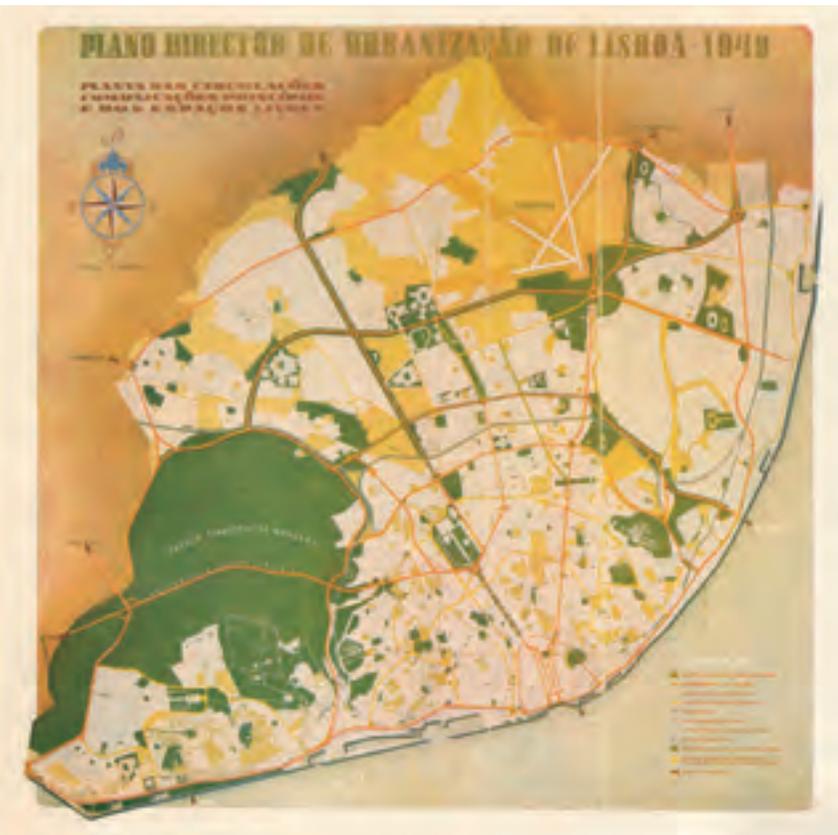
Faria da Costa e Keil do Amaral foram dois arquitetos determinantes na evolução da paisagem urbana de Lisboa. J. Antunes da Silva procurou sintetizar a forma diferenciada do impacto que ambos tiveram da seguinte forma: «Podemos pôr a hipótese de que o futuro ministro das Obras Públicas, pesando as diferentes índoles e formações culturais, orientasse para Faria da Costa os trabalhos de carácter mais 'formal', mais ligados às massas de construção [...] e para Keil do Amaral os de carácter menos 'formal' e mais ligados à paisagem e aos espaços livres. O certo é que, no quadro de intervenções definido por Duarte Pacheco, coube a Keil do Amaral a conceção do Parque de Monsanto – o grande pulmão da capital, com os seus miradouros, de larga vistas sobre a cidade e o Tejo, restaurantes, parques de merendas, equipamentos desportivos e para a infância [...]»⁶⁰

O *plano De Gröer*, iniciado em 1938, foi elaborado com os serviços técnicos municipais e aprovado em 1948. Este plano propôs um zonamento para a cidade, tendo aqui deixado também marcas determinantes, como a definição de grandes eixos viários, a construção de uma zona industrial no lado oriental de Lisboa ou a criação do Parque de Monsanto.

Neste plano, De Gröer preconizou uma cintura verde para contenção da expansão urbana e, segundo Brito e Camarinhas⁶¹, pela primeira vez no planeamento de Lisboa surgiu a preocu-



12. Extracto da Carta Topográfica de Lisboa publicada em 1871, tendo sobrepostas a tinta encarnada as alterações feitas até 1911, s.d. AML PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/11/456/09



13. Plano Director de Urbanização de Lisboa – 1948. Planta das circulações principais e dos espaços livres. De Gröer, 1948. In MESQUITA, Jorge Carvalho – *Plan Directeur de Lisbonne...* GEO

pação da escala regional/supramunicipal (Fig. 13). Os espaços verdes públicos foram classificados em quatro categorias: parques (áreas com mais de 10 hectares), jardins (mais de um hectare), *squares* (menos de um hectare) e terrenos de desporto. O Parque de Monsanto aparece ligado ao Parque Periférico que, juntamente com o aeroporto e o Parque Oriental, constituem um *greenbelt*⁶².

Este plano foi revisto onze anos mais tarde, na sequência da criação, em 1954, do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU). O GEU, sob a coordenação do engenheiro Luís Guimarães Lobato (1915–2009) elaborou o *Plano Director da Urbanização de*

Lisboa (PDUL) aprovado em 1959. Guimarães Lobato manteve-se à frente do GEU entre janeiro de 1954 e abril de 1958, tendo reunido diversas especialidades. Estiveram envolvidos no plano os arquitetos paisagistas Caldeira Cabral (entre 1956 e 1959) e Álvaro Dentinho (entre 1957 e 1959). Edgar Fontes e Ribeiro Telles também colaboraram, enquanto técnicos da DSTE (Fig. 14). Na «Introdução Geral» do PDUL pode ler-se: «Manteve-se a continuidade da orientação geral definida para a estruturação urbanística da cidade que está a ser processada desde 1938 [...]. Foram [...] elaborados diversos planos parcelares e arranjos locais, bem como vários estudos-base de



14. Plano Director de Urbanização de Lisboa. GEU, s.d. DGPC/SIPA. GRT. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.492



15. *Plano Director*. Plano geral de urbanização de Lisboa. Meyer-Heine, 1966.

Retirado de <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>.

urbanização, suficientemente desenvolvidos para orientarem as urbanizações locais, em aplicação imediata ou no seu desenvolvimento em planos definitivos de urbanização, tudo num total de cerca de 200 trabalhos.»⁶³

A travessia sobre o Tejo, o aumento do tráfego automóvel na cidade e a expansão urbana e suburbana de Lisboa rapidamente tornaram este plano desatualizado, o que levou a CML, presidida por António Vitorino da França Borges desde 1959, a convidar o arquiteto-urbanista francês Georges Meyer-Heine (1905-1984) para coordenar a revisão do PDUL. Esta decorreu entre 1963 e 1967, embora o novo plano apenas viesse a ser aprovado em 1977 (Portaria n.º 274/77 de 19 de maio)⁶⁴ (Fig. 15).

OS ESPAÇOS VERDES NO PLANEAMENTO URBANO

A REDE DE PARQUES E JARDINS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Assumindo Caldeira Cabral como grande figura modelar dos arquitetos paisagistas, neste capítulo valorizamos o seu pensamento sobre esta matéria, tendo Lisboa como pano de fundo e tomando a rede de parque e jardins existentes à altura como ponto de partida. Já se referiu o seu trabalho como coautor do projeto do Estádio Nacional, obra a que esteve ligado entre 1936 e 1940, período que coincidiu com a preparação das comemorações dos centenários da Independência Nacional e da Restauração, em 1940, que em Lisboa se concentraram em Belém, onde decorreu a *Exposição do Mundo Português*⁶⁵. As comemorações na capital levaram a uma grande intervenção no espaço público. No então chamado Terreiro de Belém, instalaram-se vários pavilhões expositivos e foi construída a Praça do Império, tendo o Mosteiro dos Jerónimos como cenário de fundo. O projeto foi coordenado pelo arquiteto Cottinelli Telmo (1897-1948). Este contou com a colaboração de Joaquim Rodrigo (1912-1997) no projeto do jardim da Praça do Império⁶⁶.

Até esta data, a rede de jardins públicos assentava sobretudo na Avenida da Liberdade, no Jardim da Estrela e no Campo Grande, para além de outros equipamentos sem dependência camarária, como o Jardim Botânico da Escola Politécnica, a Tapada e Jardim Botânico da Ajuda e o Jardim Zoológico de Lisboa.

A Avenida da Liberdade teve a sua origem no Passeio Público mandado construir pelo Marquês de Pombal (1699-1782). Executado em 1764, segundo projeto do arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791), tinha início na atual Praça dos Restauradores, ocupando uma área com trezentos metros de comprimento e oitenta de largura, onde



16. Planta topográfica de Lisboa onde se pode observar o Passeio Público pombalino e a Praça de Alegria de Baixo, 1780.

AML. PT/ AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/398

se plantaram mil e cem árvores⁶⁷ (Fig. 16). Constituído por vários alinhamentos de árvores, maioritariamente freixos mas também outras árvores de grande porte constituindo ruas sombrias, apresentava também banquetas de buxo, dispostas de modo simétrico, que enquadravam uma alameda central⁶⁸. Ao contrário do que o Marquês de Pombal ambicionou, este Passeio, até ao século XIX, foi frequentado apenas pela burguesia, já que a nobreza se restringiu aos jardins dos seus palácios^{69, 70}.

O Passeio Público foi alterado quando, em 1834, por decisão da primeira vereação liberal de Lisboa, o arquiteto Malaquias Ferreira Leal (1787-1859), ao

serviço do Senado da Câmara, projetou a sua remodelação⁷¹ (Fig. 17). Com esta intervenção, o Passeio aumentou a sua área em mais de vinte metros na largura e em trinta metros no comprimento. Os altos muros deram lugar a um gradeamento e as entradas a grandes portões ornamentados⁷². O Passeio Público, a partir desta remodelação, iniciou um novo ciclo no qual se aproximou dos parâmetros do jardim público.

A influência francófona neoclássica, herdada do império napoleónico, da implantação na paisagem de grandes eixos, fez-se sentir, não só em Paris com a criação dos Campos Elísios, como no resto da Europa. Paris constituía, assim, o exemplo mais marcante de neoclassicismo em todo o mundo e a sua Escola de Belas Artes, o maior polo do seu ensino. Ressano Garcia, durante a sua formatura em Paris, viveu a renovação urbanística desta cidade, levada a cabo por Haussmann (1809 -1891). Com o decreto de 31 de dezembro de 1864, iniciou-se a revolução urbanística de Lisboa, tendo-se dado início ao *Plano Geral de Melhoramentos da Capital*, por ele conduzido. O Passeio Público deu assim lugar à Avenida da Liberdade, que assumiu a tipologia de *boulevard*, expandindo-se até à atual Praça do Marquês de Pombal, com uma expressão semelhante à que hoje apresenta.

O Passeio da Estrela, situado em terrenos da antiga cerca do Convento Beneditino da Estrela, foi construído por volta de 1850 sob a orientação do engenheiro Pedro José Pezerat⁷³ (1801-1872), chefe da Repartição Técnica da CML (1852-1872) – antecessor de Ressano Garcia – e com a colaboração dos jardineiros Jean Bonard e João Francisco⁷⁴. Abriu ao público em 1852, ocupando cerca de cinco hectares, fazendo dele o segundo maior jardim de Lisboa depois do Passeio Público. Ao longo dos anos, o Jardim da Estrela foi recebendo diferentes equipamentos, tendo sofrido uma remodelação por altura do seu centenário. O Jardim do Campo Grande,



17. Planta topográfica de Lisboa. Levantamento Filipe Folque, Cartas 27, 28, 35 e 36, encontrando-se representado, entre outros jardins, o Passeio Público, à época no estilo romântico, 1859.

AML – Arco do Cego. PT/AMLSB/CMLSBAH/PUR/003/00028/29; PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/003/00028/30; PT/AMLSB/CMLSBAH/PUR/003/00028/37; PT/AMLSB/CMLSBAH/PUR/003/00028/38

mais fora de portas, começou por ser uma alameda e um campo de feira. O Passeio Público no Campo Grande, cercado por um gradeamento, foi construído também em meados do século XIX⁷⁵. Entre os pequenos espaços verdes pode-se dar como exemplo o Miradouro de São Pedro de Alcântara, o Largo da Luz, o Jardim do Príncipe Real, o Jardim Constantino ou o Jardim de Campo de Ourique.

O convite para ingressar na CML declinado por Caldeira Cabral, como atrás se referiu, embora possa ser considerado um detalhe da sua vida, não deixa de assumir relevância quer para compreender o seu subsequente percurso profissional e o impacto que teve na cidade de Lisboa, quer pela informação disponível sobre este acontecimento que tivemos oportunidade de consultar e que nos permite conhecer o pensamento de Caldeira Cabral sobre o estado dos jardins da capital. Começaremos por indicar as circunstâncias que rodearam este convite, para depois citar alguns excertos da sua autoria que traduzem a sua perspetiva sobre os jardins e o estado da arte do projeto de jardins em Portugal à época⁷⁶.

Caldeira Cabral foi convidado para chefiar a Repartição de Jardins e Cemitérios quando o engenheiro Vieira da Silva, tendo atingido o limite de idade em janeiro de 1935, deixou o lugar vago⁷⁷. Em março desse ano, Caldeira Cabral frequentava o quarto ano do curso de Engenharia Agronómica. O convite foi-lhe dirigido pelo vereador Pastor de Macedo, por recomendação do arquiteto Raul Lino (1879-1974), tendo esta resolução sido aprovada por unanimidade em sessão particular da Comissão Administrativa da CML que considerava não existir, nesta instituição, ninguém especializado nesta matéria⁷⁸.

A CML pretendia que Caldeira Cabral iniciasse a atividade desde logo, visto já ter frequentado no ISA as disciplinas que a isso o habilitavam. Este propunha-se realizar, logo após a conclusão da licenciatura, um estágio no estrangeiro pago pela CML,

mas verificou-se que esta, segundo os seus estatutos, não podia conceder estágios no estrangeiro⁷⁹. Caldeira Cabral, num documento que preparou em 1935 com a sua proposta de trabalho à CML, deixou-nos o seu sentido sobre o que se passava e a sua ideia da necessidade de se especializar no estrangeiro: «Exige este cargo para o seu bom desempenho variadas habilitações para que seja possível encarar o problema da jardinagem citadina debaixo dos seus múltiplos aspectos. Não se pode tratar somente de resolver determinados problemas de técnica cultural nem mesmo de estética circunscrita no âmbito do jardim, torna-se necessário integrá-lo num plano geral de urbanização tanto sob o ponto de vista estético como da sua função social. [...]

Necessitava-se para dirigir estes serviços, aqui mais do que em qualquer outro país, uma preparação agronómica que só os engenheiros agrónomos possuem, porquanto se não trata de ir estudar técnicas culturais e uma flora já bem determinada mas de criar de novo o jardim moderno português, adaptado ao nosso país, às nossas condições económicas e até um pouco ao nosso gosto. A par destes conhecimentos exige-se evidentemente a necessária sensibilidade artística convenientemente educada. Estava por isso indicado que se fizesse uma especialização num país em que este ensino esteja organizado.»⁸⁰

Caldeira Cabral não assumiu o cargo, mas o convite tê-lo-á certamente motivado para ir para o estrangeiro estudar as matérias relacionadas com os jardins. A sua ida para Berlim, para estudar arquitetura paisagista, coincidiu com o arranque da renovação dos jardins públicos da cidade.

Não se conseguiu esclarecer quem efetivamente foi o sucessor de Vieira da Silva, após a sua saída da CML em 1935. O engenheiro silvicultor Jorge Gomes de Amorim (1900-1943) foi admitido como chefe da 6.ª Repartição – Arborização e Jardinagem (RAJ) em 17 de fevereiro de 1938, segundo

o *Processo individual n.º 1566* existente no Arquivo Municipal do Arco do Cego. Nessa qualidade, pode dizer-se que foi o principal responsável pela «obra de renovação dos jardins» de Lisboa. Como já tivemos oportunidade de referir, a RAJ, integrada na DSUO, resultou do processo de reestruturação de Duarte Pacheco. Aurora Santos, referindo-se a esta reestruturação, afirma que teve efeitos bastante duradouros, tendo-se mantido entre 1938 e 1989 – mais de 50 anos – e caracteriza-a da seguinte forma: «A confrontação entre a reorganização de 1925 e a de 1938, que é o mesmo que dizer entre a visão da República e a do Estado Novo sobre como deveriam ser organizados os Serviços Municipais, indica claramente que os princípios organizadores eram muito diferentes. Assim, verifica-se que a diferença fundamental reside no facto de que em 1925 os serviços dependiam directamente dos vereadores, que exerciam as funções de fiscalização, sendo que a execução das tarefas ficava a cargo dos Chefes das Repartições. Pelo contrário, em 1938 não se fazia referência aos pelouros, sendo que os vereadores não tinham competência deliberatória e nem estavam ligados às Direções de Serviços.»⁸¹

Conforme se pode ler nos *Anais da CML* de 1938, a criação da RAJ justificava-se «[...] pela existência de quási sessenta jardins espalhados na cidade, e pela criação do parque florestal de Monsanto, onde serão plantadas cerca de um milhão de árvores, com a respectiva organização de viveiros. Etc.»⁸² Num breve parágrafo nos *Anais*, mais precisamente no *Relatório da Gerência Municipal*, assinado pelo presidente substituto de Duarte Pacheco, Rodrigues de Carvalho, ficamos com o entendimento genérico da situação dos espaços verdes públicos: «Em matéria de jardins municipais a Câmara, em 1938, alguma coisa fez, além de preparar intensivamente ulteriores realizações. Merecem destaque os seguintes trabalhos: melhor arranjo da Estufa Fria, exposições de begónias e gloxínias, trabalhos de

mosaico-cultura junto de edifícios e monumentos em festas comemorativas, ornamentações de pavilhões e edifícios públicos para cerimónias oficiais, transplantações de árvores, instalação de viveiros na Quinta da Pimenteira e melhorias no aspecto dos diferentes jardins.»⁸³ Em 1947, a RAJ transitou para a DSTE, por motivos que não foi possível apurar, sendo que coincide com o ano final do mandato do engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira que presidia à DSUO desde a sua criação, em 1938.

Gomes de Amorim teve morte imediata no acidente que também vitimou Duarte Pacheco, em novembro de 1943. Também ele deixou uma nota sobre o que eram os jardins públicos de Lisboa: «Eu sei que era tradição de Lisboa serem os seus jardins cheios de canteiros de variadas formas e feitios, em que, os jardineiros, a seu belo prazer, davam largas à fantasia, enchendo-os de flôres na sua maioria de floração quási instantânea. Mas não será mais racional procurar equilibrar essas formas, emoldurá-las em grandes superfícies verdes, e assegurar por meio de uma escolha cuidadosa, uma floração permanente, pelo menos o mais longa possível?»⁸⁴ No processo individual de Gomes de Amorim, acima referido, fica-se a saber que também ele, já depois de ter assumido o cargo, formalizou um pedido a Eduardo de Arantes e Oliveira, para a realização de uma viagem ao estrangeiro: «À Alemanha para estudar a aquisição de máquinas transplantadoras de árvores e também a França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo a fim de estudar os seguintes serviços: arborização de parques e jardins – novos jardins, arborização de estradas e ruas, parques de recreio – divertimento ao ar livre, adubações nos jardins, com estrumes e adubos dos lixos das cidades de Paris e Berlim, escolha e compra na Bélgica, Holanda e Luxemburgo de bolbos, sementes e plantas para os jardins de Lisboa e Estufa Fria, obtenção da participação das casas de sementes e bolbos destes países nas exposições de flores a

realizar em 1939/1940, visita a Paris dos novos sistemas de irrigação de árvores pelo método Bouhana, usados nesta cidade e visita no Sul de França, dos campos de flores para corte que fornecem Paris.»⁸⁵ Regressou dessa viagem a 17 de outubro de 1938 e, no ano seguinte, deslocou-se a Haia para visitar a exposição *Hofstadbloem*.

Uma vez regressado de Berlim e afastado da obra do Estádio Nacional, Caldeira Cabral proferiu uma conferência intitulada *Jardins*, no ISA, em 8 de junho de 1940 durante a I Exposição Nacional de Floricultura⁸⁶. A conferência dividia-se em três partes: a evolução histórica do jardim; o jardim moderno, e a renovação do jardim português. Antes de avançar para o tema do jardim moderno, detém-se nos jardins na entrada do século XX: «Ao entrarmos no século XX encontramos o jardim em franca decadência que vinha a manifestar-se desde 1870 e que acompanha nitidamente a arquitetura. O jardineiro desenvolvera uma admirável competência técnica, mas com ela perdera a noção indispensável da forma. O jardim reflectia aliás com os seus piores defeitos as tendências falsamente naturalistas da época a que haviam de vir juntar-se no princípio do século as do nefelibatismo, movimento a que ligo o chamado da “Arte Nova” de 1900. Dá-se então a inevitável reacção: os arquitectos vendo a desordem de formas em que se debate o jardim resolvem lançar-se nesse campo e começa uma luta, hoje felizmente quase terminada, em que o jardineiro se ri da ignorância técnica do arquitecto e este despreza a incapacidade arquitectónica do jardineiro. Mas logo aparecem num e noutro campo indivíduos com qualidades reais que estudando o que lhes faltava – a arquitectura para os jardineiros, a jardinagem para os arquitectos – criam uma nova profissão, a arquitectura paisagista, e com ela o jardim entra numa nova fase pelo estudo dos elementos formais de sempre adaptados às novas possibilidades técnicas e às novas condições do meio social.»⁸⁷

Sobre o que seria o jardim moderno – ressalve-se que, embora não explícito, o texto estaria a referir-se mais ao jardim privado do que ao público – diz: «No jardim moderno, embora a flor continue a ter um papel primacial com as suas variadas cores, deixou de ter a função quase exclusiva que lhe era atribuída nas composições do princípio do século e voltou a subordinar-se à ideia de forma e proporção arquitectónica que caracterizava os jardins do Renascimento. Pode dizer-se que o sentido geral da evolução é procurar um novo equilíbrio entre as normas clássicas da arquitectura de jardins e o vasto material de plantas que reunimos desde o século XVIII para cá, adaptando-se às novas condições económicas e sociais.»⁸⁸

No ano seguinte, Caldeira Cabral fez nova palestra na *II Exposição Nacional de Floricultura*, desta vez sobre «As Flores e o Jardim»⁸⁹. Na conclusão – a procura de um estilo para o nosso tempo – pode ler-se: «[...] Não nos interessa porém a cópia desta ou daquela forma que serviu no passado mas sim conhecer os princípios permanentes que elas exprimem, para com estes concebermos as novas formas do nosso tempo, que não serão a expressão de uma moda qualquer, mas a contribuição que a nossa geração dará à obra permanente da grei.»⁹⁰

Gomes de Amorim, na qualidade de chefe da RAJ, nessa mesma ocasião fez também uma conferência onde explanou as suas ideias⁹¹: «Se a Revolução se fez sentir em todos os factores da vida nacional, como poderiam os Jardins da Capital ficar insensíveis? A transformação profunda e benéfica que se produziu tinha de ter influência sobre os nossos jardins públicos, marcando bem o arrumo da casa, a clareza das ideias em marcha, o pensamento de Salazar. [...] Ao jardim municipal e aos parques da cidade está reservada a missão, de acolher o público, proporcionando-lhe conforto, bem-estar e prazer visual. Dentro dessa orientação, tem de se cuidar de todos os seus frequentadores.

Aos mais velhos, dar-lhes possibilidades de repouso e recreio de espírito, em lugares aprazíveis, recantos sossegados, com bibliotecas escolhidas. Aos mais novos, continuar a obra dos jardins para crianças, isolando-as e proporcionando-lhes jogos e divertimentos próprios da sua idade. [...] Assim se junto dos edifícios e praças monumentais, eles podem conservar formas arquitecturais, com os seus canteiros regulares, nos jardins recatados, a necessidade de nos aproximarmos da natureza é mais imperiosa. [...] devemos criar-lhes nos jardins da cidade aspectos mais naturais. As flôres, devem nascer da relva como nascem nos campos, o jardim, deve aproximar-se o mais possível da paisagem que desejaríamos todos, poder gozar, rústica, simples, sem grandes arrebiques. [...] Repito, os jardins municipais têm de ser simples e floridos com largos arrelvados aonde se destaquem arbustos de florações desencontradas, com boas árvores de sombra, bem copadas e formadas naturalmente, com ruas bem areadas, bancos pintados e cómodos, bibliotecas bem orientadas e bons parques reservados aos pequeninos.»⁹²

Detemo-nos para referir os trabalhos de projeto e construção do Parque de Monsanto. A questão do Parque de Monsanto há muito que se arrastava e Duarte Pacheco deu-lhe um impulso definitivo nos finais da década de 1930. A sua construção implicou uma empreitada de expropriações imensa de terrenos acidentados e, na sua maioria, incultos. O grande protagonista, enquanto autor do projeto, é o arquiteto Keil do Amaral⁹³. No entanto, deve ser destacado o papel neste projeto do engenheiro agrónomo e silvicultor Joaquim Rodrigo que, em março de 1938, ingressou na CML para trabalhar sob a direção de Keil do Amaral e que dedicou mais de 30 anos à arborização de Monsanto, em paralelo com a sua atividade artista como pintor⁹⁴.

É conhecido o relatório da viagem, de agosto de 1939, que Keil do Amaral apresentou à CML e onde relata os ensinamentos colhidos na visita a

parques em Londres, Paris, Estugarda, Nuremberga e Holanda, onde se encontrava em construção o «Amsterdamse Bos» (Floresta de Amsterdão), um parque com 900 hectares, a área aproximada de Monsanto, e que muito lhe chamou a atenção⁹⁵. Keil do Amaral, na sequência desta viagem, elaborou o plano geral e os projetos dos equipamentos para Monsanto, durante a década de 1940⁹⁶. Ainda hoje é um elemento de importância estratégica na estrutura verde de Lisboa, embora sofrendo as mais variadas vicissitudes.

O Parque Eduardo VII é outro espaço de importância maior para a renovação dos espaços verdes de Lisboa nesta época, embora um pouco mais tarde, e cujo projeto foi também atribuído a Keil do Amaral. Já o plano de Ressano Garcia incluía este parque relativamente ao qual o concurso de 1889 tinha tido como vencedora a proposta de Henri Lousseau, nunca executada. Espaço central da cidade, prolongamento da Avenida da Liberdade, o parque estava definido no plano de De Gröer. A solução concretizada resultou da decisão do presidente da câmara, Álvaro Salvação Barreto, que entregou o projeto a Keil do Amaral em 1945. Ana Tostões refere a solução encontrada como uma conciliação entre um prolongamento rasgado e franco da Avenida e um Parque Central: «Solução de conciliação, prolongava visualmente a Avenida, para lá da Rotunda do Marquês, num desenho rigidamente simétrico, coroando-a teatralmente, no alto da cumeada, por um imponente edifício de carácter cívico, como uma Acrópole dominando a cidade.»⁹⁷ O edifício – o Palácio da Cidade – nunca chegou a ser construído e foi elemento de intensa polémica em diferentes momentos. Por fim, há a referir ainda a intervenção de Keil do Amaral no jardim do Campo Grande, também a partir de 1945, e que Ana Tostões refere como «uma operação discreta», mantendo o carácter oitocentista do lugar e renovando e introduzindo pequenos equipamentos⁹⁸.

A INOVAÇÃO NO PLANEAMENTO DA INFRAESTRUTURA VERDE

Não se pode tratar somente de resolver determinados problemas de técnica cultural nem mesmo de estética circunscrita no âmbito do jardim, torna-se necessário integrá-lo num plano geral de urbanização tanto sob o ponto de vista estético como da sua função social.
Caldeira Cabral, 1935⁹⁹

Os planos de Ressano Garcia (1903) e de De Gröer (1948) são anteriores à entrada dos arquitetos paisagistas na CML e Caldeira Cabral não teve qualquer relação com o plano de De Gröer. Ribeiro Telles e Edgar Fontes, como já referimos, passaram a colaborar no GEU, integrando a equipa do PDUL. Este plano é o resultado de um conjunto alargado de estudos, de entre os quais se destacam o *Plano de Urbanização da Encosta do Restelo* (1954) e o *Plano de Urbanização dos Olivais* (1955) pela oportunidade que revelam enquanto instrumentos/laboratório dos arquitetos paisagistas a trabalhar nas equipas multidisciplinares de Guimarães Lobato.

O *Plano de Urbanização da Encosta do Restelo* (1954) decorre do *Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda* (1938-1940), encomendado por Duarte Pacheco a Faria da Costa e que foi inaugurado em 1952. O presidente da CML encomendou a Faria da Costa um novo plano, designado *Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – Segunda fase*. Este plano não foi implementado pois, com a criação do GEU em 1954, foi promovido um novo plano designado *Urbanização da Encosta do Restelo – II fase*, no qual colaboraram os engenheiros civis Vasco Marques Leite, José Miguel Pinto de Faria, António Manuel de Vasconcelos e Mário Fernandes de Azevedo, o arquiteto Pedro Falcão e Cunha e os arquitetos paisagistas Manuel Azevedo Coutinho e Gonçalo Ribeiro Telles¹⁰⁰. A área abrangida por esta fase

do plano foi dividida em cinco células estruturantes e, ainda no âmbito deste, procedeu-se à revisão da zona de proteção à Capela de São Jerónimo: «De acordo com os arquitetos paisagistas, previu-se uma arborização adequada para melhorar todas as suas perspectivas sobre o rio, isolando-a convenientemente da presença das construções vizinhas»¹⁰¹ O Capítulo 5 da *Memória Descritiva e Justificativa* é dedicado aos «Espaços Livres» e tem uma motivação muito clara em torno de um novo conceito para o logradouro e a necessidade dos arquitetos paisagistas: «Como vimos, pretende-se no presente plano abolir a tradição do logradouro privado, murado, em geral insalubre e sempre inútil como espaço livre utilizável para recreio e amenidade da população. Também se tentou em Alvalade a solução do logradouro comum pertencente a vários proprietários, sem qualquer resultado satisfatório, prevalecendo em maior escala os inconvenientes dos logradouros privativos dos lotes. Tenta-se agora introduzir o conceito de espaço livre comum, de propriedade municipal e utilizável por toda a população em condições salutarres para a sua vida diária. No estudo apresentado mais adiante, verifica-se a viabilidade financeira da solução, de vantagens tão óbvias e resultantes de uma experiência já largamente adquirida em Lisboa nos últimos anos. Todavia, por ainda se poderem levantar obstáculos inamovíveis à sua realização, todo o estudo do plano foi conduzido no sentido de, em caso extremo, poder-se regressar à concepção totalmente desaconselhável do logradouro privativo. Os espaços livres, assim conseguidos, carecem de arranjo vegetal adequado. Neste caso ainda com maior desenvolvimento por se tratar da zona privilegiada da cidade e imediatamente confinante com o Parque Florestal de Monsanto de que poderá a vir a constituir um prolongamento urbano. Solicitou-se por isso, estreita colaboração dos arquitectos paisagistas.»¹⁰²

Perante uma nova filosofia sobre os espaços verdes, o GEU entendeu chamar os jovens arquitetos paisagistas. Em 1956, Ribeiro Telles apresentou o *Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase)* (Fig. 18), em cuja nota justificativa explica os objetivos de faseamento do ordenamento: «Pretende-se na 1.ª fase de plantações agora prevista, em boas condições de desenvolvimento, os maciços fundamentais que mais tarde e após construção dos edifícios servirão de base para a elaboração em pormenor do projecto de ordenamento paisagístico definitivo, incluindo

então ajardinados, estadias, recreios, parques infantis, enriquecimento com espécies vegetais menos rústicas, a implantação de 'mixed borders' de herbáceas vivazes, etc [...] Os maciços previstos neste projecto distribuem-se de forma a constituir panorâmicas de interesse paisagístico, enquadramento de blocos e outros edifícios e cortinas de proteção contra o vento. A sua distribuição faz-se de harmonia com a estruturação ecológica da formação climática»¹⁰³ (Fig. 19).

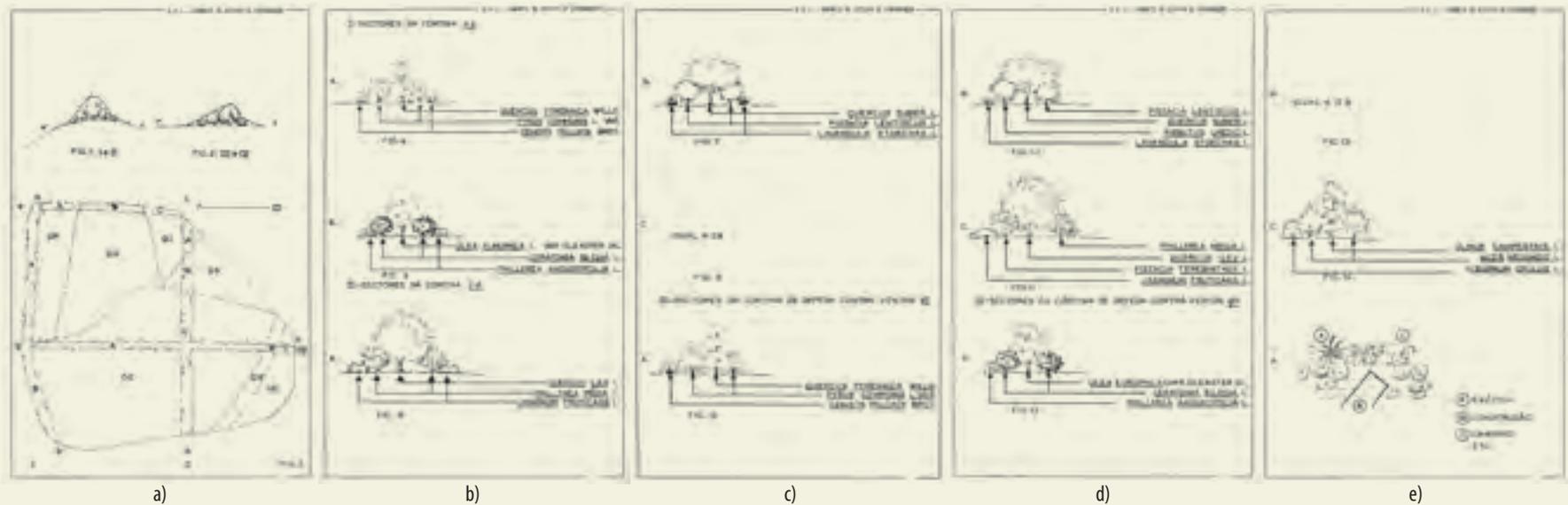
Quando Álvaro Dentinho ingressou na CML, em 1957, um dos seus primeiros trabalhos terá sido



18. Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª Fase). Plano geral. Ribeiro Telles, março de 1956. Incluído no Plano de Urbanização da Encosta do Restelo. AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.33



19. Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª Fase). Plano de plantação. Ribeiro Telles, março de 1956. Incluído no Plano de Urbanização da Encosta do Restelo. AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.124



20. Valorização panorâmica, Álvaro Dentinho, 1957.

a) Divisão por setores do sistema de cortinas de defesa contra ventos.

Plano de plantação;

b) Composição florística das cortinas de defesa contra ventos «ab» e «cd»;

c) Composição florística das cortinas de defesa contra ventos «cd» e «ef»;

d) Composição florística das cortinas de defesa contra ventos «ef» e «gh»;

e) Composição florística das cortinas de defesa contra ventos «gh» e pormenor.

AML

precisamente na segunda fase da Urbanização da Encosta do Restelo, no projeto duma variante para a Célula B. Logo no início da memória descritiva do projeto fica-se a saber a razão de ser de uma solução «variante»: «[...] em seguimento da recomendação feita no parecer do Ministério das Obras Públicas e da determinação superior para o efeito, procedeu-se ao estudo da variante da Célula B para substituição na sua área sul de um grupo de blocos habitacionais por um grupo de moradias unifamiliares, anulando-se assim os possíveis inconvenientes de ordem panorâmica então apontados e oferecendo-se uma oportunidade imediata para a resolução de problemas inerentes às representações diplomáticas»¹⁰⁴ (Fig. 20).

Subjacente à variante está um problema de qualidade da paisagem urbana em resultado da construção de edificações em altura e o impacto visual daí resultante. A proposta de Álvaro Dentinho tem com o objetivo a valorização panorâmica, conforme as suas palavras, o que implicava estudar de novo a compartimentação verde. É precisamente disso que o trabalho trata e Álvaro Dentinho concebe um sistema de cortinas de vento com o objetivo de «assegurar a desejável unidade em relação ao terreno». Podendo parecer um detalhe menor, há que contextualizar a situação e valorizar a autonomia e o respeito ganhos pelos jovens arquitetos paisagistas.

Na pesquisa realizada no Arquivo Municipal do Arco do Cego encontrou-se documentação vária sobre outros trabalhos desta natureza, realizados com a colaboração dos arquitetos paisagistas. O ano de 1957 parece ter concentrado esforços em estudos paisagísticos, quer no GEU quer também

na DSTE. Destacamos o *Enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo*, da autoria de Edgar Fontes, no âmbito da DSTE, sendo seu chefe o engenheiro silvicultor José Pulido Garcia. Este estudo incluía um detalhado programa de hortas para os moradores¹⁰⁵. Evidenciamos, também, o *Estudo-Base da Urbanização do Vale Escuro*, desenvolvido no GEU em 1957 sob coordenação de Guimarães Lobato, da autoria dos arquitetos Bartolomeu Costa Cabral, França Ribeiro e do arquiteto paisagista Caldeira Cabral com a colaboração de Ribeiro Telles¹⁰⁶. A utilização do Vale Escuro foi encarada como «espaço livre arborizado, logradouro local de recreio e desporto. Previu-se a criação de aprazíveis passeios de peões devidamente isolados do tráfego, instalações desportivas, etc. As novas zonas habitacionais serão tratadas como um todo, no seu aspecto paisagístico, embora cada qual pertença à sua unidade urbana.»¹⁰⁷ [...] «A paisagem humanizada que vamos criar deverá tirar o maior partido das condições naturais – relevo, solo, clima – e assentar em sólida base fitossociológica, garantia de bom desenvolvimento nas melhores condições económicas de realização e conservação»¹⁰⁸ (Fig. 21). Por último, podemos ainda referir o *Estudo Base da Urbanização das Laranjeiras* (1957), elaborado no GEU sob a coordenação de Guimarães Lobato e da autoria dos arquitetos José Vitorino da Costa Bastos e Graco Wandschneider e do engenheiro civil José Miguel Pinto de Faria, com a colaboração de Caldeira Cabral e Ribeiro Telles. Embora apenas se tenha acedido à memória descritiva e justificativa, ela permite-nos perceber a abrangência da abordagem dos espaços verdes: «No estudo-base da Urbanização das Laranjeiras previu-se além da conservação e portanto valorização dos espaços verdes existentes (Jardim Zoológico e campo desportivo do Sport Lisboa e Benfica) a criação de zonas verdes envolvendo a igreja e miradouro do Alto dos Moinhos previstos, enquadrando as grande

vias de trânsito e pretendendo dar unidade e integrando todo o conjunto.»¹⁰⁹

Mais tarde, houve um intenso envolvimento dos arquitetos paisagistas nos bairros dos Olivais (Norte e Sul) e de Chelas, já no âmbito do Gabinete Técnico de Habitação (GTH) criado na sequência da publicação do DL n.º 42 454, de 18 de agosto de 1959, e que marcou uma nova etapa – sucedendo ao GEU – não só na continuação da expansão da cidade e do espaço habitacional como na estrutura de gestão municipal.

Não houve possibilidade de se fazer um levantamento exaustivo deste imenso arquivo do GTH e assim apenas foi possível recolher alguns elementos e de forma um pouco aleatória. O *Boletim do GTH* (V3 N.º 19, 1970) publicou o plano de urbanização de Chelas (Zona J) em que colaborou Álvaro Dentinho.



21. *Urbanização do Vale Escuro. Zonamento.* Bartolomeu Costa Cabral, França Ribeiro, Caldeira Cabral e Ribeiro Telles, 1957.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.043

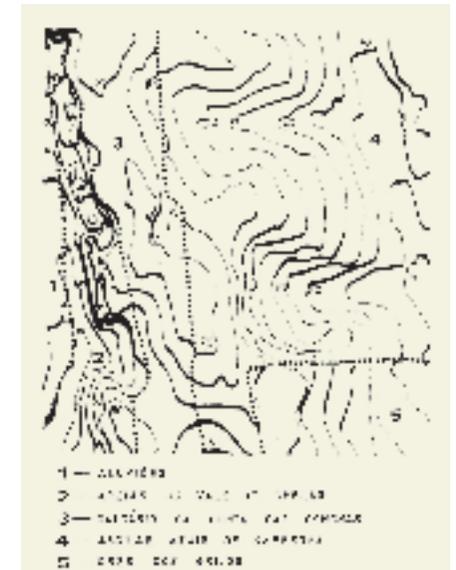
Assume-se que o seu contributo se concentrou no que neste artigo respeita à análise física e análise paisagística, e ao regulamento das normas a que devem obedecer os projetos de arranjo dos espaços livres. Transcreve-se o ponto 1.3 do normativo, apenas para traduzir a nova orientação geral da abordagem dos espaços verdes – do estudo de base para o projeto de execução: «1.3 Os espaços livres inter-edifícios estão sujeitos a um plano geral de ocupação a elaborar segundo directrizes do GTH que inclui o estudo de arborização e ajardinamentos, modelação do solo, sistema viários de peões e equipamento recreativo de ar livre ligado à habitação.»¹¹⁰

Reproduzem-se alguns dos diagramas que por si falam para ilustrar quão longe estava o restrito contributo dos arquitetos paisagistas remetido nos inícios da década de 1950 basicamente para as arborizações (Fig. 22).

Mas retome-se a escala do plano diretor da cidade e os finais da década de 1950. Conforme já referido, o GEU tinha sido criado com o objetivo maior de rever o plano de De Gröer. A revisão – o PDUL – ficou pronta em 1959. O volume 4.4 do PDUL é dedicado ao «Zonamento Verde da Cidade», e é acompanhado de uma *Planta de síntese dos espaços verdes de Lisboa*, e o volume 4.5 ao «Equipamento de espaços verdes especiais». O «Zonamento Verde da Cidade» consta de três partes: 1) Distribuição geral dos espaços verdes; 2) Caracterização dos espaços verdes; e 3) Zonamento verde. A distribuição geral dos espaços verdes trata das três grandes penetrações radiais que asseguram a comunicação da zona verde envolvente a norte e a poente com o estuário do Tejo. Penetrações, manchas verdes, reconhecimento de valores paisagísticos, são instrumentos fundamentais da estratégia global para a cidade. Os textos refletem claramente os ensinamentos e comentários registados nos relatórios de viagem:



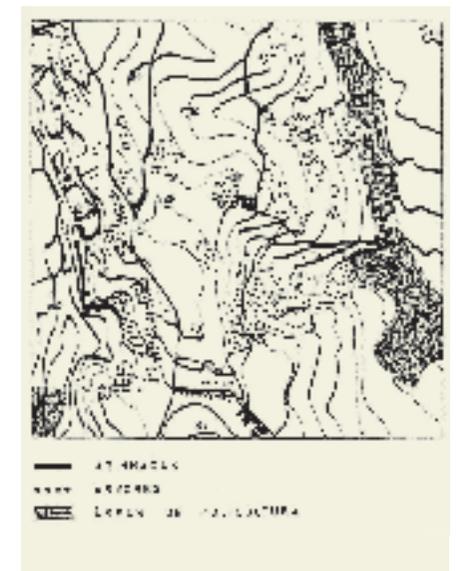
a)



b)



c)



d)

22. Plano de urbanização de Chelas. Zona J.

a) Análise física. Declive das encostas, década de 1960;

b) Análise física. Geologia do local, década de 1960;

c) Análise paisagista. Ocupação cultural, década de 1960;

d) Condicionamentos urbanos. Altitudes com vista ao planeamento do abastecimento de água, década de 1960.

In *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 19, CML, 1970

«Mas hoje, como sucede em toda a Europa, já não é somente o espaço verde mais ou menos longínquo, tipo Parque de Monsanto, que interessa ao habitante da Cidade é também aquele junto à sua habitação para onde a mãe pode mandar os filhos ou frequentar sem qualquer necessidade de grandes percursos. É aquele que se espera ver ao abrir da janela de casa.»¹¹¹ A caracterização do espaço verde identifica três tipos, tendo em vista o modelo de gestão a implementar: verde sem habitação (69,1%); verde com habitação (31,2%) e zona ruralizada (8,4%), chegando à conclusão de um valor médio de 27,8 m²/habitante.

O volume 4.5, sobre «Equipamento de espaços verdes especiais», constitui efetivamente um estado da arte do pensamento de finais da década de 1950 sobre o brincar em espaço verde: «[...] segundo a diferenciação em idades e raios de acção podemos considerar quatro grupos: 1.º grupo – idade pré-escolar – dos 3 aos 7; 2.º grupo – idade escolar – dos 7 aos 12-14; 3.º grupo – idade adolescente – 12-14 aos 18 e 4.º grupo – idade adulta. [...] O raio de acção de cada grupo de idades depende na vida moderna, dos meios de transporte mas a sua utilização varia com o período de recreio que se considera. Podemos então distinguir os períodos de recreio diário, semanal e anual [...]»¹¹²

Em 1959, o presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto, demitiu-se juntamente com os vice-presidentes – Guimarães Lobato e Pastor de Macedo. A mudança naturalmente trouxe transformações de prioridades e de motivações. Seguramente os arquitetos paisagistas perderam um apoio ao nível do lugar de decisão chave para a sua atividade.

A nova revisão do *Plano Director de Lisboa* foi enquadrada pelo *Plano Regional de Lisboa* (1964). Neste plano, o arquiteto paisagista «de serviço» foi António Campello, na qualidade de vogal da 5.ª Secção da Comissão do Plano Director Regional de Lisboa, como representante da Junta de

Colonização Interna, da Secretaria de Estado da Agricultura. Preparou um estudo intitulado *A Paisagem da Região de Lisboa como Infraestrutura do seu Desenvolvimento Regional* em que recorreu, de forma pioneira, ao método de sobreposição de cartas, tendo como objetivo a elaboração de uma *Carta de Grandes Zonas de Condicionamento Urbanístico (esc 1/50 000)*. O trabalho elaborado teve por fim: «[...] definir, em escala de antepiano, a estrutura paisagística da zona considerada e – sugerindo a forma como se deve operar na sua melhor protecção e valorização – estabelecer as zonas de condicionamento urbanístico, com a finalidade de contribuir para um desenvolvimento regional equilibrado. [...] A aceitação do princípio e da necessidade de se respeitarem as características intrínsecas de uma paisagem, em todo o planeamento e valorização regional, determinou que se elaborasse um trabalho que constituísse elemento de reconhecimento a considerar nas bases de planeamento do Plano Director de Lisboa.»¹¹³

A seleção dos fatores para a elaboração da carta teve a preocupação de que fossem suscetíveis de se traduzir em base cartográfica na escala em estudo. Foram eles: as características topográficas e hidrológicas; a utilização agrícola e florestal atual; as reservas florestais e de fauna, sujeitas ou não a regime legal de protecção; e as características agrológicas e potencialidades produtivas¹¹⁴. Da sobreposição das *Cartas Agrológicas* (4 classes/grupos) e das *Cartas de Utilização Atual do Solo* resultou a *Carta de Apuramento do Grau de Potencialidade Produtiva dos Solos*. Numa fase seguinte, outros elementos foram tomados em consideração «condições fisiográficas e outros mais ligados ao conceito de paisagem – às leis próprias da paisagem [...]»¹¹⁵ a saber: redes hidrológicas, protecção cultural (de zonas intensivamente exploradas e de alta potencialidade agrícola), protecção da costa marítima, protecção paisagística (áreas necessitadas

de regime especial de proteção tendo em conta a correção climática), e enquadramento paisagístico (alargamento das zonas de mata e de compartimentação), levando à delimitação de: áreas de elevada potencialidade agrícola; áreas de potencialidade agrícola e florestal a preservar, áreas de cultura arvense e pastagem natural, zonas de proteção de infraestruturas paisagísticas, áreas de sujeição a regime especial tendo em vista a correção climática. Por fim a *Carta de Grandes Zonas de Condicionamento Urbanístico* resultava em três grandes zonas de condicionamento urbanístico: zonas em que serão de considerar limitações urbanísticas totais ou altamente condicionadas, zonas em que serão de admitir limitações urbanísticas condicionadas; zonas que não justificam quaisquer limitações urbanísticas.

Conforme se referiu anteriormente, a travessia sobre o Tejo, o aumento do tráfego na cidade e a expansão urbana e suburbana de Lisboa estiveram por trás da necessidade de rever o PDUL e o novo presidente da CML, França Borges, logo em 1959 convidou Meyer-Heine para coordenar a sua revisão. Este trabalho, elaborado entre 1963 e 1967, só foi aprovado em 1977. Na equipa técnica do plano não consta o nome de qualquer arquiteto paisagista, embora se leia que colaboraram nele os diversos serviços municipais. Feita uma apreciação geral e sucinta, dir-se-ia que há um retrocesso relativamente aos dois planos anteriores no que diz respeito à infraestrutura verde urbana. A *Carta de Espaços Verdes* apresenta três categorias: verde público, verde privado de domínio público e verde do domínio particular, sendo a sua distribuição fragmentada, assim como na componente regulamentar as disposições são pouco precisas¹¹⁶. Não houve oportunidade de aprofundar a participação dos arquitetos paisagistas, ficando desde já a indicação para uma futura investigação, nomeadamente os reflexos do *Plano Regional de Lisboa*.

AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E O SEU IMPACTO NA REDE DE PARQUES E JARDINS

A colaboração dos arquitetos paisagistas nos planos de urbanização dos bairros foi já aqui descrita e avaliada. Esta temática será, mais à frente, aprofundada no capítulo dedicado aos bairros, com especial destaque para o projeto de espaço verde dos bairros da Encarnação, Restelo, Alvalade e Olivais, com particular ênfase no projeto de espaço verde. Passamos, assim, a apresentar um breve enquadramento destes planos determinantes da expansão de Lisboa para, posteriormente, se destacarem as linhas mestras da intervenção, sobretudo nos espaços verdes públicos.

OS NOVOS BAIRROS HABITACIONAIS

Nos anos de 1930, Lisboa apresentava uma grave crise habitacional, fruto não só do aumento demográfico, como também da degradação do parque habitacional de então¹¹⁷. Verificava-se um notório «desequilíbrio económico [...] entre a capacidade familiar de arrendamento da habitação e a rentabilidade procurada pelos capitais investidos nas habitações urbanas.»¹¹⁸ A CML e o Governo uniram esforços para ultrapassar esta situação, utilizando instrumentos legais, na sequência da revisão da Constituição em 1933. Entre os vários diplomas enquadramentos dos instrumentos de intervenção, destaca-se o DL n.º 23 052, de 23 de setembro de 1933, que criou o regime das «Casas Económicas», habitação para os mais desfavorecidos, marcando e intervenção direta do Estado na construção destas casas¹¹⁹. Este decreto levou o Governo, as câmaras e as instituições corporativas a construir bairros económicos em regime de rendas solúveis, pagas ao longo de 25 anos, ao fim dos quais o inquilino se convertia em proprietário da casa. Ao abrigo deste DL, em Lisboa, foram construídos os bairros do Alto da Ajuda, do Alto da Serafina, da Calçada dos Mestres, de Caselas, do Alvito¹²⁰ e da Encarnação¹²¹.

O facto de Duarte Pacheco, em 1938, ter acumulado os cargos de ministro da Obras Públicas e de presidente da CML veio facilitar a concretização da intenção de resolver a grave crise de habitação existente em Lisboa. Esta não havia sido contrariada de forma eficaz até à data e teve como consequência o surgimento de vários bairros de barracas na capital – como o Bairro das Minhocas (Figs. 23 e 24) – a que o Governo pretendeu fazer face. Em 1938, assistiu-se a uma renovação dos princípios orientadores da ação da CML¹²² pois, a partir desta data, esta instituição passou a ser o promotor exclusivo da iniciativa da urbanização, ao invés do que se tinha passado anteriormente, em que esta exercia um controlo limitado¹²³.

A CML foi habilitada à construção de «Bairros provisórios de casas desmontáveis», através da promulgação de decretos elaborados para o efeito em 1938 e 1943. Neste âmbito, foram construídos os bairros da Quinta da Calçada, da Boavista e das Furnas¹²⁴.

Duarte Pacheco, a 17 de março de 1938, enquanto presidente da CML, propôs em sessão camarária que: «[...] seja declarada a utilidade pública da obra de construção de uma estrada de acesso a Lisboa pela Encarnação, Portela de Sacavém, Aeroporto e Avenida Alferes Malheiro, e dos melhoramentos de interesse público a realizar em toda a zona que a estrada atravessa; e que, para a sua execução, se realizem as aquisições ou expropriações que forem necessárias»¹²⁵, o que foi imediatamente aprovado. Este projeto foi enquadrado nas ações do *Programa de Melhoramentos e Realizações para a Comemoração dos Centenários*, no qual, a 27 de março de 1938, Salazar comunicava em nota oficiosa a comemoração da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência. Entre as várias ações inscrevia-se a de promover um «[...] decisivo impulso nas obras de novos bairros económicos, de modo que se possam fazer



23. Perspetiva do Bairro das Minhocas, no Rego, 1938.

AML – Col. Eduardo Portugal. PT/AMLSB/EDP/001514

24. Pormenor do Bairro das Minhocas, junto ao apeadeiro do Rego, 1939.

AML – Col. Eduardo Portugal. PT/AMLSB/POR/058756

desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa.»¹²⁶

Tal como os bairros da Madre Deus, do Alto da Ajuda, do Alvito (anteriormente designado de Bairro Oliveira Salazar) e do Alto da Serafina, o da Encarnação foi concebido como um bairro de pequenas moradias unifamiliares com um pequeno logradouro, existindo normalmente arruamentos arborizados e um espaço verde de uso público, de encontro e estadia dos habitantes destes bairros «[...] adoptando a imagem rural da aldeia cruzada com a influência da Cidade Jardim.»¹²⁷ O projeto foi entregue em 1938 pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, ao arquiteto Paulino Montez¹²⁸ (1897-1988) (Fig. 25) que havia já projetado os bairros económicos do Alto da Serafina e do Alvito. As plantas das casas-blocos foram realizadas pelo recentemente criado Serviço de Casas Económicas, na

DGEMN¹²⁹. O bairro, inaugurado em 27 de maio de 1944, com a entrega de 648 casas¹³⁰, começou a ser habitado em abril de 1945¹³¹. Este bairro encontrava-se implantado em terrenos no extremo nordeste da cidade, a nascente do Aeroporto da Portela. De planta em forma de borboleta, é limitado a oeste pela Avenida Marechal Craveiro Lopes (antiga Estrada Lisboa-Sacavém) e a sul pela Avenida de Berlim e pela Avenida Doutor Francisco Luís Gomes (antiga Estrada de Moscavide) (Fig. 26). Embora no início tivessem sido construídas 1092 moradias, o bairro foi alvo de um projeto de ampliação, nos anos 1950, da autoria do próprio Paulino Montez, passando a contar com mais 220 moradias¹³². Apenas ficou concluído em 1958, com mais 20 moradias, contando com 1112 moradias¹³³.

Em 1945, o DL n.º 2007, de 7 de maio, instituiu o regime das «Casas de Renda Económica», em que as habitações eram construídas por instituições de previdência, sociedades cooperativas ou anónimas, entidades patronais ou outras formas idóneas de direito privado. As rendas destas casas eram fixadas por lei, estavam isentas de sisa na primeira transmissão e de contribuição predial num período de quinze anos¹³⁴.

Ao abrigo do DL n.º 34 486, de 6 de abril de 1945, a CML iniciou neste mesmo ano a construção de bairros de «Casas para famílias pobres», estabelecendo-se pela primeira vez o princípio de um subsídio de construção, não reembolsável para casas permanentes. Com base nestes dois últimos decretos-lei, a CML, com o apoio financeiro da Federação de Caixas de Previdência-Habitações Económicas, iniciou nesse mesmo ano a construção das Células 1 e 2 do Bairro de Alvalade¹³⁵. A publicação do DL n.º 36 212, de 7 de abril de 1947, criou as «Casas de renda limitada» construídas por particulares, com limite superior de renda fixado antes do início da construção, beneficiando de facilidades fiscais concedidas pelo Estado e de projetos



25. Plano geral do projeto do Bairro da Encarnação. Paulino Montez, s.d.
In MONTEZ, Paulino – Lisboa. *Extensão Nordeste da Cidade. Plano do Bairro da Encarnação*



26. Traçado da rede de circulação do Bairro da Encarnação, 1958.
In MONTEZ, Paulino – Lisboa. Extensão Nordeste da Cidade. Plano do Bairro da Encarnação

municipais largamente fundamentados na experiência da construção das casas de renda económica, como em Alvalade¹³⁶.

A criação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, através da publicação do DL n.º 35 957 de 19 de novembro de 1946, na dependência do Ministério das Obras Públicas, foi determinante para dar resposta às novas exigências técnicas e métodos da engenharia e da construção, face aos vários programas de construção económica em curso¹³⁷. Num trabalho contínuo de investigação foram realizados ensaios de materiais e processos de construção com vista a promover uma baixa do custo da habitação¹³⁸.

Tendo como suporte o *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (1938-1948)* e estes sucessivos diplomas, Duarte Pacheco teve um papel determinante no avanço dos bairros do Restelo e de Alvalade. O propósito de Duarte Pacheco no Restelo, de acordo com as intenções do Governo,

foi num futuro próximo dar uma imagem mais cosmopolita à encosta que serviu de pano de fundo à *Exposição do Mundo Português*, em 1940¹³⁹.

Duarte Pacheco, como já tivemos oportunidade de referir, incumbiu o urbanista arquiteto Faria da Costa da elaboração do *Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda (1938-1940)*. Mais tarde, em 1944, Faria da Costa foi também convidado a realizar o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, ao abrigo do DL n.º 33 921, de 5 de setembro de 1944, e que vem a constituir o *Plano de Alvalade*, sendo que a Avenida Alferes Malheiro é hoje a Avenida Brasil^{140, 141}.

O *Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda* previu uma densidade populacional baixa, assentando em lotes de terreno distribuídos em redor de núcleos comerciais, ao longo de eixos viários estruturantes do espaço (Fig. 27). Em dezembro de 1949, já tendo sido realizados os arruamentos e esgotos, foram iniciadas as obras de construção das moradias¹⁴². Estas, em número de 524 (452 económicas, 36 geminadas e 36 unifamiliares)¹⁴³, destinavam-se a moradores com menores recursos financeiros e eram idênticas às do Bairro Económico do Vale Escuro, também este projetado por Faria da Costa em 1947. O Bairro das Casas Económicas da Encosta da Ajuda foi inaugurado a 28 de maio de 1952.

Nesse ano, numa tentativa de corresponder às solicitações de um elevado número de sociedades cooperativas, com vista à aquisição de terrenos para a construção de moradias, o presidente da CML, Salvação Barreto, encomendou a Faria da Costa uma extensão do seu trabalho, pelo que este realizou um novo plano designado como *Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – Segunda fase*. Este plano, como já foi referido, não chegou a ser concretizado, pois coincidiu, em 1954, com a criação na CML do GEU, dirigido por Guimarães Lobato¹⁴⁴ que, neste âmbito, elaborou o plano *Urbanização da Encosta do Restelo – Segunda fase*¹⁴⁵.



27. *Aspecto do Plano Geral de Urbanização de Lisboa – Encosta da Ajuda.* Faria da Costa, 1938-1940.
FCG BA – Col. Estúdio Mário Novais.
CFT003.057062

A área definida nesta segunda fase do plano de urbanização tinha como limites: a nascente a Calçada do Galvão, a norte o Bairro do Caramão da Ajuda, a sul a urbanização da primeira fase, ainda em fase de conclusão, e a poente o Parque Florestal de Monsanto¹⁴⁶.

A área abrangida por esta fase foi dividida em cinco células estruturantes, com o intuito de cada uma delas ter «[...] dimensões e possibilidades para nela se estruturar vida própria. Isto é, capacidade

populacional para comportar os seus grupos escolares e o seu pequeno núcleo comercial [...]»¹⁴⁷ Estas células foram projetadas de forma a que no interior de qualquer uma delas, as instalações de interesse coletivo, como o grupo escolar e o centro comercial, estivessem a distâncias convenientes de serem percorridas a pé, de percursos nunca superiores a 300 metros, a partir de qualquer ponto dessa célula. Os arruamentos foram hierarquizados, prevendo-se alguns destinados apenas a peões. No acesso

aos grupos escolares era assegurada a ausência da necessidade de qualquer atravessamento das vias de maior intensidade de tráfego automóvel. As construções de interesse geral, como o mercado ou a igreja, foram situadas de forma a ser facilitado o seu acesso a partir de qualquer uma das células vizinhas¹⁴⁸. As habitações de tipo unifamiliar eram destinadas a classes mais favorecidas e os respetivos lotes foram distribuídos de forma a tirar o máximo partido, não só das vistas, como também das áreas de jardins públicos propostas¹⁴⁹ (Figs. 28 e 29).

Entre 1964 e 1965, a zona norte acima da Rua Gregório Lopes foi objeto do *Estudo Prévio – 1.ª Parte da Urbanização das Zonas do Restelo e Caramão da Ajuda*, pelo arquiteto Francisco Zinho Antunes e o engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves¹⁵⁰. No âmbito

deste projeto, aprovado em 1965, foram construídos edifícios-torre que chegaram aos vinte pisos. Esta mesma equipa elaborou também a *2.ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda*, aprovada em 1966, que previa a extensão para sul dos edifícios-torre¹⁵¹. No entanto, esta fase não chegou a ser implementada. Com a entrada em funções de um novo presidente da CML, o engenheiro Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983) que, mantendo a densidade populacional elevada prevista, pretendia baixar a cêrcea dos edifícios a construir, suspendeu-se assim o desenvolvimento dos trabalhos¹⁵². Santos e Castro contratou os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas que, juntamente com o arquiteto João Paciência e Gonçalo Ribeiro Telles, executaram entre 1970 e 1972 o *Plano de Pormenor da Zona do Restelo*. Este plano



28. Pormenor do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda. Faria da Costa, 1938-1940.
FCG BA – Col. Estúdio Mário Novais. CFT003.102543



29. Perspetiva do Bairro da Encosta do Restelo, s.d.
DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.09

procurou atenuar a diferença de volumes entre as torres a norte e as moradias a sul, projetando quarteirões alongados de edifícios de habitação coletiva (quatro a seis pisos), alternados com moradias em banda (dois a quatro pisos), separados por ruas arborizadas orientadas para o rio Tejo¹⁵³.

O *Estudo Prévio – 1.ª Parte da Urbanização das Zonas do Restelo e Caramão da Ajuda* foi aprovado e o *Plano de Pormenor* transferido, em 1972, para a recém-criada Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), que passou a assumir a direção dos trabalhos, juntando-se à equipa projetista o arquiteto Pedro Viana Botelho e o arquiteto paisagista Caldeira Cabral. Os contratos assumidos com estes arquitetos foram rescindidos após o 25 de abril de 1974. A malha urbana da encosta poente acabou por ser revista pelo arquiteto Vítor Manuel Afonso Alberto. Em 1991, a EPUL lançou um concurso de ideias para a encosta a nascente, cuja proposta vencedora, da autoria do arquiteto Nuno Leónidas, não se cingiu ao plano de pormenor aprovado¹⁵⁴.

A encosta do Restelo, orientada a sul e oferecendo vistas privilegiadas aos seus moradores, apresenta várias tipologias de ocupação do espaço edificado. Numa primeira fase, nos finais dos anos de 1940, Faria da Costa, nos seus planos de urbanização com uma baixa densidade populacional, primeiramente introduziu moradias de casas de renda económica e concebeu a encosta dividida por células. As habitações unifamiliares, estruturadas em redor de núcleos comerciais, foram distribuídas em torno de eixos viários bem hierarquizados e adaptados à topografia do terreno, tentando distribuí-los sempre que possível acompanhando as curvas de nível da encosta. Numa segunda fase, e tentando responder a uma necessidade premente de habitação, a CML, através do GEU liderado por Guimarães Lobato, assumiu a coordenação do processo. A habitação unifamiliar deu lugar à habitação multifamiliar, fazendo uso de experiências municipais

anteriores, como Alvalade, e dando continuidade a uma atitude de aplicação de «princípios inovadores da administração municipal», tendo como fim dar resposta à necessidade urgente de habitação que então se fazia sentir na cidade de Lisboa¹⁵⁵. A seguinte citação, de forma breve, permite sintetizar a intenção: «[...] blocos de habitação coletiva, convenientemente distribuídos por categorias de rendas e obedecendo ao critério de se estabelecer, quanto possível, uma transição gradual, de uns tipos para os outros, assegurando o seu conveniente isolamento sem acusar a segregação determinada de qualquer das categorias previstas de habitações.»¹⁵⁶

A construção dos bairros na encosta do Restelo foi um processo que durou décadas, decorrendo em paralelo com a construção do Bairro de Alvalade. Este teve como documento orientador o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, tendo como limite norte a Avenida Alferes Malheiro, hoje Avenida do Brasil. Foi dimensionado para uma população de 45 000 habitantes, com uma densidade média de 200 habitantes por hectare¹⁵⁷, ocupando uma área de cerca de 230 hectares¹⁵⁸, dos quais 33 foram destinados a espaços livres públicos¹⁵⁹. O bairro é limitado a norte pela Avenida do Brasil, a nascente pela Avenida Almirante Gago Coutinho, a sul pela linha de caminho-de-ferro e a poente pela Avenida da República e pelo Jardim do Campo Grande. Os 45 000 habitantes previstos no Bairro de Alvalade eram distribuídos da seguinte forma: 31 000 em habitações coletivas de renda económica, 9500 em habitações de renda não limitada, 2000 em moradias unifamiliares de renda económica e 2500 em moradias unifamiliares de renda não limitada, pretendendo-se a coexistência de habitações das diversas categorias sociais¹⁶⁰. Numa primeira fase e ao abrigo do novo «Regime de Casas de Renda Económica», os edifícios passaram a contemplar um máximo de

quatro pisos, limite de edificações plurifamiliares para cujo acesso se prescindia de elevador¹⁶¹. Esta cêrcea constituía uma situação inédita, no âmbito dos bairros de habitação económica.

O primeiro conjunto de edifícios multifamiliares de renda económica (Fig. 30) foi inaugurado oficialmente em agosto de 1948, com a designação de sítio de Alvalade, deliberada pelo presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto¹⁶².

Na construção do bairro, parcialmente assegurada pelo Estado, mesmo nas áreas reservadas à construção privada, o controlo municipal realizou-se pela encomenda dos projetos de arquitetura

a profissionais altamente qualificados¹⁶³. A obra contou com o arquiteto Jacobetty Rosa como arquiteto-chefe e com a orientação e supervisão técnica de Guimarães Lobato¹⁶⁴. Os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Manuel Costa Martins (1922-1996) juntaram-se à equipa, um ano após o arranque da obra^{165, 166}.

Este foi o primeiro bairro de habitação coletiva de média altura, na qual se utilizaram, pela primeira vez, elementos construtivos normalizados, tendo-se dado um grande salto qualitativo relativamente aos bairros de casas unifamiliares realizados até aí, como o Bairro da Encarnação.



30. Perspetiva aérea do Bairro de Alvalade, Célula 1, 1950.

AML. PT/AMLSB/SPT/000211

Segundo a descrição do próprio Guimarães Lobato: «Para efeitos de urbanização, a zona de Alvalade foi considerada dividida, em oito células, por arruamentos principais, que dão a cada célula a independência de uma unidade de urbanização devidamente resguardada. Cada uma destas unidades, tem, por fulcro do seu arranjo, a existência, num ponto central, de uma escola primária de modo que a distância máxima, desta às habitações, não exceda 500 metros lineares. [...] Previram-se, também as construções indispensáveis de interesse geral, situadas num centro cívico, além da localização adequada de mercados, escolas secundárias, campos de jogos, etc [...]»¹⁶⁷

Sobre a primeira fase de construção, disse Guimarães Lobato: «No que se referia a habitações de renda económica o plano estabelecido incluía a execução imediata de 302 prédios, ocupando as duas células – 1 e 2 – confinantes com o Campo Grande, a Avenida do Brasil e a Avenida de Roma. Estudaram-se 3 séries de casas de características diferentes e, por sua vez, dentro de cada uma das séries, estabeleceram-se 3 tipos de casas, diferenciados somente no número de quartos de cama, para assim se atenderem, em pé de igualdade, às necessidades das grandes e das pequenas famílias»¹⁶⁸ (Fig. 31). A construção destas duas primeiras células, constituídas exclusivamente por casas de renda económica, foi financiada apenas com fundos da Federação das Caixas de Previdência (1947-1972), tendo-se iniciado a sua construção em 1946 e terminado em 1950, passando posteriormente a realizar-se a construção de casas de renda limitada^{169, 170, 171}.

A construção destas células e das restantes do bairro, dirigida por Guimarães Lobato, constituiu um campo de ensaio para a utilização de novos materiais e, sobretudo, de novas técnicas de construção com as quais tinha tido contacto nas viagens realizadas a Inglaterra, onde assistiu à reconstrução



31. Plano de Urbanização da zona sul da Avenida Alferes Malheiro. Faria da Costa, anterior a 1945.

AML – Col. Fernando Martinez Pozal. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000010

do país no período pós-guerra. Guimarães Lobato trouxe para Alvalade, não só a utilização de um novo tipo de blocos em betão de fabrico em série, como também, e sobretudo, o uso de módulos normalizados pré-fabricados de elementos como vãos de janelas e portas, e lanços de escadas que tornavam o processo de construção mais célere e económico, passando-se do «projeto-tipo» para os «elementos funcionais-tipo», suscetíveis de serem usados em diversas situações, em combinações de acordo com necessidades específicas¹⁷².

A grande inovação do plano de Faria da Costa esteve no facto de os logradouros no interior dos quarteirões deixarem de ser propriedade privada, assumindo-se como espaços abertos destinados ao uso público, com locais de recreio, equipamentos coletivos e espaços verdes¹⁷³.

Todos os projetos de especialidade de infraestruturas urbanas e de desenho do espaço público, incluindo portanto os relativos aos espaços verdes, estavam incluídos nos chamados «estudos de pormenor», desenvolvidos pelas respetivas divisões de serviços da CML, em paralelo com o técnico da unidade morfológica onde se incluía. Estes técnicos pertenciam à CML ou eram contratados ao exterior, sendo todo o projeto coordenado pelo autor do plano de urbanização, Guimarães Lobato, ou por técnicos camarários por ele designados. Os estudos de pormenor relativos aos espaços verdes – «estudos de especialidade no desenho urbano» –, tais como as peças desenhadas que constam num projeto de arquitetura paisagista, eram elaborados na DSTE. As plantas referentes à distribuição dos lotes, à localização dos tipos de prédios, à adaptação de perfis transversais-tipo ou longitudinais dos arruamentos e aos pavimentos, eram da responsabilidade da DSUO¹⁷⁴.

No *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, Faria da Costa propôs que todos espaços de logradouro fossem totalmente divididos em parcelas correspondentes a cada prédio. Quando, em 1947, as «Casas de renda económica» foram construídas, esse critério foi modificado por se entender que seria vantajoso que o seu uso fosse comum aos vários moradores dos prédios delimitantes dos logradouros. Este critério foi adotado apenas nas duas primeiras células construídas – as Células 1 e 2. Tomada esta opção «[...] a zona central dos espaços de logradouro começou por pertencer ao domínio público municipal, sendo reservada apenas uma faixa com a largura de cinco metros adjacente às fachadas posteriores para uso dos prédios. Esta faixa era ainda subdividida em pequeníssimas parcelas, as quais eram afetas ao uso de cada inquilino. Neste contexto foram realizados nos serviços municipais os diversos estudos de ocupação dos logradouros do Bairro

de Alvalade, prevendo a construção de recintos de recreio infantil, campos de jogos, mobiliário urbano diverso, etc [...] enquadrados por arranjos paisagísticos e arborização.»¹⁷⁵

A desprivatização dos logradouros constituiu, assim, o fator mais inovador deste plano¹⁷⁶. Nele definiu-se que «[...] as edificações, de cada célula fossem dotadas de amplos logradouros, servindo para fins recreativos e circulação interior, evitando arruamentos de maior trânsito.»¹⁷⁷ Estes caminhos pedonais, atravessando os logradouros, encurtavam o caminho entre a casa e a escola, possibilitando que este percurso fosse inferior a 500 metros, objetivo primordial do plano, como já se referiu. Os logradouros compreendiam uma parte privativa pertencente a cada inquilino, todos eles alinhados em faixas de cinco metros de largura adjacente às fachadas dos prédios e uma outra, central, pertencente ao domínio público municipal, beneficiando os habitantes de cada quarteirão¹⁷⁸. Segundo o previsto, seriam «[...] arborizados formando recintos de recreio, sem preocupação de regularidade de relevo ou formalismo de arranjo, com o que, além do mais, se assegurou uma economia da futura conservação na realidade indispensável aos objetivos do plano.»¹⁷⁹

Na realidade o que veio a suceder nos logradouros comuns das duas primeiras células é que os edifícios foram sendo ocupados sem que os projetos destes logradouros tivessem sido concretizados (Fig. 32). A população muito rapidamente se apropriou indevidamente destes espaços, supostamente comuns, que, num ápice, se tornaram num mosaico de hortas, muitas vezes sem sequer prever caminhos de acesso a todas elas, nem de ligação aos caminhos pedonais de atravessamento dos logradouros (Fig. 33). «A certa altura, vários moradores começaram timidamente a cultivar pequenas parcelas desses terrenos comuns, na área contígua aos respetivos logradouros privativos.



32. Bairro de Alvalade. Célula 1. Perspetiva dos logradouros ocupados por hortas, 2021.
TBC

O seu exemplo foi imediatamente seguido por toda a população do bairro, por forma que, num espaço de poucos dias, os terrenos foram totalmente ocupados e divididos, numa operação verdadeiramente fulminante.»¹⁸⁰

Os logradouros tornaram-se, assim, num problema a resolver. Em 1951, Guimarães Lobato afirmava: «O ensaio de logradouros comuns, para recreio dos moradores das habitações económicas, trouxe à luz das realidades o que já havia sido previsto. É indispensável que exista uma entidade que se ocupe, por incumbência de todos, do arranjo, conservação e manutenção dos referidos logradouros. Sem isso, a sua utilização torna-se precária e, até, contrária aos objetivos visados. E, então, em lugar de uma solução inteiramente satisfatória, aparecem os quintais traseiros murados, desprovidos de uso e, quase sempre, de aspeto e sanidade indesejáveis.»¹⁸¹ Por fim, aponta como uma das deficiências de pormenor em Alvalade «[...] a inconveniência de logradouros individualizados e murados, pouco aproveitando, principalmente,

as populações infantil e adolescente de recintos apropriados para o seu recreio.»¹⁸²

A publicação do DL n.º 42 454, de 18 de agosto de 1959, que criou o GTH, acelerou a necessidade da concretização destas operações urbanísticas de grande escala por parte da CML¹⁸³. Referimo-nos às operações urbanísticas de grande escala, desencadeadas nos bairros Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas, nos finais da década de 1950, tal como os bairros anteriormente referidos, por iniciativa pública. Cobrem uma área total de 737 hectares (Olivais Norte, 40 hectares; Olivais Sul, 187 hectares e Chelas, 510 hectares).

A freguesia dos Olivais, criada em 1397, era constituída por uma série de quintas pertencentes ao clero ou à nobreza. No final do século XIX, o industrial Francisco Alves Gouveia adquiriu muitos destes terrenos que, nas décadas 30 e 40 do século XX, foram expropriados pela CML com vista à sua urbanização para a expansão da cidade¹⁸⁴. No plano de De Gröer, a zona dos Olivais já havia sido vocacionada para habitação¹⁸⁵.



33. Bairro de Alvalade. Célula 1. Compartimentação informal do logradouro e ocupação indevida, 2021.
TBC

Em 1955, estando já iniciada a revisão do plano de De Gröer, o GEU levou a cabo a realização de um *Estudo-Base da Urbanização dos Olivais*, coordenado por Guimarães Lobato, que contou com a colaboração, entre outros, dos arquitetos Pedro Falcão e Cunha e José França Ribeiro e do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles¹⁸⁶. Logo no início do estudo, Guimarães Lobato assinalou, tal como o previsto no plano da cidade, a existência de uma zona industrial que levava à alteração do cariz rural do lugar. Reconheceu então a necessidade de criar uma zona urbanizada de carácter residencial, de forma a: «Garantir a vida perto do local de trabalho, à população que na Zona Industrial exerce a sua atividade.»¹⁸⁷ Propôs a criação de seis células (A a F) a urbanizar, sendo que no plano de De Gröer estava previsto para esta área o alojamento de 28 000 habitantes, número que Guimarães Lobato, após os resultados de um inquérito a nível local de sua iniciativa, constatou ser insuficiente, elevando-o para 40 000. Como condicionantes do local são indicados, além dos arruamentos e de outros elementos construídos já existentes, a topografia do terreno – duas vertentes bastante declivosas unidas por um vale sobre o qual estava já delineada a «Avenida entre Aeroportos», hoje Avenida de Berlim. Este último condicionante foi no entanto ultrapassado: «As condições orográficas do terreno influenciaram, como é evidente, o traçado dos arruamentos e a sua relação com o esquema mais favorável da rede de esgotos. Apesar da irregularidade do acidentado conseguiu-se obter uma satisfatória adaptação ao terreno, sem prejuízo dos bons princípios do traçado de arruamentos.»¹⁸⁸

No *Estudo-Base da Urbanização dos Olivais*, optou-se por habitação mista numa percentagem de 14% de moradias unifamiliares e os restantes 86% em habitação coletiva. Quanto às instalações de interesse coletivo, estas foram situadas em função da facilidade de acesso a qualquer ponto das

células a que se destinavam: «Os centros comerciais e os grupos escolares foram localizados de modo a nunca se situarem a distâncias superiores a 250 metros das habitações e a não ser necessário, para os segundos, o atravessamento de qualquer arruamento de maior circulação.»¹⁸⁹ Relativamente ao princípio adotado para as habitações coletivas, registou o seguinte: «De acordo com a experiência adquirida e tendo presente os ensinamentos da técnica de urbanização actual, adoptou-se francamente o princípio da independência dos blocos, com todas as vantagens conhecidas de possibilidade de orientação, isolamento das habitações, etc. Por esta razão o espaço livre envolvente dos blocos constituirá um logradouro colectivo convenientemente arborizado.»¹⁹⁰

A Célula A do *Estudo de Urbanização dos Olivais* tinha sido alvo de estudos preparatórios no âmbito do *Plano de Pormenor* realizado pelo GEU, entre 1955 e 1958, e os terrenos por ela abrangidos haviam já sido adquiridos na sua totalidade pela câmara, nas expropriações da década de 1940. Além disto, os arruamentos principais e os projetos das habitações encontravam-se concluídos¹⁹¹ (Fig. 34). Perante a urgência de mostrar resultados, esta área, a que se veio a chamar Olivais Norte, era aquela cujo estudo estava mais avançado, logo a que, embora adaptando os projetos das habitações às tipologias estipuladas no referido DL, marcou o início do processo de ordenamento da imensa zona oriental de Lisboa¹⁹². Após uma sequência de três planos (1955, 1957 e 1958)¹⁹³, o *Plano de Olivais Norte* foi apresentado em novembro de 1959¹⁹⁴. Embora a construção dos arruamentos datasse de 1957, a construção dos fogos iniciou-se em 1960¹⁹⁵.

Em lugar da rua tradicional foi estabelecida uma rede de circulação, sendo claramente separados os caminhos pedonais dos caminhos automóveis¹⁹⁶. As habitações foram agrupadas em blocos isolados e



34. Rede de caminhos principais e primórdios da construção em Olivais Norte, 1958.

Fotografia Aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército

implantados em função do maior aproveitamento da luz solar. A superfície livre do solo, representando 62,30% dos referidos 40 hectares, ou seja, um total de 24,920 hectares foi projetado para ser ocupado por jardins, equipamentos de ar livre, percursos de peões, áreas de jogos e recreios¹⁹⁷ (Fig. 35).

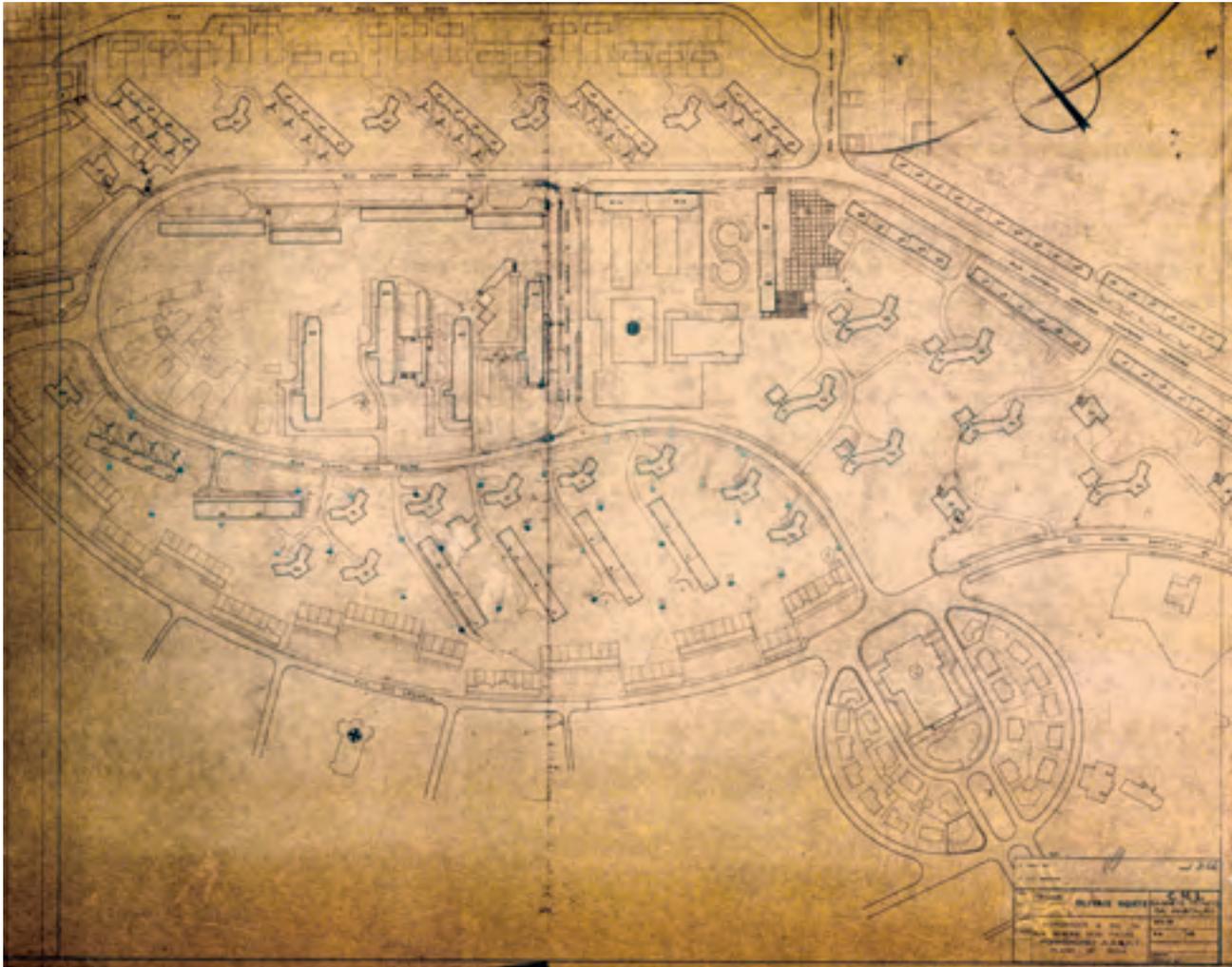
Como principais limitações a apontar ao *Plano de Olivais Norte*, o arquiteto Leopoldo de Almeida afirmou: «Os princípios urbanísticos aplicados são claramente derivados da Carta de Atenas e constituem indiscutivelmente o ponto de partida de qualquer realização urbanística contemporânea. Poder-se-ia apontar ainda aos Olivais-Norte um excesso de fidelidade a princípios esquemáticos, excesso que, por ter conduzido a uma neutralidade dos espaços urbanos, a um esquema circulatório

demasiado desvinculado dos edifícios [...] poderá talvez não ajudar à constituição duma vida comunitária intensa.»¹⁹⁸

No início dos anos de 1960, foi elaborado o *Plano de Olivais Sul* que destinava aos Olivais Sul uma área de 186 hectares, uma operação na sua grande maioria financiada pela Federação das Caixas de Previdência¹⁹⁹. Tal como havia sucedido em Olivais Norte, destinava-se à habitação social, constituindo esta a sua especial vocação, estando previsto albergar 40 000 habitantes²⁰⁰. Este plano, da autoria dos arquitetos José Rafael Botelho e Carlos Duarte, contou ainda com os arquitetos Mário Bruxelles, Celestino de Castro e António Pinto Freitas²⁰¹. Foram também envolvidos arquitetos e artistas externos à CML, como Abel Manta, Nuno Teotónio Pereira, Braula Reis, João Vasconcelos Esteves, Pires Martins, Palma e Melo, e Victor Palla, o que terá suscitado várias críticas relativas ao ecletismo da arquitetura e à inexistência de unidade formal do conjunto do bairro^{202, 203, 204}.

Conceptualmente, este plano partia ainda dos princípios da Carta de Atenas, no que respeita à relação entre a área construída e o espaço livre, assumindo uma premissa de zonamento funcional relativo aos vários setores de organização, separando vias de circulação devidamente hierarquizadas dos edifícios²⁰⁵.

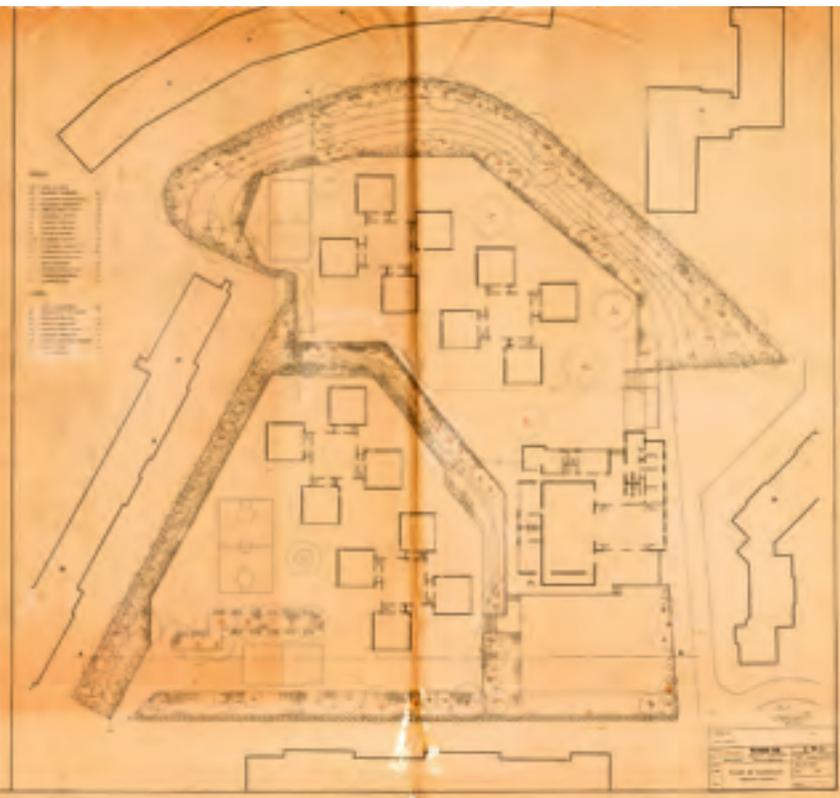
Em entrevista sobre a elaboração do plano, o arquiteto José Rafael Botelho relatou: «Quando peguei no projeto de Olivais Sul [...] tinha vindo de Inglaterra e interessava-me muito o que lá se estava a fazer depois da guerra [...] as suas leis sobre expropriações e o desenvolvimento das cidades satélite eram muito interessantes. E tinha andado na Holanda [...]. Trazia nos olhos esses modelos que tinha observado quando cheguei aos Olivais. Pesava mais a experiência do que a Carta de Atenas, entrosada no meu saber mas do qual não era a base.»²⁰⁶ A aplicação do DL n.º 42 454, de 18 de



35. Olivais Norte. Ajardinados a Sul da Rua General Silva Freire. Pormenores A, B, Q, H, I. Plano de rega. Sousa da Câmara, 1967. AML.PT/AMLSB/CMLSB/UROB OM/19/0073/06

agosto de 1959, em Olivais Sul tornou ultrapassado o estudo-base. No entanto, este estudo já tinha sido concretizado numa parte dos arruamentos, condicionando deste modo a elaboração do *Plano de Olivais Sul*, levando a que, por razões económicas, se tenha optado por somente retificar as penetrações na malha e os respetivos nós²⁰⁷. Este plano contou com condicionantes como a orografia do

terreno e a ocupação anterior do terreno por quintas, procurando-se manter alguns dos elementos arquitetónicos mais significativos, a vegetação pré-existente e as condicionantes gerais de urbanização²⁰⁸. Num esforço de adaptação a novas utilizações, remodelou-se uma parte do sistema viário e aglutinou-se o zonamento anterior da malha, introduzindo-se áreas centrais, experimentando-se



36. Olivais Sul. Célula B – Zona Centro. Escolas Primárias. Plano de plantação. Arbustos e árvores. Sousa da Câmara, 1969. AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB OM/19/0074/10

uma agregação do edificado, o qual assumiu formas inovadoras²⁰⁹.

A estrutura da malha em Olivais Sul baseou-se na criação de seis células, quatro delas destinadas à habitação (Células B, C, D e E), uma destinada ao realojamento e, na sua maior parte, ao cemitério (Célula F) e uma última, situada no centro deste conjunto, destinada ao centro cívico-comercial principal (Célula G)²¹⁰. No interior das células, a estrutura viária automóvel foi hierarquizada segundo a função desempenhada, em: vias principais, vias secundárias e impasses. Foi também implementada uma rede pedonal que ligava os principais centros da malha²¹¹. As células principais (B, C, D e E)

são autónomas relativamente ao comércio, sendo na Célula G, com uma área de 5,6 hectares, que estão concentrados os serviços de interesse coletivo. Estas células principais contêm escolas infantis e primárias, e zonas de recreio ao ar livre tanto para adultos como para crianças²¹² (Fig. 34). Além de zonas para desporto como campos de futebol, basquetebol, voleibol, ténis e pistas de atletismo, foi necessária a criação de espaços verdes de proteção contra os fumos e odores da zona industrial que separava esta zona do rio Tejo. Este plano sofreu reajustes que originaram duas novas versões, uma em 1963 e uma outra em 1968²¹³ (Fig. 35). Tal como já tinha sucedido em Olivais Norte, compromissos assumidos previamente levaram à necessidade de conciliação com projetos anteriores.



37. Olivais Sul, 1968. Fotografia Aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército

BREVE SÍNTESE DOS IMPACTOS NA CONCEÇÃO E PROJETO DOS LOGRADOUROS DOS BAIRROS DE LISBOA

O trabalho de planeamento e construção dos bairros de Lisboa, desenvolvido entre as décadas de 1930 e 1970, pode ser considerado um verdadeiro laboratório de experiências urbanísticas onde se sente a importação de modelos internacionais, ora mais próximos das ideologias da cidade jardim do princípio do século, ora decorrentes dos princípios da Carta de Atenas e os ideais corbusianos inspirados pela referência maior da *Cité Radieuse* (1947-1953), em Marselha, assim como da experiência das *new towns* inglesas, na sequência do «New Towns Act», de 1946, decretado logo após a guerra.

Os primeiros bairros de Lisboa eram, de início, constituídos por agrupamentos de casas unifamiliares, com um pequeno logradouro nas traseiras, alinhadas ao longo de ruas muitas vezes arborizadas. Em termos de espaço verde público existiam pequenos jardins de proximidade. O Bairro da Encarnação, que inclui além de dois pequenos jardins, um outro mais vasto que engloba a igreja de Santo Eugénio, possui ainda uma faixa periférica ocupada por uma mata que envolve o bairro a sul e a poente. Neste bairro, os espaços verdes têm uma presença bem mais significativa comparativamente, por exemplo, com o Bairro da Quinta do Jacinto onde, por falta de espaço, os logradouros comuns se restringiram apenas aos espaços compreendidos entre os alçados principais dos prédios, contando apenas com a presença de árvores de arruamento.

A experiência de Alvalade trouxe uma significativa inovação. As casas de habitação distribuíram-se por edifícios, inicialmente apenas com quatro pisos, e com os logradouros no interior do quarteirão, parte deles privados e outra parte de uso público, além de pequenos jardins. O insucesso do

uso e conservação destes logradouros de uso público, por apropriação indevida por parte de alguns habitantes do bairro, nas Células 1 e 2, levou a que, na Célula 4, Avenida Dom Rodrigo da Cunha, se tenha optado unicamente pela existência do espaço verde de uso público – um enorme logradouro comum – no interior do qual se implantaram os prédios, também estes ainda só com quatro andares. Contudo, para permitir esta nova organização do espaço verde público, os edifícios foram orientados perpendicularmente à referida avenida. O chamado Bairro das Estacas, também em Alvalade, com os edifícios assentes sobre pilotis mantendo-se perpendiculares à rua, permitiu introduzir a continuidade dos logradouros. Os prédios davam intencionalmente a ideia de «flutuar», sendo as suas entradas em vidro, para diminuir o impacto visual, reforçando assim esta ideia. Este novo conceito de logradouro ao valorizar a continuidade do espaço verde – quer sob o ponto de vista funcional quer visual – permitiu introduzir uma rede de caminhos pedonais, que os percorriam e se continuavam no logradouro vizinho, separados dos circuitos automóveis e criar zonas de estadia com mais recato, devido a uma maior disponibilidade de espaço, constituindo-se como salas de verdura, prolongamento das salas de estar das habitações destes edifícios. O Bairro da Ajuda/Restelo pode ser visto sob o ponto de vista urbanístico como um laboratório de transição entre Alvalade e os Olivais.

A legislação, ao permitir o aumento do número de pisos dos edifícios, refletiu-se na possibilidade de aumentar significativamente as áreas livres para logradouros, resultando numa ampliação da área das zonas de estadia e enquadramento. Esta maior disponibilidade de espaço permitiu uma orientação mais acentuada na vocação de utilização destes espaços, isto é, criação de espaços para as crianças, com parque infantil, de espaços desportivos para os jovens e de espaços mais sossegados para

adultos, mantendo-se a valorização do peão e nesse sentido o seu isolamento relativamente aos caminhos automóveis.

A experiência dos Olivais, sobretudo em Olivais Norte, aproximou-se dos princípios da Carta de Atenas. As habitações foram inseridas em blocos de apartamentos cuja localização e orientação dependia, sobretudo, de um maior aproveitamento da luz solar, implantados num *continuum* verde, numa aproximação máxima dos habitantes do bairro com a natureza, representada pelas áreas ajardinadas, constituindo uma matriz que envolve edifícios e vias de circulação. A rede de circulação é claramente hierarquizada, constituindo a rede viária o elemento unificador dos vários elementos construídos, embora desvinculada dos mesmos. O espaço resultante peca, porém, por uma falta de referências identitárias. Em Olivais Sul a aplicação destes princípios foi mais moderada. Cada célula possui um pequeno núcleo comercial, em função do qual se organiza, e as várias células organizam-se entre si também em redor de uma célula em posição central que inclui o grande centro cívico-comercial do bairro, a Célula G, onde se situam os edifícios mais elevados. Embora exista um grande número de espaços verdes aqui não constituem uma matriz que envolve os demais elementos, estando presentes especialmente no grande parque do bairro: o Parque do Vale do Silêncio.

Termina-se recordando excertos do relatório da viagem de Azevedo Coutinho à Suécia, em 1952 (anteriormente referida): «[...] verificámos não existirem tipos de urbanização com zonas verdes do tipo do nosso "logradouro comum", encravados na construção, como pátios interiores. Aboliu-se assim a zona de inconvenientes dos espaços fechados que, embora comuns a particulares, resultam em uma soma de encargos de difícil resolução. [...] De tudo o que vimos e conseguimos saber, apurámos que o logradouro comum e a zona verde são um

encargo da habitação. À entidade que constrói a habitação, cabe o encargo de uma parte do logradouro ou zona verde. O Município nada despende e apenas lhe compete determinar as normas em que deve ser executado tal logradouro ou tal zona verde. [...] Concordamos que o estabelecimento de processos administrativos como o que se apresenta não se pode fazer sem um aturado estudo. Todavia, julgamos que ele é necessário para as soluções a dar a alguns casos que já se fazem sentir no nosso Município e de que o Bairro de Alvalade é um caso típico. [...] na urbanização de Estocolmo no que se refere à zona periférica da cidade, a construção amolda-se à paisagem e o problema tem aspectos de nítida Arquitectura Paisagista. Não existem logradouros interiores nem se alterou a topografia do terreno. [...] Os prédios de rendimentos dispostos em avenidas densamente enquadradas por vegetação, amoldaram-se às condições naturais do terreno. Desaparece o jardim público e apenas ficam zonas verdes na periferia, do tipo do futuro parque entre as Avenidas do Brasil e do Aeroporto, como grande logradouro comum.»²¹⁴ A própria terminologia vai denunciando a evolução de conceito: do logradouro privado e do logradouro comum ao espaço livre, ao jardim público, ao espaço verde.

O período em estudo coincide com um momento de transformações profundas da cidade de Lisboa e em que emerge uma cidade a que podemos quase chamar de cidade-nova. Em breves traços, podem indicar-se momentos distintos da ação dos arquitetos paisagistas. O ponto de partida da atividade dos arquitetos paisagistas em Lisboa tem como referência a imagem desacreditada dos anos de 1930 dos jardins públicos e coincide com uma forte vontade política de mudar essa imagem. Durante o período marcado pela presidência de Duarte Pacheco, que morre em 1943, na CML, lideraram personalidades como Gomes de Amorim e Keil do Amaral. Segue-se um novo período, coincidente

com a longa presença de A. Salvação Barreto à frente da CML, até 1959, em que o urbanismo é protagonizado por figuras de liderança forte, como Sá e Melo na DGSU e Guimarães Lobato na DSUO da CML, e em que os arquitetos paisagistas adquirem um estatuto significativo, desenvolvendo uma atividade intensa e pioneira.

A renovação dos jardins foi, a partir de 1950, amplamente participada pelos arquitetos paisagistas, os quais estavam a par das tendências internacionais sobre o planeamento da cidade e da conceção e conservação dos espaços públicos. Nesta década, a sua participação ao nível do planeamento e do projeto intensifica-se, passando a integrar as equipas multidisciplinares de planeamento, com um impacto elevado no GEU e no PDUL (1959) e mais tarde no GTH. O trabalho dos arquitetos paisagistas, nos anos de 1960, ganhou maior visibilidade ao nível da gestão e conservação dos espaços verdes, prosseguindo a sua atividade de projeto de espaços verdes públicos, com destaque para os bairros dos Olivais e Chelas, atividade que irá continuar na década de 1970.

Intitulado «As personagens, o tempo e o lugar», este capítulo começou por dar nota dos tempos fundadores da Arquitetura Paisagista moderna, em Portugal, pela mão de Caldeira Cabral, nos finais da década de 1930 e na década de 1940. Trata-se de uma matéria que tem vindo a ser estudada nos últimos quinze anos, mas que considerámos imprescindível à contextualização do espaço público de Lisboa nas décadas de 1950 e 1960, o verdadeiro cerne desta reflexão.

Contribuiu também para esta contextualização a caracterização dos discípulos de Caldeira Cabral,

criador da escola fundadora da Arquitetura Paisagista em Portugal, com ênfase na atividade de Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Sousa da Câmara e Álvaro Dentinho, vinculados à CML, e ainda de António Campello e Viana Barreto. Procurámos perceber os seus conhecimentos e o seu entendimento sobre a cidade moderna.

Assumindo as décadas de 1950 e 1960 como criadoras de uma nova imagem da cidade – maior, mais povoada, mais infraestruturada – procurou-se apurar o estado da arte antes do início da atividade dos jovens arquitetos paisagistas e o enquadramento institucional, social e político em que se movimentavam na capital. Naturalmente que a investigação foi orientada para a compreensão da evolução dos espaços verdes públicos da cidade, indissociável do planeamento urbano em curso, na sua tentativa de responder ao problema premente de habitação que se fazia sentir na época.

A informação encontrada permite concluir que os arquitetos paisagistas estavam bem preparados e revelaram uma elevada competência técnica que lhes permitiu aproveitar um momento particularmente favorável à mobilização dos seus conhecimentos e capacidades. Considera-se que, num período de tempo relativamente curto, desenvolveram trabalho intenso quer ao nível do projeto do espaço verde público quer do ordenamento paisagístico quer, ainda, da conservação dos espaços verdes.

A sua produtividade está, na medida do possível, sistematizada nos anexos desta dissertação, longe de ser um levantamento exaustivo. Ao longo desta obra aprofundaremos a atividade desenvolvida, com base num conjunto de estudos de caso selecionados para o efeito.

NOTAS

- ¹ A biografia de Caldeira Cabral foi publicada pela primeira vez por Teresa Andresen, integrada num projeto editorial do *Landscape Design Trust* (UK) em 2001. Nessa série foram igualmente publicadas as monografias dos arquitetos paisagistas Geoffrey Jellicoe (1998), Sylvia Crowe (1999) e Peter Shephard (2004). Mais tarde, o catálogo da Exposição da Fundação Gulbenkian também coordenado por Teresa Andresen e intitulado *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian* (2003) contém informação relevante para o conhecimento da vida de Caldeira Cabral. Na Universidade de Évora, em 1998, foi apresentado um trabalho de fim de curso de Arquitetura Paisagista intitulado *Francisco Caldeira Cabral – 1.º Arquitecto Paisagista Português*, da autoria de Gabriela Maria dos Santos Brás Lopes. Na Universidade do Porto, em 2014, foi apresentada uma dissertação de mestrado intitulada *O legado escrito de Francisco Caldeira Cabral. Construção de pensamento teórico em arquitetura paisagista*, da autoria de Mariana Abranches Pinto. Manuela Raposo Magalhães produziu, em 2009, um DVD contendo uma entrevista a Francisco Caldeira Cabral, divulgado pela Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas. Em 2009, a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas publicou a obra *Francisco Caldeira Cabral. Memórias do mestre no centenário do seu nascimento*, coordenada por João Reis Gomes. Por ocasião do centenário do nascimento, também a Comissão Municipal de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa, na sequência da decisão da atribuição do nome de Caldeira Cabral a um jardim da cidade, publicou uma brochura intitulada *Prof. Francisco Caldeira Cabral. 1908-1922*.
- ² ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*.
- ³ MAGALHÃES, Manuela Raposo – *Transcrição de entrevista a Francisco Caldeira Cabral*.
- ⁴ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*.
- ⁵ SANTOS, Aurora – *A Câmara Municipal de Lisboa na transição da República para o Estado Novo*.
- ⁶ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ⁷ *Ibidem*.
- ⁸ *Ibidem*.
- ⁹ *Idem*, p. 26.
- ¹⁰ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*.
- ¹¹ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ¹² *Ibidem*.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*.
- ¹⁶ Carta de Caldeira Cabral para André Navarro, s.d. (1937?), cit. por ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, p. 30.
- ¹⁷ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral* e ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ¹⁸ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*.
- ¹⁹ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral* e ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ²⁰ Documento de Caldeira Cabral dirigido ao Ministro da Educação Nacional, s.d. (1941?), cit. por Andresen – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, p. 43.
- ²¹ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ²² ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*, p. 102.
- ²³ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral* e ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ²⁴ «Curso Livre de Arquitetura Paisagista. Esboço de programa, 11 de janeiro de 1941». Cit. por ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, pp. 43 e 44.
- ²⁵ Documento de Caldeira Cabral datado de 23 de outubro de 1945, cit. por ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*, p. 108.
- ²⁶ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ²⁷ Documento do Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista, s.d., cit. por ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*, p. 48-49.
- ²⁸ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ²⁹ *Memorial do Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista*, 1968.
- ³⁰ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ³¹ PESSOA, Fernando (2003) – *Elegia a Francisco Caldeira Cabral*.
- ³² ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*.
- ³³ *Ibidem*.
- ³⁴ Sobre o projeto do Estádio Nacional consultar: ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*. United Kingdom: LDT Monographs 2001; AA VV – *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)*. Coord. Teresa Andresen. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; CRUZ, Luís André Salgueiro Freire – *O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto: Miguel Jacobetty Rosa e a sua época*. Lisboa: Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado 2005; AA VV – *O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitetura do desporto e do lazer*. Coord. Teresa Andresen. Câmara Municipal de Oeiras. 2007; e AA VV – *Jamor. O palco maior do desporto nacional*. Coord. Diogo Guia e Carlos Guardado da Silva. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2014.
- ³⁵ ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral* e APAP – *Francisco Caldeira Cabral*.
- ³⁶ Documento redigido por Caldeira Cabral sobre o CLAP, 24 de novembro de 1959, cit. por ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*, p. 108.
- ³⁷ *Memorial do Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista*, 1968.
- ³⁸ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, e AGNASTOUPoulos, George; DORN, Hans; DOWNING, Michael; RODEL, Heiner – *IFLA. Past, Present, Future*. IFLA.

- ³⁹ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ⁴⁰ IFLA: 12.º Congresso de Arquitetura Paisagista. Lisboa.
- ⁴¹ ANDRESEN, Teresa – *Três décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ⁴² CABRAL, Francisco Caldeira – *A Missão do Arquitecto-Paisagista*. AGROS, p. 66.
- ⁴³ ARAÚJO, Ilídio – *Ao Professor Francisco Caldeira Cabral*, pp. 17-23.
- ⁴⁴ CINEMATECA PORTUGUESA – MUSEU DO CINEMA – *Legado do Arquitecto Mateus Junior*.
- ⁴⁵ ANDRESEN, Teresa – *Três décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ⁴⁶ *Ibidem*
- ⁴⁷ As biografias que se apresentam foram feitas com base em *curricula cedidos* ou pelos próprios ou por seus familiares, encontrando-se igualmente corroboradas pelo catálogo da exposição *Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian* (2003). A biografia de Ribeiro Telles resulta também da consulta das publicações: CARAPINHA, Aurora; TEIXEIRA, José – *A Utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora: Instituto Português de Museus, 2003 e PESSOA, Fernando – *Gonçalo Ribeiro Telles. A fotobiografia*. 1.ª edição. Lisboa: Argumentum Edições, 2011. Sobre Viana Barreto foi apresentada em 2011, no Instituto Superior de Agronomia, uma dissertação de mestrado intitulada *Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal*. *Arquiteto Paisagista António Facco Vianna Barreto*, da autoria de Francisco Maria Marques de Aguiar Salvação Barreto.
- ⁴⁸ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ⁴⁹ *Ibidem*.
- ⁵⁰ Prémio Valmor em 1975.
- ⁵¹ Trata-se da maior distinção concedida pela IFLA a um arquiteto paisagista, reconhecendo as suas conquistas ao longo da vida e contribuições de impacto único e duradouro para o bem-estar da sociedade e do meio ambiente, e ao nível da promoção da profissão.
- ⁵² Um despacho do ministro das Obras Públicas, datado de 4 de abril de 1960, criou uma comissão destinada a «estudar as normas adequadas à protecção do nosso país dos seus valores paisagísticos, com o objectivo de se promover a publicação especial que eficientemente garanta a sua defesa.»
- ⁵³ BARRETO, António; LAGINHA, Manuel; PIRES, J. A. Reis – *Relatório Defesa da Paisagem*.
- ⁵⁴ SILVA, Raquel Henriques da – *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909*, pp. 17-36.
- ⁵⁵ Gabinete de Estudos Olissiponenses – *Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte*.
- ⁵⁶ SALGADO, Manuel – *Atlas Urbanístico de Lisboa*.
- ⁵⁷ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*.
- ⁵⁸ TERENO, Paula – *João Guilherme Faria da Costa*.
- ⁵⁹ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*.
- ⁶⁰ SILVA, J. Antunes da – *Keil do Amaral. O Urbanista*, p. 72.
- ⁶¹ BRITO, Vasco; CAMARINHAS, Catarina Teles Ferreira – *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade*.
- ⁶² *Ibidem*.
- ⁶³ *Plano Director da Urbanização de Lisboa*. CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ⁶⁴ LÔBO, Margarida – *Planos de Urbanização*.
- ⁶⁵ ACCIAIUOLI, Margarida – *Exposições do Estado Novo*.
- ⁶⁶ CANDEIAS, Ana Filipa – *Joaquim Rodrigo*.
- ⁶⁷ FRANÇA, José-Augusto – *De Pombal ao Fontismo*.
- ⁶⁸ SEQUEIRA – *Gustavo Matos. Lisboa. 1947. Oito séculos de história*.
- ⁶⁹ SILVA, Raquel – *O Passeio Público e a Avenida da Liberdade*.
- ⁷⁰ ARAÚJO, Norberto – *1993. Peregrinações em Lisboa*.
- ⁷¹ VIEGAS, Inês (coord.) – *Do Passeio à Avenida. Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*.
- ⁷² *Ibidem*.
- ⁷³ PAIXÃO, Rui Gamboa – *Vida e obra do engenheiro Pedro José Pezerat e sua actividade na liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (1852-1872)*.
- ⁷⁴ CALÇADA, Marta; JACOME, Mafalda – *O Jardim da Estrela*.
- ⁷⁵ LIMA, Pereira – *Jardim do Campo Grande*.
- ⁷⁶ ANDRESEN, Teresa – Francisco Caldeira Cabral e ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ⁷⁷ *Ibidem*.
- ⁷⁸ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ⁷⁹ *Ibidem*.
- ⁸⁰ Francisco Caldeira Cabral, cit por ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, p. 23.
- ⁸¹ SANTOS, Aurora – *A Câmara Municipal de Lisboa na transição da República para o Estado Novo*, p. 161.
- ⁸² *Anais do Município de Lisboa: ano de 1938*, p. 14.
- ⁸³ *Idem*, p. 19.
- ⁸⁴ AMORIM, J. Gomes – *Jardins Municipais*, p. 10.
- ⁸⁵ *Processo individual n.º 1566*.
- ⁸⁶ CABRAL, Francisco Caldeira – *Jardins*.
- ⁸⁷ *Idem*, p. 78.
- ⁸⁸ *Idem*, p. 81.
- ⁸⁹ *Ibidem*.
- ⁹⁰ CABRAL, Francisco Caldeira – *As flores e o jardim*, p. 114.
- ⁹¹ AMORIM, Jorge Gomes – *Jardins Municipais*.
- ⁹² *Idem*, p. 6-10.
- ⁹³ TOSTÕES, Ana – *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande*; TOSTÕES, Ana – *Keil. Arquitecto dos Jardins e Parques de Lisboa e TOSTÕES, Ana – Keil do Amaral. O Arquitecto e o Urbanista*.
- ⁹⁴ CANDEIAS, Ana – *Joaquim Rodrigo*.
- ⁹⁵ TOSTÕES, Ana – *Keil. Arquitecto dos Jardins e Parques de Lisboa e TOSTÕES, Ana – Keil do Amaral. O Arquitecto e o Urbanista*.
- ⁹⁶ TOSTÕES, Ana – *Keil do Amaral. O Arquitecto e o Urbanista*.
- ⁹⁷ *Idem*, p. 84.
- ⁹⁸ *Ibidem*.

- ⁹⁹ In ANDRESEN, Teresa – *Francisco Caldeira Cabral*, p. 28.
- ¹⁰⁰ *Urbanização da Encosta do Restelo – II fase*. CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹⁰¹ *Idem*, pp. 16 e 17.
- ¹⁰² *Idem*, p. 26.
- ¹⁰³ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase)*, p.1.
- ¹⁰⁴ *Urbanização da Encosta do Restelo – II fase. Variante da Célula B*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 1.
- ¹⁰⁵ FONTES, Edgar Sampaio – *Enquadramento Paisagístico do Bairro do Grilo*.
- ¹⁰⁶ *Urbanização do Vale Escuro. O Estudo Base*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹⁰⁷ *Idem*, pp. 1 e 2.
- ¹⁰⁸ *Idem*, p. 19.
- ¹⁰⁹ *Urbanização das Laranjeiras*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 17.
- ¹¹⁰ *Plano de Arborização de Chelas, Zona J*, CML, GTH, Divisão de Planeamento, pp. 65-84.
- ¹¹¹ *Plano Director de Urbanização de Lisboa. V4.4*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 16.
- ¹¹² *Plano Director de Urbanização de Lisboa*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, pp. 1-3.
- ¹¹³ CAMPELLO, António Roquete – *A Paisagem da Região de Lisboa como infra-estrutura do seu desenvolvimento regional*, p. 5.
- ¹¹⁴ *Ibidem*, p. 6.
- ¹¹⁵ *Ibidem*, p. 13.
- ¹¹⁶ *Plano Geral de Urbanização de Lisboa*, CML.
- ¹¹⁷ CAMPOS, Nuno – *Mercado de Alvalade Norte*.
- ¹¹⁸ LOBATO, Luís Guimarães – *Urbanismo da capital*, p. 11.
- ¹¹⁹ LOBATO, Luís Guimarães – *O Problema da habitação em Lisboa*.
- ¹²⁰ TORRES, Helena; PORTAS, Catarina; FREIRE, Adriana – *Olivais*.
- ¹²¹ RODRIGUES, Fernando – *Habitação Social*.
- ¹²² LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade*.
- ¹²³ *Ibidem*.
- ¹²⁴ RODRIGUES, Fernando – *Habitação Social*.
- ¹²⁵ INÁCIO, Alberto; BARREIROS, Fernando – *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*.
- ¹²⁶ *Idem*, p. 22.
- ¹²⁷ TOSTÕES, Ana – *Lisboa, Arquitetura e Urbanismo*, p. 106.
- ¹²⁸ O arquiteto Paulino Montez foi professor, na área do Urbanismo, da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) e seu diretor. Iniciou, em 1933, a publicação de *Estudos de Urbanismo em Portugal*, vários cadernos da sua autoria.
- ¹²⁹ INÁCIO, Alberto; BARREIROS, Fernando – *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*.
- ¹³⁰ *Ibidem*.
- ¹³¹ TERCEIRO, Carla – *De social a privilegiado*.
- ¹³² *Ibidem*.
- ¹³³ INÁCIO, Alberto; BARREIROS, Fernando – *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*.
- ¹³⁴ LOBATO, Luís Guimarães – *Urbanismo da capital*.
- ¹³⁵ LOBATO, Luís Guimarães – *O Problema da habitação em Lisboa*.
- ¹³⁶ LOBATO, Luís Guimarães – *Urbanismo da capital*.
- ¹³⁷ JANARRA, Pedro Costa – *A Política Urbanística e de Habitação Social*.
- ¹³⁸ LOBATO, Luís Guimarães – *O Problema da habitação em Lisboa*.
- ¹³⁹ *Ibidem*.
- ¹⁴⁰ TOSTÕES, Ana – *O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa*.
- ¹⁴¹ COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade*.
- ¹⁴² *Ofício do Diretor*, CML, Serviços de Urbanização e Obras.
- ¹⁴³ *Informação do Diretor*, DGEMN, Direção dos Serviços de Construção.
- ¹⁴⁴ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*. Volume I.
- ¹⁴⁵ *Urbanização da Encosta do Restelo – II fase*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹⁴⁶ *Ibidem*.
- ¹⁴⁷ *Idem*, p. 14.
- ¹⁴⁸ *Ibidem*.
- ¹⁴⁹ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*. Volume I.
- ¹⁵⁰ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*. Volume II.
- ¹⁵¹ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*. Volume I.
- ¹⁵² D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*. Volume II.
- ¹⁵³ *Ibidem*.
- ¹⁵⁴ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo*. Volume II.
- ¹⁵⁵ *Urbanização da Encosta do Restelo – II Fase*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹⁵⁶ *Idem*, p. 20.
- ¹⁵⁷ COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*.
- ¹⁵⁸ *Ibidem*.
- ¹⁵⁹ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade*.
- ¹⁶⁰ TOSTÕES, Ana – *O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa*.
- ¹⁶¹ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade*.
- ¹⁶² CAMPOS, Nuno – *Mercado de Alvalade Norte*.
- ¹⁶³ TOSTÕES, Ana – *O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa*.
- ¹⁶⁴ PORTAS, Nuno – *A pesquisa no habitat*.
- ¹⁶⁵ TAVARES, Maria; PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel – *Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência*.
- ¹⁶⁶ TAVARES, Maria – *Leituras de um percurso na habitação em Portugal*.
- ¹⁶⁷ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade*, p. 3.
- ¹⁶⁸ *Idem*, p. 5.
- ¹⁶⁹ TAVARES, Maria; PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel – *Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência*.
- ¹⁷⁰ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade*.
- ¹⁷¹ *Ibidem*.
- ¹⁷² TAVARES, Maria; PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel – *Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência*.

- ¹⁷³ DUARTE, Carlos Santos – *Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.*
- ¹⁷⁴ COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português.*
- ¹⁷⁵ *Idem*, p. 171.
- ¹⁷⁶ DUARTE, Carlos Santos – *Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.*
- ¹⁷⁷ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade.*
- ¹⁷⁸ COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português.*
- ¹⁷⁹ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade*, p. 11.
- ¹⁸⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio – *Estudo de algumas transformações no Bairro de Alvalade*, p. 171.
- ¹⁸¹ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade*, p. 10.
- ¹⁸² *Idem*, p. 12.
- ¹⁸³ BAPTISTA, Luís – *A cidade e a habitação social.*
- ¹⁸⁴ INÁCIO, Alberto e BARREIROS Fernando – *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais.*
- ¹⁸⁵ TOUSSAINT, Michel – *Olivais.*
- ¹⁸⁶ *Urbanização dos Olivais. Estudo-base*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹⁸⁷ *Idem*, p. 2.
- ¹⁸⁸ *Idem*, p. 5.
- ¹⁸⁹ *Idem*, p. 10.
- ¹⁹⁰ *Idem*, p. 9.
- ¹⁹¹ HEITOR, Teresa Valsassina – *A expansão da cidade para o Oriente.*
- ¹⁹² BAPTISTA, Luís – *A cidade e a habitação social.*
- ¹⁹³ *Olivais Norte. Extratos da memória descritiva.*
- ¹⁹⁴ NOGUEIRA, Maria da Graça – *Santa Maria dos Olivais. Ensaios de Modernismo em Portugal.*
- ¹⁹⁵ *Olivais Norte. Extratos da memória descritiva.*
- ¹⁹⁶ TOSTÕES, Ana – *Lisboa, Arquitetura e Urbanismo.*
- ¹⁹⁷ «Extratos da memória descritiva», *Arquitetura*, março de 1964, n.º 81, p. 8.
- ¹⁹⁸ ALMEIDA, Leopoldo – *Olivais Norte – nota crítica*, p. 13.
- ¹⁹⁹ TAVARES, Maria; PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel – *Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência.*
- ²⁰⁰ CUNHA, Ana – *Os planos de Urbanização dos Bairros da Encarnação e dos Olivais.*
- ²⁰¹ SECO, Rui – *Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal.*
- ²⁰² *Ibidem.*
- ²⁰³ TORRES, Helena. PORTAS, Catarina, FREIRE, Adriana – *Olivais retrato de um bairro.*
- ²⁰⁴ SECO, Rui – *Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal.*
- ²⁰⁵ SECO, Rui – *Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal.*
- ²⁰⁶ TORRES, Helena; PORTAS, Catarina; FREIRE, Adriana – *Olivais retrato de um bairro*, p. 69.
- ²⁰⁷ FERREIRA, Maria João – *Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais Sul.*
- ²⁰⁸ Gabinete Técnico da Habitação – *Olivais Sul.*
- ²⁰⁹ HEITOR, Teresa Valsassina – *A expansão da cidade para o Oriente.*
- ²¹⁰ *Ibidem.*
- ²¹¹ Bairros construídos ao abrigo do Decreto-lei 42 454, no período de 1961 a 1969.
- ²¹² *Ibidem.*
- ²¹³ *Ibidem.*
- ²¹⁴ COUTINHO, Manuel de Azevedo – *Relatório sobre a participação no IFLA Kongress*, pp. 4-21.

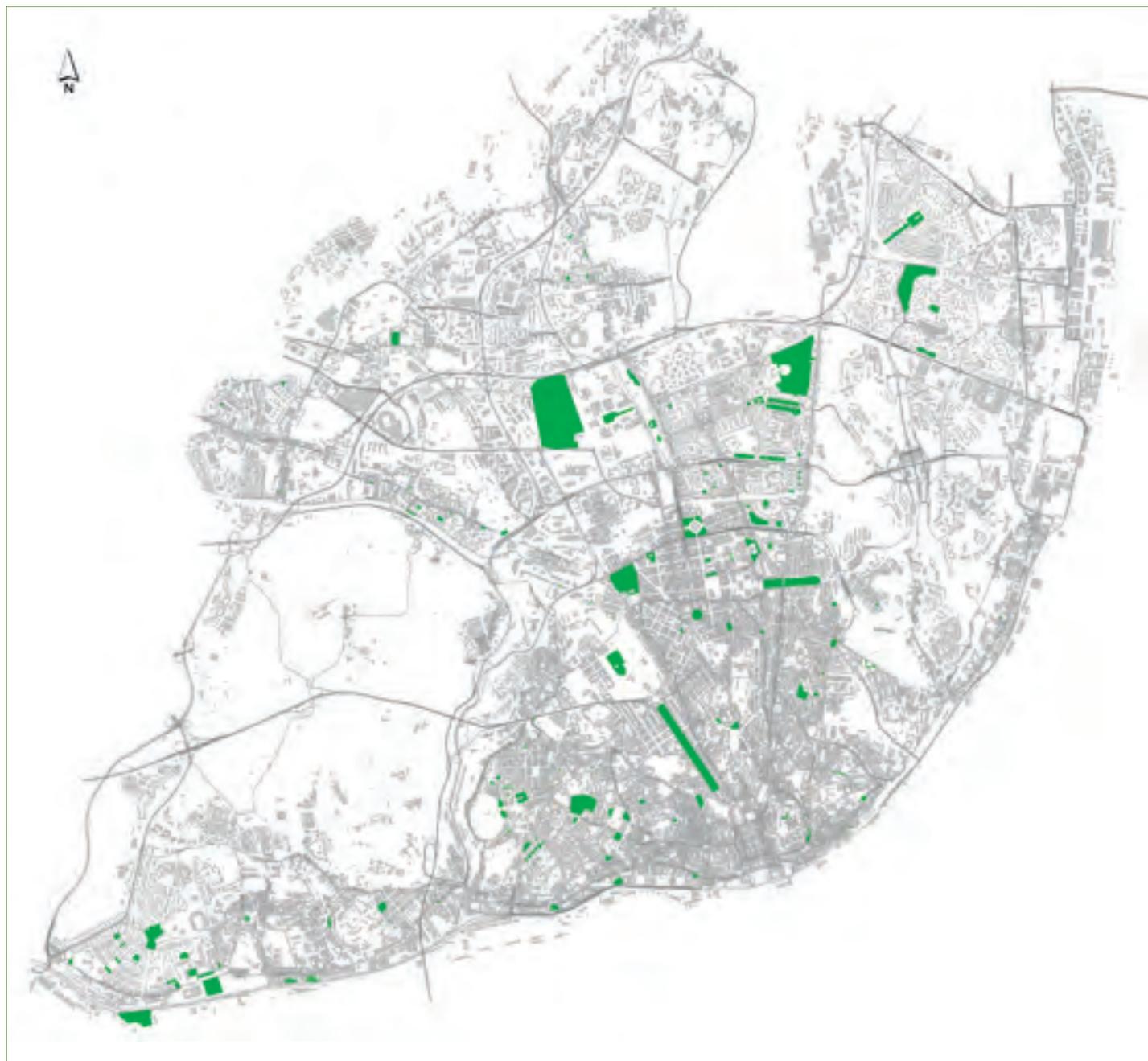


O contributo dos arquitetos paisagistas: parques e jardins

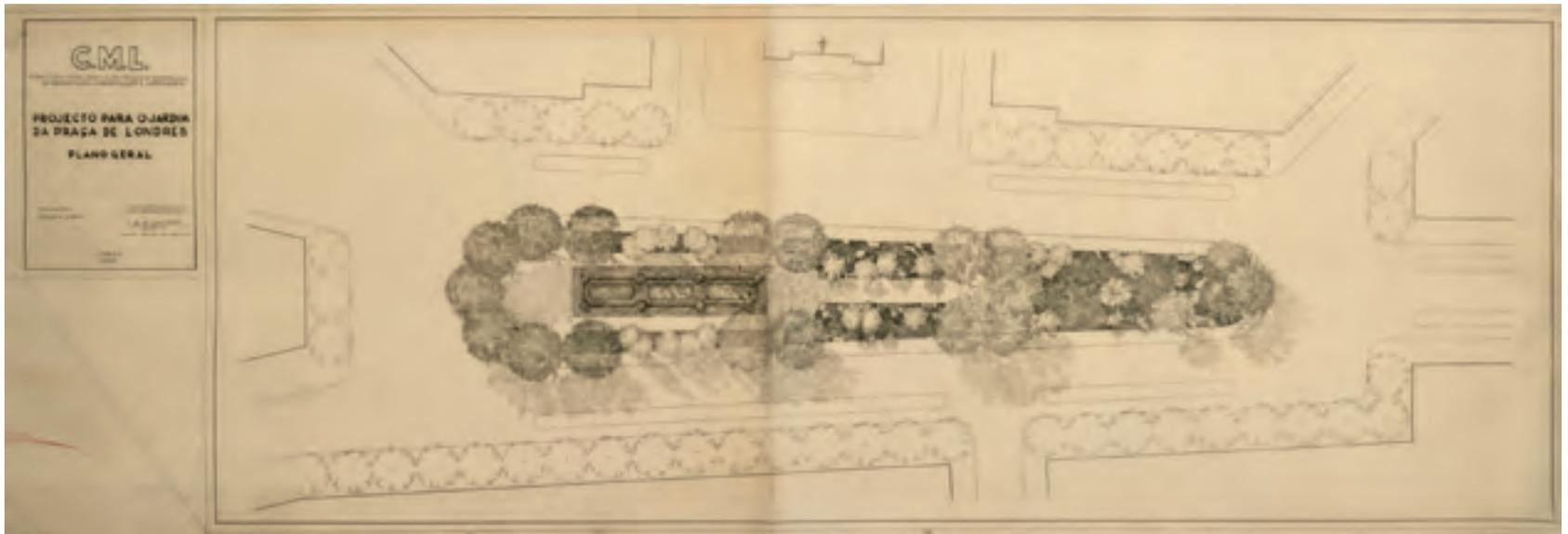
Os seis espaços – casos de estudo – aqui tratados destacaram-se, no âmbito do levantamento realizado nos arquivos, pela sua importância na cidade, pela função, qualidade concetual, estado de conservação e dimensão, podendo considerar-se representativos da obra dos arquitetos paisagistas. Naturalmente que nesta seleção pesou também a qualidade e quantidade de material em arquivo que foi possível identificar. São eles: a Mata de Alvalade, o Jardim da Torre de Belém, o Jardim da Capela de São Jerónimo, a Avenida da Liberdade, o Parque do Vale do Silêncio e o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. Correspondendo a momentos diferentes, os projetos foram elaborados e, na sua maioria, também construídos nas décadas de 1950 e 1960. Representativos do trabalho dos arquitetos paisagistas foram alguns deles realizados em coautoria. O caso mais emblemático é a remodelação da Avenida da Liberdade, de Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral¹, projeto que a ambos deixou uma profunda mágoa. Estando já o lado poente da avenida, na sua totalidade, e parte do lado nascente executados de acordo com o projeto, perante a contestação gerada, foi ordenado

a Ribeiro Telles que desfizesse a sua obra e repusesse a situação original. Perante a sua recusa, foi instaurado um processo disciplinar que conduziu à sua exoneração da CML, coincidindo aproximadamente com a demissão de Salvação Barreto. O Jardim da Fundação Gulbenkian – projeto da autoria de António Viana Barreto e Ribeiro Telles (1961-1969), consiste num jardim privado de acesso público, que representou um marco da modernidade na arquitetura paisagista portuguesa, tratando-se, sem dúvida, de uma obra que pode ser vista como um coroar de maturidade de uma profissão². O Parque do Vale do Silêncio e a Mata de Alvalade correspondem a intervenções significativas que revelam o trabalho de Ribeiro Telles e Manuel de Sousa da Câmara. O mesmo se pode dizer relativamente a outros dois espaços projetados e executados na década de 1950: o Jardim da Torre de Belém e o Jardim da Capela de São Jerónimo, em plena encosta da Ajuda, respetivamente da autoria de Viana Barreto, na DGSU, e de Ribeiro Telles ao serviço da CML.

O Anexo 2 revela-nos um conjunto de 154 locais – tipologia «Parques e jardins» – da cidade de



38. Distribuição, na cidade de Lisboa, dos projetos incluídos na tipologia «Parques e Jardins», 2014.
TBC



39. *Projecto para o Jardim da Praça de Londres. Plano geral.*

Azevedo Coutinho, 1950.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.092

Lisboa, sendo cada lugar acompanhado da respectiva listagem de projetos que lhe estão associados, encontrando-se devidamente referenciados os projetistas e os arquivos onde se encontram peças escritas e peças desenhadas a eles pertencentes. O levantamento revelou uma intervenção muito expressiva em toda a cidade (Fig. 38). As três tipologias, porém, não são estanques, pelo que, no capítulo onde se trata os espaços públicos nos bairros, iremos naturalmente encontrar diversos jardins.

É importante também salientar o trabalho de Azevedo Coutinho, o arquiteto paisagista pioneiro na CML e que executou os primeiros projetos de jardins ao serviço desta instituição, como o Jardim da Praça de Londres (Fig. 39) ou o jardim no Largo Frei Heitor Pinto, ambos projetados em 1951. Relativamente ao primeiro, podemos ler na sua memória descritiva que dele constam como peças

desenhadas: um plano de arruamentos; um plano de rega; um plano de plantação; e ainda pormenores de bancos, lancis e iluminação³. De Ribeiro Telles destacou-se o jardim da Igreja São João de Deus e um jardim no Bairro de Santa Cruz, e de Sousa da Câmara um jardim junto à Avenida Infante Santo (Figs. 40, 41 e 42).

O trabalho de pesquisa revelou um conjunto de três peças desenhadas (escala 1/100) para a remodelação da Estufa Fria no Parque Eduardo VII, datadas de 1954. Curiosamente as três peças são da autoria de Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles e Edgar Fontes respetivamente, os três arquitetos paisagistas que trabalhavam então na CML. Não se tendo localizado peças escritas que esclareçam a circunstância destas peças desenhadas, entende-se apresentá-las pois uma observação atenta clarifica as diferentes abordagens (Figs. 43 44 e 45).

40. *Projecto do jardim da Igreja S. João de Deus. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1953.

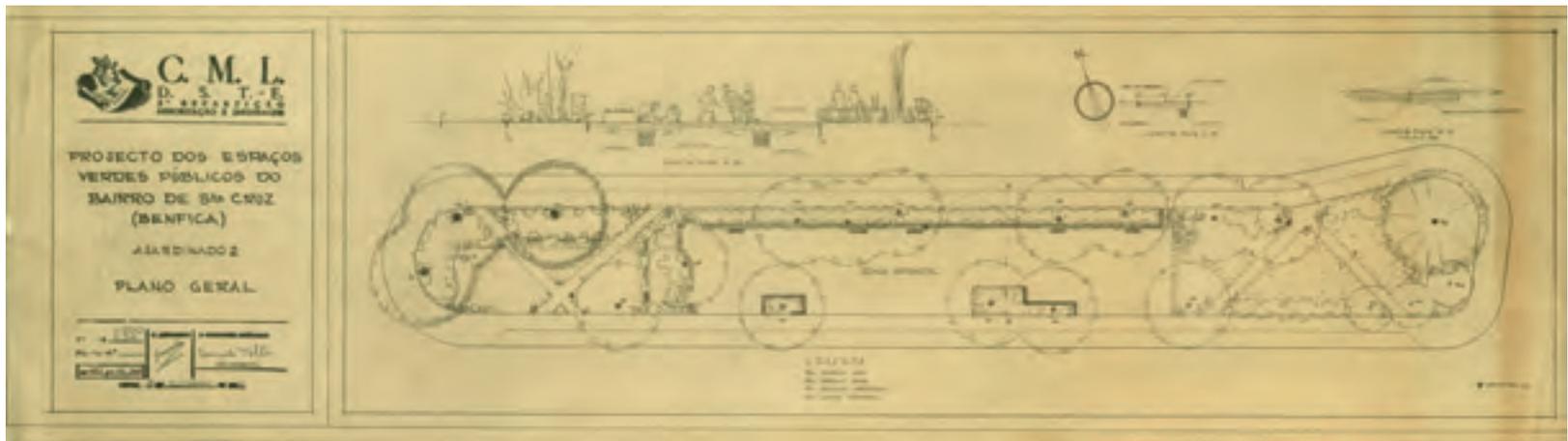
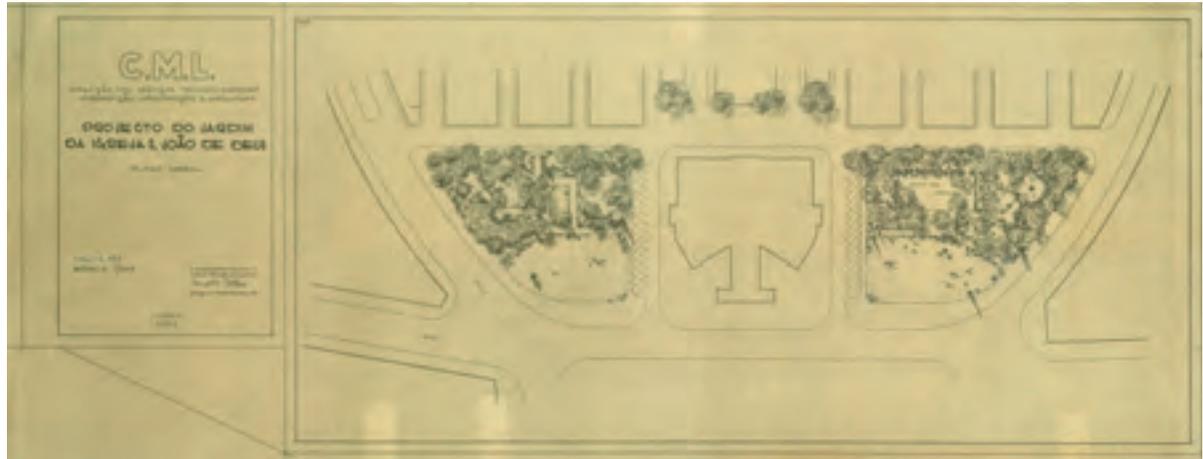
AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0068/01

41. *Projecto dos Espaços Verdes Públicos do Bairro de Santa Cruz (Benfica). Ajardinados. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1958.

AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0023/04

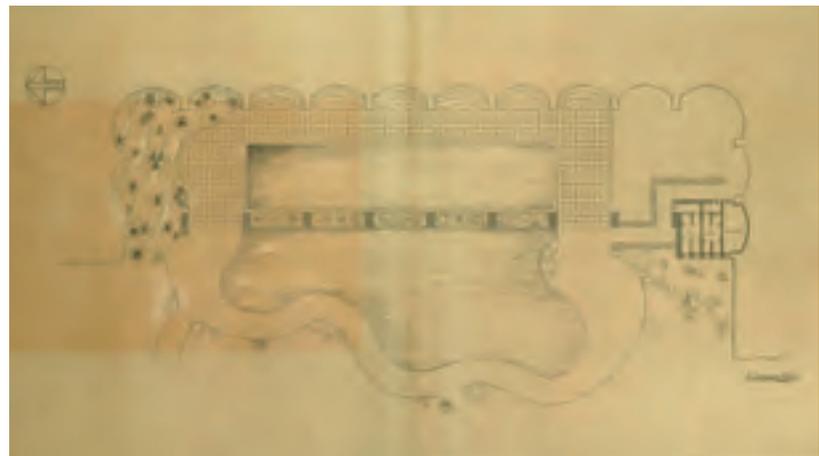
42. *Ajardinamento do Terreno situado entre a Calçada das Necessidades, Av. Infante Santo e Trv. do Possolo. Plano geral.* Sousa da Câmara, 1962.

AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0060/04





43. *Estufa Fria. Projecto de Remodelação (zona nascente).* Azevedo Coutinho, 1954.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0037/05



44. *Estufa Fria. Ante-projecto de remodelação (zona nascente).* Edgar Fontes, 1954.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0037/04



45. *Estufa Fria. Anteprojecto de remodelação (zona nascente).* Ribeiro Telles, 1954.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0037/03

MATA DE ALVALADE

A Mata de Alvalade, situada nas antigas quintas da Charca e do Narigão⁴, hoje denominada Parque José Gomes Ferreira, constitui parte integrante da Célula 6 do Bairro de Alvalade, no âmbito do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, da autoria Faria da Costa⁵. Coube a Ribeiro Telles a tarefa de projetar este espaço verde, o qual inicialmente era designado apenas pela situação geográfica que ocupava na cidade: «Triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto».

O primeiro anteprojecto data de 1950, altura em que Ribeiro Telles chegou à RAJ. O projecto foi finalizado em março de 1951 e autorizada a realização da sua primeira fase pelo presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto⁶, a 13 de agosto desse mesmo ano⁷.

Ribeiro Telles desenvolveu um plano de plantação para a Mata e o enquadramento do centro desportivo⁸ (Fig. 46). Na memória descritiva, Ribeiro Telles assinala pormenorizadamente cada uma das opções projectuais. Em primeiro lugar começa por esclarecer que o projecto tem por base o plano de Faria da Costa, no qual está previsto um centro desportivo composto por campos de futebol, basquetebol, voleibol, ténis, um recinto de patinagem e uma piscina. Na memória descritiva descreve o tipo de vegetação aplicado e o porquê da sua localização: vegetação clímaxe no geral, à exceção do enquadramento dos diferentes recintos desportivos: «Pretendeu-se com a distribuição geral da vegetação projectada dar à área em estudo um ambiente natural e simples que se enriqueça com perspectivas próprias.»⁹ As vistas do lugar merecem prioridade nas opções projectuais e são desde logo identificados três pontos de vista: um miradouro, a parte sul do recinto reservado à piscina e o extremo nascente da praça de acesso, locais que trabalhou com especial detalhe: «[...] terão razão de ser não só nos

horizontes relativamente vastos que daí se desfrutam mas também e principalmente, nas perspectivas que oferecerá o próprio arranjo paisagístico desta zona verde.»¹⁰ A vegetação foi organizada em quatro grupos principais: A – Pinhal manso, B – Dominância de folhosas perenifólias, C – Dominância de folhosas caducifólias e D – Dominância de folhosas perenifólias de porte subarbóreo, acrescentando: «No plano geral, pelos motivos estéticos já apontados

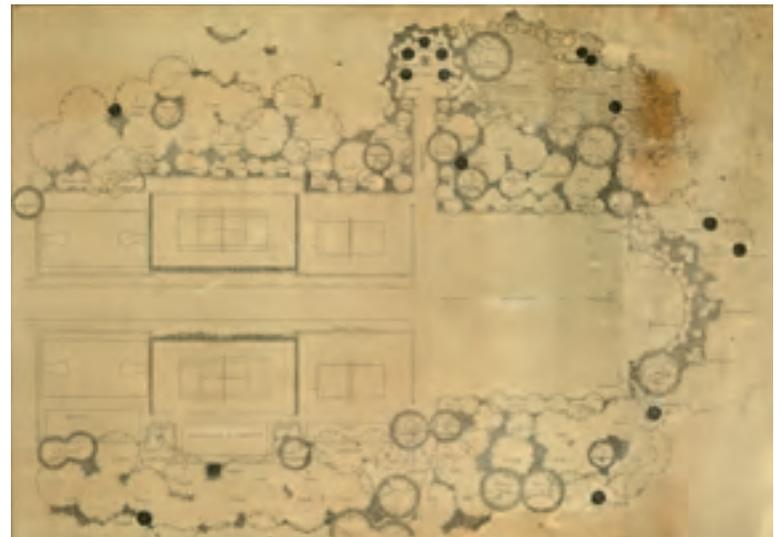
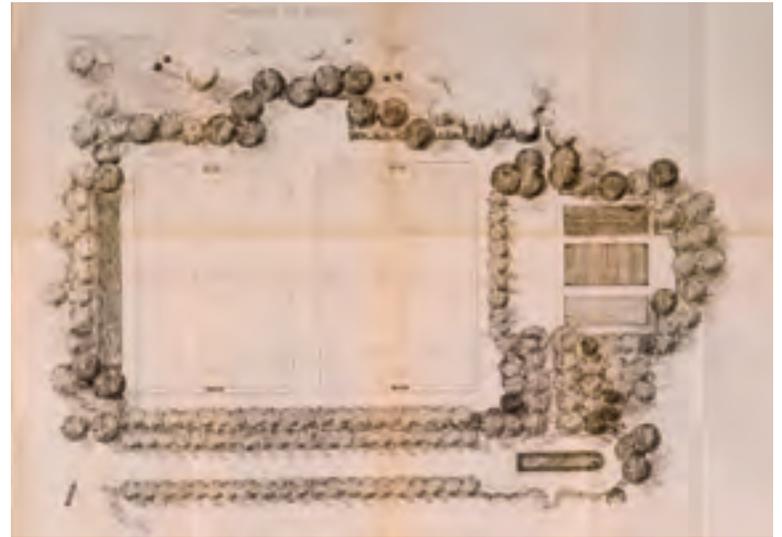


46. Projecto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.013

sugerem-se ainda algumas clareiras onde a vegetação só compreende espécies de porte arbustivo e onde apenas de quando em quando despontam alguns elementos isolados ou em pequenos grupos (2 a 3 indivíduos) de *Cupressus sempervirens* var. *fastigiata*, de *Pinus pinea*, de *Quercus suber* e nas zonas mais baixas de *Fraxinus angustifolia*. O sub-bosque de cada um destes grupos é específico e com características próprias determinadas por necessidades de ordem não só estética, mas principalmente ecológica [...]. Da conjugação destes dois aspetos nasce o ponto de vista sobre o qual pretendemos construir este arranjo paisagístico.

O pinhal manso (grupo A) estende-se por terrenos de características planálticas, elevados, planos e secos [...]. O porte, aspeto e unidade do pinhal manso não exigem quaisquer elementos destacados arbóreos que valorizem o grupo. O grupo B estende-se pelas encostas mais inclinadas e mais sujeitas à erosão. É constituído por espécies que se amoldam harmónica e equilibradamente ao declive das encostas. Um maciço de zambujeiros, sobreiros, azinheiras e oliveiras deverá ser ponteadado por elementos destacados de pinheiros e ciprestes que realcem a cor glauca com o tom escuro próprio e contrabalançam a estratificação única do maciço com o perfil mais individual e um porte mais elevado. O grupo C formado por folhosas caducifólias e distribui-se pelas terras mais baixas, mais frescas e fundas onde encontra razão de ser ecológica e estética. Os ulmeiros predominam nas zonas mais elevadas deste grupo enquanto que os choupos e os freixos se estendem nas mais baixas. No grupo D, o andar mais elevado é de porte sub-arbóreo, dada a necessidade que existe em não cortar as perspectivas que se disfrutam dos três pontos de vista já referidos. O seu andar mais elevado é portanto apenas formado por espécies sub-arbóreas de clima local. Pelos motivos já apontados para o grupo B torna-se necessária a existência disseminada neste



47. Projecto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brazil e a Avenida do Aeroporto. Centro desportivo. Localização dos campos de futebol e patinagem. Ribeiro Telles, 1951.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.015

48. Projecto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brazil e a Avenida do Aeroporto. Centro desportivo. Localização de campos de tennis, bask-ball e voley-ball e recinto destinado a piscina. Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1951.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0066/03

maciço de alguns elementos destacados (*P. pinea*, *C. sempervirens* var. *fastigiata* e *Q. suber*).»¹¹

Refere então a rede de caminhos e a criação de um lago: «O local onde no plano geral se indica um lago é hoje areeiro e só depois de ter desempenhado essa missão poderá ser objecto de um projecto independente e, dada a importância da obra, ser estudado com mais pormenor.»¹²

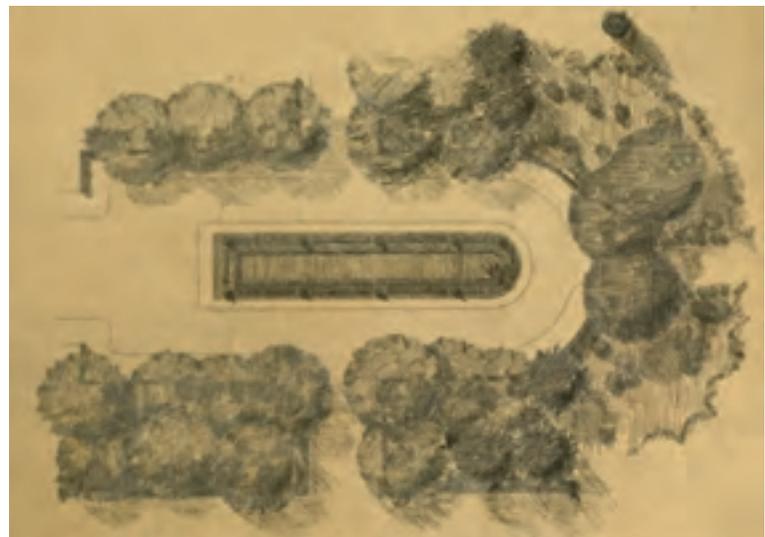
Em seguida descreve o centro desportivo: «O centro Desportivo distribui-se em dois grupos distintos. O primeiro compreende dois campos de futebol e uma patinagem, o segundo dois campos de basket-ball, dois de ténis, dois de voley-ball e um recinto reservado para a construção duma piscina»¹³ (Figs. 47 e 48). Referindo-se ao caminho que separa estas duas zonas acrescenta: «[...] o arruamento central é valorizado pelos bancos e faixa de cor (flores de estação) que o bordejia na altura dos campos de ténis» e pormenoriza: «A parte Sul da área reservada para a piscina é um dos locais que julgamos indicados como pontos de vista, por isso o maciço que aí confronta pertence ao grupo D. Fica compreendido nesta área um miradouro por onde se fará o acesso para o relvado que fica do seu lado direito num socalco natural aproveitando assim para local de maior isolamento.»¹⁴

Relativamente à avenida e praceta de acesso ao centro desportivo acrescenta (Figs. 49 e 50): «A arborização da Avenida que liga o Bairro de Alvalade à praceta central e de acesso ao centro desportivo é projetada em duas filas de Choupo *bolleana*. As árvores da fila Norte ficam plantadas numa extensa faixa relvada, realçada em todo o seu comprimento com flores de estação que se encostam à sebe que isola os campos de futebol. Os choupos da fila Sul são plantados ao longo da clareira que a distribuição do arvoredo aí provoca, pretendendo-se assim obter uma perspectiva lateral que valorize esta Avenida. O centro da praceta é ocupado por uma placa de desenho formal, valorizada no

seu topo nascente com um motivo escultórico. O enquadramento da praceta faz-se de um lado e outro com ulmeiros, *Grevileas*, *Pinus canariensis* e *Metrosideros* continuados com loureiros e uma sebe de *Ligustrum*. Em todo o topo nascente desenharam-se apenas três pinheiros mansos e alguns arbustos de flor cujo porte não oculta a vista que daí se desfruta. A sebe de *Ligustrum* desaparece para dar lugar a um murete de 0,45 m de altura que servirá de resguardo e banco.»¹⁵

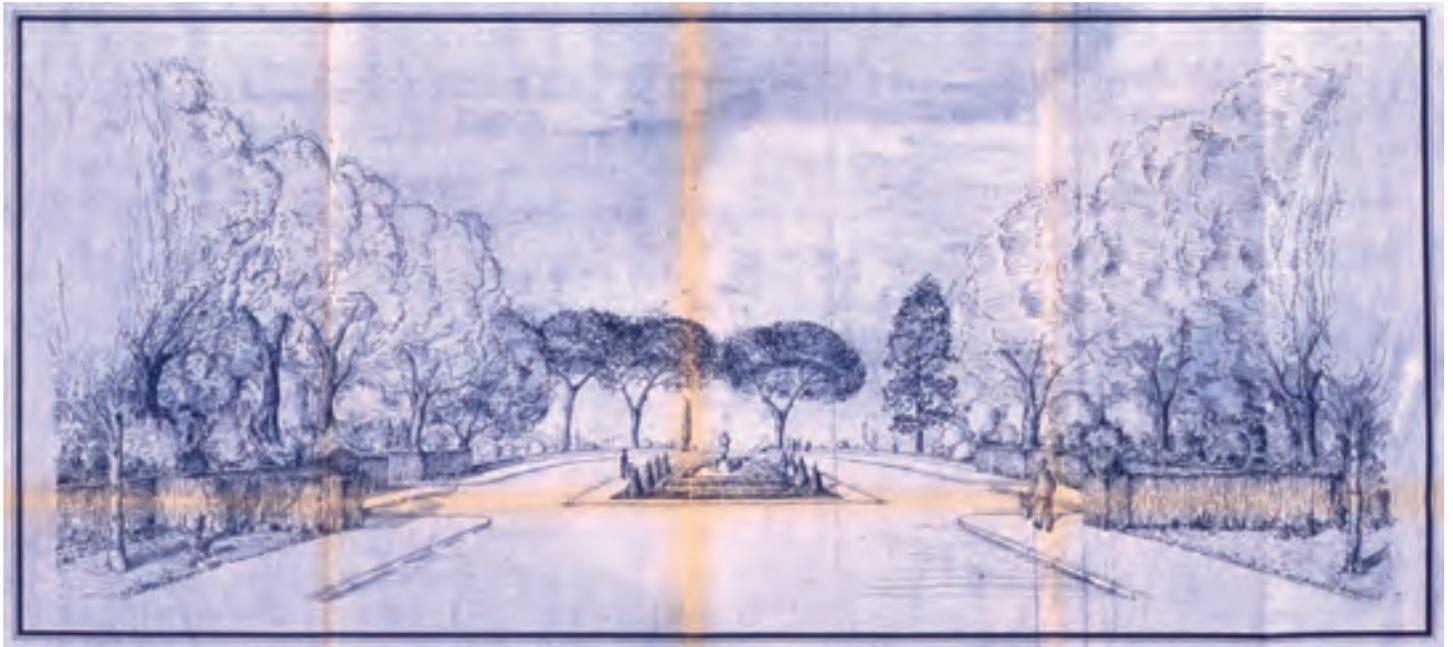
Ainda em 1955 Ribeiro Telles, referindo-se a este espaço como Mata de Alvalade, elaborou perfis com vista à mobilização da parte do terreno ainda não plantado que termina no lago (Fig. 51).

Em 1958 a Mata de Alvalade encontrava-se apenas parcialmente florestada, existindo somente alguns caminhos traçados e não se encontrando presente qualquer estrutura desportiva (Fig. 52). Sousa da Câmara, em 1965, elaborou um «Plano parcial de plantação» em que projetou a localização

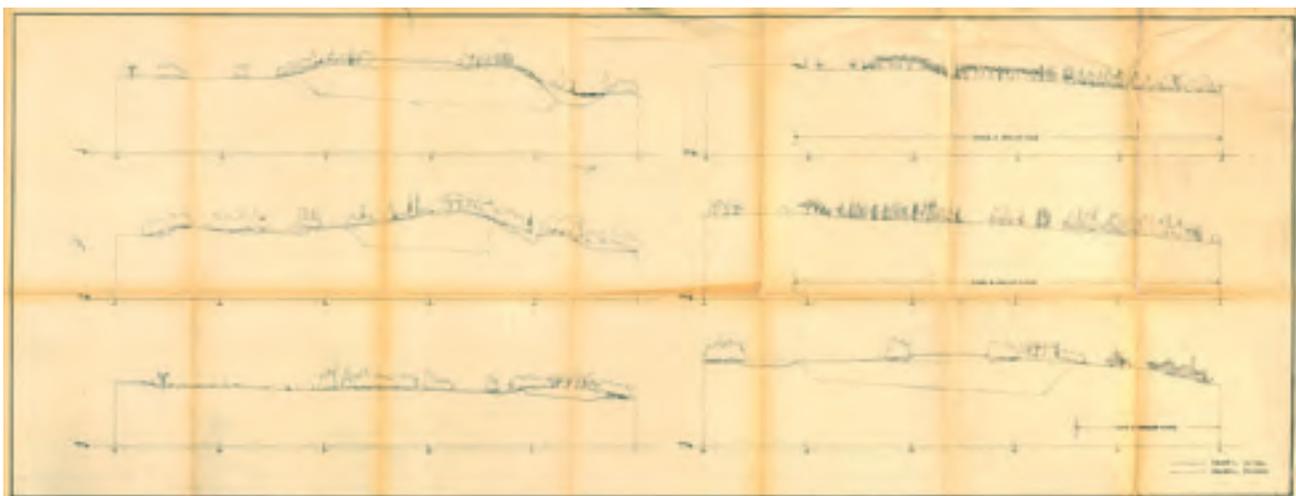


49. Projecto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brazil e a Avenida do Aeroporto. Praceta da avenida de acesso ao centro desportivo. Plano de conjunto. Ribeiro Telles, 1951.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0066/04



50. *Projecto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brazil e a Avenida do Aeroporto. Praceta da avenida de acesso ao centro desportivo. Perspectiva de conjunto. Ribeiro Telles, 1951.*
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.014



51. *Projecto da Mata de Alvalade. Regularização do terreno (perfis). Ribeiro Telles, 1955.*
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.016



52. A Mata de Alvalade em fase inicial de instalação, 1958.
Fotografia aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército

duas instalações desportivas; uma piscina e o Hockey Clube. Sousa da Câmara colocou-o no limite da mata, junto à Avenida do Brasil, e a piscina um pouco mais a sul (Fig. 53). Sousa da Câmara, escrevendo diretamente sobre o desenho, argumenta: «Para o rendimento máximo do espaço em causa, é indispensável que a área ocupada pela mata não seja devassada por construções mesmo que estas tenham grande interesse social. A mata é um valor que não deve ser substituído por outro. O objectivo que se pretende atingir é o de somar a um valor existente – mata um novo valor – instalações desportivas. [...] A área de mata existente não permite a absorção de construções dispersas, que no presente caso conduziriam à destruição do ambiente florestal e portanto à sua transformação em mais uma zona ajardinada, com todos os inconvenientes inerentes às zonas verdes imperfeitas.»¹⁶

O «Plano parcial de plantação» revela que são utilizados dois grupos de vegetação de Ribeiro

Telles – B (perenifólias) e C (caducifólias) – onde os três estratos (arbóreo, sub-arbóreo e arbustivo) ganham visibilidade e é introduzida a instalação de um prado.

Em 1966 Sousa da Câmara realizou um projeto para a Mata de Alvalade, documentado por várias peças desenhadas, que desta vez abarcou o confinante areeiro do Narigão (Fig. 54). Em 1968 a mata estava plantada mas o espaço estava também invadido por barracas na encosta e zona do areeiro do Narigão, conforme mostra a (Fig. 55). Face à topografia do terreno e às características do próprio solo, Sousa da Câmara sugere o aproveitamento deste espaço para a construção de um lago, lembrando as mais-valias em termos paisagísticos que este traria para a mata, além do aspeto recreativo, ao invés das instalações desportivas que o arquiteto Mateus Júnior tinha sugerido para o local: «[...] julgamos que a melhor forma de aproveitar aquele espaço é transformá-lo num lago, uma vez que a actual topografia e o próprio solo são factores extraordinariamente favoráveis para esse empreendimento, enquanto que pelo contrário são sérios obstáculos ao seu aproveitamento para nele levantar edificações. [...] na convicção de que a Cidade não terá certamente, dadas as actuais circunstâncias, oportunidade idêntica em poder vir a possuir um lago de razoável tamanho, e de grande interesse paisagístico que iria valorizar a mata e as instalações recreativas e desportivas que provavelmente se instalarão na sua periferia [...]»¹⁷

O chefe da RAJ, José Pulido Garcia, enviou, em setembro de 1970, um ofício onde refere que estava em execução o «Projeto do Centro Desportivo de Alvalade Arranjo Paisagístico do Areeiro do Narigão» e que, embora ainda não tivesse sido completado, era urgente proceder à drenagem do areeiro do Narigão, parte integrante daquele projeto, solicitando a remoção imediata das barracas que assentavam, sobre o traçado da rede de esgoto,



54. Sugestão para o arranjo paisagístico do Areiro do Narigão.

Sousa da Câmara, 1966.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.084

ação à qual o presidente da CML deu a sua concordância¹⁸.

Este projeto é especialmente importante pelas noções de ordenamento da paisagem transmitidas quer em primeiro lugar por Ribeiro Telles quer passados dez anos por Sousa da Câmara, noções essas que se prendem com a definição de *habitat* das várias espécies e da fitossociologia que daí advém. Constitui também um bom exemplo de uma análise das aptidões topográfica, edáfica e geológica do local, com vista a maximizar o partido que se pode tirar do lugar em si.



55. A Mata de Alvalade, com o Areiro do Narigão a Sul, envolto por barracas, 1968.

Fotografia aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército

JARDIM DA TORRE DE BELÉM

Este jardim, da autoria do arquiteto paisagista Viana Barreto, para além de um emblemático espaço verde da frente ribeirinha de Lisboa é um espaço de enquadramento da Torre de Belém, um monumento nacional, inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO desde 1983¹⁹. Este projeto em torno de um monumento marcante da identidade nacional fez dele um assunto de intensa discussão na imprensa. Mais à frente teremos oportunidade de analisar alguns elementos relevantes para a compreensão do significado da intervenção do arquiteto paisagista. A Torre de Belém, classificada como Monumento Nacional desde 1910²⁰, teve nas suas imediações, desde finais do século XIX, a Fábrica de Gás de Belém, construção fabril que começou a ser desmantelada em 1949, tendo o processo ficado concluído em meados de 1950. Esta intervenção abriu caminho para o tratamento da envolvente da torre (Figs. 56 a 61). O monumento e

sua zona de proteção encontravam-se, à data, sob a jurisdição de três instituições: a DGEMN, a CML e a Administração do Porto de Lisboa²¹ (Fig. 62).

Em 1943, três anos após a realização da *Exposição do Mundo Português*²², o arquiteto Cottinelli Telmo (1897-1948)²³ na qualidade de arquiteto-chefe da mesma, foi o autor do *Projecto de Urbanização da Torre de Belém* que contemplava a instalação de doze estátuas representando navegadores da época dos descobrimentos²⁴. Manuel Sá e Melo (1982-1975)²⁵, em 1945, na qualidade de presidente da «Comissão de Obras da Praça do Império»²⁶, dirigiu o convite a três escultores: Leopoldo de Almeida, Álvaro de Brée e Canto da Maya, para a modelação, cada um deles, de quatro estátuas, perfazendo um total de doze elementos escultóricos²⁷.

Em 1952, o arquiteto Luís Benavente²⁸ foi encarregado, como técnico da DGEMN, de retomar o *Projecto de Urbanização da Zona de Protecção da Torre de Belém* de Cottinelli Telmo. No parecer de Luís Benavente lê-se: «No parecer da Câmara



56. Vista aérea da Fábrica de Gás de Belém, 1938.
AML – Fotográfico, Col. Kurt Pinto. PT/AMLSB/KPI/000238



57. Perspetiva da Torre de Belém a partir do rio Tejo, 1927.
FCG BA – Col. Estúdio Mário Novais. CFT003.51948



58. Demolição da Fábrica de Gás, s.a., 1950.
AML. PT/AMLSB/SPT/000160



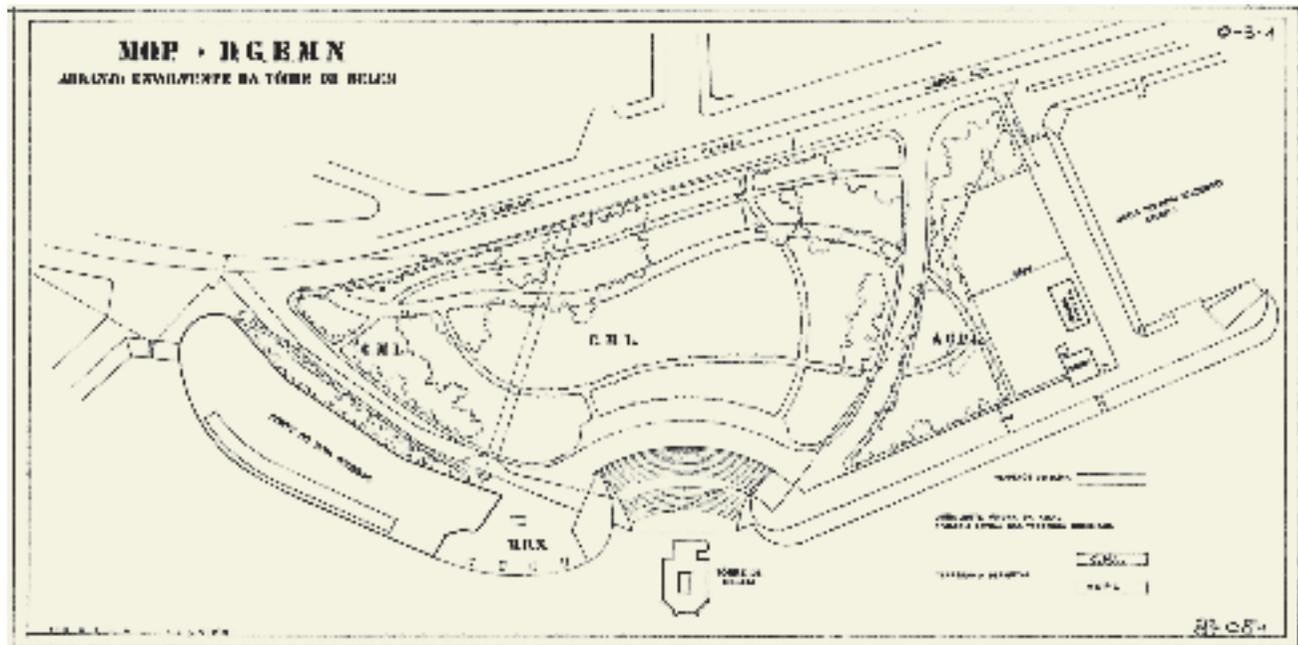
59. Demolição da Fábrica de Gás, s.a., 1950.
AML. PT/AMLSB/SPT/000164



60. Demolição da Fábrica de Gás, s.a., 1950.
AML. PT/AMLSB/SPT/000166



61. Terreno após a demolição da Fábrica de Gás, 1950.
AML. Col. Eduardo Portugal. PT/AMLSB/EDP/001004



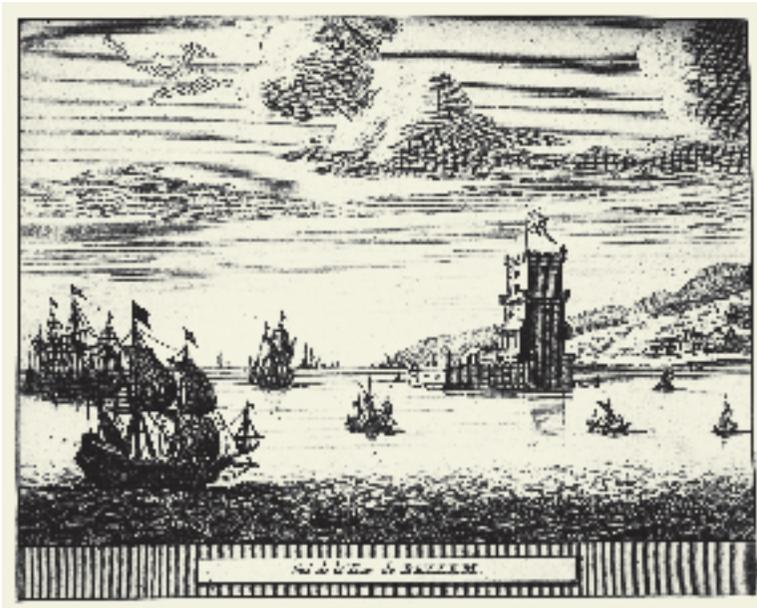
62. Divisão das zonas ocupadas por cada uma das três instituições que tutelavam a área envolvente da Torre de Belém, s.a., s.d.
DGPC/SIPA. DES.00087084

Municipal de Lisboa são analisadas as peças do projecto nas suas linhas gerais e o autor do parecer mostra-se em desacordo com a concepção geral do estudo apresentado.»²⁹

Luís Benavente prossegue descrevendo em termos gerais o projeto: «O presente projeto para a valorização da Torre de Belém consta de um conjunto arquitetónico composto na sua essência de uma sobrelevação plana de 2 m de alto por 100 m de extensão a qual é tornada passagem obrigatória para quem se dirige à Torre. Cortada por longas e estreitas faixas de água em que a maior dimensão destas é no sentido do monumento, esta zona é ladeada por sebes altas tornadas regulares pelo corte periódico. Terminado este planalto, desce-se para uma praça quadrada de 80 m de lado, circundada por sebe em idêntica condição à anteriormente descrita e rodeada por esculturas

representando figuras eminentes da nossa História da navegação e descobrimentos.»³⁰ Procede então a uma análise do projeto, manifestando o seu desacordo em relação às suas linhas gerais, sugerindo orientações alternativas com vista à valorização do monumento tais como: «[...] a vegetação deve constituir o elemento primordial; quando a preferimos, não queremos significar ajardinamento, mas sim distribuição de volumes feita com critério, ângulos de visibilidade cuidadosamente estudados e escolha ponderada de essências, na qual vejamos definitivamente arredados do manuelino as espécies nórdicas que o arrefecem e pretendem desnacionalizar.»³¹

A localização da Torre de Belém, no passado, era francamente avançada em relação à margem do Rio Tejo (Fig. 63). Na altura, o seu embasamento estava completamente assoreado, o que contra-



63. Gravura representando a Torre de Belém e a entrada na barra, s.d.
AML. Col. José Artur Leitão Bácia. PT/AMLSBAH/PCSP/004/BAR/000831

riava a ideia da sua conceção como edifício militar em pleno rio destinado à defesa da barra (Fig. 64).

Este parecer data de 18 de novembro de 1952 e, precisamente neste mês, Luís Benavente foi nomeado diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais, na DGEMN³², a convite do então ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich (1905-1982)³³.

O Conselho Consultivo da DGEMN reuniu a 4 de fevereiro de 1953, tendo estado presentes o diretor-geral desta instituição, Henrique Gomes da Silva³⁴, e três arquitetos, entre os quais se encontrava Luís Benavente³⁵. Desta reunião resultou uma apreciação do referido parecer, elaborado por Luís Benavente em dezembro de 1952. Neste parecer acrescenta-se ainda algo de novo: «[...] seria ainda interessante que pudesse vir a verificar-se íntima ligação arquitetónica e espiritual que existe entre a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e a Capela de São Jerónimo e que no “Arranjo da zona junto da Torre de Belém” se tivesse em conta estes

dois monumentos, procurando estabelecer com eles um traço de união.»³⁶

O parecer é enviado para o ministro das Obras Públicas que responde: «Homologado. Desenvolva a Direção-Geral o projecto definitivo, solicitando a colaboração do silvicultor Facco Viana Barreto, da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, para o estudo das espécies vegetais a plantar.»³⁷

Viana Barreto terá assim sido chamado a participar no projeto com esta função específica: o estudo das espécies vegetais a plantar, sob a direção do engenheiro Manuel Sá e Melo que lhe solicitou a realização de um projeto para o espaço envolvente da Torre de Belém. É então que Viana Barreto realiza o seu primeiro trabalho para a DGSU³⁸.

Desde logo se adivinha uma colaboração e partilha de ideias entre Viana Barreto e Luís Benavente, indicando este o seu nome num parecer que escreveu em 25 de julho de 1953, onde afirmou: «[...] assim continuava a ter rua para peões entre a passagem de nível fronteira e a torre, criando deste modo a obrigatoriedade dos veículos terem como vias únicas de acesso as que lhe dão de flanco, forçando a vê-las nos seus ângulos laterais, os de maior



64. Perspetiva da Torre de Belém a partir do areal envolvente, s.d.
FCG BA – Col. Estúdio Mário Novais. CFT003.102397

interesse. Já anteriormente havíamos afirmado não ser o traçado dos arruamentos mas sim a distribuição dos maciços de verdura a contribuição para preparar e produzir “ângulos” e “primeiros planos” para o enquadramento da torre [...]» Referiu então aceitação de uma ideia de Cottinelli Telmo acerca da necessidade de iluminação da Torre e salienta o contributo de Viana Barreto prosseguindo: «[...] a aceitação deste trabalho conduzirá à imediata apresentação dos pormenores necessários, entre os quais o “Plano de Plantação” indicando as espécies vegetais a aplicar após a evolução do estudo.»³⁹ A 30 de setembro de 1953, Viana Barreto terminou a elaboração de um estudo detalhado que designou como *Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém*⁴⁰. Na introdução deste estudo, Viana Barreto assume a sua cooperação com Luís Benavente e uma partilha de ideias refletida nos critérios adotados na sua proposta⁴¹.

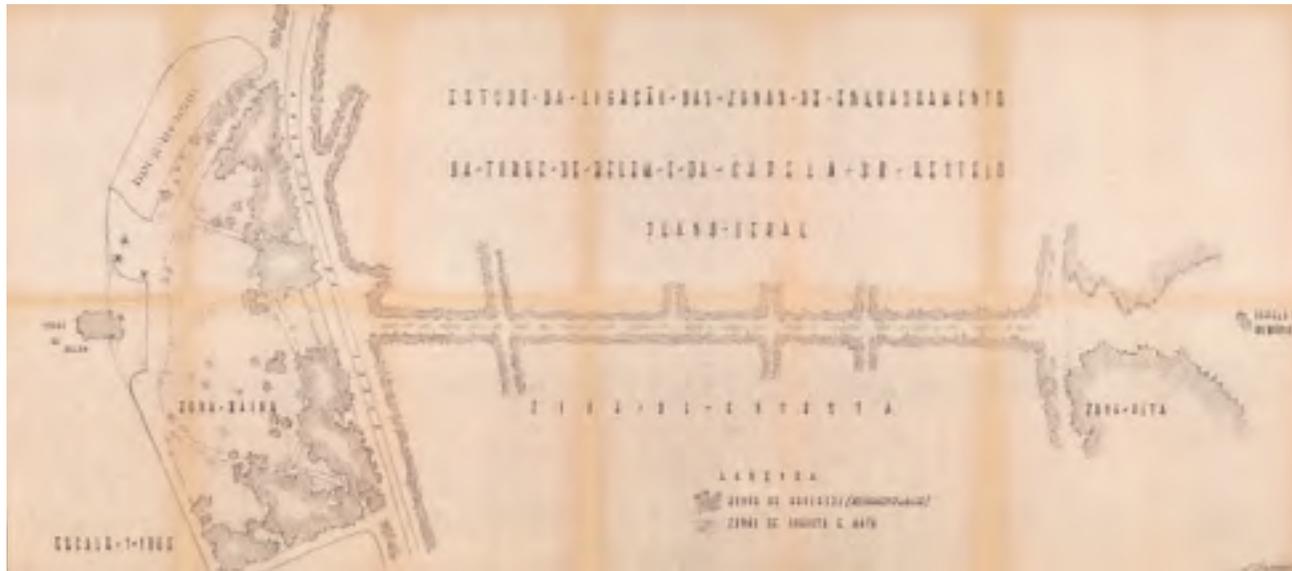
A primeira parte deste estudo foi iniciada pela definição do tipo de intervenção que se pretendeu para este local em particular, que teve como mote a simplicidade: «Apenas a Natureza; e sobre ela, no seu centro como é devido, a obra magnífica do Homem. Crê-se, portanto, que o ambiente deverá apresentar um ar perfeitamente natural, sem requintes que desmascarem por completo a intervenção a intervenção constante da mão humana. Não se trata pois da construção de um parque, muito menos de um jardim público. Quanto muito de uma mata de pequena densidade, melhorada e mais cuidada.»⁴²

Sendo este o conceito base da proposta, não foram admitidos nas imediações da torre, nem retas nem «ângulos rígidos» que anulassem a sua naturalidade. A envolvente da torre foi dividida em duas zonas que se interpenetram, uma zona de sol, mais extensa e aberta, com uma reduzida extensão de caminhos, e outra zona mais densa arborizada, com clareiras para que se possa sempre visualizar

a torre, constituindo uma cintura mais afastada, que termina nos limites este e norte da área tratada, exceto entre a torre e a Avenida da Índia. Nesta zona foi inscrita uma rede de caminhos sob o copado das árvores⁴³.

Previu em seguida, para um perfeito enquadramento da torre, a necessidade de se estabelecer um contínuo verde de ligação com as áreas verdes circundantes, ainda existentes ou a criar, envolvendo os monumentos vizinhos – a Capela de São Jerónimo e o Mosteiro dos Jerónimos – apelando à urgente defesa destes espaços e interligando-se com eles recorrendo à arborização da Avenida da Torre de Belém, e da Avenida da Índia, respetivamente. Definiu uma base fitossociológica da provável composição dos povoamentos, no que diz respeito ao estrato arbóreo, subarbóreo e arbustivo, para cada uma de três zonas (Fig. 65) – a «Zona Baixa» (Enquadramento da Torre de Belém e Avenida da Índia), com predominância para os *Ulmus spp*, a «Zona de Encosta» (Avenida da Torre de Belém), onde prevalecia a comunidade *Quercetum*, e a «Zona Alta» (Enquadramento da Igreja do Restelo e Cerca dos Jerónimos), onde predominava a comunidade *Pinetum*⁴⁴. Finalmente, após uma reflexão sobre a evolução da paisagem da envolvente da torre finalizou esta parte com uma análise das condições edafoclimáticas daquela zona.

Numa segunda etapa, a que chamou «Antevisão do conjunto», referiu-se em primeiro lugar aos movimentos de terra a efetuar, decorrentes da modelação de terreno proposta, aconselhando a demolição e o aterro de muros com vista à libertação de pontos de vista. Propôs ainda que fosse posto a descoberto o jorramento da base da torre virada para terra, na época completamente assoberada. Foram acrescentados dois esporões neste anfiteatro, rematando-o de ambos os lados, pelo que este deixou de ser tão aberto, como o projetado inicialmente (Fig. 66).



65. Estudo de ligação das zonas de enquadramento da Torre de Belém e da Capela do Restelo. Plano geral. Viana Barreto, s.d.

DGPC/SIPA. AVB



Viana Barreto dá importância à função do projeto enquanto pano de fundo do monumento acrescentando que «[...] deve sobretudo obedecer à sua necessidade de utilização e também ao mais perfeito e natural enquadramento do Monumento, muito principalmente para quem o vê do lado do rio.»⁴⁵ Valoriza o traçado dos caminhos e, em oposição a Cottinelli Telmo, expressou uma total rejeição da composição axial e simétrica, evitando traçá-los no sentido norte-sul, com vista a evitar a criação de eixos artificiais que seccionariam o terreno e impediriam a continuidade dos maciços arbóreos criando assim «golpes na paisagem»⁴⁶. O desenho desenvolve-se em função das características físicas ao lugar, tendo como fatores essenciais da sua composição a orientação solar e a

66. Aspeto da envolvente da torre onde se pode ver o muro que ocultava parte da sua fachada, s.a., s.d.

DGPC/SIPA. FOTO.00514016



67



68

67. Preparação do terreno após a conclusão da construção dos arruamentos. À direita, elemento arbóreo mantido, s.d.

Fotografia António Viana Barreto. DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.02

68. Zona situada entre o caminho mais periférico e o limite da área ajardinada que viria a ser ocupada por parte da cintura arbórea envolvente das clareiras, s.d.

Fotografia António Viana Barreto. DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.01

69. Zona de clareira observada a partir do arruamento que constituía o antigo acesso à torre, s.d.

Fotografia António Viana Barreto. DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.03



69



70



71

70. Novo arruamento poente de acesso à torre, s.d.

Fotografia António Viana Barreto. DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.04

71. A clareira e a orla em fase de instalação, s.d.

Fotografia António Viana Barreto. DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.05

72. Vista da torre a partir da cintura arbórea envolvente, recentemente plantada, s.d.

Fotografia António Viana Barreto. DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.06

73. Eixo visual a partir da estrada limítrofe a norte do jardim, s.d.

Fotografia António Viana Barreto. DGPC/SIPA. AVB. UD 06_FOTO.07



72



73

topografia do terreno, de forma a satisfazer também as necessidades de trânsito. Os caminhos propostos, acompanhando a direção das curvas de nível ou em posição oblíqua em relação à torre, criam ângulos de visão variados, valorizando a torre e contrariando a monotonia e conseqüente perda de interesse na mesma, dando a prioridade ao peão (Figs. 67-73).

Por fim, neste mesmo documento foi analisada a vegetação a instalar. Viana Barreto evidencia preocupações de índole ecológica com base no estudo da vegetação local e das zonas vizinhas. Procurou optar por uma arborização à base de espécies climáce, considerando assim prolongar a zona de enquadramento com base numa ligação com as restantes manchas verdes, facilitando a manutenção das espécies atendendo às condições existentes. Optou por um «esquema básico de arborização com uma distribuição de essências de acordo com as preferências ecológicas – portanto de harmonia com o desenvolvimento normal da paisagem característica de locais em idênticas condições.»⁴⁷

Na periferia arborizada utilizou espécies de porte mais elevado como o carvalho-cerquinho, (*Quercus faginea*), o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), o ulmeiro (*Ulmus spp*), o freixo (*Fraxinus spp*), a oliveira (*Olea spp*), o choupo (*Populus spp*) e o salgueiro (*Salix spp*), e as espécies arbustivas e sub-arbustivas que com elas constituem as diversas associações vegetais. Nas zonas menos densas utilizou espécies arbustivas, subarbustivas e herbáceas na intenção de constituírem a flora espontânea baixa de revestimento. Nas clareiras optou por arbustos dispersos.

Este estudo é complementado com a apresentação em anexo de dados climatéricos anuais daquela zona e a já referida «Base fitossociológica da provável composição dos povoamentos», relativamente aos estratos arbóreo, subarbóreo e arbustivo das três zonas aqui consideradas. Em

dezembro de 1955, Viana Barreto formalizou os planos de plantação da zona envolvente da Torre, de acordo com os conceitos apresentados na proposta anterior (Fig. 74).

Existiam agora duas propostas para um mesmo espaço, uma de Cottinelli Telmo, arquiteto largamente conceituado do regime de Salazar, e uma outra do estagiário – o engenheiro silvicultor detentor do Curso Livre de Arquitetura Paisagista – Viana Barreto. Sobre esta duplicação de propostas, Viana Barreto afirmou em entrevista: «Sim também tinha chegado ao Ministério das Obras Públicas um projecto do então Director-Geral dos Monumentos Nacionais. Ele [referindo-se a Cotinelli Telmo] tinha criado uma alameda desde a Torre de Belém até à Avenida da Índia, com estátuas dos descobridores de ambos os lados. Que era o que se fazia na altura. Não digo nem mal, nem bem mas não era a minha visão. A minha solução foi totalmente oposta. Foi não fazer aparentemente nada e deixar brilhar a Torre de Belém. Era procurar acessos e pontos de vista sucessivos que valorizassem os diversos pontos de observação, visto que estamos perante as “traseiras” da Torre e não do alçado principal, porque esse está virado para o rio. Basicamente pretendia-se enquadrar a Torre com uma mancha de vegetação. A única coisa que se deixava separado era um conjunto de três exóticas a indicar o caminho de Goa.»⁴⁸

Mais tarde, já como ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira (1907-1982)⁴⁹, após analisar as duas propostas apresentadas, marcou uma reunião no Conselho Superior das Obras Públicas reunindo os seus autores. Viana Barreto descreveu ainda na referida entrevista como de início se sentiu intimidado, na sua condição de estagiário, argumentando um projeto, antagónico na sua conceção à outra proposta, da autoria de Cottinelli Telmo, prestigiado arquiteto do Estado Novo, apresentada na DGEMN. Incentivado pelo ministro das



74. Torre de Belém. Plano de plantação. (Herbáceas). Viana Barreto, s.d.
AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.031

Obras Públicas a defender a sua proposta, Viana Barreto argumentou: «Eu lá disse que o importante era valorizar a Torre e tudo o que fosse pôr em destaque essa obra do Homem, era o que se pretendia no projeto. E não ser o projeto a sobrepor-se à Torre. O projeto não se podia sobrepor ao objetivo. Lá consegui passar a minha ideia.»⁵⁰

Em janeiro de 1956, o projeto foi largamente noticiado no jornal *Diário de Lisboa*⁵¹. Este começou

por referir as declarações do presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto, frisando que a Torre de Belém iria ficar «desafrentada». Afirmou também que Arantes e Oliveira já tinha aprovado o projeto e que o Governo teria autorizado o MOP a conceder à CML um empréstimo para a concretização da obra, tendo o município por seu lado já destinado uma verba de mil e quinhentos contos para o mesmo efeito, estando à época os serviços da

CML envolvidos na obra, a elaborar os programas dos respetivos concursos, ficando a cargo da Administração-Geral do Porto de Lisboa a execução dos trabalhos na parte marginal. Confirmou o nome de Viana Barreto como o autor do estudo e refere ainda uma colaboração estreita entre este e o arquiteto Luís Benavente desde o início do processo⁵².

Neste jornal, após uma descrição pormenorizada dos conceitos aplicados no estudo, referem-se as plantações, tecendo comentários, tais como: «[...] pelo que respeita a arvoredo a conservar, entendeu-se que apenas serão talvez aproveitáveis um renque de negras oliveiras, junto ao forte, e uns exemplares de *Eucalyptus robusta* [...]» e, relativamente ao plano de plantação de árvores: «[...] Todo o arranjo se executará com espécies típicas da paisagem local: a espécie dominante será o ulmeiro e do maciço de folhosas farão parte, também como dominantes do conjunto, os carvalhos, os freixos, os choupos e os almendros. Os maciços perenifólios serão constituídos por pinheiros mansos, zambujeiros, alfarrobeiras e sobreiros.»⁵³ Por fim, são tecidos comentários acerca da hierarquia dos arruamentos, respetiva largura e pavimentos aplicados.

Este estudo constituiu a base para o projeto executado, tendo sido traduzido na íntegra para a língua inglesa, num folheto publicado para acompanhar uma exposição itinerante da IFLA inaugurada em 1957, resultante de uma seleção de projetos reunidos no ano anterior, aquando do quinto congresso desta organização, em Zurique. Nesta exposição figurou também uma maquete do projeto da Torre de Belém, além de uma série de projetos realizados por outros arquitetos paisagistas portugueses. Ainda no ano da sua inauguração, a exposição visitou Lisboa, após ter estado presente em Birmingham e Londres⁵⁴ (Fig. 75).

Segundo um folheto alusivo a este evento (Fig. 76), pode ler-se, relativamente ao trabalho dos

arquitetos paisagistas portugueses e à Torre de Belém em particular: «Great activity has characterized landscape design in Portugal during the last ten years. Portuguese landscape architects have been well employed by city planning authorities in a kind of team work in which various experts have played their part. This has produced remarkably beautiful housing estates. Particularly notable is the beautiful design carried out around the famous 16th century Tower of Belém from where Vasco da Gama sailed to the New World.»⁵⁵

Mas este projeto não foi compreendido por alguns. Já em finais de 1958, na altura da sua construção, o jornalista Leitão de Barros (1896-1967)⁵⁶, através do jornal *Diário de Notícias*, criticou-o duramente, o que levou Viana Barreto a dirigir uma carta ao diretor do jornal, onde esclarecia os pontos não entendidos da proposta e solicitando a sua publicação.

Leitão de Barros entendeu que se deviam privilegiar as vistas sobre a torre a partir da terra, local onde se encontra o maior número de observadores, e que «a sua melhor e mais importante visão é a da Avenida da Índia», enquanto Viana Barreto contrapôs afirmando: «Ousamos não compartilhar nós desta opinião, a qual atribui ao maior número dos espectadores do Monumento, a faculdade de só por si determinar o seu ângulo de projecção principal... a função militar da Torre, a sua mais cuidada arquitetura e decoração exterior, senão a sua própria projecção histórica, a lançam irresistível e abertamente com a frente para o mar. A Torre é, em essência uma nau que parte à descoberta, não uma que regressa... Não sacrificaremos de facto o significado histórico da Torre de Belém ao seu interesse turístico.»⁵⁷

Leitão de Barros, de acordo com a ideia apresentada anteriormente, condenou a disposição da plantação: «[...] Uma cortina de choupos interposta como biombo entre a avenida da Índia e a Torre.»⁵⁸



75. Maqueta da Torre de Belém presente na exposição itinerante da IFLA inaugurada em 1957. Fotografia António Campello. AISA

76. Tradução para a língua inglesa do estudo *Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém*. António Viana Barreto, 1957. HAVB

Face a estas declarações, Viana Barreto respondeu: «[...] para a visibilidade do lado da terra houve naturalmente o cuidado de manter abertas as necessárias clareiras à vista de quem se desloca ao longo da Avenida da Índia embora deixando noutras áreas entrever apenas a peça principal do conjunto a fim de despertar deste modo o interesse por uma aproximação sob todos os aspectos a desejar.»⁵⁹ E, ainda, referindo-se à torre acrescenta «[...] não deve ser enquadrada de tal modo que se subordine todo o arranjo à observação plena, quase “profana” de quem passa pela estrada com outro destino, a caminho do Estoril ou de Lisboa. O que ela representa para nós portugueses, exige que se contemple em ambiente de recolhimento, calmo e silencioso propício à verdadeira concentração espiritual.»⁶⁰

Leitão de Barros avançou ainda no seu artigo para críticas mais duras: «Bem sei que estamos sempre a tempo de deitar abaixo árvores colocadas sem lógica nem bom senso estético. Mas não será tempo e dinheiro perdidos? Não esqueçamos que as árvores “semeadas” na assimetria agora em moda, os “mixed-gardens”, os tufos e maciços de conjunto equilibrado sem exagerada geometria são mais agradáveis de que os renques cortados

à tesoura e plantados em fila indiana. Mas onde a originalidade e “personalidade” desse arranjo urbanístico? Onde a inspiração fora da banalidade que impõe a Lisboa e a Portugal a solução precária dessa urbanização, aliás sem especial mérito?»⁶¹

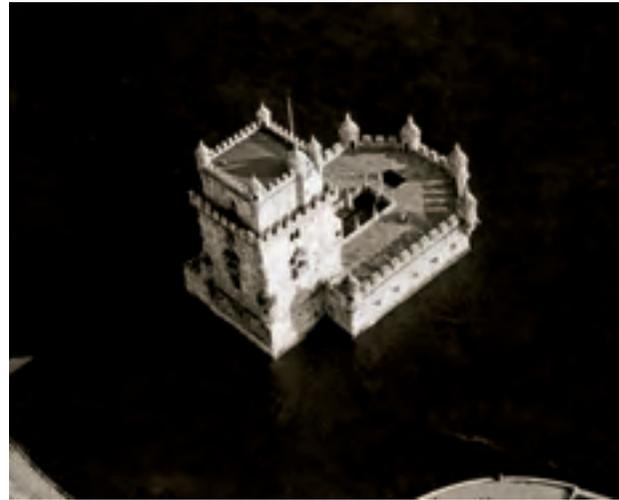
Viana Barreto contrapôs: «Quanto ao arvoredo colocado “Sem lógica nem bom senso estético” permitimo-nos esclarecer que todas as árvores plantadas – e não “semeadas” – foram cuidadosamente escolhidas em seguimento a estudos levados a cabo e colocadas de acordo com os condicionantes ecológicos do lugar e destinadas a obter-se delas, quando em pleno desenvolvimento, um efeito estético de primeiros planos perfeitamente determinado, embora este resulte infalivelmente das condições técnicas que, neste caso, só a ecologia pode orientar [...] Quanto à falta de “originalidade” e de “personalidade” da solução encontrada que o autor do artigo deplora [...] houve que criar inteiramente de novo uma ampla zona verde. Se lhe falta a originalidade, onde está então a cópia? [...]»⁶² Por isso lutámos contra todos os eixos de perspectiva forçada, fosse por arruamentos retos dirigidos à Torre, fosse por sebes talhadas naquela direção, fosse por espelhos d’água ou por qualquer marcado artificialismo. Pretendemos muito

simplesmente tentar conduzir a Natureza sem a desejar dominar. Batemo-nos depois pela plantação das espécies clímax da Estremadura ou típicas da nossa paisagem ribeirinha, contra o exotismo desmedido ou a falta de critério na escolha das essências a empregar. Exóticas, apenas se colocarão três palmeiras (*Phoenix dactilyfera*) junto à torre a caminho da barra, numa alegoria evocativa das longínquas terras da Índia donde são originárias.»⁶³

Na parte final deste artigo, Leitão de Barros relatou o facto de se ter deslocado a Inglaterra, e que neste «[...] país de tradições e ela própria mestra na arte de respeitar o Passado, como seguro penhor do Futuro, existe um recanto onde, sobranceiro ao mar, se reuniram pedras da epopeia marítima inglesa. É em Plymouth-Oak.»⁶⁴ Apelou então à CML, à Administração do Porto de Lisboa e à Associação de Arqueólogos que lhe seguissem o exemplo, instalando na «[...] antecâmara ajardinada que vai ser o Parque do Restelo, entre a Avenida da Índia e a Torre de Belém [...]. Padrões e suas réplicas, lápides e pedras, brasões de vice-reis, tudo que com a epopeia marítima se ligasse constituiria nessa zona um museu histórico de escultura ao ar livre.» Em seguida sugeriu uma iluminação diária da torre e não só ao domingo, como então acontecia⁶⁵.

Da análise desta última parte do artigo depreende-se que Leitão de Barros conhecia o projeto de Cottinelli Telmo onde se previa, como o referido de início, uma alameda que ligava a Avenida da Índia à Torre de Belém, ornamentada com doze elementos escultóricos de descobridores portugueses. Recorde-se ainda que Leitão de Barros e Leopoldo de Almeida já tinham colaborado de perto com este arquiteto ao dar forma plástica ao primitivo Padrão dos Descobrimentos, de cujo edifício primitivo era autor⁶⁶.

A 18 de fevereiro de 1982, o arquiteto paisagista Sampaio Fontes, na CML, escreveu a Viana Barreto,



77. Nos dias de hoje, a Torre de Belém encontra-se atualmente por vezes inteiramente rodeada por água, s.d.

DGPC/SIPA. FOTO.00538643

pedindo-lhe que reunissem com urgência a fim de falarem sobre alterações a fazer no Jardim da Torre de Belém que incluiriam um parque infantil e uma piscina, entre outras que não define⁶⁷. Pensou-se que estas alterações seriam resultado da preparação do espaço para acolher, no ano seguinte a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, inaugurada a 7 de maio de 1983, sendo a torre um dos monumentos que albergava um dos cinco núcleos temáticos que a compunham.

Para o efeito foram feitas obras de adaptação nos interiores e criou-se um lago artificial em volta da torre para que esta permanecesse dentro de água (Fig. 77). Atualmente o projeto mantém a sua estrutura intacta, sendo de assinalar no entanto uma diminuição no número de arbustos (Fig. 78). O relvado apresenta problemas de drenagem que não permitem que se encontre nas melhores condições.

Após o falecimento de Viana Barreto, a 12 de maio de 2012, a CML deliberou em Assembleia Municipal, na sessão de 24 de julho de 2012, um voto de pesar pelo seu falecimento⁶⁸. Ficou lavrada em ata

a proposta de sugestão da atribuição do seu nome a um parque ou jardim, o que, como referido, acabou por ser aprovado, por unanimidade, na Reunião Extraordinária de Câmara n.º 184 de 23 de julho de 2021, tendo sido selecionado o Jardim da Torre de Belém, espaço tão emblemático em Lisboa por si projetado e até à data anónimo, para se passar a denominar Jardim António Viana Barreto.

O projeto da envolvente paisagística da Torre de Belém aplicou uma série de conceitos francamente inovadores para o período em que foi elaborado, conceitos esses que encontraram alguma resistência em personalidades do mundo das artes, como Leitão de Barros e Cottinelli Telmo entre outros, então ainda não familiarizados com uma nova forma de olhar, entender e projetar a paisagem urbana, até aí muitas vezes planeada por eles.

Verificou-se uma aplicação de princípios antagónicos nas propostas do arquiteto paisagista Viana Barreto e do arquiteto Cottinelli Telmo (Fig. 79), com respeito ao tratamento do espaço, afirmando o arquiteto paisagista uma rejeição absoluta por uma

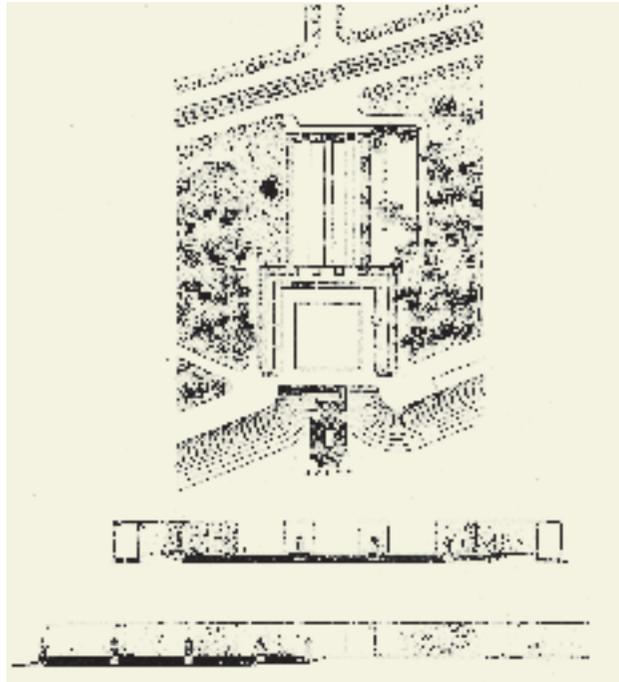
composição axial e simétrica proposta pelo segundo. A proposta de Viana Barreto assentou na criação de eixos visuais, não inscritos no terreno, determinantes no desenho do projeto, que ligavam a torre aos motivos arquitetónicos mais significativos do espaço circundante e que possibilitavam que esta fosse observada de diversos ângulos, enquanto para Cottinelli Telmo a torre era vislumbrada apenas segundo um caminho de acesso, segundo uma direção, norte-sul, e revelada num só olhar.

A ideia fulcral do projeto era a simplicidade e a naturalidade, de modo que a torre constituísse o único elemento construído pelo homem. Assim, a paisagem em seu redor devia manter-se sem qualquer artificialismo.

O projeto foi desenvolvido em função do lugar em si, valorizando fatores tais como a orientação e topografia. Valorizou a torre destacando-a de terra, libertando-a das areias acumuladas pelo assoreamento de séculos e pondo a nu o seu jorramento, promovendo a sua individualização face à envolvente, à semelhança do sucedia num passado



78. Vista do enquadramento da Torre de Belém, a partir da torre, 2021.
Fotografia Rafael Alfenim



79. Projeto para o espaço envolvente da Torre de Belém. Cottinelli Telmo, 1943. MOP.

In MARTINS, João Paulo – *Cottinelli Telmo /1897-1948*

longínquo. Para o efeito acentuou um amplo anfiteatro, aberto sobre o estuário do rio Tejo. Esta modelação discreta do terreno possibilitou a criação de um declive que, junto à torre, assumiu o formato de concha, possibilitando uma interface do público com o rio. Como ponto focal desta composição encontrava-se seu elemento primordial do projeto – a própria torre.

Os caminhos foram implantados, na sua maior extensão, segundo as curvas de nível, de forma que, ao serem percorridos permitam ao público um percurso mais longo e confortável, do qual se usufrui de vários pontos de vista que oferecem múltiplas perspectivas variadas, valorizando desta forma o peão. As espécies vegetais foram selecionadas de acordo com a fitogeografia do local, constituindo grandes maciços de vegetação. As plantas interessaram

sobretudo pelas qualidades próprias de cada uma delas, quer relativamente à sua forma, quer como entidades botânicas e esculturais. Foram adotadas espécies clímax, com as vantagens que daí advêm em termos de valor estético e económico, reflexo de uma melhor adaptabilidade ao local e maior integração nas linhas orientadoras do projeto. Segundo a memória descritiva do plano de plantação de herbáceas foram referidos dois tipos de vegetação, de acordo com a quantidade de luz solar incidente, isto é, uma zona de sol e uma outra zona de sombra. Quanto às árvores são na sua grande maioria espécies caducifólias, tendo sido considerada a sua sazonalidade, dada pela floração e pela queda das folhas, considerando todo o ano.

Na composição do espaço foi criada uma dinâmica de volumes através do contraste entre um grande espaço clareira, com sol, e vários espaços de orla envolventes, com pequenas clareiras que, acompanhando os caminhos, originam planos variados, de interesse acrescido.

Este projeto teve um grande impacto, tanto a nível nacional, como nos meios intelectualmente mais prestigiados da arquitetura paisagista, a nível internacional. O jardim envolvente da Torre de Belém simboliza um importante marco na afirmação dos valores de uma profissão, que dava ainda os seus primeiros passos, face a um grupo de arquitetos do regime de Salazar, detentores de uma credibilidade inabalável, sendo de salientar a coragem, determinação e sólida capacidade técnica apresentadas por Viana Barreto no desempenho deste seu primeiro projeto de arquitetura paisagista, ao serviço da DGSU. O reconhecimento destas qualidades viria a refletir-se em convites posteriores, na colaboração com obras da DGEMN, em monumentos nacionais tais como, em 1957, a envolvente do castelo e paço ducal em Guimarães e, em 1965, no enquadramento paisagístico do Mosteiro da Batalha.

JARDIM DA CAPELA DE SÃO JERÓNIMO

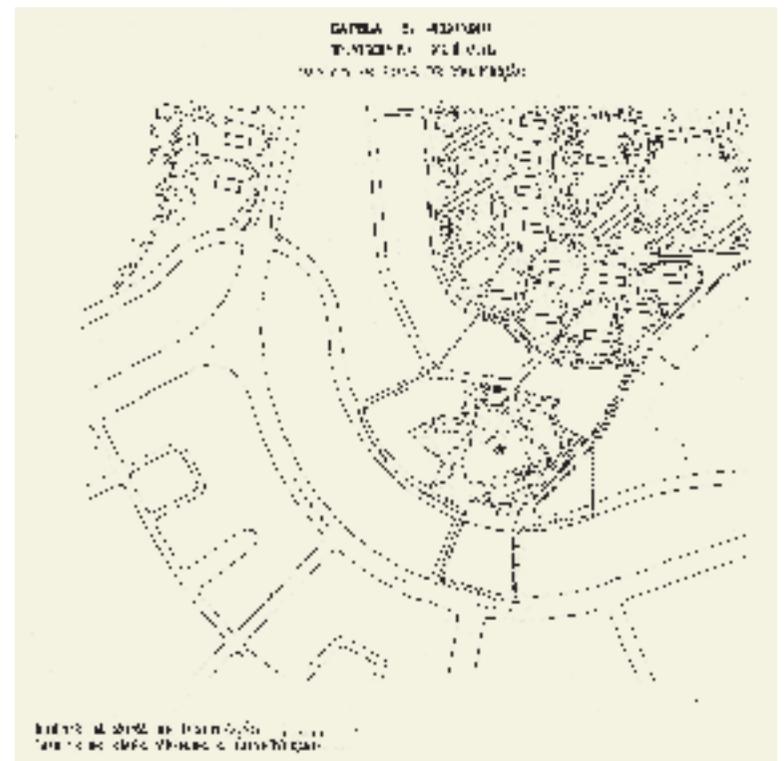
Os princípios conceptuais do jardim envolvente da Capela de São Jerónimo estiveram de acordo com as diretivas determinadas na segunda fase do *Plano de Urbanização da Encosta do Restelo*, na qual se integrou o projeto da sua construção. Este plano, levado a cabo sob coordenação de Guimarães Lobato, contou com a colaboração de uma vasta equipa multidisciplinar, na qual foram integrados os arquitetos paisagistas Azevedo Coutinho e Ribeiro Telles⁶⁹. Neste plano, Guimarães Lobato adotou novos conceitos para a época, tendo afirmado: «[...] tenta-se agora introduzir o conceito de espaço livre comum, de propriedade municipal e utilizável por toda a população em condições salutaras para a sua vida diária [...] solicita-se por isso, estreita colaboração dos arquitectos paisagistas.»⁷⁰

O facto de existirem três monumentos nacionais nesta área, entre os quais a capela, foi feita a revisão da zona de protecção do edificio (Fig. 80). Na memória descritiva deste plano lê-se: «De acordo com os arquitectos paisagistas previu-se uma arborização adequada para melhorar todas as perspectivas do rio, isolando-a convenientemente da presença das construções vizinhas.»⁷¹

Este local foi alvo de um estudo pormenorizado por ter sido considerado de carácter excepcional, dada a importância do monumento e a sua situação topográfica. Foi assim excluída de imediato a possibilidade da construção de qualquer estrutura edificada em redor da capela⁷².

Embora em 1954, no âmbito da segunda fase do *Plano de Urbanização da Encosta do Restelo*, a Capela de São Jerónimo tenha sido alvo de especial atenção, no *Projeto de Ordenamento Paisagístico (1.ª Fase) da Encosta do Restelo (II Fase de Urbanização)*, de abril de 1956, foi estudada com maior detalhe (Fig. 81). O projeto foi desenvolvido em função do lugar, sendo determinado pela topografia e

pela sua orientação – virado a sul – com uma vista espreada sobre o rio Tejo. O autor justifica estas opções da seguinte forma: «Em redor da Capela de São Jerónimo o estudo é mais pormenorizado, dadas as características do local e a possibilidade de desde já sem inconvenientes futuros, de ordem construtiva, se poder completar um enquadramento condigno. O condicionalismo topográfico do sítio e a existência do monumento conduzem a desenvolver o enquadramento verde a partir duma plataforma miradouro que se comporta como adro da capela e donde se desfruta vastíssimo panorama. A capela surgirá desafogadamente voltada para o rio e enquadrada a norte por maciços de vegetação perenifolia. A vegetação escolhida para este trecho é tradicional da região de Lisboa.»⁷³



80. Capela de S. Jerónimo. Planta da Zona de Protecção, s.a., s.d. DGPC/SIPA. DES.00050107



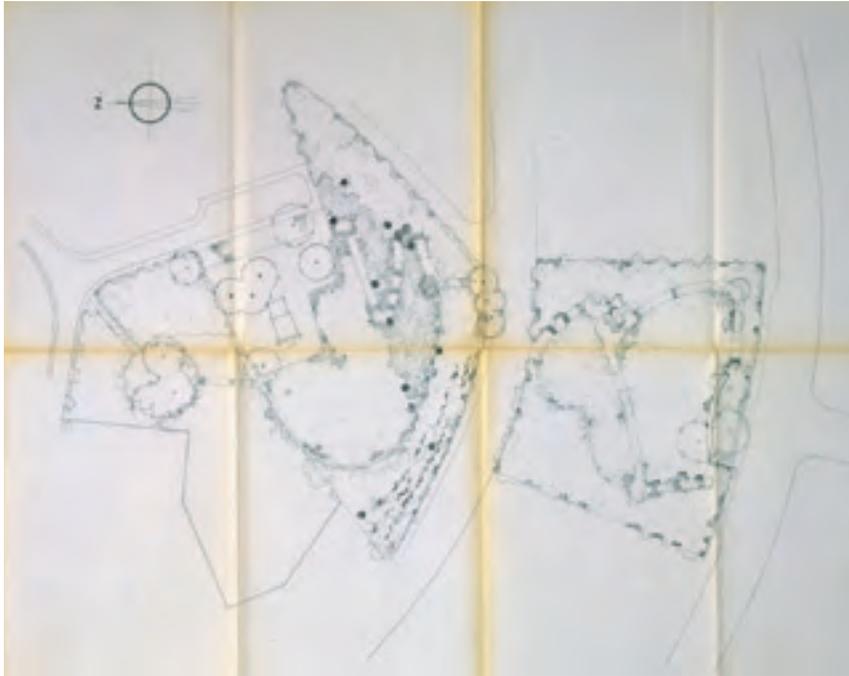
81. Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de S. Jerónimo. Ribeiro Telles, 1956.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.127

Este projeto, no entanto, conheceu um novo desenvolvimento em 1959, abrangendo toda a envolvente da capela bem como uma parte da encosta adjacente a Sul, até uma distância máxima de 246 metros, na direção da Avenida da Torre de Belém, onde se situa uma pequena mata, componente do projeto (Figs. 82-85).

A capela localiza-se numa cumeada, no interior de uma área de planta quadrangular pavimentada, com cerca de 30 metros de lado, arborizada em seu

redor em todos os quadrantes, exceto no compreendido entre sul-sudoeste-oeste, que constitui um miradouro. Separado deste por um muro de suporte foi criado um enorme logradouro relvado, de planta semicircular, limitado por um caminho e um murete de suporte. Ao longo da encosta nascente, vários lanços de escadas, cujo desenho foi posteriormente alterado, em 1961, pelo próprio Ribeiro Telles, estabelecem a ligação pedonal entre a mata e o miradouro num percurso longo e confortável, abundantemente



82. *Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase). Zona da Capela de S. Jerónimo. Estudo definitivo. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1959.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.053

83. *Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase). Zona da Capela de S. Jerónimo. Estudo definitivo. Corte A-B.* Ribeiro Telles, 1959.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.135

84. *Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de S. Jerónimo. Estudo definitivo. Plano de plantação. Socalcos rochosos.* Ribeiro Telles, 1959.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.037



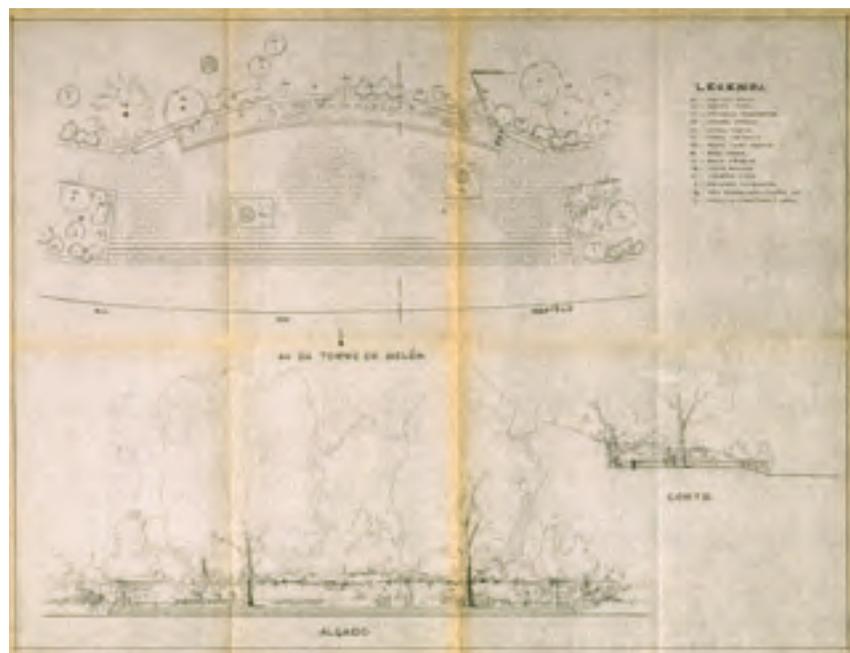
ensombrado por arvoredo, num favorecimento claro do caminho pedonal, e empenho pronunciado no estudo pormenorizado do local em si⁷⁴.

Como se pode ver na Fig. 80, relativamente às espécies seleccionadas, a capela foi protegida dos ventos dominantes, a norte e a oeste, por um maciço arbóreo de predominância perenifólia, com espécies como a oliveira (*Olea europaea*) e, mais junto ao monumento, o pinheiro-manso (*Pinus pinea*). A sudeste da capela e junto ao miradouro foi implantado um canteiro que enquadra o acesso à mesma. Para este espaço foram plantadas árvores como o loureiro (*Laurus nobilis*), o loureiro-cerejo (*Prunus laurocerasus*), o azereiro (*Prunus lusitânica*), e arbustos como a romanzeira (*Punica granatum*) o viburno (*Viburno tinus*), o sanguinho-das-sebes

(*Rhamnus alaternus*), o abrunheiro-bravo (*Prunus spinosa*), o carrasco (*Quercus coccifera*), a giesteira (*Cytisus.spp*), as pascoinhas (*Coronilla Valentina glauca*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a esteva (*Cistus ladanifer*), a madressilva-brava (*Lonicera etrusca*), as rosas (*Rosa spp.*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas*), a lavanda (*Lavandula spica*) e o tojo (*Ulex europaeus*).

Em redor do logradouro foram plantadas árvores, ao longo da encosta poente, utilizando espécies como o sobreiro (*Quercus suber*) na zona mais elevada e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) na zona de cota intermédia deste grande canteiro. Nas zonas mais baixas foram plantados loureiros (*Laurus nobilis*) e ulmeiros (*Ulmus procera*). Nesta encosta, a acompanhar as escadas, encontramos pontualmente ciprestes (*Cupressus sempervirens*) e alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*). Encontramos ainda espalhados vários viburnos (*Viburnum tinus*) (Fig. 81). A sudoeste, devido ao elevado declive, foi apenas possível o seu revestimento vegetal socorrendo-se da criação de três socalcos rochosos (Fig. 82). Nestes socalcos foram plantadas árvores como o cipreste (*Cupressus sempervirens*), o sobreiro (*Quercus suber*), a oliveira (*Olea europaea*), a pereira (*Pirus communis*), a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) e o medronheiro (*Arbutus unedo*), e arbustos como o sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), a rosa-de-cão (*Rosa canina*), o carrasco (*Quercus coccifera*), o viburno (*Viburnum tinus*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a giesteira (*Cytisus.spp*), a madressilva-brava (*Lonicera etrusca*), o abrunheiro-bravo (*Prunus spinosa*), a romanzeira (*Punica granatum*) e a piteira (*Agave americana*). Para revestir o solo foram selecionadas espécies como o erigium (*Erygium spp.*), a margacinha (*Erigeron mucronatus*) juntamente com o acanto (*Acanthus mollis*), o mato-branco (*Teucrium fruticans*) e a hera (*Hedera helix*) (Fig. 84).

Relativamente à mata, Ribeiro Telles projetou uma entrada formal de acesso à mesma, no



85. Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase). Zona da Capela de S. Jerónimo. Estudo definitivo. Entrada da Mata. Ribeiro Telles, 1959.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.056

topo da Avenida Torre de Belém (Fig. 85). Para esta entrada foram selecionadas espécies como o loureiro (*Laurus nobilis*), o teixo (*Taxus baccata*), o salgueiro (*Salix viminalis*), o azereiro (*Prunus lusitanica*) e o louro-cerejo (*Prunus laurocerasus*). Esta mata, atravessada por dois caminhos pedonais, apresenta uma clareira central bordejada a nascente e a poente por maciços arbóreos (Fig. 85).

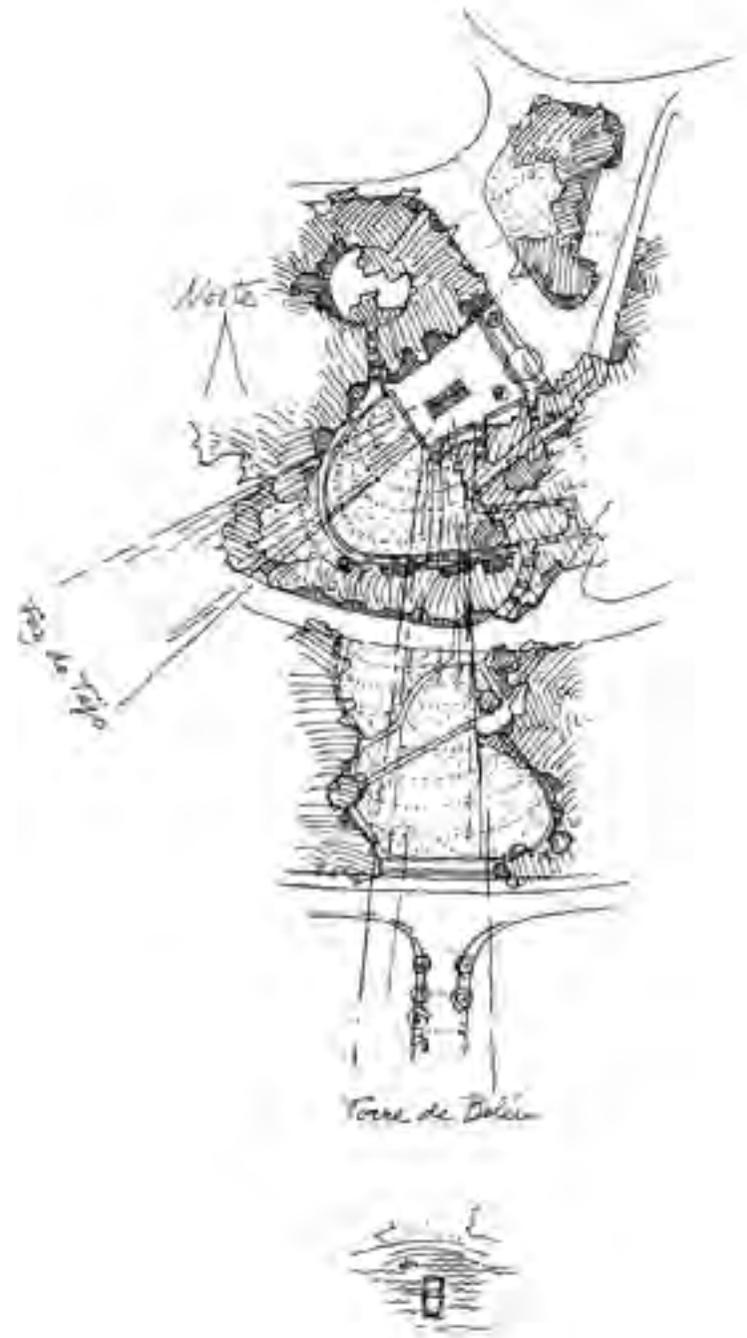
Numa entrevista realizada junto à capela pela arquiteta paisagista Rosário Salema e publicada no catálogo da exposição *A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles*⁷⁵, foi possível obter depoimentos na primeira pessoa que valorizaram sobremaneira o entendimento deste projeto. Ribeiro Telles afirmou acerca dos princípios conceptuais aplicados neste projeto: «Este desenho, esta estrutura é a anulação permanente da simetria. Evitei sempre as

simetrias na modelação do terreno e na construção dos caminhos e muros. Nunca quis que a vegetação fosse obrigada a seguir simetrias e relações monumentais. Também junto à ermida forcei um desequilíbrio entre os dois lados da encosta. Não queria de modo algum uma simetria absoluta!»⁷⁶

Baseando-se no princípio de que as pessoas, particularmente as crianças, necessitam de recreio ao ar livre, Ribeiro Telles concebeu, junto ao adro da capela, um enorme relvado, elemento fulcral do projeto. Este logradouro constituiu como que ponto de encontro e de estadia dos moradores do bairro. Sobre este Ribeiro Telles afirmou: «Aqui podia perfeitamente aparecer o jogo da malha, ou qualquer coisa do género. Este espaço circular, no meio da mata, servia também para a merenda. Tinha tudo a ver com a proximidade das habitações. O que é engraçado é que vinham aqui muitas crianças [...]»⁷⁷

Como referido anteriormente, Viana Barreto tinha acompanhado o seu projeto para o tratamento da envolvente da Torre de Belém por ligações deste monumento aos outros dois mais próximos, o Mosteiro dos Jerónimos e a Capela de São Jerónimo. Previu estas ligações inscritas no terreno, através de avenidas arborizadas (Avenida da Índia e a Avenida da Torre, respetivamente), que constituíam corredores verdes, adotando um conceito de rede e reforçando a ligação histórica a estes três monumentos. Também ele tinha previsto diferentes associações de vegetação climace para a zona de menor cota, junto à torre, para a zona da encosta, ao longo da Avenida da Torre de Belém, eixo viário que também ele tinha pressuposto culminar na Avenida do Restelo, e para a colina da Capela de São Jerónimo. A ligação visual entre os dois monumentos era clara, já que não incluía qualquer plantação que obstruísse este eixo (Fig. 86).

Acerca deste eixo visual, Ribeiro Telles caracterizou-o de uma forma muito própria: «Esta abertura?



86. Eixos visuais a partir da Capela de São Jerónimo, s.a., s.d. DGPC/SIPA.GRT.DES.02003313

Estamos a meio da encosta. A ideia era surpreender-nos. Um rasgo! Uma frecha aberta sobre a Torre de Belém. Um eixo a meia encosta. Mas não necessariamente sobre a avenida.»⁷⁸ E referindo-se à sua «luta», enquanto elemento requisitado pelo GEU para a realização da segunda fase do *Plano de Urbanização da Encosta do Restelo*, contra o eixo viário Torre de Belém-Capela de São Jerónimo, acrescentou: «Era para manter a tal linha do Plano. No gabinete tinha ficado suspensa essa questão da linha seguir o desenho. Eu disse que aquilo tinha de ser mata e fiz a minha interpretação! O resultado foi o meu projeto prever a abertura, não direta, de uma linha visual entre a Ermida e a Torre. Uma fresta de luz cortada todos os anos. Sim! Cortada como se corta Versailles.... Nunca foi minha intenção estabelecer uma relação formal entre a Ermida e a Torre. Eu queria relações que destruíssem esse formalismo, que fizessem surgir a Torre na enseada do Tejo e a Ermida na colina. Cada coisa no seu sítio! A descoberta da Torre não pode ser feita através da plataforma da Ermida. Não formalmente! A sua descoberta tem de ser casual e episódica. Pelos percursos através da colina, é assim que deve ser!»⁷⁹

Foi absolutamente evidente a declarada rejeição da composição axial e simétrica. A paisagem foi encarada como multifacetada e omnidirecional. Para Ribeiro Telles a realidade é constituída a partir de perspetivas simultâneas, tal como a pensamos, preferindo linhas curvas e formas orgânicas: «No princípio era tudo aberto. Hoje temos o contrário. Pode fechar tudo. Não queria tudo aberto nem tudo fechado. Agora queria que se trabalhasse este movimento, que é um movimento semelhante aos

desenhos do Picasso. É um movimento que resulta da nossa deslocação contínua no espaço. Quero que uma pessoa percorra este espaço descobrindo sempre. E a luz também é fundamental neste movimento. A luz circula de acordo com os obstáculos que lhe pusermos [...]. A concepção nunca acaba! O que acaba é o lançamento de uma estrutura e de um desenho. Isto tem princípio, mas não tem fim.»⁸⁰

O projeto da envolvente da Capela de São Jerónimo foi especialmente emblemático pelo facto de Ribeiro Telles, ao ter conseguido a ampliação da zona de proteção do monumento, inviabilizar o traçado de um eixo viário que continha a capela, até à data previsto para o local por Duarte Pacheco.

Este projeto apresentou vários aspetos de modernidade no seu tempo. Em primeiro lugar, a profunda negação do uso de eixos formais inscritos na paisagem e a valorização dos eixos visuais. Também, em detrimento do logradouro tradicional, introduziu a concretização do conceito de espaço comum, de livre acesso por parte da população, funcionando como ponto de encontro dos moradores do bairro, principalmente das crianças, possibilitando-lhes um espaço de recreio o ar livre. Podemos ainda citar outros aspetos como o desenvolvimento do projeto em função das características físicas do lugar, como a topografia e a orientação solar, salientando-se a valorização do peão, na promoção de percursos pedonais longos e confortáveis, ensombrados por vegetação clímaxe, constituída por espécies vegetais perenifólias ou caducifólias, sabiamente distribuídas de acordo com as suas características próprias e funções a desempenhar no projeto, pela cumeada ou pela encosta.

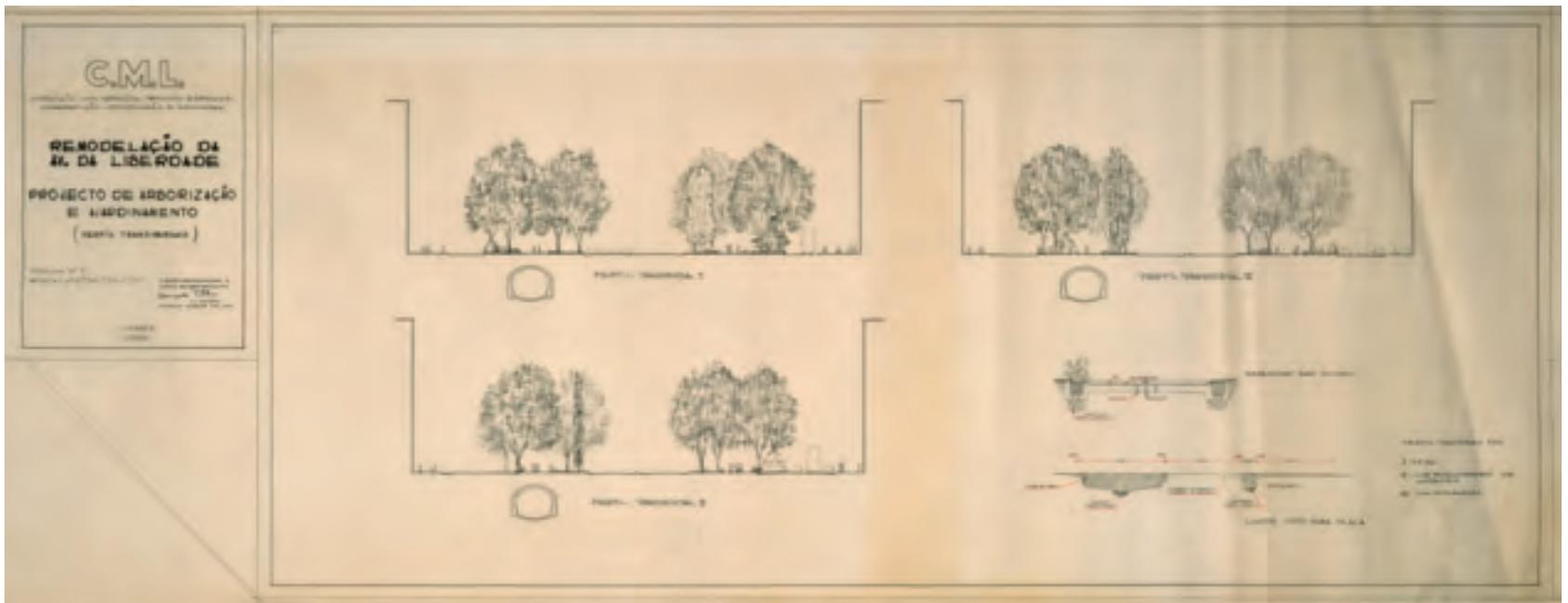
AVENIDA DA LIBERDADE

O vale da Avenida da Liberdade sofreu várias alterações ao longo dos últimos duzentos e cinquenta anos. Deixou de ser um local de hortas para, durante cento e dezoito anos, desempenhar a função de Passeio Público da cidade de Lisboa, entre os Restauradores e a Rua das Pretas. Assumiu mais tarde a tipologia de *boulevard*, expandindo-se este eixo até à atual Praça Marquês de Pombal, com uma expressão semelhante à que hoje apresenta.

Esta avenida foi, no entanto, há cerca de sessenta anos, alvo de uma profunda modificação, embora efémera, em parte do seu trajeto, já que a obra prevaleceu neste local apenas por um período aproximado de três anos, em resultado de um projeto da autoria de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral que passamos a descrever e circunstanciar.

Em 1955, colaborava então Ribeiro Telles na RAJ, foi elaborado um projeto intitulado «Avenida da Liberdade. Projeto de Remodelação de Arborização e Ajardinamento». Na sua memória descritiva, Ribeiro Telles, que também a assina, começa por reconhecer na árvore «o seu principal e mais valioso elemento, como valor estético.»⁸¹

Neste grande eixo viário de Lisboa cada quarteirão tinha plantada uma única espécie botânica de árvores em placas situadas frente a frente. Este facto não fazia qualquer sentido para Ribeiro Telles que argumenta: «Não existe qualquer razão de ordem estética ou biológica para que se encontrem as placas duas a duas povoadas com espécies de porte, volume e cor totalmente diferentes.»⁸² Com base neste facto que considera absurdo, juntamente com a constatação de que uma considerável quantidade de árvores se



87. Remodelação da Av. da Liberdade. Projecto de arborização e ajardinamento (perfis transversais). Ribeiro Teles, 1955.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.122

encontrava decrépita ou doente, realizou um projeto alternativo.

Em 1956, estes arquitetos paisagistas colaboraram numa proposta de reformulação da Avenida da Liberdade, revisão do projeto apresentado no ano anterior, sob a orientação de Caldeira Cabral⁸³. Esta proposta foi parte integrante do «Projeto de Remodelação da Avenida», coordenado pelo engenheiro Guimarães Lobato⁸⁴, mais abrangente já que incluía o contributo de outras especialidades implicadas, da responsabilidade do GEU.⁸⁵ Os técnicos que mais diretamente intervieram na elaboração do projeto definitivo da avenida foram Caldeira Cabral e o engenheiro Magalhães de Figueiredo⁸⁶, ambos consultores da CML⁸⁷.

Este projeto teve em vista a adaptação da avenida às novas exigências do seu tempo. Estas modificações tinham por base necessidades, tais como a regeneração do arvoredo que apresentava francos sinais de decrepitude, um alargamento das vias central e laterais para fazer face a um aumento significativo do volume de trânsito que circulava e, finalmente, a instalação de uma linha do metropolitano, ao longo desta avenida. O aumento do volume de trânsito justificou, na proposta dos arquitetos paisagistas, a manutenção dos quatro cruzamentos principais, numa tentativa de encontrar uma solução «[...] maleável a todas as solicitações de sentidos de trânsito, facilitando a sua distribuição ao longo da artéria, ou seja, o ingresso, a saída e o atravessamento»⁸⁸ já que foi identificada como a característica mais importante do trânsito da avenida.

Da análise da memória descritiva desta proposta, assinada por destaca-se a necessidade da sua articulação com a restante equipa multidisciplinar, na execução de projetos parcelares a executar, entre os quais se contam: o perfil longitudinal e perfis transversais (Fig. 87); passagens em túnel para os peões; redes de esgotos e distribuição de

gás, eletricidade e telefones; iluminação pública, etc., acrescentando: «Para que o trabalho se possa desenvolver com a necessária coordenação de esforços [...], bem conjugados.»⁸⁹ Advertiu ainda, embora os trabalhos de ajardinamento fossem executados em último lugar, ser absolutamente necessário considerá-los desde o início do processo. Também esta colaboração estreita numa equipa mais alargada, com outras valências para além da arquitetura paisagista, constituiu uma mais-valia importante deste projeto sobre o anterior.

As linhas diretrizes do projeto assentaram nas características físicas do lugar, na medida em que os autores reconheceram que a avenida se inscrevia no «[...] maior e mais importante vale de toda a cidade que se abre no Terreiro do Paço sobre o imponente estuário do Tejo [...]»⁹⁰, referindo ainda que este vale era ladeado por colinas. Após a análise da topografia e orientação do local, enfatizaram também a sua importância estratégica na cidade, o valor histórico das colinas envolventes e a beleza do quadro, numa tentativa de identificação do espírito de lugar. Foi salientada a importância do restabelecimento da ligação antiga ao Jardim Botânico, livre de quaisquer edificações (Fig. 88).

Em relação ao vale da avenida, com apenas cerca de noventa metros de perfil transversal, manifestaram a necessidade urgente da limitação da cêrcea dos edifícios que a delimitam, para que a esta não perdesse a sua característica de «vale aberto» (Fig. 89). Refere também como motivo desta medida o perigo de perda de escala das árvores bem como o seu excessivo ensombramento.

Procedeu-se então a uma reflexão acerca do perfil dos principais utilizadores do espaço concluindo-se que enquanto no primeiro quartel do século XX o edificado da avenida era ocupado sobretudo por residentes, no segundo se tinha assistido a uma modificação deste carácter, tendo o comércio, escritórios e profissões liberais tomado o

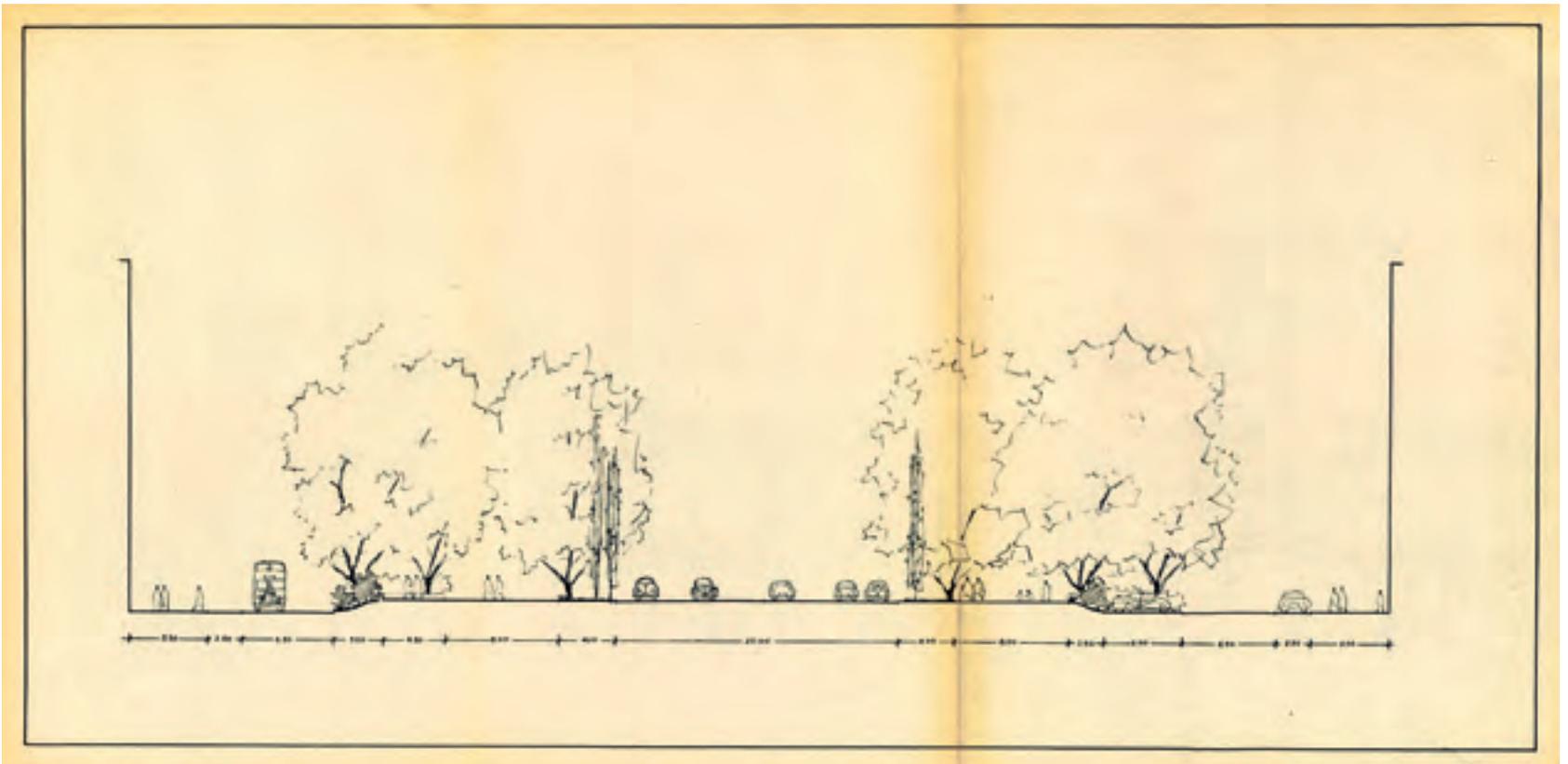


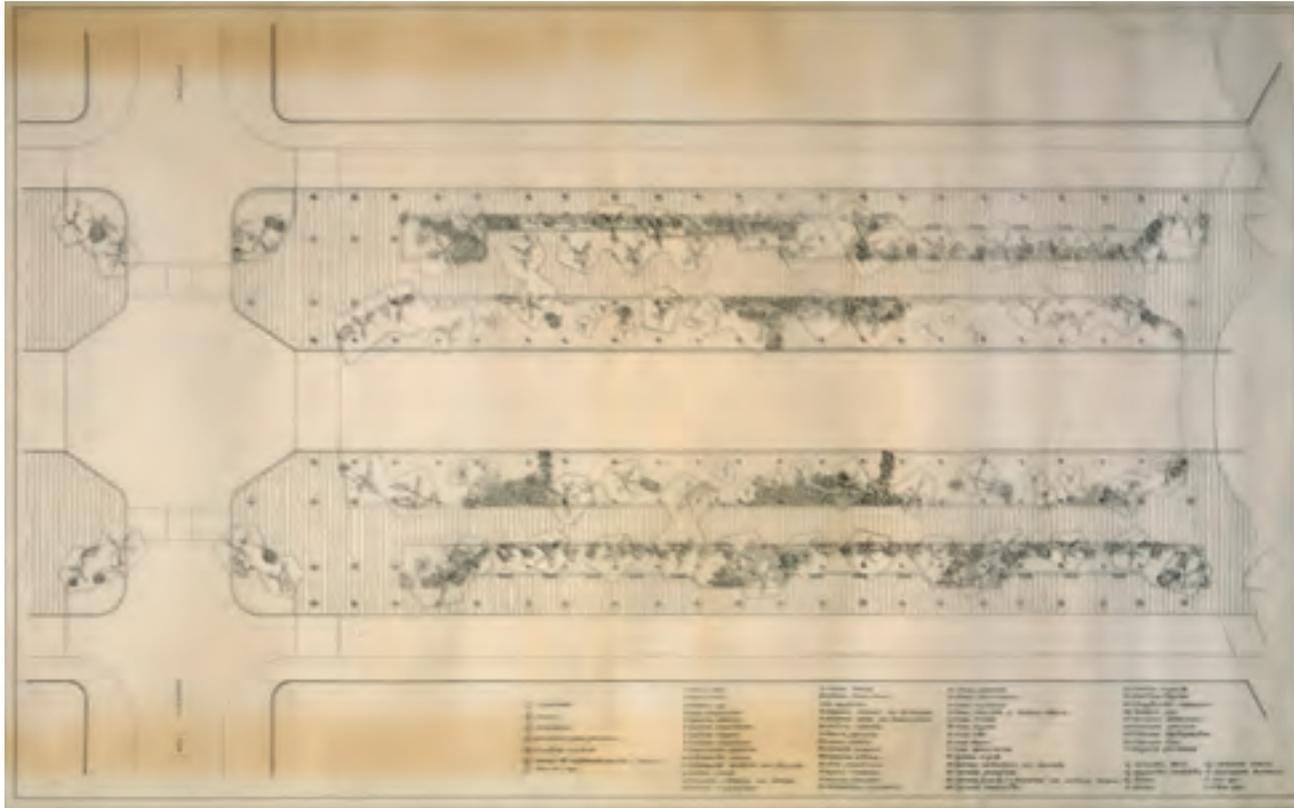
88. *Remodelação da Avenida da Liberdade. Projecto de arborização e ajardinamento. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1955.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.118

89. *Remodelação da Av. da Liberdade. Troço Rotunda – Alexandre Herculano. Perfil por AB.* Ribeiro Telles, 1956.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.031





90. Remodelação da Av. da Liberdade. Projecto de arborização e ajardinamento (Plano de plantação entre a Rua Alexandre Herculano e a Rotunda). 1.ª Fase. Ribeiro Telles, 1955.
AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.117

seu lugar. A avenida tinha perdido o seu cariz elegante para adquirir um outro de comércio e serviços.

Outro contributo inovador deste projeto, relativamente ao anterior, foi a realização de uma análise das divergências funcionais serviços/recreio/trânsito automóvel, existentes na avenida, e em que medida este poderia responder às necessidades da separação física destas diferentes tipologias de uso. Para o efeito propuseram, para cada um dos lados da avenida, a criação de duas faixas ajardinadas unidas por um espaçoso passeio central, separadas dos edifícios por uma rua de trânsito

local, justificando, a respeito da vegetação destas faixas: «[...] separará esta zona dos prédios e dará mais calma e intimidade, criando assim uma certa divisão entre aqueles que gozam sossegadamente o fresco nas esplanadas ou passeiam à sombra, e os que andam ocupados na sua vida e utilizam os passeios junto às casas.»⁹¹

Os passeios ficavam situados numa zona central, enquadrada por duas faixas verdes (Fig. 90) com vista à resolução do condicionalismo que representava a proximidade às artérias laterais e o seu rebuliço, resultante de uma intensa atividade



comercial e de serviços, num intuito de valorização do peão. Verifica-se uma simplicidade no desenho, embora com empenho no pormenor.

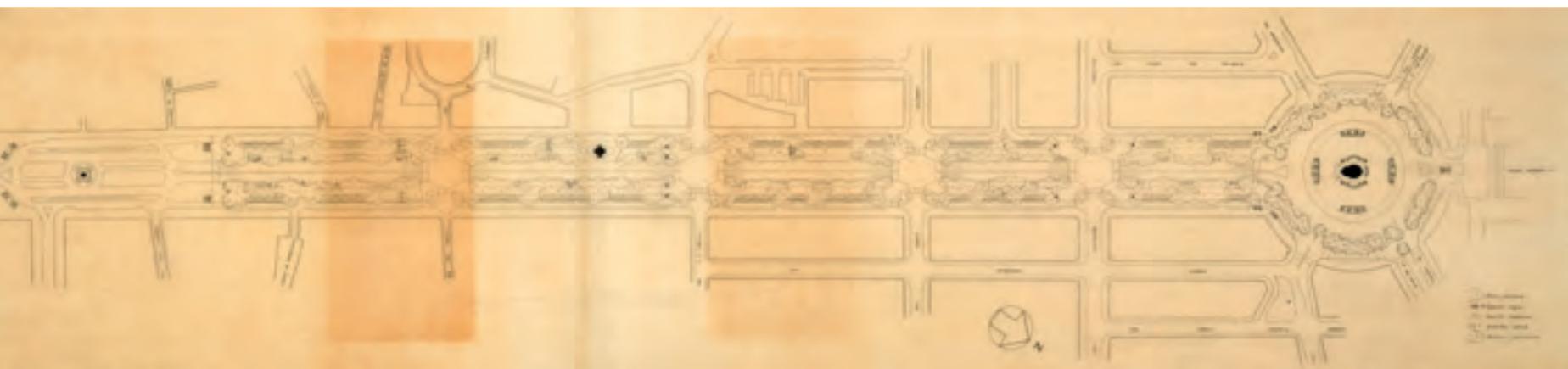
Como o movimento dos passeios laterais não tinha qualquer relação com as placas centrais, as faixas verdes destas placas isolavam-nas destes passeios, funcionando como uma espécie de biombo vivo. Estas faixas eram, sim, voltadas para o centro da avenida, a perspetiva onde ocorriam as grandes paradas militares e restantes manifestações cívicas. Redefiniu-se então a largura dos passeios, placas e faixas centrais de trânsito automóvel (Fig. 91).

O ajardinamento da avenida foi condicionado por fatores resultantes do projeto geral para esta artéria, tais como as cotas de fecho das abóbadas do metropolitano, das placas das suas estações, dos túneis de acesso, dos túneis de acesso às estações e atravessamentos subterrâneos, e ainda uma gare de autocarros para a Praça dos Restauradores, que justificaram também a localização dos passeios numa zona mais central das faixas verdes, com vista à minimização das dificuldades daí

resultantes⁹². Era também necessária a criação de estacionamento «[...] em espinha que se estende ao longo das placas centrais em troços descontínuos a fim de permitir o estacionamento mais conveniente da arborização e o atravessamento dos peões.»⁹³

Relativamente à vegetação, esta foi selecionada em função da sua forma e permanência ou não das suas folhas, e não do seu valor estritamente ornamental numa tentativa de «[...] enquadrar a perspetiva central com árvores de copa mais estreita, e reservar as árvores de copa larga para dominar nas faixas laterais. Assim numa visão próxima alarga-se o âmbito da faixa central, ao mesmo tempo que numa visão afastada se marca melhor e com mais amplitude a perspetiva ao longo da Avenida.»⁹⁴ (Fig. 92).

Foram selecionadas espécies arbóreas de folha caduca, não só por se tratar de um vale mas também por serem mais resistentes à poluição e permitirem o gozo do sol durante o período do inverno. Com respeito aos arbustos, foram escolhidos preferencialmente de folha perene, de maneira em que em conjunto com as plantas herbáceas assegurassem



91. Remodelação da Av. da Liberdade. Projecto de arborização e ajardinamento. Praça Marquês de Pombal. Ribeiro Telles, 1955.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.119



92. *Remodelação da Av. da Liberdade. Projecto de arborização e ajardinamento. Perspectiva parcial. Ribeiro Telles, 1955.*

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.120

uma floração quase permanente durante o ano. Quanto às plantas herbáceas escolheu espécies vivazes, justificando que as mesmas, «assegurando um mínimo de trabalho de manutenção e um revestimento permanente do terreno, darão as manchas de cor e a beleza das suas flores indispensáveis num ajardinamento urbano. Os relvados ocuparão o resto do terreno dando-nos o fundo ideal para as flores e arbustos, a frescura de verão e a defesa mais eficaz das poeiras.»⁹⁵

Foi constatado o mau estado das árvores, referindo uma condução deficiente, o seu reduzido vigor e a presença de um número elevado de feridas nos

troncos, justificando: «A própria susceptibilidade às doenças provém do enfraquecimento vegetativo das árvores. Outros cortes foram motivados por necessidades de trânsito como por exemplo os eléctricos e os autocarros de dois andares.»⁹⁶

Para uma regeneração do arvoredo, adotou-se como estratégia: «Todas as árvores existentes, com possibilidades de sobrevivência serão conservadas e integradas na nova plantação e é de esperar, que algumas pelo menos, consigam vencer a crise actual. De qualquer forma dentro de dez anos terão sido suplantadas em desenvolvimento pelas novas árvores e portanto, mesmo que nessa altura

viesses a morrer, nunca nos apareceria o aspeto desolador da Avenida toda despida do seu antigo arvoredado, e só plantada com árvores jovens embora promissoras plantas.»⁹⁷

Relativamente às zonas de estadia, estas apresentavam muretes em lioz de cor rosa⁹⁸ que acumulavam simultaneamente a função de bancos ou bancos com costas inseridos nas próprias faixas ajardinadas. Junto a estas zonas situavam-se, além de bebedouros, «uma série de grupos escultóricos de pedra, bronze, faiança ou barro, com motivos adequados»⁹⁹ colocados numa composição subordinada «ao arranjo local e não ao conjunto da Avenida.»¹⁰⁰ Relativamente a estes elementos escultóricos foi sugerida a sua encomenda aos escultores Numídico Bessone (1913-1985), Joaquim Martins Correia (1910-1999) e Salvador Barata Feyo (1899-1990)¹⁰¹.

Posteriormente, em março de 1958, ainda se abriu um concurso para o fornecimento de 21 600 plantas herbáceas para plantar na Avenida da Liberdade e Praça Marquês de Pombal, não tendo sido recebida qualquer proposta para este concurso¹⁰², pensa-se que pelo elevado número de espécies e indivíduos dentro de cada uma das espécies, embora na sua maioria autóctones¹⁰³. Existia uma enorme predominância de espécies perenes sobre as plantas anuais. É de salientar uma grande quantidade de variedades da espécie *Iris germanica*.

Em outubro de 1958 ainda não tinham terminado os trabalhos de preparação e enchimento de terras nas placas da avenida do troço Alexandre Herculano-Marquês de Pombal, nem se tinham iniciado as plantações nesta praça¹⁰⁴. Passado um ano, Ribeiro Telles constatou, em relatório destinado a um estudo comparativo com a situação existente em outubro de 1955, o mau estado fitossanitário das árvores situadas em zonas ainda não remodeladas da avenida, como as placas do lado

nascente, referindo a morte de algumas destas, ao invés do que sucedia nas faixas ajardinadas do lado poente que exibia um bom desenvolvimento vegetativo¹⁰⁵. Conclui-se da análise deste documento que, na avenida, apenas o lado poente tinha sido remodelado, apresentando estas árvores uma elevada taxa de crescimento, troncos são e abundância foliar ao invés do que se passava do lado nascente, ainda não intervencionado¹⁰⁶.

Este projeto aplicou, como linhas gerais, conceitos inovadores na sua época que não foram entendidos por parte do público. Desde outubro de 1955 que se verificaram reações negativas ao projeto. Já nessa data, a pedido do presidente da CML, José Pulido Garcia submeteu à apreciação do diretor da DSTE os argumentos que a RAJ pretendia utilizar em resposta a afirmações realizadas na exposição apresentada pela Junta Diretiva do Grupo «Amigos de Lisboa», tais como: «a conservação da Avenida da Liberdade tal como é e a fizeram as gerações anteriores.»¹⁰⁷

A opinião pública começou a ouvir-se através dos jornais. Se bem que em alguns destes se tivessem defendido os fundamentos do projeto, outros atacavam-nos ferozmente. Num artigo publicado no *Diário Popular* do dia 23 de março de 1957, é feita uma crítica severa ao novo aspeto da avenida, afirmando-se: «A beleza da Avenida estava em grande parte nas suas proporções, na largueza e desenho dos empedrados, na disposição geométrica das árvores. Nada disso se mantém. A Avenida fica às avessas, virou uma avenida ao contrário. Dos lados das placas há zonas verdes desiguais e rua ao meio ensaibrada [...]»¹⁰⁸ Em seguida compara o lado ocidental da avenida, onde o novo projeto já tinha sido construído, com o lado oriental, que se mantinha ainda inalterado afirmando: «Do lado nascente, apesar da vegetação descuidada e não valorizada em condições, de uma ou outra estreita rua que poderia suprimir-se em proveito

dos canteiros, o aspeto é bem diverso: – há incontestavelmente uma avenida, de traça regular, desafogada, cheia de claridade, visibilidade e grandeza, cuja conceção não tem paralelo com aquela outra, por muito superior.»¹⁰⁹ Em relação ao lado ocidental aborda ainda a falta dos desenhos em mosaico do pavimento e a inaptidão para a realização de desfiles públicos pela proximidade do canteiro interno à faixa de rodagem.

Também dentro da própria CML surgiram vozes discordantes, como a do vereador Francisco Ribeiro Ferreira, a 12 de março de 1958, que contestou o projeto relativamente ao trânsito, no que diz respeito à largura das faixas de rodagem centrais da avenida, com base no volume de veículos que entrava na mesma, no diâmetro da placa central da Praça Marquês de Pombal e das suas placas de triagem, ao perfil transversal da avenida, ao estacionamento e ainda em questões de caráter estético, tentando adjetivá-la como possuidora de um «aspecto demasiadamente informal», já que ambicionava ver aqui «ajardinamentos formais geométricos e definidos [...]»¹¹⁰ considerando a sua tipologia indicada para parque ou jardins dos bairros modernos de então.

Alguns arquitetos engrossavam o coro de protestos escrevendo em revistas da especialidade, como a revista *Arquitetura* onde, em outubro de 1957, Carlos Duarte comenta o projeto. Este assume, porém, uma posição diferente de muitas outras ao afirmar: «[...] desejamos esclarecer que – ao contrário de muitos críticos do projeto – cremos que hoje não seria aceitável, mesmo se possível, refazer integralmente o que existia antes das obras. Uma cidade não é um museu.»¹¹¹

A execução do projeto prolongou-se no tempo e, em março de 1959 o presidente da CML, solicitou, a Caldeira Cabral¹¹² e Ribeiro Telles¹¹³ que elaborassem, cada um deles, um parecer a justificar a necessidade da existência de um pavimento em

mosaico de vidraço na Avenida da Liberdade. No seu parecer, Caldeira Cabral expressou uma valorização deste artesanato criativo e empenho no pormenor ao afirmar: «Ao estudar o projecto do novo arranjo da Avenida da Liberdade pensaram os autores desde o início que o pavimento de mosaico de vidraço se deveria manter. Assim se afirmou concretamente na memória do projecto a intenção de os manter, embora logo se dissesse da necessidade de estudar com o maior cuidado os novos vidraços. De facto a nova geração do arranjo da Avenida, de acordo com as novas características de utilização e com a expressão actual, exigiam também para os mosaicos uma expressão diferente, embora dentro dos moldes e motivos tradicionais.»¹¹⁴ Referiu de seguida que partiu do presidente da Câmara a sugestão de «[...] elevar o nível artístico do mosaico lisboeta passando de simples manifestação artesanal a um nível de verdadeira obra de arte conduziu à solução que se preconiza e que foi possível pela circunstância invulgar de se encontrar um verdadeiro artista, que é também um artifice e que assim se pôde realizar. A solução não só se distingue pelo desenho como também pelo emprego de materiais de expressão variada. Vamos atrás assim, dentro da melhor tradição portuguesa e lisboeta, ao encontro de uma tendência manifestada em toda a parte – lembro apenas – Estocolmo, Colónia, Estados Unidos e Brasil.»¹¹⁵

Porém a polémica mantinha-se e, em fevereiro de 1960 outro jornal, num artigo intitulado «O Problema da Avenida», assinado simplesmente por G. de A.M., comentando as obras da avenida testemunhava o movimento de opinião que se produziu no sentido de retroceder ao estado inicial desta artéria, demonstrando o poder da imprensa na manipulação da opinião pública. Nesse mesmo artigo o seu autor anuncia que França Borges, o novo presidente da CML em funções desde o ano anterior, tinha ordenado a destruição do projeto de

Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral a reposição da situação anterior¹¹⁶.

Também o arquiteto Jorge Segurado se expressou em carta dirigida ao próprio França Borges pela sua atitude afirmando: «[...] pouco tempo após ocupar o cargo da direcção e administração desta cidade de Lisboa, teve a coragem e firme decisão de repor e muito bem, a sua primeira artéria na traça e fisionomia primitivas, que num desvario infeliz tinham sido alteradas.»¹¹⁷

França Borges pretendeu que fosse Ribeiro Telles, coautor do projeto e técnico da CML, a repor a situação inicial da avenida. Este recusou esta tarefa, o que levou a um desentendimento com o presidente, e consequentemente à sua demissão desta instituição.¹¹⁸

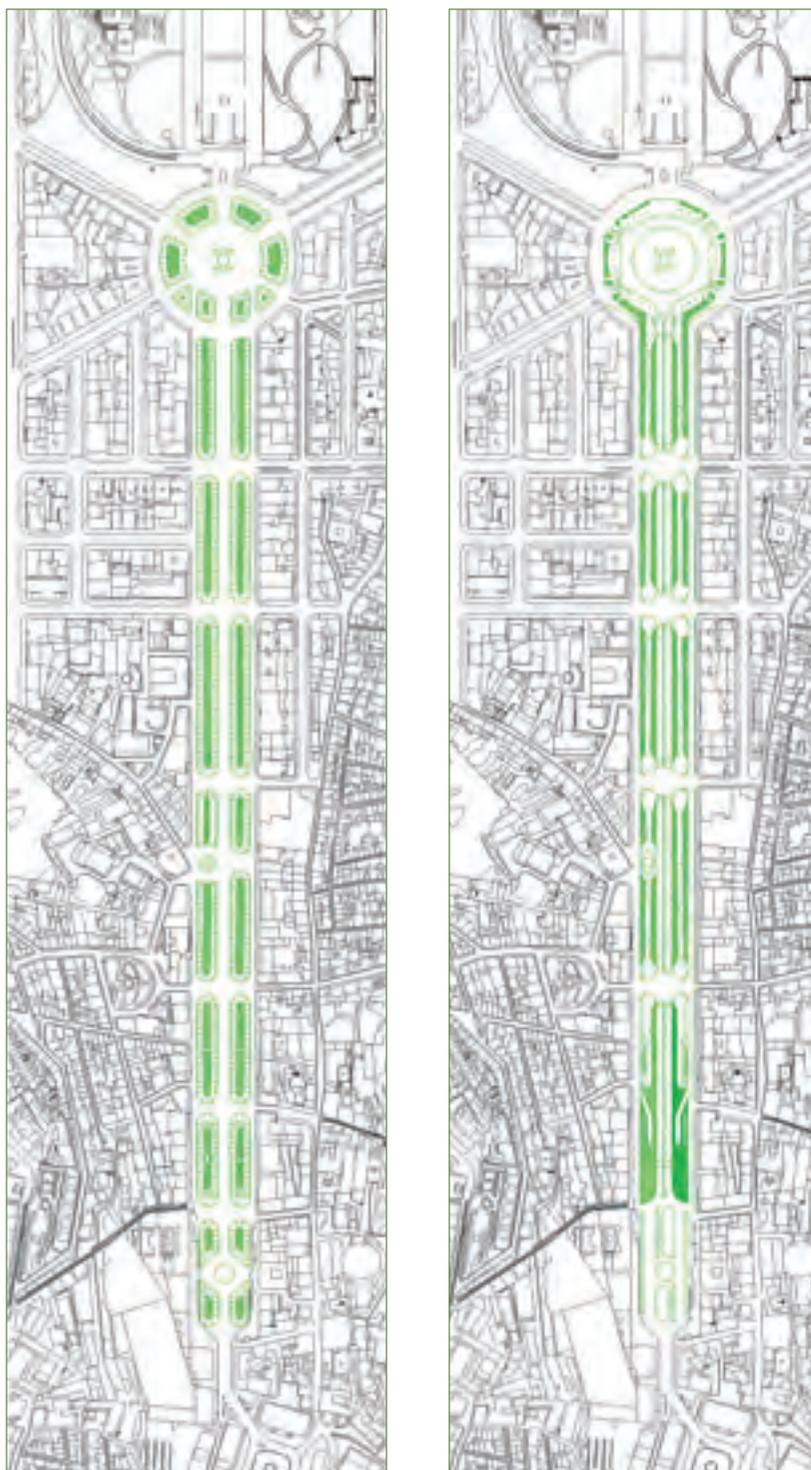
Após a saída de funções de França Borges, Caldeira Cabral escreveu uma carta ao novo presidente da câmara e seu amigo, o engenheiro agrônomo Fernando Santos e Castro¹¹⁹, num desabafo em que assumiu ter sido um dos períodos mais penosos da sua vida profissional, ver destruir a sua obra que «[...] ia crescendo e se ia afirmando, inteiramente de acordo com o que nós os autores tínhamos sonhado, e também com aquilo que o público, não prevenido pela campanha jornalística, afinal desejava. O último resto de todo esse sonho era a Rotunda. Aí as árvores que tinham deixado atingiam agora já o seu pleno desenvolvimento.»¹²⁰

O projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral para a Avenida da Liberdade interferia de forma bastante radical na imagem «instalada» da avenida. Ressano Garcia, ao projetar a avenida, preocupou-se principalmente em obter uma via de expansão da cidade, assegurando simultaneamente o recreio que os seus utentes tinham perdido com a demolição do Passeio Público, construindo uma série de estruturas construídas para o efeito como um coreto, esplanadas, quiosques, lagos e riachos sob pontes, etc. «[...] para que tudo concorra para o

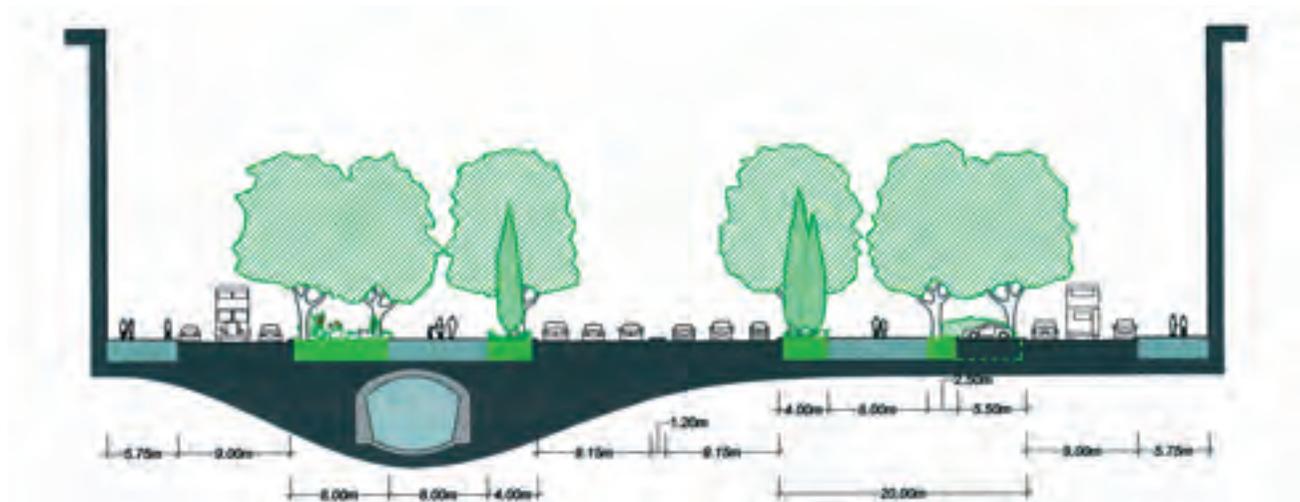
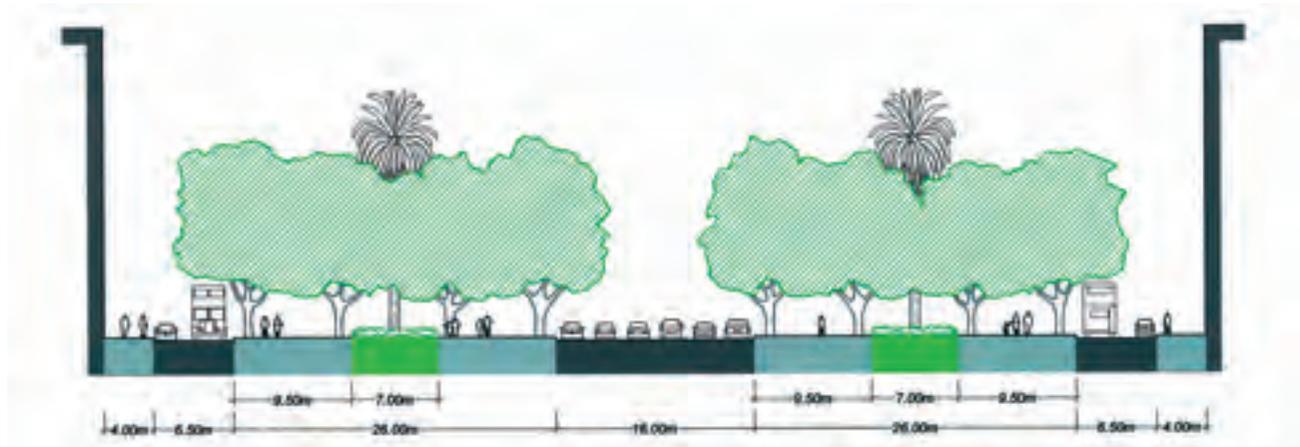
aspecto grandioso que uma obra tão majestosa»¹²¹ não sendo, na época, o trânsito um fator limitante para o mesmo.

Este projeto (Fig. 93) destinou-se a resolver duas situações distintas. Por um lado, a avenida tinha-se tornado num local de concentração de atividades comerciais, profissões liberais e recreio. Por outro lado, a presença de um número tão elevado de pessoas levava à necessidade da criação de espaços pedonais suficientemente amplos e de espaço de circulação de transportes. O projeto envolveu uma mudança radical da avenida, quer no campo estritamente formal quer na filosofia da conceção de espaços exteriores. Fisicamente, em termos de perfil transversal da avenida, ocorreram várias mudanças: uma ampliação dos passeios laterais que passaram de 4 para 5,75 metros, uma ampliação das faixas de rodagem laterais que passaram de 6,5 para 9 metros, uma redução das placas arborizadas que passaram de 26 metros para apenas 20, sendo os dois passeios periféricos dessas placas substituídos por uma alameda central e finalmente uma ampliação da faixa de rodagem central de 16 para 19,5 metros sendo no seu centro criada uma faixa em cantaria. Os topos das placas passaram a ser recortados tangencialmente com vista a facilitar a mudança de direção dos veículos. Passaram também a existir lugares de estacionamento em espinha dos lados exteriores destas placas (Fig. 94)¹²².

Um aumento da distância entre os dois renques de árvores centrais tinha como consequência uma ampliação da perspectiva central, valorizando-a (Figs. 95 e 96). Esta valorização foi ainda acentuada pelo facto de se plantarem árvores de copa mais larga nas faixas laterais e de se reservarem para as faixas centrais árvores de copa mais estreita (Fig. 97), sendo a forma da vegetação mais importante que a cor. A cor, ao contrário do que sucedia no «boulevard» que veio substituir, não se sobrepuja aos restantes fatores.



93. Estudo comparativo da Avenida da Liberdade.
À esquerda: solução Ressano Garcia.
À direita: solução Ribeiro Telles, Caldeira Cabral.
TBC, 2014



94. Comparação entre dois perfis transversais-tipo da Avenida de duas propostas diferentes, o projeto de Ressano Garcia (1884) (em cima) e o projeto de Caldeira Cabral e Ribeiro Telles (1956) (em baixo).

Francisco Cabral de Moncada, 2014



95. Ribeiro Telles na Avenida da Liberdade, nos finais da década de 1950.
AISA

Na faixa exterior foi dada preferência a vegetação mais densa e elevada, incluindo um estrato arbustivo (Fig. 98) valorizando as árvores quer enquanto entidades botânicas quer esculturais. Ao contrário do que a crítica afirmava, a vegetação foi colocada muito criteriosamente. Foram também plantados canteiros de herbáceas nas faixas exteriores, com grande predominância de plantas perenes (Fig. 99). Estes *mixed-borders*, que acusavam uma informalidade floral, enquadravam os bancos de jardim (Fig. 100) contrariamente ao que sucedia no projeto anterior, onde os bancos estavam localizados sobre o pavimento.

Esta mudança do passeio pedonal para o espaço interior, entre as duas faixas ajardinadas, possibilitava uma ambicionada separação trânsito/comércio/recreio, favorecendo largamente o peão (Fig. 98) que, deste modo, podia passear abstraindo-se do movimento junto aos edifícios, ocupados maioritariamente por comércio e serviços. Foram,

no entanto, asseguradas passagens que possibilitavam ao público aceder ou deixar este passeio central, em direção aos edifícios ou ao estacionamento, junto ao limite da faixa exterior (Fig. 101).

As faixas ajardinadas centrais mantiveram-se quase isentas de vegetação arbustiva (Fig. 102), com vista à manutenção do contacto visual, durante os desfiles ou paradas dos quais a faixa de rodagem central da avenida era e é ainda palco. Os topos das placas ficaram isentos de qualquer vegetação com vista a facilitar a visibilidade dos automobilistas que atravessavam a avenida ou nesta mudavam de direção (Fig. 103).

A remodelação do perfil transversal levou à acentuação de desníveis, resolvidos através de muretes que acumulavam a função de bancos (Fig. 104). Estes muretes revelaram-se estruturantes da composição. Nos caminhos, os desníveis eram resolvidos por degraus. Em recantos e por vezes enquadrados por estes degraus foram implantados elementos escultóricos (Fig. 105) que, em lugar de estarem orientados para sul em função da composição da avenida e sobrelevados por maciços de pedra que constituíam cascatas, como sucedia no projeto de Ressano Garcia (Figs. 106 e 107), estavam sim enquadrados em relação ao local que os



96. Caldeira Cabral na Avenida da Liberdade, nos finais da década de 1950.
AISA



97. As faixas centrais apresentavam sobretudo árvores de copa mais estreita possibilitando uma perspetiva mais alargada, s.d.
AISA



98. Cortina de arbustos em separando o passeio central de rua lateral da Avenida, s.d.
AISA



99. *Mixed-border* numa placa exterior da Avenida, s.d.
AISA



100. Bancos de jardim integrados na placa ajardinada exterior, s.d.
AISA



101. Passagem entre o passeio central e as ruas laterais, s.d.
AISA



102. Troncos limpos das árvores situadas junto à, ou na faixa ajardinada central. São também visíveis as árvores remanescentes do projeto de Ressano Garcia, s.d.
AISA



103. Topo de uma placa, s.d.
AISA



104. Os muretes de sustentação de terra como estruturas da composição assumindo a função de bancos, s.d.
AISA



105. Definição de planos horizontais e enquadramento de elemento escultórico, s.d.
AISA



106. Perspetiva onde é evidente a coexistência dos dois projetos de jardins da avenida. Do lado esquerdo o projeto de Ressano Garcia, à direita o projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral, s.d.
FCG BA – Col. Estúdio Mário Novais. CFT003.000142



107. Restauradores. Obras do metro. No troço poente da avenida avista-se a concretização do projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral. No troço nascente prevalece o projeto de Ressano Garcia, s.d. AML – Col. Joshua Benoiel. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004855



108. Fotografia aérea da Avenida da Liberdade, 1938-1948. Fotografia aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército



109. Fotografia aérea da Avenida da Liberdade. É visível a concretização do projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral no lado poente ao longo de toda a Avenida e do lado nascente, apenas entre a Rotunda do Marquês de Pombal e a Avenida Alexandre Herculano, 1958.
Fotografia aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército

integrava, numa rejeição assumida pela composição axial e simétrica, e negação de um estilo histórico (Figs. 108 e 109).

O facto de este projeto não ter subsistido no tempo impede-nos de construir uma argumentação fundamentada face às razões apresentadas para a sua destruição. Sabemos sim que já existiam movimentações de interesses relativos ao prolongamento da avenida. Não podemos afirmar que este facto não tenha suscitado conflitos de interesses em relação a uma avenida intensamente vivida pelos peões. O projeto da Avenida da Liberdade constituiu um momento de desgaste e mesmo rutura de relações profissionais. O acesso à documentação é dificultado pela dispersão ou

desaparecimento de documentos, o que impossibilitou a reconstituição exaustiva dos factos. Esta proposta, de conceção modernista, era muito ousada para o seu tempo. A intervenção em zonas históricas presta-se – ontem como hoje – à mobilização dos cidadãos e a diversas e intensas manifestações emocionais. Os arquitetos paisagistas, sensivelmente dez anos depois de afirmação profissional na CML e no espaço público de Lisboa, eram ainda em número muito reduzido. Para Caldeira Cabral ou qualquer um dos seus discípulos, nada terá voltado a ser como antes, depois do projeto da Avenida da Liberdade. Nessa altura, porém, já Caldeira Cabral granjeara vasta reputação internacional e outros horizontes se abriram.

PARQUE DO VALE DO SILÊNCIO

Desde muito cedo que o Parque do Vale do Silêncio está previsto no planeamento da zona oriental de Lisboa, mas nem sempre com a mesma área. A primeira referência ao Parque do Vale do Silêncio surge em 1955, no primeiro *Plano de Urbanização dos Olivais. Estudo-Base* coordenado por Guimarães Lobato, no qual colaborou Ribeiro Telles. A zona adjacente à Avenida de Berlim, atualmente ocupada pelo parque, era destinada a uma área verde, arborizada ao longo dos seus limites, envolvendo uma enorme clareira. Esta área era, no



110. Olivais Sul. Parque Poente. Estudo de arranjo. Planta de localização. S.a, 1966.
AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.174



111. Plano de urbanização de Olivais-Sul. Plano geral de equipamento. José Santana, s.d.
AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.154

entanto, bastante inferior à realmente destinada mais tarde ao parque. Neste estudo pode ler-se: «Na célula F reservou-se uma área ruralizada de cerca de 5,2 hectares que serve para melhor isolamento da zona industrial devidamente arborizada e utilizável em pequena cultura agrícola. Igual utilização terá uma pequena área da célula C junto ao Arruamento Entre Aeroportos», sendo que a zona industrial ocupava a célula N¹²³ (Figs. 110 e 111).

Como se pode verificar, uma das maiores preocupações era o isolamento relativamente aos fumos, odores e ruído resultantes da atividade industrial¹²⁴. Outra das preocupações era contribuir para o restabelecimento do contacto dos moradores com uma natureza rural. Ribeiro Telles, responsável pelo capítulo sobre espaços verdes, assumiu simultaneamente uma atitude pedagógica ao afirmar relativamente a este assunto: «Como é evidente, estas áreas ruralizadas podem separar zonas urbanas de zonas fabris e com a sua compartimentação, proteger dos ventos os blocos habitacionais.»¹²⁵ Os maciços arbóreos, destinados a ocultar durante todo o ano a zona industrial bem como o cemitério, deveriam ser constituídos por espécies perenifólias¹²⁶. A propósito da ligação que pretendeu estabelecer entre os moradores citadinos e as realidades mais rurais acrescentou: «[...] o que, como já se salientou, sob o aspeto cultural, educativo e humano é de grande valor.»¹²⁷

Neste estudo-base, como já se referiu no capítulo anterior, prevaleceu também a ideia de o espaço verde funcionar como um logradouro coletivo da população¹²⁸. Para este parque, como para os outros espaços verdes com clareiras, previa-se um revestimento com prado natural, com vista a uma economia de recursos humanos aplicados na sua manutenção¹²⁹. A plantação de sebes e cortinas arbóreas é preconizada de forma perpendicular à direção do vento norte, dominante no local durante todo o ano, amenizando o clima. Insiste

na conservação das oliveiras centenárias pré-existentes no local ou, caso isso não seja de todo possível, o seu transplante¹³⁰.

Este estudo, relativamente aos Olivais Sul, sofreu um reajustamento em julho de 1959. Foi então elaborado o novo *Plano dos Olivais Sul*, da autoria dos arquitetos José Rafael Botelho e Carlos Duarte¹³¹, embora utilizando parte da rede viária do projeto anterior, entretanto já executada. Pela primeira vez pôde ver-se definido o Parque do Vale do Silêncio, situado ao longo do limite poente e parte do limite norte da célula C, facilmente acessível por todos os habitantes da metade poente do bairro, apresentando a implantação atual, com uma planta em forma de L invertido. Na época era possível usufruir, em vários pontos, de uma vista privilegiada sobre o rio Tejo e a Margem Sul. Com cerca de 9,78 hectares, este parque desenvolve-se ao longo de um vale secundário e suas encostas¹³².

Invocou-se a ideia da utilização do parque como zona-tampão relativamente aos incómodos que a proximidade de uma zona industrial causava, assim como a sua função de apoio às escolas primárias situadas na sua orla, possibilitando aulas ao ar livre e o recreio das crianças¹³³.

Sobre a equipa que realizava os projetos podemos ler no boletim do GTH: «A extensão das tarefas que o Gabinete Técnico da Habitação tem a cargo exigem a colaboração de um apreciável número de técnicos. Atualmente, distribuídos pelos diversos sectores de atividade, em funcionamento, trabalham 19 arquitetos e 33 engenheiros, incluindo os 5 arquitectos e 16 engenheiros que fazem parte do quadro permanente do pessoal. O número de desenhadores e funcionários subalternos acha-se em proporção com estes quantitativos. O constante incremento quer das obras em execução, quer dos estudos de apoio ou de projeto têm demonstrado ficar o actual contingente ainda aquém das futuras necessidades.»¹³⁴



112. Olivais Sul. Parque Poente. Estudo de arranjo. Terraplanagens, localização de perfis, s.a., 1966.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.172

113. Célula C. Zona do parque, levantamento, s.a., 1967.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.153

114. Célula C. Zona do parque. Plano de zonamento da plantação, s.a., 1967.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.151



Em março de 1965 começou a perceber-se a necessidade da formação de uma equipa dedicada apenas ao problema do arranjo dos espaços verdes¹³⁵. Existem muitos estudos e projetos não assinados, não sendo possível afirmar se foram de facto realizados por arquitetos paisagistas. O estudo que se apresenta de seguida é um destes casos.

Em 1966 e 1967, foram elaboradas peças desenhadas para o parque (Figs. 112, 113 e 114). Na Fig. 112 pode ver-se uma linha de água delineada que termina num grande lago.

No âmbito da construção, em 1967, foram preparados no parque 70 000 m² de terreno, incluindo estrumações e as movimentações necessárias à modelação do terreno¹³⁶.

Em janeiro de 1968 Sousa da Câmara elaborou um plano de plantação detalhado com os respetivos cortes (Fig. 115). Este plano apresenta a linha de água herdada do programa do plano de 1961, mas não contempla o lago. Selecionou no seu projeto espécies vegetais autóctones, posicionadas

segundo na sua aptidão ecológica, tendo em conta a topografia do terreno e a exposição solar das encostas. Plantou perenifólias de sistemas secos, como o pinheiro manso (*Pinus pinea*), ao longo da linha de cumeada, e caducifólias, de sistemas húmidos como o choupo negro (*Populus nigra* var.



115. *Célula C. Zona do parque. Plano de plantação.*
Sousa da Câmara, 1968.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.152

116. Fotografia aérea do Parque do Vale do Silêncio, praticamente sem vegetação, 1968.
Fotografia aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército

italica) na margem, acompanhando a linha de água. A meia encosta plantou um conjunto de espécies misto, constituído por espécies arbóreas caducifólias como o choupo branco (*Populus alba*), o choupo cinzento (*Populus canescens*), o ulmeiro-das-folhas-lisas (*Ulmus campestris*), o lodão-bastardo (*Celtis australis*) e o freixo (*Fraxinus angustifolia*). Selecionou igualmente, para meia encosta, mata predominantemente perenifolia constituída por Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) e a olaia (*Cercis siliquastrum*). Também os arbustos escolhidos eram de espécies autóctones.

Os moradores, em 1968, insurgiram-se enviando uma carta ao presidente da CML, pois haviam passado já cinco anos sobre a data em que bairro começara a ser habitado e o parque ainda não estava concluído¹³⁷. De facto, as plantações realizadas na zona ponte eram ainda escassas (Fig. 116).





117. Vale do Silêncio, 2014.
TBC

Em 1969, no âmbito da construção do parque, houve lugar a plantação de árvores e arbustos e a abertura de caminhos¹³⁸. A partir de 1971, o ritmo de construção de zonas verdes nos Olivais abrandou muito consideravelmente¹³⁹. Relativamente ao parque realizaram-se as plantações de árvores, arbustos e herbáceas vivazes, colocação de bancos de jardim e apetrechamento das zonas de estadia do parque. Em 1972 foram concluídos os campos de jogos¹⁴⁰.

O nome «Vale do Silêncio» é justificado num testemunho da arquiteta paisagista Cristina Castel-Branco: «Lembro-me que Sousa da Câmara explicava como se protegera o silêncio do vale através de taludes recobertos de vegetação densa que funcionavam como barreiras ao ruído do tráfego da cidade.» E acrescenta: «[...] este projeto fora no seu princípio de carreira, aquele em havia investido todos os ensinamentos do seu mestre Caldeira Cabral. Até as preocupações sociais se inscreviam claras nas soluções do parque, e iam servindo para ilustrar as aulas de projeto; os caminhos construídos com materiais e dimensões capazes de responder às exigências de um espaço para ser usado intensamente, para nele se passearem e se cruzarem os residentes do bairro que seguia as orientações das New Towns de Inglaterra.»¹⁴¹

A localização e topografia do local determinam as soluções projetuais do Parque do Vale do Silêncio (Fig. 117). Situado num vale aberto, de declive suave, é orientado maioritariamente a norte, inflitando depois para nascente. Embora não tenha sido concretizado o ribeiro previsto no projeto inicial de Sousa da Câmara, a leitura do espaço é perfeitamente intuitiva e portanto clara, transmitindo uma sensação de serenidade.

A nascente, ao longo de uma faixa de cota mais alta, encontramos plantados pinheiros mansos (*Pinus pinea*), formando uma mata perenifólia, que a meia encosta é continuada por uma mata caducifólia constituída por várias espécies, a linha de água está materializada no terreno através de um alinhamento de choupos negros (*Populus nigra*) que, em parte do seu troço, acompanha um caminho, a que se segue na várzea um vasto prado de sequeiro. Esta encosta permite-nos realizar uma leitura dos ciclos da vida vegetal ao longo do ano a zona de cota mais elevada do parque, no extremo sul, é ocupada por uma mancha de mata perenifólia com predominância de carvalhos. Descendo desta até à meia encosta, envolve também o parque na sua vertente poente em quase toda a sua extensão. Cria uma série de ambientes, desde os mais contemplativos em locais mais recônditos, aos espaços de enquadramento de um campo desportivo, alberga um parque de merendas e a poente isola ainda o parque de uma avenida limítrofe muito movimentada O extenso prado constitui em si um enorme campo de jogos.

A rede de caminhos é muito clara e eficaz. Sugere um caminho longo e confortável pela sua pendente suave e largura estabelecendo, no entanto, várias ligações com o exterior. O enorme prado permite uma ampla perspetiva do local, sendo evidente que o desenho do espaço suplanta em absoluto o desenho da forma. O parque é bastante frequentado, constituindo de facto aquilo para que foi projetado – um enorme logradouro comum destinado à vivência os habitantes dos Olivais que nele podem sentir os benefícios físicos e psicológicos de um contacto íntimo com a natureza, numa comemoração da sua beleza intrínseca, tudo isto de acordo com as necessidades e hábitos da vida moderna.

JARDIM DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

A Fundação Calouste Gulbenkian resultou da concretização da vontade de Calouste Sarkis Gulbenkian (1869-1955) que, a 18 de junho de 1953, previu no seu testamento que «[...] criava uma fundação portuguesa, com sede em Lisboa, com fins caritativos, artísticos, educacionais e científicos e instituía-a herdeira do remanescente da sua fortuna, em que figuravam todas as suas coleções de arte fosse qual fosse o lugar em que, à morte do testador, se encontrassem.»¹⁴² Calouste Gulbenkian faleceu a 20 de julho de 1955 e, um ano mais tarde, foram aprovados os estatutos da Fundação, pelo que se iniciou a procura de um local para a concretização deste projeto. José Azeredo Perdigão (1896-1993), advogado de Calouste Gulbenkian, primeiro funcionário da mesma e presidente vitalício da administração desde 1955¹⁴³, tendo contactado com Guimarães Lobato, diretor dos Serviços de Urbanização da CML, a fim de se informar acerca do previsto para a cidade no *Plano Director de Urbanização de Lisboa*, foi cativado pela sua capacidade de liderança e conhecimento profundo desta cidade, tendo-o contratado para, a seu lado, concretizar da vontade de Calouste Gulbenkian: o projeto de construção da sede e museu da fundação com o seu nome¹⁴⁴. Guimarães Lobato foi contratado na qualidade de engenheiro consultor e, em 1960, como diretor do Serviço de Projetos e Obras¹⁴⁵.

Guimarães Lobato começou o seu trabalho pela seleção de um espaço adequado à instalação da Fundação. De entre cinco possíveis localizações foi escolhido o Parque de Santa Gertrudes, com um total de cerca de 70 000 m², que passou a ser conhecido como Parque de Palhavã (Fig. 118)¹⁴⁶. Entre 1943 e 1956 o parque, durante os meses de verão, funcionou como Feira Popular, sendo vendida uma parte, 69 283 m², em 30 de abril de 1957,

pelo seu proprietário, Vasco Maria Eugénio de Almeida, Conde de Vilalva (1913-1975) à Fundação Calouste Gulbenkian. Em 2006 a Fundação adquiriu o restante da propriedade¹⁴⁷. Segundo a escritura de venda assinada em 1957 este terreno destinava-se: «[...] b) à construção dos edifícios necessários, agora e no futuro, quer à instalação dos serviços da dita Fundação, quer à realização dos seus fins estatutários, e a parte sobrance o parque [...] c) [...] não só para seu uso próprio, mas também para uso público, nas condições quanto a este, que vierem a ser estabelecidas pela Câmara Municipal de Lisboa, segundo os regulamentos gerais dos parques e jardins municipais vedados d) Que, para o efeito do disposto nas alíneas anteriores, e sem prejuízo do que nelas estipula, logo após a construção do palácio, museu e biblioteca que, em primeiro lugar, a "Fundação" se propõe construir no local, a "Fundação" constituirá, na parte sobrance, de sua conta, o mencionado parque e) que a conservação do parque e a sua polícia, depois de o mesmo ser



118. Parque de Santa Gertrudes, s.d.
Arquivos Gulbenkian PT FCG FCG:SBA-S004-P0094/01/28/01-FOT009269

aberto ao público, caberão à Câmara Municipal de Lisboa.»¹⁴⁸

Guimarães Lobato produziu relatórios de atividades, que assinou como «engenheiro consultor», e que possibilitaram uma análise temporal da evolução do desenvolvimento dos trabalhos efetuados. O primeiro relatório de atividades consultado diz respeito às ações desenvolvidas entre novembro de 1956 e junho de 1958. Neste pode ler-se que, de novembro de 1956 a setembro de 1957, «[...] tratou-se exclusivamente da localização das instalações da Fundação e da programação geral dos edifícios a construir.»¹⁴⁹ Refere que em abril de 1957 se procedeu à aquisição para o efeito do Parque de Santa Gertrudes e ainda «[...] Em Abril deste ano houve oportunidade de em Paris visitar o novo edifício da UNESCO e de examinar os novos projectos dos museus do Havre e de Paris (Artes e Tradições Populares). Também no ICOM, serviço que na UNESCO se ocupa de museus, foi possível obter informações pormenorizadas sobre o sentido da evolução actual da museologia, em face da experiência colhida na construção dos novos museus da América e da Europa, principalmente em Itália. Todos estes elementos informativos foram de grande utilidade para o prosseguimento dos trabalhos de programação do museu que estão agora a prosseguir activamente de colaboração com os Serviços de Belas Artes.»¹⁵⁰

Neste mesmo relatório refere os trabalhos ocorridos no Parque de Palhavã com vista à instalação de alguns serviços, à desocupação do terreno pela Feira Popular e posterior recuperação paisagística do parque: «[...] Estes serviços ocuparam-se das instalações provisórias no Parque de Palhavã, a partir de Agosto de 1957. Em 1.ª fase construiu-se um pavilhão e adaptou-se o da antiga administração da Feira Popular [...] Durante o período que decorreu de Agosto de 1957 até ao presente foi necessário acompanhar a desocupação do Parque de Palhavã

das Instalações da Feira Popular [...] No Parque de Palhavã iniciaram-se os trabalhos de limpeza geral e de conservação do arvoredo, dando-lhe um arranjo condigno com a presença das instalações administrativas da Fundação [...]»¹⁵¹ Relativamente ao pessoal contratado para a recuperação do jardim refere «um encarregado de jardinagem, dois cantoneiros de jardim e 20 a 30 jardineiros assalariados eventualmente»¹⁵².

Em fevereiro de 1958, Azeredo Perdigão levantou a hipótese da transferência dos Serviços das Bolsas de Estudo, de Beneficência, de Belas Artes, de Projetos e Obras, das Bibliotecas Itinerantes e de Contabilidade, da Rua de São Nicolau para as instalações provisórias construídas no parque, junto à Avenida de Berna, local não destinado à construção dos edifícios da Fundação. Nesse mesmo mês Ribeiro Telles, cujo desempenho Guimarães Lobato conhecia, na CML, projetou um jardim a sul das instalações provisórias que alterou e expandiu em maio mediante a transferência dos Serviços da Administração para o local¹⁵³.

Guimarães Lobato solicitou os préstimos dos arquitetos paisagistas que com ele tinham colaborado na CML. Neste âmbito, Azevedo Coutinho apresentou, a 12 de março, o *Esquema de Execução dos Trabalhos Iniciais de Jardinagem no Parque de Palhavã*¹⁵⁴. Neste relatório, Azevedo Coutinho começa por fazer uma primeira avaliação do estado do estrato arbóreo, sugerindo que este seja mantido e considerando-o como ponto de partida essencial num futuro tratamento dado ao espaço, e considerou que «[...] 80 por cento do coberto arbóreo, constituído predominantemente por árvores folhosas de folha caduca, era aproveitável [...]»¹⁵⁵ destacando um agrupamento de *Platanus orientalis* de grande porte. No grupo das folhosas perenifólias salientou a presença de vários exemplares notáveis de *Eucalytus globulus*, destacando um deles, situado nas margens do lago, junto ao mirante, como digno

de ser considerado de interesse público¹⁵⁶. Como afirma Aurora Carapinha: «Em certa medida esta avaliação, ainda que de forma indireta, orientava já a localização dos futuros edifícios, uma vez que considerava o coberto arbóreo como base do sistema vegetal do futuro jardim, e algumas manchas de vegetação e alguns exemplares arbóreos como intocáveis. Este documento é, portanto, muito mais que um Esquema de Execução dos trabalhos iniciais de jardinagem no Parque de Palhavã. É um texto definidor de linhas programáticas tanto para o jardim como para o complexo edificado [...]»¹⁵⁷ Azevedo Coutinho elaborou uma lista de medidas de emergência a executar entre 1 de abril e 31 de dezembro desse ano, considerando essencial dar início a um processo contínuo de beneficiação e conservação do arvoredo. Nessa lista, de entre as várias medidas consideradas necessárias, encontrava-se o estabelecimento de um sistema de rega provisório e um levantamento topográfico de pormenor com a referenciação das espécies arbóreas de maior importância e com a delimitação das zonas para a organização e orientação de trabalhos¹⁵⁸. Por tudo isto este documento foi considerado por Aurora Carapinha como fundador do Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁵⁹.

O presidente do conselho de administração deu a esta proposta o seu parecer favorável a 17 de março¹⁶⁰. Foram então instalados viveiros a norte do parque que acompanharam a instalação, manutenção e desenvolvimento dos jardins. Iniciados os trabalhos de reabilitação, Azevedo Coutinho elaborou, em julho desse ano, uma vasta lista de plantas, parte das quais destinada às zonas junto às instalações provisórias e outra parte aos referidos viveiros de reserva. Constataram dessa lista cerca de 77 espécies de plantas, entre árvores, arbustos e herbáceas, quer vivazes quer anuais. Propôs a aquisição destas plantas aos viveiros camarários, por serem de boa qualidade e a um preço económico.

Em outubro solicitou a compra de mais 44 espécies de árvores e arbustos¹⁶¹. A maioria das medidas propostas por Azevedo Coutinho foram concluídas no tempo previsto e o espaço evidenciou então todas as suas potencialidades, enquanto se delineava nas instalações provisórias o programa do concurso para as futuras instalações da Fundação. No relatório deste ano Guimarães Lobato afirma que a limpeza, arranjo e recuperação do Parque de Santa Gertrudes terminou praticamente no fim do ano¹⁶². Teresa Andresen, referindo-se ao Jardim Gulbenkian, afirma: «Viana Barreto e Ribeiro Telles apenas trabalharam conjuntamente uma vez num projeto de sinergias várias e marcante de uma forma de conceber a paisagem urbana.»¹⁶³ Se acrescentarmos o contributo decisivo de Azevedo Coutinho para o projeto deste parque, fica sem dúvida reforçada a vertente sinérgica deste projeto, sendo que Teresa Andresen também refere que Caldeira Cabral terá procedido a um inventário da vegetação¹⁶⁴.

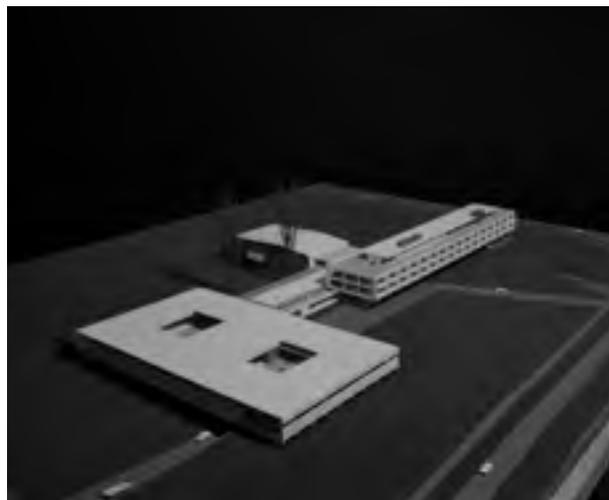
Relativamente ao relatório anual de Guimarães Lobato referente ao ano de 1959, pode ler-se: «[...] Concluiu-se no princípio do ano a elaboração do programa das instalações da Sede e Museu da Fundação [...]. Seguiu-se o estabelecimento da orientação que deveria presidir à escolha dos arquitetos [...]. Foram simultaneamente convidados os arquitectos portugueses Carlos Ramos e Francisco Keil do Amaral para actuarem como consultores, tendo logo prestado a sua colaboração na indicação final de nomes de arquitectos que poderiam constituir as equipas. Para completar o quadro da informação foram convidados os arquitectos professores Sir Leslie Martin e Franco Albini para actuarem como consultores especializados.»¹⁶⁵

No início de 1959 ficou assim definido o programa das Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, concurso que levaria à seleção dos seus protagonistas, bem como o nome

dos arquitetos contratados como consultores para acompanhar este processo. Coube aos arquitetos Keil do Amaral e a Carlos Ramos a tarefa de seleccionar os colegas que iriam constituir cada uma das três equipas concorrentes, segundo uma orientação pré-determinada, para dar resposta ao programa delineado. As equipas escolhidas foram: A – Ruy Athouguia, Alberto Pessoa e Pedro Cid; B – Arménio Losa, Luís Pádua Ramos e Formosinho Sanchez; C – Arnaldo Araújo, Frederico Jorge e Manuel Laginha (Figs. 119, 120 e 121).

Viana Barreto foi convidado a integrar a equipa pelo arquiteto Ruy Athouguia, seu cunhado, com quem já tinha colaborado em vários outros projetos, estando envolvido no processo de conceção do projeto da Fundação desde a sua génese. Para além do trabalho de Azevedo Coutinho, foi novamente definida a vegetação preexistente a manter, sendo projetada uma solução para o revestimento vegetal da cobertura de um extenso parque de estacionamento subterrâneo¹⁶⁶ – num total de 7000 m² – bem como os vastos jardins em terraço e floreiras de alguns dos edifícios. Para a aplicação dos conhecimentos técnicos necessários valeu-lhe a experiência técnica obtida no projeto dos terraços ajardinados do Hotel Ritz, em que colaborara com o arquiteto Pardal Monteiro, trabalho que desenvolveu em coautoria com Álvaro Dentinho em junho de 1959¹⁶⁷. A dimensão e a pendente do terreno sobre o parque de estacionamento traziam dificuldades na fixação das raízes, aos quais se somavam problemas de drenagem¹⁶⁸. Esta experiência foi determinante nas soluções levadas a concurso pela equipa A, neste estudo prévio.

Num relatório de atividades de Guimarães Lobato este afirma: «Retiraram-se do parque cerca de 8000 metros cúbicos de entulhos [...] procedeu-se à replantação do parque e ao seu arranjo paisagístico com grandes espaços relvados. Na sequência dos trabalhos foram encomendados estudos de

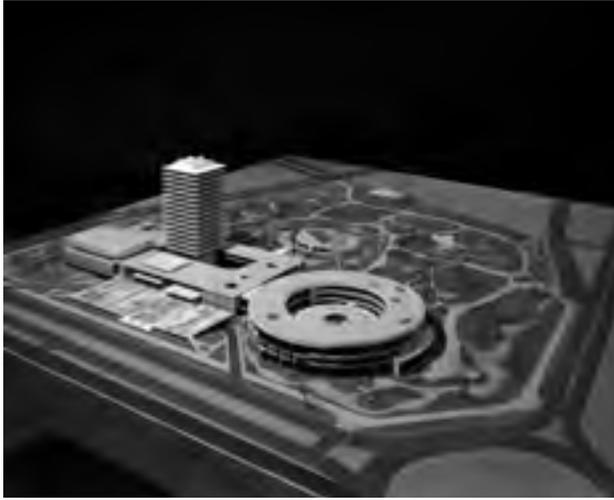


119. «Maqueta de Apresentação do anteprojecto da proposta A», s.d.
Arquivos Gulbenkian PT FCG FCG:SPO-S001-P0009-FOT003382

anteprojecto, a cada um dos três seguintes grupos de arquitetos [...]. Em determinadas fases de trabalho colaboraram o director do ICOM (*The International Council of Museums*) Snr. George Henri Rivière e o Arquitecto William Allen¹⁶⁹, da *Building Research Station* de Londres.»¹⁷⁰

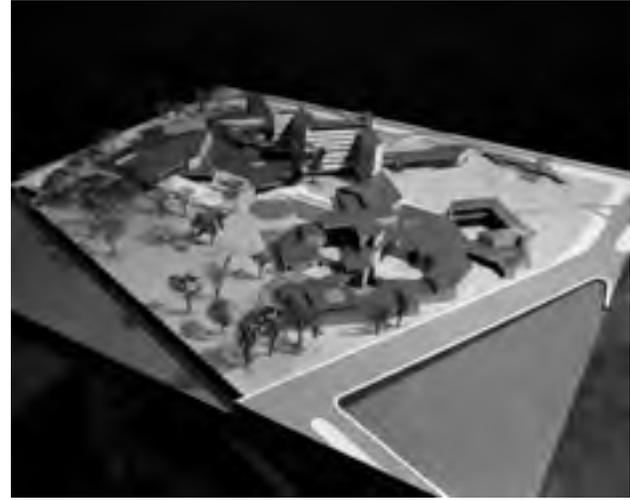
Num outro relatório relativo também a atividades desenvolvidas em finais de 1959 e inícios de 1960, Guimarães Lobato relata: «Em fim de 1959 foram apresentados os estudos de anteprojetos encomendados aos três grupos de architectos convidados para o efeito. No meado de 1960 e em seguimento da apresentação dos trabalhos o Conselho de Administração resolveu adoptar o estudo de ante-projecto elaborado pelos architectos Alberto Pessoa, Ruy Athouguia e Pedro Cid.»¹⁷¹

A proposta da equipa A saiu vencedora, sendo evidente, nas soluções conceptuais apresentadas neste anteprojecto, a comunhão de ideias entre os arquitetos e o arquiteto paisagista Viana Barreto como se pode depreender da seguinte transcrição da memória descritiva do projeto: «[...] A construção



120. «Maqueta de Apresentação do anteprojecto da proposta B», s.d.
Arquivos Gulbenkian PT FCG FCG:SPO-S001-P0009-FOT003381

implanta-se em posição central dentro do Parque, com uma ocupação de área de cerca de 15%, sendo as orlas arborizadas envolventes suficientemente amplas para garantirem um bom isolamento em relação às vias de trânsito periférico. As condições topográficas do local, onde as árvores de maior porte se encontram numa zona de cota mais elevada do que toda a orla Norte do terreno, permitiram localizar na depressão existente, um vasto piso subterrâneo, cuja cobertura dá origem a uma ligeira sobrelevação artificial, que valoriza perspectivamente os edifícios. A distribuição dos volumes de construção obedeceu fundamentalmente a uma procura de horizontalidade, que deixasse ler para lá deles, e em todas as direcções, a continuidade do Parque. O Parque condicionou também a organização dos espaços interiores, que se procuram valorizar em função da zona verde que os envolve. [...] As coberturas dos corpos mais baixos foram tratados ou como extensão do próprio Parque (salas de reunião e conferências) ou como terraço ajardinado na cobertura da nave de exposições temporárias, o qual constitui



121. «Maqueta de Apresentação do anteprojecto da proposta C», s.d.
Arquivos Gulbenkian PT FCG FCG:SPO-S001-P0009-FOT003369

prolongamento ao ar livre das instalações de Recepção e da Presidência. [...] Este anfiteatro (concebido sem qualquer rigidez de traçado) sendo as filas de lugares dispostos por entre o arvoredado, constitui um elemento paisagístico [...]. O arranjo paisagístico do Parque prevê-se realizável em grandes extensões de relvado com maciços de arvoredado e um mínimo de arruamentos de serviço. Prevê-se não só a conservação das melhores espécies existentes, entre as quais avultam os três eucaliptos, cuja conservação condicionou a implantação dos edifícios, mas também a plantação de outras, nomeadamente no guarneamento de orlas previstas.»¹⁷²

A apreciação deste estudo por parte do júri do concurso refere: «[...] o edifício proposto integra-se no parque dum modo correto e agradável. Ocupa a zona mais desguarnecida de arvoredado; deixa livre 86,6% do terreno; permite por todos os lados, um amplo envolvimento de vegetação; tomou na devida conta a existência das árvores mais valiosas; desenvolve-se em volumes baixos, que o arvoredado domina em altura; e sobretudo não está apenas

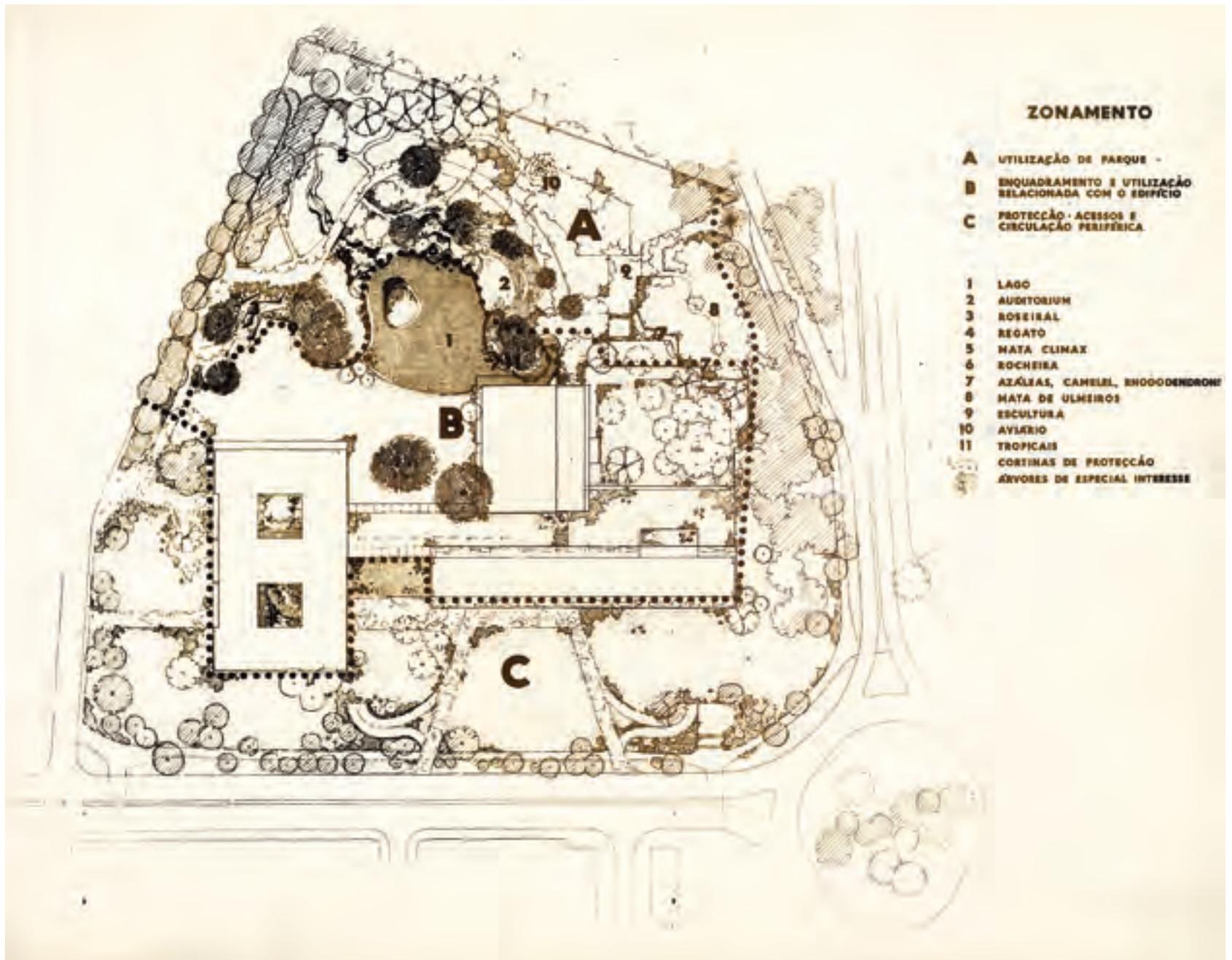
poisado ou encaixado no terreno. A suave elevação do solo a partir da Avenida de Berne e os relevos e interpenetração criados são facetas muito apreciáveis da integração conseguida. Por outro lado, a presença e o gozo do parque sentem-se em variados setores da composição interna (ex: *foyers*, salas de reunião e de conferências, exposições temporárias, restaurantes, etc.) Quanto às relações com o exterior envolvente do parque o edifício não criará problemas, dado que viverá com relativa autonomia no seu próprio enquadramento natural [...].»¹⁷³

A equipa A viu assim o valor da sua proposta plenamente reconhecido e confrontou-se com a necessidade de apresentar um projeto de execução conjunto num curto espaço de tempo. Viana Barreto sugere então a Guimarães Lobato o nome de Ribeiro Telles, que tinha deixado de prestar serviço na CML a 10 de março desse ano¹⁷⁴, para integrar a equipa.

Num relatório de atividades relativo aos primeiros meses de 1961, Guimarães Lobato afirma: «O projecto para ser apresentado à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa, ficou concluído em Julho de 1961 [...]. Os Engenheiros Agrónomos Gonçalo Ribeiro Telles e António Facco Viana Barreto foram encarregados, por contrato, de todos os estudos e projectos de arranjo paisagístico. [...] O que mais preocupa numa obra de esta importância é conseguir-se realizar a unidade de concepção no grupo de trabalho [...].»¹⁷⁵

Em 16 de Maio de 1961, Viana Barreto e Ribeiro Telles escrevem a Azeredo Perdição a agradecer o convite para o desenvolvimento do projeto, salientando ser «da maior importância para um bom resultado final, pela complexidade e natureza da obra, uma íntima e ativa colaboração de ordem técnica e estética, tanto com os arquitetos autores do projeto como com os engenheiros encarregados das estruturas e infra-estruturas relacionadas com o parque.»¹⁷⁶

Os arquitetos paisagistas iniciaram o estudo-prévio dos jardins da Fundação a 22 de maio de 1961, concluindo-o em 15 de junho, após o que avançaram para o anteprojecto, entregou em dezembro desse ano¹⁷⁷. A memória descritiva deste anteprojecto e o conjunto de peças desenhadas que a acompanham (Fig. 122) constituem um documento notável, pela lição de Arquitetura Paisagista que encerram. O documento inicia com uma breve apreciação da situação encontrada a nível do estado da vegetação do antigo parque, referindo a sua importância mais à frente: «[...] É necessário salientar que na modelação de todo o Parque se atendeu à valorização dos mais notáveis grupos arbóreos existentes o que de certo modo permitiu um relevo em parte justificado pela existência daqueles grupos de árvores.»¹⁷⁸ Viana Barreto e Ribeiro Telles justificam: «A solução arquitetónica adotada e a própria localização e funcionamento dos edificios encontram-se de tal forma ligados à mancha verde envolvente que é da mais perfeita continuidade entre espaços interiores e exteriores, do seu equilíbrio e harmonia, que surgirá, em última análise, a solução geral do conjunto. Não se trata pois de integrar apenas uma edificação num parque, nem de construir um jardim para servir um edificio. Há que encontrar de facto uma relação total, de tal forma íntima entre ambos os elementos que compõem o todo, que a composição abranja a área inteira, que a própria vida do edificio se prolongue naturalmente para as "salas de ar livre" e destas para os interiores. Como elementos constituintes desse mesmo conjunto, manterá cada um deles as suas características bem definidas sem se misturarem, mas hão-de completar-se mutuamente, valorizando-se tanto no que diz respeito a aspetos estéticos como no que toca á função própria de cada lugar e aos respetivos ambientes. Este o princípio fundamental que se pretendeu atingir na solução proposta. Dentro desta orientação, os muros e clareiras do



122. Enquadramento Paisagístico – Parque de Santa Gertrudes [Zonamento].
Viana Barreto e Ribeiro Telles, 1961.

Arquivos Gulbenkian PT FCG FCG:SPO-S001-P0001/06/02-FOT000426

parque, bem como a sua topografia criarão perspectivas em íntima relação com os volumes e espaços dos edifícios, uma vez que estes foram também concebidos em função dos elementos verdes mais notáveis. O Plano de arranjo do parque, de sentido perfeitamente atual quanto às técnicas e materiais de construção a utilizar e quanto às funções específicas da cada zona, será de base naturalista. O partido arquitectónico adoptado o exige, a vegetação existente o facilita e o interesse do Fundador pela natureza amplamente o justifica. Para além da existência do parque como parcela do conjunto compete-lhe ainda uma série de funções que lhe são próprias e adiante se apontam ao longo da memória.»¹⁷⁹ Conferiram ao jardim um sentido educativo na medida em que esperavam que este tivesse um «[...] papel de relevo no desenvolvimento cultural da população. Nesse sentido se procurou uma diversidade da flora compatível com a unidade requerida. De resto o sentido universalista da cultura portuguesa, aliando nas conceções paisagísticas o gosto botânico do exótico com o respeito pela natureza, numa perfeita integração na paisagem, garante uma atitude de compreensão para a concepção do parque dentro da linha acima exposta.»¹⁸⁰ Estava assim fundamentada a utilização de plantas exóticas no projeto do jardim.

A memória descritiva refere também as funções de proteção desempenhadas pela orla de vegetação arbórea em cortina, de forma a conservar o carácter de intimidade a ser defendido, referindo-se à diminuição da velocidade do vento e do nível de ruído produzido pelo tráfego motorizado envolvente¹⁸¹. Refere a criação de três zonas, caracterizando pormenorizadamente cada uma delas e as suas relações entre si (Fig. 122). A primeira zona (C) «[...] comporta-se como a superfície de enquadramento da fachada Norte dos edifícios [...] a segunda [B] atrás referida, estende-se em declive brando para Sul das construções e compõem-na amplas

superfícies relvadas junto ao Museu ligando-se com a zona da sala de exposições temporárias e com o lago que lhe serve de fundo¹⁸² [...]» A terceira zona (A) referia-se a todo o espaço a sul da zona B e incluía uma série de pontos de interesse: um lago, um anfiteatro ao ar livre «[...] cujas bancadas em pedra se dispõem irregularmente [...],»¹⁸³ um roseiral, um regato, uma zona de mata clímax, uma rocheira, uma zona de plantação de espécies ácidas (azáleas, rododendros e cameleiras), uma zona de plantação de espécies tropicais, uma zona de mata de ulmeiros, uma zona com um ou mais elementos escultóricos e um viveiro de pássaros (aviário)¹⁸⁴. Relativamente à circulação, a denominada como «pública», já não prevista em terreno da Fundação, efetuava-se por um caminho periférico «[...] convenientemente afastado do tráfego auto que envolve o recinto a Nascente, Norte e Poente [...]. A circulação privada tem lugar para sul das construções, por meio de uma extensa rede de caminhos convenientemente hierarquizados que conduzem aos diversos pontos de interesse do conjunto [...].»¹⁸⁵ Foi prevista para este jardim uma rede de rega por aspersão fixa e automatizada, enterrada nas zonas de relvado e semi-móvel nas zonas com arbustos ou com mata. Remataram este documento afirmando «[...] este sistema garante uma mais fácil conservação e reveste-se de certos aspectos de que se pode tirar partido estético.»¹⁸⁶ Referiam-se à possibilidade de usar um muito maior leque de espécies vegetais.

A adesão a esta proposta por parte do Conselho de Administração e pelo resto da equipa foi imediata, o mesmo não acontecendo com os edifícios, cuja proposta final estava atrasada. Em janeiro de 1962 procedeu-se à encomenda de árvores destinadas às zonas não implicadas nas obras e à cortina arbórea envolvente, protetora do parque a nível sonoro e das vistas¹⁸⁷.

O projeto de execução, designado como *Projecto definitivo do Arranjo do Parque*¹⁸⁸, foi entregue

a 31 de março de 1963, após o que se iniciou um primeiro ciclo de obras que decorreu até 1965. Durante este período, modelou-se o terreno entre o edifício do museu e a Galeria das Exposições temporárias, o lago e ainda o roseiral, nivelou-se a zona do atual palco do anfiteatro ao ar livre, desmontou-se o lago antigo e construiu-se um outro de maiores dimensões, dando-se início à plantação das suas margens, bem como à sementeira dos relvados na áreas adjacentes, de forma a que a zona do parque a sul do edifício estivesse pronta a 20 de julho de 1965, dia em que se assinalava o décimo ano da morte de Calouste Gulbenkian e em que se homenageou o benfeitor com a implantação de um elemento escultórico que o representava, e se batizou o espaço como Parque Calouste Gulbenkian.

Em 1966 era apresentado um projeto de revisão, com base na ampliação do piso inferior do auditório e na criação de um centro de bailado no extremo sul da propriedade, que implicava a compra de uma faixa de terreno de 26 metros de largura ao Conde de Vilalva, o que obrigou à reformulação de uma área do parque já considerada como concluída (Fig. 123). Esta revisão teve como alterações ao projeto de 1961 a integração do eixo visual, continuador do eixo que Weiss criou e se mantinha no Parque de Santa Gertrudes através da proposta da separação das duas propriedades por uma grade, a ampliação do lago e a conversão do anfiteatro ao ar livre de linhas irregulares num anfiteatro formal, de construção mais económica (Fig. 124)¹⁸⁹.

A proposta da equipa A previu a ausência de qualquer barreira física entre os seus limites e o arruamento exterior envolvente, que era como que incorporado no próprio parque. Porém, as grandes cheias que assolaram Lisboa em novembro de 1967, tiveram um grande impacto na cidade em geral e claro também no jardim, que não era murado. Os arquitetos paisagistas partiram, assim, em busca de soluções para este problema, sendo que nestas

se encontram sempre um muro de suporte associado a um talude, funcionando o seu conjunto como que um dique, o que valorizava a orla definida no anteprojeto. No intuito de resolver o problema, Ribeiro Telles realizou, em maio de 1968 um conjunto de estudos com vista à definição da tipologia da solução a aplicar nas várias frentes do terreno. Dois meses mais tarde submeteu à apreciação da CML um documento do qual se transcreve parte da sua memória descritiva: «A concepção do conjunto edificado da Sede e Museu Gulbenkian, determinou um partido naturalista no parque envolvente do referido conjunto que, com ele, forma um todo arquitectónico e paisagístico. O facto acima apontado implica que o muro de suporte da periferia seja um simples socalco com cerca de 0,80 m de altura que se harmoniza com o relevo do terreno do parque que o limita [...]»¹⁹⁰ sugerindo na sua construção, o aproveitamento das partes dos muros, então ainda não demolidos, a nascente e a poente, e a utilização da pedra resultante destas demolições para a construção dos muros a norte e a sul da propriedade¹⁹¹. A proposta final da «Proteção, Acessos e Circulação Periférica»¹⁹² do parque e a obra do seu muro limítrofe só foi concretizada em abril de 1969¹⁹³.

Em 1968 fazia-se ainda o estudo dos percursos a estabelecer no jardim que se veio a materializar nas largas lajes de betão quadrangulares de dois metros quadrados, justapostas em parte de um modo irregular¹⁹⁴. Acerca destes caminhos Viana Barreto afirma: «O sistema de circulação pedonal interno em largas lajes de betão penteado, colocadas a diferentes níveis de terreno, foi assim concebido em anéis sucessivos e interligados em caminhos sinuosos com numerosas áreas de repouso e estadia algumas “em beco” envolvidos por densos maciços de vegetação arbustiva, como que restringindo os seus pontos de vista.»¹⁹⁵

Embora o parque estivesse praticamente concluído em meados de 1968, com exceção do anfi-



124. Parque Calouste Gulbenkian. Plano Geral. Projeto de Revisão do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, s.a., s.d.

DGPC/SIPA. GRT. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.553 e CFT169.554

teatro que se encontrava ainda em fase de construção, só em 1969 se executaram as coberturas ajardinadas da Galeria das Exposições Temporárias, da Galeria dos Congressos e do parque de estacionamento, os pátios do Museu e dos Congressos e as floreiras¹⁹⁶. Sobre estas Viana Barreto comenta: «[...] a necessidade de se construir no local uma vasta área de estacionamento automóvel subterrâneo e coberto de vegetação, desafio que desde o início, como disse, se nos colocou. Foi essa também uma das fases fundamentais do traçado do jardim. [...] Aspecto de interesse deste projeto cuja concepção tanto nos desafiou, foi também a existência de numerosos jardins terraço, em cobertura verde, com funções diversas e localizados a diferentes níveis e sobre distintos pontos de observação. Tanto a cobertura da vasta área de estacionamento de veículos como estes numerosos terraços, exigiram estudos aturados e ensaios pacientes e laboriosos [...]»¹⁹⁷

A 10 de setembro de 1969 estava concluída a obra do projeto de execução de Viana Barreto e Ribeiro Telles¹⁹⁸. Trata-se de uma obra emblemática do espaço verde público da cidade de Lisboa que influenciou profundamente os arquitetos paisagistas e não só. Com a abertura ao público, em finais deste ano, imediatamente a população aderiu e se apropriou deste espaço lúdico.

A autoria do projeto do Jardim Gulbenkian foi, por vezes, atribuída a Ribeiro Telles mas, de acordo com esta investigação, desde o anteprojecto ao projeto de execução, esta foi partilhada entre Viana Barreto e o próprio sendo, em muitos momentos, o registo de ambas evidente (Figs. 125 e 126). O papel de Azevedo Coutinho é também determinante para o sucesso desta obra. Por outro lado, a equipa A entendeu convidar Viana Barreto para participar na proposta vencedora do concurso, predispondo-se assim a um trabalho colaborativo. Viana Barreto, cunhado de Ruy Athouguia, havia já trabalhado com este, no passado, em vários outros projetos.



125. Anteprojecto do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

TBC

A capacidade de liderança e a competência de Guimarães Lobato que, ainda no GEU, reclamou a presença dos arquitetos paisagistas nas equipas de urbanismo, constitui outro fator de enorme relevância.

A 5 de setembro de 1969, Viana Barreto recebeu uma carta-convite do presidente do conselho de administração, Azeredo Perdigão, a convidá-lo para a inauguração do museu, biblioteca e demais instalações culturais, pelo chefe de Estado nos dias 2 e 3 de outubro seguintes¹⁹⁹. Entre janeiro de 1965 e dezembro de 1969, Viana Barreto e Ribeiro Telles trabalharam em regime de avença com a Fundação para a elaboração do projeto de arranjo do Parque de Santa Gertrudes – Sede e Museu. Em 1976 Viana Barreto foi convidado a colaborar novamente com a Fundação, desta vez para assumir a tarefa de revitalização do parque que começava a evidenciar sinais de degradação. Realizou uma proposta de intervenção pedindo o acesso às peças desenhadas já existentes, a fim de: «[...] 3 – Tentar-se o

complemento das espécies fundamentais do projecto primitivo de forma a recompor o dossier respeitante aos estudos do parque a fim de não correr o risco de com novas intervenções, se adular a concepção inicial do projeto e simultaneamente facilitar o estudo das alterações a propor. 4 – Escolher substitutos adequados sempre que se torne viável e útil, das espécies vegetais mais sensíveis e delicadas [...].»²⁰⁰ Viana Barreto propôs-se realizar este trabalho num período de 3 meses²⁰¹. Em julho de 1979, Viana Barreto realizou para a Fundação trabalhos referentes ao acompanhamento das tarefas de conservação e estudo de pormenor de caminhos, zonas de estar e floreiras (primeira fase)²⁰² e, em outubro desse ano, alertava para a necessidade de tomar medidas relativamente à grafitose que assolava os ulmeiros.

Relativamente aos princípios conceptuais adoptados no anteprojecto e mais tarde no projeto de execução, Viana Barreto e Ribeiro Telles referiam em 1969: «[...] sentido perfeitamente actual, de base naturalista e responde a uma série de funções programadas que são próprias do nosso tempo. Os elementos construídos do Parque, tais como as lajes de betão que servem de caminho de peões, apoiam-se sobre o solo tentando valorizar aquela concepção naturalista e concorrem sob este aspecto para a integração do Parque na estrutura dos edifícios. [...] Um traçado largo baseado na modelação acidentada que se deu ao relevo do terreno e vincado nos contrastes sombra-luz (arvoredo-clareiras) informou a criação de perspectivas, a distribuição, estrutura e composição de volumes (maciços arbóreos e arbustivos). [...] Na relação entre os edifícios e o Parque é importante a superfície do lago. Sobre ele abriram-se perspectivas conseguidas pela modelação do terreno e valorizadas pela distribuição dos maciços vegetais e dos afloramentos rochosos construídos. Conseguiu-se assim desobstruir e valorizar ângulos de vista, criar aberturas e contrastes de luz quer

para quem circule no parque, quer para que permaneça no interior dos edifícios.»²⁰³

Ribeiro Telles deu no ano seguinte este testemunho: «[...] Os edifícios da Sede e do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian foram construídos num Parque. Uma das premissas fundamentais do programa e da arquitectura daqueles edifícios foi portanto este facto: havia que os prever integrados num espaço verde. Do antigo Parque particular restavam alguns maciços arbóreos e árvores de interesse não só como elementos da estrutura da própria cidade, mas também como exemplares de bastante valor botânico. Este aspecto possibilitou que a concepção dos projetos dos edifícios e do Parque constitua uma unidade resultando daí total harmonia dos respectivos desenvolvimentos. A relação entre os espaços interiores e exteriores é completa: as perspectivas sobre o espaço envolvente prolongam-se desde o interior dos edifícios até ao limite do Parque, definidos por maciços de arbustos e cortinas de arvoredo. Também no aspecto do funcionamento se processa uma relação constante



126. Rótulo do Plano de Conjunto da *Urbanização e arranjo do Parque*. Fundação Calouste Gulbenkian. Plano de rega. Cobertura do parque de estacionamento. Viana Barreto, Ribeiro Telles, 1967.

TBC

entre espaços interiores e exteriores. A localização, o funcionamento e a arquitetura dos edifícios encontram-se portanto, intimamente relacionadas com o Parque, que está presente em todos os espaços exteriores e envolventes mesmo que sejam coberturas de outras zonas edificadas [...] Claustros do Museu e da zona de congressos. Procurou-se através da modelação das camadas de terra e do calhau rolado dar a sensação de profundidade e ao mesmo tempo encobrir determinados acidentes que emergiam da cobertura. Os claustros não são visitáveis pelo público e por isso toda a sua concepção procura criar perspectivas diferentes para quem percorrer a sua periferia. Nos claustros do Museu o revestimento do solo é feito com *Fragaria vesca*, *Ajuga reptans*, *Poligonum capitatum*, *Erigeron mucronatus*. Procuraram-se variedades cuja tonalidade de floração e folhagem, dentro das mesmas cores base, apresentasse tonalidades diferentes. O revestimento do claustro da zona de congressos é conseguido com musgo.»²⁰⁴

Os princípios seguidos na concepção do projeto foram postos em causa quando, no início de 1980 surgia o projeto do Centro de Arte Moderna no topo sul do parque. Assunto polémico e muito mediaticizado, constituiu uma rutura entre os autores do parque, convidados pelo conselho de administração da Fundação para a sua adaptação a esta nova situação. Ribeiro Telles elaborou um documento de resposta ao convite que lhe foi dirigido, argumentando a sua recusa em vários pontos: «[...] 6.º – A concepção do Parque permite uma sensação de amplitude conseguida através do relevo do terreno, constituindo sucessivos planos, e ainda através da leitura dos vales que descem para o lago. A «profundidade», conseguida pela abertura gradeada, do muro que limita a Sul, o parque, é destruída pela implantação do novo edifício. 7.º – A forma actual do Parque é destruída, pois o edifício exige uma plataforma de implantação, que limita os ângulos

de vista sobre o lago e o volume dos maciços de arvoredo é em grande parte destruído.»²⁰⁵ Acerca deste assunto Viana Barreto afirmou: «O eixo visual principal seria o que seguia na direção do lago até ao elemento escultórico do fundador, ao tempo implantado na colina superior e cujo eixo se perdia na clareira que se antevia através do gradeamento que separava o jardim da Gulbenkian do jardim privado dos Condes de Vilalva. Este eixo principal do conjunto foi aliás posteriormente destruído. Foi essa a ocasião em que, Gonçalo e eu, desconsolados, deixámos o acompanhamento do jardim.»²⁰⁶

Este jardim viu reconhecido a seu valor com a atribuição, pela CML, do Prémio Valmor 1975 e com a classificação, juntamente com os edifícios, como Monumento Nacional.

Marc Treib afirmou mais tarde acerca do jardim: «[...] As fotografias de maquetas que faziam parte da proposta do concurso incluem apenas uma indicação esquemática de algumas árvores, o que é irónico, dado que hoje em dia o jardim tem um valor para o público muito mais forte que os próprios edifícios. O efeito global das estruturas da Fundação Calouste Gulbenkian é de edifícios dentro de um jardim e não de um jardim que envolve um grupo de edifícios. Tudo graças aos arquitetos paisagistas que transformaram os espaços abertos e formais do parque de Santa Gertrudes numa rede espacial densamente entrelaçada. [...] Este projecto, no que concerne ao seu conceito essencial e à sua execução, certamente não tem igual em Portugal, e poucos projectos o igualam a nível mundial. As referências à construção da paisagem portuguesa constituem os conceitos que estiveram na vanguarda do desenho deste jardim, porquanto a percepção daquelas referências e a aplicação de processos ecológicos eram muito avançados em relação a outros países. [...] Esta é uma obra importante, um marco de referência. O jardim da Fundação Calouste Gulbenkian representa o amadurecimento da arquitetura pai-

sagista moderna em Portugal, a ser valorizada tanto em Portugal como no estrangeiro.»²⁰⁷

Neste projeto foram aplicadas novas técnicas, sendo que, os arquitetos paisagistas, já com provas dadas em projetos do espaço exterior, desempenharam um papel fundamental ao longo do processo criativo, demonstrando elevadas capacidades técnicas, quer na resolução da vasta cobertura do parque de estacionamento quer nos vários terraços ajardinados tanto ao nível da drenagem como ao nível da fixação de raízes ou da reconversão e modelação do novo lago, cujas novas margens, ora em pedra ora naturalizadas demonstraram bem o elevado conhecimento técnico dos arquitetos paisagistas envolvidos no processo. Esta capacidade levou a que, desde a conceção do projeto, partilhado entre edifícios e espaços exteriores, os arquitetos paisagistas se tenham relacionado com os restantes colegas, numa atitude de partilha de ideias e soluções, o que aliás foi ao encontro dos objetivos da Fundação, tendo Guimarães Lobato afirmado no relatório de atividade do ano de 1961: «[...] O que mais preocupa numa obra de esta importância é conseguir-se realizar a unidade de concepção no grupo de trabalho [...]»²⁰⁸

O programa sugeria uma ligação íntima entre o interior e os jardins, convidando à calma e à introspeção, pelo que os arquitetos paisagistas desde muito cedo procederam à plantação de uma densa cortina arbórea, amortecedora do vento e do ruído da envolvente. Os arbustos desempenham um papel extremamente importante no estabelecimento desta cortina envolvente do parque.

O parque acolheu uma coleção botânica com 60 espécies de árvores e 90 espécies de arbustos, tendo as espécies autóctones uma expressão significativa neste jardim. Encontram-se aqui exemplares de: carvalhos negrais, carvalhos robles, lóðãos, ulmeiros, pilriteiros, vidoeiros, teixos, azeiros, azevinhos, choupos, loureiros, folhados, entre outras espécies, associados a uma variada avifauna silvestre²⁰⁹. A respeito do riacho Cristina Castel-Branco afirmou: «A modelação de terreno é desenhada com mestria e a localização de ribeiro e lago, com a drenagem de todo o jardim a fazer-se para uma linha de água transformada em várias cascatas e caindo no grande espelho de água de formas naturalizadas, é fluida e sem geometria.»²¹⁰

Reuniram-se uma série de fatores que nos fazem considerar este jardim emblemático, de caráter naturalista, que seguindo os princípios de composição do espaço e fitossociológicos do mestre Francisco Caldeira Cabral os aliou a uma nova filosofia, patente na interpenetração dos espaços interior com o exterior, constituindo cada um destes espaços, projetados em conjunto, o prolongamento do outro. O jardim foi também, à época, vanguardista, na utilização de uma linguagem inovadora relativamente à adoção de novas técnicas, materiais de construção e definição de funções específicas para diferentes zonas. De acordo com um novo estilo de vida, este jardim foi assumidamente moderno no seu tempo, constituindo a grande primeira prova do amadurecimento artístico e técnico de uma profissão, que nele se confirma.

NOTAS

- ¹ Ribeiro Telles trabalhava então na RAJ e colaborava no GEU sob orientação de Guimarães Lobato e Caldeira Cabral tinha sido convidado como consultor para colaborar no GEU. As peças desenhadas identificadas nesta pesquisa estão assinadas por Ribeiro Telles, sendo que se localizaram peças escritas da autoria de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral. Assim, assumimos, para efeitos desta investigação a primazia da autoria do projeto da Avenida da Liberdade a Ribeiro Telles e Caldeira Cabral.
- ² ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.
- ³ COUTINHO, Manuel de Azevedo – *Memória descritiva e justificativa do projecto para a Praça de Londres*, 1950.
- ⁴ AA. VV. – *Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa*.
- ⁵ COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade*.
- ⁶ Álvaro Salvação Barreto, pai do arquiteto paisagista António Viana Barreto, oficial Tenente-Coronel do exército, formou-se no Curso de Artilharia da Escola de Guerra em Lisboa, realizou uma longa carreira na Câmara Municipal de Lisboa sendo em 1932 vogal, mais tarde vereador, vice-presidente e finalmente presidente desta instituição, entre 1944 e até 1959 (ano da inauguração do metropolitano de Lisboa). Entre 1920 e 1964, a par desta atividade exerceu uma atarefada carreira política. In [http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/b/barreto_alvaro_salvacao.pdf], (consultado a 5 de março de 2013).
- ⁷ *Informação do Chefe de Repartição*, CML, Direção dos Serviços Técnicos Especiais, 1951-08-06.
- ⁸ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto*.
- ⁹ *Ibidem*.
- ¹⁰ *Ibidem*.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² *Ibidem*.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ *Ibidem*.
- ¹⁶ CÂMARA, Manuel de Sousa da – *Plano parcial de plantação. Mata de Alvalade*.
- ¹⁷ CÂMARA, Manuel de Sousa da – Memória justificativa. Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão.
- ¹⁸ *Ofício do Engenheiro-Chefe*, 1970-09-15, CML, 3.ª repartição.
- ¹⁹ *Monastery of the Hieronymites and Tower of Belém in Lisbon*, UNESCO.
- ²⁰ *Diário do Governo*. Decreto de 23 de junho de 1910.
- ²¹ Vão ser urbanizados os terrenos que envolvem a Torre de Belém de forma a desafrontar o formoso monumento: A Torre de Belém reintegrada no quadro da paisagem ribeirinha. *Diário de Lisboa*, p.1.
- ²² Em 1940 decorreu uma das maiores iniciativas de índole político-social do Estado Novo – a *Exposição do Mundo Português*. Esta exposição encontrou-se instalada no então chamado Terreiro de Belém, que veio a converter-se na Praça do Império. Celebrou em simultâneo oito séculos após a data da Independência Nacional (1140) e três séculos passados sobre a Restauração. Os responsáveis pela exposição foram Augusto de Castro (Comissário-Geral), Manuel Sá e Melo (Comissário-Geral-Adjunto), José Leitão de Barros (Secretário-Geral) e Cottinelli Telmo (Arquiteto-Chefe). A exposição foi composta por vários pavilhões distribuídos por temáticas como história de Portugal e a sua cultura, economia, regiões e territórios ultramarinos. A comissão oficial foi presidida por Alberto de Oliveira, secretariada por António Ferro e reuniu um grupo considerável personalidades destacadas no âmbito da arte, escrita e política. [http://restosdecoleccion.blogspot.pt/], (consultado a 5 de março de 2013). LEITE, José – *Exposição do Mundo Português*.
- ²³ Cottinelli Telmo, arquiteto-chefe da *Exposição do Mundo Português*, projetou entre outras obras, além do pavilhão temático «Os Portugueses no Mundo», o edifício primitivo do Padrão dos Descobrimentos, originalmente construído em ferro e cimento, para o qual Leitão de Barros e Leopoldo de Almeida contribuíram na sua vertente plástica. Juntamente com Vasco Lacerda Marques, projectou a Praça do Império, sendo a fonte central da autoria de António Lino. Direção-Geral do Património Cultural – *Padrão dos descobrimentos*.
- ²⁴ Universidade de Lisboa. Repositório – *Inventário da obra de Leopoldo de Almeida. Pero Escobar*.
- ²⁵ Manuel Sá e Melo, engenheiro civil e de minas, foi a partir de 1916 engenheiro do quadro técnico de obras públicas. Distinguiu-se como Comissário-Geral adjunto da *Exposição do Mundo Português*, tendo sido nomeado em 1945 Diretor Geral dos Serviços de Urbanização, cargo que exerceu durante largos anos. In *Parlamento* – Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo.
- ²⁶ Embora esta comissão tenha sido extinta em 31 de dezembro desse mesmo ano, Sá e Melo continuou responsável pelo processo na qualidade de presidente da Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. Universidade de Lisboa. Repositório – *Inventário da obra de Leopoldo de Almeida. Pero Escobar*.
- ²⁷ Em 1948, as estátuas não estavam ainda finalizadas, mas foi pedido a cada um dos três escultores que duas delas se encontrassem concluídas em maio deste ano, a fim de estarem presentes na Exposição de Obras Públicas, a inaugurar nesse mês. In Universidade de Lisboa. Repositório – *Inventário da obra de Leopoldo de Almeida. Pero Escobar*.
- ²⁸ Luís Benavente licenciou-se em Arquitetura em 1930. Como estagiário trabalhou no atelier de Pardal Monteiro, onde participou em projetos como o Instituto Superior Técnico. Convidado por Duarte Pacheco, trabalhou como delegado para o Ministério das Obras Públicas, integrando comissões de obras em Coimbra (1934-1938). Em 1938 planeou o Bairro do Caramão da Ajuda. Projetou entre 1939 e 1942 o Bairro Madre Deus e o Mercado de Arroios. Em 1943, em conjunto com o arquiteto Paulino Montês participou nos primeiros estudos para a urbanização da área dos Olivais Sul. Executor de diversos trabalhos no âmbito de Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais veio a ser, a convite do ministro das Obras Públicas, nomeado Diretor de Serviços dos Monumentos Nacionais em novembro de 1952. Em finais da década de 1950, e até os inícios de 1970, foi destacado do Ministério das Obras Públicas para o Ministério do Ultramar. In FERNANDES, José Manuel – *Luís Benavente. Arquiteto*.
- ²⁹ *Parecer do Diretor de Serviços dos Monumentos Nacionais*, 1952-11-18, DGEMN.

- ³⁰ *Ibidem.*
- ³¹ *Ibidem.*
- ³² FERNANDES, José Manuel – *Luís Benavente. Arquiteto.*
- ³³ José Frederico Ulrich, licenciado em Engenharia Civil, exerceu, entre outras atividades, os cargos de chefe de gabinete de Duarte Pacheco, então ministro das Obras Públicas (1943-1944), sub-secretário de Estado das Obras Públicas (1944-1947) e ministro das Obras Públicas e Comunicações (1947-1954), sendo um continuador dos projetos e obras de Duarte Pacheco. *In Instituto de Tecnologia Nuclear – Biografia. José Frederico Casal-Ribeiro Ulrich (1905-1982).*
- ³⁴ Henrique Gomes da Silva, engenheiro de formação, foi diretor-geral da DGMN desde a Fundação desta instituição até 1960.
- ³⁵ ULRICH, José – Apreciação do parecer do estudo para o «Arranjo da zona junto da Torre de Belém».
- ³⁶ *Ibidem.*
- ³⁷ *Ibidem.*
- ³⁸ BARRETO, Francisco Salvação – *Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal.*
- ³⁹ *Parecer do Diretor de Serviço dos Monumentos Nacionais.* 1953-07-25.
- ⁴⁰ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, p. 81.
- ⁴¹ BARRETO, António Viana – *Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém.*
- ⁴² BARRETO, António Viana – *Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém*, p. 2.
- ⁴³ *Ibidem.*
- ⁴⁴ *Ibidem.*
- ⁴⁵ *Idem*, p. 6
- ⁴⁶ *Ibidem.*
- ⁴⁶ *Ibidem.*
- ⁴⁷ *Idem*, p. 7.
- ⁴⁸ BARRETO, Francisco Salvação – *Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal*, p. 64.
- ⁴⁹ Eduardo Arantes e Oliveira formou-se em Engenharia Militar na antiga Escola do Exército, em Lisboa, na qual foi mais tarde docente. Como engenheiro desenvolveu obra nas áreas do projeto de estruturas em betão armado, hidráulica sanitária, tendo sido um dos pioneiros neste campo em Portugal. Publicou a obra *Os Esgotos de Lisboa*, encomendada pela Câmara Municipal de Lisboa. Desenvolveu valências ainda na área do planeamento urbano, sendo um dos principais responsáveis pela conceção do Bairro de Alvalade, em Lisboa. Foi diretor do Serviço de Urbanização e Obras da Câmara de Lisboa até 1947, ano em que tomou posse como primeiro diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Nomeado por Salazar ministro das Obras Públicas a 2 de Abril de 1954, desempenharia este cargo até 12 de Abril de 1967, passando nesse ano a presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino. Em 1970 é nomeado governador-geral de Moçambique, ano em que é iniciado o projeto da Barragem de Cahora Bassa, cargo que ocupou até 1972. [<http://www.lacm.org.pt/conheca-o-cm/outros-antigos-alunos-de-relevo/arantes-e-oliveira>], (consultado a 4 de março de 2013). Sobre este homem Viana Barreto afirmaria em entrevista: «Conheci nessa altura um grande homem, o Arantes e Oliveira, a quem o País ainda deve imenso. Era uma pessoa fora do comum. Tinha sido aluno do meu Pai no Colégio Militar, a quem deu o único 20. Quando chegou à Câmara de Lisboa encontrou-o num dos serviços. Creio que dos serviços de sanidade. Aliás, ele fez o estudo de reorganização dos esgotos de Lisboa, cujo mote era “Tudo à guia”. É um “slogan” engraçado. Porquê? Porque na altura se chegou à conclusão que todas as soluções de esgotos de Lisboa iam para o farol da Guia, em Cascais. Como toda a bibliografia sobre o assunto era em alemão, ele acordava todos os dias mais cedo e das 6h às 7h30 estudava alemão. Em seis meses falava alemão. Mais tarde chegou a Ministro das Obras Públicas.» *In BARRETO, Francisco Salvação – Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal.*
- ⁵⁰ BARRETO, Francisco Salvação – *Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal*, pp. 64-65.
- ⁵¹ ANDRESEN, Teresa – *Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, p. 81.
- ⁵² «Vão ser urbanizados os terrenos que envolvem a Torre de Belém de forma a desafrontar o formoso monumento: A Torre de Belém reintegrada no quadro da paisagem ribeirinha», *Diário de Lisboa*, p. 3.
- ⁵³ *Idem*, p. 1 e p. 3.
- ⁵⁴ BARRETO, António Viana – *The arrangement of the Torre de Belém zone.*
- ⁵⁵ IFLA TOURING EXPO. Catalogue. p 12.
- ⁵⁶ José Júlio Leitão de Barros, reconhecida personalidade no campo das artes, frequentou a Escola de Belas Artes, as faculdades de Ciências e Letras de Lisboa e a Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa. Foi professor no Liceu Passos Manuel, jornalista colaborando nos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*, autor, cenógrafo de teatro, pintor, organizador de festejos históricos e realizador de cinema. *In Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico.*
- ⁵⁷ BARRETO, António Viana – Carta ao diretor do jornal *Diário de Notícias*, pp. 1 e 2.
- ⁵⁸ BARROS, Leitão de – «O Tesouro do Restelo». *Diário de Notícias.*
- ⁵⁹ BARRETO, António Viana – Carta ao diretor do jornal *Diário de Notícias*, p. 3.
- ⁶⁰ *Ibidem.*
- ⁶¹ O Tesouro da Restelo. *Diário de Notícias.*
- ⁶² BARRETO, António Viana – Carta ao diretor do Jornal *Diário de Notícias*, p. 4 e 5.
- ⁶³ BARRETO, António Viana – Carta ao diretor do Jornal *Diário de Notícias*, p. 4 e 5.
- ⁶⁴ «O Tesouro da Restelo», *Diário de Notícias.*
- ⁶⁵ BARROS, Leitão de – O Tesouro da Restelo. *Diário de Notícias.*
- ⁶⁶ O Padrão dos Descobrimentos viria a ser reconstruído em 1960 no âmbito das Comemorações do 5.º Centenário da Morte do Infante D. Henrique, desta vez em betão revestido de pedra rosal de Leiria, tendo sido inaugurado a 9 de agosto de 1960. (<http://www.torrebellem.pt/pt/index.php?s=white&pid=240>), [consultado em 5 de março de 2013].
- ⁶⁷ FONTES, Edgar Sampaio – [manuscrito]. 1982.
- ⁶⁸ Voto de pesar por António Viana Barreto: *Boletim Municipal. Lisboa: Câmara Municipal*, 2012, n.º 962, p. 90. [Em Linha]. [consulta em 2013-04-08]. Disponível em: URL: [https://www.am-lisboa.pt/1998-2013/partidos/ppdpsd/mocoesrecomendacoes/visualizacao-mocoesrecomendacoes-ppdpsd.html%3Ftx_ttnews\[tt_news\]=6609&tx_ttnews\[backPid\]=1617&cHash=85313b64185aa1b75e4822786ccad154.html](https://www.am-lisboa.pt/1998-2013/partidos/ppdpsd/mocoesrecomendacoes/visualizacao-mocoesrecomendacoes-ppdpsd.html%3Ftx_ttnews[tt_news]=6609&tx_ttnews[backPid]=1617&cHash=85313b64185aa1b75e4822786ccad154.html)

- ⁶⁹ *Memória descritiva e justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização. Plano coordenado pelo engenheiro-chefe do Gabinete de Estudos de Urbanização, Luís Guimarães Lobato, e realizado pelos engenheiros civis Vasco Marques Leite, José Miguel Pinto de Faria e pelo arquiteto Pedro Falcão e Cunha. Colaboração dos arquitetos paisagistas Manuel Azevedo Coutinho e Gonçalo Ribeiro Telles, e os engenheiros civis António Manuel de Vasconcelos e Mário Fernandes de Azevedo.
- ⁷⁰ *Memória descritiva e justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 26.
- ⁷¹ *Idem*, p. 15.
- ⁷² *Memória descritiva e justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ⁷³ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa. Projecto de ordenamento paisagístico (1.ª fase) da encosta do Restelo (II fase de urbanização)*, p. 2.
- ⁷⁴ SALEMA, Rosário – *A ermida de São Jerónimo*.
- ⁷⁵ CARAPINHA, Aurora; TEIXEIRA, José – *A Utopia e os pés na terra*.
- ⁷⁶ SALEMA, Rosário – *A ermida de São Jerónimo*, p. 189.
- ⁷⁷ SALEMA, Rosário – *A ermida de São Jerónimo*, p. 190.
- ⁷⁸ SALEMA, Rosário – *A ermida de São Jerónimo*, p. 191.
- ⁷⁹ *Ibidem*.
- ⁸⁰ SALEMA, Rosário – *A ermida de São Jerónimo*, p. 189.
- ⁸¹ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Avenida da Liberdade. Projecto de remodelação de arborização e ajardinamento*, p. 1.
- ⁸² *Ibidem*.
- ⁸³ *Ofício do Engenheiro Chefe*, 1956-07-16, CML, 3.ª Repartição. Ofício enviado pelo engenheiro chefe da 3.ª Repartição – Arborização e Jardinagem, José Pulido Garcia, ao engenheiro diretor dos Serviços Técnicos Especiais.
- ⁸⁴ *Ofício do Engenheiro Chefe*, 1956-07-10, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização. Ofício enviado por Guimarães Lobato ao presidente acompanhando este projeto.
- ⁸⁵ *Ofício do Engenheiro Chefe*, 1955-08-05, CML, 3.ª Repartição. Ofício assinado pelo engenheiro chefe da 3.ª Repartição – Arborização e Jardinagem, José Pulido Garcia, dirigido ao engenheiro diretor dos Serviços Técnicos Especiais.
- ⁸⁶ *Ofício enviado pelo Engenheiro Chefe do GEU*, 1956-11-16, CML, 3.ª Repartição. Ofício assinado pelo engenheiro chefe do Gabinete de Estudos de Urbanização, Luís de Guimarães Lobato, dirigido ao presidente.
- ⁸⁷ FIGUEIREDO, Magalhães – Carta ao presidente da CML.
- ⁸⁸ *Remodelação da Avenida da Liberdade. Projecto*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 8.
- ⁸⁹ *Idem*, p. 17.
- ⁹⁰ *Idem*, p. 4.
- ⁹¹ *Idem*, p. 6.
- ⁹² *Idem*, p. 14.
- ⁹³ *Idem*, p. 9.
- ⁹⁴ *Idem*, p. 6.
- ⁹⁵ *Idem*, p. 8.
- ⁹⁶ *Idem*, p. 12.
- ⁹⁷ *Remodelação da Avenida da Liberdade. Projecto*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 14.
- ⁹⁸ CABRAL, Francisco Caldeira – *Parecer*, 1959-03-14. Parecer sobre os mosaicos de vidro a executar nos passeios da Avenida da Liberdade, p. 1.
- ⁹⁹ *Remodelação da Avenida da Liberdade. Projecto*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 16.
- ¹⁰⁰ *Idem*, p. 6.
- ¹⁰¹ *Ofício do Diretor*, 1955-08-05, CML, 3.ª Repartição. Ofício redigido pelo chefe da 3.ª Repartição – Arborização e Jardinagem, José Pulido Garcia, dirigido ao diretor dos Serviços Técnicos Especiais.
- ¹⁰² *Ofício do Chefe*, 1958-03-24. Informação enviada pelo chefe da 2.ª Repartição da Direção dos Serviços de Finanças, Luciano da Fonseca Salvador. CML, 2.ª Repartição da Direção dos Serviços de Finanças.
- ¹⁰³ Caderno de encargos do concurso de fornecimento de 21600 plantas herbáceas para a Avenida da Liberdade e Praça Marquês de Pombal, 1958-03-03.
- ¹⁰⁴ *Ofício do Engenheiro Chefe*, 1958-10-14, CML, 3.ª Repartição.
- ¹⁰⁵ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Avenida da Liberdade. Relatório sobre o aspecto geral e estado sanitário das árvores de alinhamento (plantadas em caldeiras). Mês de Setembro*, 1959-10-09.
- ¹⁰⁶ *Ibidem*.
- ¹⁰⁷ *Ofício do Engenheiro Chefe*, 1955-10-03, CML, 3.ª Repartição.
- ¹⁰⁸ C. L. – «E a Avenida? Confronto», *Diário Popular*.
- ¹⁰⁹ *Ibidem*.
- ¹¹⁰ *Parecer do vereador*, 1958-03-12, CML. Parecer do vereador, engenheiro Francisco Ribeiro Ferreira, relativo ao projeto de remodelação da Avenida da Liberdade.
- ¹¹¹ Revista *Arquitetura*. Lisboa. 1957, n.º 60
- ¹¹² CABRAL, Francisco Caldeira – *Parecer*, 1959-03-14.
- ¹¹³ *Parecer de Ribeiro Telles*, 1959-03-14. CML
- ¹¹⁴ CABRAL, Francisco Caldeira – *Parecer*, 1959-03-14.
- ¹¹⁵ CABRAL, Francisco Caldeira – *Parecer*, 1959-03-14.
- ¹¹⁶ G. de A.M. – «O Problema da Avenida».
- ¹¹⁷ SEGURADO, Jorge – Carta ao presidente da CML. Carta de Jorge Segurado a França Borges, solicitando ao presidente que após o licenciamento dos blocos do Montepio Geral, construídos na Avenida do Brasil, este mande proceder ao ajardinamento dos espaços exteriores adjacentes aos referidos edifícios.
- ¹¹⁸ PESSOA, Fernando – *Gonçalo Ribeiro Telles. A sua fotobiografia*, p. 81.
- ¹¹⁹ Fernando Santos e Castro foi presidente da CML entre 1970 e 1972.
- ¹²⁰ CABRAL, Francisco Caldeira – Carta ao presidente da CML.
- ¹²¹ GARCIA, Ressano – *Memória descritiva do projeto da Avenida da Liberdade*.
- ¹²² Revista *Arquitetura*. Lisboa, 1957, n.º 60, p. 14.
- ¹²³ *Urbanização dos Olivais*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 12.
- ¹²⁴ *Ibidem*, p. 26.
- ¹²⁵ *Urbanização dos Olivais*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 26.
- ¹²⁶ *Idem*, p. 27.
- ¹²⁷ *Idem*, p. 26.
- ¹²⁸ *Idem*, p. 26.
- ¹²⁹ *Idem*, p. 29.
- ¹³⁰ *Ibidem*, p. 29.
- ¹³¹ HEITOR, Teresa Valsassina – *A expansão da cidade para o Oriente*.
- ¹³² ANDRESEN, Teresa – *Lugares da Arquitetura Paisagista em Portuguesa*.
- ¹³³ *Urbanização de Olivais Sul. Serviço de planeamento*. CML, Gabinete Técnico da Habitação.

- ¹³⁴ *Idem*, p. 52.
- ¹³⁵ FERREIRA Maria João – *Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais Sul*.
- ¹³⁶ *Relatório de atividade do Serviço de Arborização e ajardinamento (Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas)*, CML, Gabinete Técnico da Habitação.
- ¹³⁷ CUNHA, Ana – Os planos de Urbanização dos Bairros da Encarnação e dos Olivais.
- ¹³⁸ *Relatório de Atividades do Serviço em Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas durante o ano de 1969*, CML, Gabinete Técnico da Habitação.
- ¹³⁹ FERREIRA, Maria João – *Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais Sul*.
- ¹⁴⁰ *Ibidem*.
- ¹⁴¹ CASTEL-BRANCO, Cristina – *O Vale do Silêncio de Sousa da Câmara*, p. 14.
- ¹⁴² CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 48.
- ¹⁴³ *José Henrique de Azeredo Perdigão*. FCG.
- ¹⁴⁴ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- ¹⁴⁵ LOBATO, GUIMARÃES – *Relatório de actividades de Novembro de 1956 a Junho de 1958*, 1958-06-02.
- ¹⁴⁶ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- ¹⁴⁷ *Ibidem*.
- ¹⁴⁸ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 47.
- ¹⁴⁹ LOBATO, Luís Guimarães – *Relatório de actividades de Novembro de 1956 a Junho de 1958*, 1958-06-02.
- ¹⁵⁰ LOBATO, Luís Guimarães – *Relatório de actividades de Novembro de 1956 a Junho de 1958*, 1958-06-02.
- ¹⁵¹ *Ibidem*.
- ¹⁵² *Ibidem*.
- ¹⁵³ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- ¹⁵⁴ *Idem*, p. 62.
- ¹⁵⁵ *Idem*, p. 63.
- ¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 63.
- ¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 63.
- ¹⁵⁸ *Ibidem*.
- ¹⁵⁹ *Idem*, p. 62.
- ¹⁶⁰ *Ibidem*.
- ¹⁶¹ *Ibidem*.
- ¹⁶² LOBATO, Luís Guimarães – *Relatório de actividades do ano de 1958*, [1959].
- ¹⁶³ ANDRESEN, Teresa – *Três décadas de arquitetura paisagista em Portugal: 1940-1970*, p. 89.
- ¹⁶⁴ *Ibidem*.
- ¹⁶⁵ LOBATO, Luís Guimarães – *Relatório de actividades do ano de 1959*, 1960-02.
- ¹⁶⁶ BARRETO, António Viana – *Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian*, pp. 213-214.
- ¹⁶⁷ ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa Bettencourt da; CARVALHO, Luís Guedes de – *Lugares da arquitetura paisagista portuguesa: 1940-1970*, p. 288.
- ¹⁶⁸ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- ¹⁶⁹ William Alexander Allen (1929-1998).
- ¹⁷⁰ LOBATO, Luís Guimarães – *Relatório de actividades em 1960*, 1960-05-06.
- ¹⁷¹ *Ibidem*.
- ¹⁷² CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 77.
- ¹⁷³ *Relatório de Apreciação dos Três Estudos de Ante-Projecto da Construção da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian*. 1960-03-20. FCG.
- ¹⁷⁴ Processo individual n.º 1369. Gonçalo Pereira Ribeiro Telles.
- ¹⁷⁵ LOBATO, Luís Guimarães – *Relatório das actividades em 1961*, 1961.
- ¹⁷⁶ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 84.
- ¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 88.
- ¹⁷⁸ BARRETO, António Viana; TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Parque de Santa Gertrudes – Ante-projecto*. 1961-12, p. 4.
- ¹⁷⁹ *Idem*, p. 2.
- ¹⁸⁰ *Ibidem*.
- ¹⁸¹ *Idem*, p. 4.
- ¹⁸² *Idem*, p. 5.
- ¹⁸³ *Ibidem*, p. 5.
- ¹⁸⁴ BARRETO, António Viana; TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Parque de Santa Gertrudes – Ante-projecto*. 1961-12, p. 5.
- ¹⁸⁵ *Idem*, p. 6.
- ¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 6.
- ¹⁸⁷ *Idem*.
- ¹⁸⁸ *Idem*, p. 114.
- ¹⁸⁹ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- ¹⁹⁰ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva e justificativa*. 1968. Cit. por ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa Bettencourt da; CARVALHO, Luís Guedes de – *Lugares da arquitetura paisagista portuguesa: 1940-1970*, p. 246.
- ¹⁹¹ *Ibidem*.
- ¹⁹² CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 132.
- ¹⁹³ *Ibidem*.
- ¹⁹⁴ *Idem*.
- ¹⁹⁵ BARRETO, António Viana – *Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 215.
- ¹⁹⁶ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 132.
- ¹⁹⁷ BARRETO, António Viana – *Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 215.
- ¹⁹⁸ CARAPINHA, Aurora – *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- ¹⁹⁹ PERDIGÃO, José Azeredo – Carta ao arquiteto paisagista Viana Barreto, 1969-09-05.
- ²⁰⁰ BARRETO, António Viana – Carta à Fundação Calouste Gulbenkian, 1976-05-02.
- ²⁰¹ *Ibidem*.
- ²⁰² BARRETO, António Viana. *Fatura*. 1979.07.11.
- ²⁰³ BARRETO, António Viana; TELLES, Gonçalo. In BARRETO, Francisco Salvação – *Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal*.
- ²⁰⁴ TELLES, Gonçalo Ribeiro, 1970. Cit. por ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa Bettencourt da; CARVALHO, Luís Guedes de – *Lugares da arquitetura paisagista portuguesa: 1940-1970*, p. 249.
- ²⁰⁵ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Implantação do edifício para o novo Centro de Arte Contemporânea da Fundação Calouste Gulbenkian*, 1980-02-26.
- ²⁰⁶ BARRETO, António Viana – *Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 215.
- ²⁰⁷ TREIB, Marc – *Arcadia urbana*, p. 177.
- ²⁰⁸ LOBATO, Luís Guimarães – *Relatório de actividade de 1961*.
- ²⁰⁹ CARAPINHA, Aurora; TREIB, Marc – *Fundação Calouste Gulbenkian. O Jardim*.
- ²¹⁰ CASTEL-BRANCO, Cristina – *Jardins de Portugal*, p. 175.



O contributo dos arquitetos paisagistas: arruamentos

Dentro da tipologia de espaço público «Arruamentos», com base no levantamento realizado nos arquivos (Anexo 3), identificaram-se cinco casos de estudo que, pela sua importância na cidade, pela função, qualidade concetual, estado de conservação e dimensão foram considerados mais representativos da obra dos arquitetos paisagistas. Naturalmente que, mais uma vez, nesta seleção também pesou a qualidade e quantidade de material em arquivo, possível de identificar no âmbito do trabalho de pesquisa realizado.

Os arruamentos cujos projetos foram considerados mais representativos de acordo com os critérios mencionados são: a Avenida da Igreja, a Avenida D. Rodrigo da Cunha, a Avenida dos Estados Unidos da América, a Avenida Infante Santo e a Avenida Calouste Gulbenkian. A Avenida da Liberdade foi inserida na categoria «Parques e Jardins», uma vez que o projeto dos arquitetos paisagistas pretendia que ela se assumisse precisamente como tal.

O Anexo 3 revela-nos um conjunto de trinta lugares – «Arruamentos» – da cidade de Lisboa, cada um dos quais acompanhado da listagem de projetos a ele associados, estando devidamente refe-

renciados os projetistas e os arquivos onde se encontram peças escritas e peças desenhadas a eles pertencentes. O levantamento revelou, uma vez mais, uma intervenção expressiva em toda a cidade (Fig. 127).

A expansão e a remodelação da cidade de Lisboa ocorreram a um ritmo célere entre o início dos anos 1950 e o final dos anos 1960. Este facto implicou uma atividade projetual intensa por parte dos arquitetos paisagistas em funções na CML: Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Sampaio Fontes, Sousa da Câmara e Álvaro Dentinho.

Os projetos para os arruamentos da cidade circunscreveram-se sobretudo à realização de planos de plantação e desde cedo constituíram objeto de trabalho dos arquitetos paisagistas. A plantação dos arruamentos obedecia aos parâmetros específicos da circulação, quer de peões quer de veículos. Se relativamente a alguns projetos dos arquitetos paisagistas foi possível encontrar documentação textual, as peças desenhadas relativas a esta tipologia que se encontraram foram, na maioria dos casos, escassas, podendo mesmo reduzir-se a um desenho. Por vezes esta escassez é compensada



127. Distribuição, na cidade de Lisboa, dos projetos incluídos na tipologia «Arruamentos», 2014.
TBC



pela associação a elementos fotográficos, sendo ainda de registar que nos confrontámos com a dispersão das fontes por diferentes arquivos. Esta dificuldade constituiu um fator limitante do alcance desta investigação.

O primeiro arruamento, encontrado nesta investigação, a ser alvo de um projeto de arquitetura paisagista na cidade de Lisboa foi a Avenida da Igreja. O projeto data de 1950 e é da autoria de Azevedo Coutinho. Apresenta duas tipologias diferentes de plantação da via pública, dependendo da função predominante do piso térreo do edificado, comércio *versus* habitação. As duas tipologias de alguma forma estão diferenciadas pela introdução

128. Avenida da Igreja. Troço Largo Frei Heitor Pinto-Praça de Alvalade, 1958.
AML. Col. Salvador de Almeida Fernandes. PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/SAL/000188

129. Avenida da Igreja. Praça de Alvalade, 1960.
AML. Col. Augusto de Jesus Fernandes. PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/AJF/002429

130. Avenida da Igreja. Troço Praça de Alvalade – Jardim do Campo Grande, década de 1950.
AML. Col. Salvador de Almeida Fernandes. PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/SAL/000182

de uma rotunda, então ajardinada e hoje pavimentada, tendo a estátua de Santo António no centro (Figs. 128, 129 e 130).

Ainda em finais deste mesmo ano, Azevedo Coutinho realizou o *Projeto de Alteração do Plano de Plantação da Avenida Guerra Junqueiro*, aquando da alteração do perfil transversal desta avenida (Fig. 131).





131. Projecto (sic.) de alteração do plano de plantaço da Avenida Guerra Junqueiro. Azevedo Coutinho, 1950.
AML. PT/AMLSB/CMSLB/UROB-OM/19/0052/01

Esta intervenção diferiu da anterior uma vez que, numa rua onde o piso térreo dos edifícios era já ocupado predominantemente por comércio e serviços, tinham já sido instaladas faixas ajardinadas. Neste projeto Azevedo Coutinho respondeu a uma necessidade de recuo das árvores existentes nesta avenida, como resposta a uma adaptação a um novo perfil transversal da mesma, pelo que as localizou junto do limite interno das placas, instalando também arbustos e escalracho (*Stenotaphrum americanum*) na zona a plantar (Fig. 132). Devido a esta alteração foi necessário o transplante de quarenta e sete freixos e a plantaço ou retancho de mais vinte e um freixos¹. Relativamente à vegetação arbustiva, esta foi projetada em pequenos grupos com plantas de portes variados. Junto ao passeio foi instalada uma faixa de cerca de oitenta centímetros, com plantas anuais ou vivazes, para que estas conferissem um pouco de cor ao conjunto,



132. Faixa ajardinada ao longo da Avenida Guerra Junqueiro, 1960.
AML. Col. Arnaldo Madureira. PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/ARM/000456

estabelecendo o arquiteto paisagista um paralelismo com o plano de plantação das faixas ajardinadas do trecho poente da Avenida da Igreja². Ainda neste ano foi projetada a plantação da Avenida de Madrid, por Ribeiro Telles.

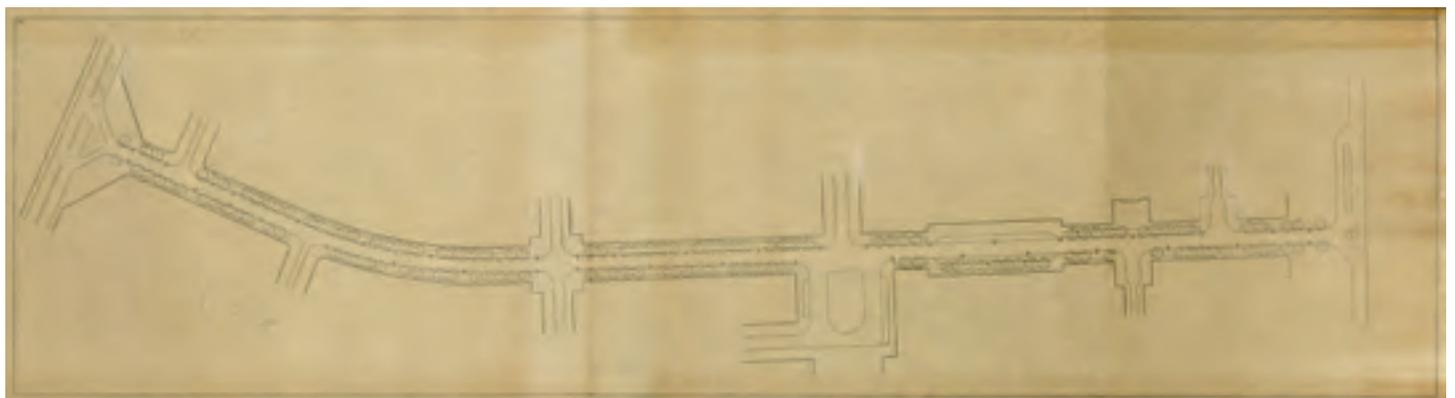
Nos inícios de 1951, Azevedo Coutinho foi chamado a realizar o *Projeto de Arborização da Avenida João XXI*. Pelo que nos é dado concluir da análise da memória descritiva e justificativa do projeto, a utilização das caldeiras pré-existentes nesta avenida foi recusada e justificada do seguinte modo: «Não é possível aproveitar as caldeiras existentes naquela artéria por se encontrarem demasiadamente perto da faixa de rodagem, o que é prejudicial ao trânsito, às próprias árvores e ainda à iluminação.»³ Previu neste projeto a plantação de plátanos com um compasso de oito metros, exceto nos locais onde existiam candeeiros, já que aí a sua distância passou para o dobro, para que as copas não prejudicassem a iluminação pública⁴.

Azevedo Coutinho projetou ainda, em finais de 1951, a *Construção de Ajardinados nas Placas Centrais da Avenida do Aeroporto*. A placa central desta avenida não foi contemplada com um sistema de rega, como pretendia Azevedo Coutinho,

sendo este o motivo por que se excluíram à partida plantas mais exigentes neste recurso. Assim, afirmou na nota justificativa deste projeto: «Pretende-se a plantação de grupos de arbustos de folhagem e flor que quebrem a monotonia das placas e sugere-se o revestimento do solo com manchas diferenciadas de plantas herbáceas vivazes de cobertura suficientemente rústica para resistirem à falta de água durante o Verão. Estas manchas darão uma nota de arranjo e cor aos ajardinados. A implantação de relvado só deverá ser feita quando houver possibilidades de efectuar uma rega e condições tecnicamente razoáveis, de resto julgamos que o arranjo com arbustos de folhagem e flor e plantas herbáceas vivazes dará um aspeto colorido e variado a estes ajardinados mais em harmonia com as nossas condições de luz e cor.»⁵

Como podemos concluir deste texto, as plantas foram escolhidas de acordo com as suas características individuais, quer enquanto entidades botânicas quer pelas suas qualidades estéticas, tais como a sua estrutura, forma ou cor da folhagem ou da flor.

Ainda no mesmo ano, Ribeiro Telles projetou a plantação da Avenida Rio de Janeiro (Fig. 133) e,

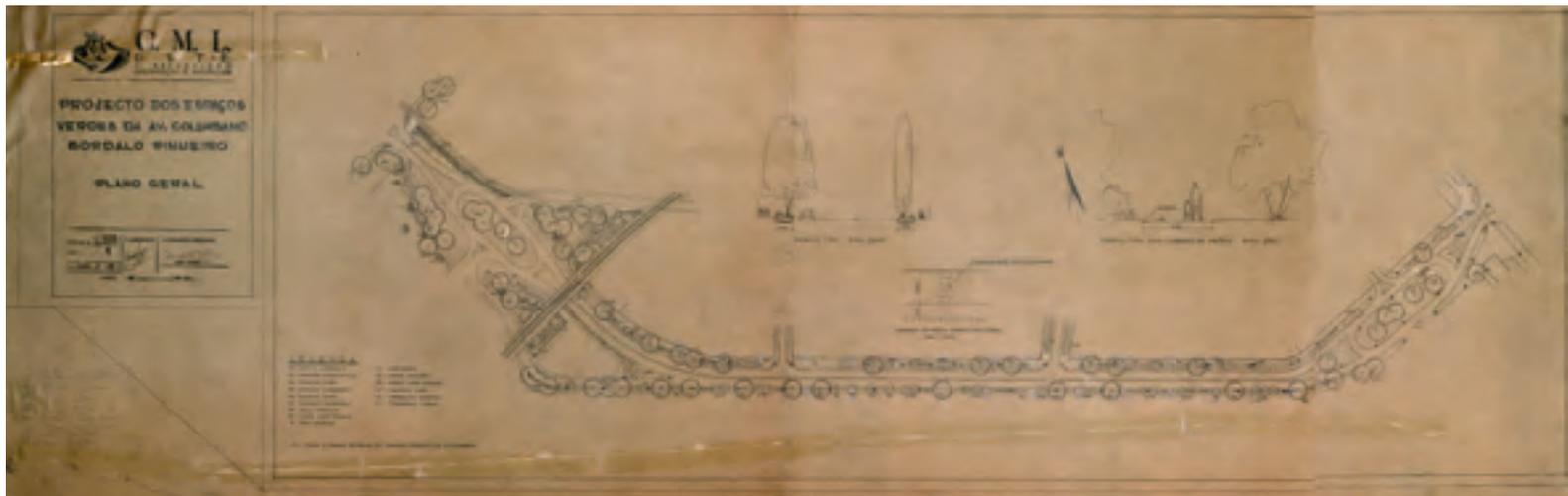


133. *Projecto de arborização da Avenida do Rio de Janeiro. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1951.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0024/01



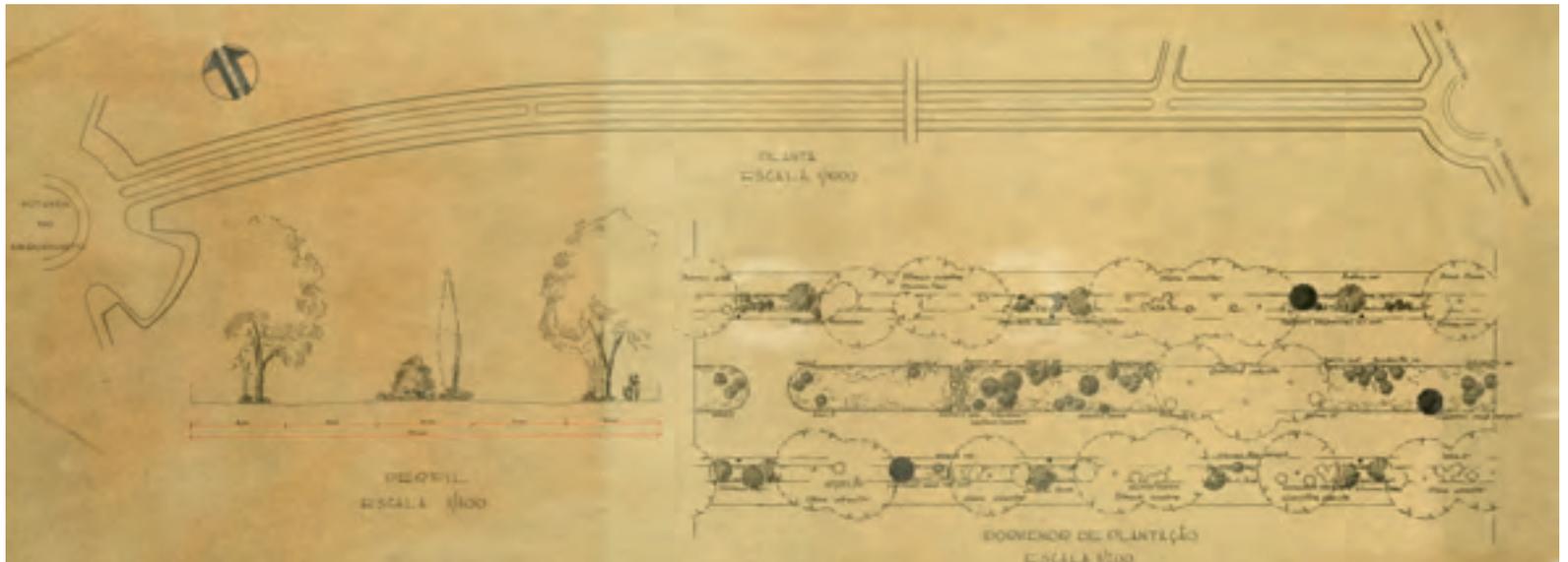
134. *Projecto de ajardinamento da Av. Columbano Bordalo Pinheiro.*
Ribeiro Telles, 1953.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0051/01



135. *Projecto dos espaços verdes da Av. Columbano Bordalo Pinheiro.*
Plano geral. Ribeiro Telles, s.d.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0051/02

no ano seguinte, da Avenida de Madrid. Em 1953, projetou as plantações da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro (Figs. 134 e 135), da Segunda Circular, no troço compreendido entre a Rotunda do Aeroporto e a Avenida Infante D. Henrique (Fig. 136), e também desta rotunda, remodelada num intuito

de valorização das perspectivas dos arruamentos que nela desembocavam⁶ (Figs. 137 e 138). Numa segunda fase deste projeto, elaborada três anos mais tarde, esta rotunda viria a ser enquadrada pela plantação dos topos destes mesmos arruamentos (Fig. 139).

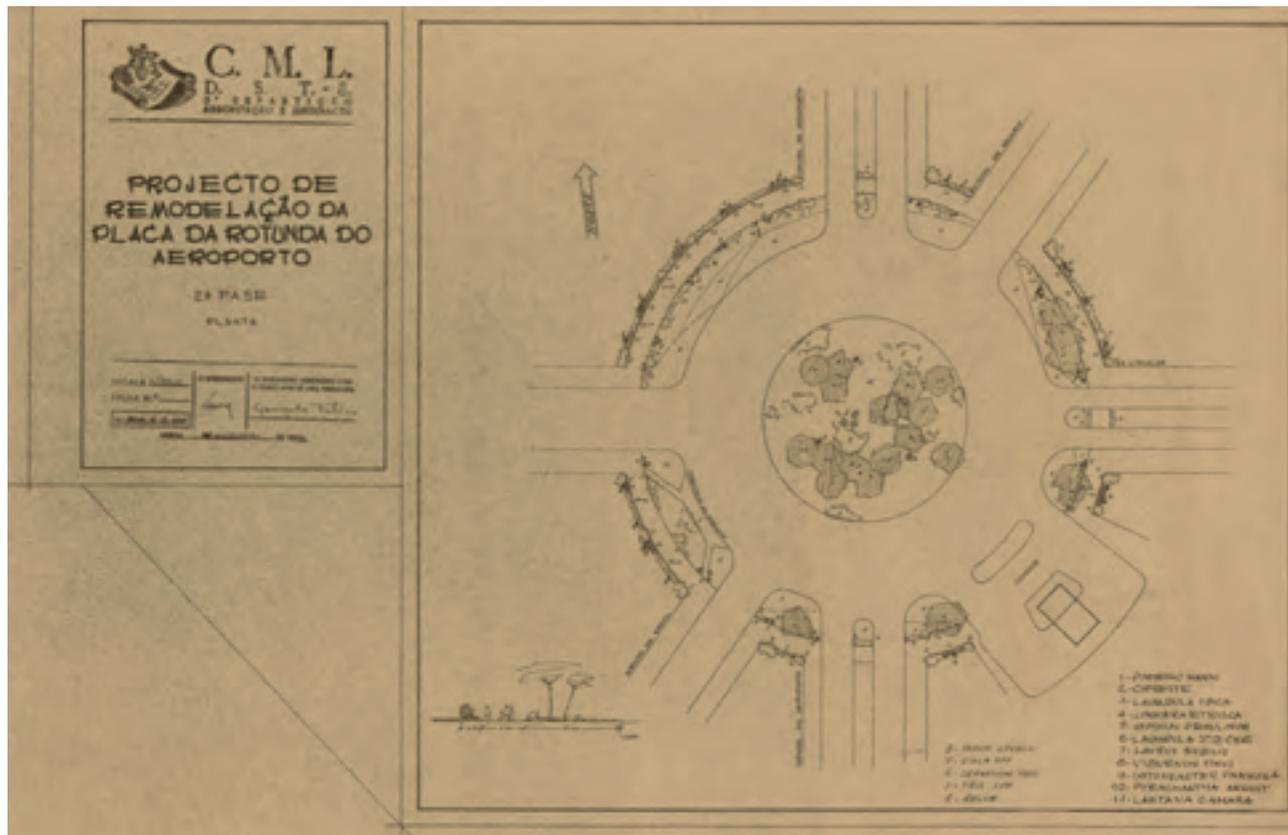


136. Projecto de ajardinamento da 2.ª Circular (troço entre a Rotunda do Aeroporto e a Av. Infante D. Henrique). Ribeiro Telles, 1953.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0077/01



137. Projecto de remodelação da placa da Rotunda do Aeroporto. Planta. Ribeiro Telles, 1953.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0001/01

138. Projecto de remodelação da placa da Rotunda do Aeroporto. Perfil. Ribeiro Telles, 1953.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0001/02



139. Projecto de remodelação da placa da Rotunda do Aeroporto. 2.ª Fase.

Planta. Ribeiro Telles, 1956.

AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0001/03

De acordo com o que vinha acontecendo nos projetos anteriormente mencionados, também nestes três projetos as entidades botânicas selecionadas são espécies climáce da região de Lisboa. Entre as árvores encontraram-se os vários tipos de choupos (*Populus alba*, *Populus nigra* e *Populus canescens*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o cipreste (*Cupressus sempervirens*), a grevília (*Grevillea robusta*), o lódão-bastardo (*Celtis australis*), várias espécies de ulmeiros (*Ulmus glabra* e *Ulmus carpinifolia*), o zambujeiro (*Olea oleaster* var. *sylvestris*), o vimeiro (*Salix fragilis*) e o plátano oriental (*Platanus orientalis*),

o loureiro (*Laurus nobilis*). Também se encontraram os seguintes arbustos: viburno (*Viburnum tinus*), lantana (*Lantana camara*), rosmaninho (*Lavandula stoechas*), alfazema (*Lavandula spica*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), berberis (*Berberis* sp.), cotoneáster (*Cotoneaster serotina*) o pitósporo-da-china (*Pittosporum tobira*), a pircanta (*Pyracantha coccinea*), o loendro (*Nerium oleander*) e a budleia (*Buddleja* spp.). Relativamente às plantas herbáceas, a escolha favoreceu as espécies vivazes em detrimento das anuais. Encontraram-se, entre outras, os lírios (*Iris* sp.), as sálvias (*Salvia* sp.), os aster (*Aster* sp.), os berberis (*Berberis* sp.), a hebe (*Hebe*

speciosa), a vinca (*Vinca sp.*), o cerástio (*Cerastium tomentosum*) e os pelargónios (*Pelargonium spp.*) Neste mesmo ano foram também projetados os ajardinados da Avenida D. Rodrigo da Cunha.

A observação da distribuição geográfica destes projetos levou a acreditar que, enquanto em 1950 e 1951 os arquitetos paisagistas da RAJ, relativamente à plantação dos arruamentos da capital, orientaram uma parte importante da sua atuação na zona do Bairro de Alvalade e nas proximidades do mesmo, esta ação alargou-se, em 1953, às zonas mais periféricas da cidade de Lisboa, tendo sido inclusivamente projetada nesta data a plantação da Avenida Dom Vasco da Gama e de um troço da Avenida da Índia, junto ao Pavilhão de Exposições de Lisboa.

Sampaio Fontes, em 1954, projetou a plantação de árvores na Avenida Infante Santo, pensa-se que no troço compreendido entre a Praça da Estrela e a Rua Sant'Ana à Lapa, e na sua perpendicular, a Rua Tenente Valadim. Ribeiro Telles projetou nesse ano a plantação de árvores da Avenida Santa Joana Princesa.

O aumento progressivo de tráfego da cidade de Lisboa obrigou a CML a elaborar um *Plano de Coordenação de Transportes de Lisboa*, cuja concretização incluía uma remodelação da rede dos transportes públicos então existente⁷. Este plano contou com intervenções como a instalação de uma rede de metropolitano e o levantamento de linhas de carros elétricos, a par de uma revisão da rede de esgotos e de outros serviços públicos, há muito esperada⁸. Esta remodelação da cidade implicou a alteração do perfil transversal de algumas avenidas. De acordo com um plano de obras já previamente aprovado, Guimarães Lobato apresentou ao presidente da CML, em 1955, o estudo *Remodelação das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar. Estudos-base*. em que contou com a colaboração de Ribeiro Telles.

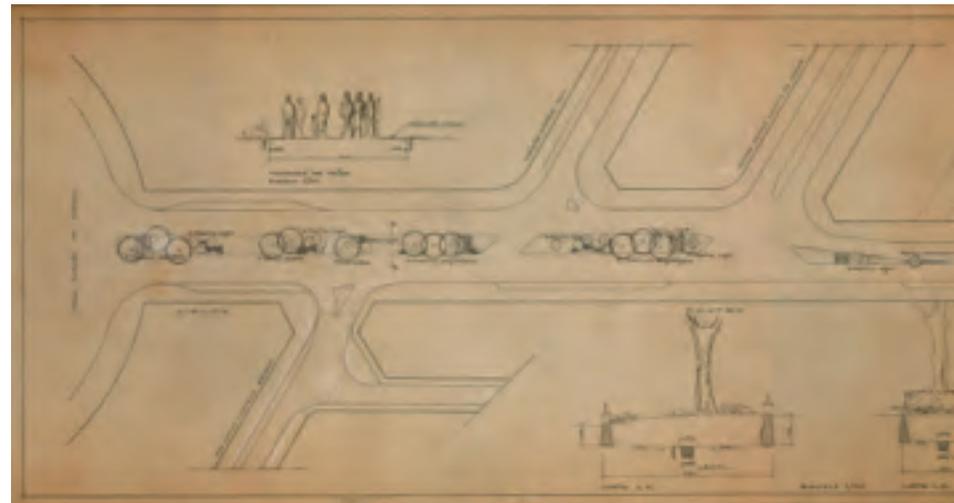
Na informação que acompanha este estudo, Guimarães Lobato valoriza o espaço de circulação dos peões ao afirmar que estes «[...] deverão circular desembaraçados do trânsito, resguardados da circulação dos automóveis e isolados, quanto possível, do restante bulício das ruas [...] A remodelação dos perfis transversais exigirá, em especial, o sacrifício de árvores, abatidas ou transplantadas [...] Nos novos perfis transversais estudados, dá-se grande desenvolvimento vegetal nas artérias, podendo afirmar que na Avenida da Liberdade ela será utilizada em mais larga escala e em melhores condições pelos transeuntes, do que nas condições atuais.»⁹

Relativamente à remodelação dos perfis transversais da Avenida Fontes Pereira de Melo e Avenida António Augusto de Aguiar, que podiam contar apenas com 30 metros de largura, Guimarães Lobato valorizou a sua localização estratégica, como prolongamento da Avenida da Liberdade, funcionando como radiais, a Avenida Fontes Pereira de Melo como prolongamento desta para as avenidas novas e a Avenida António Augusto de Aguiar para os vales de Benfica e da Luz¹⁰. Referiu que, no entanto, as ligações destas duas avenidas às praças Duque de Saldanha e de Espanha, respetivamente, não estavam ainda resolvidas, já que aguardavam um estudo definitivo¹¹. Quanto à circulação pedonal em ambos os arruamentos afirmou: «A circulação de peões está assegurada por passeios de 5,40 metros de largura, marginando as faixas laterais de estacionamento. Nestes passeios a circulação será feita numa faixa de 3 metros de largura, ficando reservada uma faixa de 2,40 metros de largo para o estabelecimento de uma mancha verde contínua, apenas interrompida por pequenos atravessamentos para peões. É nesta mancha que se estabelecerá, com espécies convenientes, a necessária arborização destas avenidas.»¹² Com respeito à plantação de árvores podemos ler:

«A arborização indicada nos estudos apresentados foi estabelecida de acordo com as disponibilidades de espaço obtidas no ajustamento dos perfis transversais das avenidas. Apesar da descontinuidade indicada, a plantação de espécies adequadas e o arranjo das manchas verdes dos passeios assegurarão a estas artérias o seu indispensável complemento vegetal. Trata-se porém, de problema a resolver pelos técnicos competentes desta Câmara.»¹³ Tal documento demonstra que embora os arquitetos paisagistas já tivessem conseguido passar, ao nível do projeto, a mensagem da necessidade de proporcionar às árvores, como seres vivos, condições melhoradas para o seu desenvolvimento em meio urbano adequado, promovendo a substituição do sistema de caldeira por faixas ajardinadas, não tinham no entanto poder de decisão na escala do planeamento urbano, esperando-se deles, no âmbito do trabalho que desenvolviam na câmara, que apresentassem soluções de «ajardinamento» de projetos previamente delineados por outros profissionais.

Em 1955 foram projetadas as plantações da Avenida de Roma por Ribeiro Telles. Este, na memória descritiva do projeto, destacou a limitação causada a uma correta arborização resultante do perfil da avenida e do espaçamento entre prédios: «O perfil longitudinal e a largura entre os prédios da Av. de Roma, condicionam a arborização desta artéria a uma solução que se apresenta longe, tanto sob o ponto de vista estético como sob o ponto de vista técnico, dum aspecto perfeito e equilibrado quanto à distribuição das massas vegetais e ao seu desenvolvimento. O desenvolvimento topográfico desta avenida e a largura

entre os edifícios não permitem uma arborização do tipo alameda [...] Procurou tirar partido da existência de maiores áreas livres nos cruzamentos da Avenida de Roma com as Avenidas da Igreja e dos Estados Unidos da América, onde o desenvolvimento da arborização prevista permite formar ajardinados com estadias para esplanadas. Todo o arvoredo previsto será plantado em faixa verde, o que permitirá, além das conhecidas vantagens de ordem vegetativa para a árvore, orientar o trânsito de peões no sentido das diversas travessias isolando-o o mais possível do trânsito automóvel [...] As espécies a plantar são da formação clímax de Lisboa ou já tradicionais da região. Todo o arvoredo, excepto nos ajardinamentos dos cruzamentos, é de folhagem caduca a fim de permitir um ensombramento no verão dos passeios sem prejudicar no Inverno a exposição das fachadas dos edifícios. A faixa verde será relvada e revestida com grupos dispersos de arbustos que se distribuem do lado da rodagem [...]»¹⁴ Este projeto, como os outros já referidos, privilegiou a plantação das árvores em faixas ajardinadas em detrimento das caldeiras até então vulgarmente utilizadas e seleccionou espécies



140. Av. Fontes Pereira de Melo. Projecto de arborização. 1.ª Fase. Ribeiro Telles, 1953.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0017/01

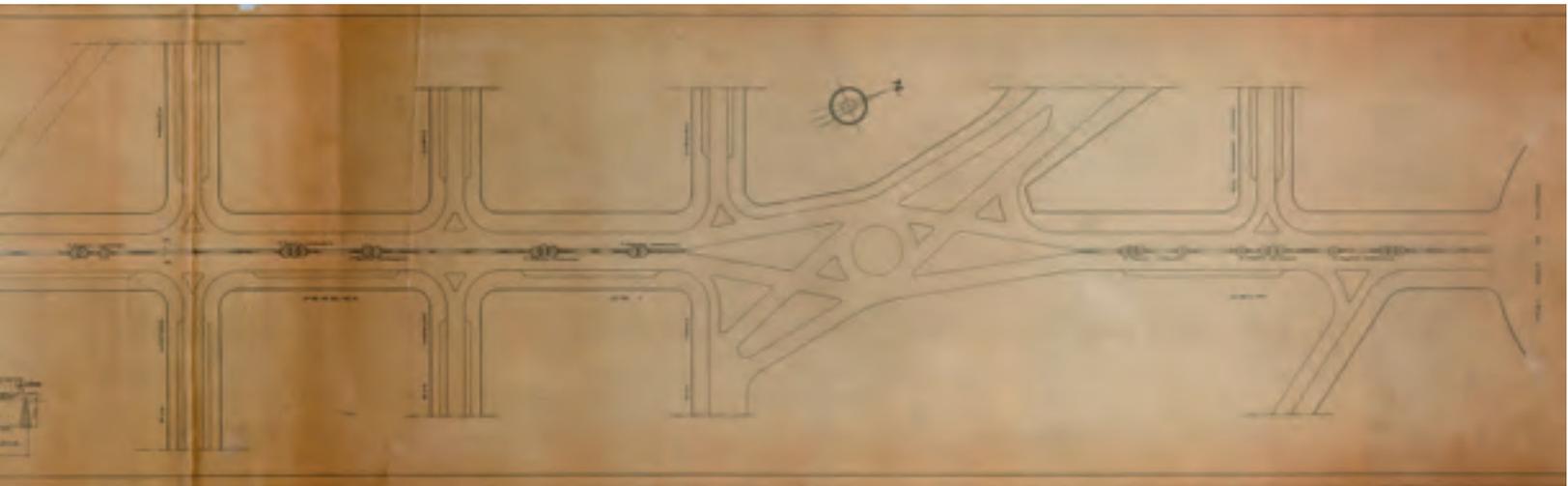
de folhagem caduca na plantação dos arruamentos, com a intenção de maximizar o aproveitamento do sol, tão apreciado no inverno. Neste mesmo ano, Ribeiro Telles projetou também a plantação da Avenida do Brasil e da Avenida da Liberdade.

Em 1956 foram projetadas as plantações da Rua da Quinta de Santa Maria, na Encarnação, esta constituída por uma alameda central, contendo zonas de estadia e terminando num «[...] logradouro de maiores dimensões em que foi considerada a proteção dos ventos do quadrante norte e diferente exposição dos diversos locais onde serão instalados bancos.»¹⁵ Esta memória reflete as características físicas daquele local, às quais o projeto se submeteu. Neste mesmo ano foi projetada a plantação da Avenida do Restelo, cujo projeto se arrastaria até ao ano seguinte, quando se projetaram também a Avenida da Índia e a Praça de Espanha.

Relativamente à Avenida da Índia, o engenheiro-chefe da RAJ, José Pulido Garcia, solicitou a realização de um perfil-tipo, que enviou juntamente com uma informação à DSUO com a seguinte justificação: «No entanto em face das características do trânsito da Av. da Índia, quer de automóveis quer

de peões, e para sua maior segurança, bem como para obtenção de regulares condições de vegetação das árvores a plantar, esta repartição propõe, desde já, o perfil tipo que se junta para este troço da Av. da Índia.»¹⁶

Com respeito à Praça de Espanha, no GEU coordenado por Guimarães Lobato, com a colaboração de Ribeiro Telles, em fevereiro de 1957, realizou-se o *Estudo-base da Urbanização da Praça de Espanha, da Artéria em Prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios*.¹⁷ Ribeiro Telles, neste estudo, teve a oportunidade de invocar atempadamente a necessidade de hierarquizar a arborização dos arruamentos, no sentido de criar uma estrutura verde estruturante da cidade: «Além, portanto, da valorização dos maciços existentes deve-se prever fundamentalmente a arborização das grandes artérias (prolongamento da avenida António Augusto de Aguiar e avenida de Berne, avenida Columbano Bordalo Pinheiro e 3.ª circular), enquadramento criterioso da Praça de Espanha e praça da Estação Central e a criação de ajardinados de logradouro junto aos blocos habitacionais. Pretende-se ainda que toda a vegetação



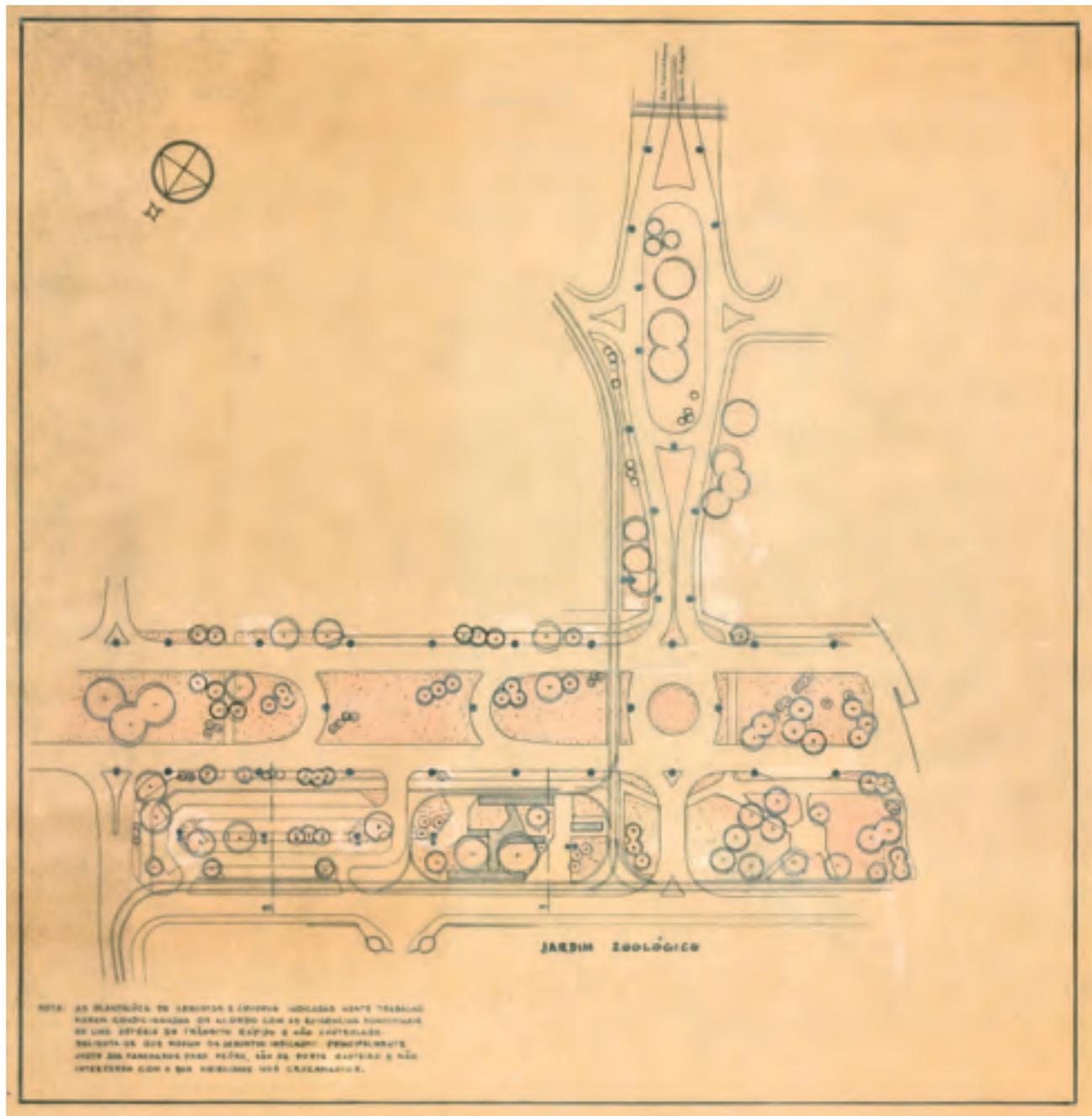
na zona em estudo apresente uma certa unidade paisagística pelo que se prevê uma distribuição das espécies de harmonia com a estratificação ecológica natural. Os vales serão portanto ocupados por cortinas de caducifólias próprias desses ambientes e nas zonas mais elevadas deverão surgir, criteriosamente misturadas, folhosas e coníferas de folha persistente. Arbustos da respectiva formação climace acompanham o andar arbóreo [...] A arborização das artérias da zona em estudo, dentro dos moldes adiante apontados, poderá ser um elemento valioso na proteção dos ventos estivais do quadrante norte e portanto provocando uma melhoria climática desta zona da cidade [...]»¹⁸

Verificamos aqui um desenvolvimento da proposta em função do estudo das características físicas do lugar, sendo que a topografia e a orientação determinaram o seu desenho. Estão presentes grandes maciços compactos de vegetação, onde a experiência da sazonalidade é importante em função sobretudo das espécies caducifólias. Os espaços verdes da Avenida Fontes Pereira de Melo foram projetados, numa primeira fase, em 1958 por Ribeiro Telles, restringindo-se a plantação de árvores a uma placa central arborizada, atravessada por passagens de peões, interrompida apenas nos cruzamentos com a Avenida Sidónio Pais, Avenida António Augusto de Aguiar, Rua Tomás Ribeiro, Rua Latino Coelho e Avenida 5 de Outubro (Fig. 140). Em 1963 Edgar Sampaio Fontes interveio nesta avenida face a um alargamento da zona de circulação automóvel, com o sacrifício para o efeito, da placa central. Esta intervenção restringiu-se ao troço compreendido entre a Praça Marquês

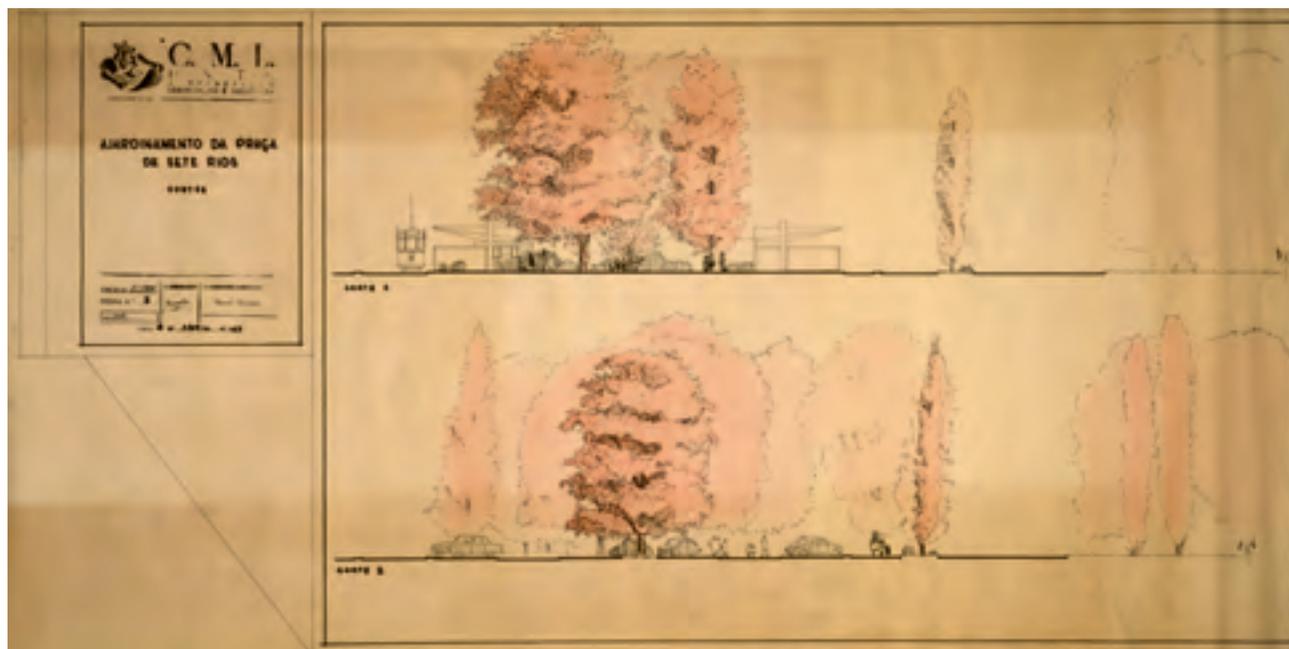
de Pombal e o cruzamento com a Avenida António Augusto de Aguiar. Também o cruzamento com as ruas Tomás Ribeiro, Latino Coelho e Avenida 5 de Outubro foi modificado e arborizado. Ainda em 1958 era também projetada a plantação da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América, por Ribeiro Telles, e da Rua D. Francisco Manuel de Melo por Sampaio Fontes.

Em 1963 Sousa da Câmara interveio na Praça de Sete Rios e registou sobre o desenho do plano geral a seguinte nota: «As plantações de arbustos e árvores indicadas neste trabalho foram condicionadas de acordo com as exigências funcionais de uma artéria de trânsito rápido e não controlado. Salienta-se que mesmo os arbustos indicados principalmente junto das passagens para peões, são de porte rasteiro e não interferem com a boa visibilidade nos cruzamentos»¹⁹ (Figs. 141 e 142). No ano seguinte projetou a plantação de faixas ajardinadas, acompanhando o limite externo dos passeios e da placa central da Avenida Gago Coutinho, entre a Praça do Areeiro e a Avenida dos Estados Unidos da América (Fig. 143). Em 1967 projetou as faixas ajardinadas situadas ao longo da Avenida Calouste Gulbenkian, um dos arruamentos selecionados como caso de estudo.

Nesse mesmo ano, Sousa da Câmara projetou as plantações na Avenida de Ceuta e nos acessos à Ponte Sobre o Tejo, que lhe valeram uma menção honrosa por parte da CML²⁰. Sampaio Fontes, por seu lado, projetou as plantações da Avenida da República, então em remodelação e, no ano seguinte, as plantações da Praça Duque de Saldanha.

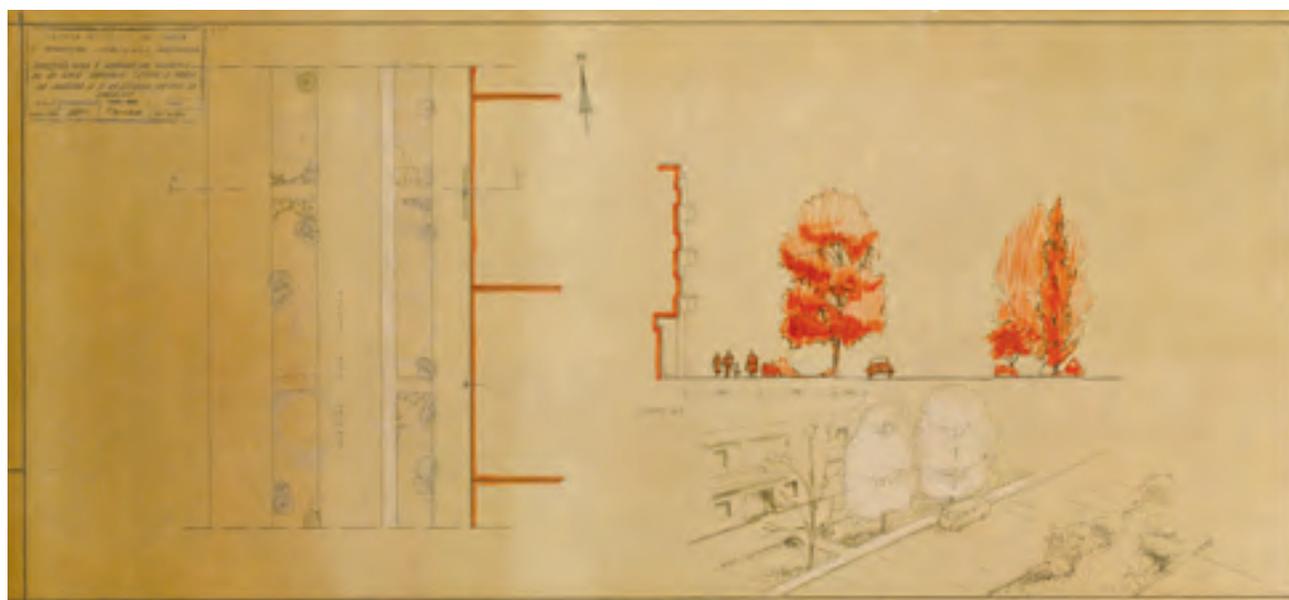


141. *Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Plano geral.* Sousa da Câmara, 1963.
AML.PT/AMLSB/CMSLB/UROB-0M/19/0016/01



142. *Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Cortes. Sousa da Câmara, 1963.*

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.141



143. *Sugestão para o arranjo dos passeios da Av. Gago Coutinho (entre a Praça do Areeiro e a Av. Estados Unidos da América). Sousa da Câmara, 1964.*

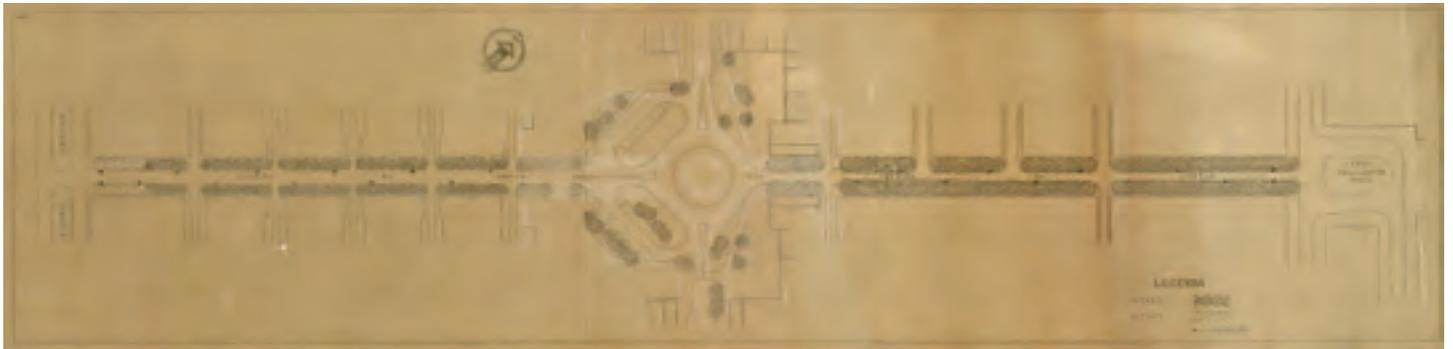
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0047/01

AVENIDA DA IGREJA

De implantação aproximadamente nascente-poente, a Avenida da Igreja apresenta dois troços de características diferentes, unidos por uma rotunda. O troço nascente apresenta uma forte predominância de comércio e serviços, ao nível do piso térreo dos prédios que a delimitam, enquanto o troço poente é praticamente, na sua totalidade, ocupado por prédios de habitação.

Datado de 1950, com um desenho extremamente cuidado da autoria de Azevedo Coutinho, o plano de plantação desta avenida distinguiu-se pelo facto de apresentar uma distribuição da vegetação diversa, em função do tipo de utilização apresentada (Figs. 144 e 145).

No troço nascente, compreendido entre o Largo Frei Heitor Pinto e a Avenida de Roma, de vocação marcadamente comercial, foram plantados plátanos (*Platanus orientalis*) em caldeiras, de modo a que



144. Projecto de arborização da Avenida da Igreja. Plano geral.

Azevedo Coutinho, 1950.

AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0030/01



145. Projecto de arborização da Avenida da Igreja. Perfis tipo.

Azevedo Coutinho, 1950.

AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0030/03

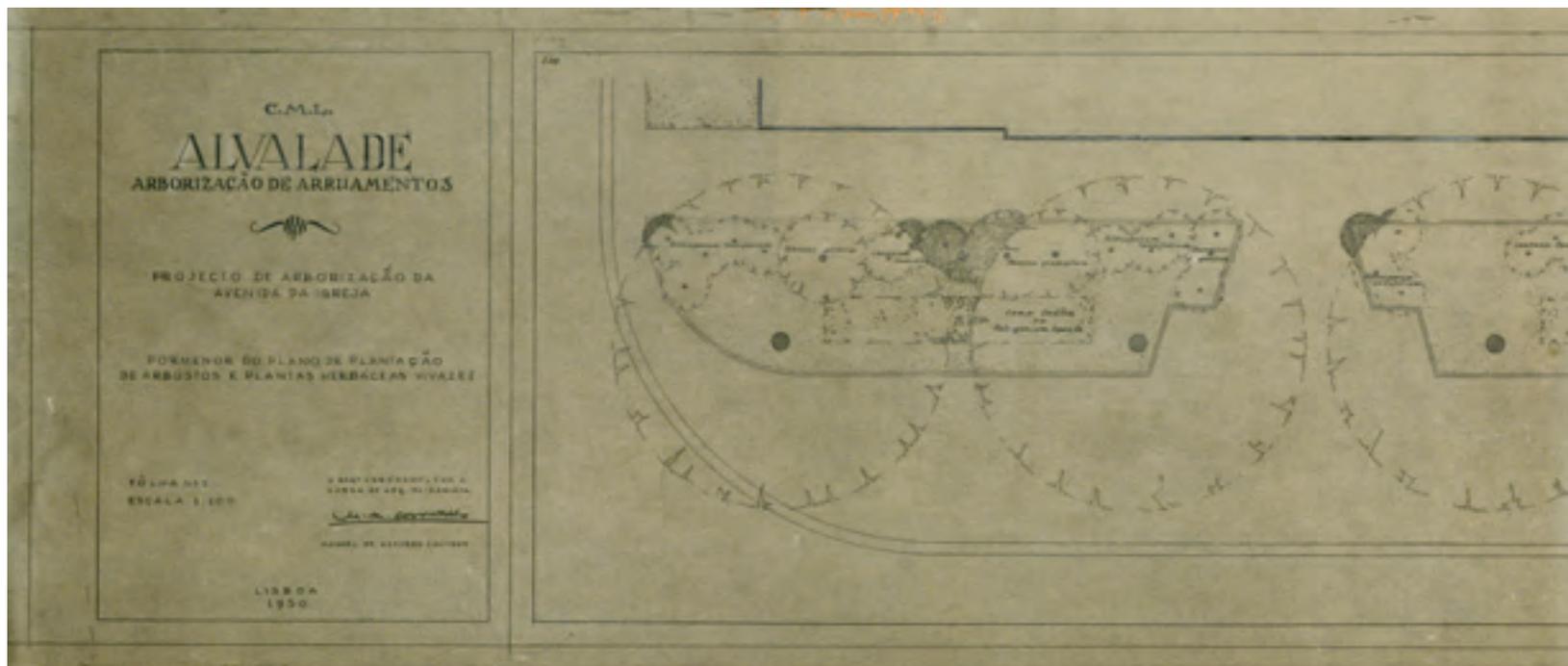


146. Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Largo Frei Heitor Pinto, 1959.
AML. Col. António Passaporte. PT/AMLSB/PAS/001820

147. Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Campo Grande, década de 1950.
AML. Col. Claudino Madeira. PT/AMLSB/MAD/000080



148. *Projecto de arborização da Avenida da Igreja. Pormenor do plano de plantação de arbustos e plantas herbáceas vivazes.* Azevedo Coutinho, 1950.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0030/02



as árvores não interferissem nem com o movimento acentuado do público, nem com o sistema de iluminação (Fig. 146). Contrariamente, no troço poente compreendido entre a Avenida de Roma e o Campo Grande, as árvores foram plantadas em alinhamentos inscritos em vastas faixas ajardinadas, interrompidas pelas serventias das entradas dos prédios de habitação. Projetou-se nesta zona um alinhamento de choupo-branco (*Populus alba*) e arbustos enquadrados por um tapete de herbáceas, possibilitando às pessoas a circulação por ambos os lados destas faixas, numa clara valorização do peão (Fig. 147).

O plano de plantação incluía um elenco florístico constando de três espécies de plantas herbáceas e cinco espécies de arbustos (Fig. 148). Em termos de herbáceas a escolha recaiu em plantas vivazes, como a *Canna indica*, o *Pelargonium zonal* e a *Veronica speciosa*. No referente ao estrato arbustivo encontrou-se, além de plantas ornamentais como

o *Hibiscus syriacus*, a *Lantana camara*, o *Pittosporum tenuifolium* e a *Punica granatum*, a opção por uma espécie autóctone, a *Tamarix aestivalis*, também com um interessante desempenho enquanto planta ornamental.

A análise deste projeto revela o contributo inovador, ao nível da arborização de vias de circulação, que constituiu a definição de uma diferente tipologia de ocupação do espaço com base numa separação funcional: trânsito/comércio e serviços/habitação. Destacamos a forma de distribuir as plantas herbáceas, favorecendo as perenes em relação às plantas anuais, com o objetivo de reduzir o trabalho de manutenção. Nota-se, na seleção das plantas, a intenção de obter uma floração escalonada no tempo, reforçando a ideia que todo o ano deverão existir folhas e flores. A escolha de árvores caducifólias visa, não só criar sombras no verão, mas também tirar partido do sol no inverno.



AVENIDA D. RODRIGO DA CUNHA

A Avenida D. Rodrigo da Cunha situa-se ao longo de uma encosta de inclinação suave, ligando a Avenida Almirante Gago Coutinho à fachada posterior da Igreja de São João de Brito, situada numa cumeada. De implantação nascente-poente, a avenida em si é ladeada por dois trechos de tipologias de construção diversas.

Esta avenida atravessa uma série de espaços ajardinados perfeitamente simétricos, localizados entre prédios de habitação de quatro pisos, instalados em bateria, em ambos os lados deste eixo. A avenida – que não é intersetada por outras ruas perpendiculares de trânsito automóvel, permite a



149. A arborização da Avenida D. Rodrigo da Cunha, 2021.

TBC



150. Caminho pedonal nos logradouros da Avenida D. Rodrigo da Cunha, 2021.
TBC

criação de uma continuidade «verde». Entre o limite dos prédios e o passeio da avenida existe sempre uma área ajardinada que os separa mesmo que reduzida a uma faixa estreita de relvado. Todos estes espaços apresentam bancos de jardim, nos caminhos pedonais na proximidade do passeio. Ao longo de toda a avenida encontram-se plantadas tílias, em caldeiras (Figs. 149 e 150).

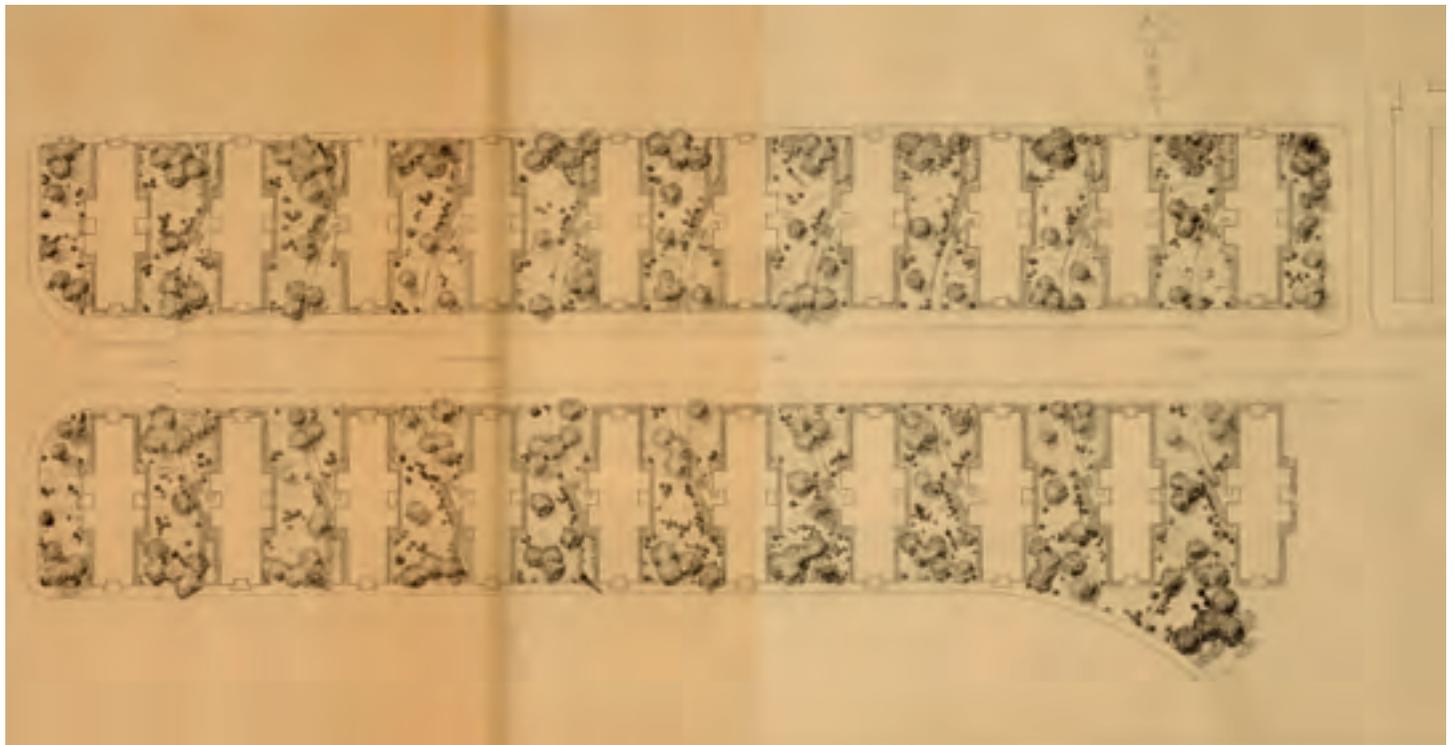
Os espaços ajardinados que limitam o trecho da avenida mencionado em primeiro lugar foram projetados por Ribeiro Telles, em 1953. O seu desenho foi concebido de forma simétrica em relação à avenida, no que respeita à implantação dos caminhos pedonais e mesmo na distribuição dos maciços vegetais, mais densos no topo de cada um destes espaços (Fig. 151).

Relativamente às espécies vegetais selecionadas, segundo o plano de plantação verificámos que, junto à avenida, em cada um destes espaços ajardinados existia um choupo que marcava um ritmo a quem percorria a avenida, formalizando o limite de cada um dos espaços verdes face à avenida (Figs. 152 e 153). As restantes espécies arbóreas e arbustivas selecionadas refletem uma opção

clara por espécies bem adaptadas à região de Lisboa. Nove anos depois, em 1962, Sampaio Fontes suprimiu os lugares de estacionamento que existiam recortados nos passeios da avenida, ampliou os passeios e arborizou-os, escolhendo a tília (*Tilia cordata*).

A plantação da avenida permitiu desenvolver uma ideia – criar um cenário urbano novo – em função das características físicas do lugar e do projeto de arquitetura. Pelo que podemos observar, foi

valorizada a continuidade visual do espaço verde, numa articulação de volumes da vegetação, o que, apesar da presença dos edifícios, fez prevalecer o caráter de *continuum naturale*. Os caminhos pedonais pontuados com bancos de jardim, convidando a uma paragem nestes locais, conferem simultaneamente um estatuto de zona de estadia, assumindo mesmo o caráter de jardim urbano, muito para além de um mero arruamento.



151. *Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha. Plano geral.*

Ribeiro Telles, 1953.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.109

152. A Avenida D. Rodrigo da Cunha, década de 1950.
AML. Col. Salvador de Almeida Fernandes,
PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/SAL/000100

153. A Avenida D. Rodrigo da Cunha, década de 1950.
AML. Col. Salvador de Almeida Fernandes,
PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/SAL/000150



AVENIDA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

De implantação nascente-poente, esta avenida atravessa o Bairro de Alvalade, ligando a Avenida Gago Coutinho à Avenida da República. Apresenta um ponto de cota máxima no seu cruzamento com a Avenida de Roma, a aproximadamente dois terços do seu trajeto. Atualmente conta apenas com cerca de uma dúzia de árvores dispersas nos passeios, plantadas em caldeiras. Possui uma faixa

central sobrelevada, densamente arborizada e na maioria da sua extensão também ajardinada (Figs. 154 e 155). Com a criação de um túnel que, ao longo da avenida passa sob o cruzamento com a Avenida de Roma, perdeu-se uma parte substancial desta faixa ajardinada.

Ribeiro Telles realizou, em 1958, o plano de plantação desta faixa (Fig. 156). Relativamente a este projeto, que abrange única e exclusivamente a faixa central, o seu autor teve como principal preocupação a harmonia em relação aos volumes dos



154. Troço poente da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América, parcialmente pavimentada, 2021.

TBC

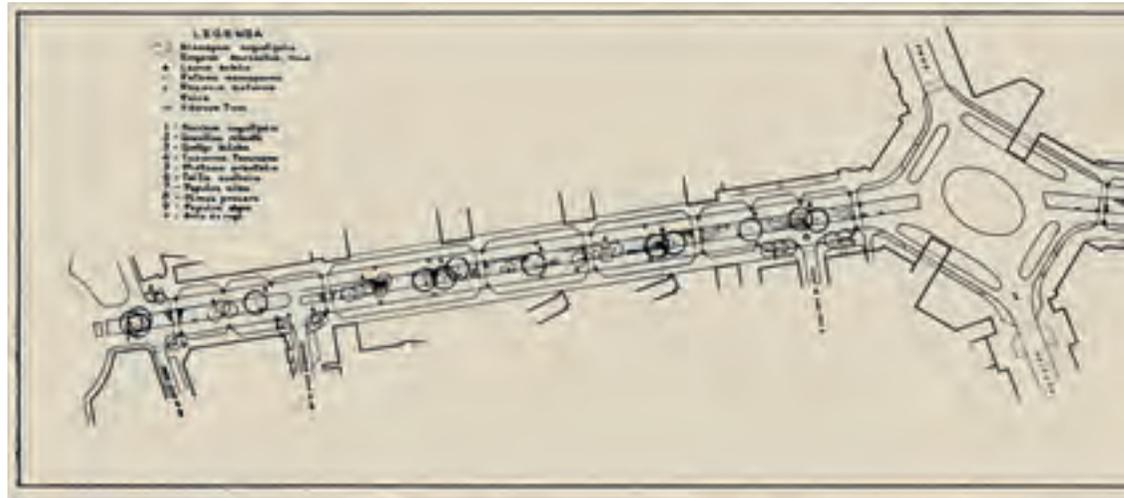


155. Troço nascente da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América, ajardinada e arborizada com choupos, 2021.

TBC

156. Avenida dos Estados Unidos da América. Arranjo verde da faixa central e dos cruzamentos. Ribeiro Telles, 1958.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.134



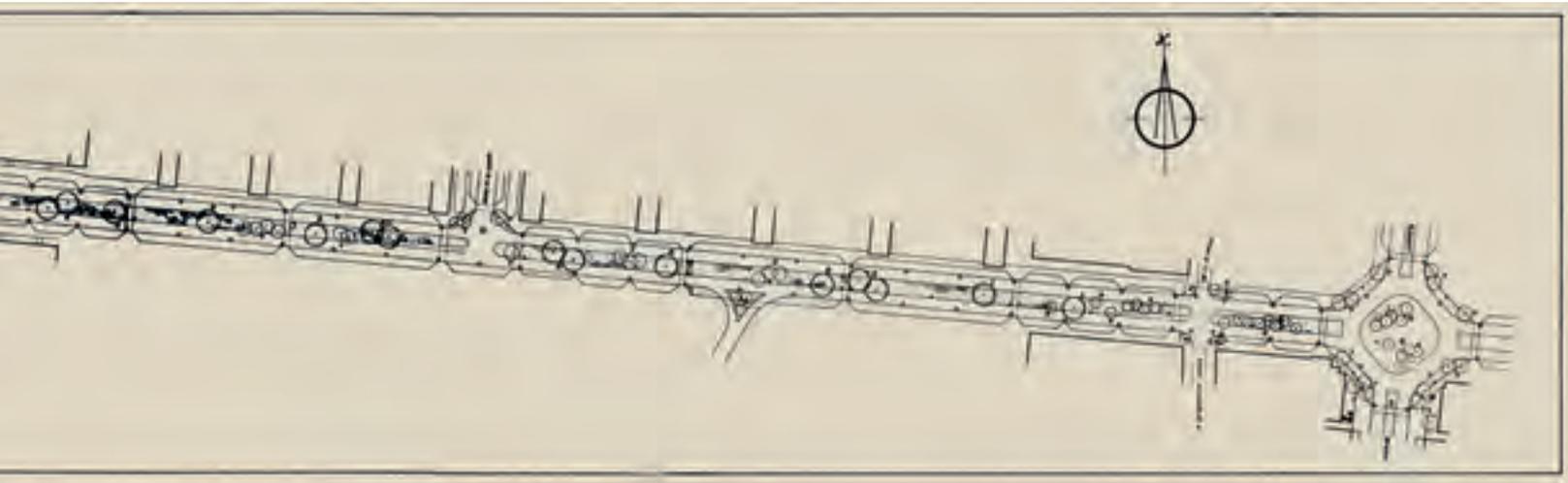
157. Cruzamento da Avenida de Roma e Avenida dos Estados Unidos da América, 1963.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/SER/005247

edifícios que enquadram a avenida e a topografia do terreno²¹ (Fig. 157).

Em relação às espécies vegetais selecionadas, Ribeiro Telles insistiu em primeiro lugar na necessidade de escolher espécies arbóreas que se integrassem com as espécies escolhidas para os logradouros situados entre os blocos de prédios da avenida, formando com estes um conjunto. Finaliza a memória descritiva do projeto afirmando: «Os Grupos de árvores distribuem-se em certa harmonia com a estratificação ecológica e são constituídos apenas por espécies tradicionais de Lisboa e bastante rústicas»²² (Figs. 158 e 159).

Nesta avenida é notória a preocupação em desenvolver o projeto em função das características topográficas e de exposição do lugar. É manifestada um cuidado de índole ecológica, na predominância de espécies clímax da região de Lisboa. Verifica-se a procura de uma abordagem integradora de uma arquitetura moderna e de acordo com um novo estilo de vida.



158. Avenida dos Estados Unidos da América. Troço nascente, década de 1960.
AML. Col. Artur Pastor. PT/AMLSB/ART/000137



159. Avenida dos Estados Unidos da América. Troço poente, década de 1960.
AML. Col. Artur Pastor. PT/AMLSB/ART/000141



160. Avenida Infante Santo, na proximidade da Basílica da Estrela, 2021.
TBC

161. Lado poente da Avenida Infante Santo. Transição da praça a poente da avenida para as faixas ajardinadas, 2021.
TBC

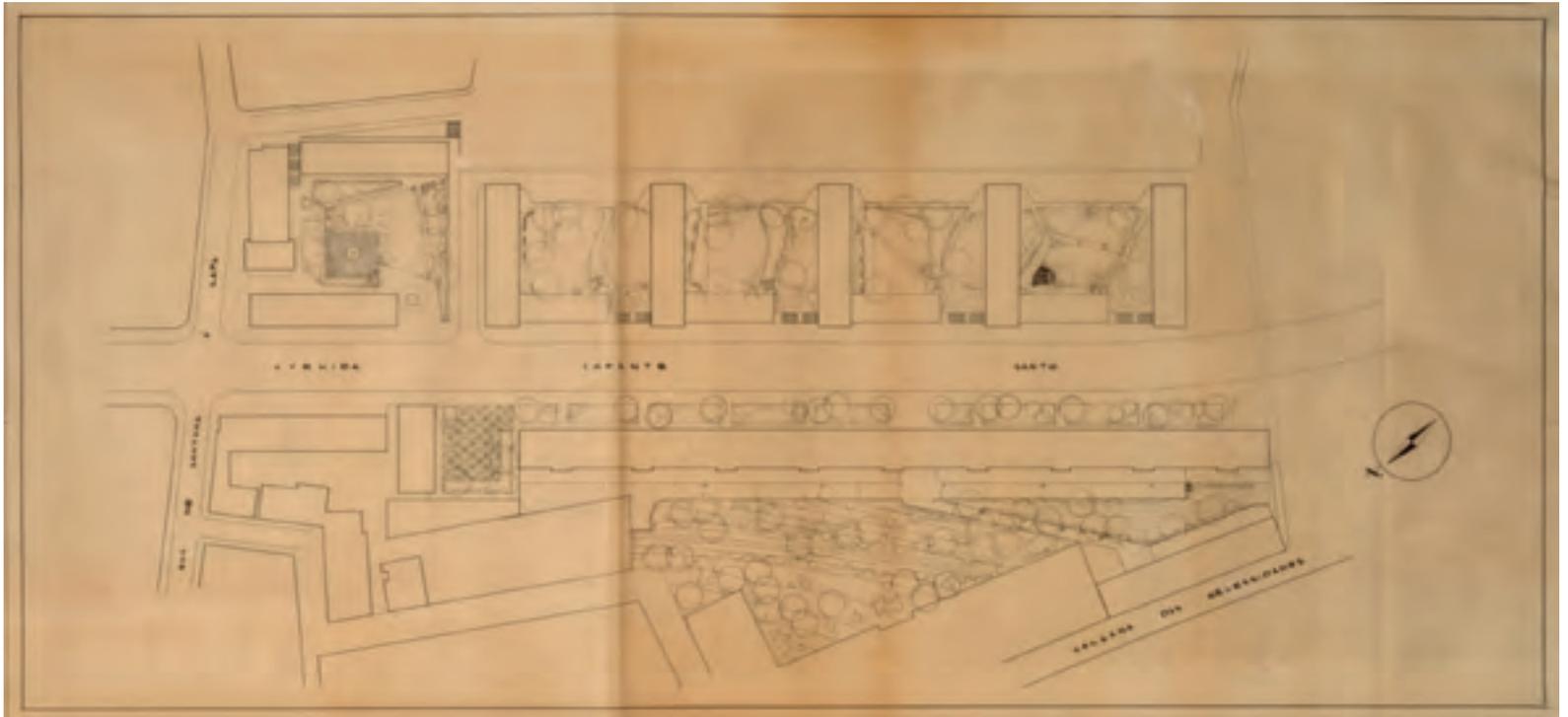
162. Avenida Infante Santo, 1970.
AML. Col. Artur Inácio Bastos. PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/AIB/002609

AVENIDA INFANTE SANTO

A Avenida Infante Santo, no sentido descendente, faz a ligação da Basílica da Estrela ao rio Tejo. Assumindo no início uma orientação NE-SO, inflete a cerca de dois terços da sua extensão para assumir uma orientação N-S. É este primeiro troço que se encontra mais densamente arborizado, primeiro com tílias (*Tilia cordata*) plantadas em caldeiras, para depois apresentar do lado poente uma pequena praça contígua a uma faixa ajardinada situada frente aos prédios, interrompida apenas pelos acessos pedonais aos mesmos (Figs. 160 e 161).

Ribeiro Telles pretendeu, ao projetar os espaços verdes desta avenida, «[...] a criação de espaços verdes que valorizem sob todos os aspetos este local [...]»²³ Relativamente à faixa verde situada a poente da avenida, defronte dos blocos, justificou





163. Avenida Infante Santo. Projecto dos espaços verdes.
Plano de plantação de árvores. Ribeiro Telles, 1957.

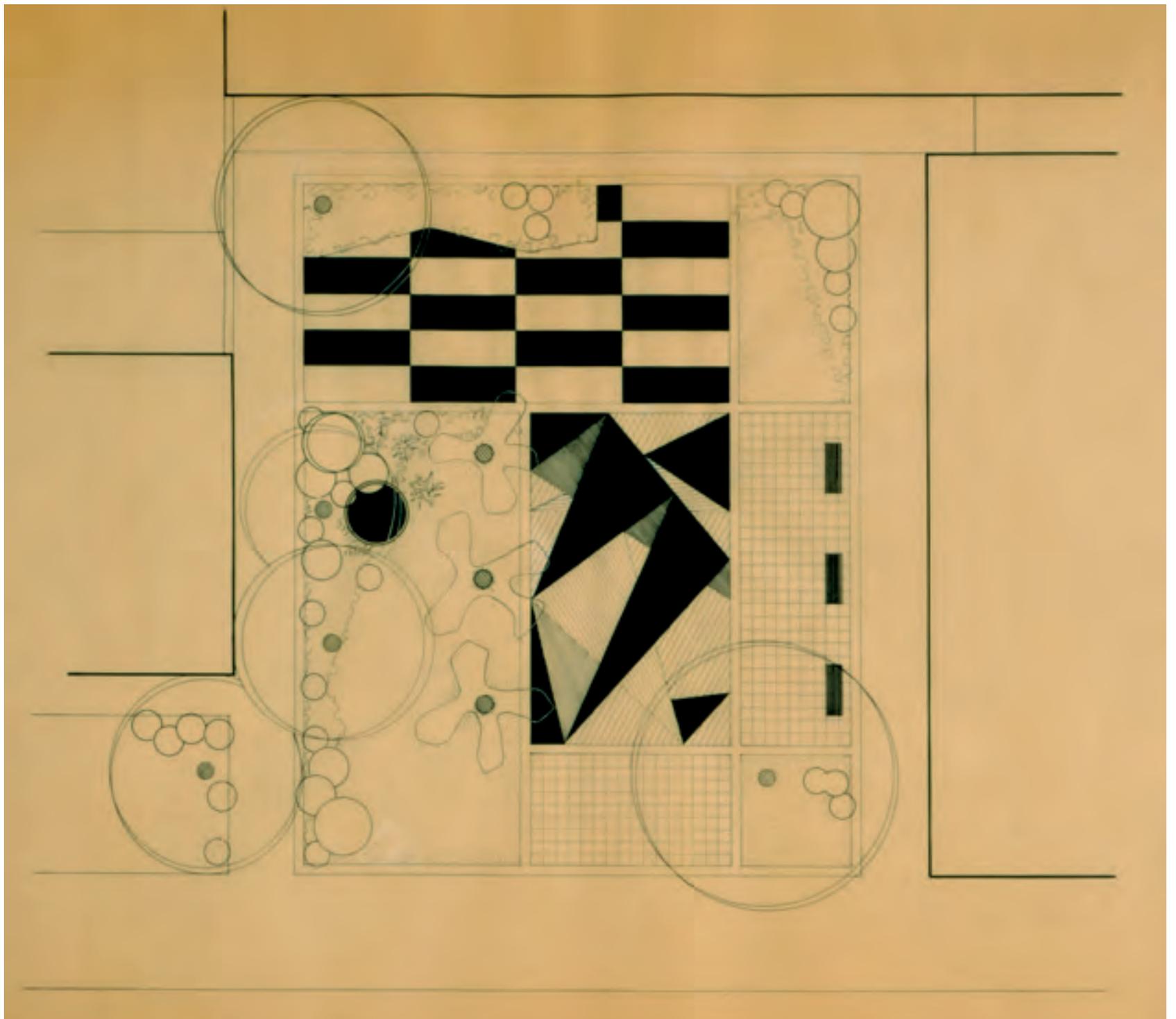
AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.130

na memória descritiva ser sua função o enquadramento paisagístico dos prédios em frente aos quais foi implantada e o «amenizamento do trajeto dos peões»²⁴ (Fig. 162). Selecionou espécies arbóreas de folha caduca, rústicas, plantadas de modo disperso, tais como ulmeiros (*Ulmus campestris*), choupos (*Populus canescens*, *Populus alba*, *Populus nigra* e *Populus monilifera*), freixos (*Fraxinus angustifolia*), salgueiro-chorão (*Salix babylonica*), pimenteira-bastarda (*Schinus molle*), plátanos (*Platanus orientalis*) e zambujeiros (*Olea europaea*), e arbustos que, procurando valorizar o relvado, contribuísem também com a sua cor²⁵ (Fig. 163).

Na praça contígua a esta faixa ajardinada, Ribeiro Telles projetou para o seu interior um espaço

pavimentado em calçada, em branco, preto e rosa, com desenho abstrato geométrico, rodeado por canteiros com um *mixed border* de herbáceas vivazes e algumas árvores dispersas (Figs. 164 e 165).

Neste projeto há que evidenciar a valorização significativa que a faixa ajardinada trouxe à Avenida Infante Santo. É de referir igualmente o elenco florístico aplicado neste projeto, numa seleção de plantas adaptadas à região. Salienta-se também o contributo artístico de Ribeiro Telles para esta avenida, ao conceber o pavimento em vidro artístico. Como se pode verificar na imagem, existe um notável trabalho de contrastes cromáticos, linhas simples e formas geométricas, de onde resulta uma efetiva valorização da praça (Fig. 166).





164. *Avenida Infante Santo. Jardim poente. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1960.
Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.138

165. *Aspetto da praça do jardim poente, década de 1960.*
AISA

166. *Praça ajardinada. Jardim poente, 2021.*
TBC

AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN

A Avenida Calouste Gulbenkian, prolongando-se pela Avenida de Ceuta, liga a Praça de Espanha à autoestrada A5 e à Ponte 25 de Abril. Contornando uma encosta, constitui um importante eixo viário de acesso a Lisboa (Figs. 167 e 168). O ajardinamento desta avenida foi projetado por Sousa da Câmara, em 1967, sendo as peças desenhadas

encontradas nesta pesquisa relativas ao troço Praça de Espanha–Rua de Campolide.

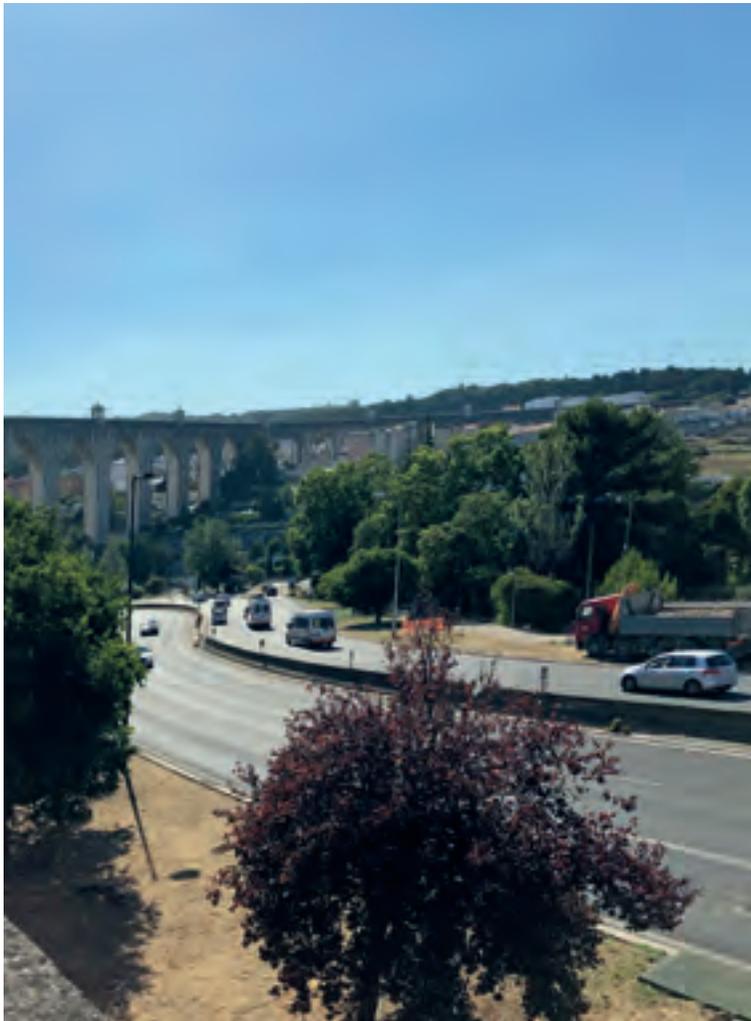
No plano geral deste troço delimitaram-se três zonas: a cumeada revestida por mata, a encosta por orla arbustiva, herbáceas vivazes e relvado, e finalmente, separada por passeio, uma faixa marginal ajardinada. Do lado oposto da avenida, foram projetadas duas faixas marginais que enquadravam um caminho pedonal intermédio, paralelo à



167. Terraplanagens para a construção da Avenida Calouste Gulbenkian, 1967.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/008464

avenida (Figs. 169 e 170). Nesta mesma peça desenhada encontramos também um «perfil-tipo», no qual Sousa da Câmara pormenorizou a localização destas zonas, bem como o estrato e tipo de vegetação a utilizar. O desenho representa um talude de escavação a nascente da avenida, bem como a própria avenida. No topo do talude foi colocada a mata, com predominância de pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), a

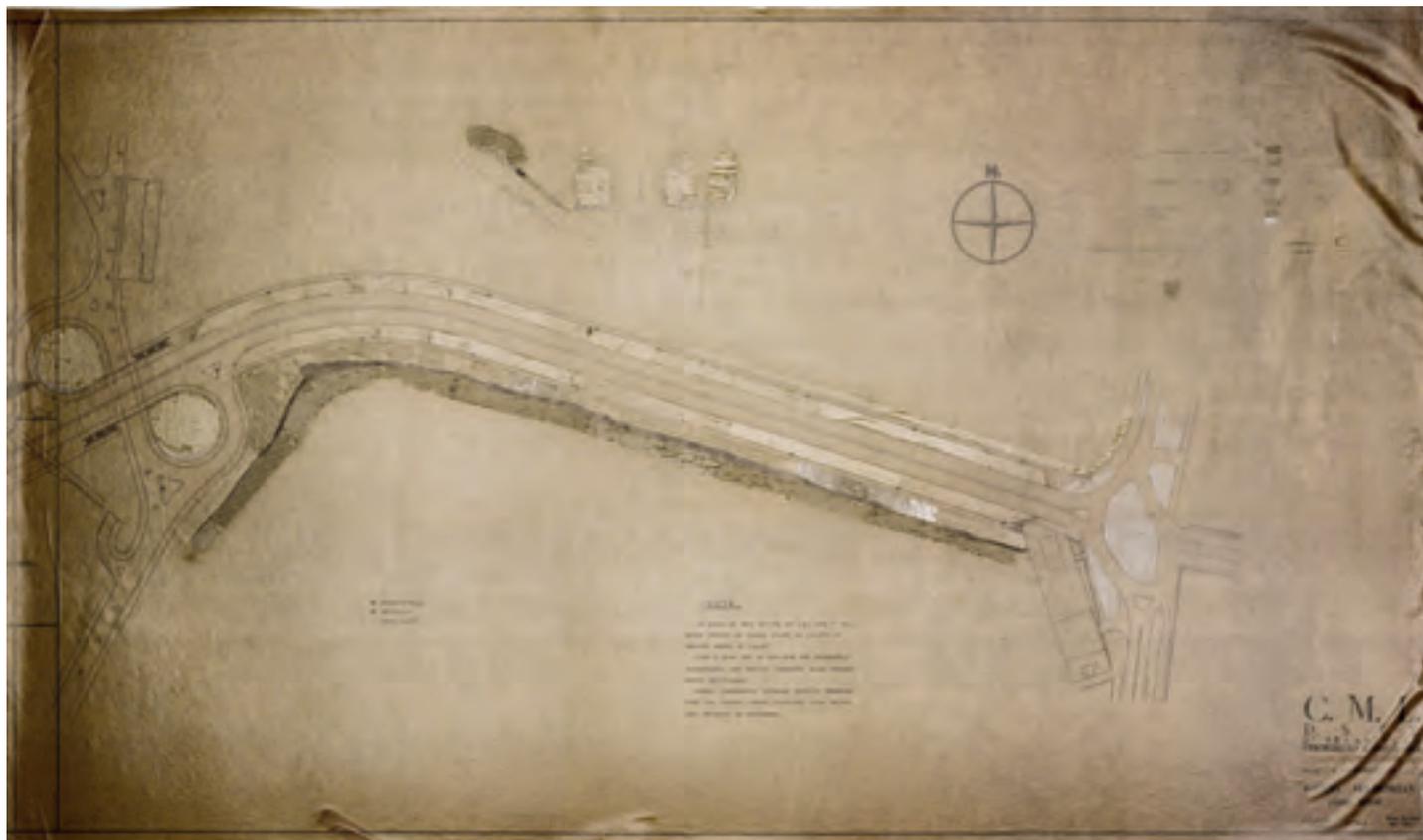


168. Avenida Calouste Gulbenkian, 2021.

TBC

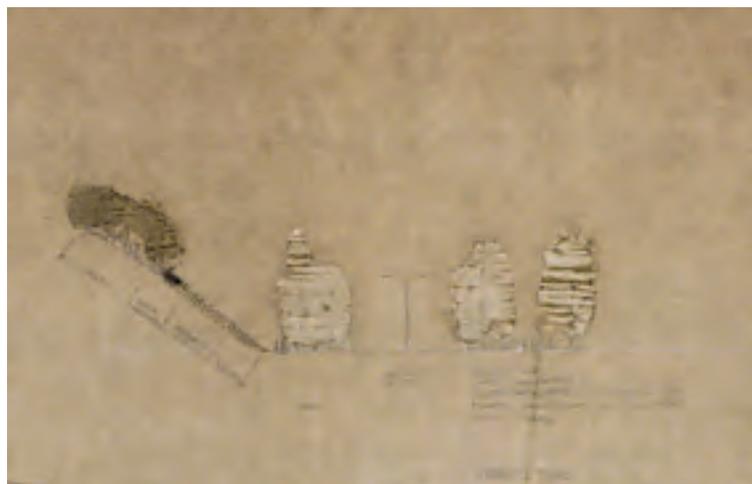
que se seguiu, no talude, uma zona de orla arbustiva adjacente prolongada por outra zona com herbáceas vivazes. O talude é rematado por uma faixa de relvado paralela ao passeio pedonal que a separa de uma faixa marginal ajardinada, com árvores como a olaia (*Cercis siliquastrum*), a ameixeira-de-flor (*Prunus cerasifera*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*) o ulmeiro (*Ulmus glabra*) e árvores do género *Aesculus sp.* Como arbustos isolados selecionou espécies rústicas, algumas até espontâneas, bem adaptadas ao clima de Lisboa e pouco exigentes em rega e amanhos do solo, tais como as alfazemas (*Lavandula spp.*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a piracanta (*Pyracanta angustifolia*), o mato-branco (*Teucrium fruticans*) entre outros, mas também algumas plantas ornamentais como o hibisco (*Hibiscos rosa sinensis*), a deutzia (*Deutzia gracilis*) e a veigela (*Weigelia floribunda*). Relativamente às plantas de revestimento, incluindo arbustos e herbáceas, existe uma grande maioria de plantas adaptadas às condições climáticas de Lisboa (Fig. 171). Quanto às espécies herbáceas, verificou-se um favorecimento das perenes em relação às anuais. As plantas encontram-se dispostas no talude e faixas marginais de uma forma informal.

Para a manutenção deste elenco florístico, onde predominam não só plantas de elevada rusticidade como também algumas plantas exóticas, mais exigentes em recursos hídricos, faz parte do plano geral a indicação de uma rede de rega. Verificamos neste projeto uma escolha criteriosa da vegetação, valorizando a rusticidade das plantas e o seu valor ornamental. São projetados grandes maciços compactos de vegetação, privilegiando o conforto do peão, num percurso longo e confortável (Figs. 172 e 173). À época o sistema de rega constituiu uma inquestionável inovação.



169. *Projecto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano geral.* Sousa da Câmara, 1967.
AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0018/01

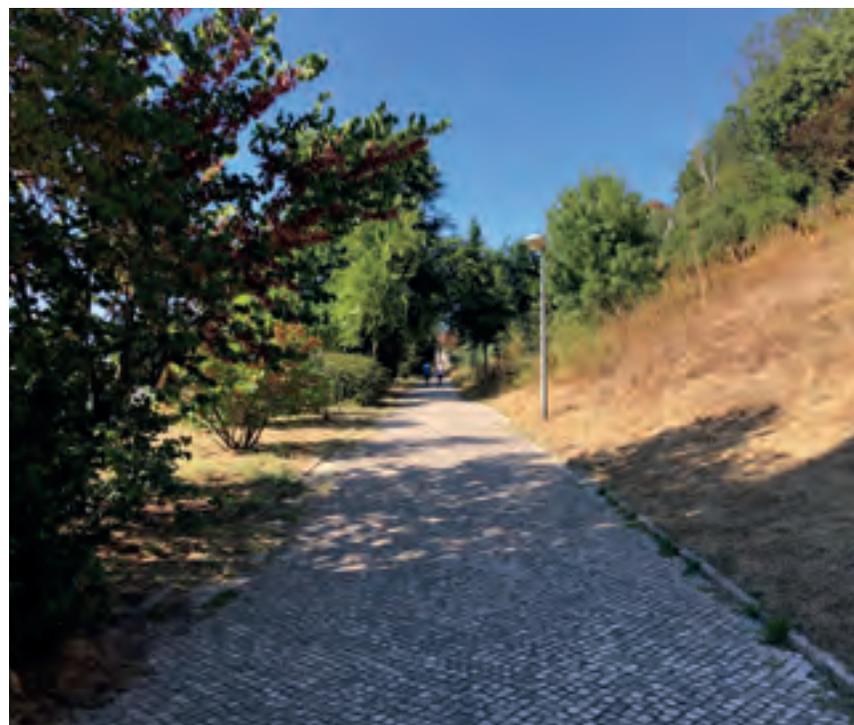
170. *Ampliação de pormenor do Projecto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano Geral,* Sousa da Câmara, 1967.
AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0018/01





172. Perfil da encosta, 2021.
TBC

173. Caminho pedonal, separado do
trânsito automóvel por sebe, 2021.
TBC



NOTAS

- ¹ COUTINHO, Manuel de Azevedo – *Memória descritiva. Projecto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro.*
- ² *Ibidem.*
- ³ COUTINHO, Manuel de Azevedo – *Memória descritiva e justificativa. Projecto de arborização da Avenida João XXI.*
- ⁴ *Ibidem.*
- ⁵ COUTINHO, Manuel de Azevedo – *Nota justificativa. Construção de ajardinados nas placas centrais da Avenida do Aeroporto.*
- ⁶ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota Justificativa. Projecto de remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto.*
- ⁷ *Informação do Diretor, 1955-03-10.* CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ⁸ *Ibidem.*
- ⁹ *Ibidem.*
- ¹⁰ *Estudos-base. Remodelação das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar,* CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹¹ *Estudos-base. Remodelação das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar,* CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹² *Ibidem.*
- ¹³ *Ibidem.*
- ¹⁴ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Projecto de arborização da Avenida de Roma.*
- ¹⁵ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota descritiva. Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria – Encarnação.*
- ¹⁶ *Informação do engenheiro-chefe, 1957-09-21.* CML, 3.ª Repartição – Arborização e Jardinagem.
- ¹⁷ *Estudo-base. Urbanização da Praça de Espanha, da artéria em prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios,* CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹⁸ *Estudo-base. Urbanização da Praça de Espanha, da artéria em prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios,* CML, Gabinete de Estudos de Urbanização.
- ¹⁹ *Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Plano geral. Sousa da Câmara.* 1963.
- ²⁰ *Diário Municipal* n.º 10 405, p. 3.
- ²¹ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa. A Avenida dos Estados Unidos da América. Arranjo verde da faixa central e cruzamentos.*
- ²² *Ibidem.*
- ²³ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa. Avenida Infante Santo – Projecto dos espaços verdes.*
- ²⁴ *Ibidem.*
- ²⁵ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa. Avenida Infante Santo – Projecto dos espaços verdes.*



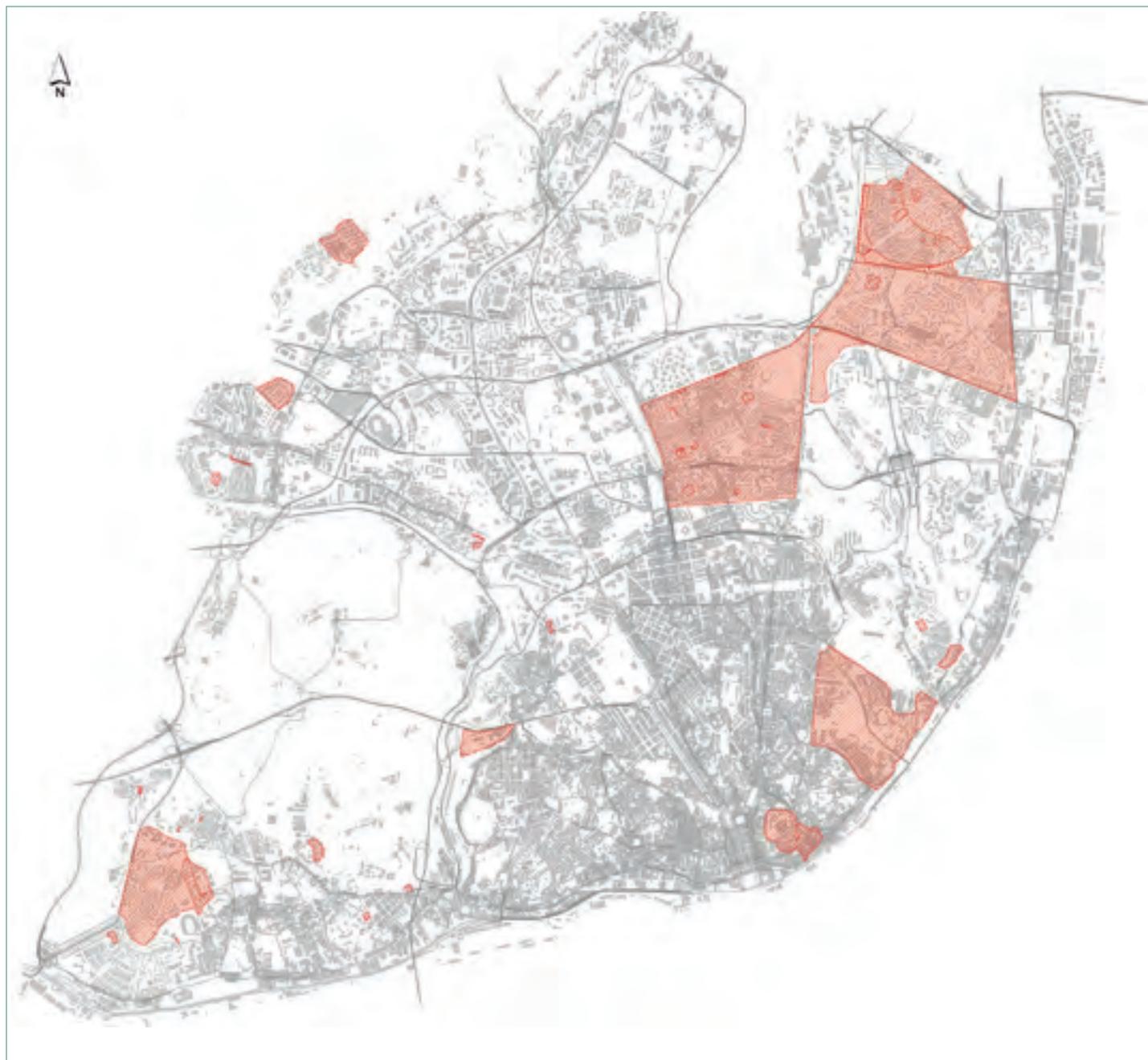
O contributo dos arquitetos paisagistas: bairros

A tipologia «Bairros», porventura a mais complexa, inclui desde espaços de enquadramento, jardins, grupos escolares ou cemitérios, dentro da área circunscrita de cada bairro. No Anexo 4 encontramos listados trinta e quatro lugares, sendo que a cada lugar estão associados vários projetos de arquitetura paisagista. Na Fig. 174 pode observar-se a distribuição destes lugares na malha urbana. A pesquisa de peças de projeto está longe de estar concluída. O acervo dos arquivos do ex-GTH obrigaria a um trabalho de uma enorme magnitude, o que só muito sumariamente se concretizou. As peças desenhadas, de um modo geral, podem ser identificadas como elementos de trabalho e não propriamente como projetos acabados, enquanto as peças escritas são quase inexistentes. No entanto, os elementos que foi possível recolher são prova mais do que suficiente da intensidade do trabalho realizado, sendo também reveladores da evolução das condicionantes e da necessária inovação ao nível concetual que começa a manifestar uma atenta preocupação à manutenção de espaços verdes generosos em área, implicando a necessidade de mecanização de muitas tarefas

e mobilizadores de uma enorme quantidade de material vegetal, o que obrigou a toda uma renovação dos viveiros de suporte à construção dos espaços verdes.

A obra dos arquitetos paisagistas nos bairros é analisada cronologicamente, sendo referidas as intervenções mais significativas e cuja análise do conjunto permite compreender e interpretar o valor do respetivo contributo. Seguem-se alguns exemplos.

Em primeiro lugar, destacamos os jardins do Grupo Escolar do Bairro de Campolide, projetados em 1955 por Ribeiro Telles, onde se salientam alguns elementos, como o grande pátio, a horta e o caminho curvilíneo ensombrado por arvoredos abundantes, e enquadrado por canteiros, que conduz a uma zona de estadia ensombrada para aulas ao ar livre. Mais tarde, em 1957, Edgar Fontes projetou os espaços verdes dos pequenos logradouros privados do bairro da Quinta do Jacinto, com uma área de 80 m², assim como o enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo. Neste projeto considerou-se importante que os moradores possuíssem uma horta, não só como auxiliar da sua subsistência,

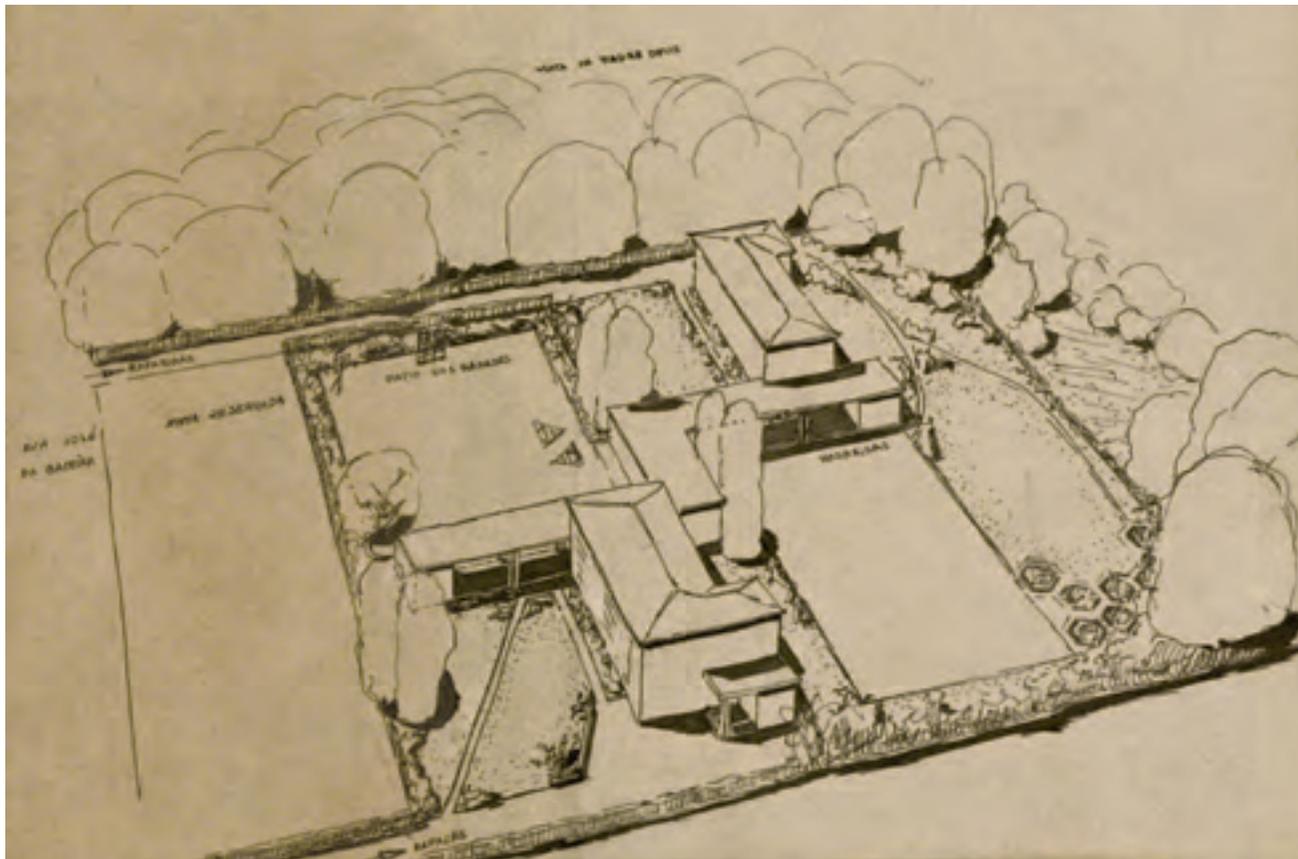


174. Distribuição, na cidade de Lisboa, dos projetos incluídos na tipologia «Bairros», 2014.
TBC

mas como ocupação dos tempos livres, reservando para o efeito zonas adequadas a esse fim: «Esta utilização das zonas verdes torna-as produtivas, sem, no entanto, deixarem de desempenhar as suas funções principais. A vegetação escolhida é da flora clímax ou já bem adaptada às condições locais, e destina-se a enquadrar convenientemente as construções e a compartimentar as hortas.»¹

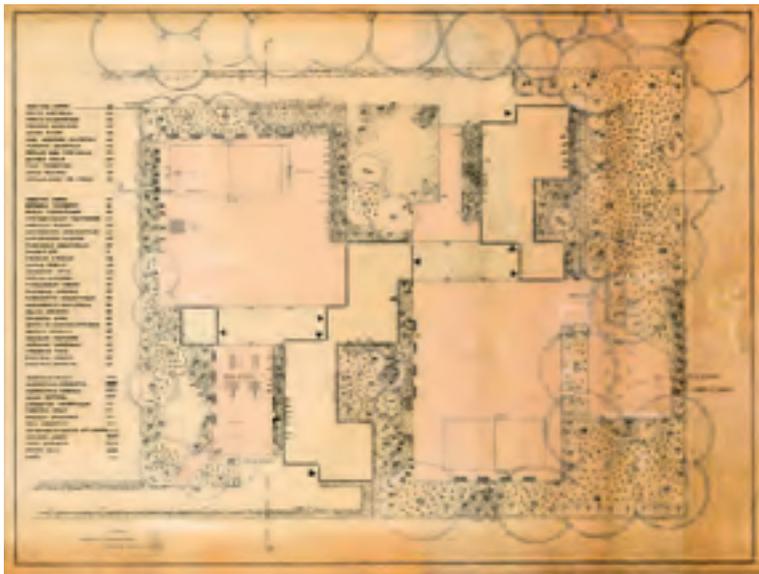
Neste mesmo ano, Ribeiro Telles e Caldeira Cabral, na época consultor do GEU, colaboraram na equipa de Guimarães Lobato na realização dos espaços verdes do *Estudo-Base de Urbanização*

das Laranjeiras, no qual preveem «[...] além da conservação e valorização dos espaços verdes existentes (Jardim Zoológico e campo desportivo do Sport Lisboa e Benfica) a criação de zonas verdes envolvendo a igreja e miradouro do Alto dos Moinhos, enquadrando as grandes vias de trânsito, pretendendo dar unidade e integrando todo o conjunto.» Colaboraram ainda, com a mesma equipa, no *Estudo-Base da Urbanização do Vale Escuro*, para o qual definiram a seguinte estratégia: «O Vale Escuro é tratado como um grande espaço livre. Destinado a servir como elemento regenerador enquadrado



175. Axonometria do Grupo Escolar do Bairro da Madre de Deus. Anteprojecto para o seu ajardinamento. Sousa da Câmara, 1961.

In CÂMARA, Manuel de Sousa da – *Memória descritiva. Grupo Escolar do Bairro da Madre de Deus. Anteprojecto para o seu ajardinamento*, 1961. AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0027/01



176. *Ajardinamento dos terrenos do Grupo Escolar do Bairro da Madre de Deus. Pavimentos e plano de plantação.* Sousa da Câmara, 1963.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0027/21

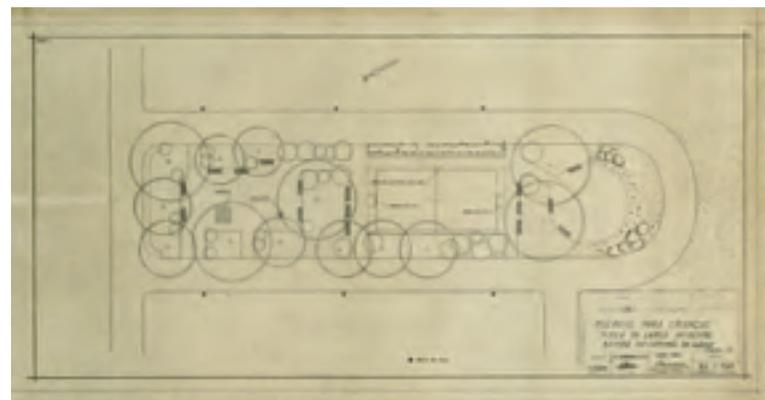
com nitidez pelas células vizinhas, densamente habitadas. Deverão proporcionar-se as melhores condições no Vale Escuro para os que lá procurem repouso, exercício físico ou simplesmente contacto com os ambientes naturais, pelo que se previram dois centros desportivos [...]. Além deste espaço livre de construções, deverão existir nos novos núcleos populacionais zonas arborizadas que protegendo das asperezas do clima, constituam verdadeiros prolongamentos das habitações e possam assim favorecer as manifestações de vida no exterior.»²

Os espaços verdes públicos do Bairro de Santa Cruz, em Benfica, foram projetados em 1958 por Ribeiro Telles e, em 1962, Sousa da Câmara projetou os jardins do grupo escolar. Em 1959 Edgar Fontes projetou os jardins do Grupo Escolar do Bairro de Santos. Sousa da Câmara, em 1961, realizou o anteprojecto dos jardins do Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus e, em 1963, o respetivo projeto (Figs. 175 e 176). Dois anos mais tarde projetou ainda o recreio

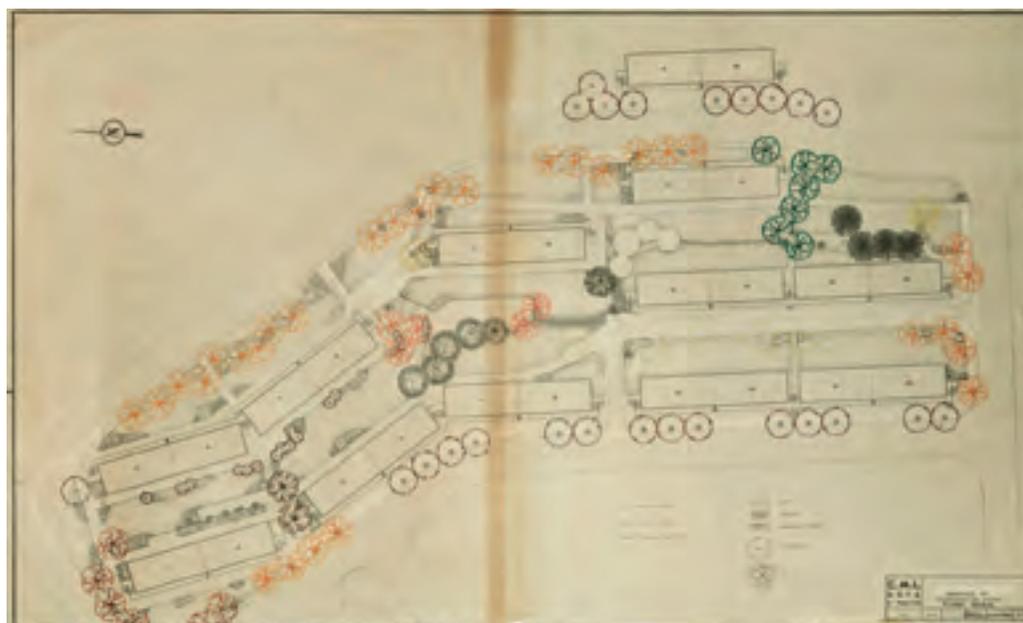
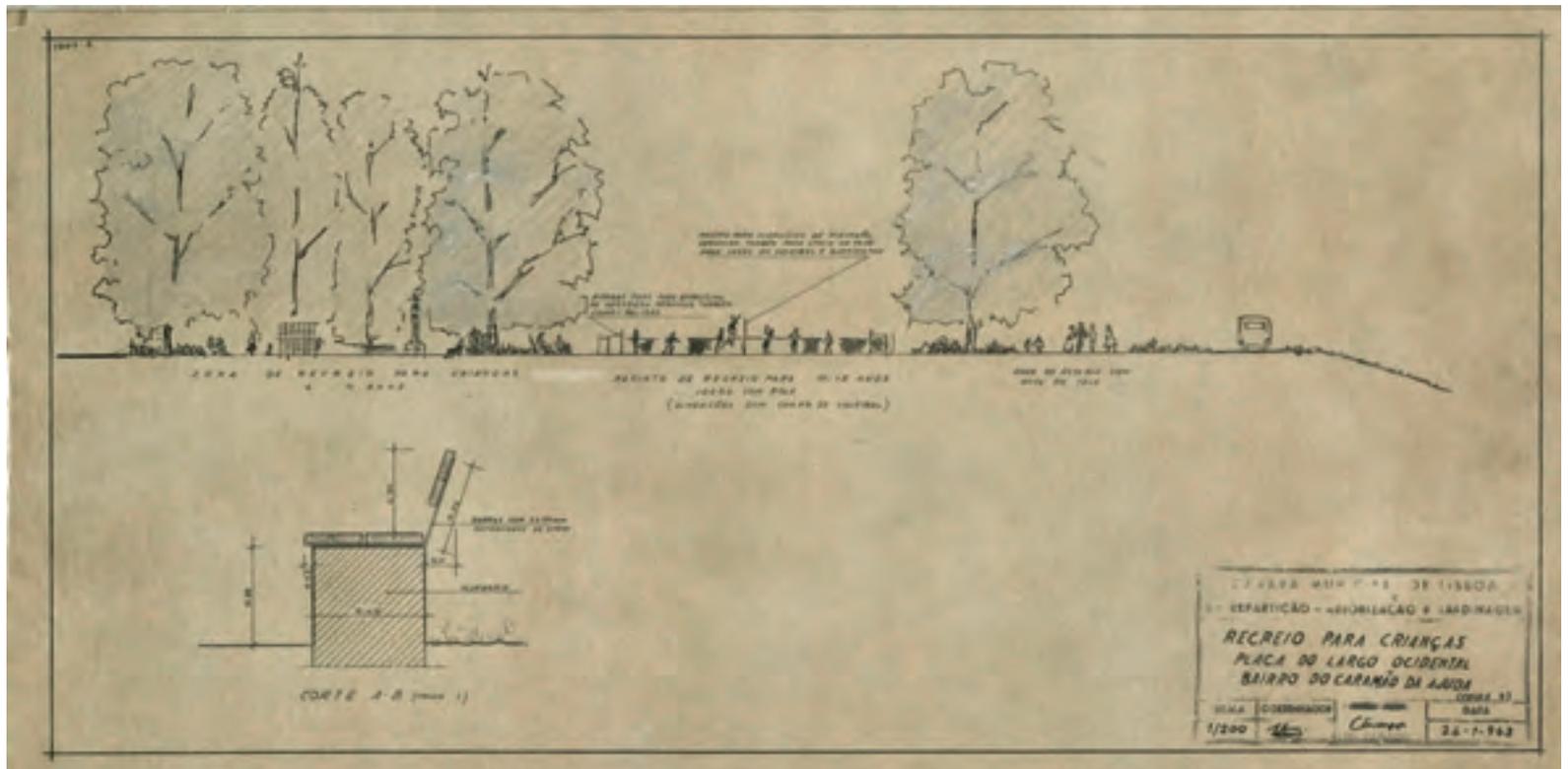
para crianças, na placa do largo ocidental do Bairro do Caramão da Ajuda (Figs. 177 e 178). Em 1970, Marques Moreira projetou o enquadramento paisagístico do Bairro do Casalinho da Ajuda (Fig. 179).

Uma constante nestes projetos, tal como nas duas tipologias anteriormente apresentadas, é a utilização da flora clímax da região de Lisboa, como o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o sobreiro (*Quercus suber*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), os choupos (*Populus nigra* e *Populus canescens*), o cipreste (*Cupressus sempervirens*) o teixo (*Taxus baccata*), o ulmeiro (*Ulmus procera*), a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o folhado (*Viburnum tinus*) e o medronheiro (*Arbutos unedo*).

É a ainda de salientar o projeto desenvolvido por Ribeiro Telles em 1959 para a zona histórica de Lisboa, o *Enquadramento verde dos bairros Alfama e Castelo* (Fig. 180). Neste projeto constata: «Nos edifícios anteriores a 1914 há um excesso de habitantes, em condições higiénicas lamentáveis, que corrói o tipicismo do bairro além de criar graves problemas morais e de saúde. Alguns dos espaços verdes ainda existentes, geralmente coroando muros de suporte e restos de muralhas e torres,



177. *Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro do Caramão da Ajuda.* Sousa da Câmara, 1963.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0003/01



178. *Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro da Caramão da Ajuda.* Sousa da Câmara, 1963.
AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0003/02

179. *Urbanização do Casalinho da Ajuda. Plano geral.* Marques Moreira, 1970.
AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0004/01



180. *Alfama e Castelo. Enquadramento verde. Plano geral.*
Ribeiro Telles, 1959.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.062

possuem elementos a proteger e a defender imediatamente.»³ Propõe a demolição das barracas que ocupavam os espaços antigamente utilizados como hortas e jardim, e a reintegração desses espaços verdes, estudados caso a caso.

Após estes breves apontamentos reveladores da diversidade geográfica e tipológica das intervenções dos arquitetos paisagistas nos bairros de Lisboa, e tomando em consideração o enquadramento, referido na Introdução, sobre o processo de construção dos bairros de Lisboa, identificaram-se como estudos de caso o Bairro da Encarnação, o Bairro de Alvalade, a Encosta do Restelo e os Olivais. Quando os arquitetos paisagistas ingressa-

ram na CML, já o projeto do Bairro da Encarnação se encontrava numa fase de construção adiantada. Praticamente desde o início, começaram a colaborar no GEU, sob coordenação de Guimarães Lobato, e desenvolveram intensa atividade no Bairro de Alvalade e no Restelo. O bairro dos Olivais corresponde já a uma nova etapa política e urbanística da cidade. Este foi desenvolvido no GTH, criado em 1959, onde novamente os arquitetos paisagistas voltaram a integrar as equipas municipais, já após a saída de Ribeiro Telles da CML, coincidindo com a entrada de uma nova geração de arquitetos paisagistas, sobretudo a partir dos finais da década de 1960, o momento final da presente investigação.

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO

Através do estudo da documentação encontrada concluiu-se que, genericamente, os espaços verdes do Bairro da Encarnação começaram a ser projetados do centro para as zonas periféricas. O primeiro arquiteto paisagista a intervir no Bairro da Encarnação foi Ribeiro Telles, entre os anos de 1951 e 1956. Iniciou as suas intervenções no espaço envolvente da igreja de Santo Eugénio com o *Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio*, situando-se a igreja centrada e junto ao topo norte desta praça, junto à extremidade do grande eixo central do bairro (Fig. 181).

Na memória descritiva do projeto, Ribeiro Telles assume como principais objetivos, não só o enquadramento paisagístico deste templo, como também a criação dum local de descanso e passeio para os habitantes deste bairro⁴. No seu texto justifica a não inclusão de qualquer parque infantil com a desadequação do local para o efeito e a falta de espaço. Relativamente ao primeiro aspeto, Ribeiro Telles individualizou, através de uma sebe aparada, uma zona pavimentada de acesso direto à igreja, formalizando uma grande alameda arborizada que termina num espaço de planta retangular com a igreja ao centro. Exteriormente, entre esta zona e o passeio limítrofe do quarteirão, projetou uma zona densamente arborizada, onde joga com uma paleta variada de tons de verde das folhas das árvores e seu brilho, em função do efeito perspético que intencionalmente conferiu ao projeto: «O terreiro em redor do templo é limitado por uma sebe de 0.90 metros de altura, por detrás da qual despontam pequenas árvores e arbustos de flor e folhagem. Neste terreiro projeta-se a plantação de um zambujeiro e de um cipreste.»⁵

A referida alameda possui dois alinhamentos de *Grevillea robusta* que enquadram um caminho central e delimitam dois caminhos periféricos pedonais, com bancos implantados ao longo do



181. *Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1951.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.095



182. Placa ajardinada da alameda de grevileas junto à Igreja de Santo Eugénio. Bairro da Encarnação, 2021.

TBC

seu comprimento (Fig. 182). À semelhança do que os arquitetos paisagistas haviam feito em ruas de Lisboa, como a Avenida Guerra Junqueiro e o troço poente da Avenida da Igreja, as árvores foram plantadas não nas usuais caldeiras, mas ao longo de faixas ajardinadas, proporcionando-lhes um desenvolvimento radicular apropriado.

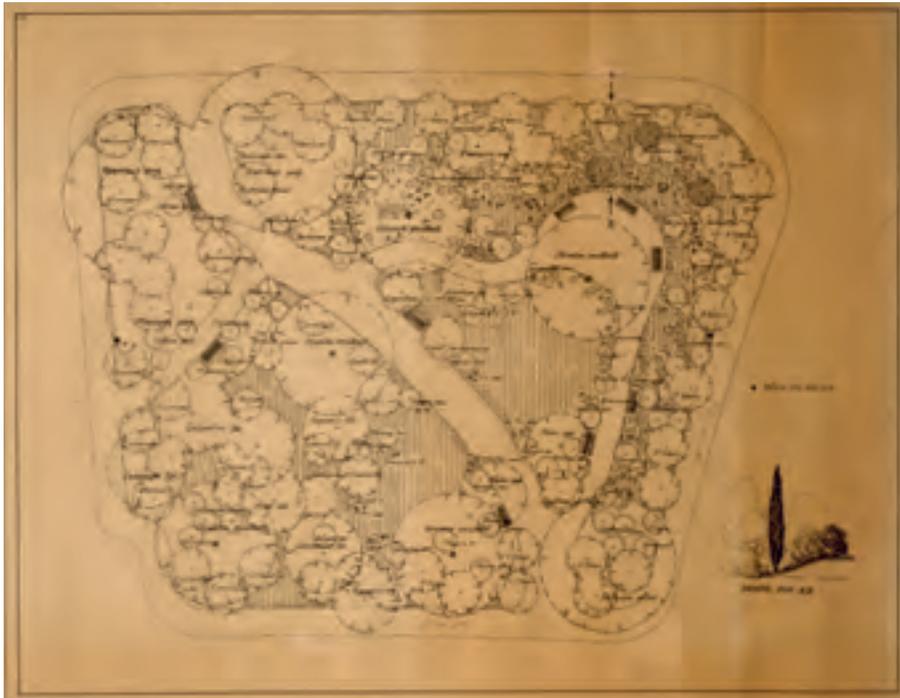
Ainda com respeito ao aspeto cénico do projeto, Ribeiro Telles salienta: «A entrada para a Alameda central é definida por dois grupos de três ciprestes, um de cada lado, que marcam o primeiro plano da perspectiva principal do jardim que tem como elemento central a igreja.»⁶ Existe assim uma preocupação na definição de uma sequência de planos sucessivos, recusando no entanto uma geometria no desenho, ao afirmar: «Um caminho ladeado de bancos percorre a todo o comprimento em qualquer dos dois lados (Norte e Sul) do jardim. Várias clareiras servirão para criar perspectivas de interesse mais natural e menos formal. Todo o jardim é envolvido por uma segunda cortina de árvores que o isola do exterior.»⁷ Relativamente ao uso deste espaço como zona de estadia dos habitantes do bairro, Ribeiro Telles acrescenta: «Transversalmente à alameda central um caminho retilíneo dá acesso do lado sul a um pequeno recinto com um tanque circular e uma coroa de ciprestes e do lado sul a uma pequena rotunda circular com bancos caídos e laranjeiras em redor.»⁸

Numa confirmação de que tudo foi pensado ao pormenor, Ribeiro Telles manifestou, além de abordagens de índole estética e ecológica, uma grande preocupação com o aspeto funcional do conjunto, projetando um caminho retilíneo que atravessa a envolvente da igreja de norte a sul, intersetando o terreno envolvente, com vista a facilitar o acesso de veículos e procissões, entre os caminhos envolventes desta área e a entrada principal da igreja.

Também em 1952, Ribeiro Telles projeta o jardim de uma pequena praça a norte da Igreja de

Santo Eugénio, na rua 27, bem no interior da malha urbana. Ribeiro Telles justifica a função deste logradouro comum «[...] que embelezando o sítio sirva para o descanso dos habitantes desta zona do bairro.»⁹ Justificou o projeto, que desde o início diz ser de construção económica, com o facto de este ter aproveitado o melhor possível a topografia do lugar, evitando recorrer a dispendiosos movimentos de terras, tirando partido da mesma para criar uma zona de estadia. Mantendo todas as oliveiras existentes no local, propõe a plantação de espécies rústicas e de fácil manutenção, e árvores como o freixo (*Fraxinus angustifolia*), a grevilea (*Grevillea robusta*) e a casuarina (*Casuarina equisetifolia*), arbustos como o viburno (*Viburnum tinus*), o pitósporo (*Pittosporum tobira*), o cotoneaster (*Cotoneaster pannosus*) e o ligustro (*Ligustrum japonicum*), e uma mistura de plantas herbáceas vivazes¹⁰ (Fig. 183). Preocupando-se com o aspeto funcional do lugar, propõe um trilho que, atravessando o caminho na diagonal, promove a ligação entre os percursos com maior utilização por parte dos peões¹¹. Na sequência deste jardim e em posição perfeitamente simétrica em relação à igreja de Santo Eugénio, desta vez na rua n.º 26 embora erradamente tenha referido no rótulo do seu desenho a rua n.º 8, projectou um outro jardim, numa parcela com uma implantação absolutamente idêntica quanto à forma e dimensões (Figs. 184 e 185).

No ano seguinte, Ribeiro Telles projetou três pequenos jardins num dos acessos principais ao interior do Bairro, o jardim das escadas de acesso, as placas centrais da Rua da Quinta da Fonte e o jardim da Praça das Casas Novas. Na nota justificativa deste projeto, Ribeiro Telles refere a intenção de «[...] obter um arranjo muito rústico, de conservação fácil e económica e de harmonia com o ambiente do local.»¹² Sobre a Praça das Casas Novas em concreto, Ribeiro Telles acrescenta: «[...] prevêem-se dois amplos terreiros centrais com cotas diferentes



183. *Projecto de construção dum ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à rua n.º 27).* Ribeiro Telles, 1952.

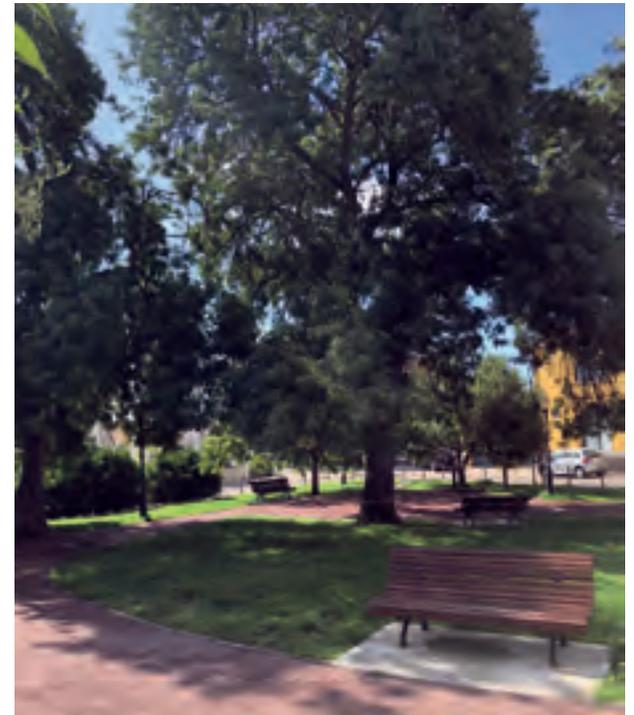
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.* CFT169.106

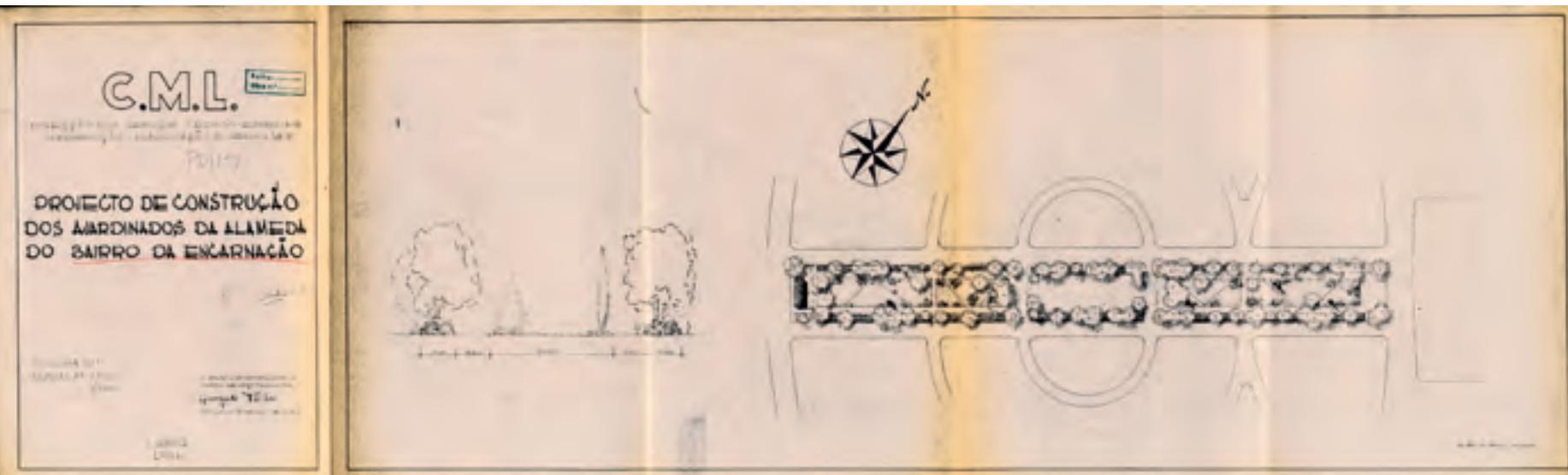
184. *Projecto de construção dum ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à rua n.º 8).* Ribeiro Telles, 1952.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.* CFT169.107

185. Jardim da Rua 27, no Bairro da Encarnação, 2021.

TBC





186. Projeto de construção dos ajardinados da Alameda do Bairro da Encarnação. Ribeiro Telles, 1953.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.021

que se amoldam o mais possível à actual topografia do local. Esses dois terreiros comunicam entre si por uma ampla escadaria com três lances de degraus. Toda a periferia dos terreiros é ocupada por uma cintura de vegetação com maior ou menor largura onde se situam vários bancos. Caminhos de acesso aos dois terreiros com os necessários degraus, permitem o atravessamento da praça pelos peões sem provocarem grandes rodeios.»¹³ Reforça ainda a opção pela vegetação climace, sendo a cor conferida pelo uso de grupos de arbustos de flor e de herbáceas vivazes. Esta praça desapareceu mais tarde, dando lugar ao Mercado Municipal Sul.

Em 1955, projetou os jardins de uma grande alameda de posição central, ao longo do eixo de simetria do bairro, que culmina na fachada principal da Igreja de Santo Eugénio (Figs. 186, 187 e 188). Esta avenida apresenta sensivelmente a meio do seu comprimento uma área plana de cota superior correspondente ao seu trecho central, a partir deste

desce, quer para sudoeste quer para noroeste, em direção à fachada principal da Igreja de Santo Eugénio. O jardim ocupa toda uma placa central cujo comprimento é interrompido por quatro ruas transversais a esta placa, subdividindo-a em cinco segmentos.

Embora de início o espaço de jardim da alameda fosse separado da rede viária envolvente por uma sebe aparada (Fig. 189), hoje esta já não existe. Do projeto original foi mantido um caminho pedonal longitudinal, de cada lado da alameda. Estes caminhos encontram-se separados das ruas envolventes por um canteiro arborizado e do interior da alameda por algumas árvores plantadas ao longo dos seus alinhamentos, na sua maioria plátanos que já atingiram um porte elevado. O topo SO da alameda é marcado por uma zona pavimentada, onde se encontra um elemento escultórico de grandes dimensões.

Ribeiro Telles realizou ainda, em 1956, o *Projeto de arborização da Quinta de Santa Maria*, com o



187. Alameda da Encarnação e Igreja de Santo Eugénio, 1951.
AML. Col. Eduardo Portugal. PT-AMLSB-POR-057703

188. Trecho terminal NE da Alameda da Encarnação. Ao fundo a fachada principal da Igreja da Encarnação, 2021.
TBC

189. Alameda da Encarnação, 1964.
AML. Col. Artur João Goulart. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/A44679



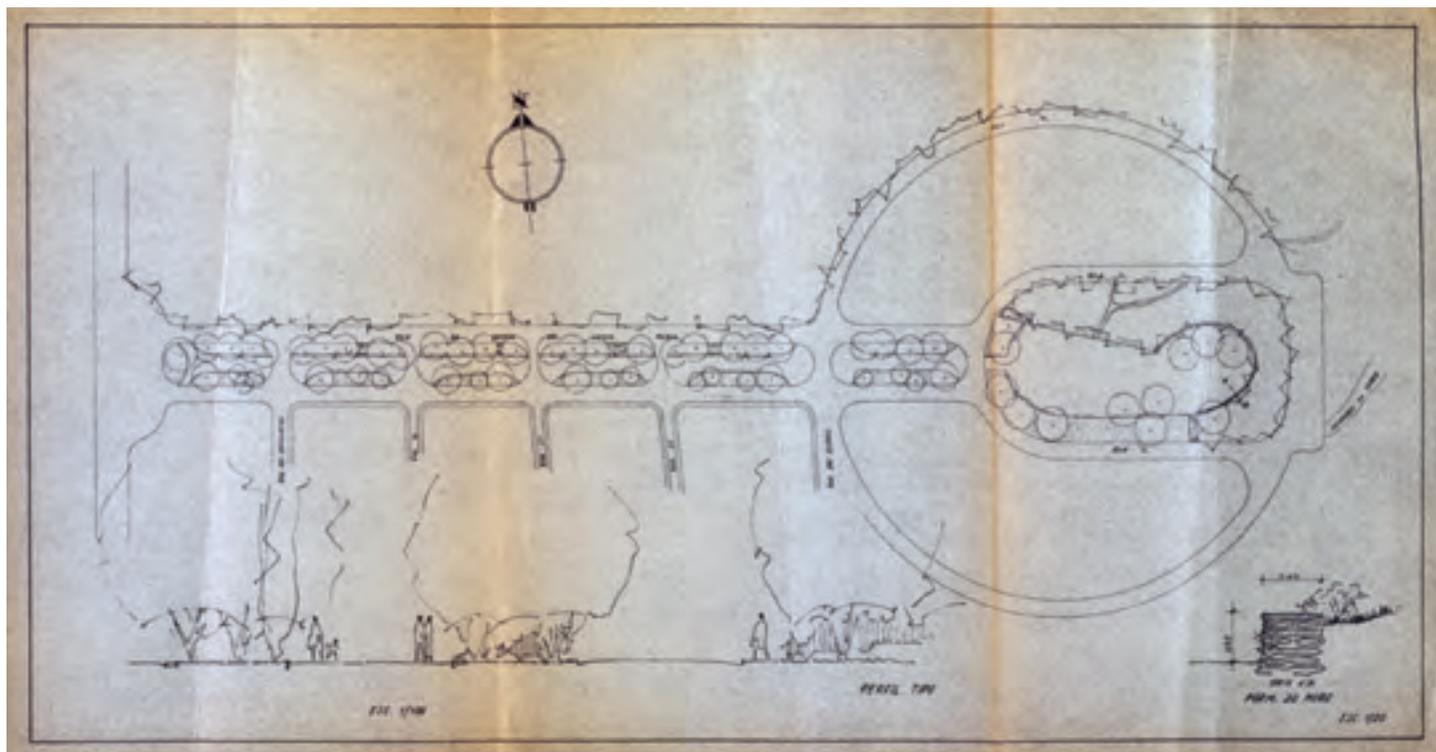
objetivo de criar uma zona de logradouro para os moradores das imediações. Para o topo desta avenida, na Praça Norte, projetou um logradouro de grandes dimensões, protegido do vento norte por vegetação¹⁴ (Fig. 190).

Edgar Fontes iniciou, entretanto, a sua colaboração no Bairro da Encarnação. Em 1955, projetou os jardins do Grupo Escolar do Bairro da Encarnação, hoje Escola Básica Paulino Montez, onde, tal como Ribeiro Telles, optou pela plantação de vegetação climácea, bem adaptada às condições locais e por consequência de fácil manutenção, implicando assim uma redução nos custos da mesma. Seguiu este mesmo princípio em todos os projetos que realizou neste bairro. Utilizou, assim, arbustos

como o folhado (*Viburnum tinus*), a lantana (*Lantana camara*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o incenso (*Pittosporum undulatum*) a piracanta (*Pyracantha angustifolia* e *Pyracantha coccinea*) e a verónica (*Veronica spp*), entre outras.

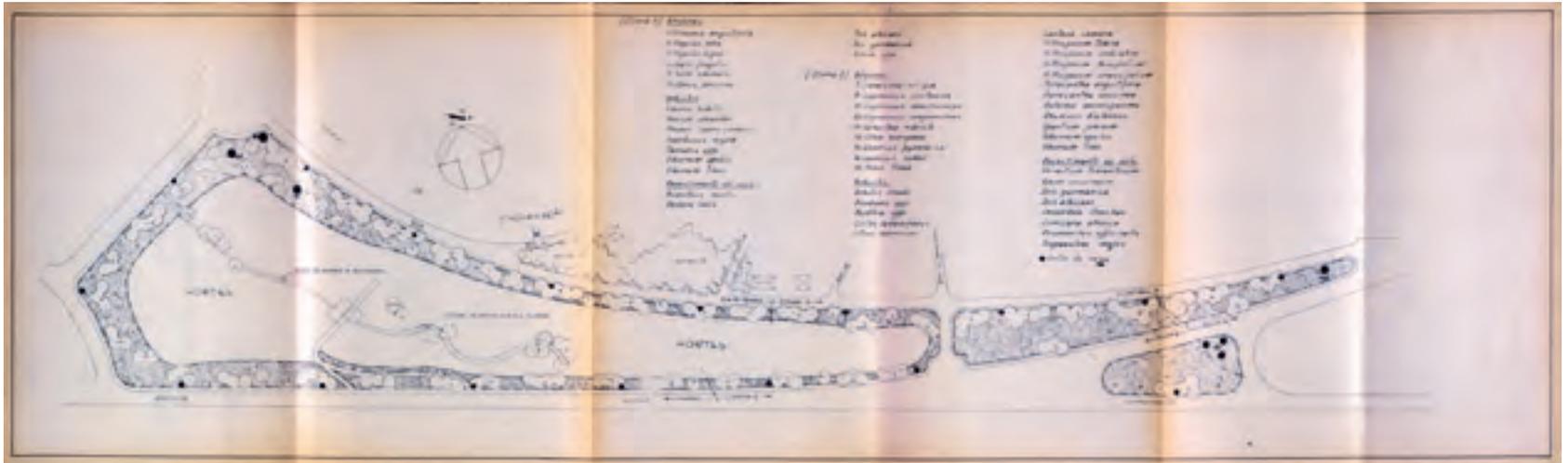
Este bairro é envolvido por duas cinturas, uma situada a sul e outra a poente, funcionando com espaços-tampão entre o bairro e rede viária, de trânsito intenso, que o delimita. Os projetos desenvolvidos para estas duas cinturas diferem formal e funcionalmente.

A Cintura Sul foi projetada em 1955, também por Edgar Fontes. O seu projeto foi autorizado pela presidência da CML, e a construção autorizada a 23 de



190. Projecto de Arborização da Rua da Q.ª de S.ª Maria. Encarnação. Ribeiro Telles, 1956.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.034



191. Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. (1.ª fase). Edgar Fontes, 1955.

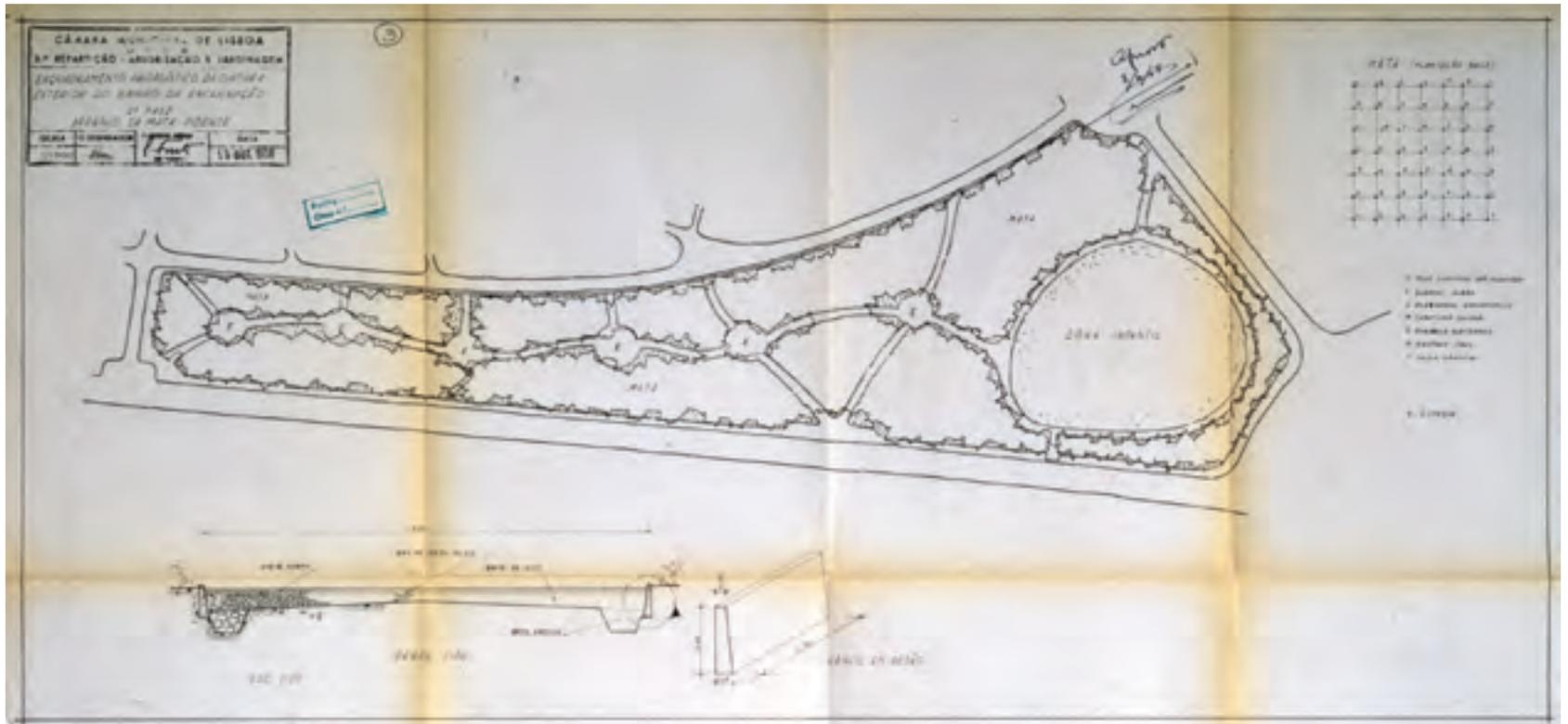
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.029

maio de 1955¹⁵. Numa atitude de valorização das pré-existências construídas no local, este arquiteto solicitava, a 2 de junho desse mesmo ano, o restauro dos muros de suporte e da nora que aí se encontravam. Na memória descritiva deste projeto justifica: «Com o presente projeto procura-se conservar dentro da área urbana, um espaço verde com características hortícolas valorizando [sic] paisagisticamente pela plantação dos taludes que o circundam enquadrando-o convenientemente. Dentro deste critério, toda a área central não sofrerá modificações a não ser aquelas que a estética aconselha. Assim, propõe-se o restauro dos tradicionais muros que ladeiam o regato, bem como as reparações necessárias na nora existente para que ela possa desempenhar cabalmente o seu fim. Isto quanto à área maior. As outras, mais pequenas, seriam totalmente ocupadas pela plantação.»¹⁶ Termina a memória descritiva recomendando mais uma vez o uso de espécies pertencentes à flora clímaxe (Fig. 191).

A Cintura Poente foi projetada em 1958. Edgar Fontes na memória descritiva enuncia como inten-

ções, não só o enquadramento do bairro e o isolamento do trânsito exterior ao mesmo, como a criação de logradouros comuns destinados aos moradores: «Uma rede de caminhos permitirão percorrer a mata, sendo criados de quando em quando locais e estadia [...] Uma enorme clareira dará origem a criação de um local infantil onde deverão ser colocados elementos de recreio tipo fixo e de reduzida conservação.»¹⁷ (Fig. 192). Esta atitude ao nível do planeamento e do projeto, manifesta a aplicação da noção da necessidade de contacto com o ar livre e a natureza por parte da população, particularmente pelas crianças.

Esta clareira veio mais tarde, em 1962, a ser alvo de um projeto por parte de Edgar Fontes e Sousa da Câmara, onde estas noções são aplicadas muito concretamente. O projeto prevê uma separação do espaço e uma ocupação diferencial em função da idade, numa sucessão de pequenos locais de estadia para os mais velhos e uma grande clareira para o recreio infantil. Nesta clareira efetuou-se um zonamento para crianças consoante o



192. Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 2.ª fase. Arranjo da mata poente. Edgar Fontes, 1958.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.051

seu desenvolvimento: idade pré-escolar até aos 7 anos, e idade escolar, com jogos de proeza entre os 7 e os 10 anos, e jogos organizados, entre os 7 e os 15 anos de idade. Uma vez definidas estas zonas, deu-se prioridade à seleção da vegetação a plantar, utilizando como base fitossociológica a composição dos povoamentos de folha perene o *Quercetum fagetae*, e nos povoamentos de folha caduca o *Populatio alba* (Fig. 193). Relativamente ao recreio infantil, a memória descritiva deixa-nos compreender a sua perspetiva: «Os terreiros de jogos destinados às crianças devem ser soalheiros, mas devem também proporcionar manchas de sombra onde as crianças e as pessoas que as acompanham se

possam abrigar se o desejarem. Estas zonas de sombra foram utilizadas como elementos de separação entre os vários espaços de recreio. Esta solução permite a existência de uma zona tratada com certo cuidado – um relvado – destinada aos mais pequenos, onde nos dias quentes de Verão, estes poderão brincar e chapinhar na área abrangida pelos aspersores aí instalados. Esta solução tem duas vantagens: proporcionar às crianças a oportunidade de beneficiar do prazer do banho, sem os inconvenientes que uma piscina possui quanto à vigilância e ao equipamento indispensável de desinfecção e tratamento da água, e em segundo lugar, esta zona funciona como uma nascente do



193. Parque de recreio para crianças, na mata poente do Bairro da Encarnação, s.a., s.d.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0045/02

194. Parque de recreio para crianças, na mata poente do Bairro da Encarnação. Plano Geral. S.a., 1962.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0045/01

195. Recinto de recreio infantil. Bairro da Encarnação. (Clube Atlético e Recreativo da Encarnação). Plano geral. Sousa da Câmara, 1963.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0045/04



regato que existia anteriormente e que os trabalhos de aterro fizeram desaparecer.»¹⁸

Finalmente sugere a construção de uma esplanada dominando o espaço de recreio, sanitários, um pequeno vestiário com dois chuveiros (para as crianças mais velhas) e uma dependência para o pessoal encarregado da vigilância¹⁹ (Fig. 194). No ano seguinte, Sousa da Câmara projetou outro espaço para o recreio infantil, desta vez junto ao Clube Atlético e Recreativo da Encarnação (Fig. 195).

BAIRRO DE ALVALADE

Cerca de dois anos após a inauguração do primeiro conjunto de edifícios multifamiliares de renda económica, em agosto de 1948, os arquitetos paisagistas recém-chegados à CML, Azevedo Coutinho e Ribeiro Telles, eram chamados a colaborar nos projetos de jardins e arborização das ruas do Bairro de Alvalade. Todos os projetos de especialidade de infraestruturas urbanas e de desenho do espaço público, incluindo os projetos relativos aos espaços verdes, estavam inseridos nos chamados «estudos de pormenor», desenvolvidos pelas respetivas divisões de serviços da CML. Os estudos de pormenor relativos aos espaços verdes, designados como estudos de especialidade no desenho urbano, eram elaborados na DSTE.

Azevedo Coutinho foi chamado a intervir no Bairro de Alvalade em 1950. Realizou o enquadra-

mento paisagístico da Avenida da Igreja. Selecionou as espécies arbóreas tendo em conta o diâmetro de copa e de acordo com a função a desempenhar, designadamente espécies de folha caduca, com vista à obtenção de sombra no verão e sol no inverno. No troço compreendido entre a Igreja de São João de Brito e a Avenida de Roma, zona de carácter marcadamente comercial, as árvores foram plantadas em caldeira com vista à libertação do espaço para a circulação dos transeuntes, ficando estas distanciadas 6,5 metros das fachadas dos edifícios. Para o efeito foram escolhidos plátanos (*Platanus orientalis*). No troço a poente da Avenida de Roma, a Avenida da Igreja atravessa uma zona quase exclusivamente residencial. Aqui as árvores foram plantadas ao longo de faixas ajardinadas, distanciadas dois metros das fachadas dos prédios com a função, não só de os ensombrar durante os meses mais quentes, como de conferir alguma privacidade aos



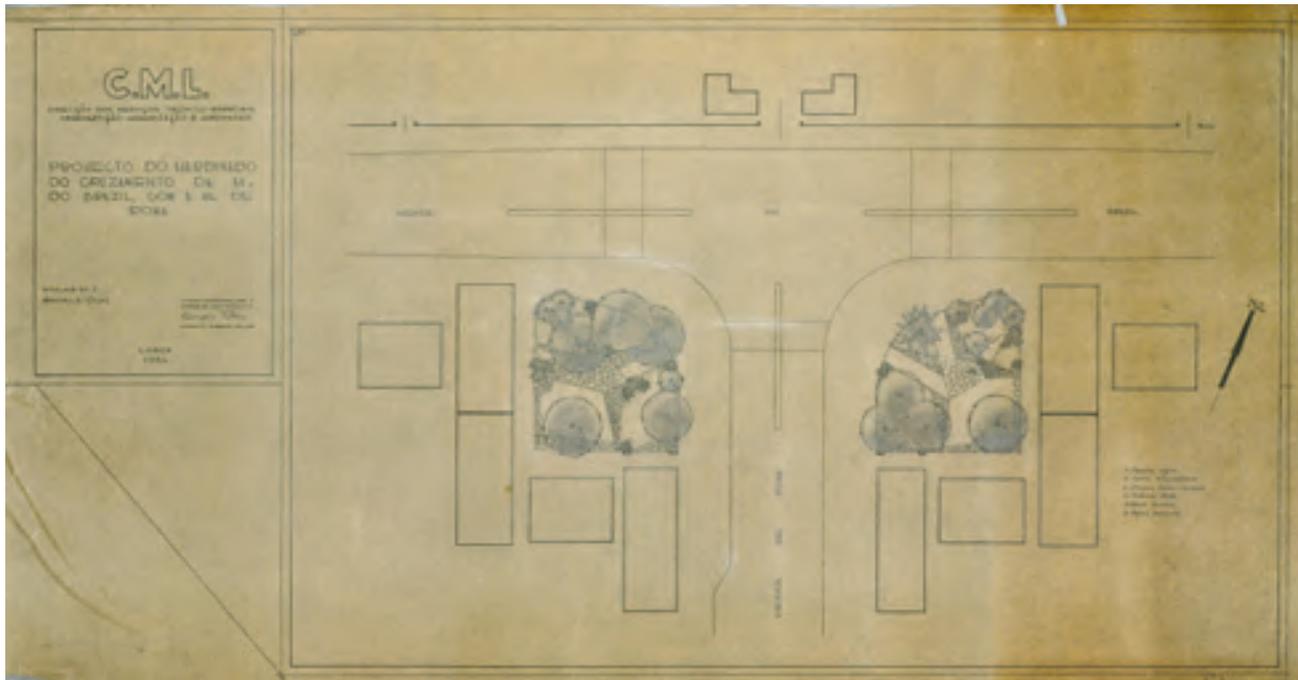
196. Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Campo Grande, década de 1950.

AML. Col. Judah Benoliel. PT/AMLSB/JBN/004676



197. Largo Frei Heitor Pinto e Avenida da Igreja, 1974.

AML. Col. Artur Pastor. PT-AMLSB-ART-027279



198. Projecto do ajardinado do cruzamento da Av. do Brasil com a Av. de Roma. Ribeiro Telles, 1954.

AML PT/AMLSB/CMSLB/UROB-OM/19/0066/02

seus andares térreos (Fig. 196). A árvore escolhida foi choupo branco (*Populus alba*), já que a sua copa possui um diâmetro inferior à do plátano.

Os remates destes eixos estruturantes, bem como os cruzamentos entre si, foram alvo de um tratamento paisagístico especial, refira-se o jardim do Largo Frei Heitor Pinto, no topo nascente da Avenida da Igreja, projetado por Azevedo Coutinho em 1951 (Fig. 197), a remodelação da placa da Rotunda do Aeroporto em 1953 onde Ribeiro Telles procurou «[...] valorizar com as massas arbóreas as perspectivas finais das avenidas e estradas que desembocam na Rotunda»²⁰ e os pequenos jardins, também por ele projetados, um em 1953 no cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida de Roma (Fig. 198) e outro em 1956, no cruzamento da Avenida Rio de Janeiro e Avenida do Brasil.

A escola primária constituiu o ponto fulcral em torno do qual se desenvolveu o desenho de cada célula do plano de urbanização do Bairro de Alvalade, sendo este facto comum a cada uma das oito células constituintes do mesmo²¹. Para cada equipamento escolar convergem uma série de caminhos pedonais que, atravessando logradouros, tornavam mais curtos os percursos de acesso aos mesmo. Uma área muito significativa de cada recinto escolar é ocupada por jardim e, neste âmbito, os arquitetos paisagistas foram chamados a projetar estes espaços.

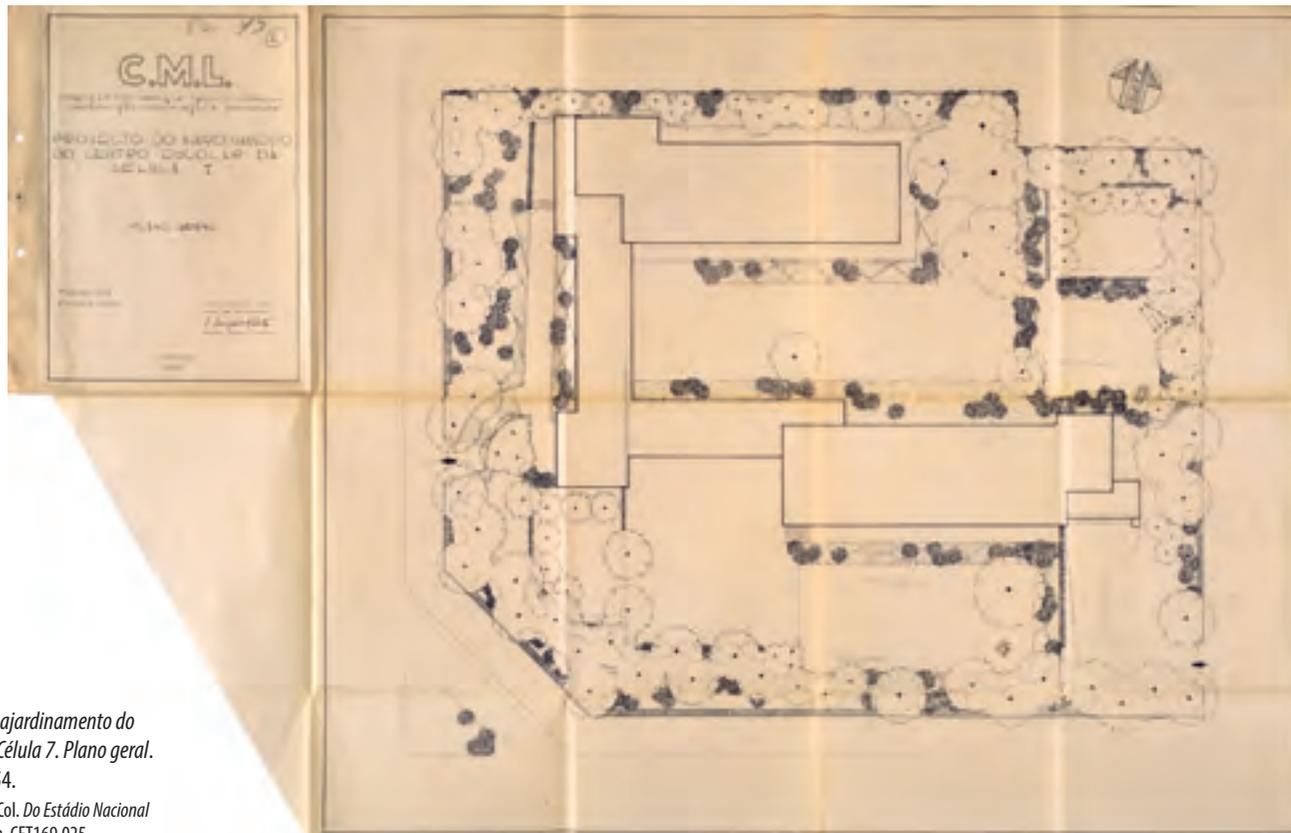
Azevedo Coutinho realizou os projetos dos jardins dos Centros Escolares das Células 1 e 2, em 1950 (Figs. 199 e 200). Em 1954, Edgar Fontes realizou o projeto dos jardins do Centro Escolar da Célula 7 (Fig. 201), Escola Básica do Bairro de



199. Jardins da Escola Básica de Santo António, 2021.
TBC



200. Jardim envolvente da Escola Básica dos Coruchéus, 2021.
TBC



201. Projecto do ajardinamento do
Centro Escolar da Célula 7. Plano geral.
Edgar Fontes, 1954.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional
ao Jardim Gulbenkian. CFT169.025



São Miguel, da autoria do arquiteto Ruy Jervis d'Atouguia (Figs. 202 e 203). Em 1956, Edgar Fontes projetou os jardins do Centro Escolar da Célula 4, Escola Almirante Gago Coutinho (Fig. 204) e, em 1956-1958, os jardins do Centro Escolar da Célula 6 (Fig. 205), Escola Básica de São João de Brito (1954-1956), cujo edifício é da autoria do arquiteto Palma de Melo²² (Fig. 206).

Na nota justificativa relativa ao projeto da Escola Básica de São João de Brito, Edgar Fontes esclarece: «De acordo com o já anteriormente estabelecido, quanto à arborização e ajardinamento dos Centros Escolares, procurou-se no caso presente, isolar tanto quanto possível as zonas de recreio das traseiras dos prédios vizinhos e da rua. Criaram-se dois grandes terreiros e duas zonas



202. Escola primária n.º 24, Bairro de São Miguel.
Visita do Prefeito da Baía, 1957.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/001558

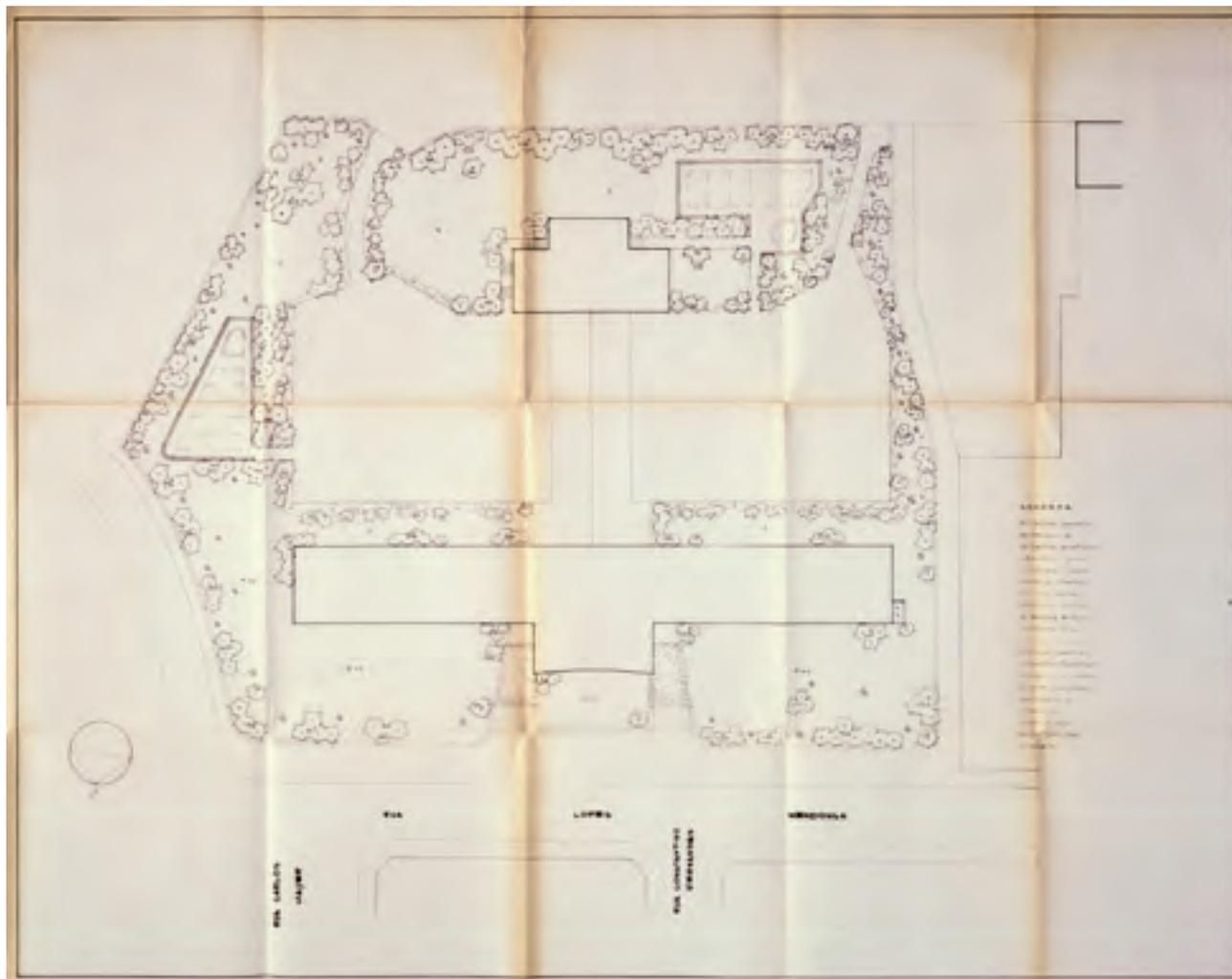
203. Escola primária n.º 24, Bairro de São Miguel, 1961.

AML. Col. Arnaldo Madureira. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/001323



204. Escola Preparatória Almirante Gago Coutinho, 1972.

AML. Col. Vasco Gouveia de Figueiredo. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/001907



205. *Projecto de arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 6.*
Edgar Fontes, 1958.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.052

mais recolhidas onde será possível, caso se julgue conveniente, o funcionamento de aulas ao ar livre. Aí serão instalados dois bancos e dois bebedouros como está indicado no projecto.»²³ Seguidamente adverte para uma escolha de plantas pertencentes à flora climácea de Lisboa, com vista a uma conservação menos exigente, logo mais económica e manifestando preocupações ambientais.

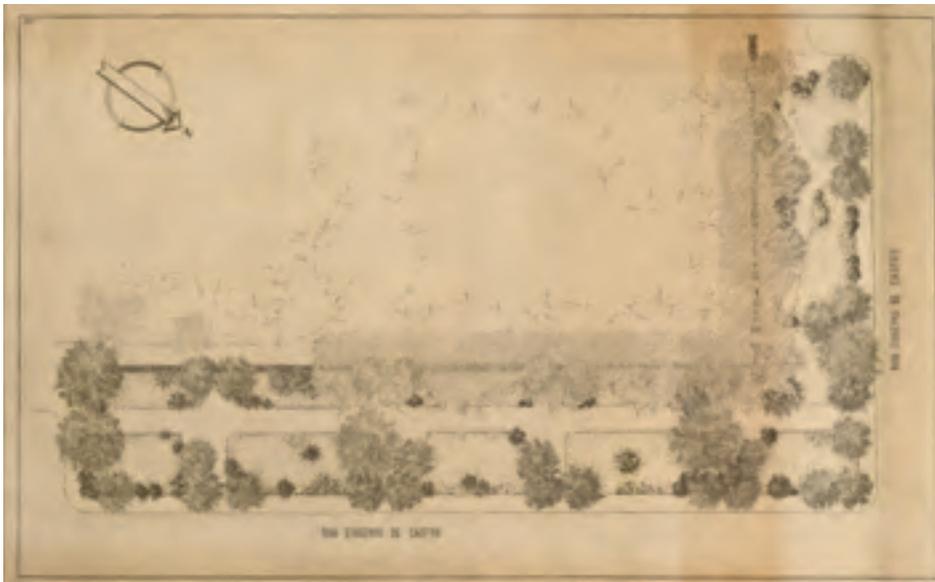
Além de uma distribuição funcional do espaço, Edgar Fontes fez questão de proporcionar uma vivência mais salutar do espaço e um maior contacto com a natureza por parte das crianças, ao prever a possibilidade de poderem realizar-se aulas ao ar livre. Os maciços de vegetação, compreendendo quer espécies caducifólias quer perenifólias de acordo com o local, colocados estrategicamente



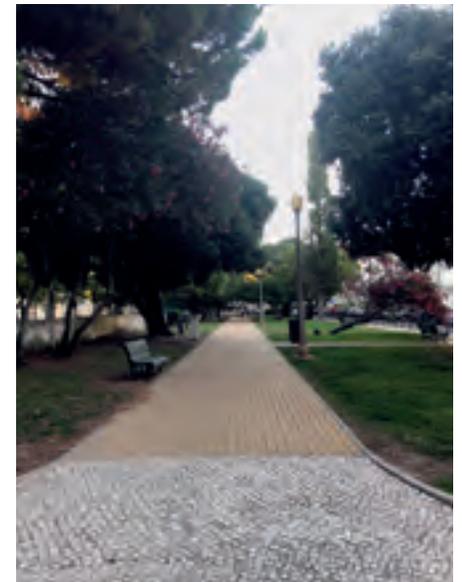
206. Igreja de São João de Brito, fachada lateral (Célula 6), 1968.
AML. Col. João Brito Geraldes. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBG/000852

como uma cortina verde, isolam a escola da vizinhança, conferindo privacidade ao recinto da escola e abafando o ruído proveniente da mesma, especialmente das zonas de recreio.

Frequentemente às zonas verdes que as escolas constituem em si, crescem pequenos jardins adjacentes que prolongam as manchas de vegetação e assim reforçam a presença da natureza no interior das várias unidades habitacionais que constituem o bairro. Neste âmbito, Azevedo Coutinho projetou dois jardins, um deles adjacente ao Centro Escolar da Célula 1 (Figs. 207 e 208) e outro ao Centro Escolar da Célula 2 (Fig. 209). Na memória descritiva deste último jardim, relata: «O presente projeto destina-se ao futuro jardim em frente ao edifício do centro escolar da Célula 2 bem como aos terrenos



207. Alvalade. Jardins públicos. Projecto do jardim junto ao Centro Escolar – Célula n.º 1 (entre as Ruas Eugénio de Castro e o Centro Escolar). Plano geral. Azevedo Coutinho, 1950.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0069/01

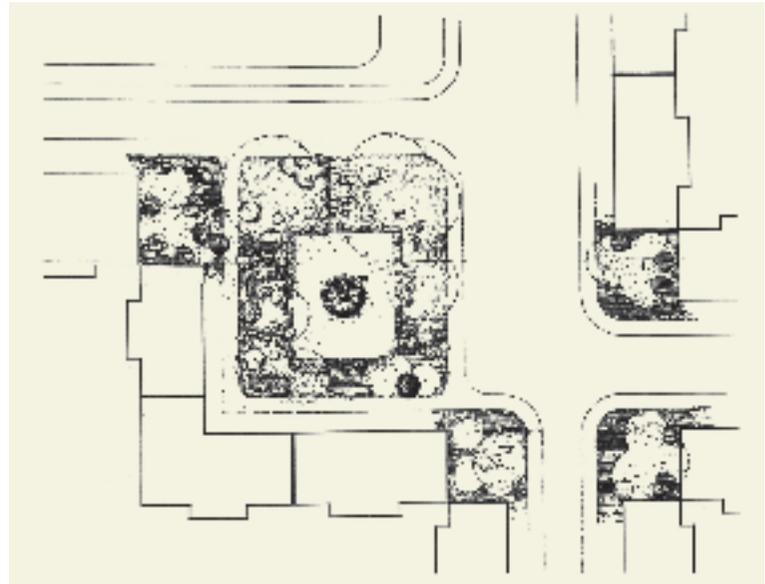


208. Jardim envolvente da Escola Básica de Santo António (Célula1), 2021.
TBC



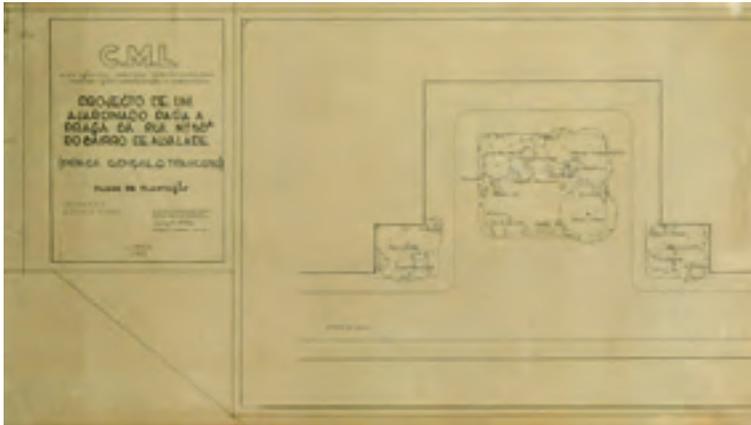
209. Jardim envolvente da Escola Básica dos Coruchéus (Célula2), 2021.
TBC

que lhe ficam anexos para um e outro lado e compreende fundamentalmente a plantação de escal-racho nas peças arrelvadas e a colocação de árvores e arbustos com o fim de proporcionar um melhor enquadramento do citado edifício e ao mesmo tempo criar zonas de ensombramento propícias à colocação de bancos para servirem a população daquela zona do Bairro de Alvalade [...] A arborização de fundo, à base de choupos destina-se a formar uma pequena carteira para reforço da que já foi plantada nos pátios da escola, isolando aqueles recintos como convém, dada a sua finalidade. Toda a mancha de cor do futuro jardim será formada por arbustos e plantas herbáceas vivazes, de floração abundante, tendo como finalidade a maior economia e ao mesmo tempo pretendendo dar àqueles jardins do Bairro de Alvalade uma feição nova que permita enquadrarem-se perfeitamente no âmbito geral daquele centro populacional. Neste sentido, a plantação indicada será o "mixed border", rodeando as faixas arrelvadas e protegendo assim os seus cantos como convém em pequenos jardins onde o excesso de frequência é propício à inutilização de



210. *Projecto do ajardinado para a praça da rua 50 da célula 7 do Sítio de Alvalade. Plano geral.* Ribeiro Telles, 1951.
In COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade...*

211. Jardim da Praça Francisco de Morais, no Bairro de São Miguel, 1966.
AML. Col. Armando Serôdio. PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/SER/012938



212. Projecto de um ajardinado para a Praça da Rua n.º 50 do Bairro de Alvalade (Praça Gonçalo Trancoso). Plano de plantaço. Ribeiro Telles, 1952.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0031/01

grandes manchas de relvados e onde se prevê que uma plantaço deste tipo, dada a sua constituição e o seu aspecto particularmente belo, possa ser resguardo suficiente para o relvado e ao mesmo tempo mais respeitado pelos frequentadores do jardim.»²⁴ Este documento testemunha as preocupações de índole funcional que norteiam o projeto de Arquitetura Paisagista, chamando-nos também a atenção para a especificidade que um jardim deste tipo deverá apresentar, atendendo à sua capacidade de carga. Estes jardins são como que um prolongamento do jardim da escola, até mesmo relativamente à continuidade das espécies selecionadas, enquadrando-a e promovendo a vivência do local e o contacto com a natureza, tendo a escola primária como ponto de especial importância, como definido no plano de urbanização.

Dois anos mais tarde, na Célula 7, os jardins, embora na grande proximidade da escola, não estão situados do espaço contíguo à mesma, mas inseridos em praças, na malha urbana envolvente. Nesta célula encontram-se três jardins e todos eles satisfazem estas condições: o jardim da Praça Francisco de Moraes, com lago circular e chafariz

ao centro, (Figs. 210 e 211), o jardim da Praça Gonçalo Trancoso (Fig. 212) e o jardim da Praça Andrade Caminha (Fig. 213), este último atualmente equipado com uma zona de parque infantil.

No Bairro de Alvalade há ainda a referir o jardim do Largo Frei Heitor Pinto. Da autoria de Azevedo Coutinho, este jardim, embora sendo uma zona de estadia, tinha como principal função anunciar a Igreja de São João de Brito a quem percorria a Avenida da Igreja. O seu desenho, perfeitamente simétrico, desenvolve-se em redor de um lago central (Figs. 214 e 215). Azevedo Coutinho rebaixou a cota do lago com o intuito de não prejudicar esta perspectiva «[...] de modo a ter mais ambiente para os elementos decorativos a colocar.»²⁵ Criou deste modo um espelho de água que, ao refletir a fachada principal da igreja, lhe confere uma outra dimensão. Na memória descritiva deste projeto, esclarece: «[...] Fundamentalmente o projeto baseia-se num arranjo formal, desenhado com sebes de *ligustrum* deixando assim canteiros onde, além de uma plantaço arbórea e arbustiva pouco densa, se pretende



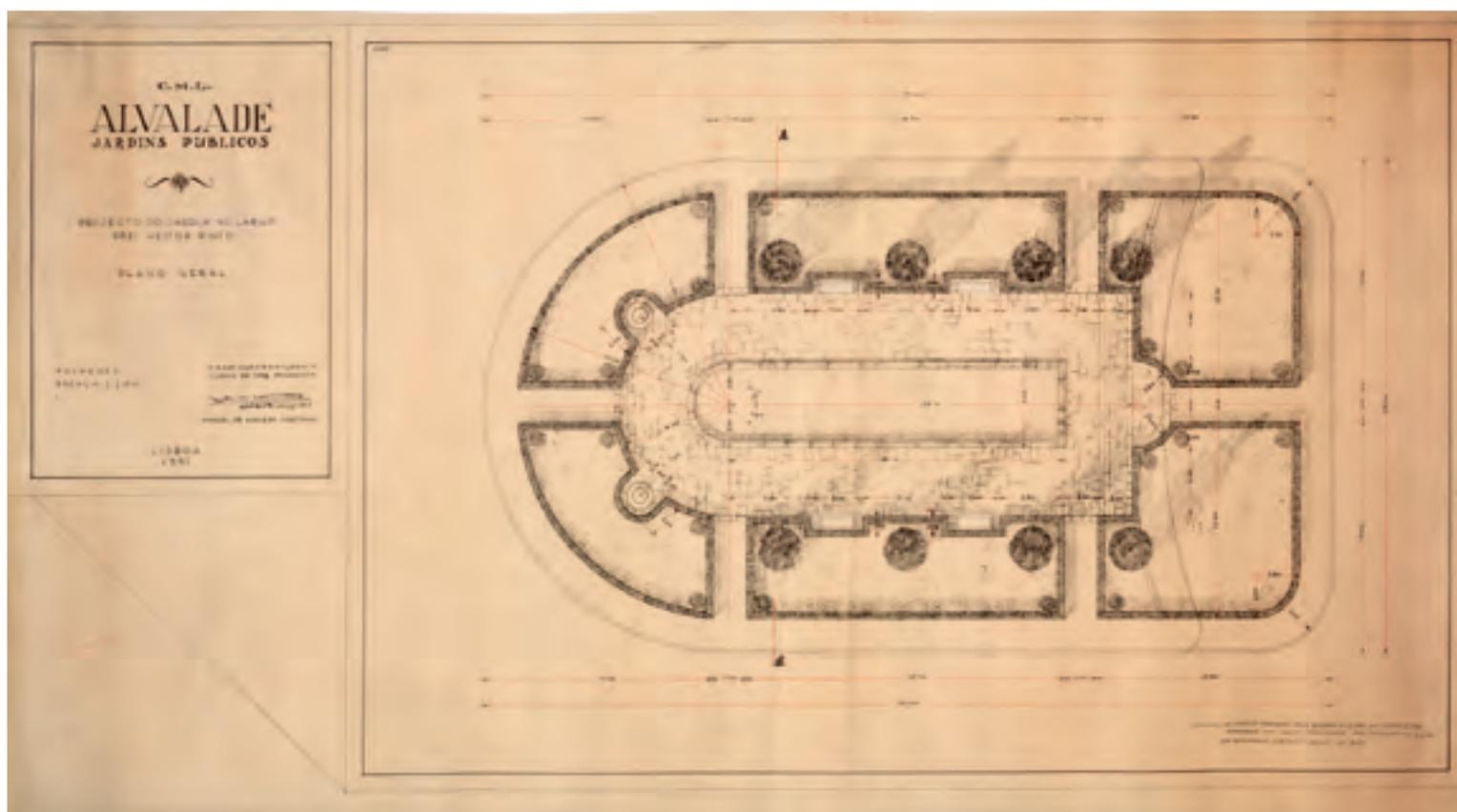
213. Praça Andrade Caminha. Bairro de São Miguel, [194-].

AML. Col. Amadeu Ferrari. PT/AMLSB/FER/000533



214. Jardim do Largo Frei Heitor Pinto, [c. 1959].
AML. Col. António Passaporte. PT/AMLSB/PAS/001824

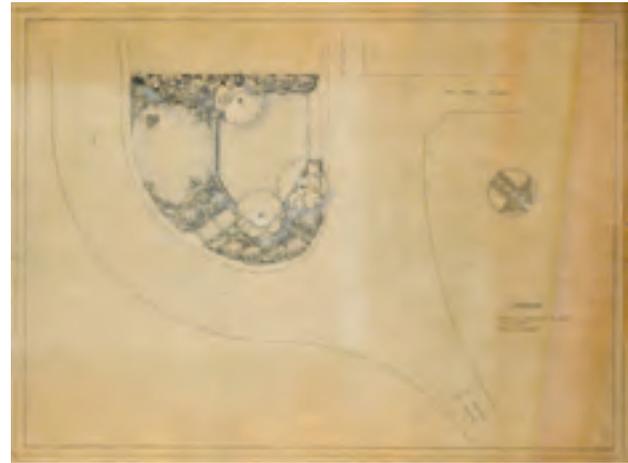
215. *Projecto do jardim do Largo Frei Heitor Pinto.*
Plano geral. Azevedo Coutinho. 1951.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.*
CFT169.094



naturalizar, em meio próprio, algumas espécies bolbosas como: beladonas, frésias, narcisos, etc. Das espécies arbóreas apenas seis *Cupressus sempervirens* se colocarão para dar mais majestade ao pequeno jardim que, com a finalidade de servir de tapete à futura Igreja tem de ter um aspeto mais austero na plantação arbórea podendo ser esse mesmo aspeto aliviado na plantação de bolbosas, como se prevê. Em devida oportunidade se apresentará o projeto dos bancos para o local, de tipo diferente dos existentes nos restantes jardins (...).»²⁶

De índole completamente diferente, face a uma situação completamente oposta, em 1955 foi projetado um discreto jardim informal, junto a um miradouro inserido numa zona de moradias, na célula 4, em cuja memória descritiva Ribeiro Teles afirma: «O local onde se pretende construir este jardim é valorizado pela vista que daí se desfruta, razão de ser de todo o arranjo que se propõe. Um pequeno terreiro voltado a sul servirá de local de estadia com diversos bancos. Este terreiro é limitado do lado sul por um murete que servirá de banco e resguardo. A partir deste murete uma encosta arrelvada, ladeada por grupos de arbustos de flor, termina na rua inferior. A distribuição do arvoredo faz-se atendendo ao enquadramento do panorama e procurando criar locais ensombrados que contrastem com outros francamente iluminados»²⁷ (Fig. 216).

Estes pequenos jardins, embora formalmente muito diversos, têm como princípio orientador da sua estrutura a função a ser desempenhada, tendo sempre presente a orientação e a topografia, desenvolvendo-se assim em função do lugar. No primeiro caso, Azevedo Coutinho para poder conceber um espelho de água sem que este, pela sua altura, inviabilizasse a função que pretendia dar a este espaço – «servir de tapete à futura igreja» – representando esta o ponto de fuga para um observador que percorresse a Avenida da Igreja, criou uma depressão para o situar e escolheu elementos

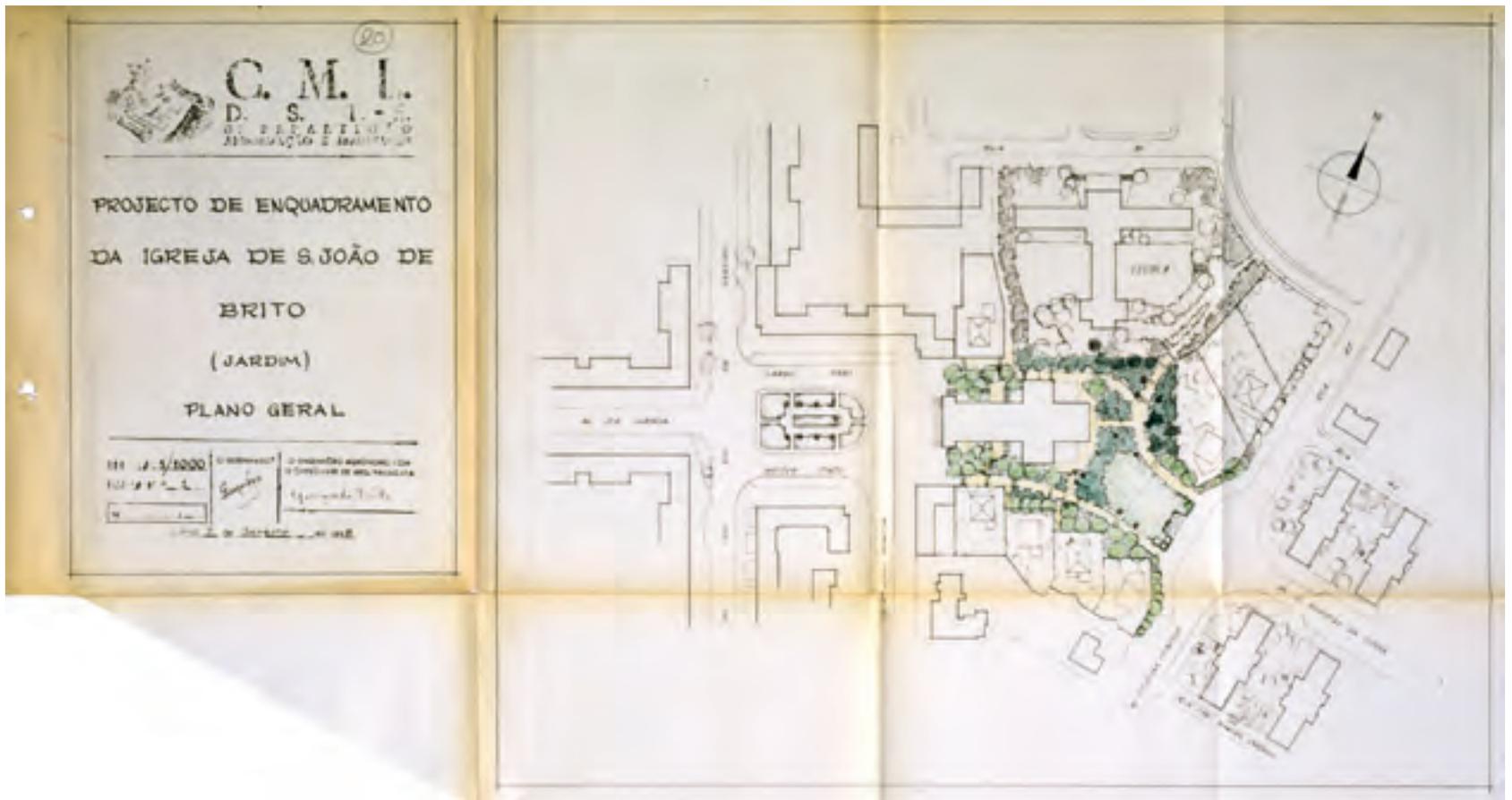


216. *Projecto do jardim miradouro da Rua Eduardo de Noronha. Ribeiro Telles, 1954.*

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0019/01

arbóreos que, pela silhueta da sua copa e pela sua disposição no espaço, acentuavam o efeito perspetivo ambicionado. Relativamente ao jardim do miradouro, este foi desenhado em função das vistas que se desfrutavam a sul. Ribeiro Telles, num projeto francamente informal, desenhou um murete que delimita uma zona do terreiro, o qual além da natural função de resguardo acumula a função de banco virado à paisagem, livre da copa das árvores. Criou através da vegetação uma situação de contraste claro-escuro, aumentando o conforto e, do ponto de vista pictórico, o interesse do local.

Ribeiro Telles projetou os jardins que enquadram a Igreja de São João de Brito (Fig. 217). O projeto teve por premissas: «1.º Enquadramento da igreja e valorização do topo poente da Avenida D. Rodrigo da Cunha; 2.º Circulação de peões fácil entre o Largo frei Heitor Pinto e a Avenida D. Rodrigo da Cunha, 3.º Criação dum espaço verde para uso da população do sítio; 4.º obtenção de maciços arbóreos de normal vigor vegetativo de forma a que possam ser um elemento na correcção clínica do local.»²⁸ Relativamente à vegetação, Ribeiro Telles distribuiu



217. Projecto de enquadramento da igreja de S. João de Brito (jardim).

Plano geral. Ribeiro Telles, 1958.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.* CFT169.049

as espécies segundo uma «[...] certa estruturação ecológica e de acordo com todas as premissas atrás indicadas.»²⁹ Escolheu espécies dominantes da formação clímax de Lisboa ou afins, destacando apenas alguns elementos de espécies exóticas, atendendo sempre à rusticidade das diferentes espécies. Prevendo a obtenção de diferentes aspetos, consoante as estações do ano, e com o objetivo de dar cor ao jardim, escolheu grupos de arbustos e vivazes plantados em *mixed-borders* (Figs. 218 e 219).

Os jardins públicos, de caráter vivencial, ligados às atividades de lazer, em Alvalade muitas vezes associados aos Centros Escolares e às respectivas Células ou na sua proximidade e por vezes a parques infantis, funcionavam como um importante ponto de reunião e de lazer da comunidade local. Para Ribeiro Telles esses jardins revelavam-se, no entanto, insuficientes, afirmando: «A zona da Cidade já edificada não possui espaços verdes de dimensões suficientes para a sua população. As pequenas pracetas e recantos ajardinados, se bem



que úteis, não resolvem os problemas de ordem recreativa e social que competem ao jardim urbano. Para um pouco mais de intimidade e vida ao ar livre a população de Alvalade e do Areeiro tem que se deslocar ou para o Campo Grande ou para a Mata de Alvalade.» E lança o repto: «Torna-se, portanto necessário que os poucos espaços livres, com certas dimensões, e ainda existentes, sejam sempre que possível destinados a jardins e que estes, no seu traçado e concepção não se divorciem das necessidades da vida atual.»³⁰ A agitada vida moderna trazia consigo uma necessidade acrescida de contacto frequente com a natureza, em jardins de fácil acesso, como elemento retemperante essencial a uma vida saudável.

Os grandes jardins, nomeadamente a Mata de Alvalade no extremo nascente, e fora do plano, mas adjacente ao mesmo e o Campo Grande, no extremo oposto, funcionavam como áreas destinadas à prática do desporto ou outro tipo de recreio ativo, ou ainda também qualquer outra atividade de ar livre exigente em espaço.

Recorde-se que no *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, Faria da Costa propôs que todos espaços de logradouro fossem totalmente divididos em parcelas correspondentes a cada prédio. Quando, em 1947, as casas de renda económica foram construídas, esse critério foi modificado por se entender que seria vantajoso o seu uso poder ser comum aos vários moradores dos prédios delimitantes dos logradouros, proporcionando as infraestruturas necessárias para o efeito.

218. Jardim junto à Igreja de São João de Brito, 1959.

AML. Col. Judah Benoliel. PT/AMLSB/JBN/005083

219. Jardim junto à igreja de São João de Brito, 1960.

AML. Col. Arnaldo Madureira. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000930



220. Bairro de Alvalade, Célula 8, 2021.

TBC

221. Logradouros da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, 2021.

TBC

Um novo critério dos edifícios dispostos perpendicularmente ao eixo da via foi seguido no conjunto habitacional junto à Avenida do Aeroporto, na Célula 8, delimitando três logradouros de uso público (Largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Cordeiro). Desta vez o projeto de arquitetura paisagista iniciou-se em 1952. Acerca deste projeto Ribeiro Telles afirma: «[...] Atendeu-se, na elaboração deste projeto, às três condições: 1.º Ao carácter quase semi-privado das ruas, fechadas num dos topos e sem trânsito de veículos; 2.º À orientação sensivelmente nascente-poente das mesmas ruas; 3.º À proximidade entre ajardinados e habitações. Pretende-se, portanto, que estes ajardinados sirvam como pequenos logradouros dos habitantes da rua, não ensombrando demasiadamente os prédios e enriquecendo o aspeto das mesmas. Em cada uma das placas prevê-se sensivelmente a meio um pequeno arruamento de passagem com um recanto para dois bancos. As espécies arbóreas de maior porte são na sua quase totalidade de folhagem caduca não ensombrando assim os prédios durante os meses de inverno. Árvores de mais pequeno porte enquadram e ocultam o topo fechado das ruas. A nota de cor é dada por arbustos de flor e folhagem e o enquadramento dos bancos realiza-se com uma sebe livre de *ligustrum*. Os bancos de cada ajardinado são perpendiculares ao eixo deste, desfrutando duma pequena perspetiva de arbustos e árvores.»³¹ (Fig. 220). Através da leitura deste documento podemos constatar o pormenor com que o projeto foi desenvolvido, dando especial importância ao conforto dos utentes com a criação de uma espécie de prolongamento das casas que tornavam os logradouros numa verdadeira sala de estar ao ar livre.

Em 1948, Faria da Costa voltou a inovar na urbanização da Avenida D. Rodrigo da Cunha, não só colocando os edifícios projetados pelo arquiteto Joaquim Ferreira (1911-1966), perpendicularmente

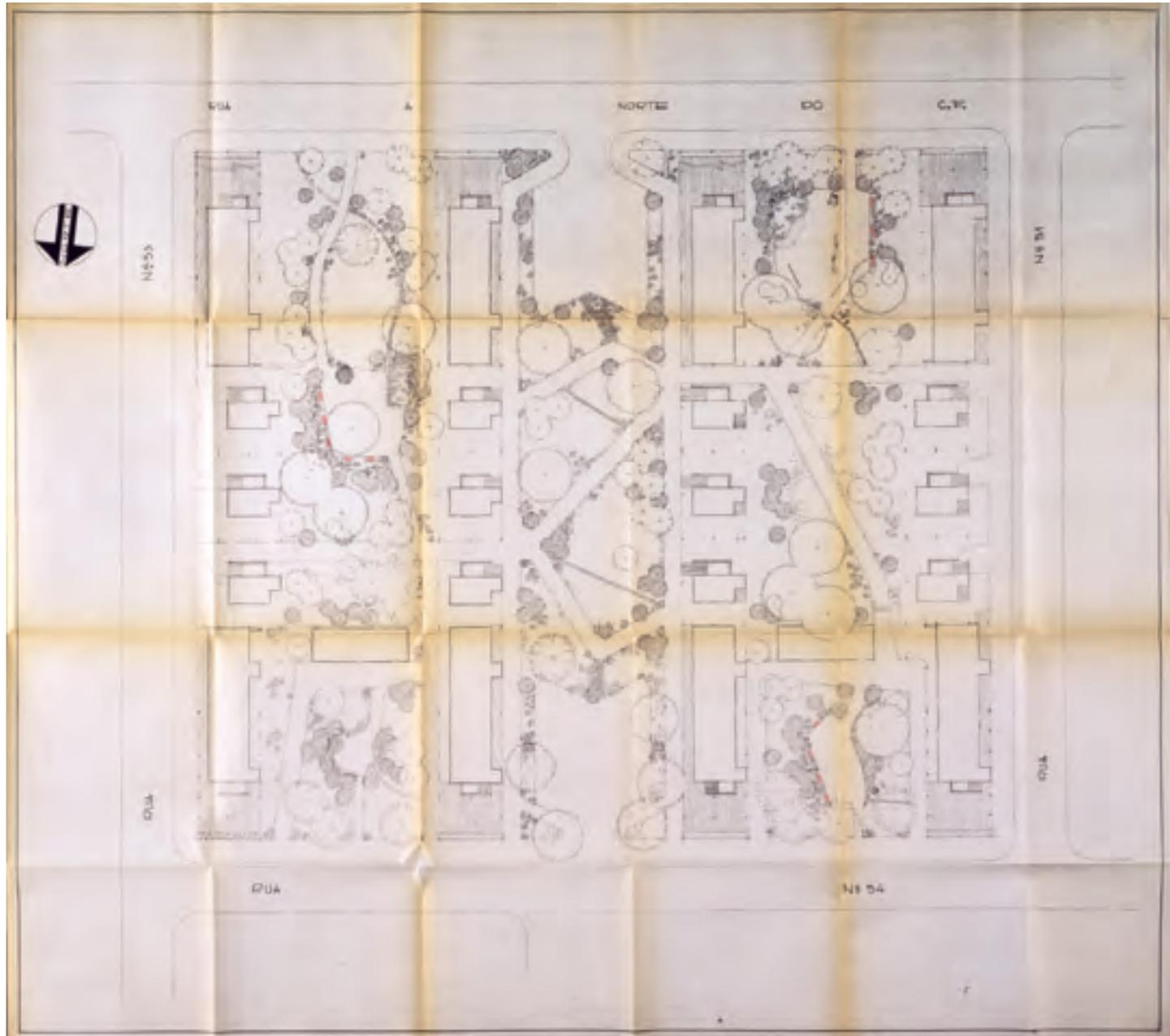


222. Bairro de São João de Deus, também conhecido por «Bairro das Estacas». Prémio Municipal de Arquitetura de 1954, 1958.

AML. Col. Salvador de Almeida Fernandes. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000116

ao eixo desta avenida, como unindo os espaços de logradouro num único espaço de uso público. Foi criada como que uma sequência de jardins, projetados em 1953 por Ribeiro Telles, frente a frente, em cada um dos lados desta via, interrompidos entre si pelos edifícios e pela avenida, num sábio aproveitamento do declive do terreno (Fig. 221). Projetado entre 1949 e 1953, iniciou-se a construção do conjunto habitacional vulgarmente designado como «Bairro das Estacas»³², da autoria dos arquitetos

Sebastião Formozinho Sanchez (1922-2004) e Ruy Jervis d'Authouguia (1917-2006), a qual ficaria concluída apenas em 1955. Realizado por iniciativa da CML, este projeto, em alternativa aos quarteirões previstos, consistiu na implantação de quatro blocos perpendiculares aos principais eixos viários, assentes sobre modernos pilotis (Fig. 222). Um bloco recuado e separado por rua dispõe-se perpendicularmente aos outros, com comércio no piso térreo. Construído segundo os princípios da Carta de



223. Projecto de ajardinamento da zona comercial da Célula 8 (Alvalade).
Plano geral. Localização dos bancos de modelo 17C. Ribeiro Telles, 1953.
AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.019

Atenas, foi o primeiro a desenvolver assumidamente os princípios da cidade moderna, em Lisboa, revelando também a influência da arquitetura brasileira da época, expressa nas grillagens das fachadas³³. O projeto foi premiado em 1953 com uma Menção Honrosa na II Bienal de São Paulo, tendo, em 1954, recebido o Prémio Municipal de Arquitetura. Segundo o próprio Formozinho Sanchez, a sua ideia era «fazer um jardim e colocar os prédios em cima do jardim»³⁴.

O projeto dos logradouros deste conjunto habitacional foi realizado por Ribeiro Telles (Fig. 223). Na memória descritiva do projeto, identifica como objetivos a atingir: «1.º Protecção eficaz dos ventos; 2.º Enquadramento vegetal de harmonia com o tipo e exposição dos blocos habitacionais; 3.º Criação de pequenos recintos para recreio das crianças e descanso dos habitantes dos blocos; 4.º Traçado dos ajardinamentos e distribuição das espécies de forma a obter aspectos que ajudam à indispensável ligação dos habitantes da cidade com a natureza», passando de seguida a esclarecer cada um destes pontos.

Como se pode observar, o projeto foi desenhado em função do lugar, considerando antes de outros fatores, a orientação solar e a topografia do mesmo. As árvores, cuja função é a protecção dos ventos dominantes, foram escolhidas em função do seu tipo de folhagem, devendo ser caducifólias, colocadas em sítios estratégicos para não privarem do sol os blocos habitacionais. Nesse mesmo sentido, foram selecionadas espécies cuja copa permite a passagem da luz, não estando os elementos arbóreos agrupados. Ribeiro Telles pretendeu simultaneamente compensar a horizontalidade dos blocos com elementos verticais, utilizando por exemplo os ciprestes, aqui valorizados pelas suas qualidades individuais, quer enquanto entidades botânicas quer esculturais. Isolados das vias de trânsito principais, previram-se zonas de estadia



224. Logradouro no Bairro de São João de Deus, também conhecido por «Bairro das Estacas». 1958.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000117

225. Logradouro no Bairro de São João de Deus, 2021.

TBC

e caminhos longos e confortáveis acompanhados de bancos, num desenho informal (Fig. 224). Foram criados locais exclusivamente destinados ao recreio das crianças (Fig. 225) e locais para o descanso dos demais residentes no bairro, tendo-se verificado uma separação dos usos consoante a classe etária.

Por fim, foi valorizado o contacto dos moradores com a natureza, escolhendo espécies vegetais que, pela sua sazonalidade, refletida quer na floração quer na queda das folhas, marcassem elas próprias a sucessão das estações do ano. Ribeiro Telles manifestou ainda uma preocupação de índole ecológica, ao escolher espécies tradicionais da região de Lisboa acompanhadas por outras da respetiva associação. O facto de os edifícios serem elevados possibilitou a criação propositada de uma extensa zona aparentemente contínua de jardins³⁵ (Fig. 226).

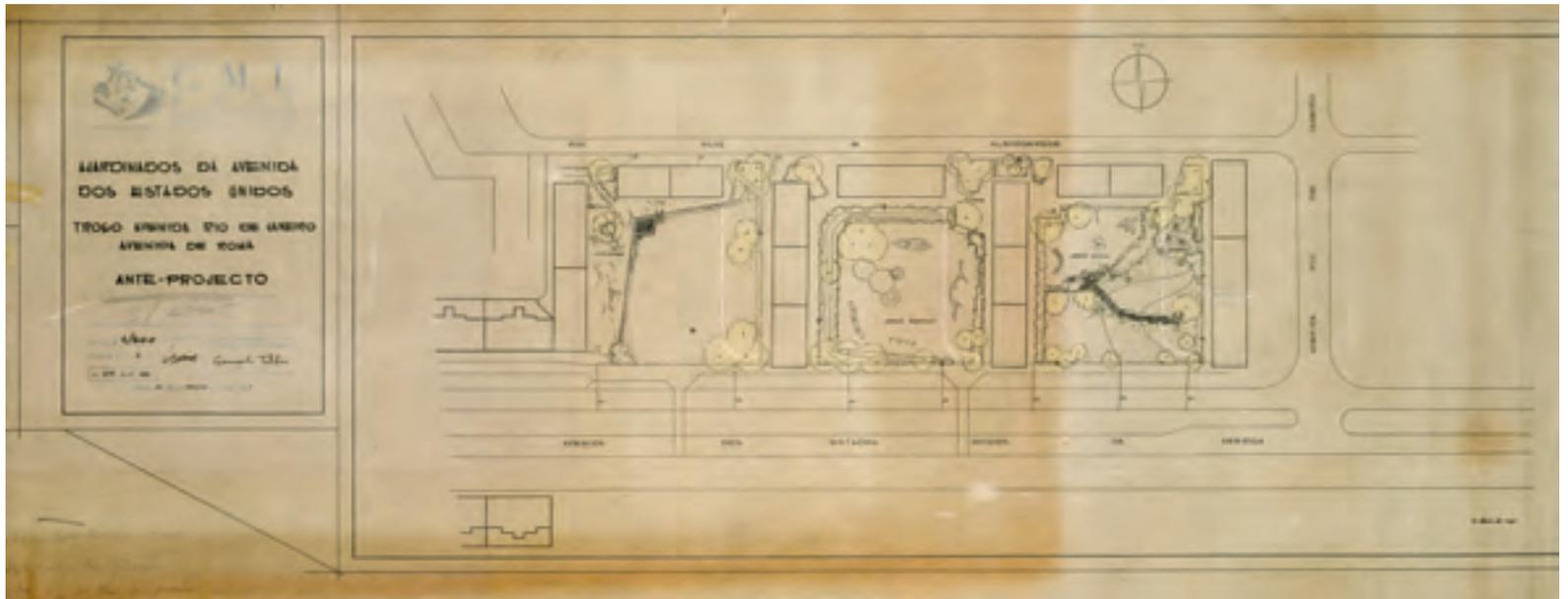
Ainda em meados dos anos 1950, a CML encomendou a alguns *ateliers*, projetos habitacionais para Alvalade, também estes implantados perpendicularmente às vias principais e assentes sobre pilotis, cujo aumento das volumetrias gerou

logradouros públicos mais vastos. Os edifícios da Avenida dos Estados Unidos da América³⁶ são um exemplo desta iniciativa.

Ribeiro Telles, em 1957, procedeu à realização do anteprojecto dos logradouros destes edifícios (Fig. 227). Na memória descritiva apresenta como finalidade «[...] marcar uma concepção e de certo modo, também prever a orientação a seguir nos movimentos de terra necessários.»³⁷ Este documento é de extrema importância, já que estabelece as premissas seguidas no projeto desta longa sequência de logradouros idealizada por Ribeiro Telles «[...] com características diferentes, quer no seu aspeto que na sua função.» Refere a especial atenção dada à necessidade de jardins «Robinson» e infantis, e também de zonas de estadia e esplanadas «com motivos de interesse próprios». A distribuição das árvores teve em conta a proteção dos ventos dominantes do quadrante norte e o enquadramento, quer dos edifícios quer ainda dos ambientes, criando variedade. Acrescenta ainda: «Cada logradouro deverá surgir perfeitamente diferenciado dos restantes sem contudo deixar de estar integrado no conjunto. Procurou-se que os diferentes arranjos se moldassem o mais possível à topografia do terreno e julga dever-se tirar o maior partido desta. Os maciços vegetais arbustivos e de herbáceas vivazes deverão limitar as clareiras relevadas de jogos ou enquadrar as estadias e esplanadas. As árvores em pequenos grupos procurarão, dando escala a todo o arranjo, criar diferentes ambientes de sombra e luz. A nota de cor será principalmente dada pelos “mixed-borders” arbustivos e vivazes. Alguns tanques deverão ser motivo de interesse, bem como repuxos surgindo do próprio pavimento ligeiramente côncavo nesse local. Por vezes a vegetação criará áreas mais luxuriantes que terão como único motivo a contemplação das plantas.»³⁸ Além de escolher principalmente espécies da vegetação clímax da região de Lisboa,



226. Continuidade visual entre os jardins dos logradouros vizinhos, 2021.
TBC

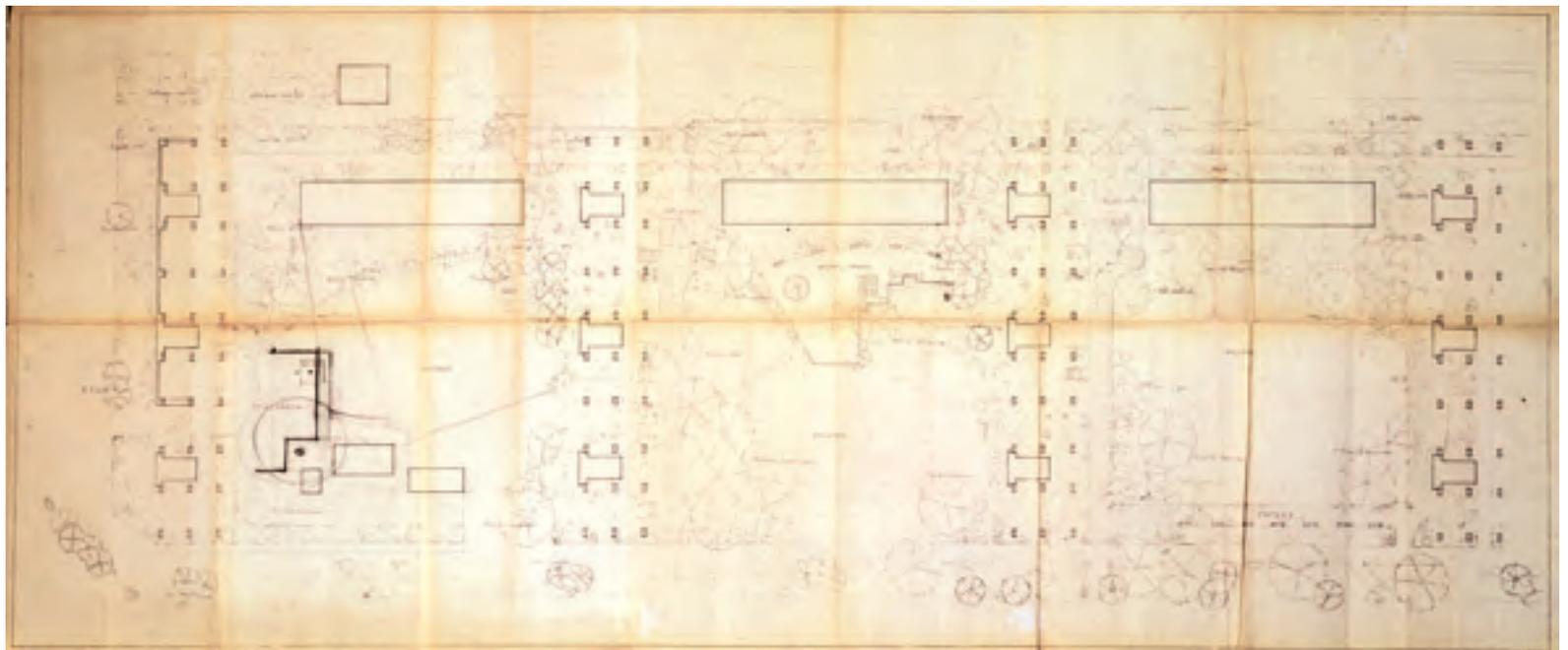


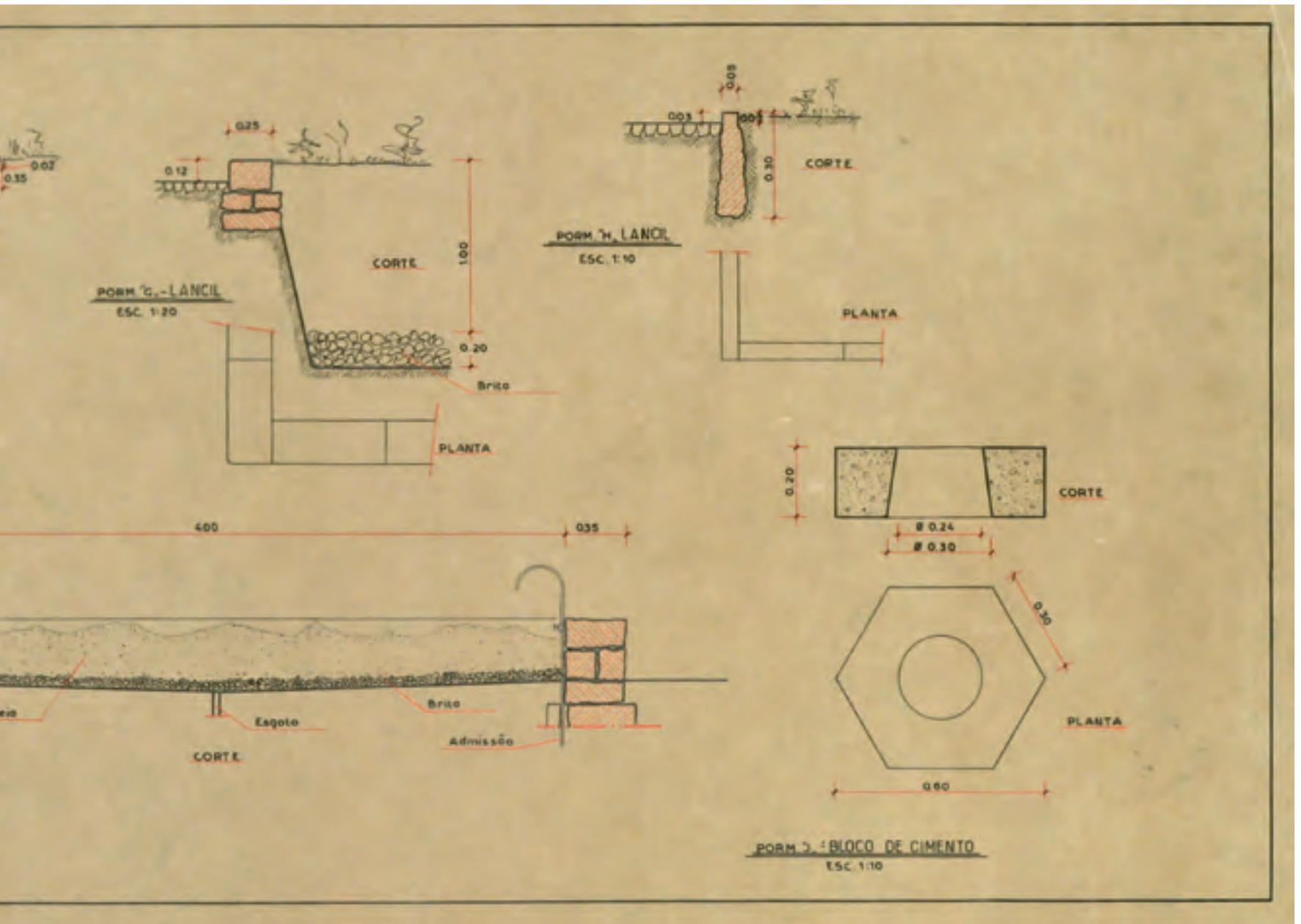
227. *Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Avenida Rio de Janeiro Avenida de Roma. Ante-projecto (sem efeito). Ribeiro Telles, 1957.*

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0055/05

228. *Avenida dos Estados Unidos da América. Projecto dos ajardinados (troço Av. do Aeroporto-Av. Rio de Janeiro). Ribeiro Telles, 1958.*

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.047



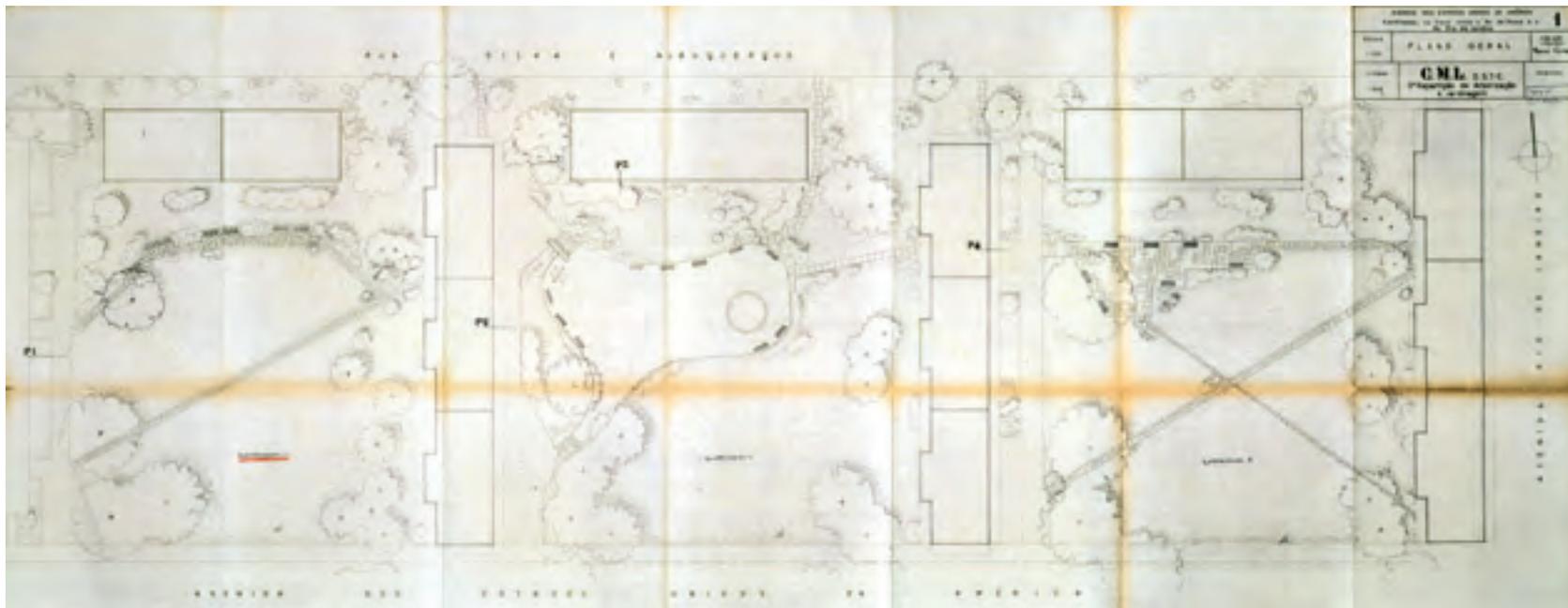


Ribeiro Telles acrescentou, no campo da ecologia, um incentivo ao contacto com a natureza em meio urbano pois, sobretudo para as crianças e os idosos, estes logradouros deveriam poder funcionar como o prolongamento das suas próprias casas, quase como salas de estar ao ar livre.

Embora não saibamos a razão, o anteprojecto de Ribeiro Telles referente aos logradouros situados no troço compreendido entre a Avenida de Roma e a Avenida Primeiro de Janeiro ficou sem efeito, tendo sido estes os únicos, dos lados norte e sul, a não ser contemplados no seu projecto.

A memória descritiva do projecto, datada de 1958, é um pouco mais detalhada que a do anteprojecto. Começando por afirmar que pretendia sobretudo que estes logradouros constituíssem «locais vividos pelos habitantes dos blocos», salienta que

a especialidade de algumas zonas não prejudica a unidade do conjunto «[...] mantida e até valorizada pela constituição e distribuição dos diferentes volumes arbóreos dos ajardinados e das faixas verdes da Avenida.» Demonstra também, tal como já havia acontecido no Bairro da Estacas, o cuidado de manter uma mancha de jardins homogénea, interrompida apenas pelos pilotis de entradas dos edifícios (Fig. 228), acrescentando: «[...] a modelação do terreno e o ritmo dos grupos de arbustos e herbáceas vivazes, garantem uma continuidade de ambiente que comporta uma certa diversidade de tratamento para os diferentes recintos infantis, estadias e esplanadas.» Destaca, no entanto, uma esplanada em especial: «Prevê-se uma pequena esplanada com um certo interesse pelo ambiente que a rodeia, um recinto infantil com brinquedos

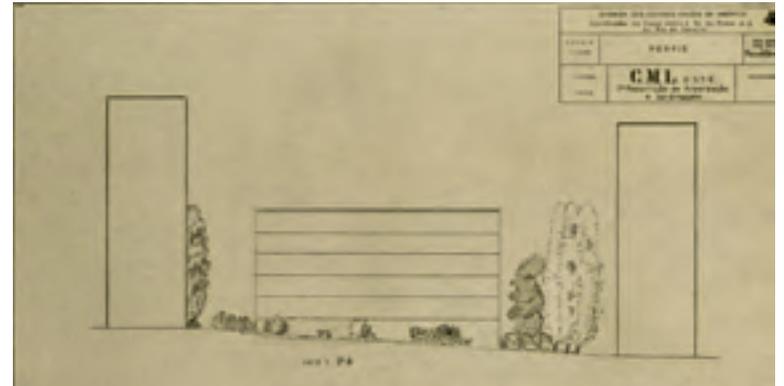


230. Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados, no troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro. Plano geral. Sousa da Câmara, 1959. AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.063

apropriados para crianças até 8 anos, um jardim juvenil para crianças entre os 8 e os 11 anos e várias estadias para descanso e repouso dos adultos.»³⁹ Este parque para crianças mais velhas, referido como «Jardim Robinson», encontrou-se presente em numerosos jardins do arquiteto paisagista. Todos os pormenores dos jardins que integram esta sequência de logradouros foram igualmente estudados no seu mais ínfimo detalhe (Fig. 229).

A 20 de fevereiro de 1960, o engenheiro-chefe da RAJ, José Pulido Garcia, enviou ao engenheiro diretor dos Serviços Técnicos Especiais um ofício acompanhado do projeto dos jardins dos logradouros da Avenida dos Estados Unidos da América realizado por Ribeiro Telles⁴⁰. Neste projeto faltou apenas o troço Avenida de Roma-Avenida Rio de Janeiro (no lado norte), o qual havia ficado sem efeito já na fase de anteprojecto, como se referiu. Neste ofício informa ainda que este troço se encontrava então a ser projetado por Sousa da Câmara. Nove dias depois, este projeto foi aprovado pelo vice-presidente da CML⁴¹.

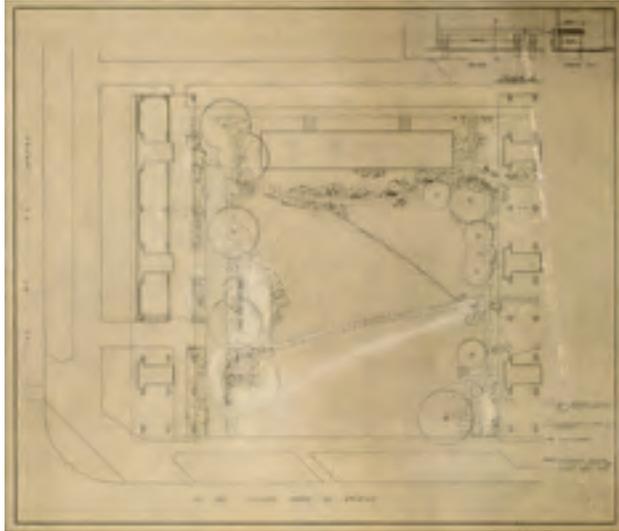
O projeto do troço Avenida de Roma-Avenida Rio de Janeiro (no lado norte), elaborado por Sousa da Câmara (Figs. 230 e 231) ainda em 1959, foi enviado à presidência três meses mais tarde. Na memória descritiva deste projeto, Sousa da Câmara após indicar os limites dos logradouros, lamenta que, como os edifícios possuíam o espaço entre pilotis fechado por paredes, não foi possível estabelecer uma continuidade entre os jardins dos logradouros⁴². Começou por definir como objetivo prioritário servir os habitantes dos edifícios anexos, especialmente as crianças e os idosos, e em segundo lugar enquadrar os edifícios em si. Após uma análise das condicionantes do local e do programa, além de justificar a escolha e disposição das plantas de acordo com as funções a desempenhar no projeto, para além de outros aspetos, como o traçado dos caminhos e os materiais escolhidos para o



231. Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados no troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro. Perfis. Sousa da Câmara, 1959. AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0055/03

seu revestimento, reforça a importância das crianças, dedicando-lhes uma boa parte deste texto, o que de certa forma aponta para uma nova forma de encarar o valor desta fase da vida – a infância. Sai reforçada a importância da vivência de uma infância feliz na nova forma de vida decorrente dos tempos modernos⁴³. Sousa da Câmara localizou o parque infantil no logradouro central por estar a igual distância das casas extremas, apontando-o como possivelmente o mais frequentado dos três, e descreve-o: «Assim projetou-se uma plataforma espaçosa obtida com um pequeno movimento de terras. Arranjo que dá origem à construção de um pequeno muro de suporte, numa parte do perímetro da plataforma. Este muro serve ainda neste projeto outros objectivos: torna a zona vegetal menos vulnerável aos castigos que há sempre a esperar por parte das crianças; serve para exercícios de equilíbrio, que estes pequenos seres tanto apreciam; e ainda de banco para os que neste jardim pretendem proteger as crianças de que estão encarregadas.»⁴⁴

Para este espaço projetou, entre outros equipamentos, um escorrega colocado de forma a tirar o melhor partido do declive do terreno: «Nesta mesma



232. Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinado entre os lotes. Plano geral. Sousa da Câmara, 1962.

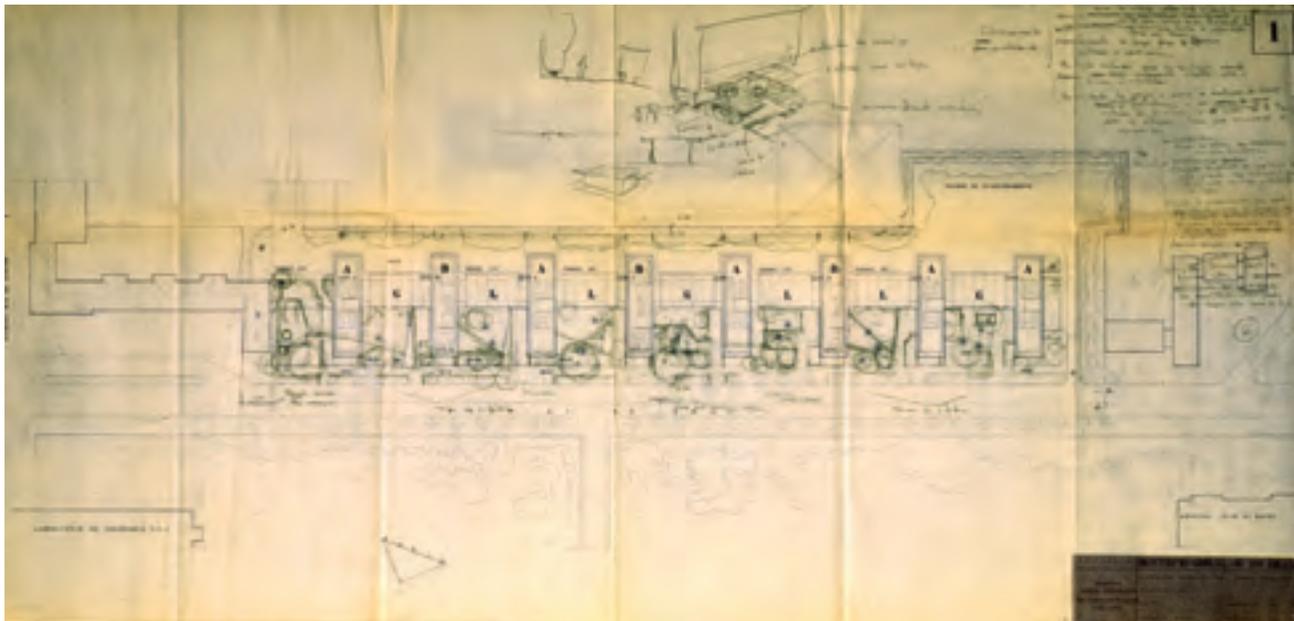
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0055/04

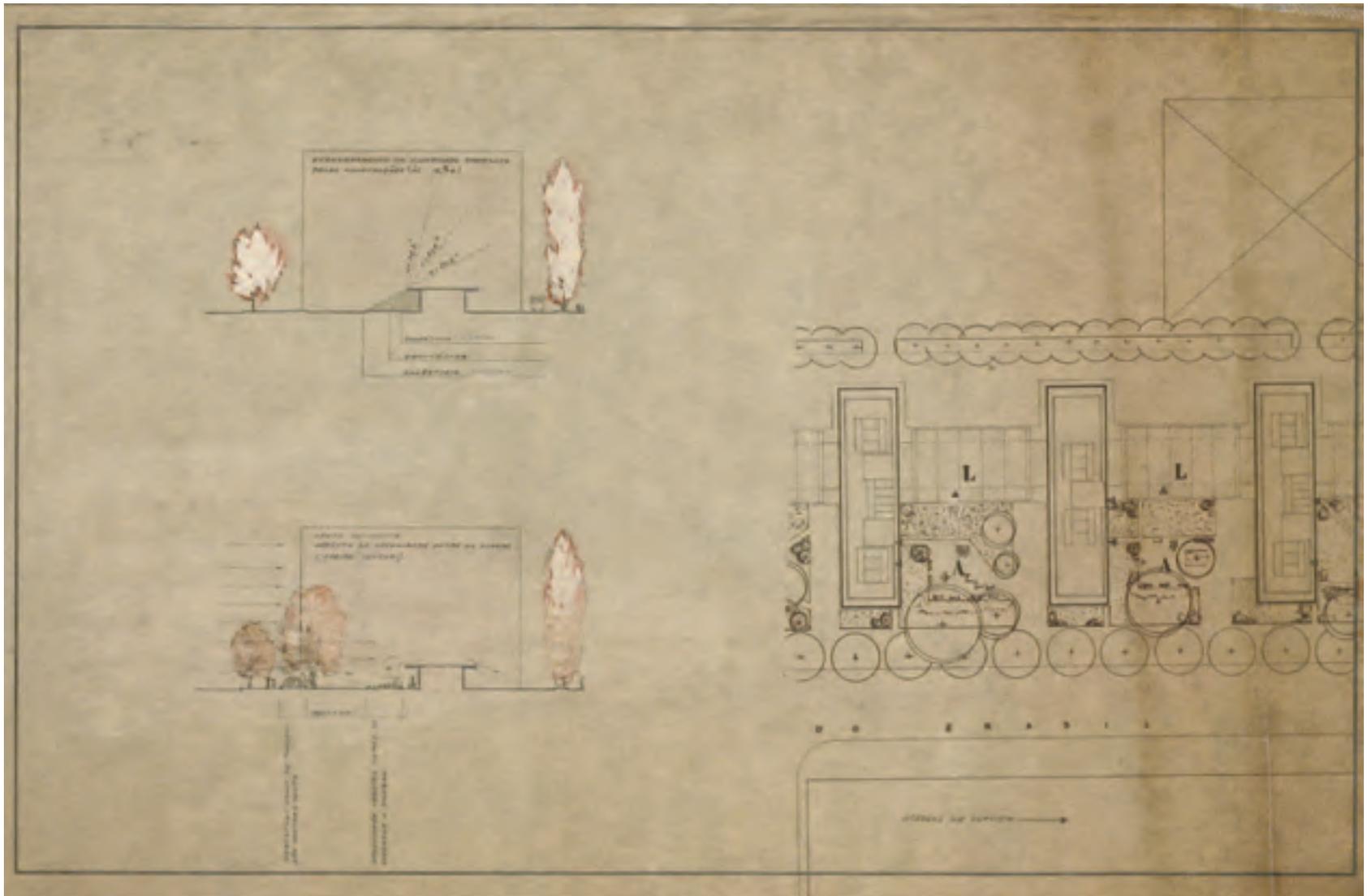
233. Logradouros da Avenida do Brasil. Sousa da Câmara, s.d.

AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.074

parcela aproveitou-se o desnível existente, para a colocação de um escorregadouro, junto da escada que põe em comunicação a passagem sob o bloco habitacional com a parte útil do jardim infantil – a plataforma. Obtém-se desta forma não só uma maior segurança na utilização deste brinquedo, mas também a possibilidade de proporcionar às crianças o prazer de descer a escada por um “corrimão” inofensivo, sem as sujeitar aos perigos sempre presentes na execução desta habilidade, nas condições normais das escadas das nossas casas. E evidentemente elimina a grande altura de escada, geralmente necessária e este aparelho. Na arrumação dos baloiços e na posição em que se colocou a caixa de areia teve-se a ideia de criar zonas distintas dentro da plataforma, destinadas a servir crianças de idade ou de espírito diferente, dentro do grupo pré escolar a que este jardim se destina.»⁴⁵

Em 1962, Sousa da Câmara, propôs algumas pequenas alterações ao projeto de Ribeiro Telles, no primeiro logradouro do trecho Avenida Rio de Janeiro–Avenida do Aeroporto (Fig. 232).





234. *Ante-projecto do ajardinamento dos logradouros da Av. do Brasil. Cortes. Sousa da Câmara, 1963.*
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0011/01

Em 1963, foi chamado a projetar uma série de sete logradouros definidos por uma série de oito edifícios instalados perpendicularmente à Avenida do Brasil, encomendados pelo Montepio Geral ao arquiteto Jorge Segurado. No anteprojecto destes logradouros Sousa da Câmara elaborou um esboço (Fig. 233), esclarecedor da sua proposta para o funcionamento dos espaços, e anotou as condicionantes do projecto que identificou como: o vento, tendo em conta como consequência da orientação dos blocos, o «Efeito de Venturi», o ensombramento provocado pelos mesmos sobre os logradouros (Fig. 234); as múltiplas entradas sobre as parcelas e ainda o acesso eventual a veículos como ambulâncias e viaturas dos bombeiros. Face a estas condicionantes, assinalou como soluções ao nível do projecto: a localização das zonas de estadia na parte mais soalheira do terreno, a plantação de arbustos, para protecção daquelas zonas relativamente ao vento, suficientemente baixos para não tirar as vistas para as lojas; o traçado de arruamentos que facilitassem o acesso às paragens dos transportes públicos. Por fim, dividiu as zonas de recreio e estadia em: A – crianças em idade pré-escolar; e B – crianças em idade escolar que considerou ser entre os 7 e os 13 anos. No projecto, concluído no ano seguinte, tudo foi desenhado com objetivos muito claros relativamente às condições específicas daquele local em concreto, tendo em conta quer a orientação quer a topografia, quer a pertinência dos percursos que constituem atalhos entre destinos preferenciais.

É notória, neste projecto, uma muito clara primazia da função sobre a forma.

Os arquitetos paisagistas que, a partir de 1950, apenas tinham procedido à arborização das avenidas do Bairro de Alvalade e à construção de jardins em pequenos largos e praças ou adjacentes a centros escolares, veem ampliado o âmbito da sua atuação para áreas significativamente mais expressivas, já que, como há algum tempo já se fazia no estrangeiro, os vários logradouros de cada conjunto habitacional apresentam uma continuidade entre si. Esta continuidade entre os jardins dos logradouros seria cada vez mais evidente, possibilitada por um caminho paralelo entre a arquitetura e a arquitetura paisagista rumo à modernidade, no Bairro das Estacas, logradouros da Avenida dos Estados Unidos da América e finalmente nos logradouros do conjunto habitacional do Montepio Geral, na Avenida do Brasil.

Podemos, deste modo, concluir que o processo construtivo do Bairro de Alvalade constituiu um ensaio, no qual os logradouros representaram espaços determinantes e impulsionadores na evolução da apropriação do espaço tornado público, para recreio e contacto com a natureza dos habitantes deste bairro de acordo com um novo modo de vida. A necessidade de uma alteração no tipo de uso dos logradouros levou à mudança na orientação dos edifícios no plano de urbanização, que passaram a ser construídos perpendicularmente às vias de circulação automóvel, acompanhando as novas exigências da vida moderna.

ENCOSTA DO RESTELO

Os espaços verdes de uso público deste bairro foram alvo de especial atenção. As praças ajardinadas lançaram as linhas mestras para a distribuição das moradias nas suas imediações, constituindo exemplo disto as praças situadas ao longo da Rua D. Francisco de Almeida. Foram construídas nesta rua, de poente para nascente: a Praça de Goa, a Praça de Damão, a Praça de Dio e a Praça de Malaca, bem como a faixa central ajardinada da Rua Fernão Lopes da Castanheda, situada entre as duas primeiras. Apenas esta faixa e as praças que

a enquadram fizeram parte do *Projeto do Aglomerado das Casas Económicas da Encosta da Ajuda*.

A primeira e única destas praças a ser construída, em 1947, anteriormente ao projeto das casas económicas e não integrando este bairro, foi a Praça de Dio, onde a distribuição do arvoredo não privilegiou a usufruição das vistas para sul, isolando antes uma zona de estadia de posição central (Figs. 235, 236 e 237).

Os jardins da Praça de Dio e da faixa central da Rua Fernão Lopes da Castanheda foram objeto de um estudo prévio da autoria de Mateus Júnior (1913-1924)⁴⁶.

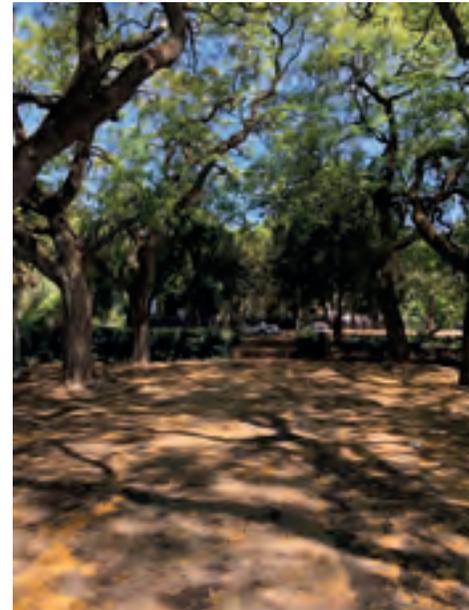


235. Encosta do Restelo.
Avenida Torre de Belém e Praça de Dio
a nascente desta, 1947.
Fotografia aérea do Centro de Informação
Geoespacial do Exército



236. Jardim da Praça de Dio, 1966.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/012704



237. Jardim da Praça de Dio, 2021.

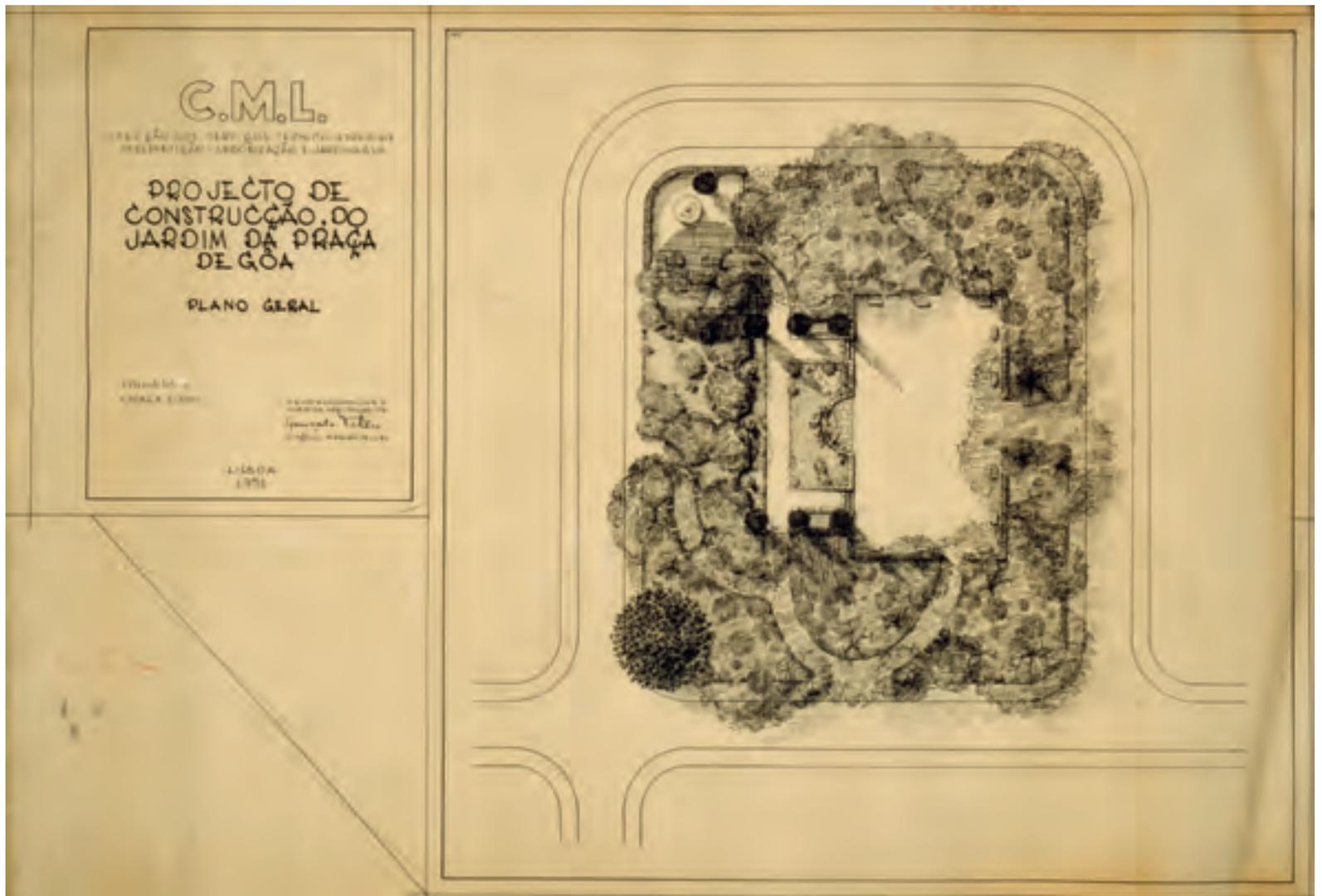
TBC

Ribeiro Telles projetou em 1951, no bairro das casas económicas, a plantação de duas praças ajardinadas situadas junto à Rua Dom Francisco de Almeida: a Praça de Goa (Figs. 238 a 245) e a Praça de Damão (Figs. 246 a 253), bem como o espaço ajardinado, de planta longitudinal situado entre estas, também já referido, envolvido pela Rua Fernão Lopes da Castanheda, de percurso em «U». Ribeiro Telles, ao projetar estes jardins, teve em consideração as características topográficas do terreno, bem como o sistema de vistas de cada um dos locais em concreto, do qual tirou o máximo partido, denotando o desenvolvimento do desenho em função das características intrínsecas ao lugar em si e à sua inserção na paisagem.

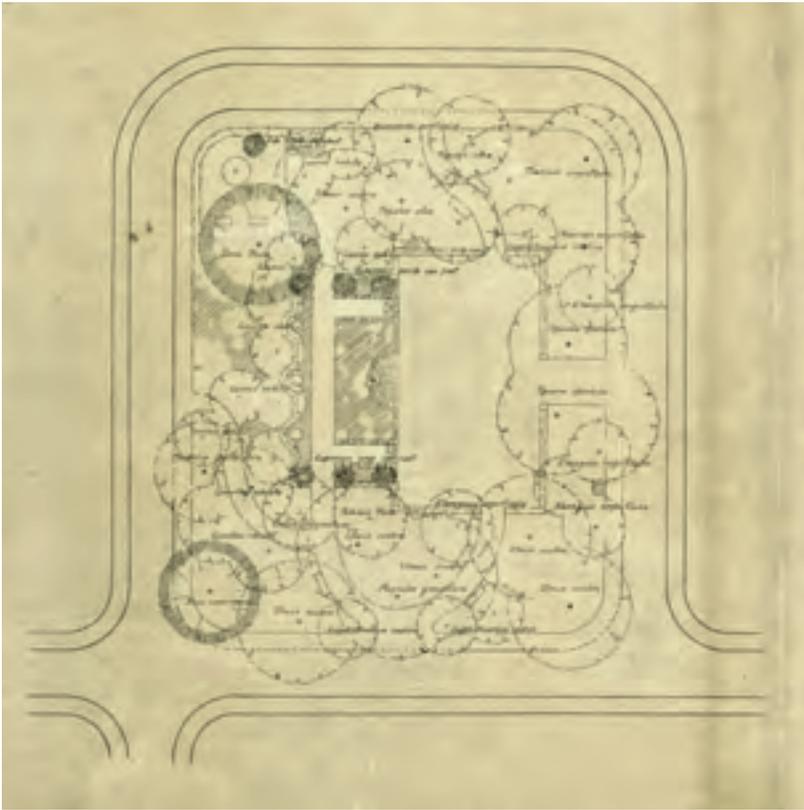
Os principais fatores que distinguem as praças de Goa e de Damão são a orientação solar e o declive, pois enquanto na Praça de Goa está orientada a sudeste, a Praça de Damão está orientada a sul, sendo o declive bem mais acentuado nesta

última. Porém, são mais as características comuns a estas duas praças que as díspares, senão vejamos o que se verifica em ambos os projetos:

- Encontram-se estruturados em patamares delimitados segundo as curvas de nível, rejeitando, no entanto, uma composição axial e simétrica, sendo esta assimetria reforçada por uma disposição informal na plantação da vegetação, da qual constam sobretudo plantas autóctones, em detrimento das plantas exóticas;
- Contêm um terreiro vasto, plano, de planta aproximadamente retangular, situado junto a uma zona de recreio, separado do resto do jardim, nos seus restantes três lados, por uma sebe talhada, centrada em relação ao eixo do jardim de maior declive. Este elemento estrutural, pavimentado em pedra, valoriza a composição do jardim;
- O terreiro, em ambos os jardins, é enquadrado por árvores implantadas em estreitos relvados,



238 *Projecto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano geral.*
Ribeiro Telles, 1951.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.103

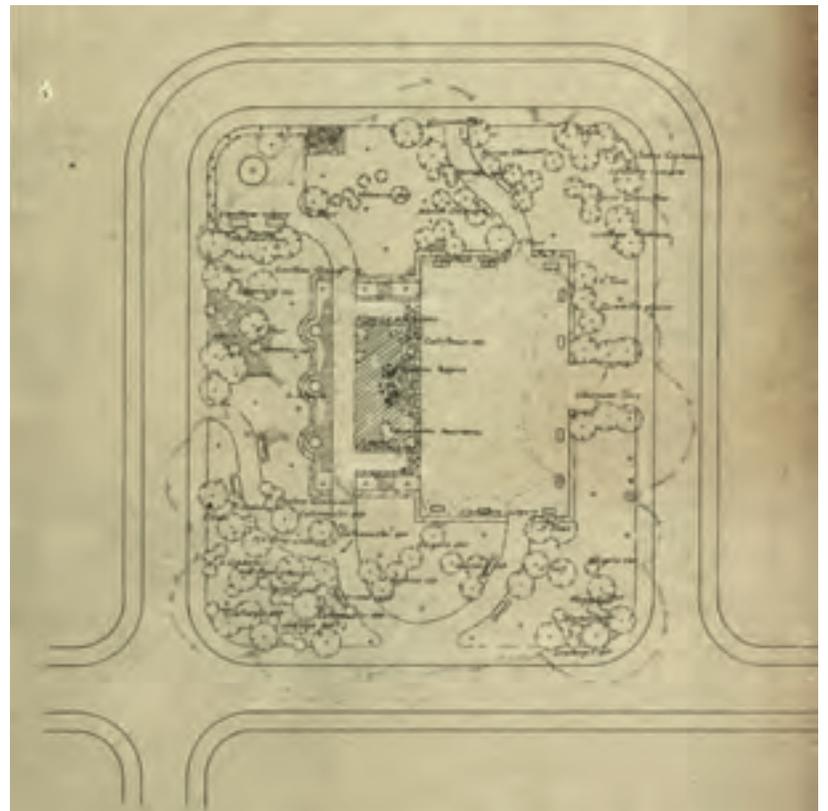


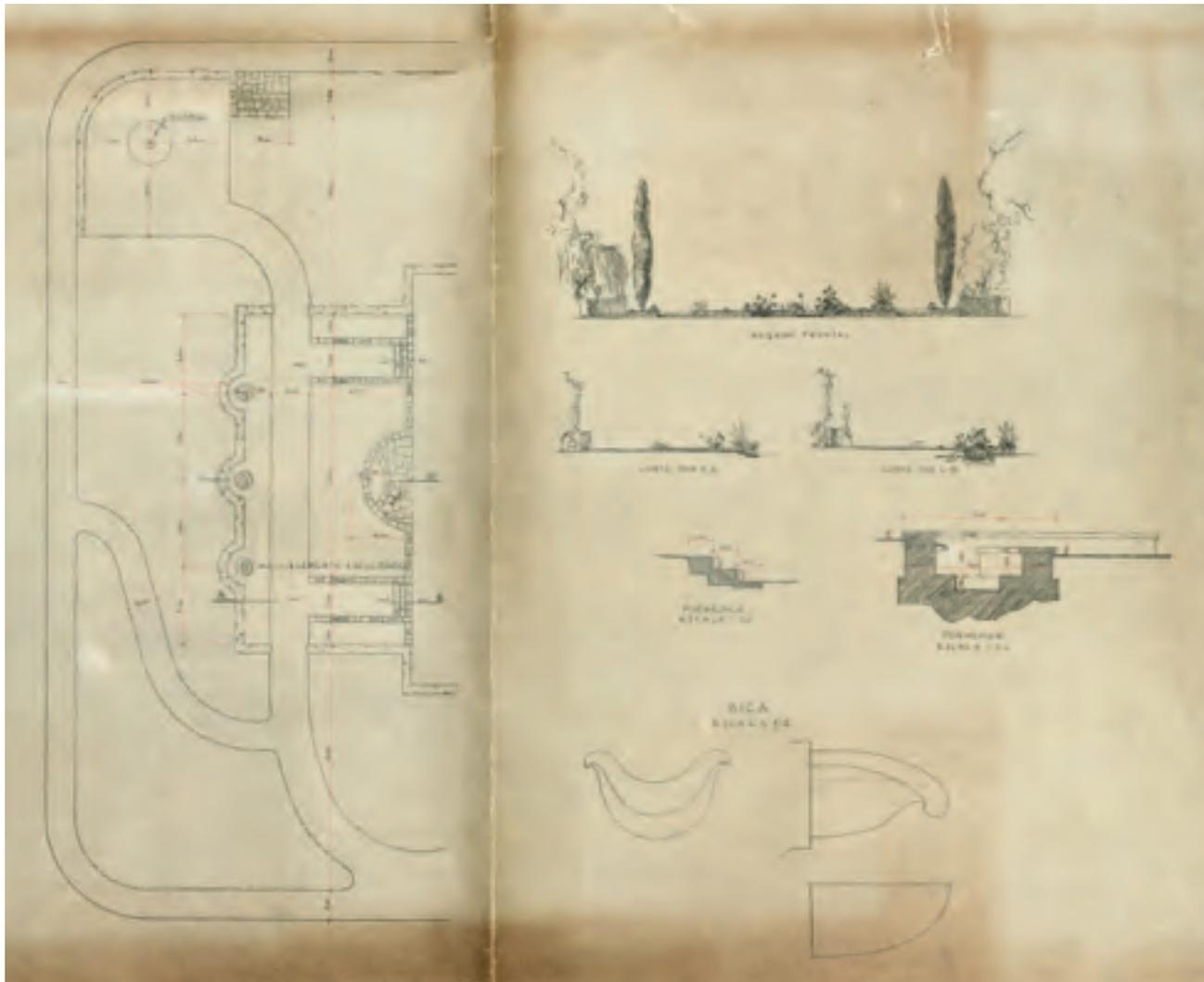
239 *Projecto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação (árvores).* Ribeiro Telles, 1951.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0056/01

240. *Projecto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação (arbustos).* Ribeiro Telles, 1951.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0056/02





241. *Projecto de construção do jardim da Praça de Goa. Pormenores.*
Ribeiro Telles, 1951.

AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0056/03

sendo uma segunda fiada constituída por árvores de pequeno porte, de copa quase até ao solo que delimitam acessos laterais ao terreiro central, caminhos informais, recolhidos, curvilíneos, com bancos colocados segundo um ritmo irregular⁴⁷;

- No terço superior das praças, dominando a parte central, possuem elementos escultóricos (três na Praça de Goa e um na Praça de Damão), enquadrados de modo informal por elementos arbóreos dos quais se destacam os pinheiros mansos.



242. Jardim da Praça de Goa. Ao fundo a Escola Básica do Bairro do Restelo. 1959.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/002283

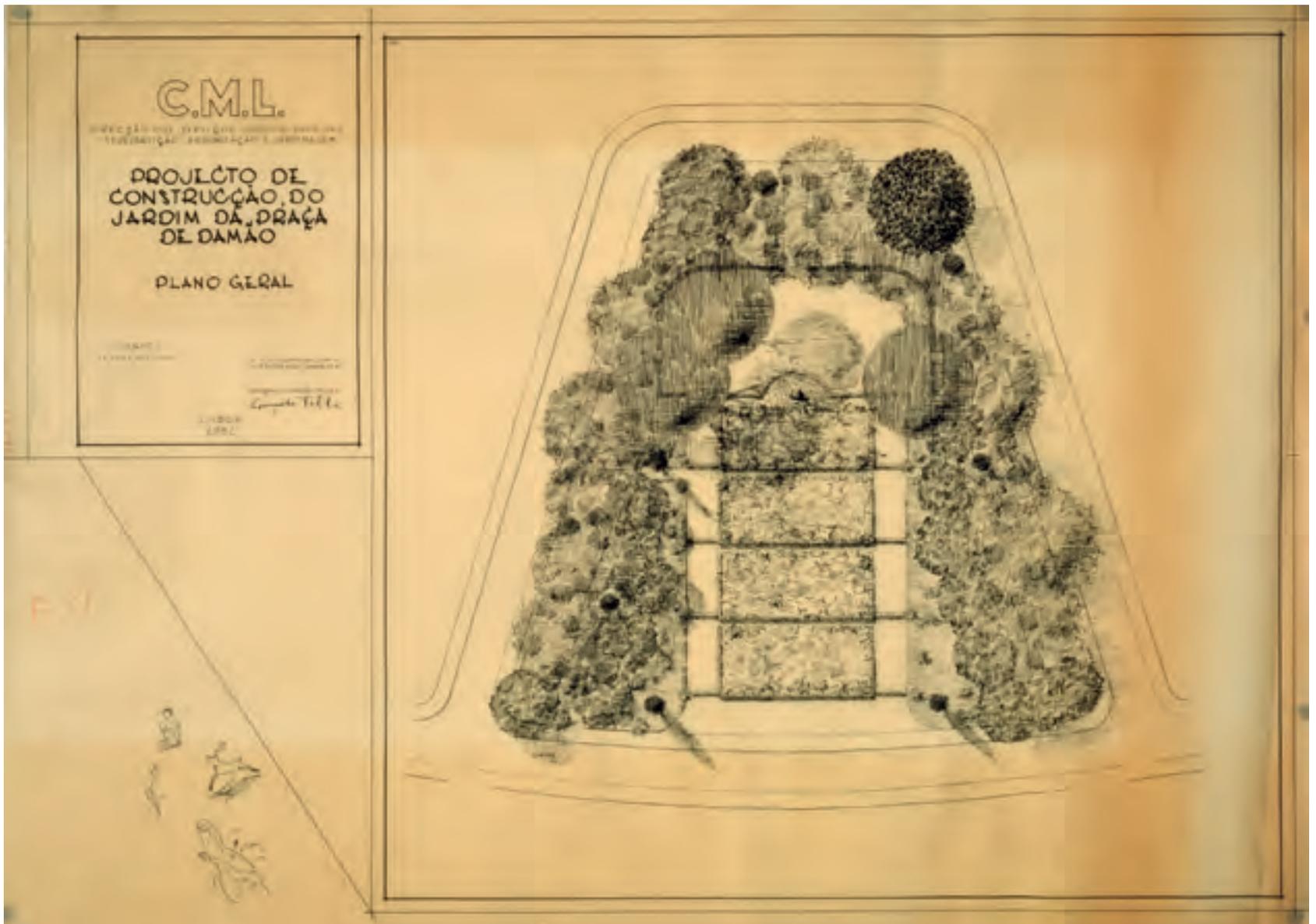
243. Jardim da Praça de Goa, 1966.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/012701

244-245. Jardim da Praça de Goa, 2021.

TBC





246. *Projecto de construção do jardim da Praça de Damão. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951.*
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.097



247. *Projecto de construção do jardim da Praça de Damão. Perfis.*
Ribeiro Telles, 1951.

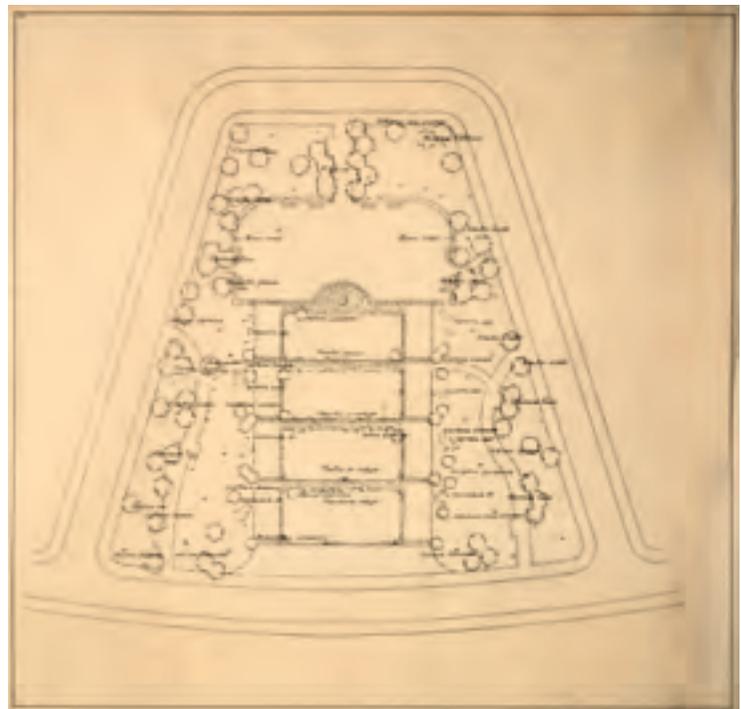
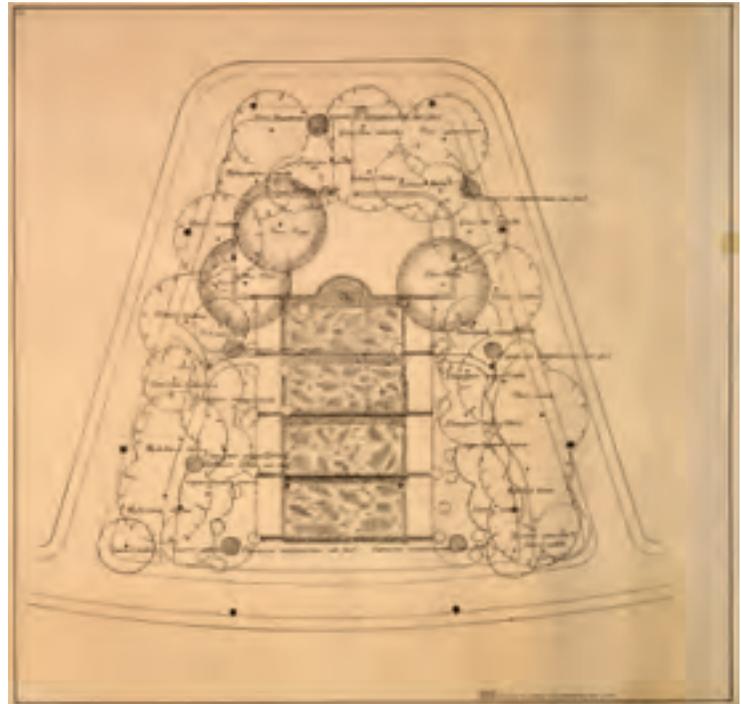
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.012

248. *Projecto de construção do jardim da Praça de Damão.*
Plano de plantação das árvores. Ribeiro Telles, 1951.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.098

249. *Projecto de construção do jardim da Praça de Damão.*
Arbustos e herbáceas anuais. Ribeiro Telles, 1951.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.100





250. Jardim da Praça de Damão, 1966.

AML. Col. Armando Seródio. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/012700

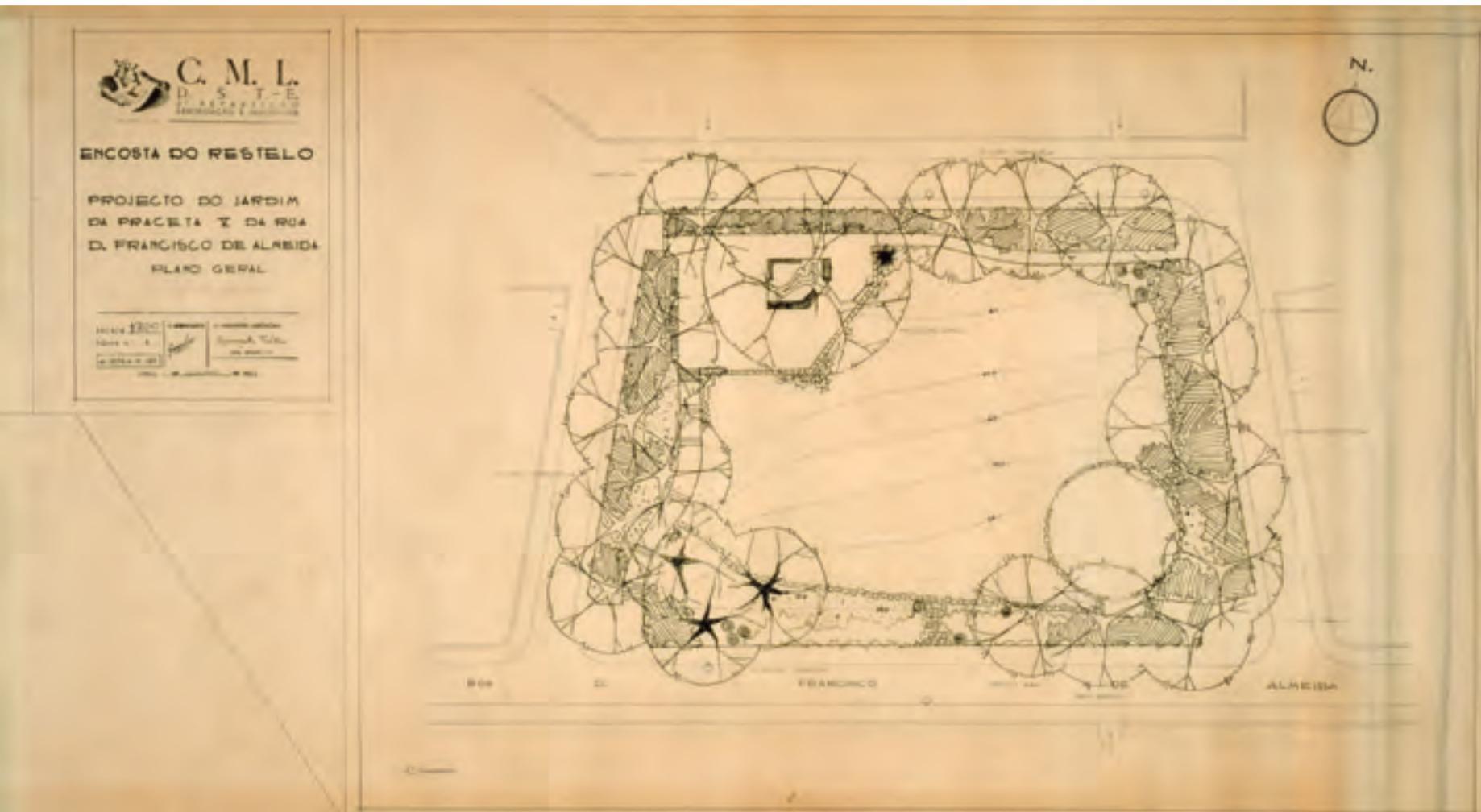
251. Jardim da Praça de Damão, 1966.

AML. Col. Garcia Nunes. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001903

252-253. Jardim da Praça de Damão, 2021.

TBC





254. *Encosta do Restelo. Projecto do jardim da Praceta V da Rua D. Francisco de Almeida (Praça de Malaca). Plano geral. Ribeiro Telles, 1959.*
 AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.104



255. Jardim da Praça de Malaca, 2021.

TBC

A praça situada no extremo nascente da Rua D. Francisco de Almeida, não incluída na área afeta ao *Projeto do Aglomerado das Casas Económicas da Encosta da Ajuda*, denominada como Praceta V e mais tarde Praça de Malaca (Figs. 254 e 255), veio a ser realizada em 1959, oito anos depois das praças de Goa e de Damão. Esta praça revela características muito distintas das duas praças anteriores, sugerindo uma maior liberdade em termos concetuais. Apresentando um desenvolvimento em função do lugar, orientada a SE e com um declive suave, possui uma zona de estar descentrada, no local de maior cota, no canto superior esquerdo. Esta zona plana, de planta trapezoidal, apresenta ao centro – numa caldeira que repete as linhas dos limites deste pequeno terraço – uma árvore de grande porte. Dois caminhos pedonais ligam este pequeno terraço aos cantos NE e SO desta praça. Um percurso informal, constituído por uma fiada de pequenas placas de calcário de formato irregular, liga este último caminho ao extremo SE da praça, onde se encontra um murete semi-circular de pedra seca, resquícios de um antigo tanque pré-existente, convertido em banco como estrutura da composição, delimitando uma outra zona de estadia. Entre

estas estruturas (caminhos, percurso informal e murete semi-circular) e o arruamento que delimita esta praça, situam-se canteiros arborizados. Densamente arborizada na periferia, utilizando sobretudo espécies autóctones, apresenta um espaço interior reservado a um extenso relvado de uso livre. Nesta praça é notório, paralelamente à simplicidade do seu desenho, um empenho nos pormenores. Em 1953, ano seguinte ao da inauguração do bairro, Ribeiro Telles projetou ainda as faixas ajardinadas da Avenida Dom Vasco da Gama.

Por indicação dos arquitetos paisagistas, adotou-se o princípio do logradouro geral «[...] tornando públicos e arborizados todos os espaços livres entre as habitações» facultando a todos os moradores a possibilidade da fruição das vistas que se podem apreciar a partir desta encosta⁴⁸. Através da distribuição da vegetação pretendeu-se satisfazer quatro requisitos: «1.º – O enquadramento de uma maneira natural dos edifícios previstos de forma que todo o conjunto surja perfeitamente adaptado ao condicionalismo panorâmico e paisagístico local.» Este ponto previu uma conjugação entre as vertentes estética e ecológica, relacionando a vegetação da formação climácea com as várias associações, e estas entre si, consoante as características edafoclimáticas do local. Ressalvou, porém, os locais de maior destaque, quer por possuírem uma posição privilegiada quer por enquadrarem edifícios de uso público, junto aos quais poderiam ser plantados, pelo seu valor ornamental, elementos estranhos às referidas formações. «2.º – O aproveitamento dos espaços livres como logradouros de recreio e descanso ameno da população local.» Previu a criação de diferentes aspetos e condições, através das principais manchas em que a vegetação se distribuiu, permitindo resolver de um modo «prático, simples e natural», os problemas que logradouros pudessem trazer. «3.º – Uma protecção eficaz dos ventos do quadrante Norte, determinantes

paisagísticos da região de Lisboa.» Esta proteção foi efetuada através do uso da vegetação, como sebes vivas, de implantação sempre que possível perpendicular à direção destes ventos estivais. «4.º – A criação de um ambiente que concorra para a necessária compreensão do habitante da Cidade da natureza, de que o moderno condicionalismo cada vez mais o afasta.» Foi fomentada assim uma aproximação aos ciclos de vida da natureza, recorrendo à utilização de espécies de folha caduca e arbustos de flor e baga que conferem a um mesmo lugar aspetos diferentes consoante as sucessivas estações do ano⁴⁹.

Neste plano procedeu-se ainda à revisão da zona de proteção à Capela de São Jerónimo, prevendo-se, de acordo com os arquitetos paisagistas, um plano de plantação adequado à valorização das perspetivas de rio, isolando-a da presença de quaisquer construções⁵⁰. Nas imediações, e a uma certa distância, ficaram localizadas moradias quadrifamiliares⁵¹.

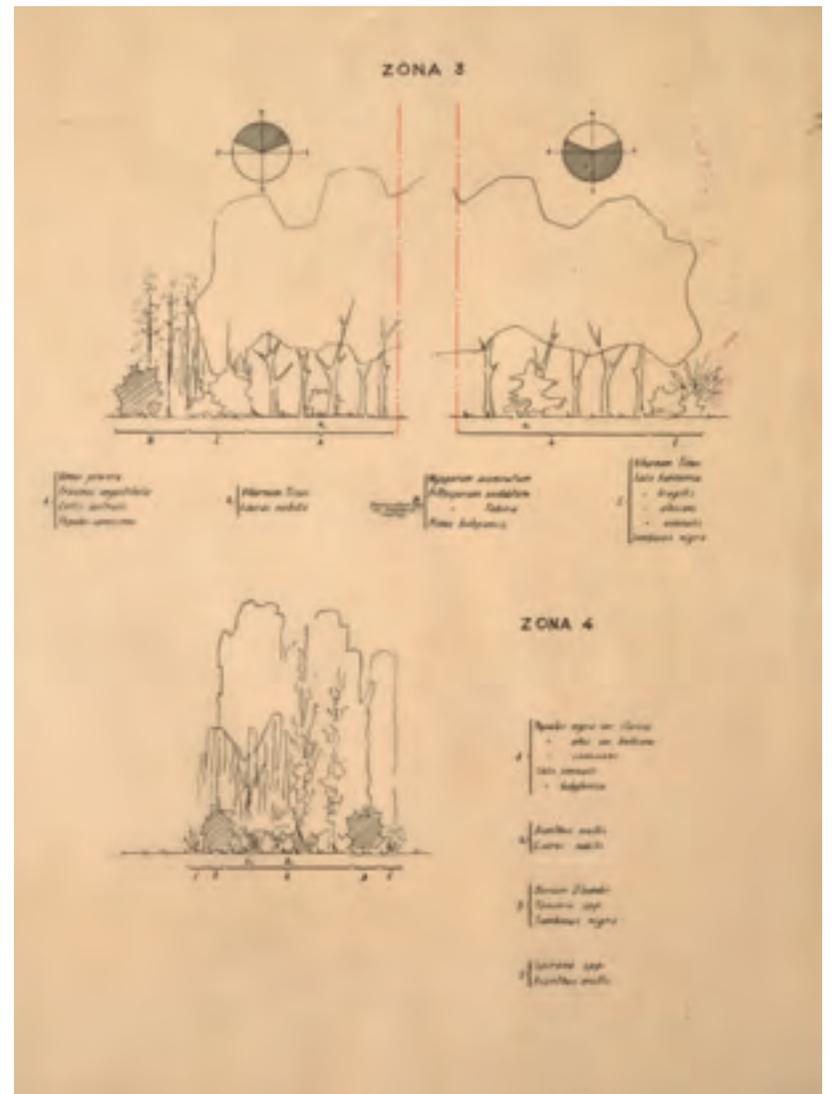
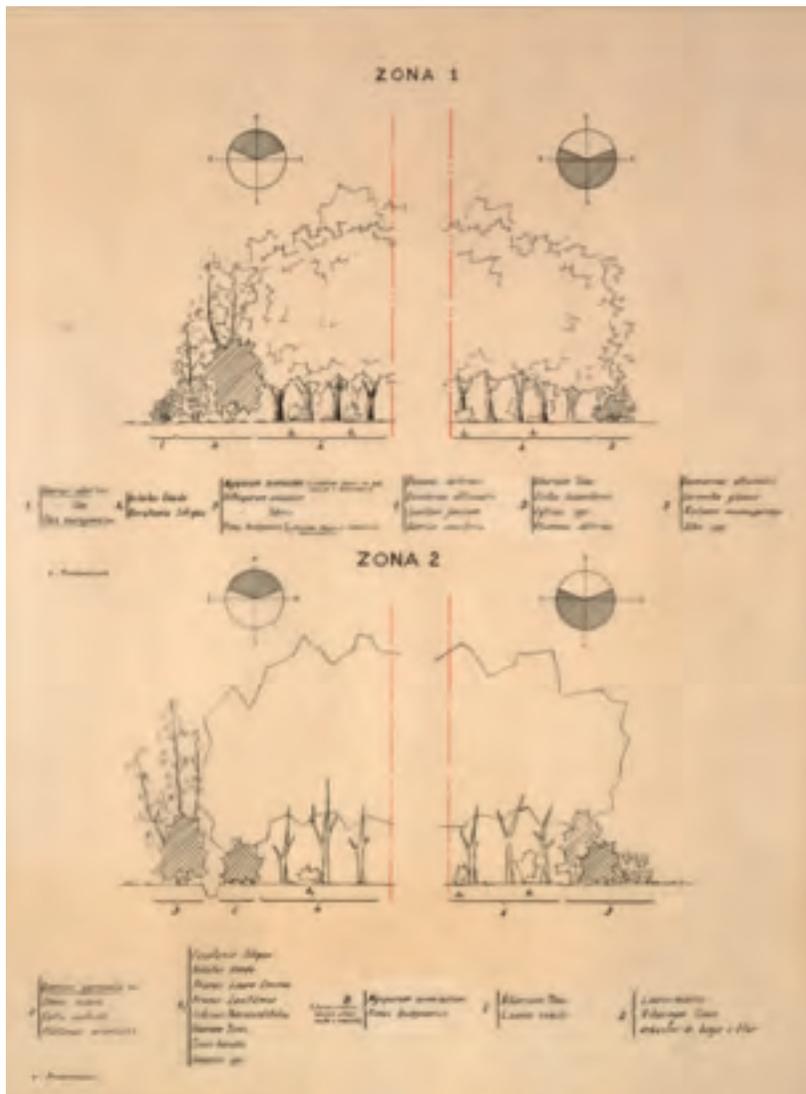
Ribeiro Telles, em 1956, elaborou o *Projeto de Enquadramento Paisagístico (1.ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase de Urbanização)*, no qual assume ter tido em consideração os quatro requisitos já referidos, apresentados na *Memória descritiva e justificativa do Estudo-base da Urbanização da Encosta do Restelo (II fase)*, relativos à distribuição da vegetação. Na memória descritiva do projeto começou por afirmar que este se referia a uma fase inicial à qual, após a construção dos edifícios, se seguiria o projeto definitivo: «Pretende-se na 1.ª fase de plantações agora prevista estabelecer, em boas condições de desenvolvimento, os maciços fundamentais que mais tarde e após a construção dos edifícios servirão de base para a elaboração em pormenor do projeto de ordenamento paisagístico definitivo, incluindo então ajardinados, estadias, recreios, parques infantis, enriquecimento com espécies vegetais menos rústicas, a implantação

de “mixed-borders” de herbáceas vivazes etc. [...]»⁵² Afirmou que os maciços vegetais projetados se posicionavam de forma dar origem a panorâmicas de interesse paisagístico, a enquadrarem edifícios e a constituírem sebes vivas contra o vento norte, encontrando-se o elenco florístico de acordo com a «estruturação ecológica da formação climace»⁵³.

Neste projeto foram definidos quatro maciços diferentes de vegetação, dois de predominância perenifólia e os restantes de predominância caducifólia, distribuídos pelo território abrangido pela *II Fase de Urbanização da Encosta do Restelo* por zonas de quatro diferentes indoles.

Os dois maciços de predominância perenifólia apresentavam como principal função a defesa contra o vento norte (Fig. 256). O primeiro maciço, referente à Zona 1, distribuía-se em áreas de cota elevada e tinha como base da sua constituição um *quercetum* e grupos de *Olea oleaster/Zambujero*. O segundo, referente à Zona 2, habitava as encostas de declive mais elevado. Era constituído por carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e vários grupos de ulmeiros (*Ulmus procera*), lodão-bastardo (*Celtis australis*) e alguns plátanos (*Platanus orientalis*). Nestes maciços ou nos espaços abertos delimitados por eles, foram previstos elementos isolados de pinheiros-mansos (*Pinus pinea*), ciprestes (*Cupressus sempervirens*) e outros *Cupressus sp*⁵⁴.

Os dois restantes maciços, de predominância caducifólia, ocupavam zonas de baixa altitude (Fig. 257). O primeiro deles, referente à Zona 3, ocupou a base das encostas, em grupos medianamente compactos, sendo constituído maioritariamente por ulmeiros e freixos. O segundo grupo de predominância caducifólia, relativo à Zona 4, distribuiu-se em faixas estreitas, nos talvegues, ao longo das bordaduras que substituíram as antigas linhas de água, sendo constituído na sua maior parte por choupos. O andar arbóreo de cada tipo de maciços foi completado com maciços arbustivos da correspondente



256. *Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de ordenamento paisagístico, 1.ª Fase. Plano de plantação. Maciços perenifólios.* Ribeiro Telles, 1956.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.126

257. *Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de ordenamento paisagístico, 1.ª Fase. Plano de plantação. Maciços caducifólios.* Ribeiro Telles, 1956.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.125

associação, com vista à obtenção de «[...] um conjunto estético e biologicamente equilibrado»⁵⁵.

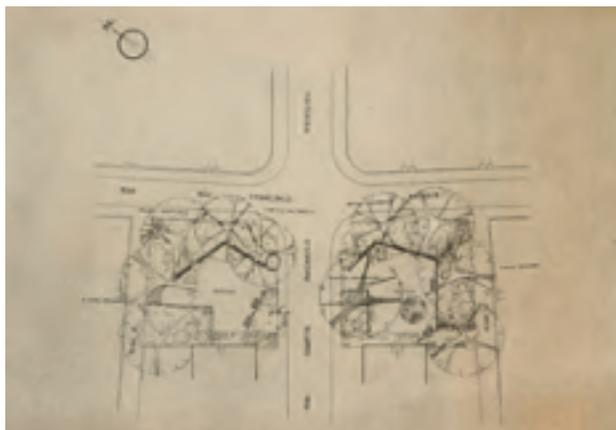
Este projeto contemplou a zona envolvente da Capela de São Jerónimo, que foi aqui pormenorizada, uma vez, que dadas as suas características, encontrava-se já afastada a possibilidade da construção de edifícios em seu redor, o que possibilitou proporcionar-lhe um enquadramento adequado. O monumento em si e a topografia existente levaram à criação de um espaço verde de enquadramento a partir de um terraço miradouro, que funcionou simultaneamente como adro da capela, a partir do qual se desfruta de uma vista panorâmica que se estende até à barra do rio Tejo⁵⁶.

Em 1957, foi realizado o *Projeto de Reavaliação da Zona de Proteção à Ermida de São Jerónimo*, da autoria de Ribeiro Telles⁵⁷, que contava já com uma mata anexa, a sul, como zona integrante da zona de proteção. Recorde-se que Ribeiro Telles trabalhava na RAJ e colaborava também no GEU, requisitado por Guimarães Lobato. Esta situação permitiu-lhe acompanhar o que se passava em ambos os serviços. Segundo ele, a visão simultânea de ambas as realidades permitiu-lhe sugerir a criação de uma

zona especial de proteção em redor da Capela de São Jerónimo, na qual criou o referido logradouro com uma vista privilegiada. Por ter conseguido fundamentar e fazer vingar esta ideia, evitou o prolongamento de um grande eixo definido pelo prolongamento da Avenida da Torre de Belém, tal como este estava previsto nos planos de urbanização de Faria da Costa⁵⁸.

Nesse mesmo ano, Ribeiro Telles projetou o jardim envolvente da Capela de Santo Cristo⁵⁹ e os espaços de enquadramento do Centro Comercial do Restelo, conjunto de quatro edifícios projetado pelo arquiteto Raul Chorão Ramalho e construído entre 1951 e 1956⁶⁰ (Figs. 258 e 259). As árvores plantadas nestes espaços são típicas da região de Lisboa e incluem freixos (*Fraxinus angustifolia*), bétulas (*Betula alba*), ulmeiros (*Ulmus procera*), choupos (*Populus sp.*), pinheiro-das-canárias (*Pinus canariensis*) e magnólias (*Magnolia grandiflora*).

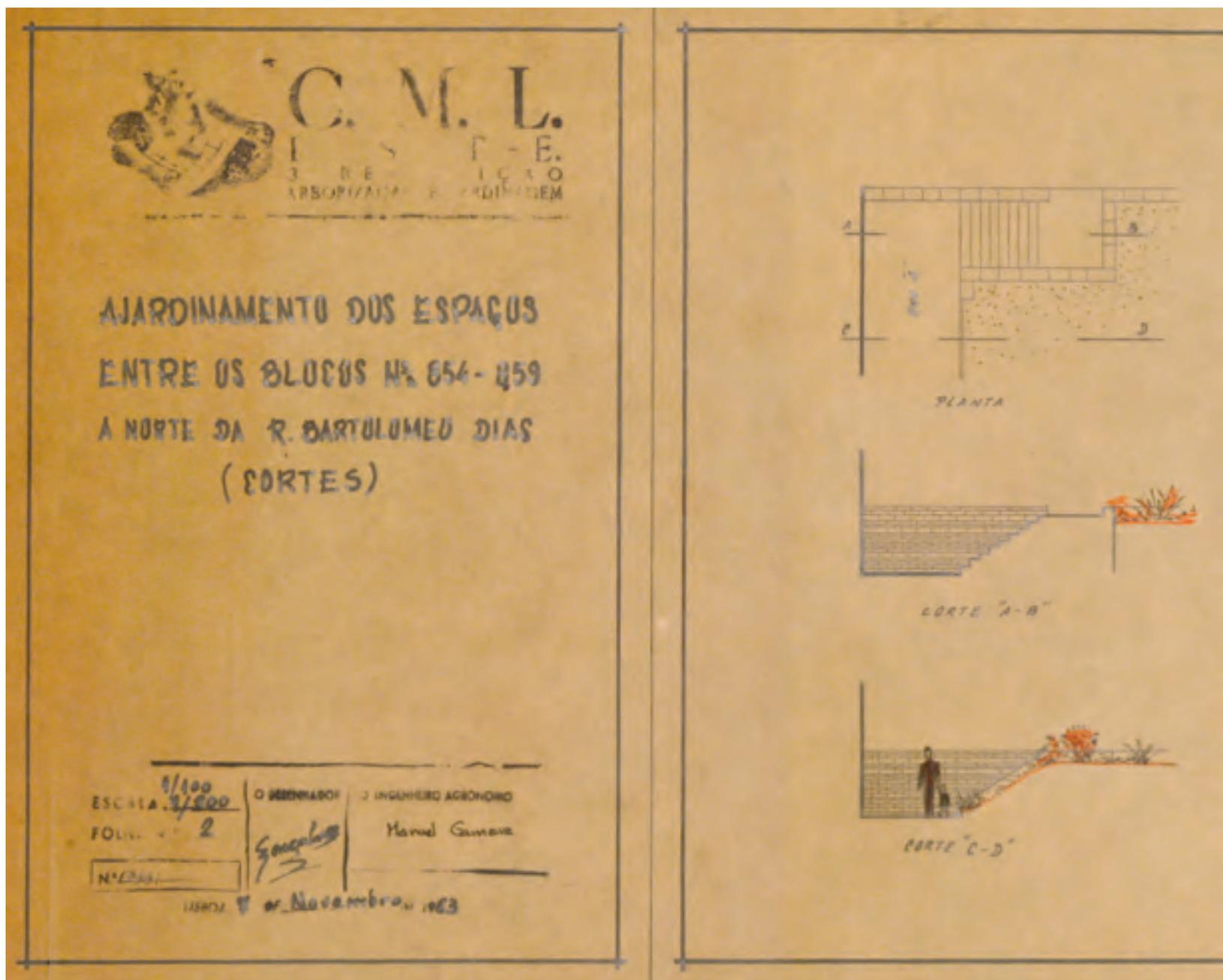
Em 1963, Sousa da Câmara interveio na base da encosta, junto à Rua D. Lourenço de Almeida, projetando os jardins de três logradouros e ampliando, no ano seguinte, a área de trabalho, acabando por projetar mais três em frente aos primeiros,



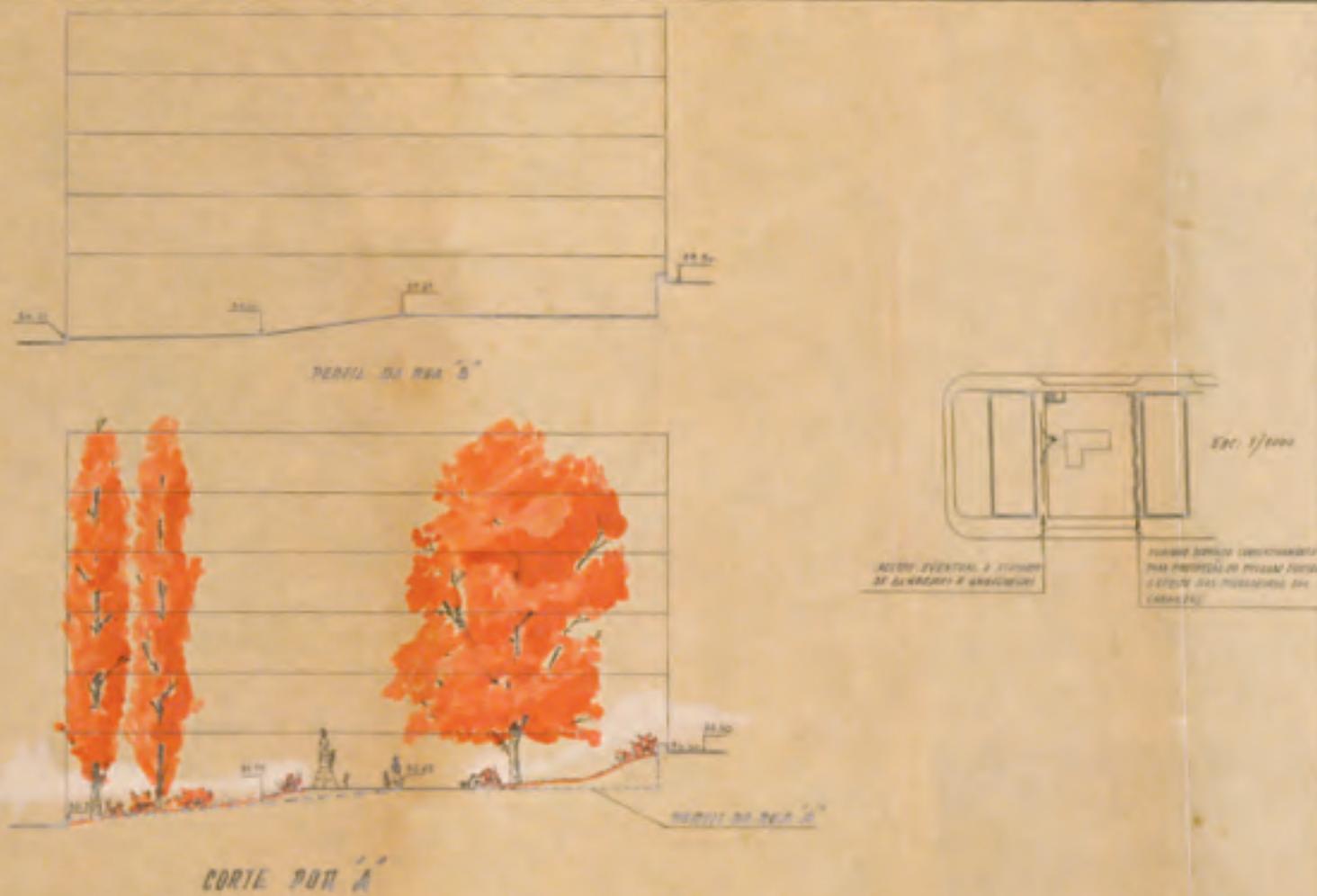
258. *Projecto dos ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Norte.* Ribeiro Telles, 1959.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0029/01

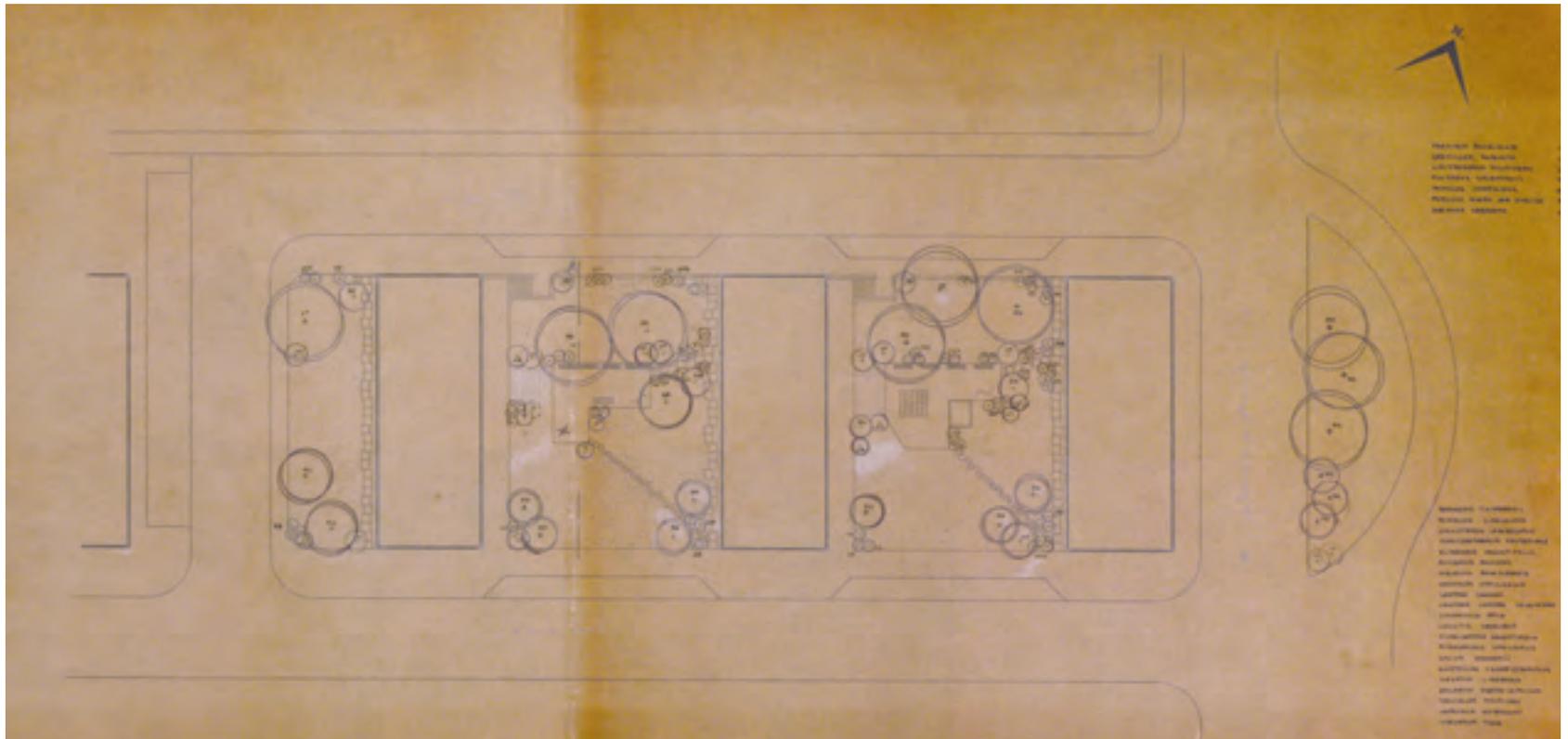


259. *Projecto dos ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Sul.* Ribeiro Telles, 1959.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0029/02



260. *Ajardinamento dos espaços entre os blocos n.º 854-859 a norte da R. Bartolomeu Dias (cortes)*. Sousa da Câmara, 1963.
AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0009/02





261. *Ajardinamento dos espaços entre os blocos n.º 854-859 a norte da R. Bartolomeu Dias. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1963.*
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0009/01

obtendo-se um total de seis logradouros. Qualquer um destes logradouros constituiu uma zona de estadia, destinada ao lazer dos moradores dos prédios vizinhos, e três destes também ao recreio das crianças, apetrechados com equipamento para o efeito. Estas zonas, pavimentadas, com planta poligonal, apresentavam paralelamente aos seus limites, bancos de jardim ensombrados por árvores.

Numa primeira abordagem, em 1963, como se pode observar nas Figs. 260 e 261, são abordados em particular os condicionamentos ao nível de conceção do espaço, prevendo-se, em dois dos logradouros possuidores de uma zona destinada

às crianças, um caminho de acesso para carros de bombeiros e ambulâncias, e um local de interface entre este caminho pavimentado e a zona de recreio, destinado a facilitar não só o acesso a esta área, como as manobras deste tipo de viaturas. Nas zonas relvadas junto os prédios foram ainda traçados três caminhos pedonais paralelos aos mesmos, constituídos por uma sequência de lajes, dispostas de forma irregular, que serviam também para proteger os relvados dos efeitos destrutivos das pingadeiras das varandas desses prédios. No elenco florístico foram previstas, na sua maior parte, árvores da região de Lisboa, tanto perenifólias,

como o feixo (*Fraxinus angustifolia*) e a grevilea (*Grevillea robusta*), como caducifólias como os choupos (*Populus sp.*) e os plátanos (*Platanus sp.*), que evidenciam a sazonalidade a que a natureza está sujeita. Foram escolhidos também um exemplar de duas espécies exóticas: o tulipeiro (*Liriodendron tulipifera*) e a zelkova (*Zelcova serrata*), oriundas da América e do Japão respetivamente, com elevado valor ornamental. Relativamente aos arbustos, estes eram na sua esmagadora maioria espécies autóctones e de floração escalonada no tempo, o que possibilitou a obtenção de uma floração quase contínua, aliada a baixos custos de mão-de-obra. Estes arbustos encontravam-se colocados estrategicamente, formando maciços compactos, enquadrando caminhos e as zonas de estadia.

Evoluindo para a fase de projeto, em 1964, o perfil do terreno foi levemente alterado (Fig. 262), estando previsto um murete de suporte em pedra num tom branco amarelado. O tamanho de cada pedra e a sua disposição no muro foram desenhados com rigor. O projeto pormenoriza igualmente os módulos hexagonais em betão destinados à referida área de transição caminho automóvel/zona de recreio infantil, com uma zona circular livre ao centro, destinada à plantação de herbáceas de revestimento, que proporcionavam, assim, uma continuidade visual relativamente ao relvado.

Em 1967, Edgar Fontes foi chamado a colaborar no *Anteprojecto das zonas verdes do Estudo de Revisão da Zona Limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Av. Ilha da Madeira*. No quarteirão delimitado por estas vias, a par com elevado número de blocos habitacionais isolados, foi prevista a plantação de áreas verdes ocupando os espaços entre os edifícios. Como se pode ver na Fig. 263, os espaços verdes foram classificados funcionalmente em: Zona Infantil, Zona Juvenil e Estadia. Estes espaços, distribuídos pelo quarteirão, foram projetados de forma individual, de acordo

com a sua função, no respeitante à plantação de árvores, arbustos e instalação de relvados, e à criação de caminhos pedonais ligando espaços contíguos. O espaço verde foi tratado como um contínuo natural no qual se inserem os edifícios e infraestruturas, quer desportivas quer recreativas ou apenas contemplativas. Edgar Fontes partilhou a elaboração deste projeto, entre 1970 e 1971, com o arquiteto paisagista Leonel Fadigas.

A 2.ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda não chegou, no entanto, a ser edificada, com a entrada em funções do novo presidente da CML, o engenheiro Fernando Augusto Santos e Castro que, mantendo a densidade populacional elevada como o previsto, pretendia baixar a cêrcea dos edifícios a construir, suspendendo assim o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelo arquiteto Francisco Zinho Antunes e o engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves⁶¹.

A Encosta do Restelo, orientada a sul e oferecendo vistas privilegiadas aos seus moradores, apresenta várias tipologias de ocupação do espaço edificado. Numa primeira fase, nos finais dos anos 1940, Faria da Costa, nos seus planos de urbanização com uma baixa densidade populacional, introduz primeiramente moradias de casas de renda económica e concebe a encosta dividida por células. As habitações unifamiliares, estruturadas em redor de núcleos comerciais, são distribuídas em torno de eixos viários bem hierarquizados e adaptados à topografia do terreno, tentando distribuí-los sempre que possível acompanhando as curvas de nível da encosta.

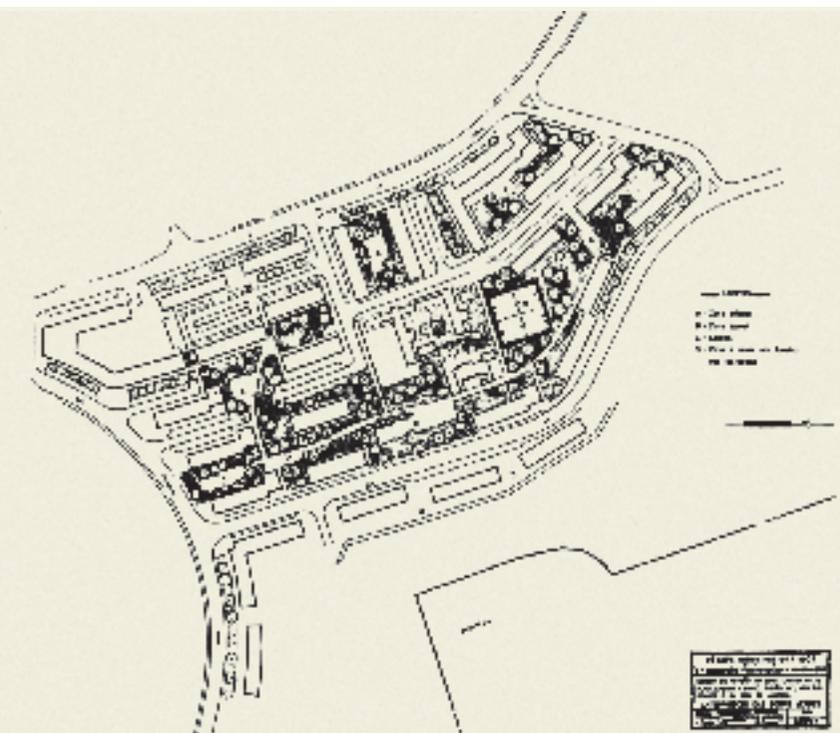
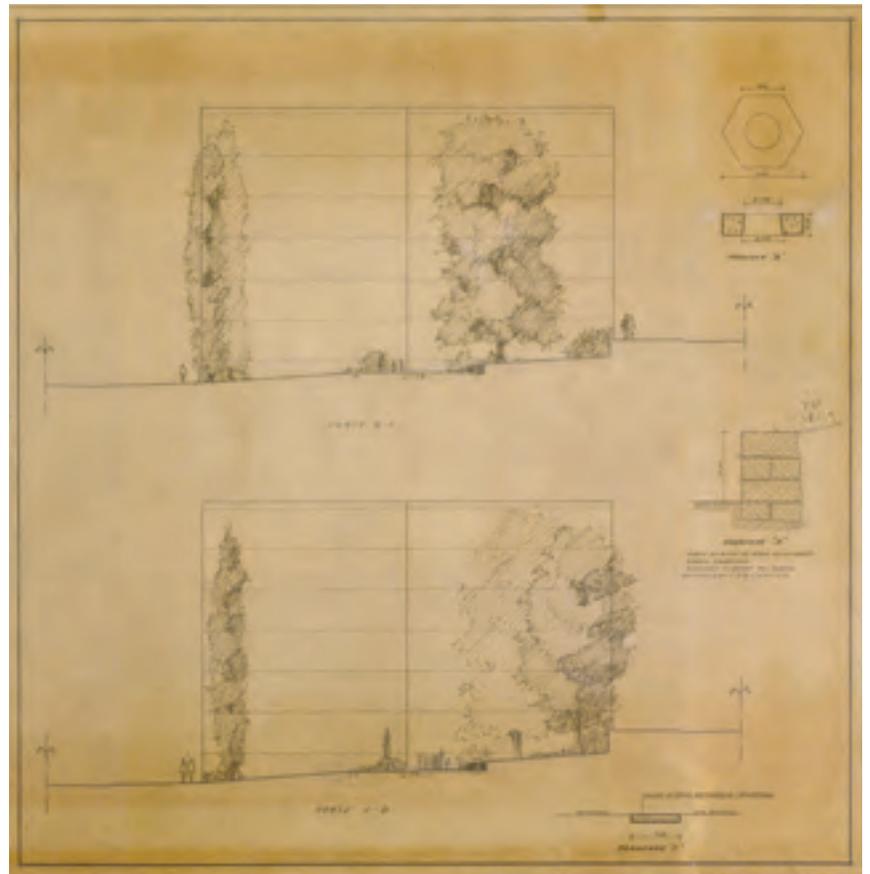
Numa segunda fase e tentando responder a uma necessidade premente de habitação, a CML, através do GEU, assume a coordenação do processo. Substitui a habitação unifamiliar por habitação multifamiliar, fazendo uso da experiência retirada de iniciativas municipais anteriores, como Alvalade, dando continuidade a uma atitude de

262. *Ajardinados junto à Rua D. Lourenço de Almeida. Pormenores.*
Sousa da Câmara, s.d.

AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0049

263. *Estudo de revisão da zona limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Av. Ilha da Madeira. Anteprojecto das zonas verdes.* Edgar Fontes, 1967.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.087



aplicação de «princípios inovadores da administração municipal», no sentido de contribuir para a resolução da necessidade urgente de habitação, problema que então se fazia sentir na cidade de Lisboa⁶². Numa perspetiva de responsabilidade social, tomou-se como objetivo principal o bem-estar da população residente no seu todo, adotando «[...] blocos de habitação colectiva, convenientemente distribuídos por categorias de rendas e obedecendo ao critério de se estabelecer, quando possível, uma transição gradual, de uns tipos para os outros, assegurando o seu conveniente isolamento sem acusar a segregação determinada de qualquer das categorias previstas de habitações.»⁶³

Os blocos de habitação eram independentes e implantados obliquamente em relação às vias de circulação. Esta opção permitia uma melhor insolação durante o inverno e amenizar as condições de habitabilidade no verão, já que «[...] a insolação sucessiva das fachadas assegura, em boas condições, a desejável ventilação transversal»⁶⁴. Assim, ao melhor aproveitamento do sistema de vistas juntaram-se as condicionantes de ordem orográfica e de ordem climatológica da Encosta do Restelo que permitiam a ocupação do espaço sobranceiro deixado entre os edifícios por espaços verdes contínuos, ocupando até eventualmente também o espaço livre situado sob os edifícios.

Depois das experiências ao nível dos logradouros realizadas em Alvalade, onde começaram por ser privados e murados e, mais tarde, junto à Avenida de Roma, comuns a vários proprietários, foi estabelecido no Restelo, pela primeira vez, o conceito de espaço verde comum de fácil acesso a toda a população residente, pela sua proximidade.

Os arquitetos paisagistas estabeleceram as bases metodológicas desta nova tipologia adotada, salientando, além do enquadramento de estruturas construídas numa valorização da fitossociologia, as várias outras dimensões assumidas:

recreativa, funcional (proteção dos ventos dominantes) e educativa, com a sucessão e alternância de aspetos decorrentes do ciclo biológico a que vegetação está sujeita.

Esta nova tipologia de espaço verde vai ao encontro das necessidades criadas pela adoção de um novo estilo de vida e pelo acentuado crescimento demográfico. O desenho urbanístico desenvolve-se em função das características físicas do lugar. Verifica-se uma separação das zonas de trânsito, habitação e recreio, valorizando-se o peão, para o qual se passam a desenhar percursos longos e confortáveis.

A explosão demográfica que se fez sentir na época refletiu-se num aumento da população jovem e conseqüentemente na criação, à semelhança do que fazia no resto da Europa, de espaços infantis que apelavam à imaginação – os «Jardins Robinson». Acerca deste facto, Ribeiro Telles afirma: «Não queríamos simples logradouros com parques infantis. Queríamos que estes logradouros fossem áreas de imaginação e liberdade. Tínhamos de criar locais para que as pessoas brincassem e estivessem à vontade, especialmente a miudagem! Hoje parece estranho porque a população envelheceu. Mas naquela época os conceitos de liberdade e juventude alteram o desenho dos espaços. Os jardins já não podem ter a mesma forma.»⁶⁵

O *Plano do Restelo* e a introdução do conceito inovador de espaço livre comum podem ser considerados uma evolução relativamente ao logradouro contido, enquadrado por edifícios, como aconteceu em Alvalade. Este novo modelo veio a ser mais tarde desenvolvido nos Olivais, numa progressiva integração da estrutura verde no espaço urbano. O contributo dos arquitetos paisagistas para esta evolução é inequívoco e determinante, muito em consonância com os modelos que conheceram nas suas viagens pela Europa.

BAIRRO DOS OLIVAIS

Em 1955, deu-se início à realização, no GEU, do *Estudo-Base da Urbanização dos Olivais*, coordenado por Guimarães Lobato, que contou com a colaboração, entre outros, dos arquitetos Pedro Falcão e Cunha e José França Ribeiro, e do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. Álvaro Dentinho integrou a equipa do GEU, em 1957⁶⁶. Porém, foi no âmbito do GTH que este projeto ganhou maior visibilidade. Embora a intervenção dos arquitetos paisagistas neste bairro tenha sido intensa e eficaz, os documentos que a atestam são escassos na base de dados existente. Por um lado, as peças escritas que acompanham os projetos dos espaços verdes são de um modo geral omissas ou, pelo menos no âmbito desta investigação, não foi possível aceder-lhes. Por outro lado, as peças desenhadas localizadas estão muito longe de constituir processos completos.

Na planificação dos Olivais atribuiu-se aos espaços verdes «[...] uma função múltipla de ordem panorâmica, salutar, recreativa e psicológica [...]. Quase todo o espaço verde previsto comporta-se como logradouro colectivo da população, que desta forma sentirá dia a dia e com intimidade o pulsar da natureza e o equilíbrio da presença de uma paisagem ordenada e humanizada.»⁶⁷ Neste plano, para Ribeiro Telles o espaço verde tinha a função muito importante de «[...] reatar o convívio entre o homem actual da cidade e a natureza [...]»⁶⁸ aplicando este conceito em áreas destinadas à produção agrícola, por ele localizadas na periferia das células ou ao longo de arruamentos locais principais, algo que apresentava «[...] vantagens de ordem educativa, cultural e psicológica»⁶⁹, além de se encontrarem junto de centros consumidores. Estas áreas produtivas tinham também a função de separar zonas urbanas de zonas fabris e, juntamente com sebes, proteger dos ventos os prédios de habitação «[...] ao mesmo tempo que estabelecem o contacto do

habitante da cidade com a vida do campo»⁷⁰, ideias que Ribeiro Telles defendeu sempre veementemente.

Propôs a criação de pequenos jardins, noutros locais, que se distinguiam por possibilitar vistas privilegiadas, constituírem zonas de encontro dos habitantes ou por se encontrarem junto a edifícios de interesse coletivo. Sugeriu também que para os logradouros privados se «[...] estudassem alguns tipos de jardim em que predominasse a cultura hortícola a fim de orientar num sentido útil aqueles logradouros.»⁷¹ Propôs ainda, recorrendo à mata, a instalação de maciços arbóreos, formando galerias ou cortinas para separar as habitações das vias de circulação e de sebes de proteção implantadas perpendicularmente ao vento norte, predominante na zona dos Olivais. Com a função de ocultar a zona industrial e o cemitério, optou-se por maciços de árvores, constituídos maioritariamente por espécies de folha perene.

Ribeiro Telles aborda o tratamento paisagístico do cemitério, mas também e sobretudo dos grupos escolares, salientando uma nova forma de estar, zonas de estadia para aulas no exterior, para além de «recreios naturalizados e hortos escolares», reforçando a importância dada às crianças e respetiva educação, como aposta numa preparação do futuro. Para os campos desportivos foi previsto um enquadramento que desse a sensação de clareiras na mata, tal como havia já projetado na Mata de Alvalade.

Relativamente às espécies selecionadas, os referidos maciços vegetais eram da formação climace, na qual grupos de árvores, arbustos e subarbustos pertenciam à associação respetiva, nas suas variadas aplicações. Obteve-se assim uma matriz marcada pelo «[...] enquadramento dos blocos habitacionais que surgem naturalmente como que brotando da própria paisagem.»⁷² Excepcionalmente, com vista a valorizar a paisagem junto aos pontos de destaque, especialmente nos jardins men-



264. *Olivais Sul. Plano geral, s.a., s.d.*

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.149

cionados, foram admitidos alguns exemplares pertencentes a espécies exóticas, sendo a cor conferida por arbustos ou herbáceas em flor. As herbáceas que revestiam as clareiras deveriam pertencer ao pasto natural do local, sendo cercadas por arbustos de pequeno porte, possibilitando uma manutenção mais económica dos espaços verdes. As oliveiras centenárias preexistentes no local seriam para manter ou, no caso de total impossibilidade, deveriam ser transplantadas para outro local⁷³.

Ideia fulcral na criação desta paisagem é: «[...] apresentar com o correr das estações, um aspeto dinâmico e sempre renovado, o que se consegue pela distribuição conscienciosa de maciços de diferentes caducifólias e de grupos de arbustos e de herbáceas de florações em épocas diferentes.»⁷⁴ A sazonalidade na paisagem, de extrema importância, é dada pela floração e queda das folhas, daí a predominância das espécies caducifólias no projeto, estando sempre presente a noção de que todos os períodos do ano têm que ser privilegiados e não apenas esta ou aquela estação.

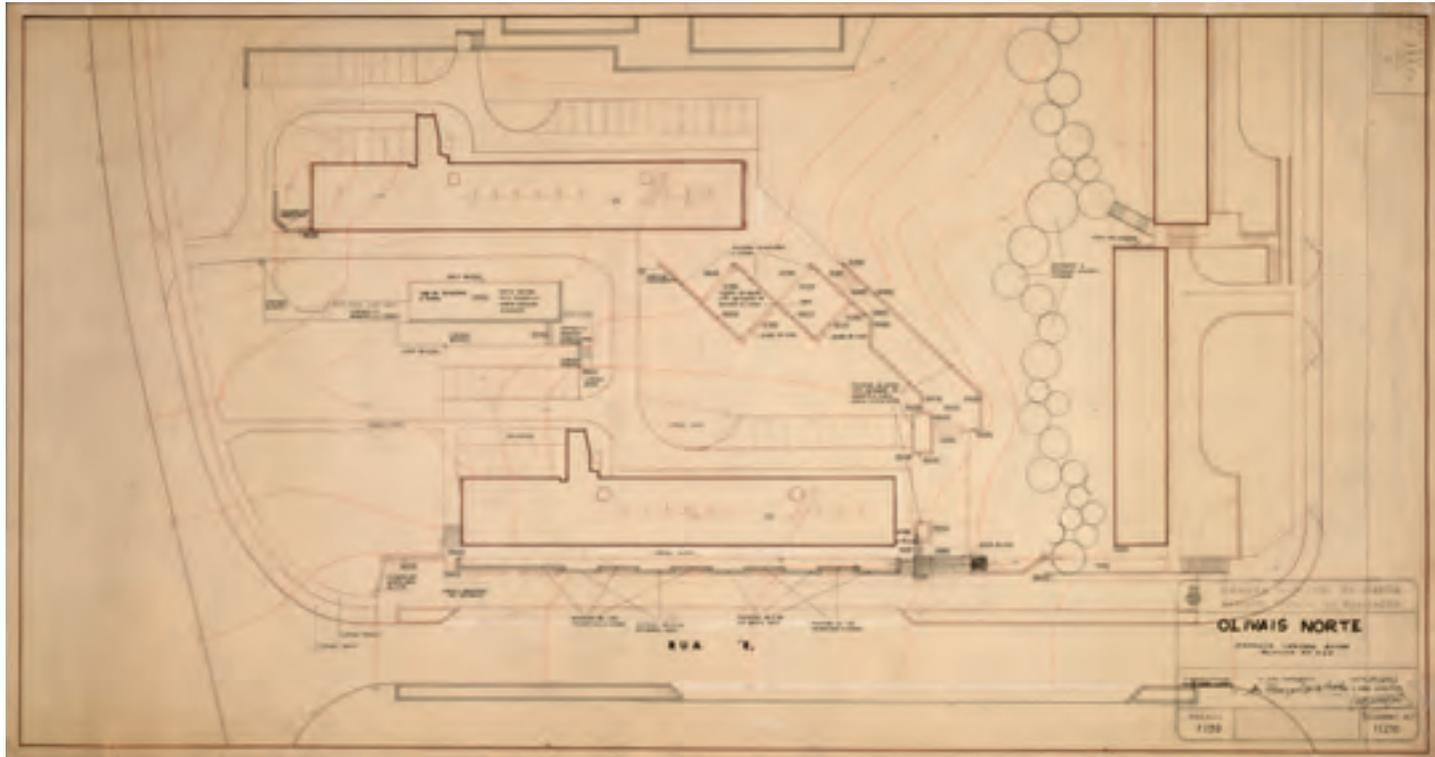
Cerca de um ano após a conclusão deste estudo-base de 1955, em agosto, pelo menos uma parte deste plano relativa a Olivais Sul (Fig. 264) foi exibida na Suíça, em Zurique, na exposição internacional itinerante de projetos de arquitetura paisagista, que ocorreu em simultâneo com o V Congresso da IFLA, nesse ano subordinado ao tema «A Paisagem e a Vida Moderna.»⁷⁵

O GTH iniciou a sua atividade em 1959, constituído por uma equipa pluridisciplinar que integrou, desde o início, os arquitetos paisagistas Edgar Fontes, Álvaro Dentinho e Sousa da Câmara, e já nos finais dos anos 1960 José Marques Moreira e a tirocinante Ana Maria Paes de Azevedo na 7.ª Repartição – Construção de Jardins. Esta repartição passou, a partir de 1965, a ser responsável também pelo projeto e construção das zonas pavimentadas e suas drenagens, nas quais se incluíam caminhos e

zonas de estadia e recreio, atividade que até aí era desempenhada pela 5.ª Repartição – Construção de Arruamentos. Ao planeamento e construção de jardins somou-se a manutenção, a expansão dos viveiros municipais, essenciais para o fornecimento das plantas utilizadas, nesta então intensíssima atividade⁷⁶.

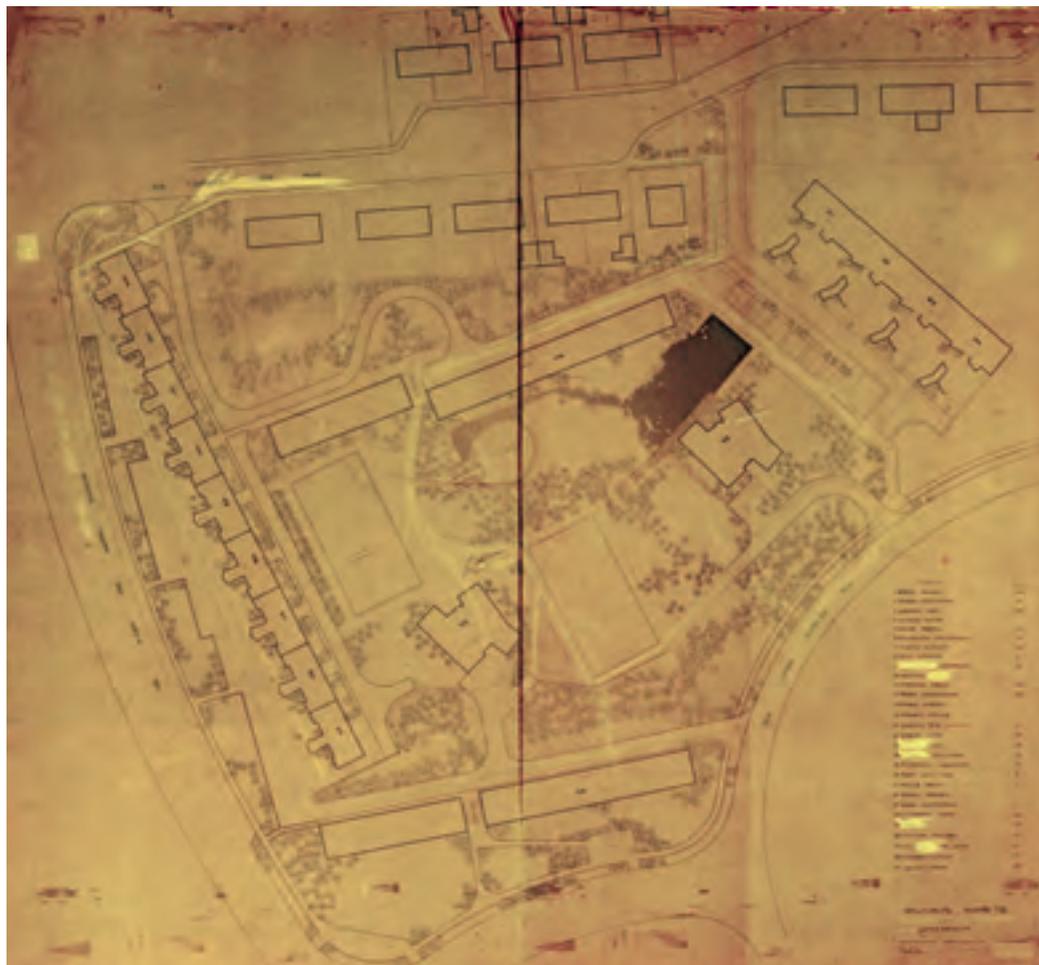
Em 1964, embora estivessem já ocupadas uma parte das habitações, os espaços livres não se encontravam ainda construídos, ajardinados ou ocupados por qualquer equipamento. Álvaro Dentinho desenhou os espaços exteriores em sintonia com as experiências urbanísticas que se iam realizando, apresentando propostas face a novas situações, constituindo também os Olivais, técnica e formalmente, um campo de ensaio no âmbito da arquitetura paisagista (Figs. 265 a 268).

Numa entrevista, Álvaro Dentinho afirmou que o melhor da sua experiência no GTH foi poder estudar: «[...] se entre as torres tiver 80 metros de árvores, é possível fazer um gradiente térmico, uma respiração em altura. Ou seja, as árvores provocam uma corrente ascendente e se durante o dia está calor, faz fresco, enquanto durante a noite acontece precisamente o contrário. Foi assim que foi planeado, mas nunca respeitaram isso na prática.»⁷⁷ Recordou ainda o zonamento dos espaços verdes consoante a classe etária, acrescentando: «Na altura, achava que devia estar tudo separado.»⁷⁸ Do seu trabalho foi parte importante o traçado dos acessos e serventias dos Olivais Norte, para os quais estabeleceu como critérios: I – Assegurar a segurança fora dos arruamentos principais; II – Segregar os tipos de trânsito e de serviços através da segregação dos materiais aplicados. Estabeleceu as normas a que deveriam obedecer estes critérios e materiais utilizados no cumprimento destas normas. Projeto parques de estacionamento de planta circular por ter considerado permitirem «[...] uma circulação que convém à proximidade de um grande bloco e



265. *Espaços verdes entre os blocos 62 e 63.* Álvaro Dentinho, 1963.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.158

266. Olivais Norte. Jardim entre os blocos 62 e 63, 2021.
TBC



267. *Olivais Norte. Lotes 88 a 104.* Álvaro Dentinho, s.d.
AML. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OM/19/0073/02

268. *Olivais Norte. Jardim entre os lotes 88 a 104, 2021.*
TBC



centro cívico [...]» e ainda «[...] ter valor estético do ponto de vista dos andares superiores do bloco.» Relativamente aos pavimentos por ele desenhados, considerou-os «[...] de fácil realização pois permite a utilização de moldes simples que rodam em torno de centros»⁷⁹ (Figs. 269 a 273).

Também Sousa da Câmara colaborou em Olivais Norte, projetando vários logradouros entre blocos. Por exemplo, no plano de plantação do «Porto menor O» definiu zonas de: mata perenifólia, mata caducifólia, relvado e ainda zonas de estadia e recreio. Para este local projetou também uma rede de rega (Figs. 274, 275 e 276). Edgar Fontes projetou em Olivais Norte, em 1963, os jardins do Grupo Escolar dos Olivais (Figs. 277, 278 e 279), cujo edifício é da autoria dos arquitetos Víctor Palla e Bento d'Almeida⁸⁰. Três anos depois projetou o parque envolvente da Piscina dos Olivais.

No *Plano dos Olivais Sul*, os espaços verdes eram considerados como determinantes para o sucesso urbanístico. Num boletim do GTH exclusivamente dedicado a este plano podemos ler: «As zonas verdes desempenharão um importante papel na ordenação paisagística dos locais, além de constituírem um elemento imprescindível para a população, dos pontos de vista higiénico, sanitário, recreativo e psicológico. A localização dos parques e jardins principais e a previsão de árvores e faixas nas zonas habitacionais obedece à intenção de permitir, sem prejuízo da expressão urbana e concentrada que deliberadamente se procurou criar, o contacto fácil com a natureza, através de uma paisagem repoussante e vitalizadora. Houve a intenção de estabelecer uma cortina verde de fronteira entre a zona industrial e as áreas habitacionais, o que só parcialmente foi possível em virtude da alta ocupação do solo. Esta intenção foi determinante na escolha da zona destinada ao parque principal da malha. Igualmente se procurou proteger as zonas habitacionais do rigor dos ventos dominantes e da ação excessiva

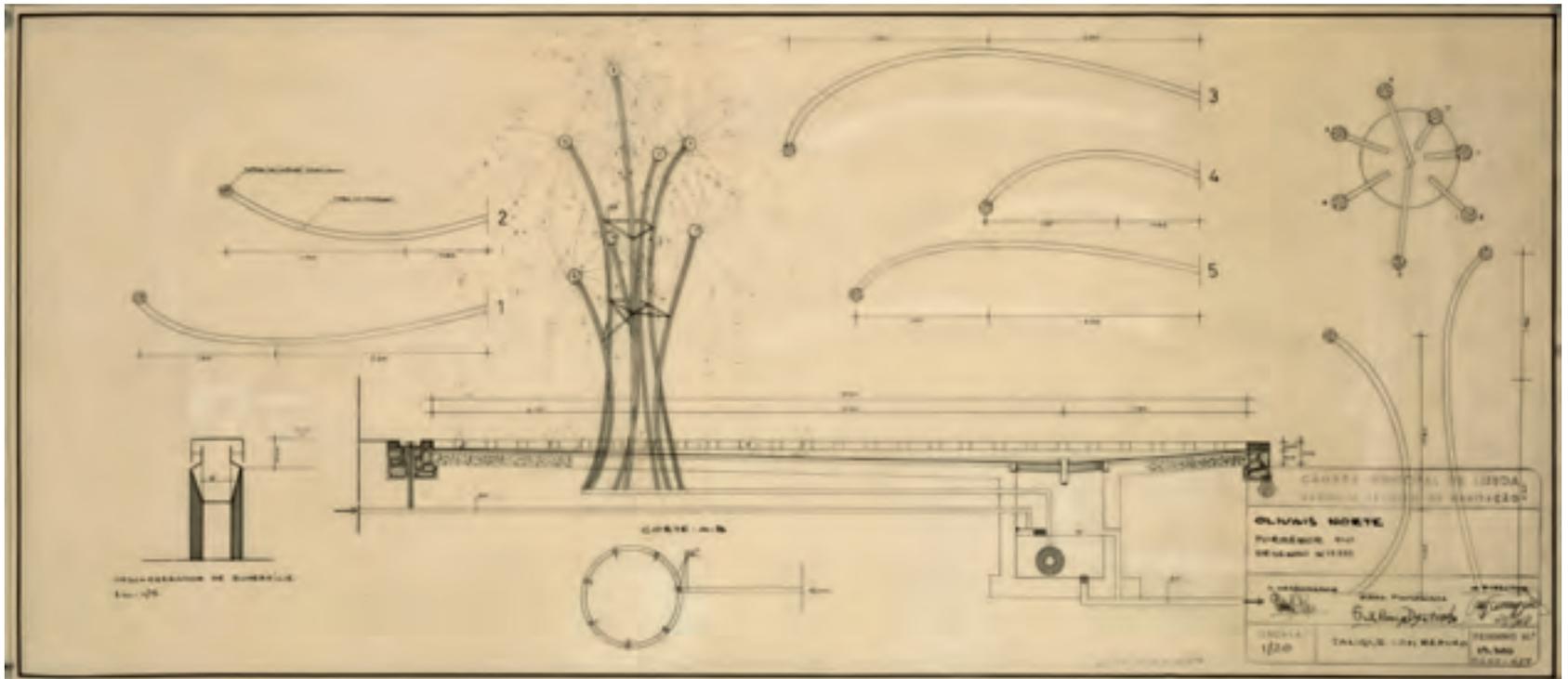
do calor dos meses de Verão, através da disseminação de faixas verdes capazes de melhorar os microclimas locais [...]. Particular atenção foi prestada à definição dos perfis dos arruamentos principais. Em muitos deles criar-se-ão faixas marginais de vegetação destinadas a diminuir a poluição atmosférica e o nível de ruídos causados pelo tráfego [...]. Dada a localização na orla dos parques de algumas das escolas primárias procurar-se-á dar a estas zonas um tratamento que possibilite a realização de aulas de ar livre e ofereça recreios naturais às crianças. A conveniente mistura das espécies de formação climática do sítio com outras exóticas, ajudará a criar uma paisagem variada e rica, sempre renovada através da floração em épocas diferentes das diferentes espécies [...]»⁸¹

Foi neste espírito que Álvaro Dentinho projetou uma zona de estar, no extremo SO do bairro, de planta triangular, em que um dos vértices fica adjacente à Rotunda do Relógio, junto ao Aeroporto de Lisboa (Fig. 280). Esta área, ocupando 12 hectares, foi destinada a zona de recreio local e extra local⁸². Deste projeto, construído em toda a sua extensão, que obrigou a alguns movimentos de terra, fizeram parte: um campo de basquetebol, um campo de futebol, um grande auditório ao ar livre de planta oval, riscado com bandas de lajedo regular e um miradouro como zona de estar «[...] de inegável interesse panorâmico com um muro protetor de vento e com bancos dispostos à volta deste recinto que permitem desfrutar através das molduras de enquadramento a vista panorâmica.»⁸³ As zonas de recreio eram separadas consoante a classe etária: adolescentes (campo de basquetebol); idade pré-escolar (zona mais soalheira constituída por caixa de areia, área pavimentada com desenhos em mosaico e alguns bancos) e idade escolar (composta por um aldeamento de índios, um campo de jogos e uma assembleia circular)⁸⁴ (Figs. 281 a 284).



269. Pormenor do desenho 13365. Álvaro Dentinho, 1964.

AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.161



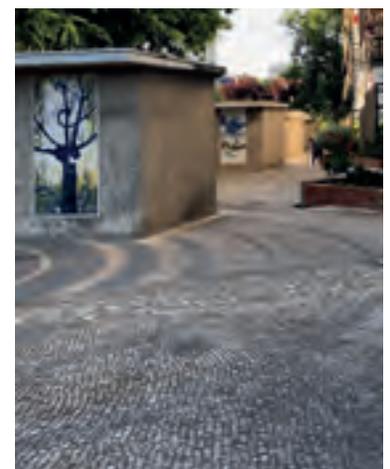
270. Pormenor do desenho 13390. Álvaro Dentinho, 1964.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.162



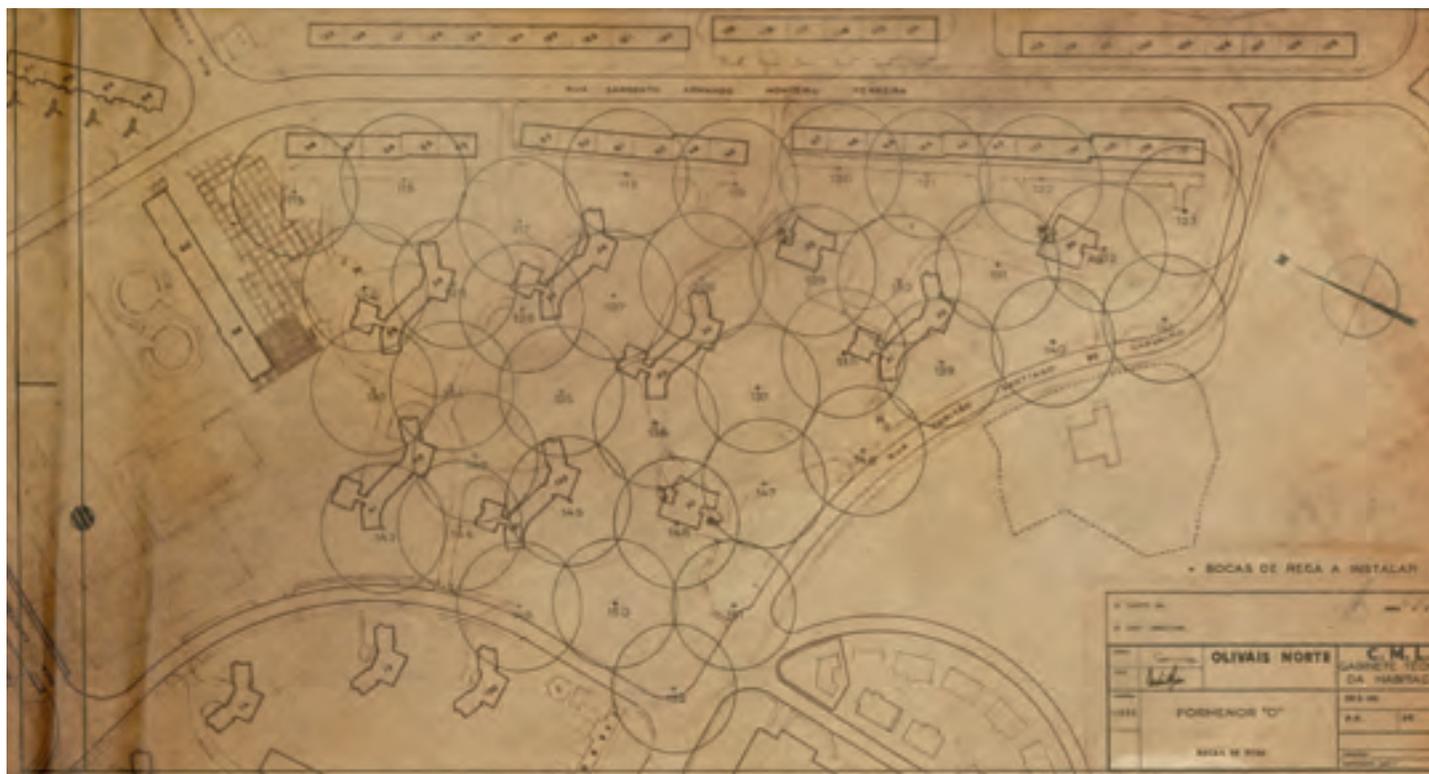
271. Praça junto à Rua General Silva Freire. Tanque, 2021.
TBC



272. Praça junto à Rua General Silva Freire, 2021.
TBC



273. Olivais Sul. Pavimentos, 2021.
TBC



274. *Olivais Norte. Pormenor «O». Bocas de rega.*
Sousa da Câmara, s.d.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0073/04

275. *Olivais Norte. Aspeto do Pormenor «O», 2021.*
TBC





279. *Piscina dos Olivais. Enquadramento.* Edgar Fontes, 1966.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0062/01

Em Olivais Sul foi possível, com alguns ajustes, manter a modelação natural do terreno, graças a um isolamento dos edifícios, realizando-se apenas alguns socalcos, o que levou à criação de espaços mais intimistas⁸⁵, como praças associadas às habitações envolventes, nas quais intervieram arquitetos paisagistas como Sousa da Câmara (Figs. 285 e 286) e Álvaro Dentinho. Este colaborou também com o pintor António Alfredo no projeto do centro de convívio, hoje designado como Praça de São Salvador (Fig. 287).

280. Olivais Sul. Projeto em fase de obra do parque desportivo no extremo Sul do bairro, 1968.
Fotografia aérea do Centro de Informação Geoespacial do Exército

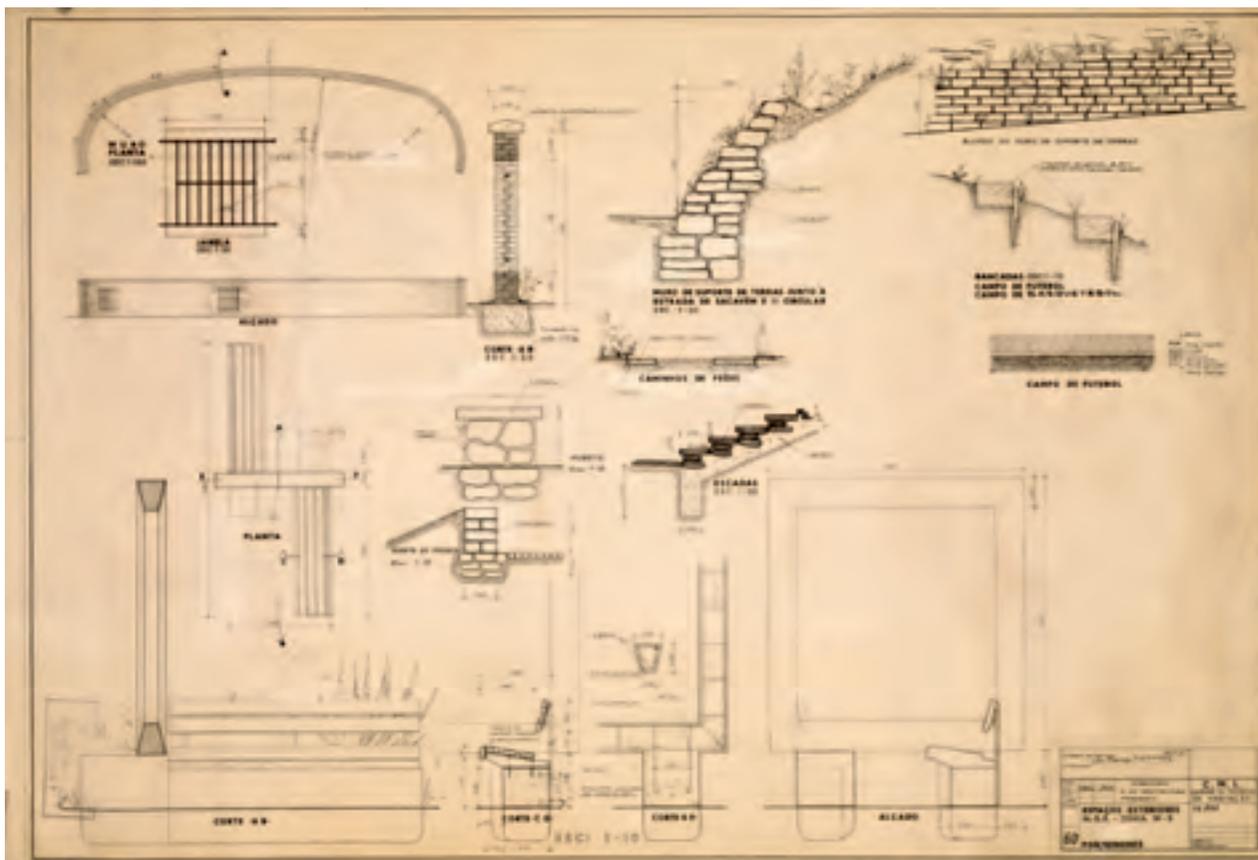




281. Plano de plantação de arbustos, 1:1000. Álvaro Dentinho, s.d.
AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.165

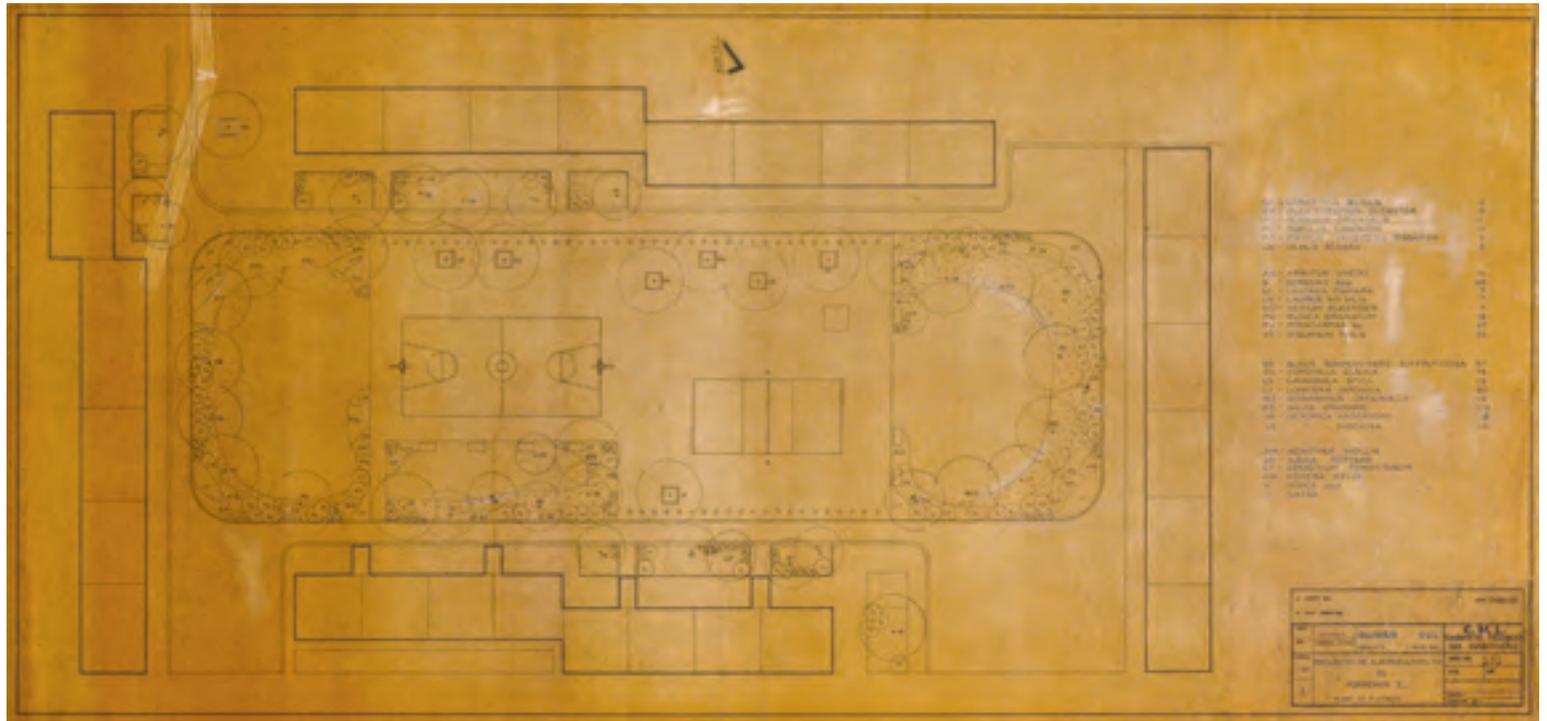


282. *Perfis dos caminhos. Implantação. Pormenores do auditório. 4.*
Álvaro Dentinho, s.d.
AML. Rep. FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. CFT169.168



283. Perfil vegetal do terreno na zona dos campos de jogos e teatro. 62. Álvaro Dentinho, s.d. AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.170

284. Espaços exteriores. Pormenores. 60. Álvaro Dentinho, 1965. AML. Rep. FCG BA – Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. CFT169.169

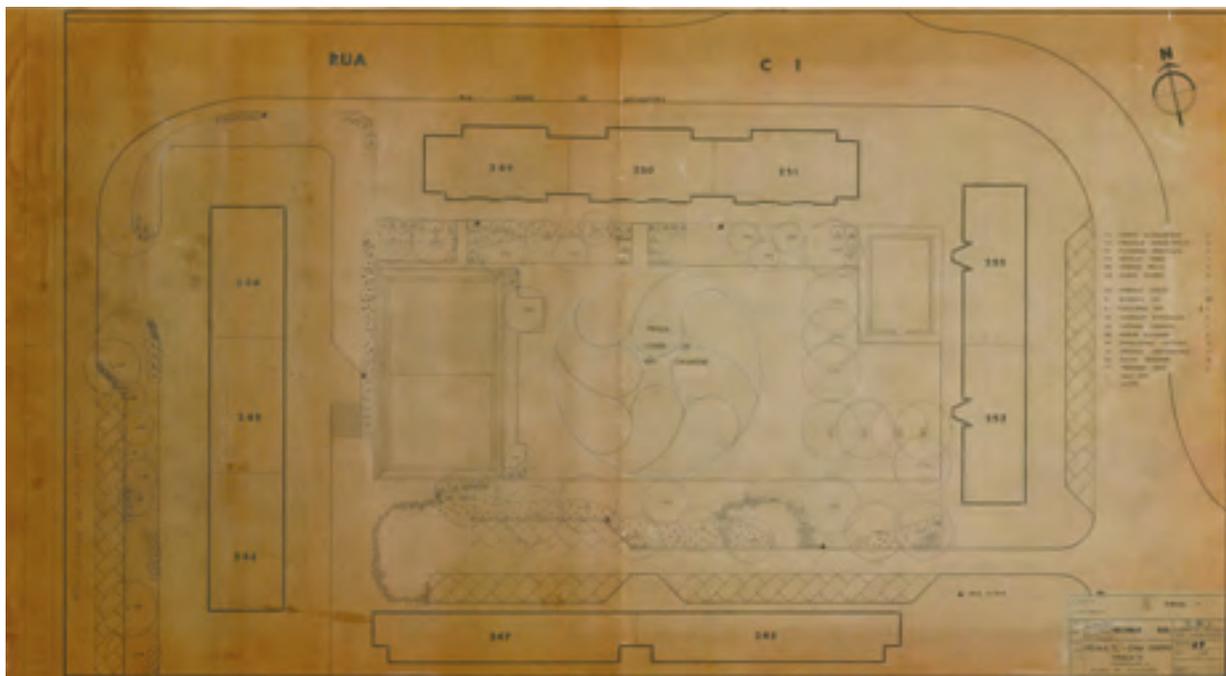
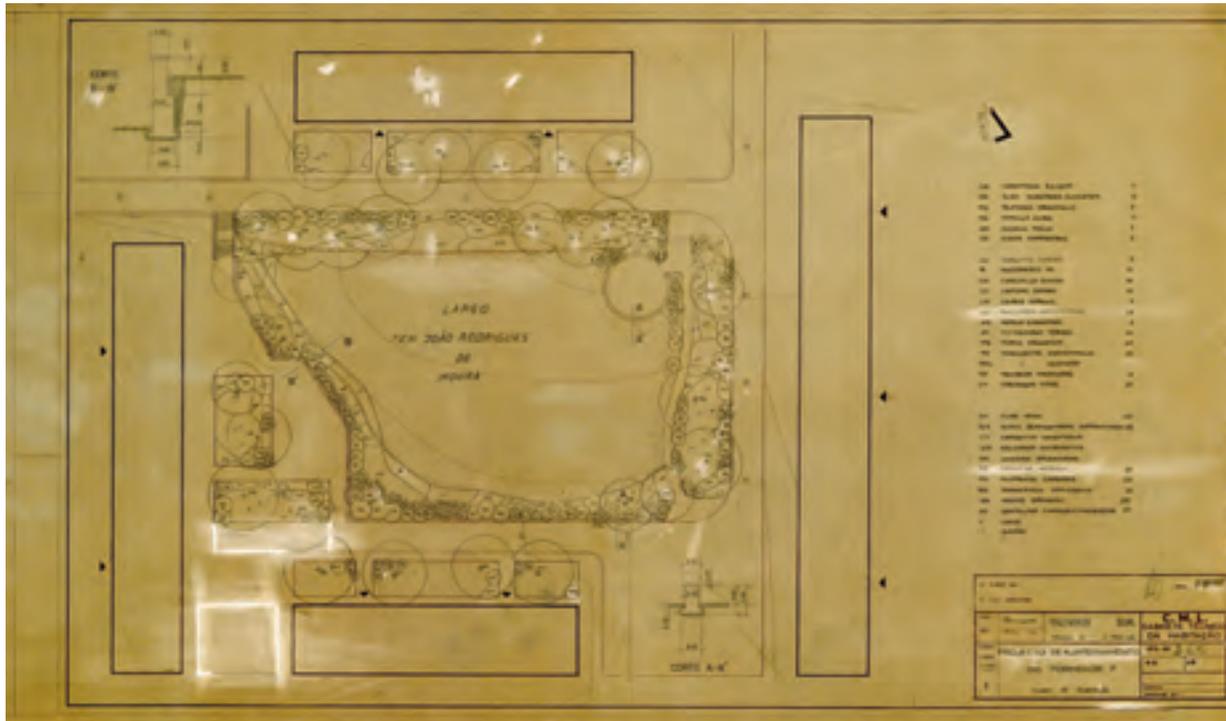


285. Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor E. Plano de plantação. Sousa da Câmara, s.d.
AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0074/11

Os trabalhos relativos aos espaços verdes dos Olivais estenderam-se no tempo. Em 1969, o engenheiro-chefe de serviço Joaquim Rodrigo escrevia uma informação interna da CML ao seu diretor pedindo um alargamento do prazo para a execução de espaços ajardinados nas células D e E dos Olivais Sul, queixando-se da extensão do programa a cumprir para um prazo demasiadamente curto, ao qual acresciam dificuldades várias «[...] dada a topografia e o mau dimensionamento dos espaços destinados ao ajardinamento (parcelamento excessivo, forma dos canteiros, modelação, etc. [...]).»⁸⁶ Ainda em abril de 1972, Edgar Fontes submeteu à apreciação superior o projeto por si executado, relativo à faixa ajardinada junto às Avenidas Marechal Gomes da Costa, Estrada de Sacavém e Avenida de Berlim⁸⁷.

De uma análise atenta e comparada dos *Relatórios de Atividade do Serviço de Arborização e Ajardinamento (Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas)* de 1967 e de 1969, podemos concluir que este bairro constitui um exemplo privilegiado de estudo e experimentação de novos conhecimentos, numa procura de uma nova abordagem através de um desenho e de uma estética que integrassem materiais e tecnologias modernas, e que refletissem o estilo de vida moderno. A componente estética, porém, embora relevante e presente, apenas era considerada se não fosse «anti-função».

A génese conceptual do projeto partiu de princípios que assentam na negação dos estilos históricos e na rejeição da composição axial e simétrica.



286. Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor F. Plano de plantação. Sousa da Câmara, s.d.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0074/07

287. Olivais Sul. Célula C. Z. Centro. Praça D. Pormenor A. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1966.

AML. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0074/01

NOTAS

- ¹ FONTES, Edgar Sampaio – *Nota justificativa. Enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo.*
- ² CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Estudo-base da urbanização do Vale Escuro.*
- ³ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Alfama e Castelo. Enquadramento verde.*
- ⁴ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Projecto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio.*
- ⁵ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Projecto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio.*
- ⁶ *Ibidem.*
- ⁷ *Ibidem.*
- ⁸ *Ibidem.*
- ⁹ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa, Projecto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação.*
- ¹⁰ *Ibidem.*
- ¹¹ *Ibidem.*
- ¹² TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa. Projecto de ajardinamento da Praça das Casas Novas e da Rua da Quinta da Fonte no Bairro da Encarnação.*
- ¹³ *Ibidem.*
- ¹⁴ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa. Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria – Encarnação.*
- ¹⁵ FONTES, Edgar Sampaio – *Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação (1.ª fase) – Zona Sul.*
- ¹⁶ FONTES, Edgar Sampaio – *Nota justificativa. Projecto de Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação.*
- ¹⁷ *Ibidem.*
- ¹⁸ [s.a.] – *Memória descritiva.*
- ¹⁹ [s.a.] – *Memória descritiva.*
- ²⁰ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Projecto de Remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto.*
- ²¹ LOBATO, Luís Guimarães – *A Experiência de Alvalade. Técnica [separata].*
- ²² TOSTÕES, Ana – *O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa.*
- ²³ FONTES, Edgar Sampaio – *Projecto de arborização e ajardinamento do Centro escolar da Célula 6.*
- ²⁴ COUTINHO, Manuel de Azevedo – *Memória descritiva e justificativa do projecto do jardim da célula n.º 2, em Alvalade.*
- ²⁵ COUTINHO, Manuel de Azevedo – *Memória descritiva e justificativa. Ajardinamento do Largo Frei Heitor Pinto.*
- ²⁶ *Ibidem.*
- ²⁷ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Nota justificativa. Jardim miradouro da Rua Eduardo Noronha.*
- ²⁸ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva. Enquadramento da Igreja de São João de Brito (projecto do jardim).*
- ²⁹ *Ibidem.*
- ³⁰ *Ibidem.*
- ³¹ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Projecto de ajardinados para as ruas n.ºs 56, 57 e 58 do Bairro de Alvalade.*
- ³² MOURA, Eduardo Souto de – *Bairro da Estacas, Ruy d'Atouguia e Sebastião Formozinho Sanchez.*
- ³³ DUARTE, Carlos Santos – *Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.*
- ³⁴ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro das Estacas*, p. 262.
- ³⁵ TOSTÕES, Ana – *O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa.*
- ³⁶ DUARTE, Carlos Santos – *Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.*
- ³⁷ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Ajardinados da Av. dos Estados Unidos da América.*
- ³⁸ *Ibidem.*
- ³⁹ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Avenida dos Estados Unidos da América. Projecto dos Ajardinados (Troço Avenida do Aeroporto-Avenida do Rio de Janeiro.*
- ⁴⁰ *Ofício do Engenheiro-Chefe, 1960-02-20, CML, 3.ª Repartição – Arborização e Jardinagem-*
- ⁴¹ *Ibidem.*
- ⁴² CÂMARA, Manuel de Sousa da – *Memória descritiva. Avenida dos Estados Unidos da América.*
- ⁴³ *Ibidem.*
- ⁴⁴ [s.a.] – *Memória descritiva*, p. 3.
- ⁴⁵ [s.a.] – *Memória descritiva*, p. 3.
- ⁴⁶ *Legado Arquitecto Mateus Junior, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema .*
- ⁴⁷ TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Memória descritiva e justificativa do projecto de construção do jardim da Praça de Damão.*
- ⁴⁸ *Urbanização da Encosta do Restelo – II fase, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização p. 26-28.*
- ⁴⁹ *Ibidem.*
- ⁵⁰ *Ibidem.*
- ⁵¹ *Ibidem.*
- ⁵² TELLES, Gonçalo Ribeiro – *Projecto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase de Urbanização)*, p. 1
- ⁵³ *Ibidem.*
- ⁵⁴ *Ibidem.*
- ⁵⁵ *Idem*, p. 2.
- ⁵⁶ *Ibidem.*
- ⁵⁷ SALEMA, Rosário – *A ermida de São Jerónimo. Ver e ocultar.*
- ⁵⁸ *Ibidem.*
- ⁵⁹ Já Mateus Júnior tinha projetado a envolvente da Capela em 1957. Pensa-se que, talvez também em 1959, o arquiteto paisagista Manuel Sousa da Câmara tenha projetado este espaço.
- ⁶⁰ DINIS, Sofia; FIGUEIREDO, Rute – *Centro Comercial do Restelo.*
- ⁶¹ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico.*

- ⁶² *Ibidem.*
- ⁶³ *Idem*, p. 20.
- ⁶⁴ *Idem*, p. 21.
- ⁶⁵ SALEMA, Rosário – *A ermida de São Jerónimo. Ver e ocultar*, p. 186.
- ⁶⁶ *Urbanização dos Olivais*, CML, Gabinete de Estudos de Urbanização, p. 26.
- ⁶⁷ *Ibidem.*
- ⁶⁸ *Ibidem.*
- ⁶⁹ *Ibidem.*
- ⁷⁰ *Ibidem.*
- ⁷¹ *Idem*, p. 27.
- ⁷² *Idem*, p. 28.
- ⁷³ *Ibidem.*
- ⁷⁴ *Idem*, p. 29.
- ⁷⁵ BARRETO, António Viana – *Relatório do V Congresso Internacional dos Arquitetos Paisagistas*.
- ⁷⁶ *Ibidem.*
- ⁷⁷ TORRES, Helena. PORTAS, Catarina, FREIRE, Adriana – *Olivais retrato de um bairro*, p. 67
- ⁷⁸ *Ibidem.*
- ⁷⁹ DENTINHO, Álvaro Ponce – *Arranjo dos espaços exteriores*, p. 15
- ⁸⁰ «Bairros construídos ao abrigo do Decreto-lei 42 454 no período de 1961 a 1969», Boletim GTH. 1.º semestre 1971, n.º 20, p. 209.
- ⁸¹ *Olivais Sul*, CML, Gabinete Técnico da Habitação, s.d., p. 22.
- ⁸² DENTINHO, Álvaro Ponce – *Memória descritiva e justificativa do projecto de arranjo dos terrenos*.
- ⁸³ *Ibidem.*
- ⁸⁴ *Ibidem.*
- ⁸⁵ TOUSSAINT, Michel – *Olivais Sul*.
- ⁸⁶ *Informação do Eng.º Joaquim Rodrigo*, 1969-03-26, CML
- ⁸⁷ *Ofício de Edgar Sampaio Fontes*, 1972-04-22, CML



Considerações finais

Ao longo desta investigação, centrada no trabalho dos arquitetos paisagistas na cidade de Lisboa nas décadas de 1950 e 1960, que envolveu dois momentos de pesquisa e posterior trabalho de reflexão, sistematização e escrita, tentaram encontrar-se respostas para várias questões. Qual a extensão da obra destes arquitetos paisagistas no espaço público de Lisboa? Que significado tiveram estas obras e em que medida acrescentaram algo ao «estado da arte» em Portugal? Qual foi o seu contributo para a história da Arquitetura Paisagista em Portugal?

Partindo dos projetos realizados pela primeira geração de arquitetos paisagistas portugueses, esta investigação, que já tinha sido iniciada em 2002, no âmbito da iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, coordenada por Teresa Andresen, *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)*, foi posteriormente aprofundada e completada com novas incursões ao acervo dos arquivos da CML – analisaram-se mais mil peças desenhadas – complementada através de fontes primárias identificadas em arquivos pessoais dos arquitetos paisagistas envolvidos e ainda no arquivo da

Fundação Calouste Gulbenkian. O somatório desta conjugação de pesquisas foi georreferenciado e sistematizado nos quadros que constam dos anexos desta publicação.

A somar-se ao trabalho de pesquisa, a realização de visitas aos vários lugares e respetivos levantamentos fotográficos, facilitaram a seleção dos casos de estudo aqui apresentados e que julgamos sintetizar de forma clara, pela sua extensão e relevância, o expressivo movimento registado em Portugal, nesta época, em direção a uma abordagem paisagística marcada pela inovação e pela modernidade.

Entre 1950, com o início da atividade profissional dos jovens alunos do primeiro curso de Arquitetura Paisagista em Portugal e a sua intervenção no espaço público de Lisboa, e 1970, aos quais se juntou uma nova geração de arquitetos na CML, foi notória a evolução do espaço público de Lisboa e a sua progressão para soluções menos tradicionalistas e mais em linha com o que se fazia ao nível internacional.

Numa primeira fase, como se concluiu no projeto de investigação, levado a cabo há cerca de 20 anos na Fundação Calouste Gulbenkian, os protagonistas são Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles,

Edgar Sampaio Fontes, Manuel Sousa da Câmara, Álvaro Ponce Dentinho e António Viana Barreto.

Acompanhando sobretudo a construção de novos bairros, fruto da política de expansão da cidade de Lisboa, as suas intervenções, numa fase inicial, tiveram expressão sobretudo ao nível de arborizações de arruamentos e pequenas praças. É transversal nos projetos observados dentro da tipologia «Arruamentos» uma tentativa, sempre que a disponibilidade de espaço o permitia, da substituição das vulgares plantações das árvores em caldeira pela adoção de placas ajardinadas contendo, além das árvores, normalmente *mixed-borders* de plantas herbáceas, mas também de arbustos.

Foi rápida a evolução, depois de uma primeira experiência menos bem sucedida no Bairro de Alvalade, dos pequenos jardins em largos e praças, para a criação de logradouros comuns, como sucedeu no Bairro da Encosta do Restelo. Os parques, à exceção da Mata de Alvalade para a qual existiram projetos não concretizados no âmbito temporal desta investigação, conheceram um desenvolvimento assinalável nas suas propostas a partir dos meados de 1950.

A expressiva distribuição geográfica do elevado número de projetos encontrada para cada uma das tipologias definidas, revela a importância da obra dos arquitetos paisagistas em bairros novos, como matriz integrante da malha urbana, testemunho da expansão da cidade de Lisboa.

Da análise pormenorizada de um número muito significativo de obras, quer das intenções projetuais detalhadas nas memórias descritivas quer das várias peças desenhadas dos projetos dos arquitetos paisagistas envolvidos neste estudo, é possível constatar a importância das suas viagens ao estrangeiro como impulsionadoras de uma reforma muito significativa do espaço público urbano. Esta importância traduz-se no desenvolvimento de modelos concetuais adequados aos novos tempos e, logo, a novas necessidades, seguidos em meados de 1950 também em muitos

outros países da Europa, adaptando-os às condições quer edafoclimáticas quer culturais do nosso país. Verificou-se que, em termos de espaço verde público, um conceito de recreio aberto substituiu os pequenos jardins.

À evolução ocorrida em espaços verdes públicos como os desenvolvidos no Bairro de Alvalade, sucedeu-se uma nova abordagem, visível designadamente nos espaços planeados no Bairro da Encosta do Restelo, cuja equipa projetista envolvida no *Estudo Base – Urbanização da Encosta do Restelo II Fase*, realizado pelo Gabinete de Estudos de Urbanização, integra já os arquitetos paisagistas Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles e Álvaro Dentinho.

Os arquitetos paisagistas propuseram uma revolução ao nível do desenho do espaço aberto. A abertura de vãos mais amplos nas janelas proporcionou maiores aberturas entre o interior das construções e o espaço envolvente. Numa ótica de valorização de um contacto mais íntimo com a natureza, os logradouros vão, intencionalmente, constituir como que salas ao ar livre dos moradores dos bairros, passando a constituir como que prolongamentos das suas próprias casas. Esta intenção vem expressa nas memórias descritivas de Ribeiro Telles sobre os logradouros do Bairro das Estacas e de Sousa da Câmara sobre os logradouros da Avenida dos Estados Unidos da América.

Transpareceu desta investigação o convívio fomentado pelos arquitetos paisagistas, na vivência dos espaços verdes públicos, conferindo à Arquitetura Paisagista uma dimensão social e respondendo às exigências de um novo modo de vida.

Da avaliação transversal às várias tipologias de projetos, colocaram-se questões de índole ecológica e regional, num esforço da utilização de vegetação climace. No início da sua atividade, os arquitetos paisagistas pioneiros foram confrontados na CML, com os «estilos» e «gostos» de então. Caldeira Cabral, com os seus discípulos trouxeram uma lufada de ar fresco aos jardins de Lisboa – que ainda hoje se perpetua.

Devido à instalação de inovadores sistemas de rega por aspersão e maquinaria, como os corta-relvas, foi possível o aumento das superfícies relvadas e a substituição das plantas anuais por plantas vivazes.

Estudaram-se as características intrínsecas de cada lugar, valorizando-se o seu potencial e criando-se sequências de planos, considerando a sua identidade histórica e cultural. A aplicação destes princípios, comum a todos os projetos, é particularmente evidente em jardins de maior dimensão como o Jardim da Torre de Belém, o Jardim da Capela de São Jerónimo, o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian e o Parque do Vale do Silêncio, mas encontra-se também presente em várias praças, como a Praça de Londres, a Praceta Afrânio Peixoto e as praças de Malaca, Damão e Goa, entre tantas outras.

Da análise efetuada de todos estes espaços verdes públicos saiu reforçada a ideia de que as paisagens são para as pessoas, já que em todas as situações se tenta privilegiar o conforto dos seus utilizadores, criando condições para tal, seja recorrendo à modelação do terreno, seja utilizando vegetação criando cortinas que isolam do vento e amortizam o ruído, seja tirando partido dos locais com melhores vistas, seja fomentando o recreio, o convívio e desporto, seja ainda criando locais propícios à contemplação e à leitura.

Analisaram-se diversos estudos de caso considerados relevantes para o entendimento do âmbito da investigação. Os 405 projetos elencados nos

anexos, inventariados em dois momentos diferentes – no âmbito do projeto *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)* e no âmbito da investigação realizada para este estudo – constituem uma amostragem do enorme volume de intervenções realizadas por estes homens cultos, inovadores e extremamente habilitados, do ponto de vista técnico e artístico, que percorreram um caminho nunca antes desbravado na sua profissão em Portugal e, por isso, também de uma enorme coragem, unidos por um ideal de excelência a um Mestre sempre presente – Francisco Caldeira Cabral.

Por fim, é de salientar que presidiu sempre ao longo desta investigação a ideia de que estudando o passado podemos entender um pouco melhor o presente. Neste universo não faz sentido uma reflexão da história por si própria, devendo existir uma dimensão de utilidade no seu contributo que ajude a perspetivar o presente, mas também o futuro.

Esta projeção no futuro, enformada pela análise do extraordinário legado deixado pela primeira geração de arquitetos paisagistas, dá corpo à ideia de que nada surge de novo por acaso. O estudo da obra destes pioneiros, uns mais conhecidos que outros, surpreende-nos pela intemporalidade das soluções apresentadas. Será muito importante que as novas gerações entendam o que tem sido a nossa história, e possam também elas ter um contacto próximo com estes tesourinhos que decerto se revelarão inspiradores.

Anexos

ANEXO 1

INVENTÁRIO GERAL: LUGARES E PROJETOS

AC – Arquivo do Arco do Cego | AH – Arquivo Histórico | DPP – Departamento de Planeamento e Projeto | FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | (*) FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Alameda D. Afonso Henriques	J001.1	Alameda D. Afonso Henriques	×				1953	GRT	AH
	J001.2	Arranjo do desnível existente entre a Alameda D. Afonso Henriques e o impasse I à Rua Barão de Sabrosa	×				1964	MSC	AH
Alameda das Linhas de Torres	A002.1	Ajardinamento da placa da Alameda das Linhas de Torres, junto ao posto da Polícia de Trânsito		×			1950	GRT	AC e AH
	J002.1	Ajardinamento de uma praça na Alameda das Linhas de Torres	×				1959	ESF	AH
Alto de Santo Amaro	B019.1	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar do Alto de Santo Amaro			×		1958	ESF	AC
Alto dos Moinhos	B020.1	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar do Alto dos Moinhos			×		1957	ESF	AC e AH
Alto dos Sete Moinhos	B001.1	Arranjo paisagístico do Alto dos Sete Moinhos			×		1958	GRT	AH
Avenida Calouste Gulbenkian	A003.1	Ajardinamento da Avenida Calouste Gulbenkian		×			1967	MSC	AH
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro	A004.1	Espaços verdes da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro		×			1953	GRT	AC e AH *
	A005.1	Arborização da Avenida D. Rodrigo da Cunha		×			1953	GRT	AC e AH *
	J003.1	Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha	×				1953	GRT	AC e AH *
	J003.2	Arborização e ajardinamento da Avenida D. Rodrigo da Cunha (logradouro da Rua Eduardo de Noronha)	×				1954	GRT	AH
Avenida D. Rodrigo da Cunha	J003.3	Avenida D. Rodrigo da Cunha (topo nascente). Arranjo e ajardinamento	×				1957	GRT	AC e AH *
	A005.2	Avenida D. Rodrigo da Cunha		×			1962	ESF	AH
Avenida da Índia	A007.4	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia (ajardinado da Travessa Conde da Ponte)		×			1953	GRT	AC e AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Avenida da Índia	A007.1	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia. Troço junto ao areal da Junqueira		×			1953	GRT	AC e AH
	A007.3	Avenida da Índia. Arranjo do troço entre a Praça D. Manuel I e a Travessa do Forte da Areia		×			1957	GRT	AC e AH *
	A007.6	Projecto de ajardinado poente da Cordoaria Nacional		×			1958	GRT	AH
	A007.2	Plantação duma faixa verde arborizada, frente à Cordoaria Nacional		×			1959	GRT	AC e AH
	A007.5	Ajardinamento da zona envolvente do maciço de amarração		×			1966	MSC	AH
Avenida da Liberdade	J135.1	Estudo de remodelação da Avenida da Liberdade	×				1954	GRT	AH *
	J135.2	Remodelação da Avenida da Liberdade	×				1955	GRT	AH *
Avenida da República	A008.1	Ajardinado na Avenida da República, junto ao viaduto		×			1953	GRT	AH
	A008.2	Remodelação da Avenida da República. Arborização		×			1967	ESF	AC e AH *
Parque da Fundação Calouste Gulbenkian	P004.1	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian – Anteprojecto	×				1961	AVB e GRT	SIPA
	P001.2	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian – Projecto	×				1962	AVB e GRT	FCG
Avenida de Ceuta	A009.1	Avenida de Ceuta		×			1967	MSC	AC
Avenida de Madrid	A010.1	Arborização da Avenida de Madrid		×			1952	GRT	AC e AH
	A010.2	Ajardinado para a Avenida da Madrid		×			1955	ESF	AC e AH
Avenida de Paris	A011.1	Arborização da Avenida de Paris		×			1952	GRT	AC
Avenida de Roma	A055.1	Arborização e ajardinamento da Avenida de Roma		×			1953	GRT	AC
	A055.2	Arborização e ajardinamento da Avenida de Roma		×			1955	GRT	AC e AH *
Jardins na Avenida de Roma	J112.1	Enquadramento da piscina da Avenida de Roma	×				1955	ESF	AC e AH
	J112.2	Arborização e jardinamento de duas pracetas na Avenida de Roma	×				1955	ESF	AC
Avenida de São João de Deus	A012.1	Arborização e ajardinamento da Avenida de S. João de Deus		×			1956	GRT	AC e AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Avenida do Brasil	A013.1	Arborização e ajardinamento da Avenida do Brasil		×			1955	GRT	AC e AH
	A013.2	Caminhos de peões da Av. do Brasil (troço entre a Praça do Aeroporto e a Praça da Portela)		×			1959	GRT	AC
Avenida do Restelo	A014.1	Perfil tipo da Avenida do Restelo (troço entre a Avenida da Torre de Belém e a Rua D. Lourenço de Almeida)		×			1956	GRT	AH
Avenida do Rio de Janeiro	A015.1	Arborização da Avenida do Rio de Janeiro		×			1951	GRT	AC e AH
	A015.2	Remodelação da Avenida do Rio de Janeiro (plano de arborização)		×			1957	GRT	AC e AH
Avenida D. Carlos I	A056.1	Arranjo de um gaveto na Avenida Dom Carlos		×			1968	ESF	AH
Avenida dos Estados Unidos da América	J004.1	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Anteprojecto	×				1957	GRT	AH
	J004.2	Avenida dos Estados Unidos da América (troço Avenida Rio de Janeiro – Avenida de Roma). Anteprojecto	×				1957	GRT	AC e AH *
	J004.3	Avenida dos Estados Unidos da América (troço Avenida do Rio de Janeiro – Rua Francisco Lourenço da Fonseca)	×				1957	GRT	AC *
	J004.10	Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Avenida da República, Avenida de Roma. Anteprojecto	×				1957	GRT	AC *
	J004.4	Ajardinados no troço entre a Avenida de Roma e a Avenida do Rio de Janeiro. Projecto dos ajardinados	×				1958	GRT	AC e AH
	J004.11	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço entre a Avenida do Aeroporto e a Avenida Rio de Janeiro. Projecto dos ajardinados	×				1958	GRT	AC *
	A016.1	Arranjo verde da faixa central e cruzamentos		×			1958	GRT	AH *
	J004.13	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço Praça Mouzinho de Albuquerque – Avenida de Roma	×				1958	GRT	AC e AH *
	J004.5	Ajardinado do troço entre a Avenida de Roma e a Avenida Rio de Janeiro	×				1959	MSC	AC e AH *
	J004.12	Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes, lado sul	×				1959	GRT	AC *

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Avenida dos Estados Unidos da América	J004.6	Ajardinados	×				1961	MSC	AH
	J004.7	(Troço Avenida do Aeroporto – Avenida do Rio de Janeiro). Acesso junto ao Lote 373	×				1962	MSC	AH
	J004.8	Avenida dos Estados Unidos da América Troço Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes. Lado Sul	×				1962	MSC	AC
	J004.9	Ajardinamento dos terrenos confinantes com a Rua Epifânio Dias	×				1962	MSC	AH
Avenida Duque d'Ávila	A017.1	Arranjo duma Placa da Avenida Duque d'Ávila		×			1952	GRT	AC
Avenida Eng. Duarte Pacheco	J005.1	Arranjo da Praceta junto à Avenida Eng Duarte Pacheco	×				1966	MSC	AC e AH
Avenida Fontes Pereira de Melo	A018.1	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 1.ª fase		×			1958	GRT	AC e AH
	A018.2	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 2.ª fase		×			1963	ESF	AC e AH *
Avenida Frei Miguel Contreiras	J006.2	Ajardinado Avenida Frei Miguel Contreiras	×				1958	ESF	AC
	J006.1	Avenida Frei Miguel Contreiras – Avenida São João de Deus. Ajardinados junto ao Caminho de Ferro	×				1963	ESF	AC e AH
Avenida Gago Coutinho	A019.1	Sugestão para o arranjo dos passeios da Avenida Gago Coutinho entre a Praça do Areeiro e a Avenida dos Estados Unidos da América		×			1964	MSC	AC e AH
Avenida Guerra Junqueiro	A020.1	Projecto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro		×			1950	MAC	AH
Avenida Infante D. Henrique	A021.3	Avenida Infante D. Henrique. Troço entre o Largo do Museu de Artilharia e Marvila		×			1955	GRT	AC
	A021.4	Arborização da Avenida Infante D. Henrique. Troço entre o Poço do Bispo e a 2.ª Circular		×			1963	ESF	AC
	A021.1	Arborização da Av. Infante D. Henrique		×			1970	JMM	AC
	A021.2	Avenida Infante D. Henrique. 3.º troço – Arborização		×			1970	JMM	AC
Avenida Infante Santo	J007.6	Ajardinado para a Avenida Infante Santo	×				1953	GRT	AH
	A022.1	Arborização da Avenida Infante Santo		×			1954	ESF	AC e AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Avenida Infante Santo	J007.3	Avenida Infante Santo. Projecto dos espaços verdes	×				1957	GRT	AC e AH *
	J007.4	Avenida Infante Santo. Projecto dos ajardinados entre os blocos (lado nascente)	×				1959	GRT	AC e AH *
	J007.5	Jardim Poente na Avenida Infante Santo. Plano Geral (alteração)	×				1960	GRT	AC
	J007.7	Avenida Infante Santo. Jardim poente	×				1960	GRT	AC *
	J007.1	Ajardinamento do terreno situado entre a Calçada das Necessidades, Avenida Infante Santo e Travessa do Possolo	×				1962	MSC	AH
	A022.2	Arborização da Avenida Infante Santo		×			1970	JMM	AC
	J007.2	Ajardinado entre a Avenida Infante Santo e a Calçada das Necessidades	×				1970	MSC	AC e AH
Avenida João XXI	A023.1	Arborização da Avenida João XXI		×			1951	MAC	AC e AH
	J008.1	Ajardinamento dos logradouros 3 e 4 entre a Avenida João XXI e a Avenida de Madrid	×				1954	GRT	AC e AH *
	J008.2	Arborização e Ajardinamento do Logradouro n.º 6 da Avenida João XXI	×				1955	GRT	AC e AH
Avenida Manuel da Maia	A024.1	Ajardinamento das placas de separação de trânsito na junção das Avenidas Manuel da Maia e Rovisco Paes		×		1955	ESF	AC	
Avenida Santa Joana Princesa	A052.1	Arborização e ajardinamento da Avenida Santa Joana Princesa		×		1954	GRT	AH	
Avenida Segunda Circular	A025.2	Ajardinamento da 2.ª Circular (troço entre a rotunda do aeroporto e a Avenida Infante D. Henrique)		×			1953	GRT	AH
	A025.1	2.ª Circular. Ajardinado do troço junto ao Campo Grande		×			1964	MSC	AH
Avenida Tenente Valadim	A026.1	Arborização da Avenida Tenente Valadim		×		1954	ESF	AC	
Avenida Vasco da Gama	A027.1	Ajardinamento das placas da Avenida Vasco da Gama		×		1953	GRT	AC	
Avenida 28 de Maio	A028.1	Avenida Vinte e Oito de Maio. Separador		×		1967	ESF	AC e AH	
Avenida 24 de Julho	A029.1	Ajardinamento do acesso ascendente da Avenida 24 de Julho à Calçada da Pampulha		×		1962	MSC	AC	

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Bairro de Alvalade	B017.1	Alvalade – Jardim junto ao Centro Escolar – Célula n.º 1 (entre Rua Eugénio de Castro e o Centro Escolar)			×		1950	MAC	AC e AH
	B017.2	Alvalade – Logradouros comuns – Arranjo do logradouro entre a Avenida da Igreja e as ruas Rosália de Castro e Fernando Caldeira: Célula 1			×		1950	MAC	AC
	B017.22	Logradouro entre as ruas A. Lopes Vieira e A. Pusich			×		1950	MAC	AC
	B017.3	Jardim junto ao Centro Escolar – Célula n.º 2			×		1950	MAC	AC *
	B017.20	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar da Célula 8			×		1952	ESF	AC
	B017.21	Ajardinados para as ruas 56, 57, 58 do Bairro de Alvalade			×		1952	GRT	AC
	B017.23	Arborização da Célula 2			×		1952	GRT	AC
	B017.8	Ajardinamento da zona comercial da Célula 8 (Alvalade)			×		1953	GRT	AC *
	B017.10	Ajardinado do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida de Roma			×		1954	GRT	AH
	B017.9	Ajardinamento do Centro Escolar da Célula 7			×		1954	ESF	AC *
	B017.11	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 4 em Alvalade			×		1956	ESF	AC
	B017.14	Projecto de arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 6			×		1958	ESF	AC *
	B017.24	B.S.B. Quartel de Alvalade			×		1959	ESF	AC
	B017.15	Ajardinamento dos logradouros da Avenida do Brasil. Ante-projecto			×		1963	MSC	AC e AH *
	B017.17	Remodelação do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida Rio de Janeiro			×		1968	MSC	AH
	B017.25	Enquadramento do Palácio dos Corucheus			×		1968	ESF	AC
	B017.18	Largo Frei Heitor Pinto, Av. Santa Joana Princesa, Rua Conde de Arnos, Rua Lopes de Mendonça e Enquadramento da Igreja de São João de Brito. Arborização			×		1970	JMM	AC
	B017.19	Palácio dos Corucheus. Enquadramento.			×		1970	ESF	AC e AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Bairro de Alvalade	B017.16	Sugestão para o ajardinamento dos logradouros em gavetos do Bairro de Alvalade			×		—	MSC	AH
Mata de Alvalade	P006.1	Mata de Alvalade – Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto	×				1950	GRT	AC e AH *
	P006.2	Mata de Alvalade	×				1955	GRT	AC *
	P006.4	Sugestão para a localização do Centro Desportivo	×				1965	MSC	AC
	P006.3	Zona da Mata de Alvalade – Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão	×				1966	MSC	AC *
	P006.5	Mata de Alvalade. Utilização zonal	×				1966	MSC	AC *
Jardim da Praça Andrade Caminha	J057.1	Ajardinado para a praça da Rua n.º 48 do Bairro de Alvalade – Praça Andrade de Caminha	×				1952	GRT	AC
Praça Gonçalo Trancoso	J065.1	Ajardinado para a praça da Rua n.º 50 do Bairro de Alvalade – Praça Gonçalo Trancoso	×				1952	GRT	AC e AH
Ruas da Célula 7 do Bairro de Alvalade	A058.1	Revestimento dos canteiros das ruas da Célula 7		×			1954	GRT	AC
Ruas da Células 3 e 5 do Bairro de Alvalade	A059.1	Arborização das ruas da Células 3 e 5 (zona a sul da Avenida do Brasil)		×			1956	GRT	AC
Avenida da Igreja	A006.1	Alvalade. Arborização e arruamentos. Projecto de arborização da Avenida da Igreja		×			1950	MAC	AH
Bairro da Ajuda	B002.1	Bairro da Ajuda			×		1961	ESF	AH
	B002.2	Arborização e ajardinamento do grupo escolar da Çç. da Tapada			×		1957	ESF	AC
Caramão da Ajuda	B021.1	Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro do Caramão da Ajuda			×		1963	MSC	AC e AH
Bairro da Encarnação	J145.1	Projecto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio	×				1951	GRT	AC e AH *
	B016.4	Projecto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à Rua 7)			×		1952	GRT	AH *
	B016.5	Projecto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à Rua 8)			×		1953	GRT	AH *

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Bairro da Encarnação	B016.2	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 1.ª fase			×		1955	ESF	AC e AH *
	B016.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Bairro da Encarnação			×		1955	ESF	AC e AH
	B016.13	Ajardinado do Mercado Sul. Bairro da Encarnação			×		1956	ESF	AC
	B016.3	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 2.ª fase. Arranjo da mata poente			×		1958	ESF	AC e AH *
	B016.8	Parque de recreio para crianças na mata poente do Bairro da Encarnação			×		1962	—	AC e AH *
	B016.11	Recinto de recreio infantil (Clube Atlético e Recreativo da Encarnação)			×		1963	MSC	AH
	B016.14	Enquadramento do mercado da Praça Norte			×		1963	ESF	AC e AH
	B016.9	Recinto de recreio infantil. Bairro da Encarnação			×		1963	MSC	AC
	B016.12	Ajardinado do Mercado Sul			×		1968	ESF	AH
Rua da Quinta de Santa Maria	A045.1	Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria		×			1956	GRT	AC *
Madre Deus	B022.1	Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus			×		1963	MSC	AC e AH *
Picheleira	B023.1	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Picheleira			×		1957	ESF	AH
Bairro da Quinta do Jacinto	B004.1	Bairro da Quinta do Jacinto. Arranjo de um recanto			×		1951	ESF	AC
	B004.2	Arborização e Ajardinamento do Bairro da Quinta do Jacinto			×		1957	ESF	AC
Furnas	B024.1	Ajardinamento do Grupo Escolar das Furnas			×		1962	MSC	AC
	B024.2	Ajardinamento dos terrenos entre a Rua das Furnas e o arruamento de acesso ao Grupo Escolar			×		1963	MSC	AC
Campolide	B033.1	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar de Campolide			×		1955	GRT	AC *
Caselas	B034.1	Ajardinamento do Terreno do Ginásio do Bairro de Caselas			×		1962	MSC	AC
Chelas	B005.2	Plano de Base de Chelas. Nó de giração. Arranjo marginal			×		1962	APD	DPP e AH *

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Chelas	B005.1	Chelas. Realojamento. Casas pré fabricadas Enquadramento paisagístico. (Quinta do Chacão em frente à Quinta das Teresinhas)			×		1966	MSC	AH
Bairro de Santa Cruz (Benfica)	B006.1	Espaços verdes públicos do Bairro de Santa Cruz (Benfica)			×		1958	GRT	AC e AH *
	B006.2	Ajardinamento dos terrenos do grupo escolar do bairro de Santa Cruz			×		1962	MSC	AC e AH
Placas ajardinadas no Bairro de Santa Cruz	A030.1	Bairro de Santa Cruz. Placas ajardinadas da Rua 15		×			1962	ESF	AH
	A030.2	Bairro de Santa Cruz. Acesso à Rua N.º 2		×			1963	MSC	AH
Alto da Ajuda	B035.1	Centro recreativo do Alto da Ajuda			×		1962	MSC	AC
Bairro do Casalinho da Ajuda	B007.1	Urbanização do Casalinho da Ajuda			×		1970	JMM	AH
	B007.2	Casas para classes pobres			×		1970	JMM	AC
Bairro do Grilo	B008.1	Enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo			×		1958	ESF	AC e AH *
	B008.2	Recinto de recreio para crianças 1/200			×		1958	ESF	AC
Poço do Bispo	B025.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Poço do Bispo			×		1959	ESF	AC e AH
Jardins Sul da zona comercial do Restelo	J138.1	Ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Sul	×				1959	GRT	AH
Jardins Norte da zona comercial do Restelo	J147.1	Ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Norte	×				1959	GRT	AC e AH
Bairro Padre Cruz. Carnide	B009.1	Arranjo dos espaços livres do Bairro do Padre Cruz			×		1962	MSC	AC
	B009.2	Carnide. Bairro do Padre Cruz. Parque Infantil			×		1962	MSC	AC e AH
	B009.3	Carnide. Bairro do Padre Cruz. Enquadramento da Capela			×		1962	MSC	AC e AH
Bairro de Santos	B026.1	Arborização e jardinagem do Grupo Escolar do Bairro de Santos			×		1959	ESF	AC
Bairros Alfama e Castelo	B010.1	Alfama e Castelo – Enquadramento verde			×		1959	GRT	AC e AH *
Calçada da Cruz da Pedra	B027.1	Arborização do Centro Escolar da Calçada da Cruz da Pedra			×		1955	ESF	AC

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Caminho de Palma de Cima	B028.1	Grupo Escolar do Caminho de Palma de Cima			×		1965	ESF	AH
Campo de Ourique	J009.1	Ajardinado junto ao mercado de Campo de Ourique	×				1965	MSC	AH
Campo Grande	J010.5	Projecto para o parque anexo à Piscina Municipal	×				1949	MAC	AH *
	A031.1	Arrelvamento das placas laterais do Campo Grande (lado poente e lado nascente)		×			1950	MAC	AH
	A031.2	Placa no Campo Grande, junto ao restaurante Alvalade		×			1950	MAC	AC e AH
	A031.6	Placa lateral ao Norte do Campo Grande		×			1950	MAC	AH *
	J010.1	Planta esquemática parcial do jardim do Campo Grande e placas laterais	×				1951	MAC	AH
	A031.3	Estudo de um parque de estacionamento de automóveis junto ao restaurante Alvalade		×			1951	MAC	AH
	A031.4	Arborização das placas ao norte do Campo Grande		×			1951	MAC	AC e AH
	J010.3	Arborização dos campos de jogos do Clube Internacional de Futebol	×				1953	MAC	AH
	J010.2	Parque infantil, no Campo Grande	×				1954	MAC	AC e AH *
	A031.5	Acesso provisório ao campo de jogos do CIF a partir do Campo Grande		×			1954	MAC	AH
	J010.6	Parque infantil do Campo Grande	×				1957	GRT	AC *
	J010.4	Parque infantil do Campo Grande. Escola de trânsito	×				1961	ESF	AH
Jardim do Campo Pequeno	J011.1	Remodelação do parque infantil do Campo Pequeno	×				1964	MSC	AC e AH *
Jardim da Capela de São Jerónimo	J127.1	Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de ordenamento paisagístico (1.ª fase). Zona da Capela de S. Jerónimo	×				1956	GRT	AC e AH *
	J127.2	Capela de São Jerónimo	×				1959	GRT	AC e AH *
	J127.3	Projecto de ordenamento paisagístico. Zona da Capela de S. Jerónimo – estudo Definitivo (alteração)	×				1961	GRT	AC *
Jardim no fosso do Castelo de São Jorge	J113.1	Arranjo do fosso do Castelo de S. Jorge	×				1951	GRT	AC

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Jardim da Central Pasteurizadora do Leite	J114.1	Arborização e ajardinamento da Central Pasteurizadora do Leite	×				1955	GRT	AC
Alameda da Cidade Universitária	A001.1	Arborização da Alameda da Cidade Universitária		×			—	ESF	AC
	A001.2	Cidade universitária. Alameda central		×			—	ESF	AC e AH
Jardins na Cidade Universitária de Lisboa	J013.4	CANEU (Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários): projecto de arborização da zona de enquadramento dos edifícios da Reitoria e das Faculdades de Letras e de Direito	×				1954	AVB	SIPA
	J013.5	CANEU – Cidade Universitária de Lisboa – Enquadramento dos edifícios da Reitoria e faculdades de Direito e de Letras	×				1955	AVB	SIPA
	J014.1	Cidade Universitária de Lisboa – Zona desportiva, Ténis, Patinagem	×				1956	AVB e IAA	SIPA
	J013.1	CANEU – Cidade Universitária de Lisboa – Faculdade de Letras (Pátio B)	×				1957	AVB e APD	SIPA
	J013.2	CANEU – Cidade Universitária de Lisboa – Plano de arborização	×				—	AVB	SIPA
Clube Internacional de Futebol	J115.1	Arborização e ajardinamento dos campos de jogos do Clube Internacional de Futebol	×				1955	GRT	AC
Jardim junto à Escola Marquesa de Alorna	J015.1	Ajardinado junto a Escola Marquesa de Alorna	×				—	GRT	AH
Jardim junto ao Instituto Navarro Paiva (Estrada de Benfica)	J016.1	Ajardinamento da Estrada de Benfica, junto ao Instituto Navarro de Paiva	×				1963	MSC	AC e AH
Estrada de Benfica	A032.1	Estrada de Benfica entre a Avenida Marechal Carmona e a Rua A – Quinta dos Leões		×			1970	MSC	AC
Estrada militar de acesso ao forte do Alto do Duque	A033.1	Enquadramento da estrada militar de acesso ao forte do Alto do Duque		×			1954	ESF	AH *
XI Exposição de Floricultura	0005.1	Exposição de Floricultura. Lago				×	1961	—	AH
Jardim na Feira das Indústrias Portuguesas	J110.2	Arborização e ajardinamento da Feira das Indústrias Portuguesas	×				1955	GRT	AC e AH
	J110.1	Arborização e ajardinamento da Feira das Indústrias Portuguesas	×				1959	GRT	AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Parque infantil da Pena	J017.1	Parque infantil da freguesia da Pena	×				1955	ESF	AC
Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes	A034.1	Troço Rua Frei Tomé de Jesus-Rua Diogo Bernardes – Lado Sul		×			1959	GRT	AC
	A034.2	Troço Rua Frei Tomé de Jesus-Rua Diogo Bernardes – Lado Sul – 2.ª Fase		×			1959	MSC	AC
Areiro	B029.1	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar do Areiro			×		1955	GRT	AC e AH
Igreja da Memória	J116.1	Enquadramento da Igreja da Memória	×				1963	MSC	AC e AH *
Igreja da Memória	J116.2	Enquadramento da Igreja da Memória Arranjo do passeio fronteiriço	×				1963	ESF	AC
Jardim junto à igreja de Nossa Senhora de Fátima	J018.1	Jardim junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima	×				1960	GRT	AC e AH
	J117.1	Ajardinamento do adro da Igreja de Nossa Sr.ª de Fátima. Anteprojecto de remodelação	×				1955	ESF	AH
	J117.2	Adro da Igreja de Nossa Sr.ª de Fátima	×				1956	ESF	AC e AH
Jardim frente à Igreja de Santa Isabel	J019.1	Ajardinado fronteiro à Igreja de Santa Isabel	×				1954	ESF	AC
Jardim Igreja de São João de Brito	J137.1	Jardim de enquadramento da Igreja de São João de Brito	×				1956	GRT	AC *
Jardim da Igreja São João de Deus	J020.1	Jardim da Igreja S. João de Deus. Lado N e lado S	×				1953	GRT	AH
Jardim frente ao Instituto de Altos Estudos Militares	J021.1	Ajardinamento do terreno fronteiro ao Instituto de Altos Estudos Militares	×				1964	MSC	AC e AH
Jardim 9 de Abril	J022.1	Arranjo duma placa do Jardim 9 de Abril	×				1950	GRT	AC
Jardim Avelar Brotero	J023.1	Remodelação do Jardim Avelar Brotero	×				1962	MSC	AC
Jardim Bulhão Pato	J024.1	Remodelação do Jardim Bulhão Pato (Alto do Pina)	×				1957	ESF	AH
Jardim Cesário Verde	J025.1	Remodelação do Jardim Cesário Verde	×				1955	GRT	AC
Jardim 5 de Outubro	J026.2	Largo da Estrela (ajardinamento dum recanto)	×				1957	ESF	AH
	J026.1	Estudo para o projecto do Jardim 5 de Outubro	×				1959	MAC	AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Jardim da Praça do Santo Condestável	J027.1	Jardim da Praça do Santo Condestável	×				1951	GRT	AC *
Jardim da Rua da Imprensa	J028.1	Alteração do plano do jardim da Rua da Imprensa	×				1950	GRT	AH
Jardim da Torre de Belém	J029.1	Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém	×				1953	AVB	SIPA
	J029.2	Arranjo da zona de enquadramento da Torre de Belém	×				1955	AVB	AC
	J029.3	Esquema de rega por aspersão para o enquadramento da Torre de Belém	×				1956	AVB	AC
	J029.4	Torre de Belém	×				1957	AVB	AC *
Jardim de Santo António dos Capuchos	J030.1	Remodelação do Jardim de Santo António dos Capuchos	×				1954	GRT	AC
Jardim de São Bento	J118.1	Jardim de São Bento	×				—	GRT	AC
Jardim de São Pedro de Alcântara	J032.1	Remodelação do Jardim de São Pedro de Alcântara	×				1954	GRT	AC
	J033.1	Aproveitamento dos terrenos da Caixa Sindical dos Tipógrafos para alojamento do jardim infantil de São Pedro de Alcântara	×				1966	MSC	AC
Jardim do Alto do Pina	J034.1	Remodelação do jardim do Alto do Pina	×				1956	ESF	AC
Jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Repartição do Património	J035.1	Remodelação do jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Repartição do Património	×				1956	ESF	AC e AH
Jardim Fialho de Almeida	J036.1	Reconstrução de relvados na Praça das Flores	×				1951	MAC	AC
	J036.2	Texto sobre brinquedos. Praça das Flores – Jardim Fialho de Almeida. Recinto de recreio para crianças	×				1962	MSC	AC
Jardim Gomes de Amorim	J037.1	Jardim Gomes de Amorim. Jardim do Bloco fronteiro à casa da Moeda	×				1953	MAC	AC
Jardim no Largo Frei Heitor Pinto	J136.1	Jardim no Largo Frei Heitor Pinto	×				1951	MAC	AC e AH *

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Jardim para a Parada dos Prazeres	J038.1	Jardim para a Parada dos Prazeres	×				1954	ESF	AC e AH *
Jardins entre os Blocos n.º 854-859 a norte da R. Bartolomeu Dias	J039.1	Ajardinamento dos espaços entre os Blocos N.º 854-859 a norte da R. Bartolomeu Dias	×				1963	MSC	AC e AH *
Laranjeiras	B012.1	Urbanização das Laranjeiras			×		1957	FCC e GRT	AC
Largo Conde de Ottolini	J040.1	Ajardinamento do Largo Conde de Ottolini	×				1955	ESF	AC e AH
Largo da Luz	A035.1	Ajardinamento da placa do Largo da Luz, adjacente ao Seminário Franciscano		×			1953	GRT	AH
Jardim Teixeira Rebelo	J041.1	Remodelação do jardim do Largo da Luz	×				1953	GRT	AC e AH *
Jardim do Largo da Rua de O Século	J042.1	Largo da Rua de O Século	×				1950	MAC	AC
Jardim do Largo de São Paulo	J043.1	Arborização da placa central do Largo de S. Paulo	×				1959	GRT	AC *
Jardim do Largo do Calvário	J046.1	Ajardinamento do Largo do Calvário	×				1961	ESF	AC e AH
Jardim do Largo do Calvário	J046.2	Ajardinamento do Largo do Calvário	×				1955	ESF	AC
Jardim do Largo do Museu da Artilharia	J119.1	Ajardinado do Largo do Museu da Artilharia	×				1955	GRT	AC
Jardim do Largo do Olival	J047.1	Largo do Olival	×				1957	ESF	AC
Largo Dr. Bernardino António Gomes	J048.1	Ajardinados do Largo Dr. Bernardino António Gomes	×				1958	ESF	AC e AH
Largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Cordeiro	J049.1	Ajardinado para os largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Cordeiro	×				1952	GRT	AC e AH
Liceu D. Filipa de Lencastre	J120.1	Jardim junto ao Liceu D. Filipa de Lencastre	×				1951	GRT	AC
Logradouro da Rua Eiffel	J050.1	Logradouro da Rua Eiffel	×				1960	GRT	AC e AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Matadouro Municipal	J121.1	Arborização e ajardinamento do novo Matadouro Municipal	×				1952	GRT	AH
	J121.2	Arborização e ajardinamento do novo Matadouro Municipal	×				1954	GRT	AC
	J121.3	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	×				1960	GRT	AC
	J121.4	Arborização e ajardinamento do novo Matadouro Municipal	×				1963	MSC	AC e AH
Maternidade Alfredo da Costa	J122.1	Ajardinado fronteiro à Maternidade Dr. Alfredo da Costa (cruzamento da Avenida 5 de Outubro com a R. Latino Coelho	×				1959	GRT	AH
Miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol	J051.1	Arborização e ajardinamento dos miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol e zonas adjacentes	×				—	GRT	AC
Jardim do Museu de Marinha	J123.1	Museu de Marinha – Jardim	×				1960	GRT	SIPA
Jardim do Museu Militar	J124.1	Arranjo do pátio de artilharia do Museu Militar	×				1951	GRT	AC
Nó Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ P. Londres /Avenida Guerra Junqueiro	A036.1	Estudo do arranjo do nó Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ P. Londres / Avenida Guerra Junqueiro		×			1961	ESF	AH
Nó de Alcântara	A037.1	Remodelação do Nó de Alcântara		×			1971	MSC	AC
Olivais Norte	B014.1	Olivais Norte. Ajardinados junto das Casas Económicas			×		1959	ESF	AC
	B014.4	Grupo Escolar dos Olivais. Ajardinamento			×		1963	ESF	AH
	B014.2	Olivais Norte. Espaços verdes entre os blocos 62 e 63. Desenho 13250			×		1963	APD	DPP e AH *
	O015.1	Olivais – Aptidão urbana				×	1963	APD	DPP *
	B014.5	Olivais Norte			×		1964	APD	DPP *
	B014.3	Piscina dos Olivais. Enquadramento			×		1966	ESF	AC e AH
	B014.6	Olivais Norte			×		1967	APD	DPP *
Parque do Vale do Silêncio	P007.6	Olivais Sul – Parque poente. Estudo de arranjo	×				1966	—	DPP *

LUGAR	PROJETO									
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO	
Parque do Vale do Silêncio	P007.1	Olivais Sul – Parque do Vale do Silêncio. Célula C – Zona do Parque	×				1968	MSC	AH	
	P007.5	Olivais Sul – Célula C – Zona do Parque	×				1968	MSC	AH *	
	P007.2	Arborização do Parque de Olivais Sul	×				—	—	AH *	
	P007.3	Olivais Sul – Célula C – Parque	×				—	—	AH *	
	P007.4	Olivais Sul – Célula C – Zona do Parque	×				—	1967	AH *	
Olivais Sul	B013.3	Espaços exteriores MOP – Zona W e S			×		1965	APD	DPP e AH *	
	B013.7	Olivais Sul – Célula 2. Zona Norte. Praça B			×		1965	AA	DPP *	
	0014.3	Plano de Urbanização de Olivais Sul				×	1968	JS	DPP *	
	B013.2	Olivais Sul – Célula B. Z. Centro. Escolas primárias			×		1969	MSC	AH	
	B013.6	Olivais Sul – Célula D. Zona central e zona nascente			×		1969	MSC	AH	
	0014.1	Olivais Sul – Esboço das pastagens sobre as linhas de água – Perfil					×	—	ESF	AH *
	0014.2	Olivais Sul – Para a exposição de AP – Suíça					×	—	—	AH *
Jardim da Praça de São Salvador	J142.1	Olivais Sul – Célula C. Z. Centro. Praça D. Pormenor A. Plano de plantação (Praça de São Salvador)	×				1966	MSC	AH	
Jardim do Largo Tenente João Rodrigues de Moura	J144.1	Olivais Sul – Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor F. Des 1 (Largo Ten. João Rodrigues de Moura)	×				—	MSC	AH	
Jardim da Praça de Dili	J143.1	Olivais Sul – Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor E. Plano de plantação. Des 1 (Praça de Dili)	×				—	MSC	AH	
Parque de Campismo de Monsanto	0006.1	Parque de Campismo de Monsanto				×	1963	ESF	AC *	
Parque Eduardo VII	P002.4	Remodelação da zona da Casa do Leão no Parque Eduardo VII	×				1954	ESF	AH	
	P002.1	Parque infantil do Parque Eduardo VII	×				1955	ESF	AH *	
	P002.3	Recinto de recreio para crianças no Parque Eduardo VII	×				1964	MSC	AH	

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Parque Eduardo VII	P002.2	Alto do Parque Eduardo VII	×				1966	ESF	AH *
Estufa fria	0007.1	Estufa Fria. Ante-projecto de remodelação (zona nascente)				×	1954	GRT, ESF e MAC	AH
	0007.2	Arranjo interior de pavilhão (Alto do Parque Eduardo VII)				×	1966	ESF	AH
Parque Silva Porto	J128.1	Colocação do busto de Silva Porto no Parque Silva Porto	×				1952	GRT	AH
Jardim da Placa formada pela Calçada de Arroios e Rua Alves Torgo	J054.1	Ajardinado para a placa formada pela Çç de Arroios e Rua Alves Torgo	×				1954	ESF	AC
Acessos à Ponte sobre o Tejo	A053.3	Arranjo paisagístico dos acessos à Ponte sobre o Tejo – Zona Norte		×			1967	MSC	AC
	A053.2	Acessos à Ponte sobre o Tejo. Estabilização dos taludes		×			—	MSC	AC *
	A053.1	Arranjo paisagístico dos acessos à Ponte Salazar		×			—	MSC	AC
Jardim da Praça Paiva Couceiro (antiga Jacinto Nunes)	J055.1	Jardim da Praça Jacinto Nunes	×				1953	GRT	AH
	J055.2	Jardim da Praça Jacinto Nunes	×				1956	GRT	AC
Jardim da Praça Afrânio Peixoto	J056.2	Jardim da Praça Afrânio Peixoto	×				1952	GRT	AC *
	J056.1	Arborização da Praça Afrânio Peixoto e 1.ª fase da Avenida S. João de Deus	×				1953	GRT	AH
Jardim da Praça António Sardenha	J058.1	Jardim da Praça António Sardenha à Penha de França	×				1951	GRT	AC *
Jardim da Praça de Damão	J140.1	Construção do jardim da Praça de Damão	×				1951	GRT	AC e AH *
Praça de Espanha	A038.1	Urbanização da Praça de Espanha, da artéria em prolongamento da Avenida AAA, da Palhavã e de Sete Rios – Estudo base		×			1957	GRT	AC
	A038.2	Espaços verdes da Praça de Espanha		×			1959	GRT	AH
Encosta do Restelo	B018.1	Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de ordenamento paisagístico (1.ª fase)			×		1956	GRT	AC e AH *
	B018.2	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar da Encosta do Restelo – Praça de Goa			×		1958	ESF	AC e AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Encosta do Restelo	B018.8	Capela de Santo Cristo. Rua de Alcolena			×		1959	GRT	AC
	B018.10	Estudo de revisão da zona limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Av. da Ilha da Madeira			×		1967	ESF	AC *
Jardim da Praça de Goa	J139.1	Construção do jardim da Praça de Goa	×				1951	GRT	AC e AH *
Jardim da Praça de Londres	J059.3	Jardim da Praça de Londres	×				1950	MSC	AC *
	J059.1	Arborização da Praça de Londres	×				1951	MAC	AC e AH
	J059.2	Praça de Londres	×				1952	GRT	AC e AH
Jardim da Praça de Malaca	J141.1	Projecto do jardim da Praceta V da Rua D. Francisco de Almeida	×				1959	GRT	AC e AH
Jardim da Praça de Sete Rios	J060.1	Ajardinamento da Praça de Sete Rios	×				1963	MSC	AH *
Parque de estacionamento da Praça do Império	A039.1	Trabalhos complementares de ajardinamento na orla do parque de estacionamento de automóveis da zona nascente da Praça do Império		×			1960	ESF	AH
Jardim frente ao Mosteiro dos Jerónimos	J125.1	– Sem legenda. Informação retirada da ficha em papel – Ângulo de abertura sobre os Jerónimos	×				—	GRT e MAC	AH
Praça do Império	J061.1	Ajardinamento a nascente e poente da Praça do Império	×				1960	ESF	AC
	J061.2	Ensombramento de bancos na Praça do Império	×				—	MAC e WO	AC
Praça do Ultramar	J062.1	Arborização e ajardinamento da encosta da Praça do Ultramar	×				1950	GRT	AH
	J062.2	Jardim da placa central da Praça de Ultramar	×				1950	MAC	AH
Praça dos Estados Unidos da América	J063.2	Praça dos EUA. Arranjo de um recanto – sul	×				1962	ESF	AC
Praça Duque de Saldanha	J064.2	Colocação de bancos (tipo 6) na Praça Duque de Saldanha	×				1951	MAC	AH
	J064.1	Arborização da Praça Duque de Saldanha	×				1968	ESF	AC *
Praça Marquês de Pombal	A040.1	Praça Marquês de Pombal		×			1955	GRT	AH *

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Jardim da Praça Pasteur	J066.1	Jardim da Praça Pasteur	×				1952	MAC	AC e AH
Praça Pasteur	J066.2	Praça Pasteur. Localização do monumento a Luísa Tódi	×				1953	GRT	AC e AH
Jardim da Praça Rainha Santa	J067.1	Ajardinamento da Quinta das Mouras. Praça Rainha Santa	×				1968	JMM	AH
Jardim da Praça Silvestre Pinheiro Ferreira	J068.1	Ajardinamento da praceta da Estrada de Benfica (junto ao Instituto Navarro de Paiva)	×				1963	MSC	AH
Jardim da Praceta Afonso Lopes Vieira	J069.1	Ajardinado da Praceta Afonso Lopes Vieira	×				1962	ESF	AC e AH
Jardim da Praceta da Avenida Gomes Ferreira	J070.1	Arborização e ajardinamento da praceta da Avenida Gomes Ferreira	×				1957	ESF	AH
Jardim da Praceta da Calçada do Carrascal	J071.1	Ajardinado para a praceta da Calçada do Carrascal	×				1954	GRT	AC e AH
Jardim da Praceta da Estrada de Benfica, n.º 447	J072.1	Ajardinamento da Praceta da Estrada de Benfica, n.º 447 (L. General Joaquim José Machado – a lápis)	×				1954	ESF	AH
Jardim da Praceta da Rua 1 à estrada de Benfica	J073.1	Ajardinamento da Praceta da Rua 1 à Estrada de Benfica (Calhariz de Benfica – a lápis)	×				1967	MSC	AH
Jardim da Praceta da Rua Conde de Monsaraz	J074.1	Ajardinamento da praceta da Rua Conde de Monsaraz	×				1962	MSC	AH
Jardim da Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	J075.1	Ajardinamento da Quinta das Mouras. Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	×				1968	JMM	AH
Jardim da Praceta da Rua Francisco Sanches	J076.1	Ajardinamento da praceta da Rua Francisco Sanches.	×				1956	ESF	AC e AH
Jardim da Praceta da Rua Virgínia Vitorino	J077.1	Bairro das Mouras. Célula 4 de Telheiras. Praceta da Rua Virgínia Vitorino	×				1969	JMM	AH
Jardim da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	J078.1	Arborização e ajardinamento da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	×				1957	ESF	AH

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Jardim da Praceta II da Estrada de Benfica	J079.1	Ajardinado da Praceta II da Estrada de Benfica (L. Conde de Bonfim – a lápis)	×				1955	ESF	AC e AH
Jardim da Quinta das Pedralvas	J080.1	Quinta das Pedralvas. Ajardinamento dos espaços verdes	×				1962	MSC	AH
Jardim na Quinta do Brito	J081.1	Praceta da Estrada do Poço do Chão (Quinta do Brito)	×				1963	MSC	AC e AH
Quinta do Charquinho	B003.3	Quinta do Charquinho. Espaços verdes do novo bairro a construir			×		1962	MSC	AC e AH
	J082.1	Quinta do Charquinho. Ajardinado junto à zona comercial	×				1964	MSC	AH
Quinta do Morgado	0008.1	Quinta do Morgado. Ordenamento para instalação do viveiro				×	1967	MSC	AC e AH
Quinta do Vadre	J148.1	Ajardinado da Quinta do Vadre à Estrada de Benfica	×				1955	ESF	AC
Quinta dos Travassos (Jardim da Praça General Vicente de Freitas)	J083.1	Ajardinados da Quinta dos Travassos (à Estrada de Benfica)	×				1956	ESF	AH
Rotunda do Aeroporto	A041.1	Remodelação da placa da Rotunda do Aeroporto		×			1953	GRT	AC e AH
Jardim na Rua 75-78 da Célula 4 de Benfica	J084.1	Ajardinados junto à Rua 75-78 da Célula 4 de Benfica	×				1964	MSC	AC e AH
Rua Actor Vale	B030.1	Ajardinamento do Grupo Escolar da Rua Actor Vale			×		1963	MSC	AH
Jardim na Rua Agostinho Lourenço	J085.1	Ajardinado da Rua Agostinho Lourenço (à Avenida do Aeroporto)	×				1959	GRT	AC e AH
Rua António Nobre	A042.1	Arborização da Rua António Nobre		×			1958	ESF	AC
Jardim na Rua Coelho da Rocha	J086.1	Ajardinado da Rua Coelho da Rocha	×				1956	ESF	AH
Rua Conde Ficalho	A043.1	Arborização da Rua Conde Ficalho		×			1970	JMM	AC
Rua D. Francisco Manuel de Melo	A044.1	Arborização da Rua D. Francisco Manuel de Melo (remodelação)		×			1958	ESF	AH
Jardim na Rua D. João V	J087.1	Projecto do ajardinado da Rua D. João V	×				1954	ESF	AC

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Jardim junto à Rua D. Lourenço de Almeida	J088.1	Ajardinados junto à rua D. Lourenço de Almeida	×				1964	MSC	AC e AH *
Jardim na Rua de S. Bento	J090.1	Jardim da Rua de S. Bento	×				1956	GRT	AC e AH
Rua de São José	B031.1	Ajardinamento da escola primária da Rua de São José			×		1954	GRT	AC
Jardim na Rua Diogo Cão	J091.1	Ajardinamento dos espaços livres entre a travessa do Giestal e a R. Diogo Cão	×				1968	JMM	AH *
	J091.2	Traseiras dos prédios n.º 6 a 20	×				1970	JMM	AH
Jardim na Rua dos Jerónimos	J092.1	Ajardinado a sul da Rua dos Jerónimos	×				1954	ESF	AC e AH
Jardim na Rua Duarte Galvão	J093	Ajardinados do arruamento projectado á Rua Duarte Galvão	×				1959	ESF	AC
Jardim na Rua Eduardo de Noronha	J094	Jardim miradouro da Rua Eduardo de Noronha	×				1954	GRT	AC e AH
Jardim na Rua Fernão Lopes da Castanheda	J095	Construção do ajardinado da Rua Fernão Lopes da Castanheda	×				1951	GRT	AC e AH
Rua Francisco Franco	A046.1	Arborização da Rua Francisco Franco		×			1970	JMM	AC
Jardim na Rua Freitas Gazul	J096.1	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	×				1957	ESF	AH
	J096.2	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	×				1963	MSC	AH
Rua General Sinel de Cordes	A047.1	Arborização da Rua General Sinel de Cordes (troço compreendido entre as Avenida João Crisóstomo e Duque de Ávila)		×			1954	ESF	AC e AH
Rua Gomes Freire	A048.1	Arborização da Rua Gomes Freire		×			1955	ESF	AC
Jardim na Rua José Malhoa	J097	Ajardinados da Rua José Malhoa entre lotes 982-986	×				1956	MSC	AC
Jardim na Rua Leite de Vasconcelos	J098	Arranjo de um recanto da Rua Leite de Vasconcelos	×				1961	ESF	AC
Jardim na Rua Marquês de Olhão	J099	Ajardinamento do prolongamento da Rua Marquês de Olhão	×				1964	ESF	AC
Jardim na Rua Padre Francisco	J100	Ajardinado da Rua Padre Francisco	×				1952	ESF	AC

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Rua Padre Francisco Álvares	J149.1	Ajardinado da Rua Padre Francisco Álvares	×				1964	MSC	AH
Jardim na Rua Pereira e Sousa	J101	Ajardinamento da praça da Rua Pereira e Sousa	×				1969	MSC	AC
Jardim na Rua Possidónio da Silva	J102	Ajardinamento da Quinta do Casalinho, à Rua Possidónio da Silva	×				1962	MSC	AC
Jardim na Rua Silva Carvalho	J103	Ajardinamento da praça da Rua Silva Carvalho	×				1957	GRT	AH
Jardim nas Ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	J104	Ajardinado do cruzamento das ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	×				1964	MSC	AH
Ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo	A049.1	Arborização das ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo		×			1970	JMM	AC
Tapada da Ajuda	0009.1	Ajardinamento de entrada da Tapada da Ajuda – Junto aos pilares				×	1970	MSC	AH
Santa Quitéria	B032.1	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar de Santa Quitéria			×		—	ESF	AC
Jardim na Travessa do Giestal	J105	Ajardinamentos dos espaços livres entre a Tv. do Giestal e a Rua Diogo Cão	×				1968	JMM	AH
Travessa da Luz	A050.1	Arruamentos junto à Travessa da Luz		×			1965	ESF	AC e AH
Travessa do Porto Franco	A051.1	Arranjo da Travessa do Porto Franco		×			1958	ESF	AC
Vale Escuro	B015.1	Vale Escuro			×		1957	FCC e GRT	AC
	B015.3	Urbanização do Vale Escuro			×		1957	BCC e FR	AC *
	B015.2	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar do Vale Escuro – 1.ª fase			×		1959	ESF	AC
Jardins na Vila Silva Carvalho	J108.1	Ajardinamento dos logradouros da Vila Silva Carvalho.	×				1964	MSC	AC e AH
Jardim Guerra Junqueiro	J109.2	Sebe e alegrete na entrada do Jardim da Estrela, junto à Avenida Pedro Álvares Cabral	×				1952	MAC	AC
	J109.3	Projectos de pormenor vários para o J. da Estrela datados de 1952	×				1952	MAC	AC

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Jardim Guerra Junqueiro	J109.1	Jardim Guerra Junqueiro. Recanto para cegos	×				1963	MSC	AC e AH *
Jardim na Avenida João XXI	J111.1	Arborização e ajardinamento do Logradouro n.º 6 da Avenida João XXI	×				1955	GRT	AC e AH
Jardim da Alameda do Bairro da Encarnação	J146.1	Ajardinados da Alameda do Bairro da Encarnação	×				1953	GRT	AC *
Cemitério da Ajuda	0001.1	Estudo de remodelação do Cemitério da Ajuda				×	1957	FCC e GRT	AC *
Cemitério de Benfica	0002.1	Ampliação do Cemitério de Benfica				×	1958	GRT	AC e AH
	0002.2	Ampliação a nascente				×	1965	MSC	AH
Cemitério do Lumiar	0003.1	Remodelação do cemitério do Lumiar				×	1959	GRT	AH
	0003.2	Cemitério do Lumiar. Sebe a norte e poente				×	1968	JMM	AH
Cemitério dos Olivais	0004.1	Anteprojecto do cemitério dos Olivais				×	1959	GRT	AC e AH
	0004.2	Cemitério dos Olivais. Ampliação				×	1969	JMM	AH
Club desportivo dos Olivais	B013.4	Arborização e ajardinamento do Campo de jogos do Clube Desportivo dos Olivais (Quinta dos Machados)			×		1954	GRT	AH
X Exposição de Floricultura	0010.1	X Exposição de Floricultura. Outubro de 1960				×	1960	ESF	AH
Exposição de Floricultura de 1966	0011.1	Exposição de Floricultura de 1966				×	1966	ESF	AH
Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	J126.1	Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	×				1959	GRT	AC e AH
Viveiro da Quinta da Fonte	0012.1	Viveiro da Quinta da Fonte				×	1953	WO	AC *
Jardim da rua Dr Gama Barros	J150.1	Ajardinado da Rua Dr. Gama Barros	×				1964	MSC	AC
Jardim da Praceta Francisco de Morais	J151.1	Ajardinado da Praceta Francisco de Morais	×				1951	GRT	AC
Jardim do Largo Rodrigues de Freitas	J152.1	Ajardinado do Largo Rodrigues de Freitas	×				1964	MSC	AC

LUGAR	PROJETO								
DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
Placa compreendida entre a Rua dos Cegos e da Rua de São Tomé	A060.1	Arranjo da placa compreendida entre a Rua dos Cegos e da Rua de S. Tomé		×			1953	GRT	AC
Jardim do Largo Afonso Lopes Vieira	J153.1	Arborização do largo e enquadramento do monumento a Afonso Lopes Vieira	×				1954	GRT	AC
Jardins da Praça Olegário Mariano	J154.1	Placas ajardinadas Praça Olegário Mariano	×				1962	ESF	AC
Banco para jardim	0013.1	Projecto de banco para jardim				×	1951	MAC	AH *
Quinta do Morgado	0016.1	Quinta do Morgado. Projecto do seu ordenamento para a instalação do viveiro				×	1967	MSC	AH
Jardim na Rua da Quinta da Fonte	J089.1	Praça das Casa Novas e da Rua da Quinta da Fonte	×				1954	GRT	AC
Jardim do Castelo de São Jorge	J012.1	Jardim formal do Castelo de S. Jorge					1952	GRT	CV GRT
Jardim do Largo de São Cristovão	J045.1	Arranjo do Largo de São Cristovão					1952	GRT	CV GRT
Jardim do Palácio dos Machadinhos	J052.1	Jardim do Palácio dos Machadinhos					1952	GRT	CV GRT
Jardim na Travessa da Pimenteira	J106	Ajardinado da Travessa da Pimenteira					1952	GRT	CV GRT
Jardim na Travessa dos Escaleres	J107.1	Ajardinado da Travessa dos Escaleres					1952	GRT	CV GRT
Jardim de São João	J031.1	Jardim de São João na Estrada da Luz					1953	GRT	CV GRT
Jardim da Parada do Alto de São João	J053.1	Jardim da Parada do Alto de São João					1954	GRT	CV GRT
Jardim do Largo de Santos	J044.1	Jardim do Largo de Santos					1959	GRT	CV GRT

ANEXO 2

INVENTÁRIO: PARQUES E JARDINS

AC – Arquivo do Arco do Cego | AH – Arquivo Histórico | DPP – Departamento de Planeamento e Projeto | FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | (*) FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J001	Jardins da Alameda D. Afonso Henriques	J001.1	Alameda D. Afonso Henriques	1953	GRT	AH
		J001.2	Arranjo do desnível existente entre a Alameda D. Afonso Henriques e o impasse I à Rua Barão de Sabrosa	1964	MSC	AH
J002	Jardins da Alameda das Linhas de Torres	J002.1	Ajardinamento de uma praca na Alameda das Linhas de Torres	1959	ESF	AH
J003	Jardins da Avenida D. Rodrigo da Cunha	J003.1	Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha	1953	GRT	AC e AH *
		J003.2	Arborização e ajardinamento da Avenida D. Rodrigo da Cunha (logradouro da Rua Eduardo de Noronha)	1954	GRT	AH
		J003.3	Avenida D. Rodrigo da Cunha (topo nascente). Arranjo e ajardinamento	1957	GRT	AC e AH *
J004	Jardins da Avenida dos Estados Unidos da América	J004.1	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Anteprojecto	1957	GRT	AH
		J004.2	Avenida dos Estados Unidos da América (troço Avenida Rio de Janeiro – Avenida de Roma). Anteprojecto	1957	GRT	AC e AH *
		J004.3	Avenida dos Estados Unidos da América (troço Avenida da Rio de Janeiro-Rua Francisco Lourenço da Fonseca)	1957	GRT	AC *
		J004.10	Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Avenida da República, Avenida de Roma. Anteprojecto	1957	GRT	AC *
		J004.4	Ajardinados no troço entre a Avenida Roma e a Avenida Rio de Janeiro. Projecto dos ajardinados	1958	GRT	AH
		J004.11	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço entre a Avenida do Aeroporto e a Avenida Rio de Janeiro. Projecto dos ajardinados	1958	GRT	AC *
		J004.13	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço Praça Mouzinho de Albuquerque – Avenida de Roma	1958	GRT	AC e AH *
		J004.5	Ajardinado do troço entre a Avenida de Roma e a Avenida Rio de Janeiro	1959	MSC	AC e AH *
		J004.12	Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes, lado Sul	1959	GRT	AC *
		J004.6	Ajardinados	1961	MSC	AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J004	Jardins da Avenida dos Estados Unidos da América	J004.7	(Troço Avenida do Aeroporto – Avenida do Rio de Janeiro). Acesso junto ao Lote 373	1962	MSC	AH
		J004.8	Avenida Estados Unidos da América. Troço Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes. Lado Sul	1962	MSC	AC
		J004.9	Ajardinamento dos terrenos confinantes com a Rua Epifânio Dias	1962	MSC	AH
J005	Jardins da Avenida Eng. Duarte Pacheco	J005.1	Arranjo da praceta junto à Avenida Eng. Duarte Pacheco	1966	MSC	AC e AH
J006	Jardins da Avenida Frei Miguel Contreiras	J006.2	Ajardinado Avenida Frei Miguel Contreiras	1958	ESF	AC
		J006.1	Avenida Frei Miguel Contreiras – Avenida São João de Deus. Ajardinados junto ao Caminho de Ferro	1963	ESF	AC e AH
J007	Jardins da Avenida Infante Santo	J007.6	Ajardinado na Avenida Infante Santo	1953	GRT	AH
		J007.3	Avenida Infante Santo. Projecto dos espaços verdes	1957	GRT	AC e AH *
		J007.4	Avenida Infante Santo. Projecto dos ajardinados entre os blocos (lado nascente)	1959	GRT	AC e AH *
		J007.5	Jardim poente na Avenida Infante Santo. Plano geral (alteração)	1960	GRT	AC
		J007.7	Avenida Infante Santo. Jardim poente	1960	GRT	AC *
		J007.1	Ajardinamento do terreno situado entre a Calçada das Necessidades, Avenida Infante Santo e Travessa do Possolo	1962	MSC	AH
		J007.2	Ajardinado entre a Avenida Infante Santo e a Calçada das Necessidades	1970	MSC	AC e AH
J008	Jardins da Avenida João XXI	J008.1	Ajardinamento dos logradouros 3 e 4 entre a Avenida João XXI e a Avenida de Madrid	1954	GRT	AC e AH *
		J008.2	Arborização e ajardinamento do Logradouro N.º 6 da Avenida João XXI	1955	GRT	AC e AH
J009	Jardim junto ao Mercado de Campo de Ourique	J009.1	Ajardinado junto ao mercado de Campo de Ourique	1965	MSC	AH
J010	Jardim do Campo Grande	J010.5	Projecto para o parque anexo à Piscina Municipal	1949	MAC	AC e AH *
		J010.1	Planta esquemática parcial do Jardim do Campo Grande e placas laterais	1951	MAC	AH
		J010.3	Arborização dos campos de jogos do Clube Internacional de Futebol	1953	MAC	AH
		J010.2	Parque infantil, no Campo Grande	1954	MAC	AC e AH *

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J010	Jardim do Campo Grande	J010.6	Parque infantil do Campo Grande	1957	GRT	AC *
		J010.4	Parque infantil do Campo Grande. Escola de trânsito	1961	ESF	AH
J011	Jardim do Campo Pequeno	J011.1	Remodelação do parque infantil do Campo Pequeno	1964	MSC	AC e AH *
J013	Jardins na Cidade Universitária de Lisboa	J013.4	CANEU (Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários): projecto de arborização da zona de enquadramento dos edifícios da Reitoria e das faculdades de Letras e de Direito	1954	AVB	SIPA
		J013.5	CANEU – Cidade Universitária de Lisboa – Enquadramento dos edifícios da Reitoria e faculdades de Direito e de Letras	1955	AVB	SIPA
		J013.1	CANEU – Cidade Universitária de Lisboa – Faculdade de Letras (Pátio B)	1957	AVB e APD	SIPA
		J013.2	CANEU – Cidade Universitária de Lisboa – Plano de arborização	—	AVB	SIPA
J014	Jardins do Estádio Universitário de Lisboa	J014.1	Cidade Universitária de Lisboa – Zona desportiva, Ténis, Patinagem	1956	AVB e IAA	SIPA
J015	Jardim junto à Escola Marquesa de Alorna	J015.1	Ajardinado junto à Escola Marquesa de Alorna	—	GRT	AH
J016	Jardim junto ao Instituto Navarro Paiva (Estrada de Benfica)	J016.1	Ajardinamento da Estrada de Benfica, junto ao Instituto Navarro de Paiva	1963	MSC	AC e AH
J017	Parque infantil da Pena	J017.1	Parque infantil da Freguesia da Pena	1955	ESF	AC
J018	Jardim junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima	J018.1	Jardim junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima	1960	GRT	AC e AH
J019	Jardim frente à Igreja de Santa Isabel	J019.1	Ajardinado fronteiro à Igreja de Santa Isabel	1954	ESF	AC
J020	Jardim da Igreja São João de Deus	J020.1	Jardim da Igreja S. João de Deus. Lado N. e Lado S.	1953	GRT	AH
J021	Jardim frente ao Instituto de Altos Estudos Militares	J021.1	Ajardinamento do terreno fronteiro ao Instituto de Altos Estudos Militares	1964	MSC	AC e AH
J022	Jardim 9 de Abril	J022.1	Arranjo duma placa do Jardim 9 de Abril	1950	GRT	AC
J023	Jardim Avelar Brotero	J023.1	Remodelação do Jardim Avelar Brotero	1962	MSC	AC
J024	Jardim Bulhão Pato	J024.1	Remodelação do Jardim Bulhão Pato (Alto do Pina)	1957	ESF	AH
J025	Jardim Cesário Verde	J025.1	Remodelação do Jardim Cesário Verde	1955	GRT	AC
J026	Jardim 5 de Outubro	J026.2	Largo da Estrela (ajardinamento dum recanto)	1957	ESF	AH
		J026.1	Estudo para o projecto do Jardim 5 de Outubro	1959	MAC	AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J027	Jardim da Praça do Santo Condestável	J027.1	Jardim da Praça do Santo Condestável	1951	GRT	AC *
J028	Jardim da Rua da Imprensa	J028.1	Alteração do plano do jardim da Rua da Imprensa	1950	GRT	AH
J029	Jardim da Torre de Belém	J029.1	Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém	1953	AVB	SIPA
		J029.2	Arranjo da zona de enquadramento da Torre de Belém	1955	AVB	AC
		J029.3	Esquema de rega por aspersão para o enquadramento da Torre de Belém	1956	AVB	AC
		J029.4	Torre de Belém	1957	AVB	AC *
J030	Jardim de Santo António dos Capuchos	J030.1	Remodelação do Jardim de Santo António dos Capuchos	1954	GRT	AC
J032	Jardim de São Pedro de Alcântara	J032.1	Remodelação do Jardim de São Pedro de Alcântara	1954	GRT	AC
J033		J033.1	Aproveitamento dos terrenos da Caixa Sindical dos Tipógrafos para alojamento do jardim infantil de São Pedro de Alcântara	1966	MSC	AC
J034	Jardim do Alto do Pina	J034.1	Remodelação do jardim do Alto do Pina	1956	ESF	AC
J035	Jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Repartição do Património	J035.1	Remodelação do jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Repartição do Património	1956	ESF	AC e AH
J036	Jardim Fialho de Almeida	J036.1	Reconstrução de relvados na Praça das Flores	1951	MAC	AC
		J036.2	Praça das Flores – Jardim Fialho de Almeida. Recinto de recreio para crianças	1962	MSC	AC
J037	Jardim Gomes de Amorim	J037.1	Jardim Gomes de Amorim. Jardim do bloco fronteiro à casa da Moeda	1953	MAC	AC
J038	Jardim para a Parada dos Prazeres	J038.1	Jardim para a Parada dos Prazeres	1954	ESF	AC e AH *
J039	Jardins entre os Blocos N.º 854-859 a Norte da Rua Bartolomeu Dias.	J039.1	Ajardinamento dos espaços entre os Blocos N.º 854-859 a Norte da Rua Bartolomeu Dias	1963	MSC	AC e AH *
J040	Jardim do Largo Conde de Ottolini	J040.1	Ajardinamento do Largo Conde de Ottolini	1955	ESF	AC e AH
J041	Jardim Teixeira Rebelo	J041.1	Remodelação do jardim do Largo da Luz	1953	GRT	AC e AH *
J042	Jardim do Largo da Rua de O Século	J042.1	Largo da Rua de O Século	1950	MAC	AC
J043	Jardim do Largo de São Paulo	J043.1	Arborização da Placa Central do Largo de S. Paulo	1959	GRT	AC *
J046	Jardim do Largo do Calvário	J046.2	Ajardinamento do Largo do Calvário	1955	ESF	AC
		J046.1	Ajardinamento do Largo do Calvário	1961	ESF	AC e AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J047	Jardim do Largo do Olival	J047.1	Largo do Olival	1957	ESF	AC
J048	Jardim do Largo Dr. Bernardino António Gomes	J048.1	Ajardinados do Largo Dr. Bernardino António Gomes	1958	ESF	AC e AH
J049	Jardins dos largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Cordeiro	J049.1	Ajardinado para os largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Cordeiro	1952	GRT	AC e AH
J050	Jardim do Logradouro da Rua Eiffel	J050.1	Logradouro da Rua Eiffel	1960	GRT	AC e AH
J051	Jardins dos Miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol	J051.1	Arborização e ajardinamento dos miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol e zonas adjacentes	—	GRT	AC
J054	Jardim da Placa formada pela Calçada de Arroios e Rua Alves Torgo	J054.1	Ajardinado para a placa formada pela Cç de Arroios e Rua Alves Torgo	1954	ESF	AC
J055	Jardim da Praça Paiva Couceiro (antiga Jacinto Nunes)	J055.1	Jardim da Praça Jacinto Nunes	1953	GRT	AH
		J055.2	Jardim da Praça Jacinto Nunes	1956	GRT	AC
J056	Jardim da Praça Afrânio Peixoto	J056.2	Jardim da Praça Afrânio Peixoto	1952	GRT	AC *
		J056.1	Arborização da Praça Afrânio Peixoto e 1.ª fase da Avenida S. João de Deus	1953	GRT	AH
J057	Jardim da Praça Andrade Caminha	J057.1	Ajardinado para a praça da Rua N.º 48 do Bairro de Alvalade – Praça Andrade de Caminha	1952	GRT	AC
J058	Jardim da Praça António Sardinha	J058.1	Jardim da Praça António Sardinha à Penha de França	1951	GRT	AC *
J059	Jardim da Praça de Londres	J059.3	Jardim da Praça de Londres	1950	MSC	AC e AH *
		J059.1	Arborização da Praça de Londres	1951	MAC	AC e AH
		J059.2	Praça de Londres	1952	GRT	AC e AH
J060	Jardim da Praça de Sete Rios	J060.1	Ajardinamento da Praça de Sete Rios	1963	MSC	AH *
J061	Praça do Império	J061.1	Ajardinamento a nascente e poente da Praça do Império	1960	ESF	AC
		J061.2	Ensombreamento de bancos na Praça do Império	—	MAC e WO	AC
J062	Jardim da Praça do Ultramar	J062.1	Arborização e ajardinamento da encosta da Praça do Ultramar	1950	GRT	AH
		J062.2	Jardim da placa central da Praça de Ultramar	1950	MAC	AH
J063	Praça dos Estados Unidos da América	J063.2	Praça dos Estados Unidos da América. Arranjo de um recanto – sul	1962	ESF	AC
J064	Jardim da Praça Duque de Saldanha	J064.1	Arborização da Praça Duque de Saldanha	1968	ESF	AC *

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J064	Jardim da Praça Duque de Saldanha	J064.2	Colocação de bancos (tipo 6) na Praça Duque de Saldanha	1951	MAC	AH
J065	Jardim da Praça Gonçalo Trancoso	J065.1	Ajardinado para a Praça da Rua N.º 50 do Bairro de Alvalade – Praça Gonçalo Trancoso	1952	GRT	AC e AH
J066	Jardim da Praça Pasteur	J066.1	Jardim da Praça Pasteur	1952	MAC	AC e AH
		J066.2	Praça Pasteur. Localização do monumento a Luísa Tódi	1953	GRT	AC e AH
J067	Jardim da Praça Rainha Santa	J067.1	Ajardinamento da Quinta das Mouras. Praça Rainha Santa	1968	JMM	AH
J068	Jardim da Praça Silvestre Pinheiro Ferreira	J068.1	Ajardinamento da praca da Estrada de Benfica (junto ao Instituto Navarro de Paiva)	1963	MSC	AH
J069	Jardim da Praceta Afonso Lopes Vieira	J069.1	Ajardinado da Praceta Afonso Lopes Vieira	1962	ESF	AC e AH
J070	Jardim da Praceta da Avenida Gomes Ferreira	J070.1	Arborização e ajardinamento da praceta da Avenida Gomes Ferreira	1957	ESF	AH
J071	Jardim da Praceta da Calçada do Carrascal	J071.1	Ajardinado para a praceta da Calçada do Carrascal	1954	GRT	AC e AH
J072	Jardim da Praceta da Estrada de Benfica, N.º 447	J072.1	Ajardinamento da praceta da Estrada de Benfica, N.º 447 L. General Joaquim José Machado – a lápis)	1954	ESF	AH
J073	Jardim da Praceta da Rua 1 à Estrada de Benfica	J073.1	Ajardinamento da praceta da Rua 1 à estrada de Benfica (Calhariz de Benfica – a lápis)	1967	MSC	AH
J074	Jardim da Praceta da Rua Conde de Monsaraz	J074.1	Ajardinamento da praceta da Rua Conde de Monsaraz	1962	MSC	AH
J075	Jardim da Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	J075.1	Ajardinamento da Quinta das Mouras. Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	1968	JMM	AH
J076	Jardim da Praceta da Rua Francisco Sanches	J076.1	Ajardinamento da praceta da Rua Francisco Sanches	1956	ESF	AC e AH
J077	Jardim da Praceta da Rua Virgínia Vitorino	J077.1	Bairro das Mouras. Célula 4 de Telheiras. Praceta da Rua Virgínia Vitorino	1969	JMM	AH
J078	Jardim da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	J078.1	Arborização e ajardinamento da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	1957	ESF	AH
J079	Jardim da Praceta II da Estrada de Benfica	J079.1	Ajardinado da Praceta II da Estrada de Benfica (L. Conde de Bonfim – a lápis)	1955	ESF	AC e AH
J080	Jardim da Quinta das Pedralvas	J080.1	Quinta das Pedralvas. Ajardinamento dos espaços verdes	1962	MSC	AH
J081	Jardim na Quinta do Brito	J081.1	Praceta da Estrada do Poço do Chão (Quinta do Brito)	1963	MSC	AC e AH
J082	Jardim na Quinta do Charquinho	J082.1	Jardim na Quinta do Charquinho. Ajardinado junto à zona comercial	1964	MSC	AH
J083	Jardim da Quinta dos Travassos (Praça General Vicente de Freitas)	J083.1	Ajardinados da Quinta dos Travassos (à Estrada de Benfica)	1956	ESF	AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J084	Jardim na Rua 75-78 da Célula 4 de Benfica	J084.1	Ajardinados junto à Rua 75-78 da Célula 4 de Benfica	1964	MSC	AC e AH
J085	Jardim na Rua Agostinho Lourenço	J085.1	Ajardinado da Rua Agostinho Lourenço (à Avenida do Aeroporto)	1959	GRT	AC e AH
J086	Jardim na Rua Coelho da Rocha	J086.1	Ajardinado da Rua Coelho da Rocha	1956	ESF	AH
J087	Jardim na Rua D. João V	J087.1	Projecto do ajardinado da R. D. João V	1954	ESF	AC
J088	Jardim junto à Rua D. Lourenço de Almeida	J088.1	Ajardinados junto à rua D. Lourenço de Almeida	1964	MSC	AC e AH *
J089	Jardim na Rua da Quinta da Fonte	J089.1	Ajardinamento da Praça das Casa Novas e da Rua da Quinta da Fonte	1954	GRT	AC
J090	Jardim na Rua de São Bento	J090.1	Jardim da Rua de S. Bento	1956	GRT	AC e AH
J091	Jardim na Rua Diogo Cão	J091.1	Ajardinamento dos espaços livres entre a travessa do Giestal e a R. Diogo Cão	1968	JMM	AH *
		J091.2	Traseiras dos prédios N.º 6 a 20	1970	JMM	AH
J092	Jardim na Rua dos Jerónimos	J092.1	Ajardinado a sul da Rua dos Jerónimos	1954	ESF	AC e AH
J093	Jardim na Rua Duarte Galvão	J093	Ajardinados do arruamento projectado à Rua Duarte Galvão	1959	ESF	AC
J094	Jardim na Rua Eduardo de Noronha	J094	Jardim miradouro da Rua Eduardo de Noronha	1954	GRT	AC e AH
J095	Jardim na Rua Fernão Lopes da Castanheda	J095	Construção do ajardinado da Rua Fernão Lopes da Castanheda	1951	GRT	AC e AH
J096	Jardim na Rua Freitas Gazul	J096.1	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	1957	ESF	AH
		J096.2	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	1963	MSC	AH
J097	Jardim na Rua José Malhoa	J097	Ajardinados da Rua José Malhoa entre lotes 982-986	1956	MSC	AC
J098	Jardim na Rua Leite de Vasconcelos	J098	Arranjo de um recanto da Rua Leite de Vasconcelos	1961	ESF	AC
J099	Jardim na Rua Marquês de Olhão	J099	Ajardinamento do prolongamento da Rua Marquês de Olhão	1964	ESF	AC
J100	Jardim na Rua Padre Francisco	J100	Ajardinado da Rua Padre Francisco	1952	ESF	AC
J101	Jardim na Rua Pereira e Sousa	J101	Ajardinamento da praceta da Rua Pereira e Sousa	1969	MSC	AC
J102	Jardim na Rua Possidónio da Silva	J102	Ajardinamento da Quinta do Casalinho, à Rua Possidónio da Silva	1962	MSC	AC
J103	Jardim na Rua Silva Carvalho	J103	Ajardinamento da praceta da Rua Silva Carvalho	1957	GRT	AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J104	Jardim nas ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	J104	Ajardinado do cruzamento das ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	1964	MSC	AH
J105	Jardim na Travessa do Giestal	J105	Ajardinamentos dos espaços livres entre a Tv. do Giestal e a Rua Diogo Cão	1968	JMM	AH
J108	Jardins na Vila Silva Carvalho	J108.1	Ajardinamento dos logradouros da Vila Silva Carvalho	1964	MSC	AC e AH
J109	Jardim Guerra Junqueiro	J109.2	Sebe e alegrete na entrada do jardim da Estrela, junto à Avenida Pedro Álvares Cabral	1952	MAC	AC
		J109.3	Projectos de pormenor vários para o J. da Estrela datados de 1952	1952	MAC	AC
		J109.1	Jardim Guerra Junqueiro. Recanto para cegos	1963	MSC	AC e AH *
J110	Jardim na Feira das Indústrias Portuguesas	J110.2	Arborização e ajardinamento da Feira das Industrias Portuguesas	1955	GRT	AC e AH
		J110.1	Ajardinado fronteiro à entrada da Feira das Industrias Portuguesas	1959	GRT	AH
J111	Jardim na Avenida João XXI	J111.1	Arborização e ajardinamento do Logradouro N.º 6 da Avenida João XXI	1955	GRT	AC e AH
J112	Jardins na Avenida de Roma	J112.1	Enquadramento da piscina da Avenida de Roma	1955	ESF	AC e AH
		J112.2	Arborização e jardinamento de duas pracetas na Avenida de Roma	1955	ESF	AC
J113	Jardim do Fosso do Castelo de São Jorge	J113.1	Arranjo do fosso do Castelo de S. Jorge	1951	GRT	AC
J114	Jardim da Central Pasteurizadora do Leite	J114.1	Arborização e ajardinamento da Central Pasteurizadora do Leite	1955	GRT	AC
J115	Jardins do Clube Internacional de Futebol	J115.1	Arborização e ajardinamento dos campos de jogos do Clube Internacional de Futebol	1955	GRT	AC
J116	Jardins da Igreja da Memória	J116.1	Enquadramento da Igreja da Memória	1963	MSC	AC e AH *
		J116.2	Enquadramento da Igreja da Memória Arranjo do passeio fronteiro	1963	ESF	AC
J117	Jardim do Adro da Igreja de Nossa Senhora de Fátima	J117.1	Ajardinamento do adro da Igreja de N. S.ª de Fátima Anteprojecto de remodelação	1955	ESF	AH
		J117.2	Adro da Igreja de Nossa Sr.ª de Fátima	1956	ESF	AC e AH
J118	Jardim de São Bento	J118.1	Jardim de São Bento	—	GRT	AC
J119	Jardim do Largo do Museu da Artilharia	J119.1	Ajardinado do Largo do Museu da Artilharia	1955	GRT	AC
J120	Jardim do Liceu D. Filipa de Lencastre	J120.1	Jardim junto ao Liceu D. Filipa de Lencastre	1951	GRT	

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J121	Jardim do Matadouro Municipal	J121.1	Arborização e ajardinamento do novo Matadouro Municipal	1952	GRT	AH
		J121.2	Arborização e ajardinamento do novo Matadouro Municipal	1954	GRT	AC
		J121.3	Arborização e ajardinamento do novo Matadouro Municipal	1960	GRT	AC
		J121.4	Arborização e ajardinamento do novo Matadouro Municipal	1963	MSC	AC e AH
J122	Jardim junto à Maternidade Alfredo da Costa	J122.1	Ajardinado fronteiro à Maternidade Dr. Alfredo da Costa (cruzamento da Avenida 5 de Outubro com a R. Latino Coelho)	1959	GRT	AH
J123	Jardim do Museu de Marinha	J123.1	Museu de Marinha – Jardim	1960	GRT	SIPA
J124	Jardim do Museu Militar	J124.1	Arranjo do pátio de artilharia do Museu Militar	1951	GRT	AC
J125	Jardim frente ao Mosteiro dos Jerónimos	J125.1	– Sem legenda. Informação retirada da ficha em papel – Ângulo de abertura sobre os Jerónimos	—	GRT e MAC	AH
J126	Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	J126.1	Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	1959	GRT	AC e AH
J127	Jardim da Capela de São Jerónimo	J127.1	Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de ordenamento paisagístico (1.ª fase). Zona da Capela de S. Jerónimo	1956	GRT	AC e AH *
		J127.2	Capela de São Jerónimo	1959	GRT	AC e AH *
		J127.3	Projecto de ordenamento paisagístico. Zona da Capela de S. Jerónimo – estudo definitivo (alteração)	1961	GRT	AC
J128	Parque Silva Porto	J128.1	Colocação do busto de Silva Porto no Parque Silva Porto	1952	GRT	AH
P002	Parque Eduardo VII	P002.4	Remodelação da zona da Casa do Leão no Parque Eduardo VII	1954	ESF	AH
		P002.1	Parque infantil do Parque Eduardo VII	1955	ESF	AH *
		P002.3	Recinto de recreio para crianças no Parque Eduardo VII	1964	MSC	AH
		P002.2	Alto do Parque Eduardo VII	1966	ESF	AH *
J014	Jardins na Cidade Universitária de Lisboa	J014.1	Cidade Universitária de Lisboa – Zona desportiva, Ténis, Patinagem	1956	AVB e IAA	SIPA
J131	Parque da Fundação Calouste Gulbenkian	P004.1	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian – Anteprojecto	1961	AVB e GRT	SIPA
		P001.2	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian – Projecto	1962	AVB e GRT	FCG

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J133	Mata de Alvalade	P006.1	Mata de Alvalade – Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto	1950	GRT	AC e AH *
		P006.2	Mata de Alvalade	1955	GRT	AC
		P006.4	Sugestão para a localização do Centro Desportivo (Mata de Alvalade)	1965	MSC	AC *
		P006.3	Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão	1966	MSC	AC *
		P006.5	Mata de Alvalade. Utilização zonal	1966	MSC	AC *
P007	Parque do Vale do Silêncio	P007.6	Olivais Sul – Parque poente. Estudo de arranjo	1966	—	DPP *
		P007.4	Olivais Sul- Célula C – Zona do Parque	1967	—	AH *
		P007.1	Olivais Sul – Parque do Vale do Silêncio. Célula C – Zona do Parque	1968	MSC	AH
		P007.5	Olivais Sul – Célula C – Zona do Parque	1968	MSC	AH *
		P007.2	Arborização do Parque de Olivais Sul	—	—	AH *
		P007.3	Olivais Sul – Célula C – Parque	—	—	AH *
J135	Jardins da Avenida da Liberdade	J135.1	Estudo de remodelação da Avenida da Liberdade	1954	GRT	AH *
		J135.2	Remodelação da Avenida da Liberdade	1955	GRT	AH *
J136	Jardim do Largo Frei Heitor Pinto	J136.1	Jardim no Largo Frei Heitor Pinto	1951	MAC	AC e AH *
J137	Jardim Igreja de São João de Brito	J137.1	Jardim de enquadramento da Igreja de São João de Brito	1956	GRT	AC
J138	Jardins Sul da zona comercial do Restelo	J138.1	Ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Sul	1959	GRT	AH
J139	Jardim da Praça de Goa	J139.1	Construção do Jardim da Praça de Goa	1951	GRT	AC e AH *
J140	Jardim da Praça de Damão	J140.1	Construção do jardim da Praça de Damão	1951	GRT	AC e AH *
J141	Jardim da Praça de Malaca	J141.1	Encosta do Restelo. Jardim da Praceta V da Rua D. Francisco de Almeida	1959	GRT	AC e AH *
J142	Jardim da Praça de São Salvador	J142.1	Olivais Sul. Célula C. Z. Centro. Praça D. Pormenor A. Plano de plantação (Praça de São Salvador)	1966	MSC	AH
J143	Jardim da Praça de Dili	J143.1	Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Ajardinamento do pormenor E. (Praça de Dili). Pormenor H	—	MSC	AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J144	Jardim do Largo Tenente João Rodrigues de Moura	J144.1	Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor F. Des 1 (Largo Ten. João Rodrigues de Moura)	—	MSC	AH
J145	Jardim da Praça de Santo Eugénio	J145.1	Arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio	1951	GRT	AC e AH *
J146	Jardim da Alameda do Bairro da Encarnação	J146.1	Ajardinados da Alameda do Bairro da Encarnação	1953	GRT	AC *
J147	Jardins Norte da zona comercial do Restelo	J147.1	Ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Norte	1959	GRT	AC e AH
J148	Quinta do Vadre	J148.1	Ajardinado da Quinta do Vadre à Estrada de Benfica	1955	ESF	AC
J149	Rua Padre Francisco Álvares	J149.1	Ajardinado da Rua Padre Francisco Álvares	1964	MSC	AH
J150	Jardim da Rua Dr Gama Barros	J150.1	Ajardinado da Rua Dr Gama Barros	1964	MSC	AC
J151	Jardim da Praceta Francisco de Moraes	J151.1	Ajardinado da Praceta Francisco de Moraes	1951	GRT	AC
J152	Jardim do Largo Rodrigues de Freitas	J152.1	Ajardinado do Largo Rodrigues de Freitas	1964	MSC	AC
J153	Jardim do Largo Afonso Lopes Vieira	J153.1	Arborização do largo e enquadramento do monumento a Afonso Lopes Vieira	1954	GRT	AC
J154	Jardins da Praça Olegário Mariano	J154.1	Placas ajardinadas Praça Olegário Mariano	1962	ESF	AC

ANEXO 3

INVENTÁRIO: ARRUAMENTOS

AC – Arquivo do Arco do Cego | AH – Arquivo Histórico | DPP – Departamento de Planeamento e Projeto | FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | (*) FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
A001	Alameda da Cidade Universitária	A001.1	Arborização da Alameda da Cidade Universitária	—	ESF	AC
		A001.2	Cidade universitária. Alameda central	—	ESF	AC e AH
A002	Alameda das Linhas de Torres	A002.1	Ajardinamento da placa da Alameda das Linhas de Torres, junto ao posto da Polícia de Trânsito	1950	GRT	AC e AH
A003	Avenida Calouste Gulbenkian	A003.1	Ajardinamento da Avenida Calouste Gulbenkian	1967	MSC	AC e AH
A004	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro	A004.1	Espaços verdes da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro	1953	GRT	AC e AH *
A005	Avenida D. Rodrigo da Cunha	A005.1	Arborização da Avenida D. Rodrigo da Cunha	1953	GRT	AC e AH
		A005.2	Avenida D. Rodrigo da Cunha	1962	ESF	AH
A006	Avenida da Igreja	A006.1	Alvalade. Arborização e arruamentos. Projecto de arborização da Avenida da Igreja.	1950	MAC	AH
		A007.1	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia. Troço junto ao areal da Junqueira	1953	GRT	AC e AH
A007	Avenida da Índia	A007.4	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia – (ajardinado da Travessa Conde da Ponte)	1953	GRT	AC e AH
		A007.3	Avenida da Índia. Arranjo do troço entre a praça D. Manuel I e a Travessa do Forte da Areia	1957	GRT	AC e AH *
		A007.6	Projecto de ajardinado poente da Cordoaria Nacional	1958	GRT	AH
		A007.2	Plantação numa faixa verde arborizada, frente à Cordoaria Nacional	1959	GRT	AC e AH
		A007.5	Ajardinamento da zona envolvente do maciço de amarração	1966	MSC	AH
A008	Avenida da República	A008.1	Ajardinado na Avenida da República, junto ao viaduto	1953	GRT	AH
		A008.2	Remodelação da Avenida da República. Arborização	1967	ESF	AC e AH *
A009	Avenida de Ceuta	A009.1	Avenida de Ceuta	1967	MSC	AC
A010	Avenida de Madrid	A010.1	Arborização da Avenida de Madrid	1952	GRT	AC e AH
		A010.2	Ajardinado para a Avenida de Madrid	1955	ESF	AC e AH
A011	Avenida de Paris	A011.1	Arborização da Avenida de Paris	1952	GRT	AC
A012	Avenida de São João de Deus	A012.1	Arborização e ajardinamento da Avenida de S. João de Deus	1956	GRT	AC e AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
A013	Avenida do Brasil	A013.1	Arborização e ajardinamento da Avenida do Brasil	1955	GRT	AC e AH
		A013.2	Caminhos de peões da Av. do Brasil (troço entre a Praça do Aeroporto e a Praça da Portela)	1959	GRT	AC
A014	Avenida do Restelo	A014.1	Perfil tipo da Avenida do Restelo (troço entre a Avenida da Torre de Belém e a Rua D. Lourenço de Almeida)	1956	GRT	AH
A015	Avenida do Rio de Janeiro	A015.1	Arborização da Avenida do Rio de Janeiro	1951	GRT	AC e AH
		A015.2	Remodelação da Avenida do Rio de Janeiro (plano de arborização)	1957	GRT	AC e AH
A016	Avenida dos Estados Unidos da América	A016.1	Arranjo verde da faixa central e cruzamentos	1958	GRT	AH *
A017	Avenida Duque de Ávila	A017.1	Arranjo numa placa da Avenida Duque de Ávila	1952	GRT	AC
A018	Avenida Fontes Pereira de Melo	A018.1	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 1.ª fase	1958	GRT	AC e AH
		A018.2	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 2.ª fase	1963	ESF	AC e AH *
A019	Avenida Gago Coutinho	A019.1	Sugestão para o arranjo dos passeios da Avenida Gago Coutinho entre a Praça do Areiro e a Avenida dos Estados Unidos da América	1964	MSC	AC e AH
A020	Avenida Guerra Junqueiro	A020.1	Projecto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro	1950	MAC	AH
A021	Avenida Infante D. Henrique	A021.3	Av.ª Infante D. Henrique. Troço entre o Largo do Museu de Artilharia e Marvila	1955	GRT	AC
		A021.4	Arborização da Avenida Infante D. Henrique. Troço entre o Poço do Bispo e a 2.ª Circular	1963	ESF	AC
		A021.1	Arborização da Av Infante D. Henrique	1970	JMM	AC
		A021.2	Av.ª Infante D. Henrique. 3.º troço – Arborização	1970	JMM	AC
A022	Avenida Infante Santo	A022.1	Arborização da Avenida Infante Santo	1954	ESF	AC e AH
		A022.2	Arborização da Avenida Infante Santo	1970	JMM	AC
A023	Avenida João XXI	A023.1	Arborização da Avenida João XXI	1951	MAC	AC e AH
A024	Avenida Manuel da Maia	A024.1	Ajardinamento das placas de separação de trânsito na junção das Avenidas Manuel da Maia e Rovisco Paes	1955	ESF	AC
A052	Avenida Santa Joana Princesa	A052.1	Arborização e ajardinamento da Avenida Santa Joana Princesa	1954	GRT	AH
A025	Avenida Segunda Circular	A025.2	Ajardinamento da 2.ª Circular (troço entre a Rotunda do Aeroporto e a Avenida Infante D. Henrique)	1953	GRT	AH
		A025.1	2.ª Circular. Ajardinado do troço junto ao Campo Grande	1964	MSC	AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
A026	Avenida Tenente Valadim	A026.1	Arborização da Avenida Tenente Valadim	1954	ESF	AC
A027	Avenida Vasco da Gama	A027.1	Ajardinamento das placas da Avenida Vasco da Gama	1953	GRT	AC
A028	Avenida 28 de Maio	A028.1	Avenida Vinte e Oito de Maio. Separador	1967	ESF	AC e AH
A029	Avenida 24 de Julho	A029.1	Ajardinamento do acesso ascendente da Avenida 24 de Julho à Calçada da Pampulha	1962	MSC	AC
A030	Placas ajardinadas no Bairro de Santa Cruz	A030.1	Bairro de Santa Cruz. Placas ajardinadas da Rua 15	1962	ESF	AH
		A030.2	Bairro de Santa Cruz. Acesso à Rua N.º 2	1963	MSC	AH
A031	Arruamentos, placas e parque de estacionamento do Campo Grande	A031.1	Arrelvamento das placas laterais do Campo Grande (lado poente e lado nascente)	1950	MAC	AH
		A031.2	Placa no Campo Grande, junto ao restaurante Alvalade	1950	MAC	AC e AH
		A031.6	Placa lateral ao Norte do Campo Grande	1950	MAC	AC e AH *
		A031.3	Estudo de um parque de estacionamento de automóveis junto ao restaurante Alvalade	1951	MAC	AC e AH
		A031.4	Arborização das placas ao Norte do Campo Grande	1951	MAC	AC e AH
		A031.5	Ponte sobre o Tejo	1954	MAC	AH
A032	Estrada de Benfica	A032.1	Estrada de Benfica entre a Avenida Marechal Carmona e a Rua A – Quinta dos Leões	1970	MSC	AC
A033	Estrada militar de acesso ao forte do Alto do Duque	A033.1	Enquadramento da estrada militar de acesso ao forte do Alto do Duque	1954	ESF	AH *
A034	Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes	A034.1	Troço Rua Frei Tomé de Jesus-Rua Diogo Bernardes – Lado Sul	1959	GRT	AC
		A034.2	Troço Rua Frei Tomé de Jesus-Rua Diogo Bernardes – Lado Sul – 2.ª Fase	1959	MSC	AC
A035	Placa no Largo da Luz	A035.1	Ajardinamento da placa do Largo da Luz, adjacente ao Seminário Franciscano	1953	GRT	AH
A036	Nó Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ Praça de Londres /Avenida Guerra Junqueiro	A036.1	Estudo do arranjo do nó Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ P. Londres /Avenida Guerra Junqueiro	1961	ESF	AH
A037	Nó de Alcântara	A037.1	Remodelação do Nó de Alcântara	1971	MSC	AC
A038	Praça de Espanha	A038.1	Urbanização da Praça de Espanha, da artéria em prolongamento da Avenida AAA, da Palhavã e de Sete Rios – Estudo base	1957	GRT	AC
		A038.2	Espaços verdes da Praça de Espanha	1959	GRT	AH
A039	Parque de estacionamento da Praça do Império	A039.1	Trabalhos complementares de ajardinamento na orla do parque de estacionamento de automóveis da zona nascente da Praça do Império	1960	ESF	AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
A040	Praça Marquês de Pombal	A040.1	Praça Marquês de Pombal	1955	GRT	AH *
A041	Rotunda do Aeroporto	A041.1	Remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto	1953	GRT	AC e AH
A042	Rua António Nobre	A042.1	Arborização da Rua António Nobre	1958	ESF	AC
A043	Rua Conde Ficalho	A043.1	Arborização da Rua Conde Ficalho	1970	JMM	AC
A044	Rua D. Francisco Manuel de Melo	A044.1	Arborização da Rua D. Francisco Manuel de Melo (remodelação)	1958	ESF	AH
A045	Rua da Quinta de Santa Maria	A045.1	Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria	1956	GRT	AC *
A046	Rua Francisco Franco	A046.1	Arborização da Rua Francisco Franco	1970	JMM	AC
A047	Rua General Sinel de Cordes	A047.1	Arborização da Rua General Sinel de Cordes (troço compreendido entre as Avenida João Crisostomo e Duque de Ávila)	1954	ESF	AC e AH
A048	Rua Gomes Freire	A048.1	Arborização da Rua Gomes Freire	1955	ESF	AC
A049	Ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo	A049.1	Arborização das Ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo	1970	JMM	AC
A050	Travessa da Luz	A050.1	Arruamentos junto à Travessa da Luz	1965	ESF	AH
A051	Travessa do Porto Franco	A051.1	Arranjo da Travessa do Porto Franco	1958	ESF	AC
A053	Acessos à Ponte sobre o Tejo	A053.3	Arranjo paisagístico dos acessos à Ponte sobre o Tejo – Zona Norte	1967	MSC	AC
		A053.1	Arranjo paisagístico dos acessos à Ponte Salazar	—	MSC	AC
		A053.2	Acessos à Ponte sobre o Tejo – Estabilização dos taludes	—	MSC	AC *
A055	Avenida de Roma	A055.1	Arborização e ajardinamento da Avenida de Roma	1953	GRT	AC
		A055.2	Arborização e ajardinamento da Avenida de Roma	1955	GRT	AC e AH *
A056	Avenida D. Carlos I	A056.1	Arranjo de um gaveto na Avenida Dom Carlos	1968	ESF	AH
A058	Ruas da Célula 7 do Bairro de Alvalade	A058.1	Revestimento dos canteiros das ruas da Célula 7	1954	GRT	AC
A059	Ruas da Células 3 e 5 do Bairro de Alvalade	A059.1	Arborização das Ruas das Células 3 e 5 (Zona a sul da Avenida do Brasil)	1956	GRT	AC
A060	Placa compreendida entre a Rua dos Cegos e da Rua de São Tomé	A060.1	Arranjo da placa compreendida entre a Rua dos Cegos e da Rua de S. Tomé	1953	GRT	AC

ANEXO 4 INVENTÁRIO: BAIRROS

AC – Arquivo do Arco do Cego | AH – Arquivo Histórico | DPP – Departamento de Planeamento e Projeto | FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | (*) FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
B001	Bairro do Alto dos Sete Moinhos	B001.1	Arranjo paisagístico do Alto dos Sete Moinhos	1958	GRT	AH
B002	Bairro da Ajuda	B002.2	Arborização e ajardinamento do grupo escolar da Cç da Tapada	1957	ESF	AC
		B002.1	Bairro da Ajuda	1961	ESF	AH
B003	Bairro da Quinta do Charquinho	B003.3	Quinta do Charquinho. Espaços verdes do novo bairro a construir	1962	MSC	AC e AH
B004	Bairro da Quinta do Jacinto	B004.1	Bairro da Quinta do Jacinto. Arranjo de um recanto	1951	ESF	AC
		B004.2	Arborização e ajardinamento do Bairro da Quinta do Jacinto	1957	ESF	AC
B005	Chelas	B005.2	Plano de Base de Chelas. Nó de giração. Arranjo marginal	1962	APD	DPP *
		B005.1	Chelas. Realojamento. Casas pré fabricadas. Enquadramento paisagístico (Quinta do Chacão em frente à Quinta das Teresinhas)	1966	MSC	AH
B006	Bairro de Santa Cruz (Benfica)	B006.1	Espaços verdes públicos do Bairro de Santa Cruz (Benfica)	1958	GRT	AC e AH *
		B006.2	Ajardinamento dos terrenos do grupo escolar do Bairro de Santa Cruz	1962	MSC	AC e AH
B007	Bairro do Casalinho da Ajuda	B007.1	Urbanização do Casalinho da Ajuda	1970	JMM	AH
		B007.2	Casas para classes pobres	1970	JMM	AC
B008	Bairro do Grilo	B008.1	Enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo	1958	ESF	AC e AH *
		B008.2	Recinto de recreio para crianças 1/200	1958	ESF	AC
B009	Bairro do Padre Cruz	B009.1	Arranjo dos espaços Livres do Bairro do Padre Cruz	1962	MSC	AC
		B009.2	Carnide. Bairro do Padre Cruz. Enquadramento da capela	1962	MSC	AC e AH
		B009.3	Carnide. Bairro do Padre Cruz. Parque infantil	1962	MSC	AC e AH
B010	Bairros Alfama e Castelo	B010.1	Alfama e Castelo – Enquadramento verde	1959	GRT	AC e AH *

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
B012	Urbanização das Laranjeiras	B012.1	Urbanização das Laranjeiras	1957	FCC e GRT	AC
B013	Bairro Olivais Sul	B013.4	Arborização e ajardinamento do campo de jogos do Clube Desportivo dos Olivais (Quinta dos Machados)	1954	GRT	AH
		B013.3	Espaços exteriores MOP – zona W e S	1965	APD	DPP e AH *
		B013.7	Olivais Sul. Célula 2. Zona Norte. Praça B	1965	AA	DPP *
		B013.2	Olivais Sul. Célula B. Z. Centro. Escolas primárias	1969	MSC	AH
		B013.6	Olivais Sul. Célula D. Zona central e zona nascente	1969	MSC	AH
		B014.1	Olivais Norte. Ajardinados junto das casas económicas	1959	ESF	AC
B014	Bairro Olivais Norte	B014.2	Olivais Norte. Espaços verdes entre os blocos 62 e 63. Desenho 13250	1963	APD	DPP e AH *
		B014.4	Grupo escolar dos Olivais. Ajardinamento	1963	ESF	AH
		B014.5	Olivais Norte	1964	APD	DPP *
		B014.3	Piscina dos Olivais. Enquadramento	1966	ESF	AC e AH
		B014.6	Olivais Norte	1967	APD	DPP *
		B015.1	Vale Escuro	1957	FCC e GRT	AC
B015	Bairro do Vale Escuro	B015.3	Urbanização do Vale Escuro	1957	BCC e FR	AC *
		B015.2	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Vale Escuro – 1.ª fase	1959	ESF	AC
		B016.4	Construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à Rua 7)	1952	GRT	AH *
B016	Bairro da Encarnação	B016.5	Construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à Rua 8)	1953	GRT	AH *
		B016.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Bairro da Encarnação	1955	ESF	AC e AH
		B016.2	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 1.ª fase	1955	ESF	AC e AH *
		B016.13	Ajardinado do Mercado Sul. Bairro da Encarnação	1956	ESF	AC
		B016.3	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 2.ª fase. Arranjo da mata poente	1958	ESF	AC e AH *

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
B016	Bairro da Encarnação	B016.8	Parque de recreio para crianças na mata poente do Bairro da Encarnação	1962	—	AC e AH *
		B016.9	Recinto de recreio infantil. Bairro da Encarnação	1963	MSC	AC
		B016.11	Recinto de recreio infantil. (Clube Atlético e Recreativo da Encarnação)	1963	MSC	AH
		B016.14	Enquadramento do mercado da Praça Norte	1963	ESF	AC e AH
		B016.12	Ajardinado do Mercado Sul	1968	ESF	AH
B017	Bairro de Alvalade	B017.1	Alvalade – Jardim junto ao Centro Escolar – Célula N.º 1 (Entre Rua Eugénio de Castro e o centro escolar)	1950	MAC	AC e AH
		B017.2	Alvalade – Logradouros comuns – Arranjo do logradouro entre a Avenida da Igreja e as ruas Rosália de Castro e Fernando Caldeira: Célula 1	1950	MAC	AC
		B017.22	Logradouro entre as ruas A. Lopes Vieira e A. Pusich	1950	MAC	AC
		B017.3	Jardim junto ao Centro Escolar – Célula N.º 2	1950	MAC	AC*
		B017.20	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar da Célula 8	1952	ESF	AC
		B017.21	Ajardinados para as ruas 56, 57, 58 do Bairro de Alvalade	1952	GRT	AC
		B017.23	Arborização da Célula 2	1952	GRT	AC
		B017.8	Ajardinamento da zona comercial da Célula 8 (Alvalade)	1953	GRT	AC*
		B017.10	Ajardinado do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida de Roma	1954	GRT	AH
		B017.9	Ajardinamento do Centro Escolar da Célula 7	1954	ESF	AC *
		B017.11	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 4 em Alvalade	1956	ESF	AC
		B017.14	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 6	1958	ESF	AC *
		B017.24	BSB. Quartel de Alvalade	1959	ESF	AC
		B017.15	Ajardinamento dos logradouros da Avenida do Brasil. Anteprojecto	1963	MSC	AC e AH *
		B017.17	Remodelação do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida Rio de Janeiro	1968	MSC	AH
B017.25	Enquadramento do Palácio dos Coruchéus	1968	ESF	AC		

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
B017	Bairro de Alvalade	B017.18	Largo Frei Heitor Pinto, Av. Santa Joana Princesa, Rua Conde de Arnoso, Rua Lopes de Mendonça e enquadramento da Igreja de São João de Brito. Arborização	1970	JMM	AC
		B017.19	Palácio dos Coruchéus. Enquadramento	1970	ESF	AC e AH
		B017.16	Sugestão para o ajardinamento dos logradouros em gavetos do Bairro de Alvalade	sd	MSC	AH
B018	Encosta do Restelo	B018.1	Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de ordenamento paisagístico (1.ª fase)	1956	GRT	AC e AH *
		B018.2	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar da Encosta do Restelo – Praça de Goa	1958	ESF	Ac e AH
		B018.8	Capela de Santo Cristo Rua de Alcolena	1959	GRT	AC
		B018.10	Estudo de revisão da zona limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Av. da Ilha da Madeira	1967	ESF	AC *
B019	Alto de Santo Amaro	B019.1	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar do Alto de Santo Amaro	1958	ESF	AC
B020	Alto dos Moinhos	B020.1	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar do Alto dos Moinhos	1957	ESF	AH e AC
B021	Caramão da Ajuda	B021.1	Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro do Caramão da Ajuda	1963	MSC	AH
B022	Madre Deus	B022.1	Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus	1963	MSC	AC e AH *
B023	Picheleira	B023.1	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Picheleira	1957	ESF	AH
B024	Furnas	B024.1	Ajardinamento do Grupo Escolar das Furnas	1962	MSC	AC
		A057.1	Ajardinamento dos terrenos entre a Rua das Furnas e o arruamento de acesso ao Grupo Escolar	1963	MSC	AC
B025	Poço do Bispo	B025.1	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar do Poço do Bispo	1959	ESF	AC e AH
B026	Bairro de Santos	B026.1	Arborização e jardinagem do Grupo Escolar do Bairro de Santos	1959	ESF	AC
B027	Calçada da Cruz da Pedra	B027.1	Arborização do Centro Escolar da Calçada da Cruz da Pedra	1955	ESF	AC
B028	Caminho de Palma de Cima	B028.1	Grupo Escolar do Caminho de Palma de Cima	1965	ESF	AH
B029	Areeiro	B029.1	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar do Areeiro	1955	GRT	AC e AH

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
B030	Rua Actor Vale	B030.1	Ajardinamento do Grupo Escolar da Rua Actor Vale. Pavimentos	1963	MSC	AH
B031	Rua de São José	B031.1	Ajardinamento da escola primária da Rua de São José	1954	GRT	AC
B032	Santa Quitéria	B032.1	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar de Santa Quitéria	Ilegível	ESF	AC
B033	Campolide	B033.1	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar de Campolide	1955	GRT	AC *
B034	Caselas	B034.1	Ajardinamento do terreno do ginásio do Bairro de Caselas	1962	MSC	AC
B035	Alto da Ajuda	B035.1	Centro Recreativo do Alto da Ajuda	1962	MSC	AC

ANEXO 5 INVENTÁRIO: OUTROS

AC – Arquivo do Arco do Cego | AH – Arquivo Histórico | DPP – Departamento de Planeamento e Projeto | FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | (*) FCG BA – Col. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
0001	Cemitério da Ajuda	0001.1	Estudo de remodelação do Cemitério da Ajuda	1957	FCC e GRT	AC *
0002	Cemitério de Benfica	0002.1	Ampliação do Cemitério de Benfica	1958	GRT	AC e AH
		0002.2	Ampliação a nascente	1965	MSC	AH
0003	Cemitério do Lumiar	0003.1	Remodelação do Cemitério do Lumiar	1959	GRT	AH
		0003.2	Cemitério do Lumiar. Sebe a norte e poente	1968	JMM	AH
0004	Cemitério dos Olivais	0004.1	Anteprojecto do Cemitério dos Olivais	1959	GRT	AC e AH
		0004.2	Cemitério dos Olivais. Ampliação	1969	JMM	AH
0005	XI Exposição de Floricultura	0005.1	Exposição de Floricultura	1961	—	AH
0006	Parque de Campismo de Monsanto	0006.1	Parque de Campismo de Monsanto	1963	ESF	AC *
0007	Estufa Fria	0007.1	Estufa Fria. Anteprojecto de remodelação (zona nascente)	1954	GRT, ESF e MAC	AH
		0007.2	Arranjo interior de pavilhão (Alto do Parque Eduardo VII)	1966	ESF	AH
0008	Quinta do Morgado	0008.1	Quinta do Morgado. Ordenamento para instalação do viveiro	1967	MSC	AC e AH
0009	Tapada da Ajuda	0009.1	Ajardinamento de entrada da Tapada da Ajuda – Junto aos pilares	1970	MSC	AH
0010	X Exposição de Floricultura	0010.1	X Exposição de Floricultura. Outubro de 1960	1960	ESF	AH
0011	Exposição de Floricultura de 1966	0011.1	Exposição de Floricultura de 1966. Lago	1966	ESF	AH
0012	Viveiro da Quinta da Fonte	0012.1	Viveiro da Quinta da Fonte	1953	WO	AC *
0013	Banco para jardim	0013.1	Projecto de banco para jardim	1951	MAC	AH *
0014	Olivais Sul	0014.3	Plano de Urbanização de Olivais Sul	1968	JS	DPP *
		0014.1	Olivais Sul – Esboço das pastagens sobre as linhas de água – Perfil	—	ESF	AH *

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
0014	Olivais Sul	0014.2	Olivais Sul – Para a exposição de AP – Suíça	—	—	AH *
0015	Olivais Norte	0015.1	Olivais – Aptidão urbana	1963	APD	DPP *
0016	Quinta do Morgado	0016.1	Quinta do Morgado. Projecto do seu ordenamento para a instalação do viveiro	1967	MSC	AH

ANEXO 6 PROJETOS NÃO DOCUMENTADOS

CV GRT – *Curriculum Vitae* de Gonçalo Ribeiro Telles

LUGAR		PROJETO				
N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	N.º CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J012	Jardim do Castelo de São Jorge	J012.1	Jardim formal do Castelo de S. Jorge	1952	GRT	CV GRT
J045	Jardim do Largo de São Cristovão	J045.1	Arranjo do Largo de São Cristovão	1952	GRT	CV GRT
J052	Jardim do Palácio dos Machadinhos	J052.1	Jardim do Palácio dos Machadinhos	1952	GRT	CV GRT
J106	Jardim na Travessa da Pimenteira	J106	Ajardinado da Travessa da Pimenteira	1952	GRT	CV GRT
J107	Jardim na Travessa dos Escaleres	J107.1	Ajardinado da Travessa dos Escaleres	1952	GRT	CV GRT
J031	Jardim de São João	J031.1	Jardim de São João na Estrada da Luz	1953	GRT	CV GRT
J053	Jardim da Parada do Alto de São João	J053.1	Jardim da Parada do Alto de São João	1954	GRT	CV GRT
J044	Jardim do Largo de Santos	J044.1	Jardim do Largo de Santos	1959	GRT	CV GRT

ARQUITETOS PAISAGISTAS

APD Álvaro Ponce Dentinho
 ESF Edgar Sampaio Fontes
 FCC Francisco Caldeira Cabral
 GRT Gonçalo Ribeiro Telles
 IAA Ilídio Alves de Araújo
 JMM José Marques Moreira
 MAC Manuel Azevedo Coutinho
 MSC Manuel de Sousa da Câmara

OUTRAS PROFISSÕES

AA António Alfredo
 BCC Bartolomeu Costa Cabral
 FR França Ribeiro
 JS José Santana
 WO Weber de Oliveira

ABREVIATURAS

ARQUIVOS PESSOAIS

AVB	Arquivo de António Viana Barreto
GRT	Arquivo de Gonçalo Ribeiro Telles
HAVB	Arquivo dos herdeiros de António Viana Barreto
HASF	Arquivo dos herdeiros de Edgar Sampaio Fontes
TBC	Arquivo de Teresa Bettencourt da Camara

INSTITUIÇÕES

AISA	Arquivo do Instituto Superior de Agronomia
AML	Arquivo Municipal de Lisboa
CEAP	Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista
CML	Câmara Municipal de Lisboa
DGEMN	Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGSU	Direção-Geral dos Serviços de Urbanização
DSTE	Direção dos Serviços Técnicos Especiais
DSUO	Direção de Serviços de Urbanização e Obras
ESBAL	Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FCG BA	Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte
GEO	Gabinete de Estudos Olisiponenses
GEU	Gabinete de Estudos de Urbanização
ISA	Instituto Superior de Agronomia
MOP	Ministério da Obras Públicas
RAJ	Repartição de Arborização e Jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
UICN	União Internacional da Conservação da Natureza

BIBLIOGRAFIA

AA. VV.

Atlas Urbanístico de Lisboa. 1.ª ed. Lisboa: Argumentum, 2006.

O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitetura do desporto e do lazer. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007.

Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

Francisco Caldeira Cabral: Memórias do mestre no centenário do seu nascimento. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, [s.d.].

ACCIAIUOLI, Margarida

Exposições do Estado Novo. 1934-1940. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

AGNASTOULOPOULOS, George; DORN, Hans; DOWNING, Michael; RODEL, Heiner

IFLA. Past, Present and Future. IFLA, 2000.

ALMEIDA, Leopoldo de

«Olivais-Norte: nota crítica», *Arquitetura*. Lisboa: n.º 81, 1964, pp. 12-14.

AMARAL, Francisco Keil do

Lisboa. Uma cidade em transformação. Lisboa: Publicações Europa-América, 1969.

AMORIM, Jorge Gomes

Jardins Municipais. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1941.

ANAIS do Município de Lisboa, Ano de 1938. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

ANDERSSON, Thorbjörn

«Erik Glemme and the Stockholm Park System», in TREIB, Marc (coord.) – *Modern Landscape Architecture: A critical Review*. Cambridge e Londres: The MIT Press, 1993.

«To erase the garden: modernity in the Sweden garden and landscape», in TREIB, Marc – *The Architecture of Landscape. 1940-1960*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2002, pp. 2-27.

ANDRESEN, Teresa

[Texto policopiado] – *Para a Crítica da Paisagem*.

Aveiro: [s.n.], 1992. Tese de doutoramento.

Francisco Caldeira Cabral. Reino Unido: LDT Monographs Editorial Board, 2001.

Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

«Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970», in ANDRESEN, Teresa (coord.) – *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 18-97.

«O Estádio Nacional – a sua génese e a sua construção», in AA. VV. – *O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitetura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007, pp. 10-25

ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa Bettencourt da; CARVALHO, Luís Guedes de

«Lugares da arquitetura Paisagista em Portugal. 1940-1970», in ANDRESEN, Teresa (coord.) – *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 144-313.

ANDRESEN, Teresa; MARQUES, Teresa Portela

Jardins históricos do Porto. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

ARAÚJO, Ilídio Alves de

Problemas da Paisagem Urbana. Lisboa: Ministério das Obras Públicas – Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1961.

Memória & prospectiva 2: Economia, Arquitetura e Gestão das Paisagens: um longo olhar (1949-2009). Porto: CCDRN, 2009.

«Ao Professor Francisco Caldeira Cabral». *Francisco Caldeira Cabral: Memórias do Mestre no centenário do seu nascimento*. Lisboa: APAP, [s.d.], pp. 17-23.

ARAÚJO; Norberto

Peregrinações em Lisboa. Lisboa: Fundação Cidade de Lisboa, 1993. Livro XIV.

ATHOUGUIA, Ruy; PESSOA, Alberto; CID, Pedro
In *Memória descritiva*. Cit. por CARAPINHA, Aurora – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 77.

«BAIRROS construídos ao abrigo do Decreto-lei 42 454 no período de 1961 a 1969», *Boletim GTH*. Lisboa, vol. 3, n.º 20, 1971, pp. 197-240.

BAPTISTA, Luís V.

A cidade e habitação social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa. Lisboa: Celta Editora, 1999.

BARRETO, António Viana

The arrangement of the Torre de Belém zone. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957. Acessível no IHRU/SIPA (Forte de Sacavém), Lisboa, Portugal; [*Carta ao Diretor do Jornal Diário de Notícias*], [s.d.]

BARRETO, António Viana; TELLES, Gonçalo Ribeiro
Memória Descritiva. Parque de Santa Gertrudes – Ante-Projecto. 1961-12, p. 5.

BARRETO, António; LAGINHA, Manuel; PIRES, J. A. Reis
Defesa da Paisagem, 1962. Espólio pessoal de Viana Barreto.

BARRETO, Francisco Salvação

Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal [texto policopiado]: *Arquiteto Paisagista António Facco Vianna Barreto*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado.

BARROS, Leitão de

«O Tesouro da Restelo». *Diário de Notícias*, 21 de outubro de 1958.

BIOGRAFIA. José Frederico Casal-Ribeiro Ulrich (1905-1982). Instituto de Tecnologia Nuclear. [Em linha]. [Consulta em 2013-03-11]. Disponível em: URL: http://www.itn.pt/memoria/bios/pt_bio_jfulrich.htm.

BRITO, Vasco; CAMARINHAS, Catarina

«Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade», in AA. VV. – *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. Série I, vol. 9, pp. 164-190.

BROWN, Jane

The Modern Garden. Londres: Thames & Hudson, 2000.

C. L.

«E a Avenida? Confronto», *Diário Popular*, 23 de março de 1957.

CABRAL, Francisco Caldeira

«A Missão do Arquitecto Paisagista». *AGROS*. Lisboa: Ano XL N.º 2, março-abril de 1957, pp. 59-67.

«Jardins». *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*. Lisboa. Instituto da Conservação da Natureza, 1993, pp. 75-86.

«As flores e o jardim». *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*. Lisboa. Instituto da Conservação da Natureza, 1993, pp. 87-114.

[*Carta ao Presidente da CML*], [s.d.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro
Estudo-base de Urbanização das Laranjeiras, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Estudo-base da urbanização do Vale Escuro. 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Caderno de encargos, 1958-03-03. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CALÇADA, Marta; JACOME, Mafalda

«O Jardim da Estrela». In *Monumentos*. [Em linha]. [consulta em 2014-10-04]. Disponível em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9888.

CÂMARA, Manuel de Sousa da

Memória justificativa. Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão, 1966. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva. Avenida Estados Unidos da América, [s.d.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

CAMPOS, Nuno

Mercado de Alvalade Norte. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

CANDEIAS, Ana Filipa

Joaquim Rodrigo. Biografia. [Em linha]. [consulta em 2014-11-12]. Disponível em URL: <http://www.cam.gulbenkian.pt/index.php?article=70665&visual=2&lang=pt> id=1.

CARAPINHA, Aurora (coord.); TEIXEIRA, José de Monteroso (coord.)

A Utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003.

CARAPINHA, Aurora; TREIB, Marc

Fundação Calouste Gulbenkian. O Jardim. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

CARDOSO, António et al.

Casa de Serralves: Retrato de Uma Época. Porto: Casa de Serralves e Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

CASTEL-BRANCO, Cristina

«O vale do Silêncio de Sousa da Câmara: Prioridade à ecologia», *Jardins*. Lisboa. Fevereiro, n.º 5. (2003), pp. 14-18.

«The Origin of the Landscape Architecture Profession in Portugal during the Modern Movement», in BIRNBAUM, Charles; GILLETTE, Jane; SLADE, Nancy – *Preserving Modern Landscape Architecture II. Making Postwar Landscape Visible*, Washington DC: Spacemaker Press, LLC, 2004, pp. 110-117.

[Texto policopiado] – *O Lugar e o Significado. Os Jardins dos Vice-Reis*. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de Doutoramento.

Jardins de Portugal. Lisboa: Edições Clube de Colecionadores dos Correios, 2014.

CHURCH, Thomas; HALL, Grace; LAURIE, Michael
Gardens are for people. 3.ª ed. Califórnia: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1995.

COSTA, João Pedro

Bairro de Alvalade. Um Paradigma do Urbanismo Português. 4.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

COUTINHO, Manuel de Azevedo

Memória descritiva. Projeto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro, 1950. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva e justificativa do projecto para a Praça de Londres, 1950. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva e justificativa. Ajardinamento do Largo Frei Heitor Pinto, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva e justificativa. Projeto de arborização da Avenida João XXI, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva e justificativa do projeto do jardim da célula n.º 2, em Alvalade, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Construção de ajardinados nas placas centrais da Avenida do Aeroporto, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CROWE, Sylvia

Garden Design. 3.ª ed. Woodbridge: Garden Art Press, 2003.

CRUZ, Luís

O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto [texto policopiado]: *Miguel Jacobetty Rosa e a sua época*. Lisboa: [s.n.], 2005. Dissertação de mestrado.

CUNHA, Ana

Os planos de Urbanização dos Bairros da Encarnação e dos Olivais. [texto policopiado]: Lisboa: [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado.

CUNHA, Andreia

Análise e Interpretação de Obras de Arquitetura Paisagista de Manuel Sousa da Câmara (1929-1992). [texto policopiado]: Lisboa: [s.n.], 2015. Dissertação de mestrado.

D'ALMEIDA, Patrícia Bento

«Bairro das Estacas». *Guia de Arquitetura de Lisboa. 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade.* Lisboa: A+A Books, 2013, pp. 262-263.

Bairro(s) do Restelo [texto policopiado]: *Panorama Urbanístico e Arquitetónico*. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de doutoramento. 2 vol.

DENTINHO, Álvaro Ponce

«Arranjo dos espaços exteriores». *Arquitetura*. Lisboa: março de 1964, n.º 81, pp. 15-17.

«Bairros construídos ao abrigo do Decreto-Lei 42 454 no período de 1961 a 1969». *Boletim GTH*. 1.º semestre de 1971, n.º 20.

Memória descritiva e justificativa do projeto de arranjo dos terrenos, [s.d.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

DIÁRIO do Governo. Decreto de 23 de junho de 1910. [Em linha]. [Consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: http://www.igespar.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf.

DIÁRIO Municipal, N.º 10 405. (25 de outubro de 1969) 3.

DINIS, Sofia; FIGUEIREDO, Rute

«Centro Comercial do Restelo». *Monumentos*. [Em linha]. [consulta em 2014-06-15]. Disponível em: URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16560.

DUARTE, Carlos dos Santos

«Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir [Habitação] com a arte do povo», in AA. VV. – *Habitação para o maior número: Portugal, os anos de 1950-1980*. Coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, pp. 194-203.

ECKBO, Garrett

Landscape for Living. Amherst: University of Massachusetts Press, 2009.

FERNANDES, José Manuel

«Alguns apontamentos sobre o urbanismo alfacinha», *Arquitectura*. Lisboa. Ano II, 4.ª série, n.º 138, outubro de 1980, pp. 40-48.

Luís Benavente. Arquiteto. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo, 1997.

FERREIRA, Maria João

Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais sul [texto policopiado]: Lisboa: [s.n.], 1984. Trabalho de fim de curso. Acessível no Instituto Superior de Agronomia.

«Espaços verdes de Recreio». *Boletim GTH*. Lisboa. Vol. 7, n.º 50-51, 1986.

FIGUEIREDO, Magalhães

[*Carta ao Presidente da CML*]. 1957-08-20. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

FONTES, Edgar Sampaio

Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação (1.ª fase) – Zona Sul, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Projeto de Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Enquadramento Paisagístico do Bairro do Grilo, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Projeto de arborização e ajardinamento do Centro escolar da Célula 6, 1956. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Projeto de Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação – 2.ª fase, Arranjo da mata poente. 1958. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

[Manuscrito]. 1982. Acessível no IHRU/SIPA (Forte de Sacavém), Lisboa, Portugal.

FRANÇA, José-Augusto

«De Pombal ao Fontismo. O urbanismo e a sociedade», in AA. VV. – *O livro de Lisboa*. Coord. Irisalva Moita. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 363-388.

Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. 4.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

G. de A. M.

«O Problema da Avenida». 24 de fevereiro de 1960.

GABINETE de Estudos Olissiponenses

Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

GARCIA, Frederico Ressano

Memória descritiva do projeto da Avenida da Liberdade, 1884-04-23. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

GUIA, Diogo; SILVA, Carlos Guardado da (coord.)

Jamor. O palco maior do desporto nacional. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

HEITOR, Teresa Valsassina

«A expansão da cidade para o Oriente: Os planos de urbanização de Olivais e Chelas», in AA. VV. – *Lisboa Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 72-85.

IFLA Touring Expo. Catalogue. London. IFLA, 1957.

IFLA: 12.º Congresso de Arquitetura Paisagista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

INÁCIO, Alberto; BARREIROS, Fernando

O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

INFORMAÇÃO do Chefe de Repartição, 1951-08-06.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direção dos Serviços Técnicos Especiais.

INFORMAÇÃO do Chefe, 1957-11-22.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direção de Serviços de Urbanização e Expropriações.

INFORMAÇÃO do Diretor, 1949-05-28.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: DGEMN, Direção dos Serviços da Construção.

INFORMAÇÃO do Diretor, 1955-03-10.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

INFORMAÇÃO do Diretor, 1955-03-29.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

INFORMAÇÃO do Engenheiro Chefe, 1975-09-21.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.º Repartição.

INFORMAÇÃO do Engenheiro Joaquim Rodrigo,

1969-03-26. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

JANARRA, Pedro Costa

A Política Urbanística e de Habitação Social [texto policopiado]: *o Caso do Bairro de Alvalade – Entre o Projeto e o Concretizado*. Lisboa: [s.n.], 1994. Dissertação de mestrado.

KASSLER, Elizabeth

Modern gardens and the landscape. 2.ª ed. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 1986.

LEGADO *Arquiteto Mateus Júnior*. Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema. [Em linha] [consulta em 2014-04-26]. Disponível em: URL: <http://www.cinemateca.pt/CinematecaSite/media/Documentos/Microsoft-Word---Legado-Arq-Mateus-Junior.pdf>.

LIMA, Pereira de

«Jardim do Campo Grande». *Monumentos*. [Em linha]. [consulta em 2014-10-04]. Disponível em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23904.

LOBATO, Luís Guimarães

Lisboa. *Urbanismo e Habitação: subsídios para o seu estudo*. Relatório do XXI Congresso da Federação Internacional da Habitação e Urbanismo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1952.

A Experiência de Alvalade. *Técnica* [separata]. Revista Técnica, Revista de Engenharia dos Alunos do IST. Lisboa, 1951.

O problema da habitação em Lisboa: subsídios para o seu estudo. *Técnica* [separata]. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 1950, pp. 1-10.

LÔBO, Margarida Sousa

Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco. Lisboa: FAUP Publicações, 1995.

LOPES, Gabriela Brás

Francisco Caldeira Cabral [texto policopiado]: *1.º Arquiteto Paisagista Português*. Évora: [s.n.], 1998. Trabalho de fim de curso.

LUND, Annemarie

Guide to Danish Landscape Architecture. Copenhaga: The Danish Architecture Press, 1997.

MAGALHÃES, Manuela Raposo

A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

«Entrevista a Francisco Caldeira Cabral», [registo vídeo], Lisboa, 2009, in AA. VV. – *Memórias do Mestre: no centenário do seu nascimento*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, 2009.

MANGORRINHA, Jorge; RIBEIRO, Isabel

Do Passeio à Avenida. Os originais da Câmara Municipal de Lisboa. Coord. Inês Morais Viegas e Miguel Gomes Martins. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1998.

MANUEL Duarte Moreira de Sá e Melo. Parlamento.

[Em linha]. [Consulta em 2013-03-04]. Disponível em: URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/melo_manuel_duarte_moreira_de_sa_e.pdf.

MARQUES, Paulo F.

«Seven Contemporary Public Green Spaces in Greater Porto: a contribution to a critical view of Portuguese landscape practice». *Peer Reviewed Proceedings of the Annual European Council of Landscape Architecture Schools (ECLAS) Conference, A Critical light on Landscape Architecture*. Ås: Agricultural University of Norway, 2004.

«New Parks for the Porto region», *Topos*, n.º 55 (2006), pp. 78-81.

MARQUES, Teresa Portela

Parque de Serralves – «Passado e actualidade», *Horto do Campo Grande Magazine*, n.º 2, 1996, pp. 16-27.

Parque de Serralves – «Conservação e Recuperação de um Jardim Histórico». *A Construção e o Ordenamento da Paisagem*. Actas do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, 1998, pp. 80-83.

[Texto policopiado] – *Dos jardineiros paisagistas e horticultores do Porto de Oitocentos ao modernismo na arquitectura paisagista em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de Doutoramento.

«Horticultura e Jardinagem-Paisagista e a Construção do Porto do Romantismo», in VASCONCELOS E SOUSA, Gonçalo (coord.) – *Atas do Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora e Citar. 2012, Vol. I, pp. 445-462.

MARTINS, João Paulo

Cottinelli Telmo /1897-1948 [texto policopiado]: A obra do arquiteto. Lisboa: [s.n.], 1995. Dissertação de mestrado.

MEMÓRIA *descritiva*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MEMÓRIA *descritiva e justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo – II Fase, 1954-09-10*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

MEMÓRIA *descritiva e justificativa. Urbanização das Laranjeiras. Estudo-Base, 1957-09*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

MEMÓRIA *descritiva e justificativa. Urbanização do Vale Escuro. O Estudo Base, 1957-11*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

MEMÓRIA *Descritiva. Urbanização da Encosta do Restelo – II fase. Variante da Célula B, 1957-11-08*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

MEMORIAL *do Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, 1968*. Espólio Pessoal Edgar Sampaio Fontes.

MESQUITA, J. Carvalho

Plan Directeur de Lisbonne: XX^e Congrès de la Fédération Internationale pour l'Habitation et l'Urbanisme. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1952. Acessível no Gabinete de Estudos Olisiponenses.

MONASTERY *of the Hieronymites and Tower of Belém in Lisbon*. UNESCO. [Em linha]. [Consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/mosteiro-dos-jeronimos-e-torre-de-belem/>

MONTEZ, Paulino

Lisboa. Extensão Nordeste da Cidade. Plano do Bairro da Encarnação. Lisboa, 1958.

MOURA, Eduardo Souto de

«Bairro da Estacas: Ruy d'Atouguia e Sebastião Formozinho Sanchez», *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa, outubro, novembro, dezembro, 2004, pp. 78-79.

NOGUEIRA, Maria da Graça

Santa Maria dos Olivais [texto policopiado]: Ensaios de Modernismo em Portugal. Lisboa: [s.n.], 2003. Trabalho de fim de curso.

OFÍCIO *de Edgar Fontes, 1972-04-22*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.º Repartição.

OFÍCIO *do Chefe, 1958-03-24*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2.º Repartição da Direção dos Serviços de Finanças.

OFÍCIO *do Diretor, 1949-12-28*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Serviços de Urbanização e Obras Serviços de Urbanização e Obras.

OFÍCIO *do Diretor, 1955-08-05*. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.º Repartição.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1955-08-05. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª Repartição.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1955-10-03. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª Repartição.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1956-07-10. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª Repartição.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1956-07-16. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª Repartição.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1956-11-16. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1958-10-14. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª Repartição.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1960-02-20. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª Repartição.

OFÍCIO do Engenheiro Chefe, 1970-09-15. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª Repartição.

OLIVAIS Sul. [s.d.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete Técnico da Habitação.

«*OLIVAIS Norte: Plano do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML Arranjo dos espaços exteriores e direcção de obra do Gabinete técnico da Habitação da CML*», *Arquitetura*. Lisboa, n.º 81, 1964, pp. 5-11.

PADRÃO dos Descobrimentos. [Em linha]. [Consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: [http://www.torrebelem.pt/pt/index.php?s=white&pid=240]

PAIXÃO, Rui Gamboa

«Vida e obra do engenheiro Pedro José Pezerat e sua actividade na liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (1852-1872)», in AA. VV. – *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. Série I, vol. 9, pp. 100-113.

PARECER de Ribeiro Telles, 1959-03-14.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

PARECER do Diretor de Serviço dos Monumentos Nacionais, 1953-07-25.

Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, Lisboa: DGEMN.

PARECER do Diretor de Serviços dos Monumentos Nacionais, 1952-11-18.

Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, Lisboa: DGEMN.

PARECER do Vereador, 1958-03-12.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

«*PERO Escobar*», *Inventário da Obra de Leopoldo de Almeida*. Repositório. [Em linha]. [Consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7456/253/ulsd062806_td_inventario_239.pdf.

PESSOA, Fernando

Gonçalo Ribeiro Telles: A fotobiografia. 1.ª ed. Lisboa: Argumentum Edições, 2011.

«Elegia a Francisco Caldeira Cabral: ou elogio da Arquitectura Paisagista». *Fundamentos da Arquitetura Paisagista: Francisco Caldeira Cabral*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993, pp. 13-16.

PINTO, Mariana Abranches

O legado escrito de Francisco Caldeira Cabral [texto policopiado]: *Construção de pensamento teórico em arquitetura paisagista*. Porto: [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado.

PLANO Director da Urbanização de Lisboa, 1959.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

PLANO Director da Região de Lisboa. Antepiano.

Memória descritiva e justificativa, Lisboa: MOP, Direcção dos Serviços da Construção, 1964.

«*PLANO de Urbanização de Chelas: zona J*», *Boletim GTH*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. 3, n.º 19, 1970, pp. 65-84 Divisão de Planeamento.

PORTAS, Nuno

«A pesquisa aplicada ao habitat: o papel do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e não só», in AA. VV. – *Habitação para o maior número: Portugal os anos de 1950-1980*. Coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, pp. 101-110.

PROF. Francisco Caldeira Cabral. 1908-1922. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008.

RELATÓRIO de atividade do Serviço de Arborização e ajardinamento em Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas, 1969. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete Técnico da Habitação.

RELATÓRIO de atividade do Serviço de Arborização e ajardinamento (Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas), 1967. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete Técnico da Habitação.

REMODELAÇÃO da Avenida da Liberdade. Projecto. 1956-07. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

REMODELAÇÃO das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar. Estudos-base, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

REVISTA Arquitetura. Lisboa, n.º 60, 1957, pp. 14.

RIBEIRO, Luís

«Quintas do Concelho de Lisboa. Densidades de ocorrência e Estrutura do Traçado», *Agros*. Lisboa, n.º 2 (1992), pp. 50-55.

Quintas do Concelho de Lisboa. Inventário, Caracterização e Salvaguarda. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1992.

RODRIGUES, Fernando

«Habitação Social: um percurso», *Boletim GTH*. Lisboa, vol. 7, n.º 50-51, 1986, pp. 221-227.

ROSA, Walter

Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões francesas. Lisboa: Rassegna, 1994, vol. 56.

SALEMA, Rosário

«A ermida de São Jerónimo. Ver e ocultar», in AA. VV. – *A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles, catálogo da exposição.* Coord. Aurora Carapinha e José de Monterroso Teixeira Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 183-192.

SANTOS, Aurora

«A Câmara Municipal de Lisboa na transição da República para o Estado Novo: as reorganizações dos serviços municipais (1925-1938)», *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. Série I, vol. 9, pp. 147-162.

SECO, Rui

Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal [texto policopiado]: *do modernismo à revisão dos modelos.* Coimbra: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado.

SEGURADO, Jorge

[*Carta ao Presidente da CML*], 1963-11-25. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

SEQUEIRA, Gustavo Matos

Lisboa. Oito séculos de história. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

SILVA, José Antunes da

«Keil do Amaral. O Urbanista». Catálogo da Exposição *Keil do Amaral. O Arquiteto e o Urbanista.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 71-78.

SILVA, Raquel Henriques da

«Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909». *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 17-36.

TAVARES, Maria

«Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência», in AA. VV. – *Habitação Para o maior número: Portugal os anos de 1950-1980.* Coord. Nuno PORTAS. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, pp. 21-46.

TAVARES, Maria; PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel

«Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência», in AA. VV. – *Habitação Para o maior número: Portugal os anos de 1950-1980.* Coord. Nuno PORTAS. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, pp. 158-180.

TELLES, Gonçalo Ribeiro

Memória descritiva. Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto, 03-1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva e justificativa do projeto de construção do jardim da Praça de Damão, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Projeto de ajardinamento da Praça das Casas Novas e da Rua da Quinta da Fonte no Bairro da Encarnação, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva. Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio, 1952. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa, Projeto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação, 1952. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Projeto de ajardinados para as ruas n.ºs 56, 57 e 58 do Bairro de Alvalade, 1952. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota Justificativa. Projeto de remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto, 1953. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Projeto de Remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto, 1953. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva. Avenida da Liberdade. Projeto de remodelação de arborização e ajardinamento, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva. Projeto de arborização da Avenida de Roma, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Jardim miradouro da Rua Eduardo Noronha, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Arborização da Rua da Quinta da Santa Maria – Encarnação, 1956. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1.ª fase) da encosta do Restelo (II fase de urbanização), 1956. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Ajardinados da Av. dos Estados Unidos da América, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Avenida do Estados Unidos da América. Projeto dos Ajardinados (Troço Avenida do Aeroporto- Avenida do Rio de Janeiro), 1958. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. A Avenida dos Estados Unidos da América. Arranjo Verde da Faixa Central e Cruzamentos, 1958. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Avenida da Liberdade. Relatório sobre o aspeto geral e estado sanitário das árvores de alinhamento (Plantadas em caldeiras). Mês de Setembro, 1959-10-09. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

Alfama e Castelo. Enquadramento verde, 1959. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Memória descritiva. Enquadramento da Igreja de São João de Brito (projeto do jardim), s.d. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Nota justificativa. Avenida Infante Santo – Projeto dos espaços verdes, [s.d]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TERCEIRO, Carla

De social a privilegiado: narrativas de bairros sociais de Lisboa [texto policopiado]: O Bairro da Encarnação e a sua vivência. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado.

TERENO, Paula

«João Guilherme Faria da Costa». *Monumentos.* [Em linha]. [consulta em 2014-11-12]. Disponível em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=a34edeeb-1d22-4f8b-ae46-368811ee28df.

TIETZ, Jürgen

História da Arquitectura do século XX. Colónia: Druckhaus Locher, 2000.

TORRES, Helena; PORTAS, Catarina; FREIRE, Adriana Olivais – Retrato de um bairro. Lisboa: Liscenter, 1995.

TOSTÕES, Ana

Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande – Keil do Amaral, Arquiteto dos Espaços Verdes de Lisboa. Lisboa. Edições Salamandra, 1992.

Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. 2.ª ed. Lisboa: FAUP Publicações, 1997.

«Keil. Arquiteto dos Jardins e Parques de Lisboa. A História de um Trabalhador Humanista», in AA. VV. – *Catálogo da Exposição Keil do Amaral. O Arquiteto e o Urbanista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 79-90.

«O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa», in AA. VV. – *Lisboa Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 64-71.

«Lisboa, Arquitetura e Urbanismo: do Passeio Público ao Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian», in AA. VV. – *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitetos Paisagistas (1940-1970)*. Coord. Teresa ANDRESEN. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 98-113.

TOSTÕES, Ana; GUERRA, Fernando
Arquitetura Portuguesa Contemporânea. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2008.

TOUSSAINT, Michel
«Olivais», in TOUSSAINT, Michel; D'ALMEIDA, Patrícia Bento; ALCÂNTARA, Maria Daniela – *Guia de Arquitetura de Lisboa 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade*. 1.ª ed. Lisboa: A+A Books, 2013, pp. 308-311.

«Olivais Norte», in TOUSSAINT, Michel; D'ALMEIDA, Patrícia Bento; ALCÂNTARA, Maria Daniela – *Guia de Arquitetura de Lisboa 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade*. 1.ª ed. Lisboa: A+A Books, 2013, pp. 312-313.

«Olivais Sul», in TOUSSAINT, Michel; D'ALMEIDA, Patrícia Bento; ALCÂNTARA, Maria Daniela – *Guia de Arquitetura de Lisboa 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade*. 1.ª ed. Lisboa: A+A Books, 2013,

TREIB, Marc
«Axioms for a Modern Landscape Architecture», in TREIB, Marc – *Modern Landscape Architecture: A Critical Review*. Cambridge, Mass: the MIT Press, 1993, pp. 36-67

(coord.) – *Modern Landscape Architecture: A Critical Review*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1993.
The Architecture of Landscape 1940-1960. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

ULRICH, José
Apreciação do Parecer do estudo do Arranjo da zona junto da Torre de Belém. 1953-02-19. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

URBANIZAÇÃO da Praça de Espanha, da artéria em prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios. Estudo-base, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

URBANIZAÇÃO de Olivais Sul. Serviço de planeamento, 1964. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete Técnico da Habitação.

URBANIZAÇÃO dos Olivais, 1955-05. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

URBANIZAÇÃO dos Olivais. Estudo-base. 1955-03. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos de Urbanização.

«VÃO ser urbanizados os terrenos que envolvem a Torre de Belém de forma a desafrontar o formoso monumento: A Torre de Belém reintegrada no quadro da paisagem ribeirinha». *Diário de Lisboa*. (13 de janeiro de 1956) 1 e 3. [Em linha]. [Consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06526.064.14739&bd=IMPrensa.

«VOTO de pesar por António Viana Barreto». *Boletim Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 2012, n.º 962, p. 90. [Em Linha]. [Consulta em 2013-04-08]. Disponível em: URL: [https://www.am-lisboa.pt/1998-2013/partidos/ppdpsd/mocoerecomendacoes/visualizacao-mocoerecomendacoes-ppdpsd.html%3Ftx_ttnews\[tt_news\]=6609&tx_ttnews\[backPid\]=1617&cHash=85313b64185aa1b75e4822786ccad154.html](https://www.am-lisboa.pt/1998-2013/partidos/ppdpsd/mocoerecomendacoes/visualizacao-mocoerecomendacoes-ppdpsd.html%3Ftx_ttnews[tt_news]=6609&tx_ttnews[backPid]=1617&cHash=85313b64185aa1b75e4822786ccad154.html)

WESTON, Richard
A Casa no Século Vinte. Lisboa: Editorial Blau, 2002.

WREDE, Stuart; HOWARD, Adams
Denatured Visions. Landscape and Culture in the Twentieth Century. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 1988.

ZEVI, Bruno
História da Arquitetura Moderna. Lisboa: Editora Arcádia, vol. I e II, 1970.

AGRADECIMENTOS

Este livro é o produto de um longo período de investigação e reflexão. O processo desenvolvido contou com a colaboração de várias pessoas, a quem gostaria de agradecer o seu contributo, sem o qual não teria sido possível aqui chegar.

Um agradecimento muito especial à CML, na pessoa do Sr. Vereador José Sá Fernandes, pelo entusiasmo com que acolheu e tornou possível este livro, e à Sara Veiga, pela assessoria prestada e à Helena Barros Gomes, pelo seu incentivo e ajuda.

Agradeço também à Sónia Oliveira, minuciosa e incansável revisora, e ao talentoso *designer* Pedro Gonçalves, pelo empenho na concretização deste livro.

Um agradecimento também à Fundação Calouste Gulbenkian, ao Sistema de Informação para o Património Arquitetónico e ao Centro de Informação Geoespacial do Exército, pela colaboração empenhada e a facilidade concedida na utilização de imagens a título gratuito. Agradeço também ao Arquivo Municipal de Lisboa pela sua simpatia, disponibilidade e extrema dedicação.

O livro teve por base a minha dissertação de doutoramento, *Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970)*, apresentada na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. O doutoramento realizou-se no âmbito do Programa Doutoral LINK, tendo sido concluído em 2015. Não poderia deixar de expressar o meu agradecimento a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste caminho.

Agradeço muito particularmente às professoras minhas orientadoras desta dissertação, a Professora Teresa Andresen e a Professora Teresa Marques, pela partilha incansável do seu saber e

experiência, pela crítica sempre oportuna e atenta dos conteúdos, e pela sua exigência. Só a sua dedicação incondicional, empenho e tempo empregues na condução desta dissertação, em simultâneo com o seu entusiasmo e incentivo, a tornaram possível.

Agradeço também às pessoas que integraram o programa LINK. Ao corpo docente, nos professores que o dirigiram: Cristina Castel-Branco, Helena Maria Freitas, Carl Steinitz e Teresa Andresen, mas também a todos os restantes professores que o integraram. A sua crítica, foi fundamental, não só no decorrer desta tese, como na procura do seu caminho. Nesta fase inicial foi também especialmente importante o contributo dos meus colegas que, com as suas observações, ânimo, solidariedade e alegria, levaram ao espoletar deste desafio. Também a todos eles um agradecimento muito especial.

Agradeço ao meu irmão Francisco, que tanto me apoiou com os seus conhecimentos técnicos neste projeto, aos amigos envolvidos, ao Rodrigo e aos nossos filhos, Martim, Margarida, Francisca e Luísa.

Muito reconhecidamente, agradeço a um grupo de homens, protagonistas desta investigação que, em meados do século XX, desbravaram em Portugal novos caminhos, em prol dos jardins e da construção da paisagem, no espaço público de Lisboa. São eles os arquitetos paisagistas: Francisco Caldeira Cabral, Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles, Edgar Sampaio Fontes, António Viana Barreto, António Roquete Campello e Manuel Sousa da Câmara. Agradeço também aos seus familiares, Sr.ª D.ª Maria José Sampaio Fontes e Arquiteto Paisagista Francisco Salvação Barreto, pelas longas conversas e pelo material inédito que me confiaram, com vista à sua incorporação nesta dissertação.

COLABORAÇÃO



arquivomunicipal de lisboa





EDIÇÕES LISBOA CAPITAL VERDE EUROPEIA 2020
COLEÇÃO LISBOA

